



unesco

The background of the top half of the cover is a photograph showing the silhouettes of several people walking from left to right against a bright, hazy sunset sky. The silhouettes are dark against the warm, orange and yellow light of the setting sun.

Reportagens sobre migrantes e refugiados

MANUAL PARA EDUCADORES DE JORNALISMO

Série UNESCO SOBRE EDUCAÇÃO EM JORNALISMO



unesco

Reportagens sobre migrantes e refugiados

MANUAL PARA EDUCADORES DE JORNALISMO

Série UNESCO SOBRE EDUCAÇÃO EM JORNALISMO

Publicado em 2025 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, place de Fontenoy, 75007 Paris 07 SP, França, e pela Representação da UNESCO no Brasil, SAUS Qd. 5 – Bloco H – Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO – 9º andar, Brasília – DF – 70070-912, Brasil.

© UNESCO 2025

ISBN: 978-65-86603-43-9



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<https://www.unesco.org/pt/open-access/cc-sa>).

Esta licença aplica-se exclusivamente aos textos. Para uso de imagens, é necessário pedir permissão prévia. As publicações da UNESCO são de livre acesso e todas são disponibilizadas online, sem custos, pelo repositório de documentos da UNESCO.

Título original: *Reporting on migrants and refugees: handbook for journalism educators*. Publicado em 2021 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica, nome ou soberania de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e as opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Créditos da versão original:

Editores: Susanne Fengler, Monika Lengauer e Anna-Carina Zappe

Créditos das fotos da primeira página dos módulos: J. Bavman (UNHCR) (p. 11); A. Sen (UNHCR) (p. 31); H. Caux (UNHCR) (p. 59); M. O'Shea (p. 107); S. Korovainyi (p. 125); C. ten Brink (p. 147); C. K. Arnaud (p. 167); S. Dinges (p. 189); C. Tijerina (UNHCR) (p. 211); A. Tzortzinis (p. 239); M. Hofer (UNHCR) (p. 259); J. McIntosh (flickr) (p. 279); W. Vassilopoulos (p. 293).

Créditos das fotos dos autores contribuintes: Privado (p. 317-321)

Foto da capa: Fishman64/www.shutterstock.com

Uma descrição das imagens pode ser encontrada nas páginas 313-315.

Design gráfico: thinkandact-mainz.de

Design da capa: thinkandact-mainz.de

Composição tipográfica: thinkandact-mainz.de

Créditos da versão em português:

Coordenação técnica da Representação da UNESCO no Brasil:

Marlova Jovchelovitch Noleto, diretora e representante

Adauto Candido Soares, coordenador do Setor de Comunicação e Informação

Tradução: Global Languages

Revisão técnica: Marilu Cerqueira, Setor de Comunicação e Informação da Representação da UNESCO no Brasil

Revisão editorial e diagramação: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Esclarecimento: Para facilitar a leitura e devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se nesta publicação os termos no masculino. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles referem-se igualmente ao feminino. É importante destacar que a UNESCO mantém entre suas prioridades a promoção de uma linguagem livre de viés sexista em todas as suas atividades e ações.

BREVE RESUMO

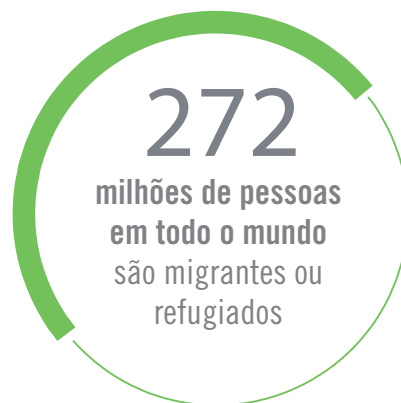
Cobertura jornalística sobre a migração: Um desafio para educadores de jornalismo em todo o mundo

Este manual permite aos educadores de jornalismo em todo o mundo abordar um dos desafios do século XXI – as questões relativas à migração e aos refugiados. Em um conjunto de 13 módulos, os educadores de jornalismo recebem um currículo abrangente. Ele percorre por todos os aspectos necessários para praticar análise, pesquisa, apresentação, *marketing* editorial e ética da cobertura jornalística sobre a migração.

O manual é exclusivo, pois compreende resultados de estudos de comunicação, bem como ciências políticas e sociais. Foi desenvolvido por um grupo internacional e transcultural de pesquisadores, educadores e profissionais de mídia.

Os educadores de jornalismo poderão iniciar um novo currículo. Os estudantes de jornalismo aprenderão que as questões de migração e deslocamento forçado dizem respeito a seres humanos e, portanto, exigem conhecimento e conscientização sobre fatos precisos, fontes confiáveis, reportagens éticas e boas práticas. Jornalistas experientes se beneficiarão do uso deste manual como uma ferramenta de autoaprendizagem, e as organizações de desenvolvimento de mídia podem adaptar o currículo aos seus planos de treinamento.

O projeto terá impacto em uma cobertura jornalística mais abrangente das questões relativas aos migrantes e aos refugiados, principalmente no que diz respeito aos países de origem, de trânsito e de destino, e a um debate público mais equilibrado e fundamentado entre países e culturas.



*“Uma vez que as guerras
começam nas mentes de homens
e mulheres, é nas mentes de
homens e mulheres que as defesas
da paz devem ser construídas”.*

x	Lista de siglas e abreviações
xii	Prólogo
xiv	Prefácio

1 INTRODUÇÃO

4	Objetivos e estrutura
8	Pensar fora da caixa!
8	Conclusão
9	Referências

11 MÓDULO 1: QUESTÕES RELATIVAS A MIGRANTES E REFUGIADOS – DESAFIOS DO SÉCULO XXI

por Susanne Fengler e Monika Lengauer

12	Objetivos do módulo
12	Resultados de aprendizagem
12	Visão geral
16	O Pacto Global sobre Refugiados e o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular
19	Diferentes países – diferentes perspectivas
23	Estrutura do manual
26	Tarefa sugerida
26	Leitura recomendada
27	Referências

31 MÓDULO 2: PRINCIPAIS FONTES, FATOS, TERMOS E NÚMEROS

por Monika Lengauer

32	Objetivos do módulo
32	Resultados de aprendizagem
32	Visão geral
33	Fontes de dados selecionadas
38	Termos principais – distinção entre migrantes e refugiados
46	Atores principais selecionados
51	Tarefa sugerida
51	Leitura recomendada
52	Referências

**59 MÓDULO 3: FATORES CONTEXTUAIS
PARA A MIGRAÇÃO E O DESLOCAMENTO FORÇADO**

por Monika Lengauer e Susanne Fengler

60	Objetivos do módulo
60	Resultados de aprendizagem
60	Visão geral
61	Estudos acadêmicos
63	Migração e desenvolvimento
64	Migração – uma “boa” ou uma “má” notícia?
67	Foco nos fatores de repulsão e atração para migrantes e refugiados
70	Crescimento populacional
72	Conflitos
75	Fatores econômicos
76	Remessas
80	Instituições
81	Educação
85	Mudança climática
88	Redes coétnicas (diáspora)
89	Tarefa sugerida
90	Leitura recomendada
91	Gênero
95	Leitura recomendada: gênero
96	Referências: gênero
98	Referências

107 MÓDULO 4: A MÍDIA E A HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO – UMA ANÁLISE ENTRE PAÍSES

por Susanne Fengler

108	Objetivos do módulo
108	Resultados de aprendizagem
108	Visão geral
110	Estudos sobre a cobertura jornalística em migração: revisão de literatura
112	Estudos transnacionais sobre a cobertura jornalística em migração I: África e Europa
116	Migração e fluxos internacionais de notícias
118	Estudos transnacionais sobre a cobertura jornalística em migração II: Europa, Estados Unidos da América (EUA) e Rússia
120	Tarefa sugerida
121	Leitura recomendada
121	Referências

125 MÓDULO 5: COBERTURA DA MIGRAÇÃO – EFEITOS DA MÍDIA E DESAFIOS PROFISSIONAIS

por Anna-Carina Zappe

- 126 Objetivos do módulo
- 126 Resultados de aprendizagem
- 126 Visão geral
- 127 A opinião pública sobre a migração
- 129 Campanhas eleitorais e migração
- 130 Cobertura jornalística sobre a migração e os usuários da mídia de notícias:
impactos potenciais sobre o público, público
- 134 Efeito CNN e o caso de “Alan Kurdi”
- 136 Desafios profissionais
- 137 Falta de recursos
- 138 Estereótipos e preconceitos
- 139 Liberdade de imprensa e fontes com agenda própria
- 140 Tarefa sugerida
- 141 Leitura recomendada
- 141 Referências

147 MÓDULO 6: ESTUDO DE CASO: GUINÉ-BISSAU (ÁFRICA OCIDENTAL)

por Monika Lengauer

- 148 Objetivos do módulo
- 148 Resultados de aprendizagem
- 148 Visão geral
- 148 Perfil do país
- 150 Perfil da migração
- 157 Fatores contextuais selecionados 1: pobreza
- 159 Fatores contextuais selecionados 2: crescimento populacional e juventude
- 161 Fatores contextuais selecionados 3: entrar no país
- 162 Tarefa sugerida
- 163 Leitura recomendada
- 163 Referências

167 MÓDULO 7: ESTUDO DE CASO: CAMARÕES (ÁFRICA CENTRAL)

por Monika Lengauer e Johanna Mack

168	Objetivos do módulo
168	Resultados de aprendizagem
168	Visão geral
169	Perfil do país
171	Perfil da migração
174	Fatores contextuais selecionados
178	Gênero
181	Tarefa sugerida
182	Leitura recomendada
183	Referências

189 MÓDULO 8: ESTUDO DE CASO: ALEMANHA (EUROPA OCIDENTAL)

por Monika Lengauer e Johanna Mack

190	Objetivos do módulo
190	Resultados de aprendizagem
190	Visão geral
191	Perfil do país
194	A sociedade que envelhece
195	Perfil de migração
201	Crianças desacompanhadas na União Europeia: o invisível
202	Fator de atração: ímã de bem-estar
202	Fator de atração: porto seguro
204	Tarefa sugerida
205	Leitura recomendada
205	Referências

211 MÓDULO 9: MOVIMENTOS AFRICANOS: A PARTIR DO CONTINENTE, DENTRO DO CONTINENTE, DENTRO DO PRÓPRIO PAÍS

por Monika Lengauer

212	Objetivos do módulo
212	Resultados de aprendizagem
212	Visão geral
213	Movimentos africanos internacionais a partir do continente
219	Movimentos africanos internacionais dentro do continente
225	Deslocamento forçado devido a conflitos: pessoas refugiadas e deslocadas internamente
228	Pessoas deslocadas internamente (PDIs)
232	Leitura recomendada
233	Referências

239 MÓDULO 10: COBERTURA PROFISSIONAL DE MIGRAÇÃO: MELHORES PRÁTICAS E DIMENSÕES ÉTICAS

por Anna-Carina Zappe

240	Objetivos do módulo
240	Resultados de aprendizagem
240	Visão geral
241	Migração como notícia
243	Reportagens profissionais: critérios de melhores práticas
244	Escolha de fontes e entrevistados relevantes
247	Informação confiável e pesquisa fidedigna
250	Redação e perspectivas corretas
253	Cobertura jornalística sobre migrantes e refugiados: exemplos práticos
255	Tarefa sugerida
255	Leitura recomendada
255	Referências

259 MÓDULO 11: REPORTAGENS SOBRE MIGRANTES E REFUGIADOS: LIDAR COM O TRAUMA

por Anna-Carina Zappe

260	Objetivos do módulo
260	Resultados de aprendizagem
260	Visão geral
261	Trauma psicológico
262	Trauma, migrantes e refugiados
266	Entrevistar migrantes e refugiados e ser sensível ao trauma
268	TIIM – Entrevistas Informadas sobre Trauma com Migrantes
272	Saúde mental de jornalistas que fazem cobertura jornalística sobre migrantes e refugiados
274	Tarefa sugerida
274	Leitura recomendada
275	Referências

279 MÓDULO 12: RUMO A UMA COBERTURA COLABORATIVA DA MIGRAÇÃO

por Tina Bettels-Schwabbauer e Nadia Leihls

280	Objetivos do módulo
280	Resultados de aprendizagem
280	Visão geral
281	Colaboração entre profissionais de mídia
285	Colaboração entre os cidadãos
286	Reportagens colaborativas com migrantes e refugiados
288	Colaboração transfronteiriça
289	Tarefa sugerida
290	Leitura recomendada
290	Referências

293 MÓDULO 13: MELHORANDO O IMPACTO: ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS E MARKETING EDITORIAL

por Anna-Carina Zappe e Gordon Wullner-Adomako

294	Objetivos do módulo
294	Resultados de aprendizagem
294	Visão geral
295	Uso de mídia na África e na Europa
297	Como migrantes e refugiados usam a mídia
298	Interesses do público, interesses da mídia
301	História de interesse
303	Histórias de sucesso sobre migração e deslocamento forçado: uma visão geral das melhores práticas
305	“Vender” reportagens sobre migração e deslocamento forçado
307	Tarefa sugerida
307	Leitura recomendada
307	Referências

311 APÊNDICE

311	Figuras
313	Imagens
316	Editores
317	Autores colaboradores
322	Agradecimentos

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

4Mi	Iniciativa do Mecanismo de Monitoramento de Migração Mista (<i>Mixed Migration Monitoring Mechanism Initiative</i>)
ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (<i>Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights – OHCHR</i>)
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (<i>United Nations High Commissioner for Refugees – UNHCR</i>)
ADB	Banco Asiático de Desenvolvimento (<i>Asian Development Bank</i>)
AfDB	Banco Africano de Desenvolvimento (<i>African Development Bank</i>)
AFP	<i>Agence France Presse</i>
AMI	Iniciativa Africana de Mídia (<i>African Media Initiative</i>)
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento (<i>Official Development Assistance – ODA</i>)
AP	<i>Africa Positive</i>
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
C-Africa	Organização Regional Africana da Confederação Sindical Internacional (<i>African Regional Organisation of the International Trade Union Confederation</i>)
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (<i>Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women</i>)
CEE	Europa Central e Oriental (<i>Central and Eastern Europe</i>)
CNN	<i>Cable News Network</i>
CPJ	Comitê para a Proteção dos Jornalistas (<i>Committee to Protect Journalists</i>)
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DTM	Matriz de Monitoramento de Deslocamento (<i>Displacement Tracking Matrix</i>)
DW	<i>Deutsche Welle</i>
EASO	<i>European Asylum Support Office</i>
EJO	Observatório Europeu do Jornalismo (<i>European Journalism Observatory</i>)
EUROSTAT	<i>European Statistical Office</i>
FOIA	Lei de Liberdade de Informação (<i>Freedom of Information Act</i>)
ICIJ	Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (<i>International Consortium of Investigative Journalists</i>)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (<i>Human Development Index – HDI</i>)
IDMC	Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (<i>Internal Displacement Monitoring Center</i>)
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos (<i>Foreign Direct Investments – FDI</i>)
IPC	Índice de Preços ao Consumidor (<i>Consumer Price Index – CPI</i>)
IPDC	Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (<i>International Programme for the Development of Communication</i>)
IRC	Comitê Internacional de Resgate (<i>International Rescue Committee</i>)
ISIL	Estado Islâmico do Iraque e do Levante (<i>Islamic State of Iraq and the Levant</i>)
JiGC	Jornalismo em um Contexto Global (<i>Journalism in a Global Context</i>)
LDC	Países Menos Desenvolvidos (<i>Least Developed Countries</i>)

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assesuais + (<i>Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer, Intersex, Assexual +</i>)
LIC	Países de Renda Baixa (<i>Low-Income Countries</i>)
LMIC	Países de Baixa e Média Renda (<i>Low- and Middle-Income Countries</i>)
MENA	Oriente Médio e Norte da África (<i>Middle East and North Africa</i>)
MSF	<i>Médecins Sans Frontières</i>
OCDE	Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (<i>Organisation for Economic Cooperation and Development</i>)
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (<i>Sustainable Development Goals – SDGs</i>)
OG	Organização Governamental (<i>Governmental Organization – GO</i>)
OIM	Organização Internacional para as Migrações (<i>International Organization for Migration – IOM</i>)
OIT	Organização Internacional do Trabalho (<i>International Labour Organisation – ILO</i>)
ONG	Organização Não Governamental (<i>Non-Governmental Organization – NGO</i>)
ONGI	Organização Não Governamental Internacional (<i>International Non-Governmental Organisation – INGO</i>)
PAM	Programa Alimentar Mundial
OSC	Organizações da Sociedade Civil (<i>Civil Society Organization – CSO</i>)
PDI	Pessoas Deslocadas Internamente (<i>Internally Displaced People – IDP</i>)
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (<i>United Nations Development Programme – UNDP</i>)
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano (<i>Human Development Report – HDR</i>)
REM	Rede Europeia das Migrações (<i>European Migration Network – EMN</i>)
RJE	Rede de Jornalismo Ético (<i>Ethical Journalism Network – EJN</i>)
SBTF	<i>Standby Task Force</i>
SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (<i>Small Island Developing States</i>)
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático (<i>Post-Traumatic Stress Disorder – PTSD</i>)
UA	União Africana (<i>African Union – AU</i>)
UE	União Europeia (<i>European Union – EU</i>)
UIT	União Internacional de Telecomunicações (<i>International Telecommunication Union – ITU</i>)
UNDESA	Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (<i>United Nations Department for Economic and Social Affairs</i>)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>)
UNGA	Assembleia Geral das Nações Unidas (<i>United Nations General Assembly</i>)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (<i>United Nations Children's Fund</i>)
UNPD	Divisão de População das Nações Unidas (<i>United Nations Population Division</i>)
UNRWA	Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (<i>United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees</i>)
UNSD	Divisão Estatística das Nações Unidas (<i>United Nations Statistics Division</i>)
WDI	Indicadores de Desenvolvimento Mundial (<i>World Development Indicators</i>)

Observação: Na versão em língua portuguesa deste manual, os países são referidos pelos seus nomes em português e por suas abreviações. Para nomes oficiais em inglês dos países, consultar: <https://www.un.int/protocol/sites/www.un.int/files/Protocol%20and%20Liaison%20Service/officialnamesofcountries.pdf>.

PRÓLOGO

Meu primeiro contato com este projeto foi quando fui convidado a contribuir com uma perspectiva ugandense para o que acabou sendo uma análise de conteúdo de 11 países sobre a cobertura da migração e do deslocamento forçado dentro e entre a África e a Europa em 2016. Depois de muitos *e-mails* e trocas presenciais, em 2020, essa análise foi publicada pela Journalism Practice em um artigo intitulado “Covering migration – in Africa and Europe: results from a comparative analysis of 11 countries”. Uma das conclusões deste estudo foi que as mídias, tanto na África como na Europa, prestaram pouca atenção às causas da migração e do deslocamento forçado. Com base nessas conclusões, uma ideia ainda maior foi delineada: houve a necessidade de consolidar a riqueza de conhecimento e experiência da equipe em um recurso único para contribuir com a melhoria e o aprofundamento da cobertura sobre a migração e sobre o deslocamento forçado em todo o mundo. Liderada pelas professoras Susanne Fengler, Monika Lengauer e Anna-Carina Zappe, do Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional, essa ideia se tornou realidade com o apoio de parceiros de quase todos os continentes. Foram necessários mais de 30 autores dedicados e autoridades em mídia, migração e deslocamento forçado de quase 20 países para produzir a versão original desse manual para educadores de jornalismo, “Reporting on migrants and refugees”.

Há pouca dúvida de que a cobertura da migração e do deslocamento forçado seja complexa e, em alguns casos, perigosa. Qualquer livro didático que busque transmitir conhecimentos e habilidades sobre a cobertura jornalística de migrantes e refugiados, portanto, se beneficiaria de uma abordagem multidisciplinar e multicultural. Raramente se encontra um ponto convergente para informações, recursos, dicas e casos tão abrangente sobre esse assunto. Este manual vem em boa hora, e sua profundidade e flexibilidade são de grande vantagem para seu público internacional. O manual fornece uma riqueza de recursos livremente acessíveis que respondem às necessidades de seus usuários com menos recursos. Nele há uma colaboração internacional incrível, com uma grande seleção de estudos de caso adequados. Os casos são retirados de todas as partes do globo (exceto do Pacífico). O manual é ricamente referenciado – um bônus para qualquer educador de jornalismo que o utilize para ensinar ou pesquisar. Ele abrange também uma série de teorias sobre migração e deslocamento forçado, além de criar uma base para a análise de reportagens sobre migrantes e refugiados.

O Módulo 1 prepara o cenário e apresenta a estrutura do manual. Os capítulos subsequentes tratam de atores principais, fatores principais, termos principais, estatísticas e fatores contextuais da migração e do deslocamento forçado. O Módulo 4 aborda a natureza histórica da migração e do deslocamento forçado ao aproveitar de um rico conjunto de pesquisas e desafia os educadores de jornalismo a pensar de forma intercultural. O Módulo 5 trata dos efeitos que a mídia potencialmente ou realmente tem nas percepções sobre migrantes e refugiados e sobre o contexto político dessas percepções, além de destacar os desafios profissionais. Os Módulos 6 e 7 destacam os fatores de pobreza, conflitos e gênero, bem como a importância

e os desafios da liberdade de imprensa na cobertura desse assunto complexo. Os módulos também ressaltam a importância do contexto na escrita e na análise da história da migração e do deslocamento forçado. O Módulo 8 concentra-se na migração com foco na Alemanha, quando sua chanceler Angela Merkel, em 2015, esteve nas manchetes ao receber no país centenas de milhares de refugiados com as palavras: “Nós podemos fazer isso”. O Módulo 9 apresenta movimentos intracontinentais com foco em “Movimentos Africanos”. O aspecto mais importante da ética profissional é o assunto do Módulo 10. Aqui, o autor, com exemplos práticos, apresenta o papel da verificação dos fatos (*fact-checking*), da averiguação geral e da escolha de palavras. A questão do trauma, muitas vezes ignorada na cobertura da história de migrantes e refugiados, é explorada em detalhes no Módulo 11. Deve-se notar neste ponto que o trauma é abordado no que se refere ao quanto ele afeta não apenas migrantes e refugiados, mas também jornalistas que cobrem esses casos. O Módulo 12 revela que a natureza transfronteiriça de grande parte da migração e do deslocamento forçado requer colaboração entre profissionais da mídia, migrantes e refugiados. O Módulo 13 discute o elemento muitas vezes esquecido de apresentar a história do migrante e do refugiado.

Este é um trabalho excelente e há muito tempo esperado, que tem o potencial de transformar a cobertura jornalística sobre a migração e o deslocamento forçado em todo o mundo. É difícil imaginar um recurso didático mais elaborado e bem pesquisado sobre esse assunto na atualidade. Ele deveria ser obrigatório em todas as instituições de formação em jornalismo do mundo.

Profa. Monica B. Chibita

Reitora, Faculdade de Jornalismo, Mídia e Comunicação

Uganda Christian University

PREFÁCIO

As pessoas estão se deslocando em grande escala e por uma infinidade de motivos, o que torna a complexidade difícil de se entender – e ainda mais difícil para os jornalistas cobrirem. As mídias de notícias cobrem a história quando algo dramático acontece ou quando o assunto se torna uma questão política. Contudo, para melhorar a compreensão do público, os jornalistas e os educadores de jornalismo podem fazer muito mais. Ler este manual é perceber o quanto ainda há para se aprender e reconhecer que é necessário um verdadeiro conhecimento especializado para que os repórteres possam realmente fazer justiça ao jornalismo que aborda a migração e o deslocamento de refugiados. Por exemplo, o que significa quando os jornalistas tratam como sinônimos os rótulos de *migrante*, *refugiado* e *pessoa deslocada internamente*? Por que pode ser um problema usar frases como *imigrante ilegal* ou *migrante sem documentos*? Alguns professores de jornalismo provavelmente escolherão e adaptarão alguns módulos deste manual e os integrarão em suas aulas de maneira mais ampla. Outros podem ser inspirados a usar este recurso para oferecer um curso completamente dedicado e especializado. Em ambos os casos, a vida dos estudantes de jornalismo será enriquecida. Isso se deve ao fato de que essas páginas são um tesouro de percepções reveladoras e de exercícios de aprendizagem inovadores.

Esta publicação é um tomo substancial, exigindo até dois dias de leitura intensa, mas realizar tal estudo traz muitas recompensas. Como professores de jornalismo, vocês aprenderão muito sobre um dos principais fenômenos da atualidade e encontrarão exercícios prontos para suas aulas. Além disso, os editores fizeram um excelente trabalho ao incluir trechos de jornalistas em atividade e ao apresentar boxes contendo fatos específicos de cada país escritos por importantes educadores de jornalismo. Ademais, para facilitar o estudo posterior, há também um *site* de acompanhamento que contém muitos outros estudos de caso e pesquisas aprofundadas. Entre outras percepções, o que emerge deste manual é a importância de fazer reportagens sobre pessoas em movimento em termos de locais de origem, de trânsito e de destino. Ninguém pode entender a história completa se olhar para apenas uma etapa do processo.

A publicação também nos mostra como descompactar as histórias tanto de indivíduos como de grupos, e com sensibilidade a fatores fundamentais como gênero e idade, motivações diversas e traumas associados. Muitas vezes, as questões são enquadradas como a “crise de refugiados” ou a “crise de imigração”. No entanto, os jornalistas fazem bem em perguntar: “crise para quem?” e “oportunidade para quem?”, pois é possível que haja beneficiários dessa “crise” – incluindo aqueles que se deslocam, mas também diz respeito àqueles que permitem o trânsito e àqueles que estão nos locais de destino. E, como o manual nos lembra, muitas vezes seria mais correto referir-se à “crise” como uma crise na política. Assim, é importante que os jornalistas investiguem de que maneira o movimento de pessoas – desde sua origem até o seu destino, passando pelo trânsito – se intersecciona com a forma pela qual os responsáveis pelos deveres criaram marcos de ação política relevantes para a totalidade da sociedade.

O jornalismo desempenha um papel fundamental no que diz respeito ao equilíbrio da relação entre detentores de direitos e responsáveis pelos deveres. Como este manual bem mostra, migrantes e refugiados têm direitos e, correlativamente, todos têm o dever de respeitá-los. Em particular, os formuladores de políticas, que gerenciam esses deslocamentos humanos, e necessitam de informações de qualidade e do olhar da opinião pública para torná-los responsáveis. As mídias de notícias também têm um dever para com as pessoas em movimento sobre quem estão reportando, como parte de suas obrigações com os direitos humanos de forma mais ampla. Existem questões jurídicas e éticas relacionadas ao movimento de pessoas, e os jornalistas devem conhecer e se alinhar a esses fundamentos. O manual também destaca as possibilidades do jornalismo de construção – não às custas de responsabilizar atores poderosos, mas diz respeito ao valor de ir além da exposição de problemas para investigar soluções. Tudo isso também aponta, como mostra bem o manual, para o valor das colaborações – em todos os países, bem como nas reportagens sobre deslocados internos. Além disso, as páginas dão dicas sobre como os valores tradicionais das notícias e a noção de “histórias de interesse” podem ser usados para apresentar a cobertura jornalística e fazê-la passar pelos portões editoriais e chegar à luz do dia.

O mandato da UNESCO inclui o objetivo de fortalecer o jornalismo, concebido como um exercício especial de liberdade de expressão – no qual os participantes se comprometem a comunicar informações verificadas de interesse público. A educação em jornalismo é um veículo direcionado para a melhoria do jornalismo. Este manual se soma à série existente da UNESCO sobre educação em jornalismo, que busca fazer a diferença na educação em jornalismo em todo o mundo – tendo em mente, é claro, a grande variedade geográfica de perfis do fenômeno das pessoas em movimento. Para o crédito dos editores, embora a maior parte da atenção seja dada à África e à Europa, incluindo a interconexão entre elas, as percepções podem ser abstraídas para serem aplicados a outros continentes. O manual também impressiona por reconhecer o impacto da Covid-19 na migração e no deslocamento de refugiados. O fortalecimento da educação em jornalismo é um dos quatro principais resultados que o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC) da UNESCO busca alcançar. A cada dois anos, os Estados-membros da UNESCO elegem 39 deles para liderar o IPDC, que é um programa intergovernamental exclusivo do Sistema das Nações Unidas especializado em questões de desenvolvimento de mídia. Marcando seu 40º aniversário em 2020, o IPDC já apoiou uma série de manuais sobre outros tópicos. Muitos deles tiveram recepções tão entusiasmadas que os leitores ofereceram traduções voluntárias. Tais ofertas são sempre muito bem-vindas, porque permitem que o conhecimento seja difundido em muitas línguas. Para começar, este manual atual também é publicado em inglês, francês, árabe, espanhol e kiswahili, mas se algum leitor estiver interessado em se voluntariar para ajudar a disponibilizar este recurso em outras línguas, está cordialmente convidado a entrar em contato.

Enfatiza-se a necessidade de jornalistas bem treinados que façam reportagens de qualidade sobre migrantes e refugiados na oferta atual de conteúdos devido aos fluxos de desinformação e teorias da conspiração sem precedentes e até mesmo avassaladores que estão em circulação. O jornalismo de qualidade relativo à migração e ao deslocamento de refugiados é especialmente

PREFÁCIO

essencial onde o populismo e os preconceitos se tornaram normalizados para grandes faixas da humanidade e desencadearam mal-entendidos, medo e ódio.

Que este manual, portanto, se torne uma contribuição impactante para um mundo em que a gestão de pessoas em movimento seja feita com as melhores informações disponíveis e consideração pelos direitos humanos, em vez de ser guiada por uma cobertura jornalística superficial ou sensacionalista que pode alimentar a fantasia e o frenesi.

Prof. Guy Berger

Diretor de Estratégias e Políticas na Área de Comunicação e Informação

INTRODUÇÃO

Um número sem precedentes de pessoas está em movimento nestes tempos modernos. Em 2019, 272 milhões de pessoas em todo o mundo eram migrantes e refugiados, um aumento de quase 120 milhões desde 1990 (Migration Data Portal, 2020). O número e a proporção desses fluxos já superam algumas projeções feitas para o ano de 2050, que foram da ordem de 230 milhões (IOM, 2019b, p. 2). Atualmente, os migrantes internacionais representam 3,5% da população mundial, em comparação com 2,8% no ano 2000. Como o número de pessoas em movimento internacionalmente “está crescendo mais rápido do que a população total, sua participação na população mundial tem aumentado” (UNDESA, 2019, p. 1). Grandes movimentos de migrantes e refugiados têm ramificações políticas, econômicas, sociais, de desenvolvimento, humanitárias e de direitos humanos. Aqueles que se deslocam podem enfrentar grandes riscos; eles podem estar sujeitos a criminosos traficantes de seres humanos e jornadas perigosas; eles enfrentam uma recepção incerta em seu destino; mas eles têm direitos. As capacidades de países e comunidades que os recebem, sua coesão social e econômica¹, são afetadas. Assim como os países de origem, que podem sofrer com a fuga de cérebros, ou se beneficiar do ganho de cérebros colhidos de ex-migrantes que voltam para casa.

A migração e o deslocamento forçado são temas transversais e multifacetados, altamente internacionais, transculturais e interdisciplinares. São situações que exigem conhecimento em uma série de questões complexas e inter-relacionadas, incluindo os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, as mídias, o jornalismo, a opinião pública local e estrangeira, bem como questões políticas, econômicas, culturais, psicológicas, teóricas e práticas, agentes de políticas nacionais, regionais e internacionais e organizações relacionadas (organizações governamentais, ONGs e ONGIs). Essas são apenas algumas questões, além dos fatores contextuais² que são conhecidos, mas que devem ser debatidos. A migração e o deslocamento forçado transcendem todos os campos da vida humana.

Isso se tornou ainda mais evidente na pandemia de Covid-19, que apresentou um desafio mundial sem precedentes, a “ameaça à segurança global número um em nosso mundo hoje” – o secretário-geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, não poderia ter escolhido palavras mais drásticas ao se dirigir à mídia em setembro de 2020. Ele prestou condolências a “um milhão de vidas perdidas para o vírus. Enquanto isso, o surto permanece fora de controle” (United Nations, 2020c). O alcance dessa pandemia e as restrições de mobilidade associadas são históricos. Seu impacto é mais severo para as pessoas em movimento, como migrantes em situações irregulares, trabalhadores migrantes com meios de subsistência precários e pessoas que fogem por motivos de perseguição, guerra, violência, violações dos direitos humanos ou desastres, seja dentro de

1 A coesão social compreende a integração, um tema importante que será desenvolvido como uma nova plataforma de aprendizagem *online* (*e-learning*) com financiamento do governo alemão.

2 Fatores contextuais da migração e do deslocamento forçado também são conhecidos como fatores de “repulsão” e de “atração”. Ver o Módulo 3 para obter detalhes e/ou os glossários recomendados no Módulo 2: EMN (2018); IOM (2019a); UNHCR (s.d.).

seus próprios países – deslocados internos (PDIs) – ou por fronteiras internacionais – refugiados e requerentes de asilo.³ O impacto desproporcional da pandemia de Covid-19 se apresenta como três crises interligadas: uma crise de saúde, uma crise socioeconômica e uma crise de proteção. As pessoas vivem em condições muitas vezes precárias ou superlotadas, sem acesso a serviços básicos, como água, saneamento ou nutrição; mulheres e meninas enfrentam riscos de violência com base em gênero; os refugiados podem ficar retidos, incapazes de buscar proteção além das fronteiras. A Covid-19 impactou severamente os direitos de muitas pessoas em movimento (United Nations, 2020a, 2020b). “Diante dessa doença letal”, disse o secretário-geral das Nações Unidas, Guterres, “devemos fazer o máximo para deter a desinformação mortal” (United Nations, 2020c).

Os jornalistas exercem um papel fundamental a este respeito – informar o público de forma profissional (UNESCO, 2020). Seu trabalho, no entanto, também foi prejudicado pela pandemia – não apenas porque a principal notícia sobre a crise dos refugiados (ver Módulo 4), que foi muito discutida na mídia, foi substituída pela crise seguinte, a Covid-19 –, mas também porque as condições de trabalho dos jornalistas mudaram. Em uma pesquisa global sobre o impacto da Covid-19, os Repórteres Sem Fronteiras demonstraram dados sobre suas condições de trabalho e sobre a liberdade de imprensa que a pandemia ampliou “as muitas crises que ameaçam o direito à informação livre, independente, diversificada e confiável” (Reporters Without Borders, 2020). O jornalismo de qualidade é essencial em condições em que governos autoritários “implementam a notória doutrina do choque [...] impõem medidas que seriam impossíveis em tempos normais” (Reporters Without Borders, 2020). Um estudo da UNESCO sobre desinformação relacionada à Covid-19 (Posetti; Bontcheva, 2020a; Posetti; Bontcheva, 2020b) enfatiza o contexto dos direitos humanos (Posetti; Bontcheva, 2020a, p. 4). O setor de mídias poderia, entre outras “opções de ação”, considerar as colaborações internacionais em torno da Covid-19 e seu impacto na migração, bem como garantir que as experiências dos países em desenvolvimento não sejam negligenciadas (Posetti; Bontcheva, 2020b, p. 13).

A educação em jornalismo deve abordar essas questões globais e críticas de nossos tempos, que são campos de estudo interdisciplinares. Para migração e deslocamento forçado, essa tarefa foi levantada nas primeiras iniciativas que inspiraram esse manual (Posetti, 2015; Turpin, 2018; UNHCR; NUJ, 2015). A educação em jornalismo foi abordada no Pacto Global para Migração, que inclui a necessidade de sensibilizar e oferecer treinamento para os profissionais da mídia sobre questões e terminologias relacionadas à migração, a fim de promover “reportagens independentes, objetivas e de qualidade” orientadas por “normas e padrões éticos de reportagem [...] em pleno respeito à liberdade da mídia” (United Nations General Assembly, 2018, p. 26, par. 33(c)). Embora *nenhum* Estado possa gerenciar os desafios políticos da migração e do deslocamento forçado por conta própria, *nenhuma* instituição de ensino de jornalismo e *nenhum* sistema de mídia pode gerenciar os desafios por conta própria, para não mencionar uma única redação ou um jornalista individual. A migração e o deslocamento forçado são tanto assuntos globais quanto individuais, e a educação em jornalismo deve responder a esses desafios.

³ Para definição de migrantes “irregulares” e todos os outros grupos, consultar os glossários recomendados no Módulo 2: EMN (2018); IOM (2019a); UNHCR (s.d.).

É neste contexto que “Reportagens sobre migrantes e refugiados: manual para educadores de jornalismo” pretende agregar valor, quando compartilhado, ensinado e treinado dentro de uma rede internacional de educadores e estudantes de jornalismo. Ele é criado para incentivar a troca de pontos de vista, bem como reportagens conjuntas e assume um desenvolvimento passo a passo, e visa à verdadeira apropriação em todos os continentes e culturas da mídia, começando com a África e a Europa, chegando ao Oriente Médio e Norte da África (MENA), bem como à Ásia, às Américas e à Rússia. O manual foi conceituado e desenvolvido por uma equipe central intercultural de acadêmicos de jornalismo e profissionais de mídia da Europa e da África e inclui *feedback* de mais de 100 jornalistas africanos e europeus, que participaram de *workshops* piloto com base nesse material desde 2018. Embora grande parte diga respeito à África e à Europa, o conteúdo também é relevante em outros lugares (para perspectivas da região MENA, Ásia, Américas e Rússia, consultar o portal do projeto www.mediaandmigration.com).

Pesquisas sobre reportagens de migração e deslocamento forçado na mídia africana e europeia mostraram que o tema é totalmente mal noticiado ou sofre de perspectivas unidimensionais e autocentradas. Estudos comparativos envolvendo a África e a Europa mostram que as mídias de notícias em ambos os continentes se concentram em graves naufrágios no Mar Mediterrâneo, enquanto a análise das causas complexas que levam a esses fluxos populacionais tende a ser marginalizada. De acordo com análises da African Media Initiative (AMI), a cobertura da migração em muitos países africanos ignora as realidades econômicas e sociopolíticas que levam as pessoas a mudarem-se da África para a Europa – enquanto as mídias europeias estão frequentemente concentradas na questão da segurança nas fronteiras (Fengler et al., 2020). Isso sugere que os jornalistas europeus necessitam de treinamento tanto quanto seus colegas africanos – uma tarefa que é uma das ideias centrais deste manual, pois procuramos abordar educadores de jornalismo e seus estudantes em todos os continentes, e esperamos conectá-los por meio do nosso portal de projetos www.mediaandmigration.com.

É importante integrar a história sobre migração e deslocamento forçado dentro do contexto real da cultura nacional e da economia política. As reportagens sobre os países de origem tendem a enfatizar o impacto da migração e do deslocamento forçado nos países de destino. No entanto, a migração pode – e deve – servir como um espelho das sociedades das quais as pessoas emergem. A história deve ser levada para dentro de casa de uma forma tão desapaixonada quanto convincente, bem como devem ser levadas as perspectivas de todas as partes interessadas, locais e internacionais. As reportagens da mídia constituem o primeiro rascunho da história de um povo. Trata-se do que os jornalistas dizem sobre essa era marcada por esses movimentos perigosos e maciços de cidadãos em busca de “pastagens mais verdes” e onde eles terminam suas jornadas.

O manual aborda a migração e o deslocamento forçado de maneiras que exigem conhecimento estruturado por pesquisas e por uma avaliação crítica das fontes. Ao enfatizar a base acadêmica do jornalismo, este manual pretende responder a essa necessidade. As pesquisas também têm demonstrado que o migrante e o refugiado raramente são o objeto da cobertura jornalística; este manual se volta para as *pessoas* como prioridade dessas reportagens e seus pontos principais serão relevantes para todas as regiões do mundo.

Do ponto de vista analítico, essas pessoas se enquadram em diferentes categorias, tornando a questão um pouco mais complexa, o que exige que os jornalistas prestem atenção aos detalhes; eles devem estudar sobre os migrantes e os refugiados para informar o seu público de forma hábil e facilitar o discurso público, e este manual para educadores de jornalismo pretende ajudar nisso. Os jornalistas precisam saber que *as pessoas em movimento* podem ser *forçadas* a deixar seus países de origem como refugiados e buscar asilo em outro lugar, e que outras pessoas podem ser *forçadas* a deixar suas casas, mas permanecer em seu país de origem como deslocados internos – o número de deslocados internos supera em muito os de refugiados, mas eles são muito mal noticiados. Esses e mais grupos (por exemplo, apátridas) são definidos como pessoas “deslocadas à força”, e a maioria deles está sob a proteção do ACNUR⁴. Em 2019, o ACNUR relatou 74 milhões de *pessoas deslocadas à força* sob sua proteção, além de 5,6 milhões de refugiados palestinos⁵, totalizando cerca de 80 milhões (UNHCR, 2020, p. 1). Os palestinos são um grupo especial de refugiados sob o mandato da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA). Outras pessoas em movimento podem optar por deixar suas casas, e presume-se que o façam *voluntariamente*. Eles são *migrantes*. Quase 180 milhões de 272 milhões (dois terços) dos *migrantes internacionais* são *migrantes laborais*, dos quais a maioria vem de países em desenvolvimento e buscam economias maiores (IOM, 2019b, p. 2, p. 25).

Objetivos e estrutura

O manual procura fornecer aos educadores de jornalismo um conjunto abrangente de módulos e permite que eles treinem estudantes de jornalismo para entender melhor as complexas dimensões factuais da cobertura da migração e do deslocamento forçado, além de traduzir esse conhecimento em técnicas de reportagem sólidas e sensíveis, mas relevantes e desafiadoras.

Este manual baseia-se em cinco anos de pesquisas e análises no contexto do projeto Journalism in a Global Context (JiGC), fundado em 2015, para promover o papel da mídia no que diz respeito à migração e ao deslocamento forçado em África e na Europa. No projeto JiGC, os acadêmicos de jornalismo e os profissionais de mídia da África e da Europa uniram forças para desenvolver uma perspectiva intercultural das reportagens sobre migração e deslocamento forçado. Os principais parceiros do projeto são o Erich Brost Institute (EBI) de Jornalismo Internacional da TU Dortmund University, na Alemanha, a ONG Africa Positive (com sede na Alemanha) e a AMI (com sede no Quênia), representando duas mil agências de notícias independentes em toda a África. Os nossos parceiros acadêmicos no continente africano incluem a Makerere University, Kampala, Uganda; Ghana Institute of Journalism, Acra, Gana; University of Dar es Salaam, Dar es Salaam, Tanzânia; Uganda Christian University, Mukono, Uganda; Daystar University, Nairobi, Quênia; Addis Ababa University, Adis Abeba, Etiópia; Nnamdi Azikiwe University, Awka, Nigéria; Witwatersrand University, Joanesburgo, África do Sul; e a University of Yaoundé I, Yaoundé,

4 Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, ou UNHCR em inglês).

5 Observe que a UNRWA se refere a refugiados “da Palestina”, não a refugiados “palestinos”, definindo o grupo como “pessoas cujo local de residência normal era a Palestina durante o período de 1º de junho de 1946 a 15 de maio de 1948, e que perderam tanto o lar quanto os meios de subsistência como resultado do conflito de 1948” (UNRWA, s.d.). Este manual usa, de acordo com a linguagem comum, a expressão “refugiados palestinos”.

Camarões. Além disso, fizemos uma parceria com o Institut Supérieur de l'Information et de la Communication (ISIC), Marrocos; a American University in Cairo (Departamento de Jornalismo e Comunicação de Massa); a St. Petersburg State University (Rússia); e a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Juntamente com pesquisadores de Bangladesh, Nepal, Mianmar e Paquistão, os acadêmicos dessas universidades e os jornalistas praticantes contribuíram para este manual, incluindo os recursos que o acompanham. O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, bem como a Robert Bosch Stiftung, forneceram fundos para criar a rede do JiGC e realizar conferências, formações e projetos de pesquisa transfronteiriços. O apoio da fundação permitiu-nos desenvolver este material didático com prioridade no diálogo inter-regional entre África e Europa e no discurso diferenciado sobre as migrações dentro e entre sociedades.

Em uma série de conferências e *workshops* internacionais em Adis Abeba, Dacar, Dortmund, Nairobi e Rabat, a equipe do JiGC identificou conjuntamente os desafios para os atores e as organizações de mídia, especialmente em países africanos, mas também em países europeus, que este manual abordará. Mais de 200 jornalistas e acadêmicos convidados a compartilhar suas experiências enfatizaram a falta de conhecimento sobre a dimensão e os aspectos interculturais da história da migração. Eles enfatizaram a necessidade de mais recursos para pesquisa investigativa e melhor apoio dos editores para acompanhar as histórias relevantes. Não apenas os jornalistas africanos podem ganhar com essa formação para contar a história africana de migrantes e refugiados; por meio da construção de redes de jornalistas intra-africanos, reconhecendo que esta é uma questão complexa (Berger, 2011), eles também podem combater o domínio dos conteúdos de notícias internacionais. As mídias independentes para a publicação de histórias multifacetadas e aprofundadas, bem como as habilidades empreendedoras para encontrar um mercado para reportagens investigativas também são fatores que precisam ser abordados. As contribuições de jornalistas europeus e um conjunto de pesquisas relacionadas à representação da imigração na Europa indicam que a formação sobre o tema pode beneficiar os repórteres.

O conteúdo deste manual foi testado em sessões de formação na África em 2018 e 2019, e os jornalistas africanos envolvidos nessas formações confirmaram as deficiências impostas sobre as realidades das reportagens. Além disso, o manual foi testado no ensino de estudantes de jornalismo na TU Dortmund University ao longo de três semestres. Dos 100 participantes nos nossos *workshops* piloto em Gana, Guiné, Costa do Marfim e Nigéria, muitos não tinham experiência anterior com migração e deslocamento forçado como tema de reportagem ou não tinham ligado esses fenômenos às questões de desenvolvimento. Os participantes aludiram à falta de consciência sobre as dificuldades que os migrantes enfrentam nos países de destino europeus. Eles também avaliaram que, embora os cidadãos africanos possam estar cientes dos perigos da migração irregular, os resultados positivos esperados da migração para a Europa – remessas e benefícios financeiros para a família, bem como ganhos de reputação – superam esses riscos. Os jornalistas europeus envolvidos nas nossas conferências salientaram a necessidade de intercâmbios interculturais para compreender a migração.

Este manual procura equipar os futuros jornalistas com as habilidades e os conhecimentos descritos anteriormente. Ele destina-se especialmente a educadores e a estudantes de jornalismo

em programas acadêmicos na África e na Europa, bem como em faculdades de jornalismo em todo o mundo, que são muito bem-vindas para adaptar este manual aos seus contextos específicos. O material é conceituado em três níveis:

- **Nível I** – fornecimento de conhecimentos fundamentados em pesquisa sobre migração e deslocamento forçado, com foco em fatores contextuais na África e na Europa, bem como reportagens sobre esses assuntos.
- **Nível II** – estudos de caso de fatores contextuais na África e na Europa.
- **Nível III** – prática jornalística na reportagem sobre migração e deslocamento forçado e criação de redes de reportagem interculturais.

Perspectivas sobre migração e deslocamento forçado nas regiões de MENA, Ásia, Américas e Rússia são fornecidas *online*. Além dessas perspectivas de país, o portal do projeto **www.mediaandmigration.com** oferece muitos recursos e, assim, complementa o manual.

Material multimídia e interativo estão disponíveis no portal do projeto **www.mediaandmigration.com**. Treze cursos são definidos como módulos a serem implementados em um semestre de, no máximo, treze sessões. A estrutura modular permite reduzir ou ampliar o número de sessões de acordo com a estrutura e requisitos acadêmicos específicos. Idealmente, recomenda-se um mínimo de 12 sessões. Cada sessão consiste em 90 minutos. Os módulos que resumem pesquisas relevantes sobre migração e deslocamento forçado são mais extensos do que os módulos com foco em jornalismo, pois o objetivo deste manual é fornecer o máximo de serviço possível aos educadores de jornalismo para facilitar o ensino generalizado do tema.

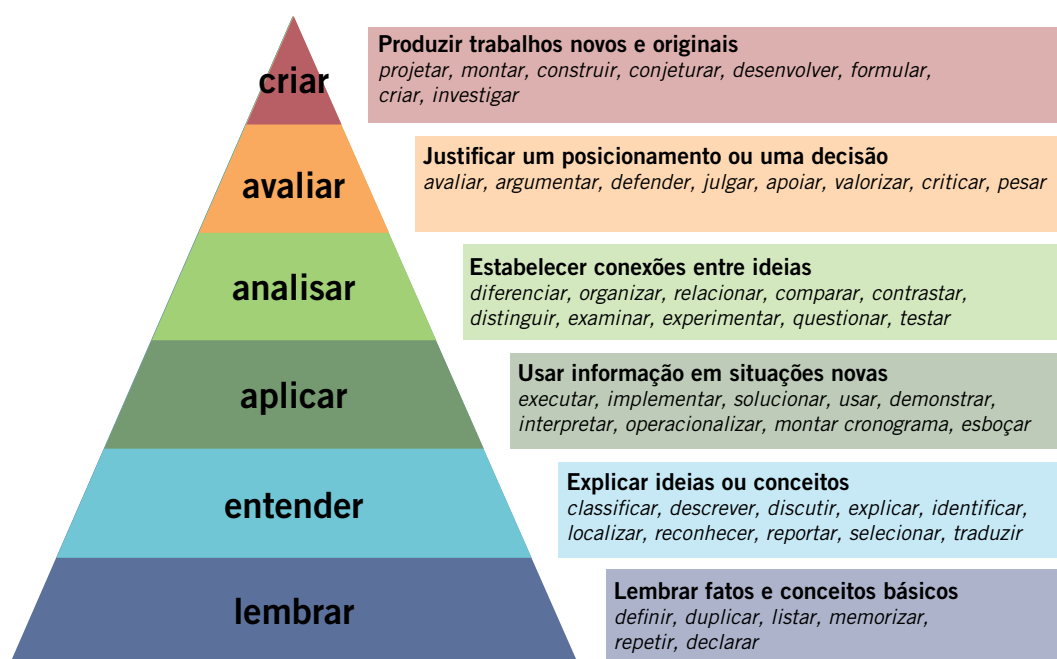
O manual é simples de usar (*user-friendly*) e é aplicável em todos os sistemas de educação para a mídia. Ao analisar as realidades generalizadas (falta de financiamento, didática tradicional, cortes de energia, escassez de recursos de biblioteca e laboratório, divisão acadêmico-praticante etc.), o manual oferece opções para se concentrar em palestras, sugere que se convide palestrantes ocasionais ou que se crie mais espaços participativos para os estudantes. Os módulos defendem uma metodologia de ensino participativa, incentivam o trabalho em equipe e o engajamento dos participantes. Cada módulo começa com uma visão geral dos objetivos do módulo, que são dirigidos aos educadores.

Posteriormente, são formulados resultados de aprendizagem que, de acordo com a taxonomia de Anderson e Krathwohl (2001), refletem os objetivos de aprendizagem que os estudantes buscam e o que os participantes devem ser capazes de fazer após a conclusão do módulo. A taxonomia é uma estrutura bem conhecida para categorizar os objetivos educacionais em seis níveis cognitivos diferentes (ver Figura 1).⁶

⁶ A taxonomia de Anderson e Krathwohl (2001) é uma versão revisada de Bloom (1956). Existem seis níveis (cognitivos) na taxonomia.

A descrição dos objetivos de aprendizagem desempenha, assim, um papel fundamental na concepção dos testes e do ensino. Os objetivos de aprendizagem fornecem instruções claras para o ensino e, ao mesmo tempo, para um teste. É por isso que os resultados da aprendizagem também se refletem nas sugestões de atividades para sala de aula e tarefas. Os resultados da aprendizagem também abordam não apenas os objetivos de aprendizagem cognitiva, mas também os domínios afetivos e outros.⁷

Figura 1: Taxonomia de Bloom dos processos cognitivos frequentemente solicitados aos estudantes em ambientes educacionais



Fonte: (Armstrong, 2010). Ilustração própria.

Os resultados da aprendizagem são seguidos por visão geral em cada módulo, que combinam um resumo do tópico do módulo e sua introdução; os módulos então apresentam o tema, oferecem o contexto, as práticas de sala de aula e uma lista abrangente de referências. Educadores e estudantes encontrarão uma seleção de vídeos curtos, áudios e material de *e-learning* no portal do projeto www.mediaandmigration.com, a maior parte produzida exclusivamente para este manual e para ser usada no trabalho em sala de aula. Cada módulo inclui entrevistas com especialistas, migrantes e refugiados e uma seleção de artigos jornalísticos de melhores práticas. Mais importante ainda, os educadores são convidados a baixar conjuntos de *slides* totalmente desenvolvidos para

⁷ Os níveis centrais dos domínios afetivos são os valores de recebimento e resposta. Graus mais elevados de internalização (aceitação de um valor, preferência por um valor, compromisso; organização e caracterização) são difíceis de verificar nos cursos. O chamado "domínio psicomotor" inclui movimento físico, coordenação e uso das áreas de habilidades motoras e pode, por exemplo, implicar que técnicas jornalísticas como escrita, fotografia e habilidades relacionadas sejam dominadas. Para mais informações, consultar, entre outros: Krathwohl, Bloom e Masia (1973), Simpson (1972) e Harrow (1972).

palestras no portal do projeto www.mediaandmigration.com, e esperamos que eles se sintam livres para utilizar e adaptar os *slides* às suas necessidades e aos objetivos locais específicos.

Pensar fora da caixa!

Este manual também é inspirado em projetos culturais e artísticos. Os educadores de jornalismo de todo o mundo identificarão seus próprios exemplos inspiradores. O manual com foco em migrantes e refugiados oferece algumas práticas recomendadas: Artistas que acreditam que as mensagens transmitidas em música são mais fortes do que as proferidas em palavras (por exemplo, ver Módulo 7, Camarões [Prolific Dream Revolution]), ou artistas que criam palavras em poemas que reverberam mais forte do que aquelas em prosa (Mansour, 2018). Nós, do EBI, também embarcamos na avenida da arte e da academia: a artista internacional Yoko Ono apresentou a obra “Add Color (Refugee Boat)” em Dortmund. O seu trabalho artístico participativo foi aberto por ocasião da conferência anual da European Journalism Training Association (EJTA) em outubro de 2019, organizada pelo EBI. Há décadas, Yoko Ono tem estado preocupada com o sofrimento das pessoas que fogem das guerras e da opressão e criou uma série de grandes obras que fazem referência a essa situação, incluindo “Add Color (Refugee Boat)”. Nossos estudantes estiveram ativamente envolvidos como guias e se comunicaram com milhares de visitantes ao longo de três meses. Eles aprenderam aspectos do jornalismo que não se revelam em sala de aula. O estudante de jornalismo Roman Winkelhahn compartilha algumas das lições aprendidas: “Os visitantes desta exposição são muito honestos. Quando eles ficam na frente do barco de refugiados, eles são convidados a escrever seus pensamentos e eles fazem isso. À queima-roupa. Para nós, jornalistas, a honestidade e a autenticidade significam muito. Por isso tem sido tão enriquecedor cuidar da exposição e interagir com seus visitantes. Ouvir as experiências de migrantes e refugiados nos forneceu percepções sobre um dos principais assuntos do nosso tempo”. O show foi um grande sucesso popular, e ainda mais: nossos estudantes de jornalismo interagiram com muitos visitantes vindos de todas as partes do planeta diariamente, aprenderam com suas histórias como migrantes e refugiados e discutiram sobre como a história da migração e do deslocamento forçado está sendo contada em diferentes culturas do jornalismo.

Conclusão

Ao promover a qualidade da cobertura jornalística sobre migração e deslocamento forçado em países de origem, de trânsito e de destino, espera-se que o projeto aumente a qualidade do discurso público. O manual procura fortalecer a independência de atores e organizações jornalísticas em países que sofrem restrições políticas e econômicas à liberdade de imprensa, promovendo seu profissionalismo. Ele promoverá um debate multifacetado nas mídias sobre a relevante questão da migração e do deslocamento forçado, impactando assim os processos de tomada de decisão em diferentes níveis da sociedade. O manual melhorará as habilidades de pesquisa e reportagem dos jornalistas participantes e ampliará de maneira substancial o seu conhecimento e a sua compreensão a respeito dessas questões em um contexto mundial. Ao criar redes intra-africanas de jornalistas e promover a compreensão intercultural pan-africana, os jornalistas expandirão a sua compreensão dos desenvolvimentos nos países vizinhos e poderão recorrer à experiência de

colegas profissionais em outros países africanos para a sua própria cobertura. Isso também se aplica à Europa e ao intercâmbio entre profissionais de mídia africanos e europeus. Para todas as regiões do mundo, o manual pode ajudar a treinar habilidades empreendedoras dos participantes para permitir que eles encontrem mercados para suas histórias e entrem em contato com os editores para obter seu apoio. Os participantes são incentivados a transmitir conhecimento a colegas e a supervisores, enquanto os instrutores de jornalismo são incentivados a oferecer aulas mais substanciais e eficazes no campo da reportagem global. Esperamos que este manual capacite educadores de jornalismo, estudantes e jornalistas praticantes em suas reportagens. Esperamos que as novas reportagens construam confiança na medida em que devem estar enraizadas no conhecimento acadêmico, orientadas por decisões competentes sobre quais recursos de dados usar e por uma reflexão crítica das fontes institucionais. As pessoas devem estar no centro das reportagens, não apenas elevando-as a atores, mas também capacitando-as a tomar decisões fundamentadas para a sociedade real – atual e futura – em que vivem.

Susanne Fengler, Monika Lengauer, Anna-Carina Zappe e todos os autores colaboradores

Referências

- Anderson, L. W.; Krathwohl, D. R. *A taxonomy for learning, teaching and assessing: revision of Bloom's taxonomy of educational objectives*. New York: Longman, 2001.
- Armstrong, P. *Bloom's taxonomy*. Vanderbilt University Center for Teaching, 2010. <https://cft.vanderbilt.edu/guides-sub-pages/blooms-taxonomy/>.
- Berger, G. Networking African journalism educators: bonding, bridging, and linking. *Global Media Journal*, v. 5, n. 1, p. 1-23, 2011. <https://doi.org/10.5789/5-1-55>
- Bloom, B. S. *Taxonomy of educational objectives: handbook I: cognitive domain. Handbook II: affective domain*. New York: David McKay, 1956.
- EMN. *Asylum and migration: glossary 6.0; a tool for better comparability produced by the European Migration Network*. 2018. https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emnglossary-6-0_en.pdf.
- Fengler, S.; Bastian, M.; Brinkmann, J.; Zappe, A.-C.; Tatah, V.; Andindilile, M.; Assefa, E.; Chibita, M.; Mbaine, A.; Obonyo, L.; Quashigah, T.; Skleparis, D.; Splendore, S.; Tadesse, M.; Lengauer, M. Covering migration – in Africa and Europe: results from a comparative analysis of 11 countries. *Journalism Practice*, p. 1-21, 2020. <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1792333>.
- Harrow, A. *A taxonomy of psychomotor domain: a guide for developing behavioral objectives*. New York: David McKay, 1972.
- IOM. *Glossary on migration*. Geneva, 2019a. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.
- IOM. *World migration report 2020*. Geneva, 2019b. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf.
- Krathwohl, D. R.; Bloom, B. S.; Masia, B. B. *Taxonomy of educational objectives: handbook II; affective domain*. New York: David McKay, 1973.
- Mansour, I. *I am a refugee*. 2018. <https://www.pbs.org/video/i-am-a-refugeehrq5gb/>.

- Migration Data Portal. *Migration Data Portal: the bigger picture*. 2020. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019.
- Posetti, J. Reporting migration, with a focus on refugees. In: Bonda, F. (Ed.). *Teaching journalism for sustainable development: New Syllabi*. Pons: UNESCO, 2015. p. 79-98.
- Posetti, J.; Bontcheva, K. *Deciphering Covid-19 disinformation*. Paris, 2020a. (Policy brief, 1). https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation.pdf.
- Posetti, J.; Bontcheva, K. *Disinfodemic: dissecting responses to Covid-19 disinformation*. Paris, 2020b. (Policy brief, 2). https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_dissecting_responses_covid19_disinformation.pdf.
- Reporters Without Borders. *2020 World Press Freedom Index: entering a decisive decade for journalism, exacerbated by coronavirus*. 2020. <https://rsf.org/en/2020-world-press-freedom-index-entering-decisive-decade-journalism-exacerbated-coronavirus>.
- Simpson, E. J. *The classification of educational objectives in the psychomotor domain*. Washington, D.C.: Gryphon House, 1972.
- Turpin, S. *Media coverage on migration: a practical guide for journalists*. 2018. <https://rodakar.iom.int/sites/default/files/document/publications/Media%20Toolkit%202018%20-%20EN%20RO%20Dakar%20%281%29.pdf>.
- UNDESA. *Population facts 2019: international migrants numbered 272 million in 2019, continuing an upward trend in all major world regions*. New York, 2019. https://www.un.org/development/desa/en/news/population/international-migrant-stock-2019.html_PopFacts_2019-04.pdf.
- UNESCO. *UNESCO stresses importance of safety of journalists amid COVID-19 pandemic* [Press release]. Paris, 27 Mar. 2020. <http://en.unesco.org/news/unesco-stresses-importance-safety-journalists-amid-covid-19-pandemic>.
- UNHCR. *Glossary*. s.d. <http://www.issm.cnr.it/progetti/emigrazione/METADATA%20E%20GLOSSARI/UNHCR/GLOSSARY%20UNHCR.pdf>.
- UNHCR. *Global trends: forced displacement in 2019*. Copenhagen, 2020. <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>.
- UNHCR; NUJ. *Reporting on refugees: guidance by and for journalists*. 2015. <https://www.unhcr.org/en-ie/58e1ed994.pdf>.
- United Nations. *Policy brief: Covid-19 and people on the move*. New York, 2020a. <https://unsdg.un.org/resources/policy-brief-covid-19-and-people-move>.
- United Nations. *Press Conference by Secretary-General António Guterres at United Nations Headquarters*. New York, 2020c. <https://www.un.org/press/en/2020/sgsm20258.doc.htm>.
- United Nations. *UN Response to Covid-19*. New York, 2020b. <https://www.un.org/en/coronavirus/UN-response>.
- United Nations General Assembly. *Global compact for safe, orderly, and regular migration: resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2018*. New York, 2018. https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/73/195.
- UNRWA. *Palestine refugees*. s.d. <https://www.unrwa.org/palestine-refugees>.



MÓDULO 1

Questões relativas a migrantes e refugiados – desafios do século XXI

por Susanne Fengler
e Monika Lengauer



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Apresentar aos participantes uma perspectiva global sobre as questões relativas a migrantes e refugiados.
- Alertar os participantes sobre o impacto nos países de origem, de trânsito e de destino.
- Incentivar os participantes a desenvolver um ponto de vista crítico para avaliar o debate.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM¹

No final deste módulo, os participantes devem:

- Estar cientes da relevância do assunto para os países de origem, de trânsito e de destino
 - **RA Afetivo: Recebimento**
- Reconhecer os desafios de abordar temas sensíveis, como migração e deslocamento forçado.
 - **RA Afetivo: Resposta**
- Demonstrar uma ideia da dimensão atual do tema em diferentes continentes.
 - **RA Cognitivo: Aplicação**
- Examinar diferentes tipos de material sobre migrantes e refugiados
 - **RA Cognitivo: Análise**

Visão geral

As questões relativas aos migrantes, aos refugiados e às pessoas deslocadas internamente (PDI) são o desafio do nosso século. Em meados de 2020, o número de migrantes e refugiados em todo o mundo atingiu um recorde histórico desde a Segunda Guerra Mundial (IOM, 2019b, p. 2; UNHCR, 2020a, p. 2), pois estima-se que mais de 272 milhões de pessoas migraram voluntariamente ou foram deslocadas à força² (Migration Data Portal, 2020b). Fluxos emergentes são a realidade do nosso tempo em todos os continentes, como a Figura 2 do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, 2018, p. 80, fig. 5.2) demonstra claramente.

Grande parte dos migrantes internacionais sai de casa em busca de melhores oportunidades de vida – quase dois terços são migrantes laborais³ (IOM, 2019b, p. 2). Em relação aos refugiados e outras pessoas deslocadas à força, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, ou UNHCR em inglês), até o final de 2019, contabilizou 74 milhões

¹ Ver Introdução, notas de rodapé 7/8.

² Observe que o ACNUR trabalha com a expressão “deslocamento forçado”. As pessoas deslocadas à força incluem todas as pessoas sob o mandato do ACNUR, incluindo refugiados, deslocados internos, requerentes de asilo, apátridas e outros. As pessoas deslocadas à força também são refugiados palestinos, para os quais a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados (UNRWA) da Palestina tem um mandato. Ver Módulo 2 para obter detalhes e visite o glossário do ACNUR para obter definições de pessoas sob seu mandato (UNHCR, s.d.).

³ Para a definição de migrantes laborais, consultar os glossários recomendados no Módulo 2: EMN (2018); IOM (2019a); UNHCR (s.d.).

de pessoas deslocadas à força por motivos como perseguição, conflitos, violência ou violações dos direitos humanos (mais 5,6 milhões de refugiados palestinos⁴). Estes são os níveis mais altos de deslocamento forçado já registrados, e os números são impressionantes em todos os continentes⁵ (UNHCR, 2020a, p. 3, p. 30, p. 71-82).

- 8 milhões de pessoas na Colômbia foram deslocadas à força internamente devido a décadas de conflitos armados.
- 7 milhões de sírios foram registrados como refugiados e 6 milhões foram deslocados internamente por causa do conflito.
- 5 milhões de pessoas na República Democrática do Congo foram deslocadas internamente e quase 1 milhão foram registradas como refugiadas.
- 4 milhões de pessoas da Venezuela foram deslocadas para o exterior.
- 3 milhões de pessoas do Afeganistão foram registradas como refugiadas.
- 2 milhões de sul-sudaneses têm escapado da guerra civil que se seguiu à independência⁶.
- 1 milhão de apátridas⁷ fugiram de Mianmar.

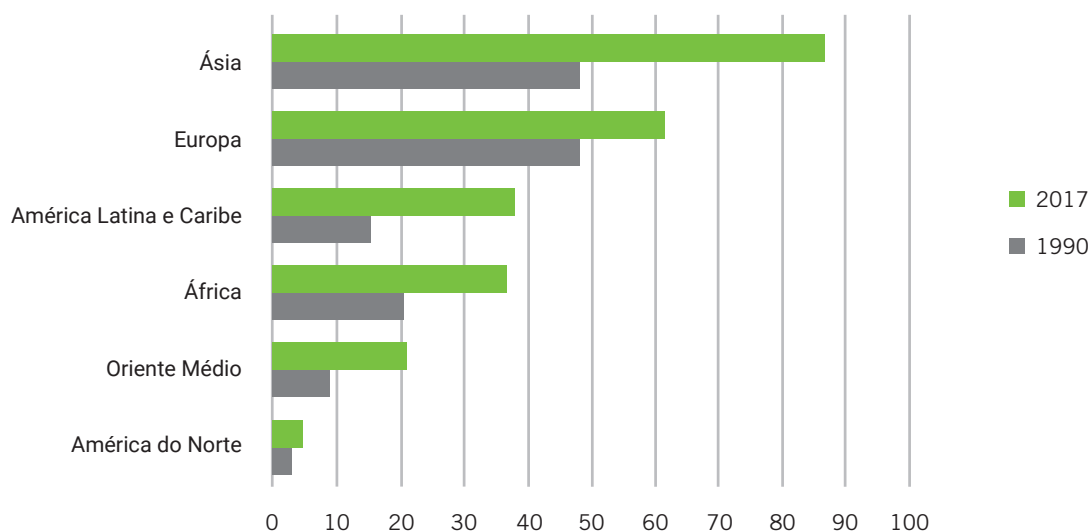
Outros países de origem para o deslocamento forçado incluem a Ucrânia, Iraque, Líbia, Somália, República Centro-Africana (RCA), Etiópia e Iêmen (UNHCR, 2020a, p. 6). A grande maioria dos refugiados (68%) vem de apenas cinco países (Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Mianmar) e, da mesma forma, a maioria dos deslocados internos vem da Colômbia, Síria, República Democrática do Congo, Iêmen, Somália e Afeganistão. É importante notar que a maioria das pessoas deslocadas à força são deslocados internos (cerca de 46 milhões) que permanecem em seu país de origem, e cerca de 20 milhões são refugiados que cruzam fronteiras internacionais (UNHCR, 2020a, p. 2-3).

4 Observe que a UNRWA se refere a refugiados “da Palestina”, não a refugiados “palestinos”, definindo o grupo como “pessoas cujo local de residência fixa era a Palestina durante o período de 1º de junho de 1946 a 15 de maio de 1948, e que perderam tanto o lar quanto os meios de subsistência como resultado do conflito de 1948” (UNRWA, s.d.). Este manual usa, de acordo com a linguagem comum, o termo refugiados “palestinos”.

5 Números e decimais são arredondados neste texto, mantendo um bom equilíbrio entre precisão e legibilidade.

6 O Sudão do Sul adquiriu a independência em 2011, e a guerra civil começou em 2013.

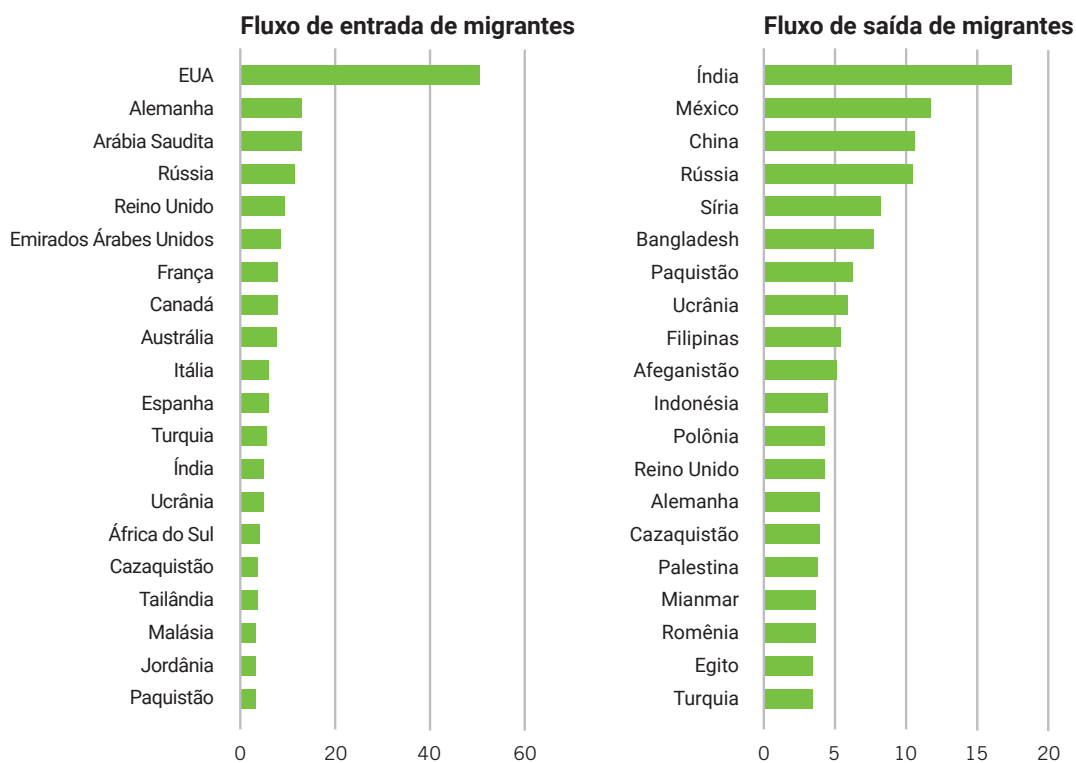
7 Para a definição e proteção de pessoas apátridas, consultar os glossários recomendados no Módulo 2, particularmente o publicado pelo ACNUR (UNHCR, s.d.).

Figura 2: Migrantes internacionais, por região de origem (milhões)

A Ásia continua a ser a maior fonte de migrantes internacionais. Países com crescimento populacional sustentado e força de trabalho em expansão continuaram a liderar a migração para o exterior, de acordo com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, 2018, p. 80). Fonte: Cálculos realizados pelo ADB, utilizando dados do UNDESA (ADB, 2018, p. 80, fig. 5.2). Ilustração própria.

As questões da migração e do deslocamento forçado também afetam profundamente os países que fornecem abrigo. Poucos exemplos já conseguem ilustrar isso. Apenas cinco países acolhem a maioria dos refugiados: em 2019, a Turquia acolheu 3,6 milhões de refugiados, a Colômbia 1,8 milhões, o Paquistão 1,4 milhões, Uganda 1,4 milhões e a Alemanha 1,1 milhão (UNHCR, 2020a, p. 3), enquanto, inversamente, dois terços de todos os migrantes internacionais vivem em apenas 20 países, principalmente nos EUA (51 milhões), Alemanha e Arábia Saudita (cerca de 13 milhões cada), Rússia (12 milhões) e Reino Unido (10 milhões) (UNDESA, 2019a, p. 11; ver Figura 3). No entanto, o processo de migração e deslocamento forçado mudou fundamentalmente em um mundo de informações, digitalização e mobilidade cada vez maiores. Embora a migração seja um fenômeno global, a maioria dos movimentos envolve um conjunto limitado de países. O fenômeno transcende cada vez mais as fronteiras regionais e continentais, resultando em ainda mais desafios para os migrantes e refugiados, sociedades de destino, formuladores de políticas e profissionais da mídia que desempenham um papel fundamental na formação da opinião pública.

Figura 3: 20 maiores países de destino (esquerda) e países de origem (direita) de migrantes internacionais em 2019 (milhões)



Mais de 40% de todos os migrantes internacionais em todo o mundo em 2019 (112 milhões) nasceram na Ásia, principalmente na Índia e na China. O México foi o segundo maior país de origem, e a Federação Russa ficou em quarto lugar. Além dos EUA, vários países europeus têm populações consideráveis de migrantes, particularmente a Alemanha. No que diz respeito à distribuição de migrantes internacionais por faixa de renda dos países⁸, quase dois terços dos migrantes internacionais residiam em países de renda alta em 2019 – cerca de 176 milhões. Isso se compara com 82 milhões de pessoas nascidas no exterior que residiam em países de renda média (cerca de um terço do estoque total de migrantes) e 13 milhões em países de renda baixa no mesmo ano (IOM, 2019b, p. 26). Fonte: (IOM, 2019b, p. 26, fig. 2). Ilustração própria.

Os exemplos apresentados anteriormente não apenas demonstram claramente a relevância do assunto, mas também nos lembram da necessidade de uma escolha cuidadosa de palavras. A mídia geralmente usa termos com significados muito diferentes de forma intercambiável, misturando migrantes, refugiados, migrantes irregulares⁹, deslocados internos, movimentos mistos de refugiados e migrantes etc. Em geral, os migrantes deixam seus países de origem em busca de melhores oportunidades de vida, ao contrário dos refugiados que são forçados a fugir da guerra, violência,

⁸ Ver Módulo 2 para obter detalhes. A distinção de países em grupos de renda refere-se ao Banco Mundial e abrange economias de baixa renda, economias de renda média-baixa, economias de renda média-alta e economias de renda alta (UNDESA, s.d.; World Bank, s.d.).

⁹ Utiliza-se uma série de termos para migrantes que não possuem os documentos legais necessários (por exemplo, visto) para entrar e/ou permanecer em um país estrangeiro; ver Módulo 2.

conflitos ou perseguição e atravessaram uma fronteira internacional para encontrar segurança em outro país. A distinção entre migrantes e refugiados é uma questão política sensível, por um lado, enquanto, por outro lado, a diferença entre os dois grupos é claramente regulada pelo direito internacional. Os refugiados são definidos pelo direito internacional e regional dos refugiados, e a comunidade internacional tem obrigações legais para com eles (a Convenção de Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967 determinam as obrigações dos Estados signatários; UNHCR, 2016). No entanto, tanto os migrantes quanto os refugiados têm direitos em virtude de sua humanidade (ver Módulo 2). As diferenças entre migrantes e refugiados explicam que dois Pactos Globais diferentes foram negociados (United Nations, 2020). Os dois surgiram da Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes de 2016 (United Nations General Assembly, 2016).

SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

O ACNUR e o EarthTime visualizam os fluxos de refugiados em situações selecionadas entre 2000 e 2015 (Earthtime; UNHCR, 2019). Tenha em mente que cada ponto representa 17 refugiados. Os participantes devem selecionar diferentes situações – Nigéria, Colômbia, Síria ou qualquer outra de escolha – e escrever uma breve reportagem (pelo menos 600 caracteres) sobre a situação, usando a página do país do Migration Data Portal [Portal de Dados de Migração] como referência; para dados e antecedentes. Eles devem compartilhar suas reportagens e seu conhecimento e avaliação dos movimentos de migração e refugiados em sala de aula.

O Pacto Global sobre Refugiados e o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular

Os dois pactos – o Pacto Global sobre Refugiados e o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular – abordam a gestão de pessoas em movimento e como protegê-las nos Estados de origem, trânsito e destino. Os pactos oferecem os primeiros marcos normativos amplamente aceitos sobre o movimento de pessoas desde 1951.¹⁰

O impulso para o desenvolvimento dos pactos resultou da chegada de mais de um milhão de migrantes e requerentes de asilo à Europa em 2015, mas, no processo de negociações, muitas outras questões de longa data de preocupação foram incluídas, como deslocamento prolongado e medidas para proteger os direitos dos migrantes (Ferris; Martin, 2019, p. 5).¹¹

¹⁰ Ratificação da Convenção de Refugiados de 1951, seguida de seu Protocolo de 1967 (ver Módulo 2).

¹¹ O ACNUR define uma situação prolongada de refugiados como aquela em que 25 mil ou mais refugiados da mesma nacionalidade estão no exílio há pelo menos cinco anos consecutivos em um determinado país de acolhimento (os refugiados palestinos não estão incluídos, pois estão sob o mandato da UNRWA). Os refugiados que permanecem no exílio de longo prazo requerem atenção especial do ponto de vista da proteção e das soluções. Estima-se que cerca de 15,7 milhões de refugiados (77%) estavam em uma situação prolongada até o final de 2019, um pouco menos do que um ano antes (15,9 milhões). Estes 15,7 milhões de refugiados viviam em 32 países de acolhimento, constituindo um total de 51 situações prolongadas. Os números incluem a situação de refugiados de longa duração dos afegãos no Paquistão e no Irã, bem como situações mais recentes, como a dos refugiados sul-sudaneses no Quênia, Sudão e Uganda (UNHCR, 2020a, p. 24).

O Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular (United Nations General Assembly, 2018a) está ancorado em convenções internacionais que determinam os direitos de migrantes e refugiados: principalmente direitos humanos e convenções contra o crime organizado (incluindo o protocolo para prevenir o tráfico e o contrabando de migrantes); a convenção sobre escravidão; a convenção sobre mudanças climáticas; convenções sobre a promoção do trabalho decente e da migração laboral; a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável etc. (United Nations General Assembly, 2018a, p. 1, Preamble, para. 2). O Pacto pretende melhorar a parceria global referenciando “solidariedade”, “responsabilidades compartilhadas”, “unidade de propósito” e “entendimento comum” sobre a migração internacional, pois “não há dúvida de que a migração tem efeitos muito diferentes e às vezes imprevisíveis em nossos países, nas comunidades, nos migrantes e em suas famílias” (United Nations General Assembly, 2018a, p. 1, Preamble, para. 8) nos países de origem, trânsito e destino. O Pacto visa a:

facilitar a migração segura, ordenada e regular, ao mesmo tempo em que reduz a incidência e o impacto negativo da migração irregular [...] a migração segura, ordenada e regular funciona para todos quando se baseia em boa informação, se planeja e é objeto de consenso. A migração nunca deveria ser fruto do desespero, mas quando é, devemos cooperar para responder às necessidades dos migrantes que se encontram em situações de vulnerabilidade e enfrentar os desafios correspondentes. Devemos colaborar para criar condições que permitam que comunidades e pessoas vivam em segurança e dignidade em seu próprio país (United Nations General Assembly, 2018a, p. 4, para. 11, 13).

No parágrafo 12, o Pacto explica que pretende “mitigar os fatores adversos e estruturais que impedem as pessoas de construir e manter meios de subsistência sustentáveis em seus países de origem, obrigando-as a buscar um futuro em outros lugares”.

O Pacto é de natureza aspiracional, mas abre portas para gerenciar a migração internacional de maneira ordenada, regular e segura – o que a atual “arquitetura jurídica e política [...] historicamente falhou” em fazer (Gest et al., 2019). Vinte e três objetivos lideram o caminho, começando com a coleta de dados precisos (Objetivo 1; ver Módulo 2). Relevante no contexto da mídia e da migração é o objetivo 17, que busca eliminar “todas as formas de discriminação e promover o discurso público com base em evidências para moldar as percepções sobre a migração”.

O Pacto Global sobre Refugiados (United Nations General Assembly, 2018b) baseia-se em leis e normas internacionais existentes, incluindo a Convenção de Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967, bem como em tratados de direitos humanos. O Pacto apela a todas as partes interessadas para que intensifiquem os seus esforços e previnam ou resolvam conflitos, bem como para que combatam as causas profundas das situações de refugiados em grande escala (parágrafo 9). A responsabilidade e o ônus devem ser compartilhados de forma previsível e equitativa entre todos os Estados-membros das Nações Unidas (ONU), juntamente com as partes interessadas pertinentes, incluindo a mídia (United Nations General Assembly, 2018b, para. 3).

Em seus quatro objetivos principais, o Pacto Global sobre Refugiados visa a: (i) aliviar as pressões sobre os países que acolhem refugiados, particularmente aqueles em países vizinhos

a zonas de conflito; (ii) promover a autossuficiência dos refugiados (por exemplo, em segurança alimentar e nutrição); (iii) ampliar o acesso às soluções que envolvam outros países (essas são vias seguras e regulamentadas para que os refugiados permaneçam legalmente em um outro país – por exemplo, por meio de vistos humanitários, reunião familiar, oportunidades educacionais ou de emprego, além de reassentamentos¹²); e (iv) favorecer as condições nos países de origem que propiciem um regresso em condições de segurança e dignidade (United Nations General Assembly, 2018b, p. 2, para. 7).

Observadores internacionais se perguntam se migrantes e refugiados estarão em melhor situação como resultado desses acordos. McAdam (2018) prevê que 2018, ano em que os dois pactos foram endossados, “entrará para a história como um ano significativo para a proteção de refugiados e migrantes”, mas acrescenta “pelo menos no papel” (McAdam, 2018, p. 571). Pelo lado positivo, ambos os pactos prometem respeitar os direitos humanos das pessoas em movimento e têm o apoio de uma grande maioria dos Estados-membros das Nações Unidas.¹³ Eles representam novos marcos normativos para o movimento de pessoas, na medida em que estabelecem novas normas e criam mecanismos para fortalecer a cooperação internacional com relação a migrantes e refugiados (Ferris; Martin, 2019). O Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular é um começo para a regulamentação mundial da migração (McAdam, 2018). O Pacto Global sobre Refugiados acelera um movimento no sentido de “tornar os refugiados parceiros em seu próprio futuro”, pois ele pretende substituir os acordos de acolhimento de refugiados, como, por exemplo, os campos de refugiados substituídos por “um modelo que promova a inclusão socioeconômica dos refugiados, incluindo o acesso à educação nacional, à saúde, a empregos e a outros serviços” (Grandi, 2019, p. 24). Os dois Pactos respondem a um conjunto muito diversificado de interesses e aspirações, são explicitamente não vinculativos e reconhecem a responsabilidade primária, assim como a soberania dos Estados. Ambos os Pactos são aspiracionais, mas destinam-se a buscar soluções. No caso do Pacto sobre Refugiados, a implementação será revisada em um Fórum Global sobre Refugiados realizado a cada quatro anos (o primeiro foi realizado em Genebra em dezembro de 2019), e o progresso do Pacto para uma Migração Segura, Ordenada e Regular será discutido em um Fórum de Revisão sobre a Migração Internacional que também é realizado a cada quatro anos, sendo o primeiro ocorrido em 2022 (United Nations General Assembly, 2018a, 2018b).

A Covid-19 pode ser o primeiro grande desafio para o Pacto Global sobre Refugiados e o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular. A pandemia acarreta o risco de que as populações deslocadas sejam “excluídas do acesso a cuidados de saúde, redes de segurança econômica e esforços de recuperação” (Lambert et al., 2020, p. e313). Ambos os pactos,

¹² Para definição de “reassentamento”, consultar os glossários recomendados no Módulo 2: EMN (2018); IOM (2019a).

¹³ Os dois Pactos surgiram da Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes, que a Assembleia Geral da ONU (AGNU) aprovados por unanimidade em 19 de setembro de 2016. O Pacto Global sobre Refugiados foi aprovado pela AGNU em 17 de dezembro de 2018, com 181 votos a favor, dois contra (Hungria e EUA) e três abstenções (República Dominicana, Eritreia e Líbia). O Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular foi aprovado por 164 governos em uma conferência intergovernamental em Marrakech, Marrocos, em 10 de dezembro de 2018. Foi formalmente aprovado pela AGNU em 19 de dezembro de 2018, com 152 votos a favor, cinco contra (República Tcheca, Hungria, Israel, Polônia e EUA) e 12 abstenções (Argélia, Austrália, Áustria, Bulgária, Chile, Itália, Letônia, Líbia, Liechtenstein, Romênia, Singapura e Suíça) (UN News, 2018).

conforme descrito acima, visam novos marcos normativos para a circulação de pessoas com novas normas e novos mecanismos para o fortalecimento da cooperação internacional. A Covid-19 mostrou uma nova realidade diferente, com milhares de restrições de viagem, fechamentos de fronteiras e regulamentos em rápida mudança. As pessoas foram presas nas fronteiras, colocadas em detenção, deportadas ou incapacitadas de voltar para casa; algumas “foram discriminadas e excluídas do acesso a direitos [...] incluindo informações, testes” etc. (UN Network on Migration, s.d., p. 3). Nessas condições, migrantes e refugiados são vulneráveis ao estigma e à xenofobia (UN Network on Migration, s.d., p. 3; UNHCR, 2020b). Esses contextos ameaçam desacelerar o impulso para a inclusão de migrantes e refugiados nos sistemas e economias de saúde e proteção social previstos nos dois pactos. As boas práticas (UN Network on Migration, s.d., p. 8-22) mostram que os governos de todo o mundo ofereceram um período de anistia que permite aos trabalhadores migrantes sem documentos viajar para casa (Kuwait), renovaram automaticamente as autorizações de trabalho e vistos para trabalhadores migrantes (Emirados Árabes Unidos), libertaram pessoas da detenção (Países Baixos; Zâmbia) ou coordenaram os serviços de saúde para o cuidado de migrantes (Colômbia). Portugal determinou que todos os migrantes e refugiados com pedidos de autorização de residência pendentes receberão residência temporária e terão acesso aos mesmos direitos que os cidadãos, incluindo apoio social. A Alemanha criou uma plataforma online para recrutar trabalhadores sazonais, incluindo requerentes de asilo, para colheitas agrícolas como resultado da escassez de mão de obra criada pela Covid-19 (Lambert et al., 2020; UN Network on Migration, s.d.; UNHCR, 2020b).

SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Divida os participantes em dois grupos: O Grupo 1 pesquisa o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular. O Grupo 2 pesquisa o Pacto Global sobre Refugiados (United Nations, 2020).

Examine o respectivo pacto quanto ao conteúdo relacionado à mídia e resuma as conclusões; em um artigo de uma página após a pergunta: que contribuições voluntárias a mídia poderia fazer para promover uma sinergia com os objetivos dos dois Pactos?

Diferentes países – diferentes perspectivas

Os debates em muitos países sobre o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular e o Pacto Global sobre Refugiados mostraram que as percepções sobre questões de migrantes e refugiados diferem fundamentalmente. Embora grande parte deste manual se concentre na África e na Europa, incentivamos fortemente que educadores de outras regiões do mundo complementem os exemplos e as ilustrações utilizadas nos Módulos 1 a 13. Nossos ilustres coautores das regiões de MENA, Ásia, Américas e Rússia contribuem com análises acadêmicas e jornalísticas e percepções exclusivas sobre migração e deslocamento forçado em

todas as regiões do mundo. Esses recursos inestimáveis são publicados como artigos completos no portal do projeto www.mediaandmigration.com.

De fato, muitas pessoas ficam impressionadas quando aprendem sobre a percepção da migração e do deslocamento forçado em outros lugares. Na África, a migração tem uma conotação positiva para muitas pessoas, embora seja recebida com xenofobia em alguns casos ou não seja considerada digna de notícia, pois o fenômeno está profundamente enraizado nas sociedades do continente. A migração circular¹⁴ – o movimento fluido de pessoas entre países – é um fenômeno comum em toda a África, onde vários sindicatos regionais garantem a livre circulação.¹⁵ As fronteiras são rotineiramente cruzadas porque, por exemplo, as etnias permanecem intimamente ligadas dentro de suas culturas, tradições e línguas compartilhadas, apesar de estarem espalhadas por diferentes Estados-nação que foram criados por antigas potências coloniais (Robinson, 2016). Muitas vezes ignorados por observadores internacionais, muitos países africanos acolhem um grande número de refugiados e migrantes laborais de países vizinhos. O mapa interativo do EarthTime e do ACNUR (2019) visualiza alguma escala, e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) atualiza regularmente os dados. Em 2019, 65% de todos os migrantes da África Subsaariana viviam em outros países da África Subsaariana¹⁶ (UNDESA, 2019b, p. 3). Em alguns casos, a migração geralmente tem uma conotação positiva (veja a caixa sobre a Nigéria a seguir). Uma pessoa que viajou para o exterior – especialmente para a Europa – goza de um maior prestígio ao voltar para casa (Marfaing, 2016). Muitos africanos sentem-se fortemente ligados às antigas potências coloniais e consideram a França, Portugal e o Reino Unido uma extensão lógica do seu raio pessoal (ver Módulo 3). Tal tendência é promovida pela imagem positiva da Europa, que é criada não apenas pelas mídias de notícias e entretenimento, mas também – talvez ainda mais – pelas fotos e mensagens que os migrantes e a diáspora estão enviando para casa pelas redes sociais. Os migrantes geralmente estão sob forte pressão para demonstrar sucesso às suas comunidades de origem, que muitas vezes chegaram ao extremo de financiar conjuntamente a migração de um membro e que esperam retorno sobre seu investimento por meio de remessas (Sanchez et al., 2018). As remessas tornaram-se uma importante fonte de renda em muitos países africanos (African Development Bank Group, 2011; Plaza; Ratha, 2011). Como consequência, é um desafio para muitos líderes políticos atuar sobre as questões migratórias, também no que diz respeito à precarização dos mercados de trabalho locais nos países de origem (Koch et al., 2018). No caso da Nigéria, a União Europeia (UE) anunciou o endurecimento dos procedimentos para a obtenção de um visto Schengen para os nacionais nigerianos, argumentando que o país “não estava desempenhando o seu papel no regresso e readmissão dos seus nacionais em situação irregular na Europa” (Schengen Visa News, 2020). A falta de noticiabilidade doméstica sobre a

¹⁴ Para definição de “migração circular”, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (IOM, 2019a; EMN, 2018).

¹⁵ Nominalmente, pelo menos, a livre circulação é regulamentada, por exemplo, na Comunidade Econômica dos Estados da África Central (*Community of Central African States – ECCAS*) e na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States – ECOWAS*) (ILO, s.d.). A União Africana promove a livre circulação (African Union, 2018).

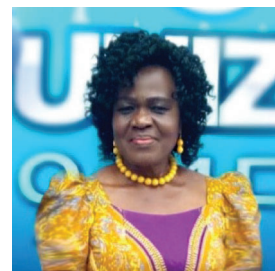
¹⁶ Isso está de acordo com os movimentos migratórios internacionais padrão: A maioria dos migrantes internacionais muda-se para outros países dentro da sua região de nascimento, por exemplo, mais de dois terços de todos os migrantes internacionais nascidos na Europa residem na Europa. Em 2019, 42 milhões dos 61 milhões de migrantes internacionais nascidos na Europa residiam em países europeus (69%). A maioria dos migrantes da África Subsaariana vivia em outros países da África Subsaariana (65%; UNDESA, 2019b, p. 3).

migração de africanos significa que há apenas algumas histórias e manchetes na mídia africana, que se concentram nas pessoas que deixam o continente e se dirigem para o norte.

Em contraste, a chamada crise de migração e refugiados que começou em 2015 dominou as agendas políticas e os debates públicos na Europa, particularmente desde a decisão da chanceler alemã Angela Merkel de aceitar um número irrestrito de vítimas da guerra civil síria em 2015 (European Commission, 2018). Desde então, a discussão sobre a capacidade da UE de acolher migrantes e refugiados teve um impacto considerável nos resultados eleitorais, por exemplo, no Reino Unido, Alemanha, França e Itália. Os partidos populistas enfatizaram as ameaças de movimentos descontrolados de pessoas. Isso lançou luz sobre uma divisão acentuada entre os países da Europa Central e Oriental (CEE) e da Europa Ocidental em termos de política de migração (Lehne, 2016; ver Módulo 5). Mais recentemente, a perspectiva de uma imigração cada vez maior de países africanos para a UE – atribuída principalmente à falta de crescimento econômico e a um aumento acentuado da população no continente africano, esperado até 2050 (Kebede et al., 2019) – ganhou destaque nos debates públicos na Europa e resultou em várias iniciativas políticas. Fotos de navios de refugiados no Mar Mediterrâneo, sobrecarregados com migrantes africanos, tornaram-se imagens icônicas na mídia europeia – assim como fotos de migrantes centro-americanos na fronteira entre os Estados Unidos da América (EUA) e o México. No entanto, outros lugares afetados por questões de migração e deslocamento forçado só recebem atenção esporádica da mídia mundial, ou nenhuma cobertura da mídia.

**Chinyere Stella Okunna, professora do Departamento de Comunicação de Massa,
Nnamdi Azikiwe University, Awka, estado de Anambra, Nigéria**

“A opinião pública sobre a migração é principalmente positiva na Nigéria, uma vez que a migração é geralmente vista como desejável. Na verdade, os nigerianos admiram (até invejam) e elogiam as pessoas que migram para fora do país. Os nigerianos podem fazer grandes esforços para patrocinar membros da família e amigos para deixar o país. Os fatores de atração aqui são uma combinação de várias forças, incluindo fatores econômicos, de prestígio e outros. Além dos benefícios econômicos de migrar para “pastagens mais verdes”, viver ou estudar no exterior é um símbolo de *status* muito procurado pela maioria dos nigerianos. Os nigerianos migram por toda a África, especialmente para a África do Sul, Líbia, Gana e Togo. Na verdade, os nigerianos migram para todos os países do mundo, incluindo as partes mais remotas e inóspitas da Terra. Essa dispersão surpreendente é efetivamente capturada em uma piada popular nigeriana dizendo que, se você for a qualquer país do mundo e não encontrar um nigeriano (particularmente o igbo), deve fugir do lugar o mais rápido que suas pernas permitirem. O impulso para migrar da Nigéria para países na África e em outros continentes é praticamente irresistível. O desenvolvimento da Nigéria não correspondeu às expectativas”.¹⁷



Fonte: Privado.

¹⁷ Para uma primeira visão geral sobre a migração e o deslocamento forçado de e para a Nigéria, consultar a página do país no Portal de Dados de Migração (Migration Data Portal, 2020c).

Muitos europeus vivenciaram o deslocamento forçado. No século XX, a Segunda Guerra Mundial desalojou cerca de 40 milhões de refugiados europeus. Hoje, no entanto, as questões de migrantes e refugiados são percebidas de forma controversa na Europa. Um fator relevante é que os países da UE hesitam em abrir os mercados de trabalho a nacionais de países terceiros. Juntamente com as restrições mais rigorosas em matéria de vistos, o pedido de asilo tem sido, durante muito tempo, a única opção de acesso aos mercados de trabalho da UE para pessoas que não possuem passaporte europeu. Isso, em troca, desencadeou confusão e debates sobre a real motivação e *status* de migrantes e refugiados. No rescaldo da crise de migração e de refugiados de 2015, muitos países europeus experimentaram um crescente descontentamento público com migrantes e refugiados, que aumentou com o número crescente de requerentes de asilo.

A história também afeta a percepção de migrantes e refugiados na Europa (ver Módulo 8). Em 2015, a decisão da Alemanha de abrir suas fronteiras precisa ser interpretada no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o regime nazista forçou milhões de europeus à morte, fuga e exílio, e onde milhões de alemães foram deslocados à força após a subsequente perda de território para a Polônia e a Tchecoslováquia. Por outro lado, as sensibilidades em muitos países da CEE estão enraizadas em um complexo de guerras e conflitos, história, desenvolvimentos políticos e identidades culturais; os países da CEE sofreram a perda de sua soberania e foram forçados a entrar no bloco soviético depois de 1945. Diferentes percepções sobre como lidar com o desafio da migração e do asilo estão continuamente causando tensões entre os parceiros da UE, refletindo diferenças na história, na cultura, nas necessidades de mão de obra e na demografia da população em termos de envelhecimento, entre outros assuntos. A questão da repatriação¹⁸ pode servir como outro exemplo de como as atitudes dos públicos e dos formuladores de políticas na África e na Europa podem diferir (de Haas, 2009). Por um lado, muitos líderes africanos procuram evitar o repatriamento de nacionais a quem é negado asilo na Europa; por exemplo, a readmissão pode prejudicar a reputação internacional dos Estados e pode ser percebida como vergonhosa pelas famílias africanas, enquanto a migração é benéfica por meio de remessas. Por outro lado, os líderes europeus estão sob a mesma pressão pública internamente para demonstrar sua capacidade de realmente gerenciar a migração (o retorno e a readmissão são um aspecto importante do Novo Pacto sobre Migração e Asilo da UE; European Commission, 2020). O exemplo a seguir pode ilustrar o dilema: em 2018, as embaixadas e consulados de Schengen na Nigéria processaram quase 90 mil pedidos de visto, dos quais quase 45 mil foram rejeitados, marcando assim a maior taxa de rejeição, de quase 50%, entre todos os países terceiros em busca de visto (Schengen Visa Info, 2019; Schengen Visa News, 2020).

¹⁸ Para definição, consultar os glossários recomendados no Módulo 2: (EMN, 2018; IOM, 2019a).

elevado.¹⁹ Jornalistas e redações de todo o mundo serão desafiados a cobrir esse assunto complexo e sensível. O Pacto Global para Migração das Nações Unidas visa a:

promover reportagens independentes, objetivas e de qualidade nas mídias, incluindo informações publicadas na internet, sensibilizando e educando profissionais de mídia sobre questões e terminologia relacionadas à migração, investindo em padrões éticos de reportagem e publicidade [...], em pleno respeito à liberdade da mídia (United Nations, 2018, p. 24, Objective 17, para. 31(c)).

Este manual busca auxiliar os educadores de jornalismo a preparar a futura geração de jornalistas para essa tarefa. No entanto, ele é igualmente valioso para jornalistas em atividade e iniciativas de treinamento em meio de carreira. Embora o manual se concentre em migrantes, refugiados e deslocados internos na África e na Europa, dados e exemplos de outras regiões também estão inclusos, e a estrutura e os materiais permitem que os educadores de jornalismo os adaptem aos seus próprios estudos de caso. O manual enfoca a migração e o deslocamento forçado em todas as suas facetas. Nosso objetivo é incentivar os educadores a alertar os estudantes de jornalismo – como futuros agentes de mudança em suas sociedades – para o fato de que todos nós precisamos primeiro estudar e tentar entender bem essas questões complexas de migração e deslocamento forçado. Só então as reportagens podem fazer justiça aos migrantes, refugiados e deslocados internos, bem como às pessoas nos países de origem e de acolhimento, através de uma cobertura com bases no conhecimento, precisa, clara, compassiva, profissional e justa.

O movimento populacional, se administrado com sabedoria e em conjunto com todas as partes interessadas, pode ser uma estratégia bem-sucedida para minimizar os riscos de uma vida de pobreza e dificuldades para famílias extensas; esse movimento também pode beneficiar o país da migração e a nação receptora. O movimento não é a única estratégia e, para muitos migrantes irregulares²⁰ mortos, desaparecidos e encalhados, essa foi tragicamente a escolha errada.²¹ A migração irregular, em especial, não compensa a falta de oportunidades em casa. O Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular acentua estes e outros objetivos. Programas de desenvolvimento governamentais ou não governamentais, às vezes apoiados por agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento, podem apoiar educadores, inovadores, criadores e empreendedores nos países de origem dos migrantes.

De acordo com Eric Chinje, ex-presidente da African Media Initiative (AMI), as mídias em África raramente contam histórias africanas de sucesso, mas copiam a imagem negativa estereotipada de África em mídias estrangeiras. Equilibrar a cobertura crítica – muito necessária – com exemplos

19 É difícil prever as tendências futuras de migração, pois os dados de migração são escassos e, muitas vezes, incompletos, e muitos fatores imprevisíveis podem levar as pessoas a cruzar as fronteiras internacionais, geralmente em resposta a fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais que mudam rapidamente. Vollset et al. (2020) preveem para 2100 a maior imigração em números absolutos nos EUA, Índia, China e a maior emigração na Somália, Filipinas e Afeganistão. O Migration Data Portal (2020a) defende uma “maior preparação e resiliência por meio da criação de planos de contingência para várias possibilidades futuras”.

20 Para definição de “migrantes irregulares”, consultar os glossários recomendados no Módulo 2: EMN (2018); IOM (2019a).

21 Um dos 23 objetivos do Pacto Global para a Migração é salvar vidas e estabelecer esforço internacional coordenado sobre migrantes desaparecidos.

positivos, que podem inspirar jovens africanos a evitar a passagem arriscada para o exterior, também faz parte da responsabilidade social da mídia. Nos países de destino, a mídia de notícias pode fazer muito para explicar os fluxos de pessoas, incluindo histórias que combatam estereótipos, humanizem o “outro” e mostrem os benefícios líquidos para as economias locais que enfrentam perspectivas de envelhecimento da população e escassez de mão de obra. Da mesma forma, o jornalismo construtivo e de soluções também é uma opção para a mídia nos países de destino diante dos desafios domésticos relacionados a migrantes e refugiados. Em resumo, as questões não afetam apenas instituições, mas seres humanos, como mostram os casos de boas práticas de cobertura que coletamos.

- Os Módulos de 2 a 5 analisam as principais definições e os principais fatos, bem como os fatores de repulsão e atração que afetam a migração e o deslocamento forçado, usando exemplos da África e da Europa. A falta de oportunidades, o desenvolvimento econômico, as mudanças climáticas, os conflitos, a perseguição política e a corrupção são alguns dos fatores que *repelem* as pessoas de seus países de origem, enquanto a segurança, os mercados de trabalho, a educação, as remessas e os programas de bem-estar são fatores-chave que *atraem* as pessoas aos países de destino. Os módulos também refletem sobre o papel dos meios de comunicação de massa (para o grande público) na cobertura das questões relativas aos migrantes e refugiados.
- Os Módulos de 6 a 9 usam estudos de caso e perspectivas da África e da Europa para ilustrar as teorias e modelos.
- Os Módulos de 10 a 13 aplicam o conhecimento básico adquirido até o momento, instruindo os participantes nos cursos para tornar as questões de migração e refúgio uma história sólida e abrangente, convincente e eticamente contada. Os módulos fornecerão exemplos de melhores práticas de cobertura em todo o mundo, apresentarão aos participantes fontes e técnicas de reportagem e fornecerão diretrizes éticas. Também prepararão uma nova geração de jovens jornalistas para colaborar em equipes transnacionais.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Ouvir a música “Emigrason Clandestino” do rapper Abdul Embalo, da Guiné-Bissau, que fez uma viagem traumática e voltou para casa. Este rap está disponível no portal do projeto www.mediaandmigration.com.

Identificar materiais sobre migração e deslocamento forçado produzidos por artistas locais e discutir sobre eles à luz das perguntas resultantes das principais mensagens sobre migrantes e refugiados que eles transmitem e como elas podem impactar seus públicos.



TAREFA SUGERIDA PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

O cientista político Ivan Krastev (2018) analisou o movimento de pessoas como a revolução do século XXI: “Não é guiada por ideologia, mas pelo Google Maps. Se você quer mudar sua vida, mudar o seu governo não é mais a opção mais inteligente. Em vez disso, você muda o país de residência”.

Escrever uma reportagem e um artigo de opinião sobre esta afirmação para possível publicação em um jornal nacional (pelo menos 5 mil caracteres). Há evidências em seu país para que essa “revolução” ocorra – ou não? Que implicações tem o movimento populacional, para o seu país e para outros países afetados? O que você acha da declaração dele e por quê? Às vezes, é mais arriscado trabalhar por mudanças em casa ou é mais inteligente fugir? As pessoas sempre têm escolhas?



LEITURA RECOMENDADA

Acadêmica:

McAdam, J. The Global Compacts on Refugees and Migration: a new era for international protection? *International Journal of Refugee Law*, v. 30, n. 4, p. 571-574, 2018.

Jornalística:

Anyadike, O. *Since you've been gone: the families migrants leave behind*; IRIN special feature, Nigeria to Morocco and Gambia to Italy. 2015. <http://newirin.irinnews.org/special-feature-since-youve-been-gone>.

Krastev, I. *Flüchtlinge und Migranten sind die wahren Revolutionäre unserer Zeit*. 2018. <https://www.nzz.ch/meinung/revolution-ist-nicht-laenger-ein-sprung-in-der-zeit-sondern-eine-bewegung-im-raum-ld.1351218>.

Institucional:

UNDESA. *International Migration Report 2019*. New York, 2019a. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019_Report.pdf.

Referências

ADB. *Asian economic integration Report 2018: toward optimal provision of regional public goods in Asia and the Pacific*. Manila, 2018. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/456491/aeir-2018.pdf>.

African Development Bank Group. *Leveraging migration for Africa remittances, skills, and investments*. Washington, D.C., 2011. <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Leveraging%20Migration-P4-rev-3.31.2011.pdf>.

African Union. *Protocol to the treaty establishing the African Economic Community relating to free movement of persons, right of residence and right of establishment*. 2018. https://au.int/sites/default/files/treaties/36403-treaty-protocol_on_free_movement_of_persons_in_africa_e.pdf.

Anyadike, O. *Since you've been gone: the families migrants leave behind*; IRIN special feature, Nigeria to Morocco and Gambia to Italy. 2015. <http://newirin.irinnews.org/special-feature-since-youve-been-gone>.

De Haas, H. The Myth of Invasion: the inconvenient realities of African migration to Europe. *Third World Quarterly*, v. 29, n. 7, p. 1305-1322, 2009.

Earthtime; UNHCR. *Global refugee crisis: the big picture*. 2019. https://earthtime.org/stories/global_refugee_crisis_the_big_picture.

EMN. *Asylum and migration: glossary 6.0*. European Migration Network, 2018. https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emn-glossary-6-0_en.pdf

European Commission. *Special Eurobarometer 469: integration of immigrants in the European Union*. Brussels, 2018. https://ec.europa.eu/home-affairs/news/results-special-eurobarometer-integration-immigrants-european-union_en.

European Commission. *New Pact on migration and asylum: communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions*. Brussels, 2020. https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/1_en_act_part1_v7_1.pdf

Ferris, E. E.; Martin, F. S. Introduction to the Special Issue “The Global Compact for safe, orderly and regular migration and The Global Compact on Refugees”. *International Migration*, v. 57, n. 6, p. 5-18, 2019.

Gest, J.; Kysel, I. M.; Wong, T. K. Protecting and benchmarking migrants' rights: an analysis of the global compact for safe, orderly, and regular migration. *International Migration*, v. 57, n. 6, p. 60-79, 2019.

Grandi, F. The Global Compact on Refugees: a historic achievement. *International Migration*, v. 57, n. 6, p. 23-26, 2019. <https://doi.org/10.1111/imig.12671>.

ILO. Regional Economic Communities (RECs): work on the free movement of persons and labour migration (Africa). s.d. <https://www.ilo.org/africa/areas-of-work/labour-migration/economiccommunities/lang--en/index.htm>.

IOM. *Glossary on migration*. Geneva, 2019a. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.

IOM. *World migration report 2020*. Geneva, 2019b. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf.

Kebede, E.; Goujon, A.; Lutz, W. Stalls in Africa's fertility decline partly result from disruptions in female education. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 116, n. 8, p. 2891-2896, 2019. <https://doi.org/10.1073/pnas.1717288116>.

Koch, A.; Weber, A.; Werenfels, I. *Profiteers of migration?: authoritarian States in Africa and European migration management*. Berlin, 2018. https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2018RP04_koh_et_al.pdf.

Krastev, I. *Flüchtlinge und Migranten sind die wahren Revolutionäre unserer Zeit*. 2018. <https://www.nzz.ch/meinung/revolution-ist-nicht-laenger-ein-sprung-in-der-zeit-sondern-eine-bewegung-im-raum> Id.1351218.

Lambert, H.; Gupte, J.; Fletcher, H.; Hammond, L.; Lowe, N.; Pelling, M.; Raina, N.; Shahid, T.; Shanks, K. COVID-19 as a global challenge: towards an inclusive and sustainable future. *The Lancet Planetary Health*, v. 4, n. 8, p. e312-e314, 2020. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(20\)30168-6](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(20)30168-6).

Lehne, S. *How the refugee crisis will reshape the EU*. 2016. <https://carnegieeurope.eu/2016/02/04/how-refugee-crisis-will-reshape-eu-pub-62650>.

Mack, J. *Word cloud: migration*; Ivory Coast internal document. 2018.

Marfaing, L. *Nicht nur "Armutflüchtlinge"! Mobilität von Migrant/inn/en in Westafrika und von afrikanischen Unternehmern als Entwicklungspotenzial*. Dortmund, Journalism in a Global Context (JIGC), 2016. <https://en.ejo.ch/?s=Nicht+nur+%22Armutsf%C3%BCchtlinge%22%21+Mobilit%C3%A4t+von+Migrant%2Finn%2Fen+in+Westafrika+und+von+afrikanischen+>

McAdam, J. The Global Compacts on Refugees and Migration: a new era for international protection? *International Journal of Refugee Law*, v. 30, n. 4, p. 571-574, 2018.

McAuliffe, M.; Pedrotti, M.; Weerasinghe, S. Migration research and analysis: growth, reach and recent contributions. In: IOM. *World Migration Report 2018*. Geneva, 2017. p. 95-121.

Migration Data Portal. *Future migration trends*. 2020a. <https://migrationdataportal.org/themes/future-migration-trends>.

Migration Data Portal. *Migration Data Portal: the bigger picture*. 2020b. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019

Migration Data Portal. *Nigeria*. 2020c. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019&cm49=566.

Plaza, S.; Ratha, D. *Diaspora for development in Africa*. Washington, D.C.: World Bank, 2011. <https://www.knomad.org/publication/diaspora-development-africa>

Robinson, A. L. Nationalism and ethnic-based trust: evidence from an African border region. *Comparative Political Studies*, v. 49, n. 14, p. 1819-1854, 2016.

Sanchez, G. et al. *A study of the communication channels used by migrants and asylum seekers in Italy, with a particular focus on online and social media*. 2018. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/2af2973d-48fc-11e8-be1d-01aa75ed71a1/language-en>.

Schengen Visa Info. *Country-specific Schengen visa statistics*. 2019. <https://statistics.schengenvisainfo.com/>.

Schengen Visa News. *EU plans to impose visa restrictions on Nigerians*. 2020. <https://www.schengenvisainfo.com/news/eu-plans-to-impose-visa-restrictions-on-nigerians/>.

UN Network on Migration. *The Global Compact for Migration: Well governed migration as an essential element of effective Covid-19 response*. s.d. https://migrationnetwork.un.org/sites/default/files/docs/policy_brief_-_gcm_and_well_governed_migration_as_an_essential_element_of_effective_covid-19_response.pdf.

UN News. *General Assembly endorses landmark global Compact on Refugees*. 2018. from <https://www.un.org/press/en/2018/ga12107.doc.htm>.

UNDESA. *Definition of regions*. New York, s.d. <https://population.un.org/wpp/DefinitionOfRegions/>

UNDESA. *International Migration Report 2019*. New York, 2019a. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019_Report.pdf.

UNDESA. *Population Facts 2019*: international migrants numbered 272 million in 2019, continuing an upward trend in all major world regions. New York, 2019b. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/populationfacts/docs/MigrationStock2019_PopFacts_2019-04.pdf.

UNHCR. *Global trends: forced displacement in 2019*. Copenhagen, 2020a. <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>

UNHCR. *Glossary*. Copenhagen, s.d. <http://www.issm.cnr.it/progetti/emigrazione/METADATA%20E%20GLOSSARI/UNHCR/GLOSSARY%20UNHCR.pdf>.

UNHCR. *Refugee or migrant?: word choice matters; UNHCR viewpoint, 'refugee' or 'migrant' – Which is right?* The two terms have distinct and different meanings and confusing them leads to problems for both populations. Copenhagen, 2016. <http://www.unhcr.org/news/latest/2016/7/55df0e556/unhcr-viewpoint-refugee-migrant-right.html>.

UNHCR. *The role of the Global Compact on Refugees in the international response to the COVID-19 pandemic*. 2020b. <https://globalcompactrefugees.org/article/role-global-compact-refugees-international-response-covid-19-pandemic>

United Nations. *Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration: intergovernmentally negotiated and agreed outcome*. New York, 2018. https://refugeesmigrants.un.org/sites/default/files/180713_agreed_outcome_global_compact_for_migration.pdf.

United Nations. *Refugees and migrants: Global Compact for Migration / Global Compact on Refugees*. New York, 2020. <https://refugeesmigrants.un.org/>.

United Nations General Assembly. *New York Declaration for Refugees and Migrants: Resolution adopted by the General Assembly on 19 September 2016*. New York, 2016. http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_71_1.pdf.

United Nations General Assembly. *Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration: Resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2018*. New York, 2018a. <https://www.un.org/en/ga>.

United Nations General Assembly. *Global Compact on Refugees: Report of the United Nations High Commissioner for Refugees*. New York, 2018b. https://www.unhcr.org/gcr/GCR_English.pdf.

UNRWA. *Palestine refugees*. s.d. <https://www.unrwa.org/palestine-refugees>

Vollset, S. E.; Goren, E.; Yuan, C.-W.; Cao, J.; Smith, A. E.; Hsiao, T.; Bisignano, C.; Azhar, G.; Castro, E.; Chalek, J.; Dolgert, A.; Frank, T.; Fukutaki, K.; Hay, S.; Lozano, R.; Mokdad, A.; Nandakumar, V.; Pierce, M.; Pletcher, M.; Robalik, T.; Steuben, K.; Wunrow, H.; Zlavog, B.; Murray, C. J. L. Fertility, mortality, migration, and population scenarios for 195 countries and territories from 2017 to 2100: a forecasting analysis for the Global Burden of Disease Study. *The Lancet: Advance Online Publication*, 2020. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30677-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30677-2).

World Bank. *Country and lending groups*: World Bank Data, Help Desk. s.d. <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>.



MÓDULO 2

Principais fontes, fatos, termos e números

por Monika Lengauer



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Determinar quais definições de termos-chave usar e por que.
- Classificar os principais atores no campo da migração e deslocamento forçado.
- Verificar fontes confiáveis de dados e praticar como aplicá-las.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

No final deste módulo, os participantes devem ser capazes de:

- Descrever o imperativo do uso de fontes confiáveis para dados e definições.

→ RA Afetivo: Recebimento

- Discutir o significado de diferentes usos dos termos-chave.

→ RA Afetivo: Resposta

- Explicar quem impacta a migração e o deslocamento forçado.

→ RA Cognitivo: Compreensão

- Escolher e usar adequadamente as principais definições e dados.

→ RA cognitiva: Aplicação

- Examinar os principais atores e organizações em produtos de mídia.

→ RA cognitiva: Análise

Visão geral

As palavras devem ser inteligíveis, os dados confiáveis, as fontes transparentes e os atores autoconscientes e conscientes de suas suposições, valores e preconceitos – isso faz parte da visão deste manual para debates públicos informados sobre movimentos populacionais. Jornalistas, aspirantes a jornalistas, educadores de jornalismo em particular e desenvolvedores de currículos têm a responsabilidade de tomar decisões acertadas sobre as definições, dados e fontes que usam e, assim, proliferam.

O objetivo deste módulo é ajudá-los a orientar a qualidade do discurso público. Apresentamos os atores que causam impacto no campo da migração e do deslocamento forçado; discutimos definições e revelamos como elas se relacionam com os dados; destacamos as fontes que coletam e divulgam dados; compartilhamos dados que foram coletados e apresentados em metodologias transparentes e que estão abertos ao escrutínio acadêmico e público; e indicamos aplicativos e ferramentas fáceis de usar que visualizam a pesquisa. A intenção deste módulo é capacitar os usuários a tomar decisões informadas sobre as fontes, dados e definições que aplicam. Isso também pode facilitar o desenvolvimento curricular e estimular a concepção de módulos específicos de cada país para reportar as questões relativas aos migrantes e refugiados, na medida em que as fontes aqui recomendadas permitem a adaptação a estudos de caso específicos.

Fontes de dados selecionadas

Os jornalistas que cobrem as questões de migração e deslocamento forçado são frequentemente confrontados com a falta de dados, por um lado, e o labirinto de fornecedores de dados, por outro. É complexo avaliar o valor das fontes de dados e usar seus dados para uma avaliação independente. Até o momento, e apesar de muitas iniciativas globais para melhorar a coleta e a comparabilidade de dados, muitos sistemas nacionais de coleta de dados ainda estão mal preparados para coletar informações detalhadas (United Nations, 2020). Várias fontes coletam e divulgam dados nos níveis nacional e internacional (institutos nacionais de estatística, por exemplo, por meio de censos ou registros populacionais). As razões para a falta abrangente de dados (de qualidade) são múltiplas. Existem algumas dificuldades objetivas, por exemplo, todas as questões relacionadas às definições: quem é migrante? Quem é refugiado? Eles diferem ou não? A migração, como Zlotnick (1987) destacou, é sem dúvida o fenômeno demográfico mais difícil de medir porque – ao contrário da mortalidade e da fertilidade – não está relacionada a uma ocorrência biológica tangível. Um bebê nasce uma vez e, sem dúvida, é um bebê recém-nascido, mas quem é um migrante, com que frequência ele migra, ele é sempre migrante ou é um refugiado em algum momento? Há muitos exemplos de regiões e países ao redor do mundo que ampliam os desafios. Tomemos a África como exemplo. Ao contrário de eventos que ocorrem uma vez na vida, como nascimento e morte – e mesmo aqui, as estatísticas vitais em vários países da África são muito preocupantes (Sankoh et al., 2020) –, a migração é mais complexa, talvez mais frequente e até mais vaga. Oucho explica que “a África Subsaariana é um caso clássico para estudar o problema [...] da escassez de dados” (Oucho, 1998, p. 89) sobre movimentos populacionais internos, regionais e internacionais. Atualmente, o Pacto Global para Migração é encarregado de fornecer dados comparáveis de maneira abrangente e o Pacto Global sobre Refugiados destaca a necessidade de coletar e apresentar dados confiáveis, comparáveis e oportunos (United Nations, 2020).

Os educadores de jornalismo geralmente se comprometem a orientar seus estudantes para dados de fontes acadêmicas em primeiro lugar, o que é difícil no caso da migração e do deslocamento forçado, pois a coleta de dados não é apenas complexa e fluida, mas também muito custosa, especialmente quando são necessários dados longitudinais, recorrentes e comparáveis internacionalmente. Quando possível, este manual refere-se a fontes de dados oficiais e acadêmicas autorizadas e confiáveis (IMI, 2020) ou fontes híbridas (Our World in Data, 2020).¹ Como estudantes de jornalismo e jornalistas praticantes exigem acesso rápido a dados confiáveis e oportunos, este manual recomenda o uso de dados de fontes que:

a) são tão confiáveis quanto possível com base em seus mandatos para coletar e disseminar dados, e com base em suas metodologias que são transparentes e abertas ao escrutínio acadêmico e público;

¹ *Our World in Data* é um esforço colaborativo entre pesquisadores da Universidade de Oxford, que são os editores científicos do conteúdo do site; e a organização sem fins lucrativos Global Change Data Lab, que publica e mantém o site e as ferramentas de dados. Veja o Programa Oxford Martin sobre Desenvolvimento Global (Our World in Data, 2020).

b) são obrigados a fornecer dados relevantes, precisos, atuais e recorrentes, longitudinais, internacionalmente comparáveis e globalmente consistentes, desagregados por sexo e idade, credenciados e que tornam os dados disponíveis em código aberto, facilmente acessíveis e claramente compreensíveis;

c) de preferência também mostrar como visualizar dados para facilitar a pesquisa jornalística comparativa global em uma ampla escala de indicadores.

Bases de dados com curadoria que não atendem a esses padrões não são recomendadas (Buneman et al., 2009). Este manual recomenda o Migration Data Portal (2020a, 2020d) como o primeiro ponto de acesso à pesquisa de dados. Em quatro idiomas (inglês, espanhol, francês e alemão), o portal destina-se explicitamente a jornalistas e ao público em geral, é administrado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e apoiado por governos (por exemplo, EUA, Alemanha, Suíça). É um centro único de dados de fontes internacionais obrigatórias e oficialmente reconhecidas (UN Statistical Commission, 2020; UNSD, 2020a).² Outras fontes incluem:

- A Divisão de Estatística das Nações Unidas (*United Nations Statistics Division – UNSD*) coleta e divulga dados nacionais oficiais sobre fluxos migratórios e estoques de migrantes (*migrant stock*)³ internacionais. A coleta de dados do Anuário Demográfico da UNSD e seu Anuário Estatístico são ricas fontes de dados variados para todos os países e regiões (UNSD, 2020b, 2020c).
- A Divisão de População das Nações Unidas (*United Nations Population Division – UNPD*) prepara estimativas de estoques de migrantes para cada país usando os dados fornecidos pela UNSD, e suas estatísticas anuais são muito úteis para comparar em linhas do tempo, entre continentes e países (UNDESA, 2019a, 2019b).
- A Organização Internacional do Trabalho (OIT ou *International Labour Organisation – ILO*) coleta e compila estatísticas internacionais de migração laboral (ILO, 2020).
- O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR ou *United Nations High Commissioner for Refugees – UNHCR*) – também conhecido como Agência das Nações Unidas para os Refugiados – recolhe e compila dados sobre refugiados, requerentes de asilo, pessoas deslocadas internamente (PDIs), apátridas e outras “pessoas em situação preocupante” (UNHCR, 2020b; ver Figura 6).
- A OIM coleta, usa, analisa e publica dados em uma ampla gama de tópicos sobre migração (Migration Data Portal, 2019a).

2 A Comissão Estatística das Nações Unidas é o mais alto órgão do sistema estatístico global, reunindo os principais estatísticos dos Estados-membros da ONU de todo o mundo. É o mais alto órgão de tomada de decisão para atividades estatísticas internacionais e supervisiona o trabalho da UNSD.

3 Definição de *estoque de migrantes (migrant stock)*: “Para fins estatísticos, é o número total de migrantes internacionais presentes em um determinado país em um determinado momento que já mudaram seu país de residência” (IOM, 2019a, p. 136). Para mais definições sobre migração, consultar os glossários recomendados por este manual: (EMN, 2018; IOM, 2019a).

- A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (*United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugee – UNRWA*) fornece estatísticas sobre refugiados palestinos (UNRWA, 2019).
- O banco de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial (*World Development Indicators – WDI*) do Banco Mundial é uma compilação de estatísticas internacionalmente comparáveis sobre o desenvolvimento global e a luta contra a pobreza, disponível em vários idiomas, incluindo árabe, russo e português (World Bank, 2019).

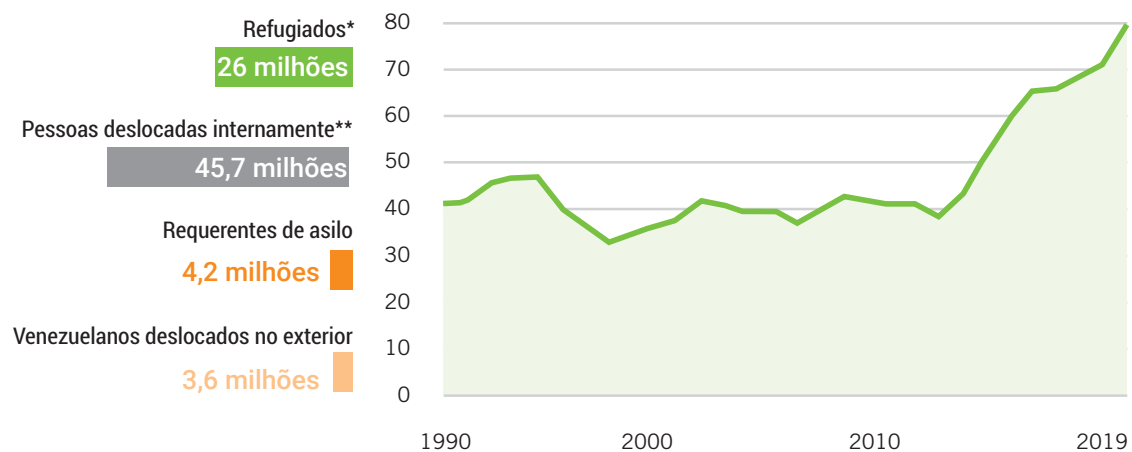
Exemplos de focos regionais são o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) com os seus Anuários Estatísticos Africanos (AfDB et al., 2019; AfDB, 2020). O Serviço de Estatística da UE (Eurostat) tem um mandato para a coleta e divulgação de dados (Eurostat, 2019).

A coleta de dados compreende todas as fontes disponíveis, incluindo monitores de campo especiais e reportagens da mídia, implantados, por exemplo, pelo Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC, 2019, p. 9, 13, 19).

Sob as condições da Covid-19, os dados tiveram que ser coletados em condições muito difíceis, incluindo as regras de distanciamento social, enquanto muitos migrantes e refugiados ficaram presos em fronteiras fechadas ou confinados a centros de recepção, seus direitos humanos muitas vezes desproporcionalmente afetados. Dados atualizados e precisos são ainda mais críticos nessas circunstâncias, a fim de entender o alcance e o impacto da pandemia, planejar intervenções e, em última instância, salvar vidas (UN Network on Migration, s.d.; UNHCR, 2020c).

Dada a diversidade de entidades de coleta de dados e grupos-alvo, não surpreende que os dados não sejam necessariamente congruentes. As instituições, muitas vezes, coletam dados de forma independente para atender aos seus próprios objetivos, utilizam diferentes definições, critérios e parâmetros, dificultando o compartilhamento, a comparação e a análise conjunta dos dados (ACNUR, 2016a, p. 40). Por exemplo, a OIM rastreia “pessoas deslocadas” e o ACNUR coleta dados sobre “pessoas deslocadas à força” – as duas medidas têm significados diferentes e não podem ser usadas alternativamente. Para o ACNUR, as pessoas deslocadas à força compreendem principalmente refugiados, requerentes de asilo e um certo grupo de pessoas deslocadas internamente (UNHCR, 2019, p. 63). Os refugiados palestinos são frequentemente, mas nem sempre, incluídos nos números que mostram deslocamento forçado (UNHCR, 2020d, p. 2; World Bank, 2017, p. 15-16, Anexo A, p. 34-35).

Figura 6: 79,5 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo no final de 2019



*20,4 milhões de refugiados sob o mandato do ACNUR; 5,6 milhões de refugiados palestinos sob o mandato da UNRWA

**Fonte: IDMC

Vários grupos de “pessoas deslocadas à força” estão sob o mandato do ACNUR, incluindo refugiados, PDIs, requerentes de asilo e apátridas (dados acima até 18 de junho de 2020). O ACNUR coleta dados sobre essas “pessoas em situação preocupante”. Os refugiados palestinos estão sob o mandato da UNRWA. Fonte: (UNHCR, 2020d, p. 2). Ilustração própria.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO, AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO E AS HABILIDADES PSICOMOTORAS DE DESENVOLVIMENTO DE PRECISÃO:

Por que os números não batem?

Divida os participantes em dois grupos.

O Grupo 1 se preocupará com as pessoas deslocadas rastreadas pela DTM da OIM. Por exemplo: em outubro de 2020, a DTM rastreou uma população deslocada de 25.064.734 milhões de pessoas. Citando o IDMC como fonte, a DTM também mostra uma população deslocada por conflitos e violência em dezembro de 2019 de 37.564.555 milhões de pessoas (IOM DTM, 2020).

O Grupo 2 se preocupará com pessoas deslocadas à força e analisará os dados que a Agência da ONU para Refugiados fornece: 79,5 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo no final de 2019 (UNHCR, 2020b).

Ambos os grupos primeiro atualizarão os números mencionados anteriormente para que trabalhem com o material mais recente. Eles então pesquisarão o que os números nos dizem, usando as fontes já fornecidas:

- Qual foi o objetivo e o escopo do exercício de coleta de dados?
- Qual linha do tempo foi coberta?
- Como os dados foram coletados (por exemplo, os monitores de campo foram incluídos ou as reportagens da mídia)?

As informações sobre as pessoas representadas nesses números podem incluir:

- As características das pessoas em movimento, por exemplo, seu perfil demográfico como idade, sexo, situação econômica, nível educacional etc.
- Se eles estavam viajando sozinhos ou com membros da família.
- Os grupos de pessoas que foram contados, por exemplo, refugiados, migrantes laborais, crianças desacompanhadas e separadas, mulheres, vítimas de tráfico ou pessoas de determinados países de origem ou pessoas que se dirigem para determinados destinos ou que utilizam determinados corredores de migração etc.
- Seus riscos de proteção.

Uma breve apresentação em PowerPoint deve ser produzida para esclarecer as histórias que esses números contam. Discutindo as duas apresentações, os participantes explorarão porque o número de pessoas deslocadas fornecido por uma organização internacional (OIM) não corresponde ao número de pessoas deslocadas à força que outra organização internacional (ACNUR) publica.

Ao discutir as definições na próxima seção, ficará óbvio que o campo ainda carece de uma definição comum sobre um termo principal – migrantes – o que subsequentemente impede a comparação e a análise de dados.

Ao se preparar para estudos de caso de países, as fontes obrigatórias também estão disponíveis com dados relevantes, com prazo definido, específicos do país e globalmente consistentes. Além das fontes supracitadas, podem ser relevantes: UNdata (2020), os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD (HDR; UNDP, s.d., 2019), UNESCO com dados sobre educação (UNESCO; UIS, 2020), para mencionar apenas alguns. Alguns *think tanks* fornecem análises de dados, por exemplo, sobre mudanças demográficas e desenvolvimento sustentável (Berlin Institute for Population and Development, 2020), afiliação religiosa (Pew Research Center; John Templeton Foundation, 2016) e muitos outros. Tendo em mente que os mapas, “assim como discursos e pinturas, são coleções de informações com autoria, sujeitas a distorções” (Monmonier, 2018), este manual recomenda, sempre que possível, consultar (UN Geospatial Information Section; GGIM, 2019).

Termos principais – distinção entre migrantes e refugiados

Os dois termos-chave neste debate são migrantes e refugiados, além do caso especial dos refugiados palestinos, que não serão detalhados neste momento por questões de clareza dos dois termos-chave. As reflexões a seguir visam a compreensão dos dois termos, destacando as diferenças entre migrantes e refugiados. Observe que, quando olhamos para as diferenças, os direitos de todos os grupos são sempre reconhecidos. Embora os refugiados sejam protegidos pelo direito internacional, os migrantes também têm direitos, embora não tão abrangentes.

Os refugiados são perseguidos em seu país de origem e, portanto, são *forçados* a fugir. Embora um governo geralmente garanta os direitos humanos básicos e a segurança física de seus cidadãos, os refugiados, por definição, não são protegidos por seus governos; a comunidade internacional intervém para garantir os direitos e a segurança física do indivíduo. Como os refugiados não podem ser protegidos em seu país de origem, eles recebem proteção pelo direito internacional. Os migrantes, por outro lado, podem ser protegidos em seu país de origem (Cherem, 2016, p. 190). A peça central da proteção internacional dos refugiados continua a ser a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, conhecida como “Convenção de Genebra de 1951”⁴; foi aprovada em 1951 e modificada pelo Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967, também chamado de “Protocolo de 1967” (UNHCR, 2010; para situações africanas específicas⁵, ver Módulo 9). Um refugiado, de acordo com o Artigo 1A da Convenção de Genebra (2) é uma pessoa que,

4 A Convenção de Refugiados foi adotada pela Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, realizada em Genebra em julho de 1951.

5 Convenção que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África, adotada em 10 de setembro de 1969 pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo; entrou em vigor em 20 de junho de 1974 (OUA, 1969).

devido a um receio bem fundamentado de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, se encontre fora do país da sua nacionalidade e não possa ou, devido a esse receio, não esteja disposto valer-se de proteção desse país; ou que, não tendo nacionalidade e estando fora do país da sua anterior residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não possa ou, devido a esse receio, não esteja disposto a retornar para esse país (UNHCR, 2010, p. 14).

As pessoas que fogem de conflitos armados e da guerra são explicitamente cobertas por essa definição, como esclareceu o ACNUR (UNHCR, 2016c). A Convenção de Genebra de 1951 não apenas define o termo “refugiado”, mas também estabelece os direitos dos refugiados sob o direito internacional. O direito mais importante concedido aos refugiados pela Convenção é o direito de não serem devolvidos ao país onde suas vidas ou liberdades estão ameaçadas; isso é conhecido como princípio de não repulsão. “Os Estados não podem, em nenhuma circunstância, devolver uma pessoa que seja refugiada ou alegue ser refugiada ao país do qual está fugindo” (Grech, 2014, p. 41). Além da não repulsão, a proteção compreende a adesão a um novo Estado. Os refugiados devem receber, no mínimo, os mesmos direitos e ajuda básica que qualquer outro estrangeiro que seja residente legal – inclusive liberdade de expressão e ausência de tratamento degradante – e os mesmos direitos econômicos e sociais, inclusive acesso a atendimento médico, escolaridade e direito ao trabalho. Por razões humanitárias, os estados devem permitir que um cônjuge ou filhos dependentes se juntem a pessoas a quem foi concedido refúgio ou asilo temporário (Cherem, 2016, p. 184-187; Grech, 2014, p. 191).

Os Estados têm a obrigação de cooperar com o ACNUR, que tem o mandato de fornecer essa proteção aos refugiados em campos, em quaisquer arranjos habitacionais privados, em trânsito e ao retornarem para casa (“repatriação”⁶). Além dos refugiados, o ACNUR é responsável por outras “pessoas em situação preocupante” que enfrentam graves riscos de proteção e, portanto, podem esperar a proteção dessa agência de refugiados da ONU (UNHCR, s.d.a, 2019, p. 63):

- Requerentes de asilo – indivíduos que procuraram proteção internacional e cujos pedidos de *status* de refugiado ainda não foram determinados.
- Pessoas deslocadas internamente (PDIs) – pessoas que foram forçadas a deixar suas casas, mas que não atravessaram uma fronteira internacional; suas razões para deixar suas casas podem ser conflitos armados, violência generalizada, violações dos direitos humanos, desastres (por exemplo, inundações) etc.
- Pessoas apátridas – pessoas que não são consideradas nacionais por nenhum estado.
- Grupos adicionais incluem refugiados que retornaram, PDIs que retornaram e outros grupos de pessoas em situação preocupante para o ACNUR.

Os migrantes não são definidos com tanta clareza, e seus direitos não são tão abrangentes. O UNDESA envidou esforços consideráveis para tentar harmonizar as muitas abordagens diferentes

⁶ Para a definição de *repatriação*, consultar os glossários recomendados por este manual: (EMN, 2018; IOM, 2019a).

para definir migrantes, resultando nesta definição de 1998, segundo a qual um migrante *internacional* de longo prazo é:

“[...] uma pessoa que se muda para um país diferente do de sua residência fixa por um período de pelo menos um ano (12 meses) para que o país de destino efetivamente se torne seu novo país de residência fixa”⁷ (UNDESA, 1998, p. 10, box 1).

Esta definição de migrantes internacionais baseia-se no conceito de um país de residência habitual que não é necessariamente o país de nascimento de um migrante ou onde ele ou ela possui cidadania. Essa é uma distinção importante para entender que, por exemplo, um migrante de Camarões que residiu na França por mais de 12 meses e que em seguida emigrou da França para o Marrocos agora será contado como um emigrante da França, e sua emigração anterior do país natal, Camarões, não será contada nesse momento, embora ainda possa ser relevante para o *status* da pessoa no segundo país. Os migrantes internacionais compreendem ambos os grupos, aqueles que partem de um país – emigrantes – e aqueles que atravessam uma fronteira e entram em outro país – imigrantes (EMN, 2018; IOM, 2019a). Talvez ao contrário da sabedoria convencional, essa distinção é explicada pelo objetivo da definição da ONU de facilitar as estatísticas internacionais de migração. Mais complexidades estão implicadas aqui, por exemplo, a mudança do *status* legal do migrante quando ele passa da soberania e proteção de um estado para o de outro. “A cidadania é um conceito particularmente importante na migração internacional” (Bilsborrow, 2016, p. 114), pois determina quem está sujeito ao controle da imigração e quem está sob a proteção do Estado – os imigrantes podem ter menos direitos legais do que os cidadãos. Para tornar as coisas ainda mais complexas para a prática jornalística, a definição de migrante internacional pelo UNDESA não abrange apenas os migrantes legais, mas também os requerentes de asilo e aqueles que tentam atravessar as fronteiras sem documentos válidos (passaportes, vistos) – migrantes irregulares – ou que permanecem após a expiração do visto, os chamados *overstayers*⁸ (Bilsborrow, 2016).

As tentativas de tornar a definição estatística de migrantes internacionais “mais operacional” (UNDESA, 2006, p. 4, para. A.2) são refletidas no Pacto Global para Migração, reconhecendo a necessidade de desenvolver ainda mais a definição estatística de um migrante internacional, incluindo “um conjunto de normas padronizadas para medir estoques e fluxos de migrantes e documentar padrões e tendências de migração, características dos migrantes, bem como impulsionadores e impactos da migração” (UNGA, 2018, p. 7-8, para. 17).

7 Aqueles que ficam de três a menos de 12 meses são vistos como migrantes internacionais de curto prazo (UNDESA, 1998, p. 10, box 1).

8 Definição de *overstayers*: consultar os glossários aqui recomendados, (EMN, 2018; IOM, 2019a). Para migrantes que não possuem os documentos legais necessários (por exemplo, visto) para entrar e/ou permanecer em um país estrangeiro, termos como clandestino, ilegal, não autorizado, indocumentado e irregular são comuns. A Comissão Europeia utilizou na sua legislação a expressão nacional de país terceiro considerado *presente de forma ilegal* ou *em situação ilegal*. O Conselho da Europa diferencia entre *migração ilegal* e *migrante irregular* – *ilegal* é preferível quando se refere a um *status* ou processo, e *irregular* quando se refere a uma pessoa. A ONU reconheceu que o termo *ilegal* não deve ser usado para definir migrantes em situação irregular. O termo *irregular* é preferível a *ilegal* porque este último carrega uma conotação criminosa, é contra a dignidade dos migrantes e prejudica o respeito aos direitos humanos dos migrantes (EMN, 2018; IOM, 2019a).

No contexto dos direitos, a diferença entre migrantes e refugiados é claramente regulada pelo direito internacional: os refugiados são definidos pelo direito internacional e regional dos refugiados, e a comunidade internacional tem obrigações legais para com eles (a Convenção de Genebra de 1951 e seu Protocolo de 1967 determinam as obrigações dos Estados signatários. Esses e outros textos legais, como a Convenção Africana sobre Refugiados de 1969 (OAU, 1969; ver Módulo 9) “permearam inúmeras outras leis e práticas internacionais, regionais e nacionais” (UNHCR, 2016b). “Embora exista uma convenção única e juridicamente vinculativa para governar o tratamento dos refugiados, [...] não existe um documento fundamental vinculativo que obrigue os governos a defender os direitos de todos os migrantes” (Ferris; Martin, 2019). No entanto, tanto os migrantes como os refugiados têm direitos em virtude da sua humanidade. Eles têm direito a direitos humanos universais e liberdades fundamentais, o que os protege da violência racista e xenófoba, exploração, trabalho forçado etc. (Amnesty International, s.d.; Migration Data Portal, 2020c). Os direitos dos migrantes são garantidos principalmente pela lei de direitos humanos e por tratados de outros ramos do direito público internacional, por exemplo, direito trabalhista, direito humanitário, direito penal transnacional, especialmente tratados relacionados ao tráfico de pessoas e contrabando (Migration Data Portal, 2020c). Os migrantes são um grupo heterogêneo que enfrenta muitas vulnerabilidades às quais as mulheres estão expostas, meninas, homens e meninos, mas também pessoas com necessidades especiais, idosos, membros da comunidade LGBTQIA+⁹; uma ampla variedade de fatores pode afastá-los de casa e levá-los a novos lugares dentro de seu país de origem (PDIs) ou além das fronteiras (ver Módulo 3). Quando migrantes e refugiados chegam à fronteira de um país de trânsito ou de destino, eles enfrentam o direito soberano do Estado-nação de determinar sua política de imigração em conformidade com o direito internacional. Isso foi reafirmado no Pacto para os Migrantes e no Pacto sobre Refugiados. É direito de cada estado determinar sua política nacional de migração, políticas de gestão de fronteiras e governar a migração dentro de sua jurisdição. Os Estados podem distinguir entre o *status* de migração regular e irregular, levando em consideração diferentes realidades, políticas, prioridades e requisitos nacionais para entrada, residência e trabalho. A integração local dos refugiados também foi confirmada como decisão soberana de um Estado. A decisão de um Estado deve ser guiada por princípios de direitos humanos, direito internacional e obrigações de tratados. Isso significa para migrantes e refugiados que eles atenderão a diferentes situações de imigração entre os países (UNHCR, 2018b, p. 1, para. 2; p. 7, para. 33; p. 17, para. 86; p. 19, para. 97; UNGA, 2018, p. 5, para. 15(c); p. 20, para. 27).

Além da abordagem estatística para uma definição de migrantes internacionais (ver definição da ONU de 1998) e a definição legal de refugiados (ver Convenção de Genebra de 1951), a questão de quem é migrante ainda está em debate (Anderson; Blinder, 2017; Crawley; Skleparis, 2017; Long, 2013; Zetter, 2007). As instituições variam consideravelmente em relação a quem elas querem considerar como migrante. Serão introduzidas três formas, as sugeridas pelo ACNUR, pela OIM e por um meio de comunicação, a British Broadcasting Corporation (BBC). Lembrando que o ACNUR tem o mandato para garantir as necessidades de proteção de suas “pessoas em situação de preocupação” – incluindo refugiados, requerentes de asilo e PDIs –, esta agência de refugiados da ONU explica:

⁹ Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assésuais (LGBTQIA) e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

Existem diferenças importantes entre os termos *migrante* e *refugiado*, que não podem ser usados de forma intercambiável. Os refugiados estão fora do seu próprio país por causa de uma ameaça às suas vidas ou liberdade. Eles são definidos e protegidos por um quadro jurídico internacional específico. O termo *migrante*, por outro lado, não é definido pela legislação internacional e, às vezes, é usado de forma variada por diferentes partes interessadas. Tradicionalmente, a palavra *migrante* tem sido usada para designar pessoas que se deslocam por escolha própria e não para escapar de conflitos ou perseguições, geralmente através de uma fronteira internacional, [...] por exemplo, para se juntar a membros da família que já estão no exterior, para buscar um meio de subsistência ou para uma série de outros fins (UNHCR, 2018a).

Dessa forma, o grupo de especialistas da ONU sobre estatísticas de refugiados e PDIs identifica

uma necessidade de diferenciar de forma mais eficaz, conceitualmente, entre migrantes internacionais e refugiados. [... Um refugiado] legalmente, em termos de proteção, bem como estatisticamente, [...] não é adequadamente coberto pelo termo *migrante* e, em algumas situações, os refugiados claramente não são migrantes (por exemplo, a maioria dos refugiados da Palestina) (UN Statistical Commission, 2018, p. 7, para. 25).



SUGESTÃO PARA OS PARTICIPANTES ABORDAREM AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO:

Convidar sua turma – após a introdução da diferenciação entre migrantes e refugiados – para:

- o papel do Grupo 1 de interpretar o papel de migrantes, e
- o papel do grupo 2 de interpretar o papel de refugiados.

Cada grupo terá empatia com as pessoas em movimento, explorando se e como os migrantes e refugiados podem ter características, desafios e oportunidades específicas, por exemplo:

Os migrantes podem	Os refugiados precisam
Escolher sair de casa (“voluntariamente”).	Sair de casa porque eles são “perseguidos”. Portanto, eles são “deslocados à força”.
Os migrantes podem assumir que serão protegidos por seus governos, que garantem os direitos humanos básicos e a segurança física de seus cidadãos.	Os refugiados devem assumir que seus governos não os protegerão mais.
Antes de sair de casa, os migrantes podem reunir documentos importantes (passaportes, carteiras de identidade), certificados educacionais e histórico de emprego, etc.	Os refugiados devem pegar rapidamente o que está disponível no momento da fuga de casa.
Os migrantes podem enviar dinheiro para casa (remessas), sendo um ganha-pão à distância.	Os refugiados precisam se esforçar para manter contato com suas famílias a fim de não arriscar a segurança e o bem-estar dos que estão em casa.
Etc.	Etc.

Ampliar a grade acrescentando momentos definidores para estruturar uma discussão sobre as experiências dos dois grupos; tente seguir uma cronologia provisória da preparação do indivíduo, da decisão, da partida, do trânsito, da chegada ao país de destino, da vida no novo local e inclua os direitos do indivíduo.

Atualmente, a OIM trabalha com uma definição abrangente de migrantes que inclui refugiados, bem como todas as outras pessoas que se afastam de sua residência habitual, “seja dentro de um país ou através de uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente, e por uma variedade de razões”. A OIM inclui explicitamente pessoas que fogem de guerras ou perseguições, por exemplo, refugiados (IOM, 2019a, p. 132-133). Assim, a organização fez uma mudança em relação à sua definição de 2011, que afirmava que o termo:

migrante era geralmente entendido como abrangendo todos os casos em que a decisão de migrar era tomada livremente pelo indivíduo em questão por razões de “conveniência pessoal” e sem intervenção de um fator externo convincente; portanto, aplicava-se a pessoas e membros da família que se mudavam para outro país ou região para melhorar suas condições materiais ou sociais e melhorar a perspectiva para si ou para sua família (IOM, 2011, p. 61).

Além das definições estatísticas e/ou legais de migrantes e refugiados internacionais, certos meios de comunicação criaram as suas próprias. A BBC decidiu usar uma definição totalmente diferente, adicionando o elemento de pedidos de asilo, e assume que os migrantes são:

todas as pessoas em movimento que ainda não concluíram o processo legal de solicitação de asilo. Esse grupo inclui pessoas que fogem de países devastados pela guerra, como a Síria, que provavelmente receberão o *status* de refugiado, bem como pessoas que buscam empregos e uma vida melhor, que os governos provavelmente considerarão migrantes econômicos (The BBC News, 2016).

O jornal *The Guardian* convidou os leitores a debater se a expressão “imigrante ilegal” deveria ser substituída por “imigrante que é acusado de entrar ilegalmente no país” e concluiu que essa pode ser a melhor opção, “[...] por mais confusa que possa parecer” (Elliott, 2014).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Convidar os participantes a preparar artigos curtos (duas páginas) sobre como definir os dois termos-chave migrantes e refugiados. Os artigos devem abordar as seguintes perguntas e concluir com recomendações:

1. Como você define os migrantes? Como você define os refugiados? Por quê?
2. Que termo ou termos você recomenda para a sua prática jornalística e como sugere defini-los?

A terminologia na língua oficial do seu país de origem e especialmente nas línguas locais e étnicas pode adicionar camadas interessantes à nossa discussão. Compartilhar e publicar no portal do projeto www.mediaandmigration.com.

Muitos outros termos são usados no debate sobre migração e deslocamento forçado – clandestino, ilegal/irregular/indocumentado *versus* migrantes legais, migração circular, repatriamento, migrantes que retornaram, refugiados que retornaram ou PDIs que retornaram, requerentes de asilo e PDIs. O conceito de movimentos mistos de migrantes e refugiados aponta para o fato de que migrantes e refugiados estão frequentemente se movendo nas mesmas rotas, no mesmo grupo, enfrentando as mesmas dificuldades, visando o mesmo destino – muitas vezes até pelos mesmos motivos, mas usando rótulos diferentes (Crawley; Skleparis, 2017).

Este manual aconselha os usuários a consultar trabalhos acadêmicos antes de adotar a terminologia. Existem enciclopédias, embora muitas vezes dependam de assinaturas (Oxford

Research Encyclopedias, 2019), o que requer financiamento, que não está facilmente disponível para muitas salas de aula e redações em todo o mundo. Portanto, três glossários institucionais – todos de acesso aberto – oferecem um primeiro ponto de acesso para navegar pelos termos: Em primeiro lugar, o glossário “Asilo e Migração”, publicado pela Rede Europeia das Migrações (REM), esforça-se por apresentar diferentes contextos e traduz os termos em 22 línguas. O título do glossário sugere o foco da editora em asilo e migração (EMN, 2018) – uma perspectiva que a BBC também favorece. Em segundo lugar, o glossário do ACNUR refere-se às pessoas em situação de preocupação da agência (UNHCR, s.d.a). Em terceiro lugar, recomendamos o Glossário sobre Migração da OIM (IOM, 2019a). Esses glossários são mais bem usados em paralelo para reconhecer os pontos de vista das instituições. Glossários acadêmicos ou institucionais da África ou da Ásia não estão facilmente disponíveis, mas existe um glossário jornalístico sul-africano que faz referência principalmente à OIM (Chiumia, 2016).

Nessa variedade de definições, é difícil tomar uma decisão sobre o termo certo a ser usado. Os estudiosos revelam a profundidade desse tema interdisciplinar. A mídia requer palavras curtas que sejam precisas, se conectem aos seus destinatários, sejam facilmente compreendidas e atraiam a atenção. As estatísticas internacionais precisam fornecer evidências para a formulação de políticas. As instituições seguem seus mandatos. Este manual considera os migrantes e refugiados como grupos distintos de pessoas que estão se deslocando ou fugindo. Ambos os grupos têm direitos, conforme descrito anteriormente. A perspectiva se baseia na situação dos países de origem, onde os refugiados não são protegidos por seus governos: Eles precisam urgentemente de proteção no exterior. Os migrantes permanecem sob a proteção de seus governos. Aqueles que têm o mandato de protegê-los e ajudá-los – incluindo seus governos, agentes de cooperação internacional para o desenvolvimento, ONGs etc. – podem alcançar os possíveis migrantes em seu país de origem com programas e projetos específicos. Visto da perspectiva do país de destino, sugere que os países que assinaram a Convenção de 1951 são obrigados a proteger os refugiados em seu território e tratá-los de acordo com padrões e normas internacionalmente reconhecidos. No geral, os Estados-nação têm o direito soberano de determinar suas políticas de imigração em conformidade com o direito internacional e podem distinguir entre requerentes de asilo, *status* de migração regular e irregular (como é reafirmado pelo Pacto Global para Migração e pelo Pacto Global sobre Refugiados).

Este manual, portanto, geralmente se refere a migrantes e refugiados e às questões de migração e deslocamento forçado. Também reconhece outros grupos, como apátridas ou PDIs, e se refere a movimentos mistos de migrantes e refugiados, se os contextos sugerirem isso para maior clareza. Ressaltamos que todas as pessoas em movimento ou em fuga têm direitos, ainda que diferentes. Além disso, enfatizamos que o jornalismo deve sempre destrinchar as categorias de pessoas envolvidas em qualquer sistema estatístico que esteja sendo citado, para evitar confusões e suposições inadvertidas.

Os termos Norte Global e Sul Global são amplamente utilizados na academia (Kloß, 2017). A mídia também gosta deles, em ambos os hemisférios (Glennie, 2016; Kelegama, 2014; The New Humanitarian, 2012). Eles são uma reminiscência da Comissão Norte-Sul presidida por Willy Brandt

que popularizou o termo, apelando para a cooperação Sul-Norte para a paz e o desenvolvimento, combatendo “[o] roubo e a corrupção, a opressão e a violência [...], a explosão do fanatismo, a miséria de milhões de refugiados ou outras violações dos direitos humanos que prejudicam a causa da justiça e da solidariedade, no país e no exterior” (Schmidt, 2018, p. 7). Com o tempo, os desafios mudaram e as soluções foram ajustadas, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS; United Nations, s.d.a) agora tentam abordar esses temas candentes. Para alguns observadores, dividir o mundo em uma parte sul e uma parte norte não oferece uma maneira construtiva de resolver problemas de forma colaborativa. De acordo com o argumento de Toshkov (2018): “‘Sul Global’ é um termo terrível. Não use!”. Este manual entende os termos “Sul Global” e “Norte Global” como uma heurística para o jornalismo. No entanto, para classificações significativas, optamos por aquelas usadas nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) anuais que identificam o desenvolvimento humano com as três dimensões (a) para viver uma vida longa, saudável e criativa, (b) ter conhecimento e (c) ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente. O esquema do RDH categoriza o desenvolvimento humano dos países como: muito alto, alto, médio e baixo (UNDP, 2019). A comunidade internacional desenvolveu e está operando com mais classificações, todas as quais este manual apoia, e cada uma das quais é mais bem usada em seu contexto apropriado (UNDESA, s.d.):

- Regiões geográficas – países agrupados geograficamente em seis grandes áreas designadas como África, Ásia, Europa, América Latina e Caribe, América do Norte e Oceania.
- Grupos de desenvolvimento da ONU (as designações “mais desenvolvido” e “menos desenvolvido” são para fins estatísticos e não representam julgamentos sobre o processo de desenvolvimento):
 - ▶ Regiões mais desenvolvidas incluem Europa, América do Norte, Austrália/Nova Zelândia e Japão.
 - ▶ As regiões menos desenvolvidas compreendem todas as regiões da África, Ásia (exceto Japão), América Latina e Caribe, além da Melanésia, Micronésia e Polinésia.
 - ▶ Os países subdesenvolvidos incluem agora 47 países, a maioria (32) na África Subsaariana.
 - ▶ Os Países em Desenvolvimento sem Costa Marítima (LLDCs, na sigla para *Landlocked Developing Countries*) compreendem 32 países.
 - ▶ Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) compreendem 58 estados.
- O Banco Mundial agrupa as economias de renda como – renda baixa, renda média-baixa, renda média-alta, renda alta (World Bank, 2020).
- Regiões dos ODS – países e áreas estão agrupados em 8 regiões dos ODS: (1) África Subsaariana, (2) África Setentrional e Ásia Ocidental, (3) Ásia Central e Meridional (4) Ásia Oriental e Sudeste Asiático, (5) América Latina e Caribe, (6) Oceania, (7) Europa e (8) América do Norte.

Atores principais selecionados

Quem são os atores? Traduzido da linguagem da sala de aula para a linguagem de uma redação: Os atores são pessoas? Frey (1985) explica que, na designação mais geral, os atores são participantes da vida política, em seus muitos papéis diferentes.

Tradicionalmente, os Estados-nação têm sido vistos como grandes atores em relação às políticas de migração e deslocamento forçado. Eles retêm direitos importantes apesar de serem membros de organizações supranacionais, como a União Europeia (UE) ou a União Africana (UA). Os Estados-membros da UE, por exemplo, têm o direito de admitir ou excluir pessoas vindas de países não pertencentes à UE para procurar trabalho, e uma política comum de asilo ainda é apenas um “objetivo” a ser desenvolvido (Ong’ayo, 2013; Schmid-Drüner, 2019; Sokolska, 2020).

Internacionalmente, a governança sobre a migração é orientada pelos ODS: no ODS 10, Meta 10.7, os Estados-membros da ONU se comprometem a facilitar a “migração e a mobilidade ordenadas, seguras e responsáveis das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem gerenciadas” (ONU, s.d.b). Quais atores realmente lideram a formulação de políticas é uma questão que orienta os Indicadores de Governança de Migração (IGM) da OIM, atualmente disponíveis para cerca de 50 países (Migration Data Portal, 2020b). A OIM, assim como outras partes interessadas internacionais, como o ACNUR ou a UNRWA, também é um ator-chave (BpB, 2016), e atores não estatais assumem um papel cada vez mais importante.

Assim como as questões de migração e deslocamento forçado se tornaram altamente políticas e relevantes, também as redes internacionais de atores se tornaram numerosas, complexas e altamente interconectadas. O ACNUR, por exemplo, realiza consultas anuais com ONGs (UNHCR, 2020a) e relata a colaboração com mais de 900 parceiros e para desembolsar cerca de 40% de suas despesas anuais dentro desse grupo (UNHCR, s.d.b). Os destinatários dos fundos são, por exemplo, grandes organizações não governamentais internacionais com históricos longos e bem-sucedidos na implementação de projetos como Médicos sem Fronteiras (MSF), CARE, Caritas, Save the Children e o Comitê Internacional de Resgate (IRC), bem como as ONGs locais como a Cruz Vermelha Nacional e a Cruz Vermelha Comitês Crescentes. Eles fornecem cuidados de saúde, alimentação, garantem o direito de asilo, colocam as crianças na escola, integram migrantes e refugiados, treinam jornalistas, desenvolvem a capacidade das comunidades locais em projetos de mídia assentes na comunidade, etc. Essas ONGs não apenas implementam projetos, mas também impactam as políticas. Por exemplo, 200 ONGs e OSCs estiveram presentes na plenária de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a abordagem de grandes movimentos de migrantes e refugiados em setembro de 2016, 10% dos quais eram africanos¹⁰ (UNGA, s.d.). OSCs de todos os tipos surgiram, inclusive a partir de cidades, comunidades e regiões locais (Caponio, 2019; Lausevic, 2018), da diáspora, do setor privado e de grupos de indivíduos (mulheres, jovens). Kongeter e Smith postulam:

A migração não pode mais ser conceituada apenas em termos de políticas de Estado-nação, como assimilação, integração ou multiculturalismo. Na verdade, os migrantes mantêm laços, criam redes e constroem campos sociais transnacionais para além das fronteiras nacionais

¹⁰ Depois de 2015, com o grande movimento migratório para a Europa, novas ONGs se multiplicaram em apoio aos migrantes. Jong e Ataç (2017) analisaram organizações de refugiados que surgiram recentemente na Áustria após 2015, sugerindo que um “novo tipo” surgiu: altamente crítico do sistema estabelecido, inspirado em relações personalizadas com refugiados, combinando a prestação de serviços com demandas políticas. Para todos, estabelecidos ou novos, o financiamento é uma preocupação, e os grandes nomes com seu histórico comprovado ficam com a maior parte. As ONGs locais lamentam a discriminação (Redvers, 2017).

[...] Os migrantes não são mais conceituados como vítimas da globalização econômica ou da mentalidade governamental neoliberal, mas são percebidos como atores transnacionais em um mundo caracterizado por desigualdades sociais e relações de poder (Kongeter; Smith, 2015, p. 1-2).

Os jornalistas, com seus diferentes papéis profissionais, moldados por seus sistemas de mídia (Hallin; Mancini, 2004; Hallin; Mancini, 2012; Hanitzsch et al., 2019) e orientados pela missão e valores de seus meios de comunicação, são outro conjunto de atores-chave no debate. A mídia impacta como as pessoas pensam, agem e reagem, como as políticas são formuladas e reformadas e como os migrantes e requerentes de asilo tomam suas decisões. Um estoque considerável de estudos explorou o impacto da mídia (por exemplo, Allen et al., 2017; Allen; Blinder, 2013), conforme detalhado em módulos posteriores deste manual (ver Módulo 5). Às vezes, dois atores-chave se fundem, por exemplo, quando migrantes ou refugiados se tornam jornalistas (Womack; Meier, 2018; Wüllner; Spies, 2019).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE:

Convidar os participantes a assistir à reportagem da Deutsche Welle (DW) de 5:20 minutos “Ceuta fence: Africa’s Spanish enclave lures desperate migrants” (DW, 2018) e fazer uma lista de pessoas e instituições que são consideradas atores-chave no campo da migração e do deslocamento forçado, internacionalmente e particularmente em seu país de origem.

Consultar o link: <https://www.youtube.com/watch?v=w6h5X86KhCo>.

Outro grupo de atores principais que moldam o discurso são os pesquisadores, organizados em redes, centros de pesquisa, veículos de publicação, programas acadêmicos etc.; campos de pesquisa interdisciplinares estão firmemente estabelecidos, e a OIM aponta para a “maior produção acadêmica já produzida” (IOM, 2019b, p. 4, p. 125-126). Existem poucas universidades sem um reconhecimento institucional dos estudos sobre migração e refugiados (Yalaz; Zapata-Barrero, 2018).¹¹

Não se deve esquecer que o desejo das pessoas de se mudarem para outros lugares criou um setor de migração que se assemelha a um grande negócio internacional, com crescente

¹¹ Os periódicos acadêmicos na área de migração estão bem estabelecidos, por exemplo, os periódicos: *International Migration* (desde 1961), *International Migration Review* (1964), *Journal of Ethnic and Migration Studies* (JEMS, desde 1998), *Migration Studies* (desde 2013). Embora esses periódicos usem o termo “migração”, eles publicam sobre todos os tipos de migração, ao contrário do *Journal of Refugee Studies* (desde 1988) que tem como foco o deslocamento forçado (Vargas-Silva, 2015). Os Guias de Pesquisa da biblioteca das Nações Unidas em Genebra incluem a uma variedade de centros internacionais de pesquisa sobre refugiados (United Nations Library and Archives, 2019). A UE apoia a pesquisa sobre migração por meio de seu Programa Marco de Ação de Pesquisa (*Research Framework Programme*), e o programa Horizon 2020 (2014-2020) ofereceu “uma mobilização sem precedentes de recursos públicos para enfrentar o desafio da migração” (King; Lulle, 2016). Na África Subsaariana, por exemplo, a pesquisa é realizada no Centro Africano de Migração e Sociedade (*African Center for Migration and Society – ACMS*) da Witwatersrand University, em Joanesburgo, África do Sul, concentrando-se particularmente na África Austral (Wits University, 2019). Na África Setentrional, o Centro de Estudos sobre Migração e Refugiados da American University of Cairo é um ator acadêmico principal (American University of Cairo, s.d.).

comercialização; alguns são legais, outros criminosos e até desumanos, alguns trazem centavos, outros fortunas. Os beneficiários são os motoristas de táxi locais que apertam vários migrantes com taxas inflacionadas em seus carros, a polícia que exige subornos, as agências de imigração laboral que recebem taxas de corretagem (às vezes para tarefas duvidosas e às vezes proibidas pelos governos, como em Uganda), empresas multinacionais que gerenciam centros de detenção ou estabelecem a segurança nas fronteiras. O grande negócio inclui redes criminosas organizadas que lucram com o contrabando e tráfico de pessoas (Gammeltoft-Hansen; Nyberg Sorensen, 2012). Por mais surpreendente que isso possa ser para alguns: ver os migrantes e refugiados como atores principais parece ser uma noção nova, que Fengler e outros (2020) analisaram em seu estudo sobre como as questões foram reportadas em ambos os lados do Mediterrâneo (ver Módulo 4).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO, AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA E AS HABILIDADES PSICOMOTORAS DE DESENVOLVIMENTO DE PRECISÃO:

Para resumir a noção deste módulo com suas fontes de dados, termos-chave e atores-chave, convidar os participantes a preparar uma breve reportagem que poderia ser publicada em um jornal nacional (pelo menos 2 mil caracteres), descrevendo o perfil de país e o perfil de migração de um país de escolha, usando o Migration Data Portal (Migration Data Portal, 2020d), por exemplo, respondendo a estas perguntas:

1. Perfil do país

Para o perfil do país (por exemplo, Camarões), usar dados do Migration Data Portal e da UNData, dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, do ACNUR, da Seção de Informações Geoespaciais da ONU, de grupos de reflexão como o Berlin Institute for Population and Development, o Pew Research Center ou outras fontes introduzidas neste módulo ou que cumpram as recomendações aqui estabelecidas.

2. Perfil de migração

Para o perfil de migração, os estudantes podem pesquisar:

- Imigração e emigração (escolher o ano mais recente):
 - ▶ Quantos migrantes internacionais se mudaram, por exemplo, para os Camarões?
 - ▶ Quais são os três maiores grupos que imigraram, por exemplo, para os Camarões?
 - ▶ Quantas pessoas emigraram, por exemplo, dos Camarões?
 - ▶ Quais foram os três países de destino preferidos para os emigrantes por exemplo, dos Camarões?

- Vulnerabilidade dos migrantes (escolher o ano mais recente):
 - ▶ Quantas mulheres foram traficadas?
 - ▶ Quantas crianças foram traficadas?
 - ▶ Quantos migrantes desapareceram?
 - ▶ Quantos instrumentos de direitos humanos o país de origem ratificou (dizer quais, se possível)?
- Deslocamento forçado:
 - ▶ Quantos refugiados o país hospeda?
 - ▶ Quantos refugiados fugiram do país?
 - ▶ Quantas pessoas foram deslocadas internamente pelo conflito no país?
 - ▶ Quantas pessoas foram deslocadas internamente por desastre no país?
 - ▶ Quantos pessoas deslocadas internamente o país hospedou em 2019?

As páginas dos países do Migration Data Portal – algumas das quais oferecem Relatórios de Perfil de Migração recentes (por exemplo, para Camarões a partir de 2009) – fornecem o contexto.



TAREFA SUGERIDA PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE, AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA E AS HABILIDADES PSICOMOTORAS DE DESENVOLVIMENTO DE PRECISÃO:

Convidar os participantes a assistir ao webinar sobre como usar o Migration Data Portal (Migration Data Portal, 2019b). Essa palestra de 45 minutos ajuda a começar a usar a ferramenta da melhor maneira possível. Escolher uma ou mais das seguintes opções:

(A) Atribuir aos participantes a tarefa de pesquisar números selecionados de relatórios e reportagens da mídia local e de verificar os dados, usando o Migration Data Portal.

(B) Designar os participantes para escreverem uma reportagem para um jornal nacional (pelo menos 5 mil caracteres), elaborando a respeito do Pacto sobre Refugiados e seu significado para os refugiados em seu país, o Pacto para Migração e seu significado para os migrantes que saem de seu país; os participantes devem incluir números usando o Migration Data Portal.

(C) Pode-se convidar um especialista (por exemplo, um membro do escritório local da OIM) para uma sessão de perguntas e respostas e de prática para discutir o significado de diferentes usos de termos-chave.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Bilsborrow, R. E. Concepts, definitions and data collection approaches. In: White, M. J. (Ed.). *International handbook of migration and population distribution*. 6th ed. Dordrecht: Heidelberg; New York, London: Springer, 2016.

Jornalística:

Raymond, N. A.; Scarnecchia, D. P.; Campo, S. R. *Humanitarian data breaches: the real scandal is our collective inaction*. 2017. <https://www.thenewhumanitarian.org/opinion/2017/12/08/humanitarian-data-breaches-real-scandal-our-collective-inaction>.

Institucional:

Migration Data Portal. *The bigger picture*. 2020d. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019.

Referências

- AfDB; AU Commission; UNECA. *African statistical yearbook*. 2019. <https://www.afdb.org/en/knowledge/publications/african-statistical-yearbook>.
- AfDB. *Statistics*. 2020. <https://www.afdb.org/en/knowledge/statistics>.
- Allen, W.; Blinder, S. *Migration in the news: portrayals of immigrants, migrants, asylum seekers and refugees in national British newspapers, 2010 to 2012*. Migration Observatory report, COMPAS, University of Oxford, 2013. https://migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2016/04/Report-Migration_News.pdf.
- Allen, W.; Blinder, S.; McNeil, R. Media reporting of migrants and migration. In: IOM. *World migration report 2018*. Geneva, 2017. p. 191-208. https://www.iom.int/sites/default/files/country/docs/china/r5_world_migration_report_2018_en.pdf.
- American University of Cairo. *AUC, Center for Migration and Refugee Studies*. s.d. <https://www4.aucegypt.edu/CMRS/>.
- Amnesty International. *Key facts about refugees and asylum seekers' rights*. s.d. <https://www.amnesty.org/en/what-we-do/refugees-asylum-seekers-and-migrants/>.
- Anderson, B.; Blinder, S. *Who counts as a migrant?: definitions and their consequences* (briefing). Oxford, 2017. http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2016/04/Briefing-Who_Counts_as_a_Migrant.pdf.
- Berlin Institute for Population and Development. *Shaping demographic change*. 2020. <https://www.berlin-institut.org/en>.
- Bilsborrow, R. E. Concepts, definitions and data collection approaches. In: White, M. J. (Ed.). *International handbook of migration and population distribution*. 6th ed. New York: Dordrecht, Heidelberg; London: Springer, 2016. p. 109-156.
- BpB. *Actors in national and international (flight) migration regimes*. 2016. <https://www.bpb.de/gesellschaft/migration/kurzdosiers/229618/actors-in-national-and-international-flightmigrationregimes>.
- Buneman, P.; Müller, H.; Rusbridge, C. Curating the CIA world factbook. *International Journal of Digital Curation (IJDC)*, v. 4, n. 3, p. 29-43, 2009. <https://doi.org/10.2218/ijdc.v4i3.126>.
- Caponio, T. *City networks and the multilevel governance of migration: policy discourses and actions*. European University Institute (EUI), Robert Schuman Centre for Advanced Studies (RSCAS), 2019. (Advanced studies, 8). http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/60666/RSCAS_2019_08.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Cherem, M. Refugee rights: against expanding the definition of a “refugee” and unilateral protection elsewhere. *Journal of Political Philosophy*, v. 24, n. 2, p. 183-205, 2016. <https://doi.org/10.1111/jopp.12071>.
- Chiumia, S. *Guide: defining migration, migrants, and refugees (and why it matters)*. 2016. <https://africacheck.org/factsheets/guide-defining-migration-migrants-refugees-matters/>.
- Crawley, H.; Skleparis, D. Refugees, migrants, neither, both: categorical fetishism and the politics of bounding in Europe's ‘migration crisis’. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 44, n. 1, p. 48-64, 2017. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1348224>.
- DW. *Ceuta fence: Africa's Spanish enclave lures desperate migrants*. 2018. <https://www.youtube.com/watch?v=w6h5X86KhCo>.
- Elliott, C. *The readers' editor on ... whether we should use the term 'illegal immigrant': a person can't be illegal – but is there a concise alternative to describe someone who is in a country unlawfully?* *The Guardian*, 14 Aug. 2014. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/aug/24/open-door-should-we-useterm-illegal-immigrant>.

EMN. Asylum and migration. In: EMN. *Glossary 6.0*. European Migration Network, 2018. https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emn-glossary-6-0_en.pdf.

Eurostat. *Eurostat co-ordination role of statistical activities*. Brussels, 2019. <https://ec.europa.eu/eurostat/about/overview/co-ordination-role>.

Fengler, S.; Bastian, M.; Brinkmann, J.; Zappe, A.-C.; Tatah, V.; Andindilile, M.; Assefa, E.; Chibita, M.; Mbaine, A.; Obonyo, L.; Quashigah, T.; Skleparis, D.; Splendore, S.; Tadesse, M.; Lengauer, M. Covering migration – in Africa and Europe: results from a comparative analysis of 11 countries. *Journalism Practice*, 2020. <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1792333>.

Ferris, E. E.; Martin, F. S. Introduction to the special issue “The Global Compact for safe, orderly and regular migration and The Global Compact on refugees”. *International Migration*, v. 57, n. 6, p. 5-18, 2019. <https://doi.org/10.1111/imig.12668>.

Frey, F. W. The problem of actor designation in political analysis. *Comparative Politics*, v. 17, n. 2, p. 127-152, 1985. <https://www.jstor.org/stable/pdf/421726.pdf?refreqid=excelsior%3Ac00137ba7c12a3ee27ed5d0f9663511e>.

Gammeltoft-Hansen, T.; Nyberg Sorensen, N. (Eds.). *The migration industry and the commercialization of international migration*. London: Routledge, 2012.

Glennie, J. Who lives in the real world: global south pessimists or northern optimists? *The Guardian*, 18 Jan. 2016. <https://www.theguardian.com/globaldevelopment/2016/jan/18/who-lives-in-the-real-world-global-south-pessimists-or-northern-optimists>.

Grech, O. Migrants’ and refugees’ rights: A brief international law perspective. In: Grech, O.; Wohlfeld, M. (Eds.). *Migration in the Mediterranean: human rights, security and development perspectives*. Malta: MEDAC, University of Malta, 2014. p. 40-49.

Hallin, D. C.; Mancini, P. *Comparing media systems: three models of media and politics*. Oxford: Cambridge University Press, 2004.

Hallin, D. C.; Mancini, P. *Comparing media systems beyond the Western world*. Oxford: Cambridge University Press, 2012.

Hanitzsch, T.; Hanusch, F.; Ramaprasad, J.; de Beer, A. S. (Eds.). *Worlds of journalism: journalistic cultures around the globe*. New York: Columbia University Press, 2019.

IDMC. *Global Report on Internal Displacement (GRID): methodological annex*. 2019. <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/2019-GRID-methodology.pdf>.

ILO. *Key ILO databases and sources*. 2020. https://www.ilo.org/pardev/publicprivate-partnerships/WCMS_418560/lang--en/index.htm.

IMI. *Migration databases*. Oxford, 2020. <https://www.migrationinstitute.org/data/demig-data>.

IOM. *Glossary on migration*. 2011. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml25_1.pdf.

IOM. *Glossary on migration*. 2nd ed. Geneva, 2019a. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.

IOM. *World migration report 2020*. Geneva, 2019b. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf.

IOM DTM. *Displacement Tracking Matrix: displacement*. 2020. <https://displacement.iom.int/>.

Jong, S. de; Ataç, I. Demand and deliver: refugee support organisations in Austria. *Social Inclusion*, v. 5, n. 3, p. 28, 2017. <https://doi.org/10.17645/si.v5i3.1003>.

Kelegama, S. Will the BRICS bank and fund boost Global South? *The Daily Star*, 23 Jul. 2014. <https://www.thedailystar.net/will-the-brics-bank-and-fund-boost-global-south-34443>.

King, R.; Lulle, A. *Research on migration: facing realities and maximising opportunities; a policy review*. Brussels, 2016. https://ec.europa.eu/research/social-sciences/pdf/policy_reviews/ki-04-15-841_en_n.pdf

Kloß, S. T. The Global South as subversive practice: challenges and potentials of a heuristic concept. *The Global South*, v. 11, n. 2, p. 1-17, 2017. <https://doi.org/10.2979/globalsouth.11.2.01>.

Köngeter, S.; Smith, W. Transnational agency: migrants, movements and social support crossing borders. In: Köngeter, S.; Smith, W. (Eds.). *Transnational Agency and migration: actors, movements and social support*. Abingdon: Routledge, 2015. p. 1-22.

Lausevic, V. *Increased role and sovereignty for urban areas: a key to handle migration crisis*. 2018. <https://www.vocaleurope.eu/increased-role-and-sovereignty-for-urban-areas/>.

Long, K. When refugees stopped being migrants: movement, labour and humanitarian protection. *Migration Studies*, v. 1, n. 1, p. 4-26, 2013. <https://doi.org/10.1093/migration/mns001>.

Migration Data Portal. *IOM data overview*. 2019a. <https://migrationdataportal.org/themes/iom-data-overview>.

Migration Data Portal. *Webinar: 5 Best Uses of the Migration Data Portal*. 2019b. <https://migrationdataportal.com/blog/5-best-uses-migration-data-portal>.

Migration Data Portal. *About*. 2020a. <https://migrationdataportal.org/about>.

Migration Data Portal. *About the migration governance indicators*. 2020b. <https://migrationdataportal.org/overviews/mgi#0>.

Migration Data Portal. *Migrant rights*. 2020c. <https://migrationdataportal.org/themes/migrant-rights>.

Migration Data Portal. *Migration Data Portal: the bigger picture*. 2020d. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019.

Monmonier, M. *How to lie with maps*. 3rd ed. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

OUA. *Convention governing the specific aspects of refugee problems in Africa*: adopted on 10 September 1969 by the Assembly of Heads of State and Government CAB/LEG/24.3. 1969. <https://www.unhcr.org/about-us/background/45dc1a682/oua-convention-governing-specific-aspects-refugeeproblems-africa-adopted.html>.

Ong'ayo, A. O. *Linking local actors in migration and development: strengthening strategic cooperation between diaspora and civil society institutions in Africa*. 2013. <https://www.diaspora-centre.org/DOCS/2013/2013researchreportOtieno.pdf>.

Oucho, J. O. Recent internal migration processes in Sub-Saharan Africa: determinants, consequences, and data adequacy issues. In: Bilsborrow, R. E. (Ed.). *Migration, urbanization, and development: New directions and issues*. New York: UNFPA, Kluwer Academic Publishers, 1998.

Our World in Data. *About*. s.d. <https://ourworldindata.org/about>.

Oxford Research Encyclopedias. *Oxford Research Encyclopedias*. Oxford, 2019. <http://oxfordre.com/page/subjects/>.

Pew Research Center; John Templeton Foundation. *Global Religious Futures Project*. 2016. <http://www.globalreligiousfutures.org/explorer/about>.

Raymond, N. A.; Scarneccia, D. P.; Campo, S. R. *Humanitarian data breaches: the real scandal is our collective inaction*. 2017. <https://www.thenewhumanitarian.org/opinion/2017/12/08/humanitarian-data-breaches-real-scandal-our-collective-inaction>.

Redvers, L. *Local aid agencies: still waiting for a bigger share of the funding cake*. 2017. <https://www.thenewhumanitarian.org/analysis/2017/03/27/local-aid-agencies-still-waiting-bigger-share-funding-cake>.

Sankoh, O.; Dickson, K. E.; Faniran, S.; Lahai, J. I.; Forna, F.; Liyosi, E.; Kamara, M.; Jabbi, S.-M.; Johnny, A.; Conteh-Khali, N.; Bangali, A.; Kangbai, J.; Bockarie, T.; Massaquoi, M.; Smart, F.; Jambai, A.; Clarke, M.; Dlamini, A.; Weston, M. Births and deaths must be registered in Africa. *The Lancet Global Health*, v. 8, n. 1, p. e33-e34, 2020. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(19\)30442-5](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(19)30442-5).

Schmid-Drüner, M. *Immigration policy* (Fact Sheets on the European Union). 2019. https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/fiches_techniques/2017/N54569/doc_en.pdf.

Schmidt, W. *Willy Brandt*: online biography. “One world” – Engagement in the North-South conflict 1969–1992. 2018. <https://www.willy-brandt-biography.com/politics/north-south-conflict/>.

Sokolska, I. *Asylum Policy* (Fact Sheets on the European Union). Brussels, 2020. https://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/en/FTU_4.2.2.pdf.

The BBC News. *Migrant crisis: migration to Europe explained in seven charts*. 2016. <https://www.bbc.com/news/world-europe-34131911>.

The New Humanitarian. Global South leads the way towards universal healthcare coverage. 11 Sep. 2012. <http://www.thenewhumanitarian.org/report/96280/health-global-south-leads-way-towards-universal-healthcare-coverage>.

Toshkov, D. *The ‘Global South’ is a terrible term. Don’t use it!* 2018. <http://re-design.dimiter.eu/?p=969>.

UN Geospatial Information Section; GGIM. *General Maps*. New York. 2019. <https://www.un.org/Depts/Cartographic/english/htmain.htm>.

UN Network on Migration. *The Global Compact for Migration: well governed migration as an essential element of effective Covid-19 response*. s.d. https://migrationnetwork.un.org/sites/default/files/docs/policy_brief_-_gcm_and_well_governed_migration_as_an_essential_element_of_effective_covid-19_response.pdf.

UN Statistical Commission. *Report of the expert group on refugee and internally displaced persons statistics*. 2018. <https://unstats.un.org/unsd/statcom/49th-session/documents/2018-16-Refugee-E.Pdf>.

UN Statistical Commission. *Overview*. 2020. <https://unstats.un.org/unsd/statcom/>.

UNdata. *About: country profiles*. 2020. <https://data.un.org/>.

UNDESA. *Definition of regions*. New York, s.d. <https://population.un.org/wpp/DefinitionOfRegions/>.

UNDESA. *Recommendations on statistics of international migration: revision 1*. New York, 1998. https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_58rev1e.pdf.

UNDESA. *Migration statistics: report of the secretary-general*. New York, 2006. <https://unstats.un.org/unsd/statcom/38th-session/documents/2007-16-migration-E.pdf>.

UNDESA. *World population prospects*. 2019a. <https://population.un.org/wpp/>.

UNDESA. *World population prospects 2019, v I: comprehensive tables*. New York, 2019b. https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Volume-I_Comprehensive-Tables.pdf.

UNDP. *Human development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today; inequalities in human development in the 21st century*. New York, 2019. (Human development reports). <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>.

UNDP. *Human development reports*. s.d. <http://www.hdr.undp.org/>.

UNESCO; UIS. *Data for sustainable development goals*. 2020. http://uis.unesco.org/en/home#tabs-0-uis_home_top_menus-3.

UNGA. *NGOs and CSOs attend high-level plenary of the General assembly on 19 September 2016 on addressing large movements of refugees and migrants*. s.d. <https://refugeesmigrants.un.org/list-approved-ngos-and-csos>.

UNGA. *Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration: resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2018*. New York, 2018. https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/73/195.

UNHCR. *Glossary*. Geneva, s.d.a. <http://www.issm.cnr.it/progetti/emigrazione/METADATA%20E%20GLOSSARI/UNHCR/GLOSSARY%20UNHCR.pdf>.

UNHCR. *Non-governmental organizations*. Geneva, s.d.b. <https://www.unhcr.org/non-governmental-organizations.html>.

UNHCR. *Convention and protocol relating to the status of refugees*. Geneva, 2010. <https://www.unhcr.org/protection/basic/3b66c2aa10/convention-protocol-relating-status-refugees.html>.

UNHCR. *The 10-point plan in action: chapter 2; data collection and analysis*. Geneva, 2016a. <https://www.unhcr.org/the-10-point-plan-in-action.html>.

UNHCR. *Refugee or Migrant? Word choice matters: UNHCR viewpoint; 'Refugee' or 'migrant' – which is right? The two terms have distinct and different meanings and confusing them leads to problems for both populations*. 2016b. <http://www.unhcr.org/news/latest/2016/7/55df0e556/unhcr-viewpoint-refugee-migrant-right.html>.

UNHCR. *Guidelines on international protection no. 12* (No. HCR/GIP16/12). Geneva, 2016c. <https://www.unhcr.org/publications/legal/58359afe7/unhcr-guidelines-international-protection-12-claims-refugee-status-related.html>.

UNHCR. *Migrant definition: emergency handbook*. 2018a. <https://emergency.unhcr.org/entry/250459/migrant-definition>.

UNHCR. *Report of the United Nations High Commissioner for Refugees, part II: global compact on refugees*. 2018b. https://www.unhcr.org/gcr/GCR_English.pdf.

UNHCR. *Global trends: forced displacement in 2018*. Geneva, 2019. <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>.

UNHCR. *Annual consultations with NGOs*. 2020a. <https://www.unhcr.org/annual-consultations-ngos.html>.

UNHCR. *Data*. 2020b. <https://www.unhcr.org/data.html>.

UNHCR. *Data collection in times of physical distancing*. 2020c. <https://www.unhcr.org/blogs/data-collection-in-times-of-physical-distancing/>.

UNHCR. *Global trends: forced displacement in 2019*. Copenhagen, 2020d. <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>.

United Nations. *Global Compact for Migration / Global Compact on Refugees*. New York, 2020. <https://refugeesmigrants.un.org/>.

United Nations. *Sustainable development goals*. s.da. <https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300>.

United Nations. *Sustainable development goals*: SDG 10; reduce inequality within and among countries. s.d.b. <https://sdgs.un.org/goals/goal10>.

United Nations Library and Archives. *Research guides*: refugees and asylum seekers; websites. Geneva, 2019. <https://libraryresources.unog.ch/c.php?g=462675&p=3162952>.

UNRWA. *In figures 2018-2019*. 2019. <https://www.unrwa.org/?id=253>.

UNSD. *Demographic and social statistics*: international migration. 2020a. <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/sconcerns/migration/index.cshtml>.

UNSD. *Statistical yearbook 2020*. New York, 2020b. <https://unstats.un.org/unsd/publications/statistical-yearbook/>.

UNSD. *Demographic and social statistics*: demographic yearbook system. New York, 2020c. <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/products/dyb/index.cshtml>.

Vargas-Silva, C. Which migration journal has the highest impact factor? *COMPAS Blog*, 30 Sep. 2015. <https://www.compas.ox.ac.uk/2015/which-migration-journal-has-the-highest-impact-factor/>.

Wits University. *African Centre for Migration and Society*. 2019. <https://www.wits.ac.za/acms/>.

Womack, H.; Meier, J. *Magazine's media studies course is good news for refugees*. 2018. <https://www.unhcr.org/news/stories/2018/6/5b3502004/magazines-media-studies-course-good-news-refugees.html>.

World Bank. *Forcibly displaced*: toward a development approach supporting refugees, the internally displaced, and their hosts. Washington, D.C., 2017. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25016/9781464809385.pdf?sequence=11&isAllowed=y>.

World Bank. *World development indicators*. Washington, D.C., 2019. <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>.

World Bank. *The world by income and region*. 2020. <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/the-world-by-income-and-region.html>.

Wüllner, G.; Spies, M.-C. Newspaper gives refugees a voice. *Deutsche Welle*. 2 Jan. 2019. <https://www.dw.com/en/newspaper-gives-refugees-a-voice/a-46877218>.

Yalaz, E.; Zapata-Barrero, R. Mapping the qualitative migration research in Europe: an explanatory analysis. In: Zapata-Barrero, R.; Yalaz, E. (Eds.). *IMISCOE Research Series. Qualitative Research in European Migration Studies*. Cham: Springer International Publishing. 2018. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-76861-8_2.

Zetter, R. More labels, fewer refugees: Remaking the refugee label in an era of globalization. *Journal of Refugee Studies*, v. 20, n. 2, p. 172-192, 2007. <https://doi.org/10.1093/jrs/fem011>.

Zlotnick, H. Introduction: Measuring international migration: theory and practice. *The International Migration Review*, v. 21, n. 4, p. v-xii, 1987. <https://doi.org/10.2307/2546497>.



MÓDULO 3

Fatores contextuais sobre a migração e o deslocamento forçado

por Monika Lengauer
e Susanne Fengler



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Apresentar conceitos selecionados da sociologia migratória à análise dos movimentos migratórios.
- Iniciar uma discussão sobre os fatores de repulsão e atração que levam as pessoas a migrar ou a fugir.
- Facilitar a compreensão aprofundada dos fatores contextuais selecionados.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

No final deste módulo, os participantes devem ser capazes de:

- Reconhecer a relevância dos fatores contextuais para as reportagens sobre as questões de migração e deslocamento forçado.
- **RA Afetivo: Recebimento**
 - Explicar a teoria e basear suas pesquisas em um corpo de literatura acadêmica.
- **RA Cognitivo: Compreensão**
 - Identificar fatores contextuais para migrantes e refugiados e descrever que os dois grupos às vezes estão em fluxos mistos.
- **RA Cognitivo: Compreensão**
 - Contextualizar os fatores de repulsão e de atração de forma adequada, apresentando-os no trabalho jornalístico.
- **RA Cognitivo: Aplicação**

Visão geral

Muitos fatores podem influenciar a mudança de migrantes e refugiados de suas casas, dos quais alguns são políticos, sociais, relacionados a gênero, econômicos, étnicos, culturais, religiosos etc. Os sociólogos que atuam nas áreas de migração e deslocamento forçado¹ distinguem dois fatores – de repulsão e de atração (*push y pull*) –, também conhecidos como fatores contextuais. Os fatores de repulsão afastam as pessoas de suas casas. Os migrantes são obrigados a sair de casa ou decidem partir de maneira voluntária, já os refugiados são forçados a fugir da guerra ou de alguma perseguição no seu país de origem (ver Módulo 2). Os fatores de atração são os incentivos que atraem as pessoas para os países de destino. Este módulo baseia-se em conceitos selecionados da sociologia da migração. Ele fornece uma visão geral dos principais fatores de repulsão e de atração que desenraizam os migrantes ou refugiados, e aqui se destaca quando os migrantes e os refugiados, em particular, estão relacionados a eles. Alguns desses fatores serão abordados com mais detalhes nos estudos de caso de países (Módulos 6 a 8), assim como nas perspectivas da África (Módulo 9) e nas perspectivas globais (região MENA, Ásia, Américas e Rússia – consulte o portal do projeto www.mediaandmigration.com).

¹ Para definição de deslocamento forçado, migrantes e refugiados, ver Módulo 2 e os glossários recomendados: (UNHCR, s.d.; EMN, 2018; IOM, 2019a)

Estudos acadêmicos

A migração é uma característica essencial da vida humana, e as pessoas migram desde que os primeiros seres humanos saíram da África Central para outros continentes. Na história da humanidade, as pessoas sempre estiveram em movimento, seja de forma voluntária ou forçada (Bellwood, 2013). No entanto, elas eram frequentemente vistas como pessoas estrangeiras (IOM, 2019a, p. 6).² Até o século XX, os refugiados não eram um problema na agenda internacional; antes da Primeira Guerra Mundial, eles eram tratados como estrangeiros, de acordo com as leis nacionais; e nenhuma política internacional abordava a situação específica dos refugiados. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) desalojou milhões de europeus, muitos dos quais tiveram de procurar abrigo em países estrangeiros. A Convenção Relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados de 1933 foi o primeiro tratado juridicamente vinculativo (Kugelmann, 2010, paras. 18-19). Como instrumento modelo, tratou também de documentos de viagem, situação pessoal, emprego, direitos sociais, educação, expulsão etc. O deslocamento forçado, o tráfico de pessoas e a escravidão na África, no entanto, não eram considerados problemas no cenário internacional até a década de 1960. Durante a expansão imperial e colonial, ocorreram grandes movimentos populacionais de possíveis colonos, havia pouca consideração por vidas, culturas, línguas e propriedades pré-existentes e pouca análise a respeito desses impactos.

Os estudos acadêmicos sobre a migração passaram a ocorrer de forma sistemática no final do século XIX e início do século XX (Aigner, 2017). De acordo com as análises iniciais dos fluxos migratórios do cientista germano-britânico Ravenstein (1876, 1885, 1889), os migrantes buscam melhorar suas condições de vida, especialmente em termos materiais. No contexto histórico da migração em massa da Europa para a América no final do século XIX, mais de 60 milhões de alemães, suecos, irlandeses, italianos, poloneses e muitos outros europeus migraram para a América do Norte e América do Sul em busca de uma vida melhor. As teorias de migração do início do século XX se concentraram na integração de imigrantes, que eram considerados como estranhos, com culturas distintamente diferentes das sociedades de acolhimento (por exemplo, Park, 1928). Descrevia-se o imigrante como aquele que pedia aceitação; e descreviam-se as sociedades de acolhimento como aquelas que buscavam a lealdade do imigrante. O processo de imigração foi modelado como um conjunto de estágios pelos quais os migrantes estavam passando, que também incluíam fases de conflitos e de competição entre migrantes e sociedades de acolhimento. Os primeiros estudiosos enfatizaram o objetivo da plena assimilação dos migrantes na sociedade de destino, enquanto os estudos que se seguiram também levaram em conta o impacto da cultura dos migrantes na cultura das sociedades de acolhimento, enfatizando o pluralismo e o multiculturalismo. Além disso, descobriu-se que diferentes grupos étnicos têm diferentes modos e capacidades de lidar com a assimilação (por exemplo, Eisenstadt, 1953).

Somente em meados do século XX, o foco acadêmico voltou-se para os migrantes e suas reais motivações. A insegurança e os déficits percebidos nos países de origem levam as pessoas a migrar, na esperança de superar essas deficiências no ato da migração; mas novas inseguranças surgem

² Para definição de pessoas estrangeiras, consultar os glossários recomendados no Módulo 2: (EMN, 2018; IOM, 2019a).

na chegada aos países de destino. Diferentes motivos impactam as decisões dos migrantes. Uma contribuição importante para o debate foi feita pelo modelo de fatores de repulsão e atração de Lee (1966). Como uma primeira tentativa sistemática de analisar os fatores que afetam as decisões de migração, Lee distinguiu entre os fatores de atração os econômicos, os sociais, os políticos, os religiosos, os pessoais ou familiares e os ambientais: A falta de empregos, os conflitos armados, a intolerância religiosa, a fome e as secas são apenas alguns dos fatores que impulsionam as pessoas que podem encontrar recursos para tomar uma decisão de migrar e sair de casa. Os fatores de repulsão funcionam de forma independente, interdependente ou juntamente com os fatores de atração: as pessoas migram para os países de destino em busca de segurança, liberdades políticas e outras, educação e emprego nos mercados de trabalho que precisam de trabalhadores (altamente qualificados e pouco qualificados). A pesquisa no assunto incorporou os aspectos culturais e sociais da migração de forma progressiva. Ela posicionou o estudo da migração em um contexto global, enfatizou o pluralismo étnico e cultural da imigração (por exemplo, Glazer; Moynihan, 1963) e destacou as tensões levantadas pelos desequilíbrios entre as sociedades, alimentando assim o desejo de migrar entre os membros de sociedades consideradas menos poderosas e prestigiadas (por exemplo, Hoffmann-Nowotny, 1970). Em uma sociedade global, a migração internacional pode ser um veículo de mobilidade social ascendente e benéfica para mercados de trabalho lotados nos países de origem, mas também nos países de destino que precisam de mão de obra (Sassen, 2007). Embora a fuga de cérebros possa inicialmente enfraquecer as sociedades emissoras e o ganho de cérebros beneficie as sociedades receptoras, a migração circular³ pode beneficiar os países emissores quando os migrantes retornam para casa (Constant, 2020, p. 5). Com frequência, os países de origem e os países de destino estão ligados por padrões históricos (coloniais), laços culturais e étnicos, relações comerciais tradicionais, língua, religião etc. Juntos, eles formam um sistema de migração, interligados por transações financeiras (remessas) e comunicação (ver as seções a seguir). Os contatos entre membros das sociedades emissoras e seus compatriotas residentes no exterior, na diáspora, podem levar a mais migração, facilitada ainda mais pelo encolhimento das distâncias devido às conquistas tecnológicas (Douglas et al., 1994). A internet e as redes sociais permitem que os migrantes internacionais permaneçam intimamente conectados às suas redes nos países de origem, reforçando casos de identidades híbridas (Dekker; Engbersen, 2014).

3 Para definição de “migração circular”, consultar os glossários recomendados no Módulo 2: (EMN, 2018; IOM, 2019a).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Os participantes devem se concentrar em seu país de origem e escrever uma história de 4 mil palavras para a mídia do *campus* em torno da pergunta de pesquisa:

- Qual é a história da imigração e emigração em nosso país de origem?
- Pesquisar pelo menos dois artigos acadêmicos ou livros sobre a história da migração do seu país.
- Descrever o seu país como um lugar de imigrantes e emigrantes. Para coletar os dados necessários, usar a página do país no Migration Data Portal (2020d).
- Definir os migrantes internacionais como imigrantes e emigrantes.
- Entrevistar uma pessoa local com experiências como migrante e avaliar sua experiência em relação à literatura acadêmica e aos dados que você coletou.

Observação: Caso os estudantes ainda não tenham estudado sobre a ética da reportagem, eles talvez ainda não estejam bem-preparados para entrevistar migrantes. Nesse caso, as entrevistas podem ser substituídas por pesquisas de depoimentos na mídia ou por entrevistas com um representante de uma ONG local que lida com migrantes (por exemplo, a OIM).

Migração e desenvolvimento

Outra meta-perspectiva relevante para a discussão sobre migração é o papel do desenvolvimento. Muitas vezes, os formuladores de políticas se encontram sob uma pressão pública cada vez maior para combater as causas profundas da migração. A suposição implícita é que – juntamente com acordos comerciais e cooperação econômica mais favoráveis – o aumento da cooperação para o desenvolvimento e da ajuda externa tem um impacto na migração: melhorias nas condições de vida podem reduzir os fatores de repulsão, que, por sua vez, reduz a migração (Lanati; Thiele, 2017). No entanto, as análises demonstram que a cooperação para o desenvolvimento tem efeitos ambíguos sobre a migração, mesmo que não se leve em conta evidências que mostrem que uma parte relevante da assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) não atinge as pessoas, mas é absorvida pelas elites em muitos países por meio da corrupção (Alesina; Weder, 2002; Asongu, 2012). De acordo com algumas pesquisas, o número de migrantes que deixam um país cresce paralelamente ao aumento da renda e à melhoria da educação, e só diminui quando o país atinge um Produto Interno Bruto (PIB) relativamente alto. Assim, de acordo com essa pesquisa, o desenvolvimento – pelo menos inicialmente – coincide com o rápido aumento das taxas de migração, porque o desenvolvimento social e econômico permite e inspira as pessoas a migrar (de Haas, 2007). Tomando como ponto de partida a teoria da transição da mobilidade de Zelinsky (1971) e o trabalho de Martin e Taylor (1996), o impacto do desenvolvimento sobre a migração e da migração sobre o desenvolvimento (por exemplo, por meio de remessas) vem sendo debatido há quase cinquenta anos. A expressão em voga é a “teoria da curva de migração” (Martin; Taylor, 1996).

Em consonância com esse pensamento, a cooperação para o desenvolvimento com países de baixa renda pode levar a mais migração. Belloc (2011) mostra, em uma pesquisa com 48 países subsaarianos, que o que é frequentemente chamado de “Assistência Exterior ao Desenvolvimento” ou AOD, “tem um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a migração” (Belloc, 2011, p. 187). A AOD pode estimular a migração, uma vez que os fundos muitas vezes apoiam as instituições que permitem que as pessoas desenvolvam suas competências e, assim, encontrem novas oportunidades de emprego (educação, setores empresariais, comunicação, infraestrutura etc.). Entretanto, “[...] reduzir [...] [os fluxos migratórios] com políticas de desenvolvimento [nesta trajetória] exige o desencadeamento de *booms* econômicos sem precedentes em muitos países em desenvolvimento” (Dao et al., 2018, p. 32).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Convidar a turma a ouvir a declaração em vídeo de Eric Chinje, ex-presidente da AMI (link para o portal do projeto www.mediaandmigration.com).

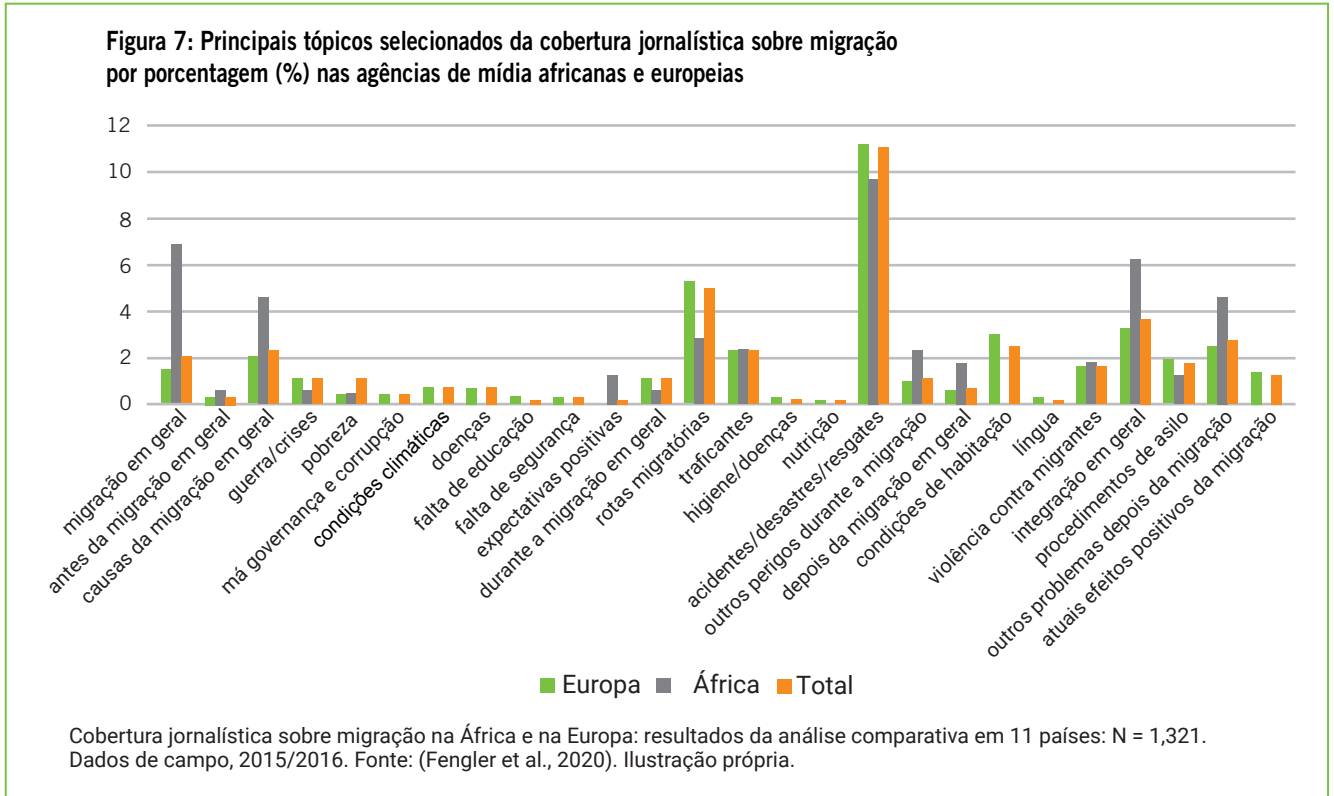
Pedir aos estudantes que expliquem a ligação entre migração e desenvolvimento.

A África Setentrional pode servir de exemplo porque a maioria das pessoas que migram para a Europa são originárias de países de renda média-baixa da África Setentrional⁴, particularmente de Marrocos, Argélia e Tunísia. Em geral, os migrantes não estão entre os mais pobres de suas sociedades, mas representam aqueles que adquiriram os meios para realizar uma decisão de migração ou conseguiram arrecadar os fundos necessários em suas comunidades (de Haas, 2010a, p. 239). Os migrantes africanos na Europa têm algumas vantagens que facilitam sua jornada árdua e perigosa: juventude, vigor, alguns recursos financeiros e a capacidade de ganhar dinheiro em trânsito; eles possuem amigos na diáspora e os fazem durante o trajeto, compartilhando contatos e informações, além disso, a família extensa em casa continua enviando dinheiro (ver a seção sobre redes/diáspora a seguir). O *smartphone* é o parceiro mais poderoso de todos.

Migração – uma “boa” ou uma “má” notícia”?

A mídia tende a se concentrar em incidentes dramáticos no processo de migração. De acordo com um de nossos estudos comparativos (para obter mais informações sobre o estudo e a cobertura da mídia sobre os fatores, ver Módulo 4), catástrofes espetaculares com barcos no Mar Mediterrâneo envolvendo migrantes da África dominaram a cobertura jornalística sobre migração na mídia africana e europeia (ver Figura 7).

4 Ver Módulo 2 para obter informações sobre essas classificações de países que são explicadas em (UNDESA (s.d.). Em 2020, todos os países do norte da África são classificados como países de renda média-baixa, exceto a Líbia, que é de renda média-alta (Serajuddinada; Hamadeh, 2020).

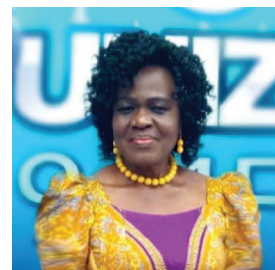


Muitos cidadãos e formuladores de políticas na África há muito desconhecem as condições muitas vezes duras e, em muitas ocasiões, desumanas que os migrantes enfrentam enquanto estão em trânsito. Foi uma reportagem da Cable News Network (CNN) sobre africanos sendo tratados como escravos em campos líbios que provocou respostas públicas de líderes africanos durante uma cúpula da União Africana (ver Módulo 5). A mídia de muitos países africanos também divulgou histórias sobre violência na África do Sul contra migrantes de outros países africanos (Bornman; Cronje, 2020), especialmente quando compatriotas eram alvos. Violações de direitos humanos e crimes contra migrantes africanos no Golfo ainda são subnotificados (Best, 2019; Thorogood, 2019).

A mídia precisa relatar incidentes dramáticos como os descritos anteriormente, mas não precisa parar por aí, porque além da catástrofe, há histórias que fornecem ao público uma perspectiva mais ampla: O que expulsou as vítimas do seu país? Que circunstâncias e realidades os migrantes enfrentam nos países de destino? O que acontece no trânsito? Os módulos subsequentes fornecem inspiração sobre como encontrar melhores ângulos de notícias para fornecer ao público fatos relevantes que eles precisam saber, como lidar com dilemas éticos (ver Módulos 10 e 11) e como vender histórias de migração aos editores (ver Módulo 13). Os fatores de repulsão e atração afetam as decisões de migração individuais e os movimentos de migração maiores. No entanto, embora esses fatores de repulsão e atração sejam valiosos conhecimentos básicos, eles parecem não ser noticiáveis por si só. Este manual tem como objetivo revelar as muitas histórias dignas de notícia escondidas no conhecimento prévio que estão apenas esperando para serem desenterradas.

**Chinyere Stella Okunna, Professora do Departamento de Comunicação de Massa,
Nnamdi Azikiwe University, Awka, Estado de Anambra, Nigéria**

“A mídia é, em grande parte, omissa em relação às questões de migração ou positiva em suas reportagens sobre migração, de acordo com a opinião pública e a política governamental sobre a questão, exceto em circunstâncias de extrema ameaça à vida, como os recentes ataques xenofóbicos na África do Sul ou o escândalo anterior do comércio de escravos na Líbia. Em termos de cobertura, o melhor caso é exemplificado pela reportagem sobre a repatriação de migrantes nigerianos da África do Sul após os recentes ataques xenofóbicos. A reportagem de interesse humano sobre esse assunto mostrou os repatriados nigerianos demonstrando um alto nível de patriotismo ao entoarem emocionados o Hino Nacional da Nigéria quando o proprietário da Peace Airlines (Sr. Allen Onyema) chegou para dar as boas-vindas aos repatriados e entrou em seu avião que os havia trazido de volta para casa gratuitamente, fazendo com que muitos dos repatriados e o próprio Sr. Onyema derramassem lágrimas de alegria e patriotismo. Tais relatos emocionais e patrióticos poderiam reter a onda de migração para fora da Nigéria”.



Fonte: Privado.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO:

Apresentar aos estudantes alguns depoimentos, por exemplo, do site *I am a migrant* [Eu sou um migrante] (IOM, 2017). Explicar os fatores de repulsão e/ou atração que podem desencadear a decisão dos migrantes de deixar seus países de origem. Depois de mostrar como usar depoimentos para descrever esses fatores de repulsão/atração, convidar a turma a interpretar os fatores que podem ter desencadeado a decisão dos migrantes de deixar seus países de origem.

Montar pequenos grupos e pedir a eles que:

- Escolham um depoimento do site “I am a migrant” (IOM, 2017);
- Busquem por outros depoimentos de migrantes (em sites institucionais, mídia nacional ou de encontros pessoais).

TAREFA PARA A SALA DE AULA (ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE AVALIAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA):

Pedir à turma para compilar uma lista de fatores de repulsão e de atração mencionados nesses depoimentos. Cada participante pode escrever uma breve avaliação sobre a força do depoimento, seguindo as perguntas:

1. Os depoimentos ajudam os outros – por exemplo, você mesmo – a desenvolver uma melhor compreensão dos migrantes?
2. Em sua opinião, os depoimentos ajudam os migrantes a falarem por si mesmos?
3. Por fim, um parágrafo oferecerá uma reflexão crítica sobre o título “Eu sou um migrante”. Esse título apoia a integração dos migrantes em sua sociedade de acolhimento ou, em vez disso, os destaca e os estereotipa? Será que a pergunta orientadora deveria ser “Eu não sou um migrante! Eu sou quem eu sou?”

Foco nos fatores de repulsão e atração para *migrantes e refugiados*

Pode ser revelador para os estudantes da África e da Europa dar uma olhada mais de perto nos fatores de repulsão e atração, pois os estereótipos e a falta de cobertura podem continuar a dominar a percepção. Por exemplo, a cobertura sobre a migração europeia implica há muito tempo que as pessoas abandonam os seus países de origem devido a guerras ou conflitos (Berry et al., 2015), o que só é verdade para uma proporção relativamente pequena da atual mobilidade transcontinental (ver Módulo 1, Módulo 9 e as seções sobre conflitos, economia, remessas e mudança climática a seguir). Por outro lado, muitos africanos desconhecem as reais perspectivas políticas, econômicas, sociais e pessoais que os migrantes encontram na Europa (Zappe et al., 2019).

Alguns fatores de repulsão selecionados podem servir como ponto de partida para a discussão: embora as economias de muitos países africanos tenham vivenciado taxas de crescimento relativamente altas desde 2000, e apesar de uma riqueza de recursos naturais (Devarajan; Fengler, 2013; UNDESA, 2005, p. 90-93; UNDESA, 2010, p. 125-127; World Bank, 2020a), a pobreza ainda é uma realidade em muitas comunidades africanas, mesmo em países com crescimento econômico (Wilhelm, 2020). A mudança climática exacerba os níveis de risco por meio de secas, elevação do nível do mar, inundações, falta de confiabilidade na duração das estações de chuva e outros fatores (Adenle et al., 2017). Enquanto muitos países africanos vivenciaram profundas transformações políticas (Decalo, 1992; Lynch, 2011), várias tensões prevalecem, e países como Camarões, Chade, Mali, Nigéria, Ruanda, Sudão, Sudão do Sul, República Democrática do Congo (ver Módulo 7) e outros experimentaram agitação ou guerras civis (Alcorta et al., 2020; Moscona et al., 2018; Ottoh, 2018). Infraestruturas públicas ineficientes são outro fator de repulsão, uma vez que muitos cidadãos africanos estão insatisfeitos com a qualidade da educação, cuidados de saúde e outros serviços públicos (energia, internet, transportes etc.; World Bank, 2017). As remessas são um fator de desenvolvimento considerável e uma “maneira comprovada de compartilhar a prosperidade” (World Bank, 2019, p. 15).

Em um futuro próximo, a evolução demográfica em África e na Europa afetará profundamente os fatores de repulsão e atração e agravará ainda mais os desequilíbrios entre continentes. A população mundial continua crescendo e estima-se que aumentará em dois bilhões⁵ de pessoas entre 2020 (7,7 bilhões) e 2050 (9,7 bilhões); mais da metade desse crescimento ocorrerá na África Subsaariana, projetada para se tornar a região mais populosa do mundo até 2062 (UNDESA, 2019a, p. 6). O crescimento populacional, a “força imparável” (Dao et al., 2018, p. 11), é um determinante primordial da migração. Um “aumento altamente robusto nas pressões de imigração” (Dao et al., 2018, p. 31) está sendo previsto em geral, e para a Europa em particular, explicado principalmente pelas mudanças demográficas na África Subsaariana e em alguns países da região MENA (Dao et al., 2018, p. 31-32). De Haas, no entanto, faz um forte lembrete do fato de que as pessoas não migram “por causa” do crescimento populacional, mas por causa de outros fatores (por exemplo, um crescimento econômico lento, alto desemprego) que agravam os efeitos da alta densidade populacional (de Haas, 2010b, p. 12). Por exemplo, o alto crescimento populacional nos Estados do Golfo ricos em petróleo com sua rápida taxa de crescimento econômico não está associado a um aumento nas taxas de emigração, mas, inversamente, as baixas taxas de fertilidade em economias estagnadas na Europa Oriental correspondem a altas taxas de emigração (de Haas, 2010b, p. 12).

Pesquisando a migração e o deslocamento forçado da África para a Europa sob o paradigma da segurança humana, Gimenez-Gomez e outros (2019) recapitulam que uma combinação de fatores de repulsão e atração influencia a mobilidade dos indivíduos; “em particular, a crescente perseguição política, [...], as violações de direitos humanos, a instabilidade política e os conflitos civis” além de conflitos étnicos (Gimenez-Gomez et al., 2019, p. 1797). Tem sido amplamente reconhecido que fatores exclusivos de atração e de repulsão não explicam suficientemente a

⁵ Números e decimais são arredondados neste texto, mantendo um bom equilíbrio entre precisão e legibilidade.

migração e que as pessoas raramente são impulsionadas por um único fator. Os fatores de repulsão e atração trabalham lado a lado, assim como os respectivos fatores, influenciando reciprocamente o ato de simplesmente se levantar e ir. As correlações entre vários fatores que atuam nos países de origem, trânsito e destino dificultam o isolamento do papel de fatores independentes. Isso às vezes torna difícil, à primeira vista, ver quem é migrante e quem é refugiado – por exemplo, os refugiados que fugiram da perseguição através das fronteiras podem ser expostos a um deslocamento secundário após desastres naturais, como tempestades, inundações ou outros. As correlações entre os fatores de repulsão e atração estão bem documentadas, por exemplo, oportunidades econômicas *versus* (vs) dificuldades econômicas, paz vs conflitos, proteção vs perseguição (Docquier et al., 2014; Hooghe et al., 2008). A multidimensionalidade também se aplica quando o foco está apenas nos fatores de repulsão: pessoas cujas vidas estão em risco devido à perseguição política muitas vezes também são afetadas por inseguranças econômicas que colocam em risco seus meios de subsistência (Braithwaite et al., 2014; Maastricht University; GMDAC, 2016; Gimenez-Gomez et al., 2017). Hanlon e Christie (2016) veem os níveis de conflito e instabilidade juntamente com as altas taxas de desemprego e subemprego, principalmente entre os jovens, como uma combinação de fatores de repulsão.

O aumento das turbulências ambientais que reduzem os recursos das pessoas também pode desencadear conflitos e violência (Raleigh, 2011). Freeman (2017) pesquisou essa correlação para a África, enquanto Gleick (2014) abriu caminho ao descrever o início da guerra na Síria como

o resultado de fatores inter-relacionados complexos. O foco do conflito é a mudança de regime, mas os gatilhos incluem um amplo conjunto de fatores religiosos e sociopolíticos, a erosão da saúde econômica do país, uma onda de reformas políticas varrendo o Oriente Médio [...] desafios associados às [mudanças] climáticas [...] e à disponibilidade e uso de água doce (Gleick, 2014, p. 331).

Afifi (2011) mostra que as questões ambientais (por exemplo, secas, degradação do solo, desmatamento) agravam significativamente a insegurança econômica e a migração no Níger. Ao analisar os dados de 45 países da África Subsaariana entre 1965 e 2005, Naude (2008) aponta para o crescimento populacional e as pressões ambientais, que afetam os movimentos das pessoas por meio de conflitos e falta de emprego. O crescimento populacional e a escassez de recursos podem desencadear conflitos sobre a segurança de tais recursos e aumentar a pressão para fugir (Borderon et al., 2019).

Alguns fatores contextuais se destacam – estes são particularmente determinantes econômicos e conflitos como fatores de repulsão; e a paz, o respeito pelos direitos humanos e sua proteção e realização, juntamente com melhores padrões de vida, como fatores de atração. O crescimento populacional e a comunicação (jornalismo, redes sociais, comunicação pessoal entre migrantes, bem como com suas comunidades coétnicas e pares migratórios etc.) são fatores contextuais transversais de grande importância. A introdução subsequente de fatores de repulsão e atração selecionados não se destina a ser inclusiva, mas engloba alguns fatores contextuais importantes para a migração e o deslocamento forçado. Por uma questão de clareza, mas em pleno

reconhecimento de que muitas vezes são mutuamente dependentes, os fatores contextuais selecionados são introduzidos separadamente.

Crescimento populacional

Lembrando que de Haas (2010b, p. 12) adverte que não se deve considerar o crescimento populacional como um fator de repulsão isolado, pois as pessoas não migram “por causa” do crescimento populacional, mas por causa de outros fatores (veja informações anteriores), esta seção destaca alguns números e contextos. Estima-se que a população global cresça em dois bilhões de pessoas entre 2020 (7,7 bilhões) e 2050 (9,7 bilhões)⁶. Desses dois bilhões de pessoas, 1,5 bilhão será de 22 países em todo o mundo, dos quais 12 são da África Subsaariana (UNDESA, 2019a, p. 13, fig. 6). Dez desses 12 países da África Subsaariana estão entre os países subdesenvolvidos (UNDP, 2019b, p. 2-5).⁷ Por exemplo, no mesmo período (2020-2050), a população da República Democrática do Congo deverá crescer de 87 milhões para quase 200 milhões, a população da Nigéria deverá duplicar de 200 milhões para 400 milhões e a população da Tanzânia também duplicará – de 58 milhões para 129 milhões; a população da Etiópia aumentará de 112 para 205 milhões e a população do Egito aumentará de 100 milhões para 160 milhões. Como a região que mais cresce no mundo, espera-se que a África ultrapasse 2 bilhões de pessoas até 2050, o que significa que a população na África Subsaariana deverá dobrar até lá (UNDESA, 2019a, p. 6, tabela 1). Em 2019, a taxa de fertilidade de 36 países em todo o mundo estava acima de quatro nascimentos por mulher, e 33 Estados subsaarianos fazem parte desse grupo. Com 4,6 nascimentos por mulher, a taxa de fertilidade nesses países excede em muito a média mundial de 2,5 nascimentos por mulher (UNDESA, 2019a, p. 23). Depois de 2050, espera-se que a África seja a única região que ainda apresentará um crescimento populacional substancial, e o número de nascimentos aumentará apesar da queda das taxas de fertilidade (UNDESA, 2019a, p. 24).

Embora a maioria das crianças nasça na Ásia, pelo menos em termos absolutos, as mulheres na África Subsaariana têm, em média, o maior número de filhos. Ao mesmo tempo, elas correm um risco maior de saúde durante a gravidez e no parto, pois a mortalidade materna e infantil é mais alta do que em qualquer outra parte do mundo. Ao contrário da África, a população está encolhendo em alguns países da Europa e da Ásia porque nascem menos crianças do que o necessário para substituir a geração dos pais (Sippel et al., 2011, p. 13).

6 Isto está de acordo com uma projeção de variante média. Observe que os demógrafos normalmente insistem que as projeções não são previsões, embora a variante média das Nações Unidas seja comumente usada para esse fim. Como as tendências da população mundial são em grande parte impulsionadas pela fertilidade, essa estimativa também se baseia no pressuposto de que os níveis de fertilidade continuarão a *diminuir*. A fertilidade média vitalícia de 2,1 nascidos vivos por mulher é aproximadamente o nível necessário para que as populações com baixa mortalidade tenham uma taxa zero de crescimento de longo prazo (UNDESA, 2019a). O nível de reposição pode diferir da média de 2,1 nascidos vivos por mulher (por exemplo, no Níger é superior a três nascidos vivos por mulher).

7 Nigéria, República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia, Uganda, Níger, Sudão, Moçambique, Madagáscar, Costa do Marfim são países de “baixo desenvolvimento humano”, dois (Angola, Quênia) são de “médio desenvolvimento humano”. O Egito, que não é um país da África Subsaariana, mas é do continente africano, está classificado como de alto desenvolvimento humano (UNDP, 2019a, p. 301). Os principais países não africanos que serão responsáveis pelo crescimento populacional até 2050 são principalmente asiáticos (Índia, Paquistão, Indonésia, Filipinas, Bangladesh, Afeganistão) e os Estados Unidos da América (UNDESA, 2019a, p. 13, fig. 6).

Em particular, a parcela de jovens na população total dos países de origem é frequentemente analisada como um fator significativo na determinação de taxas de emigração mais altas. A UNDESA estima que o número de migrantes internacionais com menos de 19 anos aumentou de 29 milhões em 1990 para 38 milhões em 2017 (Migration Data Portal, 2020a). A África tem a população mais jovem do mundo, que muitas vezes é celebrada como um “dividendo” e às vezes temida como um “desastre” (Canning et al., 2015). O rápido crescimento populacional em África representa um enigma para muitos governos africanos. Tome a educação na Nigéria como exemplo: 16 milhões de pessoas estão na faixa etária do ensino superior (18 a 22 anos), mas a taxa bruta de matrícula no ensino superior foi de apenas 10% em 2011 (World Bank; UIS, 2011). Mahabub (2014) explica que a demanda por educação universitária cresce de acordo com o crescimento populacional, mas o sistema não acompanha esse crescimento. O “Dividendo Demográfico” poderá ser obtido apenas quando as políticas públicas mudarem, com foco na gestão da fertilidade, a fim de interromper ou reverter o crescimento populacional e empoderar as mulheres, levando a famílias de tamanhos menores que permitirão mais investimentos em saúde e educação por criança, um grupo grande de jovens escolarizados prontos para ocupar empregos bem remunerados e criados em um ambiente propício (Canning et al., 2015; Sippel et al., 2011). Alguns estudiosos alertam sobre os obstáculos significativos, incluindo os compromissos políticos indiferentes dos governos em relação ao rápido declínio da fertilidade, a falta de qualquer capacidade de absorção dos mercados de trabalho, a discriminação de mulheres e jovens, os baixos salários e a baixa proteção social (Groth et al., 2019). Para que o dividendo demográfico beneficie o número cada vez maior de jovens africanos, a implementação precisa ser instantânea e tangível. O “roteiro para o dividendo demográfico” que Sippel e outros (2011) sugerem, destaca o empoderamento das mulheres, o planejamento familiar, a educação, a assistência médica, a seguridade social e que “não haverá dividendo demográfico sem empregos” (Sippel et al., 2011, p. 71). Para os jovens de hoje em muitos países da África Subsaariana, a competição demográfica limita severamente as oportunidades. Altas expectativas, quando enganadas, podem ser transformadas em frustração e produzir dois resultados possíveis: “saída ou voz”, ou seja, migração ou protesto (Baudasse et al., 2016).

Além da migração internacional, o crescimento populacional também afeta a migração interna de regiões rurais para locais urbanos. Até 2050, estima-se que dois terços da população mundial viverão em cidades. À medida que as populações urbanas aumentam, a parcela de recursos para as populações rurais diminui. Eletricidade, alimentos, água e habitação são redirecionados para os centros populosos. A urbanização nas nações em desenvolvimento é diferente da urbanização da maioria das nações desenvolvidas, pois na primeira não está necessariamente ligada a empregos industriais (Beauchemin; Bocquier, 2004; Liddle, 2017; Mountford; Rapoport, 2014; Oucho; Gould, 1993).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO:

Convidar a turma para assistir à entrevista de 4:48 minutos com o dr. Reiner Klingholz, ex-diretor do Instituto de Berlim de População e Desenvolvimento, que pode ser acessada no portal do projeto: www.mediaandmigration.com.

Pedir aos estudantes para adaptarem suas hipóteses e dados ao seu país ou a um país de sua escolha e fazerem uma pesquisa sobre a pergunta: como as mudanças demográficas afetarão a migração aqui? Usar o Migration Data Portal para coletar dados específicos do país para sua argumentação.

Conflitos

Os conflitos foram identificados como uma causa subjacente significativa para as pessoas que foram obrigadas ou forçadas a sair de casa⁸ (Davenport et al., 2010; Maastricht University; GDMAC, 2016; Giménez-Gomez et al., 2017; Hayes et al., 2016). Os conflitos e a violência podem ocorrer em qualquer forma de ameaças reais ou percebidas, instabilidade, conflitos armados, falta de segurança generalizada, perseguição política, conflitos civis e étnicos, abusos de direitos humanos, confrontos intercomunitários ou ataques indiscriminados a civis, e muitas vezes irrompem em épocas de transição para um sistema político democrático (Adebayo, 2012). Exemplos incluem a República Centro-Africana, a África do Sul e o Quênia (Amodio; Chiovelli, 2017; André et al., 2019; Klopp; Zuern, 2007; Vlavourou, 2016), e os dois estudos de caso africanos neste manual, Camarões (Mbuagbo; Akoko, 2004) e Guiné-Bissau (Ferreira, 2004). Em uma revisão da literatura sobre fatores significativos de atração e repulsão que impulsionam a migração relacionada ao asilo (Maastricht University; GMDAC, 2016), os autores também se referem a trabalhos de Naudé (2010), Schmeidl (1997) e Moore e Shellman (2004; todos citados em: Maastricht University; GDMAC, 2016, p. 21-22). Naudé constatou que, na África Subsaariana, um ano adicional de conflito aumentou a mobilidade em 1,7 por 1 mil habitantes. Schmeidl propõe que diferentes categorias de violência ou instabilidade levam a diferentes níveis de deslocamento forçado (por exemplo, violência generalizada, como genocídio, guerra civil causa a maioria dos deslocamentos forçados). Moore e Shellman usam uma amostra global de países com dados que abrangem de 1952 a 1995 para concluir que quanto maior a ameaça, maior o número de pessoas que fogem. Essas várias categorias de risco em seus lares também podem se correlacionar com os riscos que as pessoas estão dispostas a aceitar para sua fuga (Malakooti, 2015). Os deslocamentos diminuem quando a estabilidade política e os sistemas democráticos são estabelecidos e os direitos políticos e civis melhoram de forma substancial (Giménez-Gomez et al., 2019, p. 1816).

⁸ Para definição de migração voluntária e deslocamento forçado, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (UNHCR, s.d.; EMN, 2018; IOM, 2019a).

O número de pessoas deslocadas à força devido a guerras, conflitos, perseguições, violações dos direitos humanos e eventos que perturbam seriamente a ordem pública cresceu para 79,5 milhões até o final de 2019. É o número mais alto já registrado e quase o dobro do número de 2010, de 41 milhões, e um aumento significativo em relação ao número de 2018, de 70,8 milhões. A população global de refugiados sob o mandato do ACNUR era de 20,4 milhões de pessoas até o final de 2019 – adicionando 5,5 milhões de refugiados palestinos sob o mandato da UNRWA, isso eleva a população global total de refugiados para quase 26 milhões. Além desses refugiados – que, por definição, atravessam fronteiras internacionais –, muito mais pessoas estão sendo deslocadas em seu país de origem. Essas pessoas deslocadas internamente (PDIs) foram estimadas em 45,7 milhões até o final de 2019⁹ (UNHCR, 2020b, p. 2-3, 8).

Os dois principais grupos de pessoas deslocadas à força devido a conflitos sob o mandato do ACNUR são refugiados e PDIs (não incluindo palestinos neste enquadramento específico). Várias crises importantes contribuíram para o deslocamento em massa na última década, inclusive nos países da região MENA (Irã, Líbia, Síria, Iêmen), da região da Ásia (Afeganistão, Mianmar), da Europa (Ucrânia), da América Latina (Venezuela, Colômbia) e da África (por exemplo, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Etiópia, região do Sahel, Sudão do Sul) (UNHCR, 2020b, p. 6).

No final de 2019, mais de dois terços (68%) dos refugiados do mundo tinham vindo de apenas cinco países: Síria, Afeganistão, Sudão do Sul, Mianmar e Somália, e a maioria foi acolhida por apenas cinco países: Turquia, Colômbia, Paquistão, Uganda e Alemanha. Analisando a última década (2000-2019), apenas o Paquistão, a Alemanha e o Irã ocupavam uma posição entre os 10 principais países de acolhimento de refugiados, tanto no início quanto no final da década (UNHCR, 2020b, p. 22); apenas a Alemanha representa um destino distante para a maioria dos refugiados, considerando que, normalmente, a proximidade geográfica é um fator importante para as pessoas que fogem de conflitos e perseguições: a maioria dos sírios foge para a Turquia, Líbano ou Jordânia; na África Subsaariana, o número de refugiados na região quase triplicou ao longo da década. Em qualquer ano da última década, três quartos dos refugiados ou mais foram acolhidos por países vizinhos ao seu país de origem. O elemento de proximidade nos movimentos de refugiados sobrecarrega os países menos desenvolvidos de maneira desproporcional, incluindo Bangladesh, Chade, República Democrática do Congo, Etiópia, Ruanda, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, Uganda. Representando apenas 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, eles tinham menos recursos disponíveis para atender às necessidades das pessoas que buscavam refúgio (UNHCR, 2020b, p. 22). Enquanto os países vizinhos acolhem a maioria dos refugiados, os pedidos de asilo são apresentados principalmente nos EUA e na Europa (UNHCR, 2020b, p. 38, p. 45, mapa 4).

Outro grupo em rápido crescimento – as pessoas deslocadas internamente (PDIs) – é amplamente subnotificado. Enquanto os refugiados, por definição, atravessam fronteiras internacionais para

⁹ Para obter dados, ver Módulo 2. Uma observação sobre os dados usados aqui: O ACNUR cita dados do IDMC para o número de PDIs (UNHCR, 2020b, p. 2-3, footnote 1).

fugir de perseguições e/ou conflitos em seus países de origem, as PDIs estão sendo deslocadas dentro de seu país de origem e permanecem sob a proteção de seus governos, mesmo que o governo não seja capaz ou esteja disposto a protegê-las (UNHCR, 2020d).

Seus números também estão em níveis recordes e superaram rapidamente os dos refugiados. O número de PDIs sob a proteção do ACNUR aumentou de 6,6 milhões em 2005 para 15 milhões em 2010 e mais de 43,5 milhões no final de 2019. Para a última década, o ACNUR relata uma população de PDIs sob seu mandato de 59 milhões de pessoas, mas adverte que “esse número não constitui o número global” (UNHCR, 2020b, p. 30) e aponta para 79 milhões de novos deslocamentos entre 2010 e 2019 registrados pelo Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC). As grandes populações de PDIs que preocupam o ACNUR até o final de 2019 estão na Colômbia, Iêmen, República Democrática do Congo, Somália, Afeganistão, Nigéria, Sudão, Etiópia e Sudão do Sul (UNHCR, 2020b, p. 3, p. 31, mapa 3). “Embora o deslocamento forçado seja um fenômeno global”, escreve o Comissário da UA para Assuntos Políticos, “ele é mais pronunciado na África” (André et al., 2019, p. 7). Conflitos e violência estão surgindo ou aumentando em muitos países africanos, como Camarões, Burkina Faso, Mali, Níger, Líbia. Muitos desses conflitos não são novos, mas eles se prolongam e perduram (UNHCR, 2020b).

Um acontecimento relacionado preocupa as pessoas encarregadas de proteger e auxiliar as populações de PDIs: O deslocamento interno para áreas rurais era o predominante no passado, mas, cada vez mais, as PDIs se mudam para áreas urbanas. Dois em cada três PDIs estão agora em ambientes urbanos ou semiurbanos, de acordo com dados do ACNUR. Isso colocou grandes desafios de proteção em países com conflitos em andamento em áreas urbanas, por exemplo. Aleppo na Síria, Bangui na República Centro-Africana, Trípoli na Líbia ou Jijiga na Etiópia. As PDIs vivem em bairros marginalizados e carentes ou assentamentos informais, entre os pobres urbanos, com acesso limitado a água potável, saneamento, educação, empregos e outros, deixando-as altamente expostas e vulneráveis (André et al., 2019; UNHCR, 2020b).

Os números de deslocamento associados a conflitos e violência pedem por ações urgentes para deter e reverter a tendência. Além de iniciativas políticas para apoiar ou manter a paz, o ACNUR busca três “soluções duradouras” com repatriamento voluntário, integração local e reassentamento. O reassentamento é a transferência de refugiados para um Estado que concordou em admiti-los e, finalmente, conceder-lhes assentamento permanente. A Agência das Nações Unidas para Refugiados lamenta que “apenas um pequeno número de Estados participe do programa de reassentamento do ACNUR”, principalmente na América do Norte, na Austrália e na Europa (UNHCR, 2020b, p. 2, p. 48 e seguintes; UNHCR, 2020c).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO:

Baixar o pequeno vídeo – *Who is an IDP?* [Quem é uma PDI?]. Este vídeo apresenta essas DPIs sob o mandato do ACNUR (2020d).

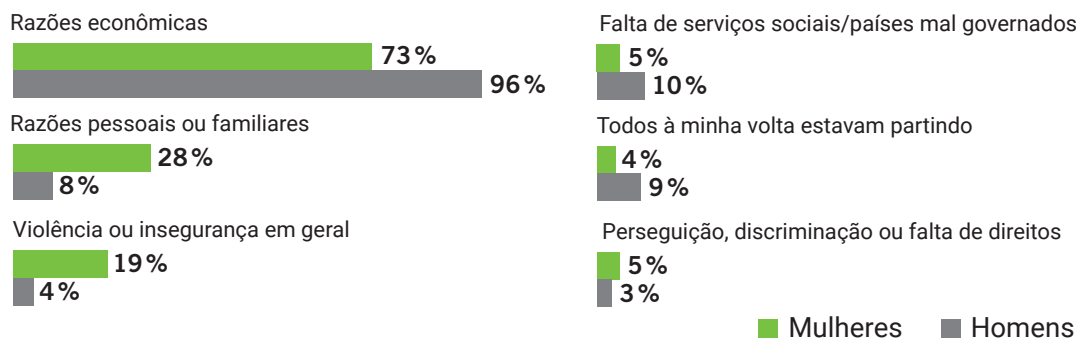
Pedir à turma que use as fontes de dados apresentadas anteriormente (pelo ACNUR e pelo IDMC) para preparar uma apresentação de 10 minutos que descreva o movimento de DPIs em seu país de origem (ou, se não for aplicável, em um país de escolha).

As perguntas principais para a apresentação são:

1. Qual é o número de DPIs que podem ser encontradas nesse país?
2. Por que elas foram forçadas a sair de casa?
3. Você consegue encontrar dados desagregados por sexo e idade (mulheres, crianças, jovens)?

Fatores econômicos

Fatores econômicos têm sido consistentemente destacados como uma força motriz para a migração. Estudiosos de vários pontos de vista teóricos concordam amplamente que as decisões de migração também são moldadas pelo retorno esperado (ao longo da vida) do investimento (Borjas, 1994; Bryceson, 2019; Sjaastad, 1962). Os desenvolvimentos de nível macro, como a globalização, com as demandas por mão de obra barata em contextos de manufatura e especialistas altamente qualificados em sociedades do conhecimento, desempenham um papel decisivo (Adepoju, 2007). Em geral, os migrantes esperam melhores retornos em suas habilidades no país de destino do que em seu país de origem. Com base em considerações econômicas, uma suposição subjacente é que as pessoas se mudam quando os benefícios financeiros da migração são maiores do que os benefícios de permanecer em casa e o retorno sobre o trabalho é maior do que o investimento reunido pelo migrante individual, pela família estendida e pela comunidade de “investidores”. Para tanto, as oportunidades de emprego e os diferenciais salariais são importantes fatores estimulantes para as decisões migratórias. A relevância das diferenças de salários e padrões de vida entre os países de origem e destino dos migrantes emergem consistentemente como fatores significativos para explicar a migração internacional. A capacidade desse fator de precipitar a migração, no entanto, varia de acordo com o perfil dos migrantes, por exemplo, entre as pessoas altamente qualificadas e as menos qualificadas (Kuschminder et al., 2012; Neto; Mullet, 1998; Vogler; Rotte, 2000). O Mecanismo de Monitoramento de Migração Mista ou Iniciativa 4M mostra uma esmagadora maioria de migrantes motivados por razões econômicas: 73% das mulheres e 96% dos homens migrantes da África Ocidental entrevistados no Mali e no Níger em abril de 2018 (total de 311 entrevistas em profundidade) mencionaram razões econômicas para a sua migração, seguidas de razões pessoais ou familiares, violência, falta de serviços e perseguição (4Mi, 2018; ver Figura 8).

Figura 8: Motivações para partir

As razões econômicas são os principais fatores de repulsão/atração para mulheres e homens migrantes, mas mais importantes para os homens (96% dos entrevistados) do que para as mulheres (73%). Para as mulheres, os motivos pessoais ou familiares vêm em segundo lugar (28%), para os homens, a falta de serviços sociais e o país mal governado. A violência ou a insegurança geral representam um motivo importante para as mulheres (19% dos entrevistados), mas não tanto para os homens (4%). Fonte: (4Mi, 2018, p. 2). Ilustração própria.

Resultados semelhantes foram relatados por outros estudos. O *Afrobarometer* constatou que 75% dos migrantes em potencial consideram sair em busca de trabalho (44%) ou para escapar da pobreza ou de dificuldades econômicas (29%; Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 14). Kirwin e Anderson (2018) mostram em seu estudo sobre seis países da África Ocidental (Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Nigéria e Senegal) que as razões econômicas estão no topo da lista de motivos por uma grande margem. Os editores do primeiro relatório de Migração Africana, AU e OIM, contestam a interpretação desses números (Adepoju et al., 2020; ver Módulo 9).

Remessas

As remessas¹⁰ – “o novo mantra do desenvolvimento” (Kapur, 2004) – são as ligações mais diretas e bem conhecidas entre migração e desenvolvimento. Em geral, essa é a denominação dada ao dinheiro que os migrantes enviam para casa de forma privada. Elas superam os fluxos de capital privado¹¹ e a AOD, representam mais de três vezes o tamanho da AOD, e (excluindo a China) são significativamente maiores do que o investimento estrangeiro direto (IED) nos países em desenvolvimento (ver Figura 9). Esses números refletem apenas dados registrados

¹⁰ O termo *remessas* também pode incluir bens, ideias, conhecimento etc., mas neste manual, nos referimos apenas a transferências monetárias (Fackler et al., 2018).

¹¹ “Os fluxos de capital privado consistem em IDE líquido e investimento de carteira. O IDE é líquido em entradas de investimento para adquirir um interesse de gestão duradouro [...] em uma empresa que opera em uma economia diferente daquela do investidor. É a soma de capital próprio, reinvestimento de resultados, outros capitais de longo prazo e de curto prazo como apresentado na balança de pagamentos. O investimento de carteira abrange transações em títulos de capital e títulos de dívida” (World Bank, 2020e).

oficialmente – “o verdadeiro tamanho das remessas, incluindo fluxos por meio de canais informais, é significativamente maior” (World Bank, 2018b, p. 4).

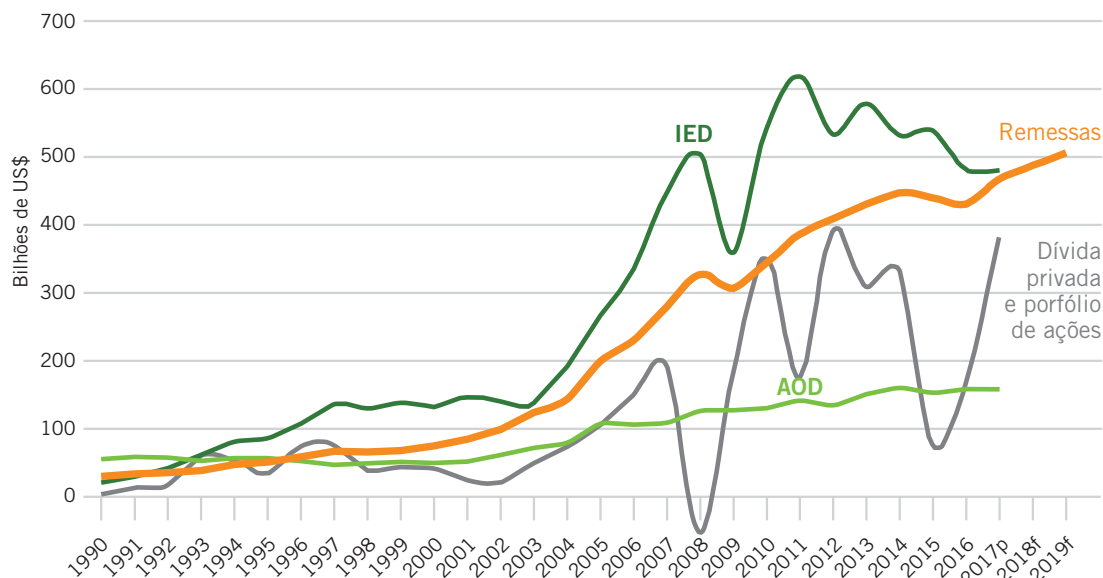
As remessas podem ser explicadas como uma estratégia de investimento não apenas para um indivíduo, mas para toda uma família ou comunidade e como uma manifestação de acordos contratuais informais entre um migrante e sua família e/ou comunidade. Eles investem na jornada do migrante com o objetivo de encontrar emprego e enviar dinheiro para casa. Esses “acordos contratuais informais garantem que todos os membros compartilhem os custos e os benefícios da migração” (Maastricht University; GMDAC, 2016, p. 15). Um aspecto frequentemente relatado como o autossacrifício dos migrantes por seus entes queridos (Jordan, 2020) é verdadeiro, mas o altruísmo como motivo para enviar dinheiro para casa não é a história toda (Maastricht University; GMDAC, 2016, p. 15). As remessas também redistribuem os ganhos da migração bem-sucedida e são uma estratégia de diversificação de risco para as famílias e as comunidades investidoras (Maastricht University; GMDAC, 2016). Kirwin e Anderson (2018) mostram, com dados recentes, que empregos e remessas são os principais motivos para a migração de quatro países da África Ocidental (Costa do Marfim, Mali, Nigéria e Senegal), e Tiemoko (2004) destacou o importante papel da família em todos os aspectos da aquisição e o investimento de capital humano, social e financeiro por meio da migração, também investigando estudos de caso da África Ocidental (Gana e Costa do Marfim).

As remessas, em geral, continuam aumentando: os países de baixa e média renda (*Low and middle income countries* – LMICs)¹² receberam US\$ 501 bilhões em remessas em 2019, acima dos US\$ 272 bilhões em 2009 (+84% em dez anos); as remessas recebidas nos países de renda baixa (*Low Income Countries* – LICs) mais do que dobraram, passando de US\$ 10 bilhões em 2009 para mais de US\$ 21 bilhões em 2019, e saltaram nos países de renda média (*Middle Income Countries* – MICs) de US\$ 263 bilhões (2009) para quase US\$ 480 bilhões em 2019 (+82% em dez anos; World Bank, 2020d). Em porcentagem do PIB, as remessas são particularmente significativas para os LICs, onde representam quase 4,3% do PIB em 2019, em comparação com 1,6% nos LMICs e 1,5% nos MICs (World Bank, 2020c). No Sudão do Sul, por exemplo, as remessas representavam mais de 35% do PIB, em Lesoto 21%, Gâmbia, Comores e Senegal e Libéria entre 10% e 15% do PIB. Na Nigéria, a maior economia da África, as remessas representavam uma parcela de mais de 5% do PIB (dados de outubro de 2020; World Bank, 2020f). Em geral, os fluxos de remessa formam um quadro misto (ver Figura 10).

Quando a Covid-19 atingiu o mundo em 2019 e 2020, quando as fronteiras foram fechadas e o preço do petróleo caiu, uma onda de choque foi enviada aos migrantes que enviavam remessas, às comunidades que as recebiam e aos países. Em abril de 2020, o Banco Mundial enviou um forte alerta, esperando que as remessas diminuíssem em até 20%, “o declínio mais acentuado da história recente” (World Bank, 2020b, p. 7). Como as remessas aliviam a pobreza, esperava-se que a perda de apoio financeiro levasse a mais pobreza e privações (World Bank, 2020b).

¹² Ver Módulo 2 para obter informações sobre essas classificações de países que são explicadas pelo UNDESA (s.d.).

Figura 9: Fluxos de remessas para países de baixa e média renda em comparação com a AOD e o IED



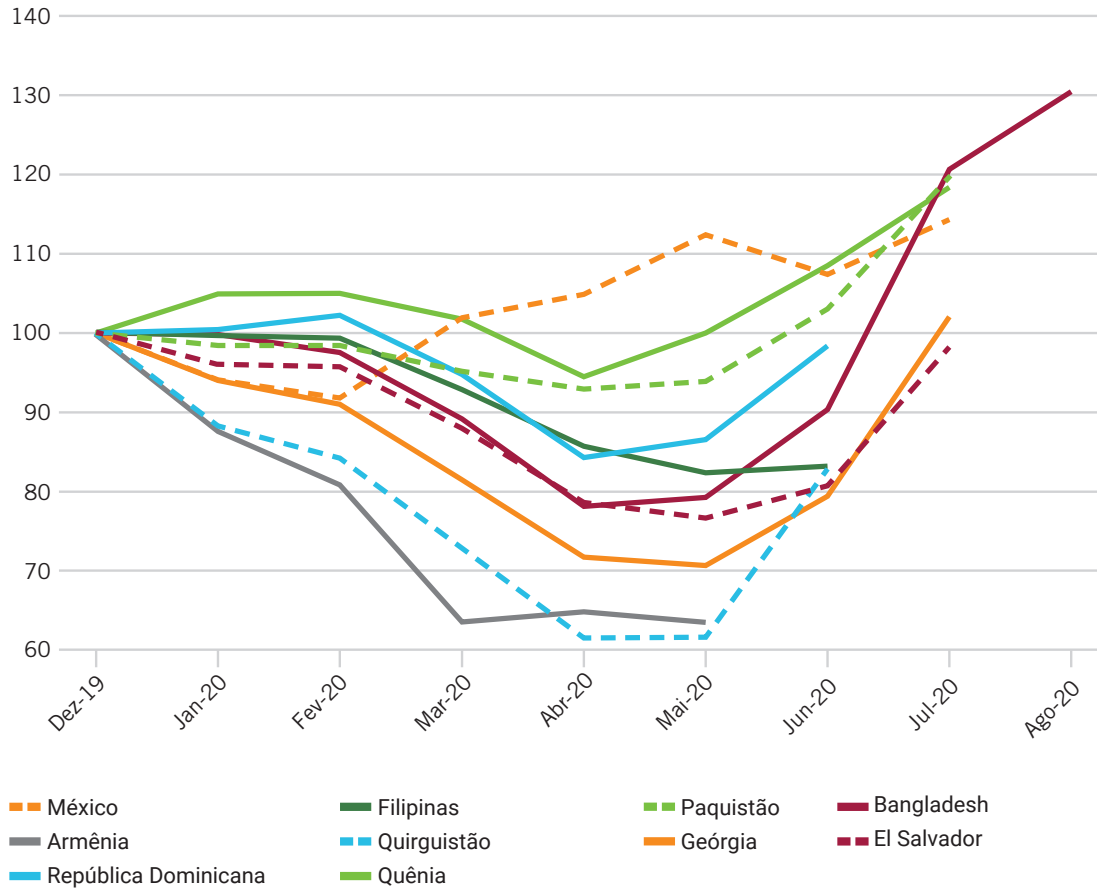
As remessas são um fator importante no nexo desenvolvimento-migração, pois beneficiam diretamente a família ou a comunidade que as recebem. Elas aliviam a pobreza e/ou apoiam o investimento local. Os fluxos de remessas para países de renda baixa e média (LMICs) excedem o IED e a AOD.
 Fonte: (World Bank, 2018b, p. 3, fig. 1.1). Ilustração própria.

Noxolo (2016, p. 53) constata que o impacto das remessas sobre a pobreza é consideravelmente menor na África do que em outros contextos:

Um aumento de 10% no PIB com a participação das remessas leva a uma redução de aproximadamente 1% na taxa de incidência de pobreza [na África, enquanto um estudo sobre] [...] o impacto das remessas nos países em desenvolvimento da Ásia-Pacífico constatou que um aumento de 10% nas remessas leva a uma redução de 2,8% na pobreza (Noxolo, 2016, p. 53).

O “menor impacto na pobreza na África [...] deve-se [principalmente] ao alto custo de envio de remessas para África” (Noxolo, 2016, p. 53). Os custos das remessas são de grande preocupação no nexo migração-desenvolvimento: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) abordam as remessas na meta 10, meta 10c, que visa reduzir para menos de 3% os custos de transação das remessas de migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5% (United Nations, s.d.). O Pacto Global para Migração exige “uma transferência de remessas mais rápida, segura e barata e promove a inclusão financeira dos migrantes” (United Nations, 2020b, p. 6, p. 27-29, Objetivo 20).

Figura 10: Um quadro misto para os fluxos de remessas
(média móvel de 3 meses, dezembro de 100 = 2019)



Embora o Banco Mundial tenha estimado, após o surto da pandemia de Covid-19 em abril de 2020, que as remessas cairiam 20% nos países de baixa e média renda, surpreendentemente, isso não se concretizou de forma generalizada. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em setembro de 2020, informou que “as remessas muitas vezes se mantêm em resposta a choques adversos nos países beneficiários”. Tal número mostra que as remessas se desenvolveram “de acordo com as políticas de contenção de vírus [em países de alta renda], onde medidas rígidas foram implementadas em março de 2020” e fez com que as remessas diminuíssem. Porém, em maio, quando o nível de restrição das medidas diminuiu, as remessas aumentaram, e em alguns casos muito acima do nível pré-pandêmico (Quênia, México, Bangladesh, Paquistão). Fonte: (Quayyum; Kpodar, 2020). Ilustração própria.

Os custos de envio de dinheiro são elevados nos países em desenvolvimento e com 7,1% em 2018 “bem acima” da meta de 3% dos ODS (World Bank, 2018b, p. 6). O custo no sul da Ásia foi o mais baixo em 2018, com 5,2%, enquanto a África Subsaariana “teve o custo médio mais alto” (World Bank, 2018b, p. 6), de 9,4%, com custos cada vez maiores em muitos corredores africanos (os motivos são, por exemplo, baixos volumes de fluxos formais, penetração inadequada de novas tecnologias). Os corredores intrarregionais são os mais caros: “O corredor que liga Angola à Namíbia foi o mais caro [...] [21,4% em 2016- 2017, e o mais barato com 2,9%] foi o da Costa do Marfim para o Mali” (World Bank, 2018b, p. 34).

Instituições

Cada vez mais, o impacto das instituições nas decisões de migração tem sido pesquisado, apresentando as instituições democráticas como um fator significativo para atrair migrantes. Baudassé e outros (2016, p. 25) argumentam que as instituições são “fundamentais” e “no mesmo nível dos fatores econômicos” para explicar por que as pessoas deixam seu país de origem em favor de um país de destino. Bertocchi e Strozzi (2008, p. 97), que analisaram a migração da Europa para o Novo Mundo entre 1870 e 1910 com vistas aos desenvolvimentos atuais, encontraram evidências de que países democráticos com instituições correspondentes estavam associados a taxas mais altas de migração. Nessa linha de pensamento, as instituições relevantes para a migração compreendem aspectos políticos (por exemplo, constituição, direitos civis, participação), sociais (proteção, redistribuição de renda, solidariedade informal etc.) e econômicos (por exemplo, direitos de propriedade, empreendedorismo *versus* corrupção como sinais de instituições fracas) (Baudassé et al., 2016, p. 6). Bertocchi e Strozzi (2008, p. 83) diferenciam o impacto das instituições que podem atrair migrantes, como cidadania e políticas de terra e educação, do impacto das instituições políticas.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E APLICAÇÃO, BEM COMO AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Convidar os participantes a analisar as “percepções de bem-estar” de acordo com os indicadores mostrados no Índice de Desenvolvimento Humano (UNDP, 2019b, p. 30-33) e no Índice de Percepção de Corrupção (Transparency International, 2019) e usar essas fontes para:

- Coletar dados para o seu país ou um país de sua escolha: revisar indicadores de desenvolvimento humano como “liberdade de escolha” e percepções sobre o governo como “confiança no sistema judicial”, “ações para preservar o meio ambiente” e “confiança no governo nacional”.
- Identificar reportagens na mídia (do país que foi selecionado) que tratam das questões de corrupção e “bem-estar” da população, tendo em vista os indicadores de desenvolvimento humano.

Vários estudos descobriram que cidadãos sobretudo altamente qualificados emigram à medida que a corrupção aumenta e a qualidade das instituições democráticas diminui (Cooray; Schneider, 2016; Kirwin; Anderson, 2018).

A corrupção, desenfreada em vários países africanos, é um sinal de instituições fracas. A União Africana, de maneira ambiciosa e aspiracional, designou o ano de 2018 como “Vencimento da Luta Contra a Corrupção: Um Caminho Sustentável para a Transformação da África” (Tankou, 2018). “A corrupção continua a causar dano à África, prejudicando a democracia, o desenvolvimento e a capacidade de tirar as pessoas da pobreza”, a Transparência Internacional adverte e postula que

[...] o impacto da corrupção não pode ser subestimado. Cerca de 43% dos africanos vivem na pobreza, enquanto mais de US \$ 50 bilhões em ativos roubados saem da África todos os anos. [...] A falta generalizada de desenvolvimento [...] é reforçada por extensos esquemas de corrupção, que assustam os investidores e desencorajam o desenvolvimento futuro. [estima-se que...] Os fundos desviados representam uma perda de 25% dos recursos de desenvolvimento em África (Transparency International, 2018).

Educação

A educação transforma a vida individual e é fundamental para a mobilidade social. Ela é um gatilho central para a mudança socioeconômica e extremamente relevante para alcançar os ODS. A educação é um valor primordial no nexos migração-desenvolvimento e, de acordo com a UNESCO, “um dos principais impulsionadores da decisão de migrar” (UNESCO, 2019, p. xvii, p. 2-4).

De todas as regiões do mundo,¹³ a UNESCO estipula que a África Subsaariana apresenta as maiores taxas de exclusão educacional: em toda a região, 9 milhões de meninas¹⁴ e 6 milhões de meninos entre 6 e 11 anos nunca irão à escola (UIS, 2020). Ao atestar o fato de que mais de 20% das crianças nessa faixa etária estão fora da escola na África, assim como cerca de 60% dos jovens entre 15 e 17 anos, a UNESCO alerta que “a situação provavelmente piorará à medida que a região enfrentar uma demanda por educação cada vez maior devido a uma população em idade escolar ainda em crescimento” (UIS, 2020). Esse aviso foi enviado antes da Covid-19, o que exacerbou a situação. Na África Subsaariana, o fechamento de escolas em todo o país devido à pandemia ocorreu em um momento em que um número muito grande de escolas já havia sido fechado devido a situações graves de insegurança, greves ou riscos climáticos (AfricaNews, 2019; United Nations, 2020a; Yameogo; Tidey, 2019). A presença dos estudantes em casa exige que as famílias não apenas compensem as refeições escolares e forneçam aprendizagem, mas, ainda mais preocupante, reforcem a ameaça de que, sem apoio, elas talvez nunca mais voltem à escola.

Embora a África tenha feito avanços significativos na redução da defasagem de matrículas no nível primário, na África Subsaariana os números oficiais caem abruptamente de 99% nas escolas primárias para 43% nas escolas secundárias e apenas 9% na educação superior (World Bank; UIS, 2020a, 2020b, 2020c). Espera-se que apenas 4% dos estudantes da África ingressem em uma instituição de pós-graduação, em comparação com 14% no Sul e Oeste da Ásia e 36% na América Latina (Musau, 2017, 2018). Em geral, a qualidade de ensino e aprendizagem é uma questão de grande preocupação (Sifuna; Sawamura, 2009). Um exemplo de um dos países subsaarianos mais desenvolvidos, a África do Sul, pode ilustrar a magnitude desse desafio: Quase 80% dos professores de matemática da 6ª série “não conseguem obter 60% em um teste de matemática da 6ª ou 7ª série” (Spaull, 2019, p. 3); a maioria dos “professores atuais não conhecem o conteúdo ou possuem as habilidades pedagógicas necessárias para transmitir o currículo” (Spaull, 2019, p. 8). A Guiné-Bissau, um dos países com baixo índice de desenvolvimento humano do PNUD e o estudo de caso deste manual (UNDP, 2019a, p. 302), exibe uma “situação terrível” (Boone et al., 2013) em que apenas 27% de quase 10 mil crianças e adolescentes pesquisados, com idades entre 7 e 17 anos, foram capazes de somar dois dígitos simples; e apenas cerca de 20% foram capazes de ler e compreender uma palavra simples (Boone et al., 2013).¹⁵

Esses desafios estão sendo abordados em pesquisas sobre todas as questões da educação da África e, por vezes, as mídias relatam sobre esses pontos (AU, 2020; News24, 2011; United Nations,

13 Para classificações regionais e nacionais, ver Módulo 2 e UNDESA (s.d.).

14 Kaps e outros destacam o papel excepcionalmente importante da educação das mulheres diante da queda das taxas de fertilidade: “Muitos especialistas acreditam que a educação é o melhor método de controle de natalidade” (Kaps et al., 2019, p. 12).

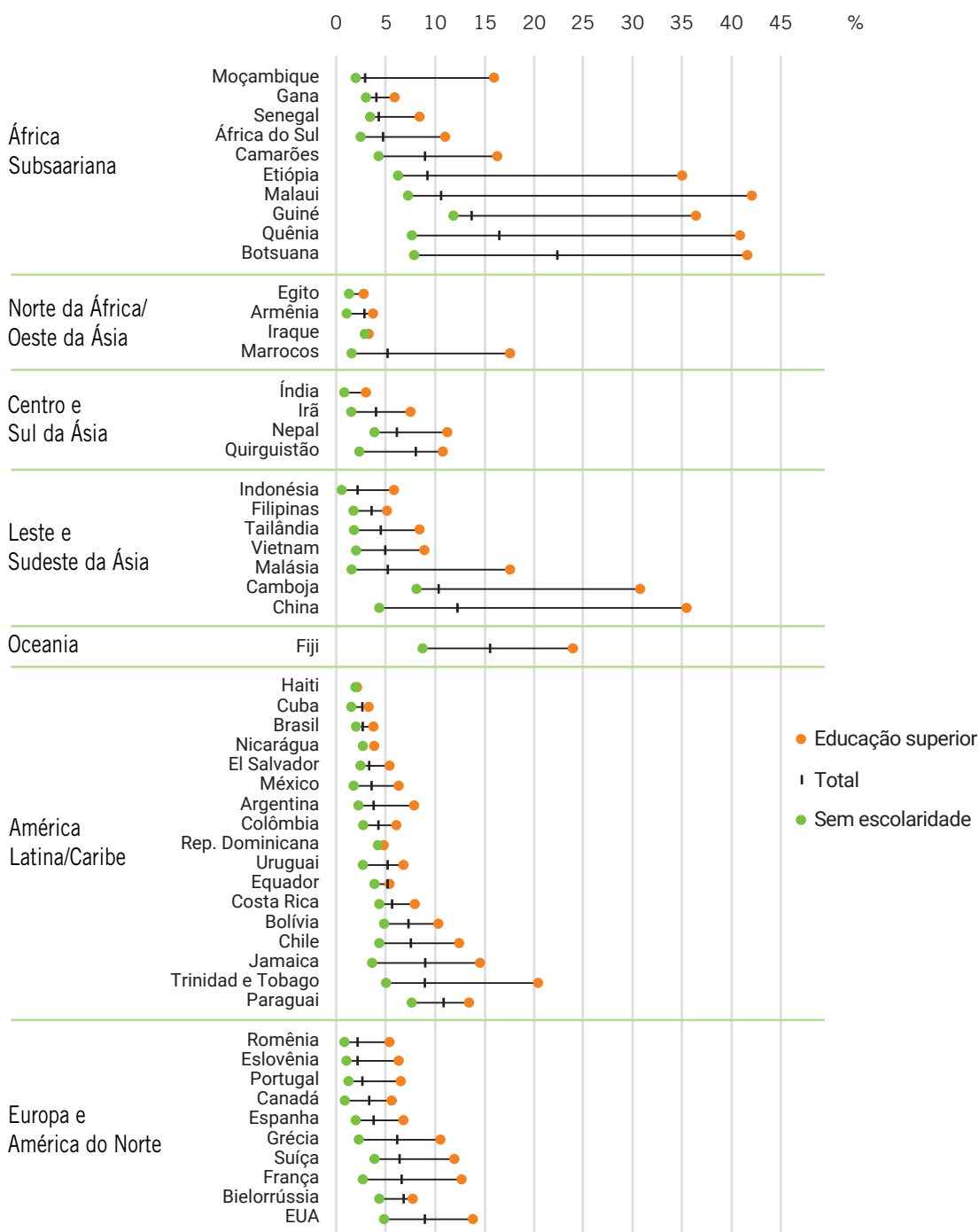
15 Veja a classificação da África do Sul e da Guiné-Bissau no Índice de Desenvolvimento Humano (UNDP, 2019a, p. 300-303). Na África do Sul, a incapacidade dos professores de obter 100% em um teste de matemática do 6º ou do 7º ano se traduz – de acordo com pesquisas representativas de âmbito nacional – em mais de 60% dos estudantes do 5º ano que não conseguem somar e subtrair números inteiros e não têm compreensão da multiplicação por números de um dígito, ou seja, não conseguem efetuar operações básicas de matemática (Spaull, 2019).

2020b, 2020c).¹⁶ O relatório da UNESCO sobre migração, deslocamento e educação, “Migration, displacement and education” (2019), fornece um relato abrangente sobre educação, considerando migrantes, refugiados e comunidades de acolhimento. O documento descreve o tema desde a primeira infância até a educação de adultos, desde a formação técnica até a educação universitária e os programas de intercâmbio acadêmico, tratando de estudantes e educadores e abrangendo migrantes internos e internacionais, bem como refugiados. O relatório mostra que a migração e o deslocamento forçado impactam a educação nos locais de origem e de destino. Por exemplo, nos locais de destino, o sistema educacional precisa gerenciar a nova diversidade nas salas de aula e harmonizar os diferentes níveis educacionais de estudantes nativos, migrantes ou refugiados, o que exige educadores mais bem preparados. Nos locais de origem, a emigração de jovens em idade escolar pode dissuadir o investimento na educação e, assim, reduzir as oportunidades para aqueles que ficam para trás; a emigração de cidadãos escolarizados (conhecida como fuga de cérebros) leva os melhores profissionais para longe de seus lares, mas, ao mesmo tempo, pode ser parcialmente compensada nos casos em que os migrantes enviam dinheiro de volta para suas famílias (ver a seção anterior sobre remessas). Essas pessoas mais instruídas – que ocasionam a fuga de cérebros em seus países de origem – são mais propensas a migrar (ver Figura 11). Em 53 países, a probabilidade de migração efetivamente dobrou entre aqueles com educação primária, triplicou entre aqueles com educação secundária e quadruplicou entre aqueles com educação superior, em comparação com aqueles sem escolaridade (UNESCO, 2019, p. 15). Dito isto, com frequência, os refugiados também são semialfabetizados (15% dos refugiados na Alemanha são analfabetos e são menos propensos a frequentar um curso de alfabetização (UNESCO, 2019, p. 183, fig. 13.3), e “entre os requerentes de asilo com educação primária, apenas 50% dos entrevistados na Grécia e 41% na Itália alcançaram um nível mínimo de proficiência em alfabetização” (UNESCO, 2019, p. 117, fig. 7.2).

Enquanto alguns especialistas consideram a educação como um dos principais impulsionadores da decisão de migrar, outros a descrevem como apenas um entre muitos fatores socioeconômicos que buscam uma vida melhor (Browne, 2017). Explorando as razões para considerar a migração, o Afrobarometer (Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 16, tab. 1) relata que apenas uma fração de seus entrevistados indica que deseja continuar seus estudos (6%), consideravelmente menos do que aqueles que querem escapar da pobreza ou das dificuldades econômicas (29%) e aqueles que desejam encontrar trabalho (44%) (Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 14, fig. 12). Essas categorias estão, no entanto, intimamente relacionadas à medida que as aspirações econômicas e a educação andam de mãos dadas, como explica Browne (2017, p. 2). O autor sugere que a educação se torna um fator de migração internacional no nível universitário. A educação universitária é, em uma comparação global, menos acessível na África Subsaariana e mais acessível na Europa (UNESCO, 2019, p. 148-149).

¹⁶ A educação é um dos seis princípios orientadores da Estratégia de Educação Continental da União Africana para África (CESA) 2016-2025 com seus pensamentos muito aspiracionais como “os sistemas de educação e treinamento da África ... [irão] apreender o conhecimento, as competências, as habilidades, a inovação e a criatividade necessárias [...] nos âmbitos nacional, sub-regional e continental” (AU, 2020). Educação é um tema transversal no Pacto Global para a Migração, e no Pacto Global sobre Refugiados (paras. 68 e 69) que abordam a educação, especialmente tendo em vista a qualidade, e reduzem o intervalo de tempo para as crianças refugiadas entre a chegada e o ingresso na escola, bem como o reconhecimento de equivalência de qualificações acadêmicas e profissionais (United Nations, 2020b). Ver também os ODS, especialmente o ODS 4 (United Nations, 2020c).

Figura 11: Os mais escolarizados são mais propensos a migrar (taxa de intensidade migratória por educação, países selecionados, intervalos de cinco anos, de 1999 a 2010)



Globalmente, os mais instruídos são mais propensos a deixar o seu país, mas o cenário na África Subsaariana é particularmente elevado. Fonte: (UNESCO, 2019, p. 16). Ilustração própria.

Em relação à África Subsaariana, Klingholz e outros (2017) descrevem a falta de oferta da educação (de qualidade) como a principal fonte de muitos desafios: os jovens muitas vezes se limitam a ganhar a vida como simples trabalhadores na agricultura ou no setor informal. A educação não pode ser superestimada como uma proposta de valor nonexo migração-desenvolvimento. Kaps e outros explicam que um “déficit de educação e a falta de oportunidades de renda estão inibindo o desenvolvimento econômico e, portanto, dificultando que as pessoas escapem da armadilha da pobreza” (Kaps et al., 2019, p. 6). Confrontar esse risco com intervenções adequadas é um desafio em condições normais, mas se tornou ainda maior após a Covid-19. Dreesen e outros (2020) mostram em um estudo para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que respostas personalizadas são necessárias. Seu estudo sobre o fechamento de escolas em mais de 120 países conclui que não existe uma abordagem única para fornecer conteúdo para o ensino à distância. Além das grandes desigualdades globais no acesso à internet, à TV e ao rádio (apenas cerca de 3% das residências em países como Guiné-Bissau têm eletricidade), o UNICEF recomenda o uso de vários canais de distribuição. Por exemplo, na Jordânia, as crianças refugiadas receberam pacotes de aprendizagem; em outros lugares, as empresas de telecomunicações não cobravam custos de dados pelo conteúdo educacional; no Burundi, os cartões SD para telefones celulares pré-carregados com conteúdo de áudio eram entregues a famílias em áreas de difícil acesso; e na maioria dos países, a TV é usada para fornecer conteúdo educacional.

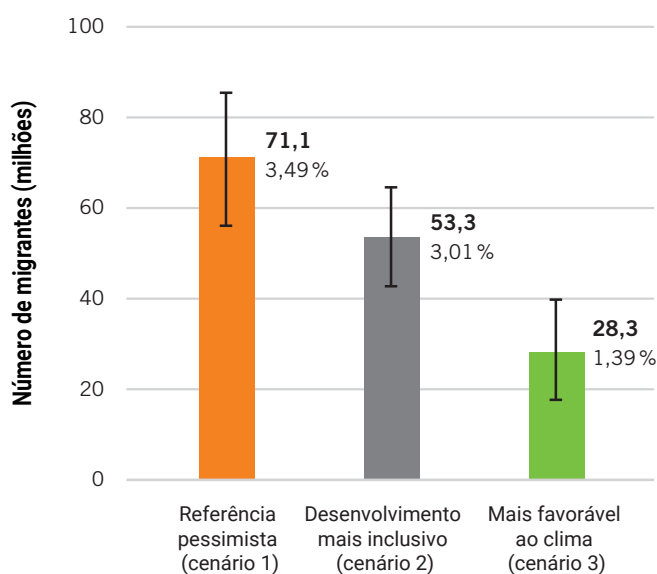
Os estudantes mais vulneráveis também estão entre aqueles que têm pouco acesso às mídias digitais e ao ensino à distância, e muitos não são fluentes na língua de instrução (United Nations, 2020a, p. 7). A ONU, portanto, usa palavras de advertência muito fortes: “Evitar que uma crise de aprendizagem se torne uma catástrofe geracional requer ação urgente de todos” (United Nations, 2020a, p. 3).

Mudança climática

Espera-se que o agravamento dos impactos da mudança climática no planeta desloque milhões de pessoas internamente (aumentando o número de PDIs) em três regiões do mundo: África Subsaariana, Sul da Ásia e América Latina. No mais pessimista de três cenários (altas emissões de gases de efeito estufa e caminhos de desenvolvimento desiguais), até 2050, cerca de 143 milhões de pessoas (3% da população total dessas três regiões) talvez sejam forçadas a fugir de seus lares para lugares mais seguros em seus países de origem. Essa projeção sobre mudança climática, migração, deslocamento forçado e desenvolvimento, publicada pelo Banco Mundial em um estudo de referência intitulado “Groundswell” (Rigaud et al., 2018; World Bank, 2018a), oferece perspectivas terríveis mesmo no melhor cenário “favorável ao clima” que pressupõe melhores caminhos de desenvolvimento. Para a África Subsaariana, o deslocamento interno devido à mudança climática aumentará em todos os três cenários devido à menor disponibilidade de água e redução na produtividade das colheitas, juntamente com o aumento do nível do mar e tempestades (World Bank, 2018a, p. 1; ver Figura 12). Até 2050, no cenário pessimista, o número total de PDIs devido à mudança climática “pode chegar a 85,7 milhões ou 4% da população total da região”, mais do que no Sul da Ásia e na América Latina; no melhor cenário (“favorável ao clima”), prevê-se o deslocamento de 28,3 milhões de pessoas (World Bank, 2018a, p. 2).

Pesquisas teóricas e empíricas sobre a mudança climática que apontam que ela causa migração e deslocamento forçado são múltiplas e aumentaram nas últimas três décadas (Migration Data Portal, 2020c). No momento da redação deste manual, em 2020, foi publicada uma revisão de literatura que oferece uma visão geral recente acerca do tema (Flavell et al., 2020). Conforme descrito na seção anterior sobre conflitos, o número de PDIs é maior do que o de deslocados internacionais (refugiados) e recebe relativamente pouca atenção internacional. Isso também se aplica às pessoas que estão sendo deslocadas devido à mudança climática. O IDMC lamenta que as PDIs sejam “deslocadas internamente, mas desconsideradas internacionalmente” (Bilak, 2020). Mesmo alguns documentos de referência internacional padrão, como os ODS, não abordam esse grupo de forma explícita (Zeender, 2018). Poucas fontes na África levam essas questões à atenção do público – por exemplo, a série “*Climate Change and Migration in Africa*” do Africa Portal (2020) e visões gerais jornalísticas ocasionais (Fagan, 2019), para mencionar apenas dois exemplos.

Figura 12: Números totais projetados e parcelas de migrantes climáticos internos na África Subsaariana em três cenários até 2050



Fonte: (World Bank, 2018a, p. 2, fig. 1). Ilustração própria.

Há um consenso, conforme assegura o relatório “Groundswell”, de que o deslocamento provocado pela mudança climática dentro dos países – em vez do deslocamento entre fronteiras internacionais – continuará a ser de longe “o maior fenômeno” (World Bank, 2018a, p. 2). Desafios substanciais de desenvolvimento estão implícitos, e o relatório defende fortemente uma “ação combinada sobre mitigação e adaptação à mudança climática, juntamente com políticas de desenvolvimento inclusivas e incorporação da migração climática no planejamento de políticas” (World Bank, 2018a, p. 1). Nessa linha de pensamento, Klingholz e seus colegas

(2020) defendem uma reorientação do setor agrícola da África em direção à sustentabilidade com mais produtividade, a fim de alimentar sua população cada vez maior; as bases para esse “grande salto são a pesquisa, o desenvolvimento e a disseminação de inovações técnicas e sociais, bem como a transferência de conhecimento e o empreendedorismo” (Klingholz et al., 2020, p. 67).

O relatório “Groundswell” refere-se aos migrantes climáticos, não aos refugiados climáticos. Esta decisão editorial está de acordo com o direito internacional e a posição do ACNUR de defender a definição de refugiado.¹⁷ No debate público e mesmo nos glossários recomendados por este manual, o uso e as definições dos termos variam – em uso são, por exemplo, migrantes ambientais, refugiados climáticos – e às vezes as definições incluem até pessoas deslocadas após acidentes industriais (EMN, 2018; IOM, 2019a; Ionesco et al., 2017; UNHCR, 2020a). Este manual refere-se ao deslocamento climático, associando-o ao fato de que a maioria das pessoas é deslocada internamente. Quaisquer que sejam as palavras que os autores e as instituições escolham, todos concordam que as PDIs têm necessidades e vulnerabilidades humanitárias agudas, e precisam de proteção.

A escassez de dados descritos no Módulo 2 sobre migração e deslocamento forçado é ainda mais pronunciada em relação às PDIs e particularmente em vista das pessoas deslocadas devido à mudança climática. O IDMC relata, por exemplo, que o deslocamento provocado pela seca é grosseiramente subestimado, pois desde 2017, os dados estão disponíveis apenas para alguns países (André et al., 2019, p. 19). Segundo essa fonte, os desastres – os acidentes naturais, excluindo os industriais – desencadearam 2,6 milhões de novos deslocamentos em 2018 e mais de 21,2 milhões entre 2009 e 2018. Um total de 85% de todos os deslocamentos por desastres registrados na África desde 2009 foram devido a inundações. Em 2019, os ciclones Idai e Kenneth causaram os desastres mais devastadores, com 2,2 milhões de pessoas afetadas e 617 mil recém-deslocados em Moçambique, Malawi, Zimbábue e Madagascar (André et al., 2019, p. 19, p. 24). A organização de notícias sobre desenvolvimento, *The New Humanitarian*, compartilha impressões sobre Praia Nova, uma favela na cidade portuária de Beira, em Moçambique, que foi a primeira a ser atingida pelo ciclone Idai. O bairro de cerca de 500 mil pessoas foi em grande parte destruído. As famílias ainda estão divididas entre ficar em casa, em um abrigo de emergência, esperando a reconstrução, ou mudar para novos assentamentos apoiados pelo governo e por grupos de ajuda em vilarejos longe das áreas baixas e propensas a inundações (Kleinfeld, 2019).

O relatório “Groundswell” conclui que o deslocamento climático interno “provavelmente aumentará até 2050 e depois acelerará, a menos que haja reduções significativas nas emissões de gases de efeito estufa e ações robustas de desenvolvimento” (Rigaud et al., 2018, p. xix).

¹⁷ Relembre as definições discutidas no Módulo 2. Um “refugiado” é definido como uma pessoa que atravessou uma fronteira internacional “devido a um receio bem fundamentado de ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, ou pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política” de acordo com a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

Redes coétnicas (diáspora)

Pesquisas sobre redes e migração, em geral, pressupõem que as pessoas são mais propensas a migrar para lugares onde elas têm muitas conexões. Isso é verdade, mas não é toda a história. Redes maiores podem, na verdade, impedir a migração, por exemplo, se os migrantes competirem entre si por oportunidades e recursos e sentirem alguma rivalidade em relação ao compartilhamento de informações (Blumenstock et al., 2019, p. 2-3), ou quando estiverem desiludidos com a falta de proteção de seus pares (Kuschminder, 2016).

No entanto, as redes de membros da comunidade coétnica, de familiares e amigos no país e no exterior, foram identificadas como as principais motivadoras da migração. As pessoas são, de fato, mais propensas a ir a lugares onde conhecem outros migrantes que se mudaram recentemente para lá, e essas redes desempenham um papel excepcional no fornecimento de apoio (material, social) e como fonte de informação, desde a fase de planejamento, durante a viagem e na chegada ao destino, e chegam até a facilitar e influenciar as decisões do país de destino (Maastricht University; GDMAC, 2016, p. 21-22). Conforme Blumenstock e outros (2019) descobriram no exemplo de Ruanda, a rede social de um único migrante é extensa.

Por mais importante que seja a rede coétnica no destino, a família e os parentes no país de origem são a entidade tomadora de decisões, enviando seus membros em caminhos regulares ou irregulares para a migração, muitas vezes facilitados pelo uso das mídias sociais (Cummings et al., 2015; Fleischer, 2006; Migration Data Portal, 2020b; Simpson, 2017). Para eles, financiar os estudos e a estadia de um dos membros confiáveis da comunidade e enviá-lo para o exterior é muitas vezes visto como uma estratégia de diversificação de risco familiar.

Como indicado anteriormente, essa seleção de fatores contextuais é uma apresentação não abrangente. Espera-se que os educadores de jornalismo que usam este manual encontrem inspiração para convidar suas turmas a refletir com pensamento crítico sobre esses e outros fatores contextuais; espera-se que eles contribuam para completar o cenário ao revelar a perspectiva de seu país.



SUGESTÃO DE TAREFA PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E APLICAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO, APRESENTANDO-AS NO TRABALHO JORNALÍSTICO:

Convidar os participantes a resumir o curso sobre fatores contextuais em um artigo de 2 páginas, usando como estudos de caso seu país de origem ou um país de escolha. Permitir que os estudantes escolham entre dois temas e pedir que expliquem a teoria e baseiem suas pesquisas em um conjunto de literatura acadêmica.

Tema 1: Fatores contextuais adicionais para migração

Explicar a teoria descrita neste módulo e descrever quais fatores contextuais sobre migração são relevantes para o seu país – ou o país de sua escolha – e por que. Além disso, pensar em quaisquer fatores de repulsão ou atração relevantes que não tenham sido apresentados neste módulo e argumentar porque são importantes.

- Reconhecer a relevância dos fatores contextuais para as reportagens de questões de migração e deslocamento forçado, analisando a cobertura de uma mídia no país de sua escolha ao longo de uma semana (selecionar uma semana que teve uma cobertura significativa): Identificar quais fatores de atração e de repulsão foram cobertos.
- Identificar os fatores contextuais que reúnem migrantes e refugiados em fluxos mistos.
- Descrever os fatores contextuais e apresentá-los em um artigo de duas páginas.

Tema 2: Refugiados em situações de múltiplos riscos

Os refugiados são perseguidos em seus países e precisam fugir pelas fronteiras. Por serem perseguidos, eles estão sujeitos a dificuldades adicionais que, à primeira vista, podem parecer fatores de repulsão para a migração, por exemplo, a falta de oportunidades de emprego. Tomar uma jornalista mulher como exemplo e descrever seus múltiplos riscos e desafios em seu país de origem ou em um país de sua escolha. Selecionar uma entre as histórias de vida coletadas pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ, 2020).

- Explicar a teoria e basear sua pesquisa no conjunto de literatura acadêmica.
- Reconhecer a relevância dos fatores contextuais para as reportagens sobre mulheres refugiadas e identificar quais são seus riscos específicos.
- Contextualizar os fatores de atração e de repulsão e descrever como as mulheres refugiadas são apresentadas na mídia. Analisar a cobertura jornalística sobre mulheres em uma mídia de sua escolha ao longo de um mês (selecionar um mês com cobertura considerável): descrever como as mulheres refugiadas são apresentadas e de que maneira elas são ouvidas.
- Identificar fatores contextuais para as mulheres refugiadas e descrever quais são as condições das mulheres, por vezes, em meio aos fluxos de migrantes.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Piché, V. Contemporary migration theories as reflected in their founding texts. *Population*, v. 68, n. 1, p. 141-164, 2013. <https://doi.org/10.3917/popu.1301.0153>.

Jornalística:

News Deeply. *Articles*. s.d. <https://deeply.thenewhumanitarian.org/>.

Institucional:

IOM. *World migration report 2020*. Geneva, 2019b. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf.

UN DESA. *International migration 2019: report*. New York, 2019b. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019_Report.pdf.

UNHCR. *Global trends: forced displacement in 2019*. Copenhagen, 2020b. <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>.

GÊNERO

por Monika Lengauer

Os termos *gênero* e *sexo* não devem ser – mas estão sendo – usados de forma intercambiável. O termo *gênero* descreve as características de mulheres, homens ou alguma outra identidade, que são socialmente construídas, enquanto o termo *sexo* se refere àquelas que são biologicamente determinadas (ou seja, *sexo* é “uma categorização baseada na aparência da genitália no nascimento” (LGBT Resource Center, s.d.). A identidade de gênero e os papéis de gênero também determinam as experiências de mulheres, meninas, homens, meninos e pessoas que se identificam como LGBTQIA+ nas condições de migrantes e refugiados. Na coleta de dados, no entanto, com frequência, *gênero* e *sexo* são usados como sinônimos; e *gênero* equivale apenas às mulheres; além disso, os dados quase nunca são desagregados pela identificação LGBTQIA+ (Migration Data Portal, 2020). Os dados desagregados por sexo são essenciais, pelo menos, para a formulação e o planejamento de políticas baseadas em evidências; além disso, o Pacto Global para Migração e o Pacto Global sobre Refugiados estão comprometidos em melhorar essas inadequações (Hennebry; Petrozziello, 2019; UN, 2018; Unga, 2018). Concluindo a partir dos dados fragmentados disponíveis, as mulheres representam cerca de 50% de todas as pessoas deslocadas à força – refugiados, PDIs ou populações apátridas (UNHCR, 2020).¹⁸ A proporção de mulheres na mobilidade internacional não mudou de maneira significativa nas últimas décadas; porém, mais mulheres migrantes estão se deslocando de forma independente para buscar trabalho, educação e por serem chefes de família (Migration Data Portal, 2020).

O campo de pesquisa de gênero e migração está tão bem estabelecido quanto o campo de pesquisa sobre gênero e deslocamento forçado¹⁹. Em relação às pesquisas sobre migração, “os estudiosos agora insistem que a migração em si é um fenômeno de gênero e requer ferramentas teóricas e analíticas mais sofisticadas do que os estudos dos papéis de gênero” (Donato et al., 2018, p. 6-7). Estudos sobre refugiados pesquisaram sobre questões de gênero a partir de um amplo espectro, incluindo a exploração de fundamentos jurídicos e morais para que os indivíduos recebam asilo e proteção contra perseguições relacionadas a gênero (Gerver; Millar, 2013). Em sua coletânea editada sobre gênero, violência e refugiados, Buckley-Zistel e Krause (2019) não apenas elaboram esses e outros conceitos, mas também permitem perspectivas sobre um amplo espectro de estudos de caso, incluindo as pessoas que se identificam como LGBTQIA+, desde Angola (no sul da África) até Suécia (no norte da Europa).

Na mobilidade humana, indiscutivelmente, o gênero exerce “o maior impacto” nas experiências de mulheres, meninas, homens, meninos e pessoas LGBTQIA+ (Migration Data Portal, 2020). O gênero influencia os motivos, as rotas e as redes que as pessoas usam, bem como as experiências,

¹⁸ As mulheres representam cerca de 48% da população de migrantes internacionais. Observa-se que “[...] as populações incluem todos os residentes nascidos em um país no exterior, independentemente de quando eles entraram no país”. Esses dados não podem, portanto, ser comparados com os dados do ACNUR sobre pessoas deslocadas à força. Consultar a página temática do Migration Data Portal, “Gender and Migration” para mais fontes de dados (Migration Data Portal, 2020).

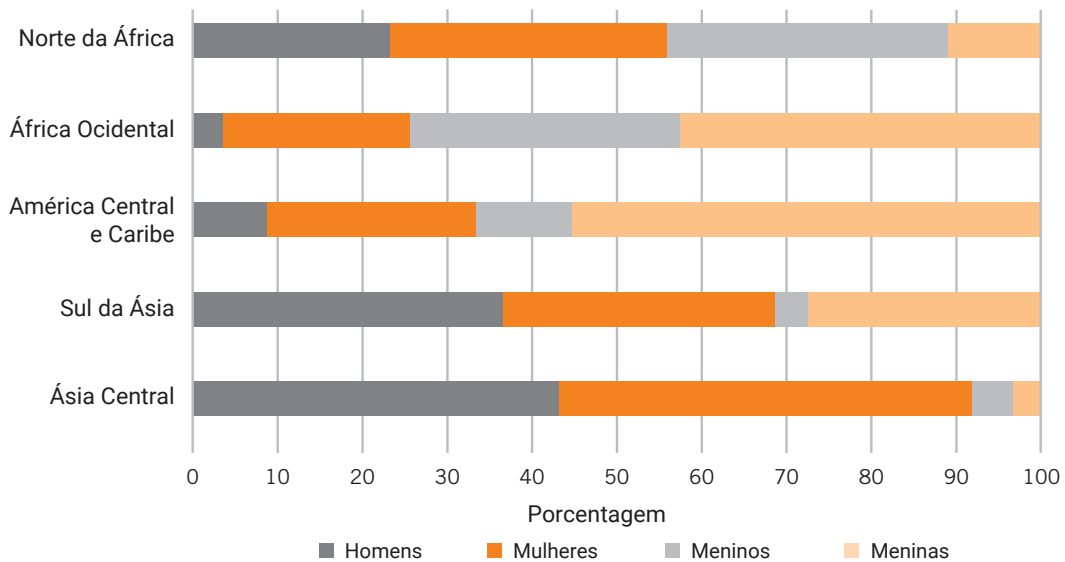
¹⁹ Revisões da literatura mostram o escopo de ambos os campos, por exemplo Fleury (s.d.) ou Joint Data Center on Forced Displacement (2020).

a recepção, as oportunidades, as restrições e as vulnerabilidades, tanto em casa, como no trânsito e nos países de destino, e assim moldam os debates na mídia e nas políticas (Schrover; Moloney, 2013). Obviamente, há muitas diferenças entre esses grupos, embora mulheres, homens e pessoas LGBTQIA+ talvez enfrentem vulnerabilidades específicas ou compartilhadas e talvez sejam expostos a diversas formas de violência de gênero. As pesquisas (por exemplo, a coleção já citada de Buckley-Zistel e Krause de 2019), as instituições e a mídia tornaram públicos os crimes horríveis de violência e abuso sexual. “Women on the run” [Mulheres em fuga] é um estudo realizado pelo ACNUR em El Salvador, Guatemala, Honduras e México que revela “níveis epidêmicos de violência” que “superaram a capacidade dos governos de proteger as vítimas” (UNHCR, 2015, p. 2) em grandes partes desses países, onde as mulheres fogem de assassinatos, extorsões e estupros. A República Democrática do Congo vivenciou o deslocamento devido a casos de estupro em contextos de conflito, e o jornal *The Washington Post* mostrou a negação dos rebeldes quanto a essa violação dos direitos humanos (Wilen; Ingelaere, 2017).

As mulheres enfrentam uma discriminação específica e estão sujeitas a vulnerabilidades explícitas quando se encontram nas condições de migrantes e refugiadas, particularmente ao tráfico de pessoas (ver Figura 13). Tráfico de pessoas é crime.²⁰ Em geral, esse tipo de tráfico segue rotas e padrões de migração e deslocamento forçado. De acordo com o relatório global de 2018 do UNODC sobre tráfico de pessoas, “mulheres e meninas representam a grande maioria das vítimas de tráfico para exploração sexual e 35% das vítimas traficadas para trabalho forçado” (UNODC, 2018, p. 10). O relatório aponta para “diferenças regionais consideráveis nos perfis por sexo e idade das vítimas de tráfico detectadas. [...] Na África Ocidental, a maioria das vítimas detectadas são crianças, tanto meninos quanto meninas; e no Sul da Ásia, são iguais os números de vítimas de homens, mulheres e crianças” (UNODC, 2018, p. 10). Na Ásia Central, a parcela de homens adultos traficados é maior do que em outras partes do mundo; na América Central e no Caribe, o maior registro é de meninas traficadas (UNODC, 2018, p. 10).

20 “O recrutamento, o transporte, a transferência, o abrigo ou a recepção de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, sequestro, fraude, engano, bem como abuso de poder, de posição, de vulnerabilidade, ou mesmo de pagar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha controle sobre outra(s), para fins de exploração. A exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição de terceiros ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas semelhantes à escravidão, servidão ou remoção de órgãos”. Fonte: *Protocol to prevent, suppress and punish trafficking in persons, especially women and children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime* (IOM, 2019, p. 213).

Figura 13: Percentagens de vítimas detectadas de tráfico de pessoas em sub-regiões que registram padrões diversos, 2016 (ou mais recente)



O estudo do UNODC relata o sequestro de mulheres e meninas para a escravidão sexual e para o casamento forçado em muitos conflitos na África Central e Ocidental e no Oriente Médio (UNODC, 2018, p. 12). Fonte: (UNODC, 2018, p. 10). Ilustração própria.

As mulheres que escapam de situações de conflito são particularmente vulneráveis. A necessidade de tomar medidas urgentes foi reconhecida pelo Prêmio Nobel da Paz de 2018, concedido a Denis Mukwege e Nadia Murad, que foram premiados “por seus esforços para pôr fim ao uso da violência sexual como arma de guerra e conflito armado” (Nobel Price Committee, 2018). Denis Mukwege, cirurgião da República Democrática do Congo, “tratou milhares de vítimas de violência sexual em conflitos armados e criticou os governos por não fazerem o suficiente para impedir o uso da violência sexual contra as mulheres como estratégia e arma de guerra” (Nobel Price Committee, 2018). Nadia Murad fundou a Nadia’s Initiative, uma organização sem fins lucrativos dedicada à reconstrução de comunidades em crise e à defesa mundial de sobreviventes de violência sexual (Nadia’s Initiative, 2020). Atualmente, a ONG se concentra na reconstrução da terra natal dos yazidis em Sinjar (Iraque), onde Nadia Murad cresceu. Os terroristas do ISIS destruíram sua aldeia, mataram, escravizaram e estupraram membros da comunidade (Arraf, 2019; Marczak, 2018; Nobel Price Committee, 2018).

“O regime de proteção internacional está falhando com as mulheres e as meninas refugiadas”, escreveu a Forced Migration Research Network [Rede de Pesquisa sobre Migração Forçada], da University of New South Wales, em sua contribuição para o processo participativo do ACNUR que levou ao Pacto Global sobre Refugiados (Bartolomei et al., 2017). Os autores também

inferiram que ser vulnerável como mulher não equivale a ser “inerentemente vulnerável”, nem ser uma vítima passiva ou uma beneficiária indefesa de ajuda. Krause (2020) mostra isso em sua pesquisa sobre Uganda e reconhece as mulheres como “atoras sociais” e “atoras no regime de refugiados”. Em um ensaio fotográfico, a ONU Mulheres apresenta as mulheres refugiadas como empoderadas, apesar de viverem em campos de refugiados (ONU Mulheres, 2016).

As mulheres jornalistas nas condições de refugiadas e migrantes são subnotificadas de quase todos os ângulos, talvez com algumas exceções, como a Missouri School of Journalism, que produz o jornal *Global Journalist* e retrata jornalistas no exílio (Global Journalist, 2020), bem como a Repórteres Sem Fronteiras (2019) e o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ, 2020), para citar apenas alguns. O *site* Refugees Deeply, hospedado no *site* The New Humanitarian, publicou uma matéria especial sobre mulheres refugiadas jornalistas da Líbia (Nallu, 2016).

Fleury (s.d.) revela em uma revisão de literatura sobre mulheres e migração o quão variado é o campo e quantos estudos empíricos diferentes lançaram luz sobre diferentes aspectos. A “situação dos estudos sobre gênero e migração é fundamentalmente saudável [...] [com uma] verdadeira onda de pesquisas desde o final da década de 1980” (Donato et al., 2018, p. 6-7).

No subcampo da migração e do desenvolvimento, as remessas que as mulheres enviam para casa contam histórias interessantes escondidas em dados desagregados por sexo. A partir de um pequeno estudo em 11 países,²¹ Azam e colegas (2020) concluem, que as mulheres migrantes estão enviando porções substanciais de seus ganhos por meio das remessas e enviam tanto ou até mais do que os homens. Tal estudo parece confirmar as pesquisas anteriores que mostram que as mulheres migrantes na Espanha enviaram 38,5% de sua renda pelas remessas em comparação com os homens que enviaram 14,5% (Fleury, s.d., p. 14). Esses padrões de remessas das mulheres ocorrem embora haja uma disparidade salarial mundial entre homens e mulheres (em que elas são pagas, em média, 20% menos do que os homens) e apesar das preferências específicas das mulheres nos modos para enviar essas remessas: elas preferem usar empresas de transferência de dinheiro, enquanto os homens usam mais a tecnologia móvel para enviar suas remessas. Essa tendência foi explicada pela persistente exclusão digital por gênero e pela menor alfabetização digital das mulheres. As mulheres enviam quantias menores, mas com mais frequência, o que resulta em custos mais altos para elas (Azam et al., 2020, p. 4; Fleury, s.d., p. 15). Na ponta receptora, vários estudos demonstraram que as mulheres usam o dinheiro para melhorar o bem-estar de suas famílias; elas o investem em saúde e educação, enquanto os homens que recebem remessas são mais propensos a adquirir bens (Fleury, s.d., p. 15). As mulheres estão no centro do processo de desenvolvimento, e investimentos no setor educacional são urgentemente necessários porque a educação “é um fator primordial na redução das taxas de fertilidade, sendo particularmente impactante a educação das mulheres” (Kaps et al., 2019, p. 12).

²¹ O estudo não é representativo e tem escopo limitado, pois se refere a pesquisas domiciliares nacionais de 11 países onde o sexo dos remetentes de remessas está incluído como uma variável no banco de dados, juntamente com o valor das remessas recebidas do remetente. Os 11 países são 6 países da África Subsaariana (Burkina Faso, Quênia, Nigéria, Senegal, Uganda, Tanzânia), três países do Sul da Ásia (Bangladesh, Índia, Nepal) e dois países da Europa Oriental/Ásia Central (Albânia e Tajiquistão; Azam et al., 2020, p. 4).

Outra diferença entre mulheres e homens migrantes é a segregação na migração laboral. Os homens tendem a trabalhar em produção ou construção. Em geral, as mulheres migrantes trabalham como domésticas ou cuidadoras. Elas trabalham em empregos pouco qualificados, mas também em empregos muito qualificados – as trabalhadoras pouco qualificadas são principalmente ajudantes e cuidadoras domésticas, as mulheres altamente qualificadas ocupam, por exemplo, cargos de enfermagem (Fleury, s.d., p. 10-11). Frequentemente, as trabalhadoras migrantes são expostas a abusos, tanto no trabalho quanto em suas casas, conforme Hiralal (2017) documentou sobre as mulheres migrantes na África do Sul. “É fundamental que ponhamos um fim à governança da migração que não considera a questão de gênero”, pede a ONU Mulheres, que também lembra os principais órgãos de tratados de direitos humanos da ONU que abordam os vínculos entre gênero e migração, como o Comitê sobre Trabalhadores Migrantes (*Committee on Migrant Workers* – CMW), o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (*Committee on the Elimination of Discrimination Against Women* – CEDAW), o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (*Committee on the Elimination of Racial Discrimination* – CERD) e o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (*Committee on Economic, Social and Cultural Rights* – CESCR) (CESCR; von Hase, 2017).



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Buckley-Zistel, S.; Krause, U. (Eds.). *Gender, violence, refugees, forced migration*. New York: Berghahn, 2019.

Acadêmica/Jornalística:

Global Journalist. *Project exile*. 2020. <https://globaljournalist.org/2018/01/8964/>.

Institucional:

Migration Data Portal. *Gender and migration*. 2020. <https://migrationdataportal.org/themes/gender>.

Referências: Gênero

Arraf, J. 'We pray for the Caliphate to return': ISIS families crowd into Syrian camps. KUNC, Community Radio for Northern Colorado, 2019. <https://www.kunc.org/post/we-pray-caliphate-returnisis-families-crowd-syrian-camps#stream/0>.

Azam, M.; Rodgers, Y.; Stewart-Evans, M.; von Hase, I. *Migrant women & remittances: exploring the data from selected countries*. New York, 2020. (Policy brief). <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/policy-brief-migrant-women-and-remittancesexploring-the-data-from-selected-countries-en.pdf?la=en&vs=2913>.

Bartolomei, L.; Dixson, T.; Sheikh-Eldin, M.; Zahau, C.; Pittaway, E. *Gender audit report on the second and third thematic discussion on the Global Compact on Refugees: recommendations from the Gender Audit Team*, University of New South Wales Forced Migration Research Network. Geneva, 2017. <https://www.unhcr.org/events/conferences/5a251b537/gender-audit-report-second-third-thematic-discussionsglobal-compact-refugees.html>.

Buckley-Zistel, S.; Krause, U. (Eds.). *Gender, violence, refugees. forced migration*. New York: Berghahn, 2019.

CPJ. *Defending journalists worldwide*. 2020. <https://cpj.org/>.

Donato, K. M.; Gabaccia, D.; Holdaway, J.; Manalansan, M.; Pessar, P. R. (Eds.). A glass half full?: gender in migration studies [special issue]. *International Migration Review*, v. 40, n. 1, p. 3-26, 2018. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2006.00001.x>.

Fleury, A. *Understanding women and migration: a literature review*. s.d. <https://www.knomad.org/publication/understanding-women-and-migration-literature-review-annex-annotated-bibliography>.

Gerver, M.; Millar, K. The gendered refugee experience. *St Antony's International Review*, v. 9, n. 1, p 2-10, 2013.

Global Journalist. *Project Exile*. 2020. <https://globaljournalist.org/2018/01/8964/>.

Hennebry, J. L.; Petrozziello, A. J. Closing the gap?: gender and the Global Compacts for Migration and Refugees. *International Migration*, v. 57, n. 6, p. 115-138, 2019. <https://doi.org/10.1111/imig.12640>.

Hiralal, K. Women and migration-challenges and constraints. *A South African Perspective*, v. 26, n. 2, p. 158-175, 2017.

IOM. *Glossary on migration*. Geneva, 2019. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.

Joint Data Center on Forced Displacement. *Forced displacement literature review 2019-2020*. Washington, D.C., 2020. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/940291575434038147/pdf/Forced-Displacement-Literature-Review-2019-2020.pdf>.

Kaps, A.; Schewe, A.-K.; Klingholz, R. *Africa's demographic trailblazers: how falling fertility rates are accelerating development*. Berlin, 2019. https://www.berlin-institut.org/fileadmin/Redaktion/Englisch/Studien/Africa_s_Demographic_Trailblazers/Pressemitteilung_Afrikas_demografische_Vorreiter_en_final.pdf.

Krause, U. *Rethinking refuge: rethinking refugee women's power and vulnerability*. 2020. <https://www.rethinkingrefuge.org/articles/rethinking-refugee-women>.

LGBT Resource Center. *General definitions*. San Francisco: University of California, s.d. <https://lgbt.ucsf.edu/glossary-terms>.

Marczak, N. A century apart: the genocidal enslavement of Armenian and Yazidi women. In: Connellan, M. M.; Fröhlich, C. J. (Eds.). *Rethinking political violence: a gendered lens for genocide prevention*. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 133-162.

Migration Data Portal. *Gender and migration*. 2020. <https://migrationdataportal.org/themes/gender>.

Nadia's Initiative. *Nadia's Initiative*. 2020. <https://www.nadiasinitiative.org/>.

Nallu, P. High profile to exile, part 1: Libyan female journalists. *News Deeply*, 3 May 2016. from <https://deeply.thenewhumanitarian.org/refugees/articles/2016/05/04/high-profile-to-exile-libyan-female-journalists>.

Nobel Price Committee. *The Nobel Peace Prize 2018: Nadia Murad and Denis Mukwege*. 2018. <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2018/murad/facts/>.

Reporters Without Borders. *Support for exile journalists*. 2019. <https://rsf.org/en/news/rsf-helps-free-and-independent-voices-resist-country-origin-and-exile>.

Schrover, M.; Moloney, D. M. Introduction: making a difference. In: Schrover, M.; Moloney, D. M. (Eds.). *Gender, migration and categorisation: making distinctions between migrants in Western countries, 1945-2010*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2013. p. 7-53.

UN Women. *Photo essay: stories of hope from a Cameroon refugee camp*. 2016. <https://www.unwomen.org/en/digital-library/multimedia/2016/5/photo-refugee-camps-in-cameroon>.

UNGA. *Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration: resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2018*. https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/73/195.

UNHCR. *Women on the run: first-hand accounts of refugees fleeing El Salvador, Guatemala, Honduras and Mexico*. Washington, D.C., 2015. from <https://www.refworld.org/docid/56307e2a4.html>.

UNHCR. *Women*. 2020. <https://www.unhcr.org/women.html>.

United Nations. *Report of the United Nations High Commissioner for Refugees: Global Compact on Refugees*. 2018. https://www.unhcr.org/gcr/GCR_English.pdf.

UNODC. *Global report on trafficking in persons 2018*. New York, 2018. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2018/GLOTiP_2018_BOOK_web_small.pdf.

Von Hase, I. *Protecting women migrant workers' rights: view from UN Women*. 19 May 2017. <https://europa.eu/capacity4dev/articles/view-un-women-protecting-women-migrant-workers-rights>.

Wilén, N.; Ingelaere, B. War-torn Congo has been called the 'rape capital of the world.' Here is how fighters think about sexual violence. *The Washington Post*, 31 Aug. 2017. <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2017/08/28/what-do-rebels-think-about-sexual-violence-in-congo-weasked-them/>.

Referências

- 4Mi. *West Africa: monthly 4Mi update: Mali and Niger*. 2018. https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/4miwestafricaapril2018_0.pdf.
- Adebayo, A. G. (Ed.). *Managing conflicts in Africa's democratic transitions*. Lanham: Lexington Books, 2012.
- Adenle, A. A.; Ford, J. D.; Morton, J.; Twomlow, S.; Alverson, K.; Cattaneo, A.; Cervigni, R.; Kurukulasuriya, P.; Huq, S.; Helfgott, A.; Ebinger, J. O. Managing climate change risks in Africa: a global perspective. *Ecological Economics*, p. 190-201, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2017.06.004>.
- Adepoju, A. *Highly skilled migration: balancing interests and responsibilities and tackling brain drain*. Brussels, 2007. <http://www.sussex.ac.uk/Units/SCMR/drc/research/typesofmigration/RT+1+1+Background+paper+en.pdf>.
- Afifi, T. Economic or environmental migration? The push factors in Niger. *International Migration*, v. 49, n. D4, p. e95-e124, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2010.00644.x>.
- Africa Portal. *The climate change and migration in Africa series*. 2020. <https://www.africaportal.org/features/climate-change-migration-africa-series/>.
- AfricaNews. Guinea-Bissau: students protest over threat by teachers to strike. *AfricaNews*, 2019. <https://www.africanews.com/2019/02/09/guinea-bissau-students-protest-over-threat-byteachers-to-strike/>.
- Aigner, P. *Migrationssoziologie: Eine Einführung. Studienskripten zur Soziologie*. Wiesbaden: Springer VS, 2017.
- Alcorta, L.; Swedlund, H. J.; Smits, J. Discrimination and ethnic conflict: a dyadic analysis of politically-excluded groups in sub-Saharan Africa. *International Interactions*, v. 46, n. 2, p. 251-273, 2020. <https://doi.org/10.1080/03050629.2020.1716748>.
- Alesina, A.; Weder, B. Do corrupt governments receive less foreign aid? *American Economic Review*, v. 92, n. 4, p. 1126-1137, 2002. <https://doi.org/10.1257/00028280260344669>.
- Amodio, F.; Chiovelli, G. Ethnicity and violence during democratic transitions: evidence from South Africa. *Journal of the European Economic Association*, v. 16, n. 4, p. 1234-1280, 2017. <https://doi.org/10.1093/jeea/jvx034>.
- André, C.; Anzellini, V.; Hajžmanová, I.; Leduc, C. *Africa report on internal displacement*. 2019. <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/201912-Africa-report.pdf>.
- Appiah-Nyamekye Sanny, J.; Logan, C.; Gyimah-Boadi, E. In search of opportunity: young and educated Africans most likely to consider moving abroad. *AfroBarometer*, n. 288, 2019. http://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ab_r7_dispatchno288_looking_for_opportunity_africans_views_on_emigration1.pdf.
- Asongu, S. On the effect of foreign aid on corruption. *Economics Bulletin*, v. 32, n. 3, p. 2174-2180, 2012. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2493289>.
- AU. *Continental Education Strategy for Africa 2016-2025 (CESA 16-25)*. 2020. <https://edu-au.org/strategies/185-cesa16-25>.
- Baudassé, T.; Bazillier, R.; Issifoua, I. Migration and institutions: exit and voice (from abroad)? *Orléans*, n. 20, 2016. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02484265/document>.
- Beauchemin, C.; Bocquier, P. Migration and urbanisation in francophone West Africa: an overview of the recent empirical evidence. *Urban Studies*, v. 41, n. 11, p. 2245-2272, 2004. <https://doi.org/10.1080/0042098042000268447>.

- Belloc, F. International economic assistance and migration: the case of sub-Saharan countries. *International Migration*, v. 543, n. 1, p. 187-201, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2011.00686.x>.
- Bellwood, P. S. *First migrants: ancient migration in global perspective*. Chichester: West Sussex, UK; Malden, MA: Wiley Blackwell, 2013.
- Berry, M.; Garcia-Blanco, I.; Moore, K. *A Press coverage of the refugee and migrant crisis in the EU: a content analysis of five European countries*. 2015. <https://www.unhcr.org/protection/operations/56bb369c9/press-coverage-refugee-migrant-crisis-eu-content-analysis-five-european.html>.
- Bertocchi, G.; Strozzi, C. International migration and the role of institutions. *Public Choice*, v. 137, n. 1/2, p. 81-102, 2008. <https://doi.org/10.1007/s11127-008-9314-x>.
- Best, B. *WDR Sport inside: trapped in Qatar* [YouTube]. Benjamin Best Productions GmbH: WDR, Benjamin Best Productions GmbH, 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=BjgYVHdUOZo&t=11s>.
- Bilak, A. *Internally displaced, internationally disregarded*. 2020. <https://www.internal-displacement.org/media-centres/internally-displaced-internationally-disregarded>.
- Blumenstock, J.; Chiz, G.; Tanx, X. *Migration and the value of social networks*. 2019. http://www.jblumenstock.com/files/papers/migration_networks.pdf.
- Boone, P.; Fazio, I.; Jandhyala, K.; Jayanty, C.; Jayanty, G.; Johnson, S.; Ramachandrin, F.; Zhan, Z. *The surprisingly dire situation of children's education in rural West Africa: results from the CREO study in Guinea-Bissau*. 2013. <https://www.nber.org/papers/w18971>.
- Borderon, M.; Sakdapolrak, P.; Muttarak, R.; Kebede, E.; Pagnogna, R.; Sporer, E. *A systematical review of empirical evidence on migration influenced by environmental change in Africa*: Vienna. 2019. <http://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/15382/1/WP-18-003.pdf>.
- Borjas, G. J. The economics of immigration. *Journal of Economic Literature*, v. 32, n. 4, p. 1667-1717, 1994. <https://www.jstor.org/stable/2728791>.
- Bornman, J.; Cronjé, M. South Africa: xenophobia turns migrants into scapegoats. *allAfrica*, 23 Sep. 2020. <https://allafrica.com/stories/202009230734.html>.
- Braithwaite, A.; Dasandi, N.; Hudson, D. Does poverty cause conflict? Isolating the causal origins of the conflict trap. *Conflict Management and Peace Science*, v. 33, n. 1, p. 45-66, 2014. <https://doi.org/10.1177/0738894214559673>.
- Browne, E. *Evidence on education as a driver for migration: K4D helpdesk report*. 2017. https://assets.publishing.service.gov.uk/media/598086a0ed915d022b00003c/K4D_HDR__Migration_and_Education.pdf.
- Bryceson, D. F. Transnational families negotiating migration and care life cycles across nation-state borders. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, p. 1-23, 2019. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1547017>.
- Canning, Raja; Yazbeck. *Africa's demographic transition: dividend or disaster?* Washington, D.C., 2015. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/22036/AfrDemographicTransitionOVERVIEW.pdf>.
- Constant, A. F. *Time-space dynamics of return and circular migration: theories and evidence*. Essen: Global Labor Organization (GLO), 2020. <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/210984/1/GLO-DP-0446.pdf>.
- Cooray, A.; Schneider, F. Does corruption promote emigration? An empirical examination. *Journal of Population Economics*, v. 29, n. 1, p. 293-310, 2016. <https://doi.org/10.1007/s00148-015-0563-y>.

Cummings, C.; Pacitto, J.; Lauro, D.; Foresti, M. *Why people move: understanding the drivers and trends of migration to Europe*. 2015. <https://www.odi.org/publications/10217-why-peoplemove-understanding-drivers-and-trends-migration-europe>.

CPJ. *Defending journalists worldwide*. 2020. <https://cpj.org/>.

Dao, T.; Docquier, F.; Maurel, M.; Schaus, P. *Global migration in the 20th and 21st Centuries: the unstoppable force of demography*. 2018. <https://ferdi.fr/publications/global-migration-in-the-20th-and-21st-centuries-the-unstoppable-force-of-demography>.

Davenport, C.; Moore, W.; Poe, S. Sometimes you just have to leave: domestic threats and forced migration, 1964-1989. *International Interactions*, v. 29, n. 1, p. 27-55, 2010. <https://doi.org/10.1080/03050620304597>.

Decalo, S. The process, prospects and constraints of democratization in Africa. *African Affairs*, v. 91, n. 362, p. 7-35, 1992.

de Haas, H. Turning the tide?: why development will not stop migration. *Development and Change*, v. 38, n. 5, p. 819-841, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2007.00435.x>.

de Haas, H. Migration and development: a theoretical perspective. *The International Migration Review*, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010a. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x>.

de Haas, H. *Migration transitions: a theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration*. 2010b. (Working papers, 24). <https://www.migrationinstitute.org/publications/wp-24-10>.

Dekker, R.; Engbersen, G. How social media transform migrant networks and facilitate migration. *Global Networks*, v. 14, n. 4, p. 401-418, 2014. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/glob.12040>.

Devarajan, S.; Fengler, W. Africa's economic boom: why the pessimists and the optimists are both right. *Foreign Affairs*, v. 92, n. 3, p. 68-81, 2013.

Docquier, F.; Peri, G.; Ruysen, I. The Cross-country determinants of potential and actual migration. *International Migration Review*, v. 48, n. 1, p. 37-99, 2014. <https://doi.org/10.1111/imre.12137>.

Douglas, S. M.; Arango, J.; Graeme, H.; Kouaouci, A.; Pellegrino, A.; Taylor, J. E. An evaluation of international migration theory: the North American case. *Population and Development Review*, v. 20, n. 4, 1994. <https://doi.org/10.2307/2137660>.

Dreesen, T. et al. *Promising practices for equitable remote learning: emerging lessons from Covid-19 education responses in 127 countries*. Florence, 2020. (Innocenti research brief). <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/IRB%202020-10%20CL.pdf>.

Eisenstadt, S. N. Analysis of patterns of immigration and absorption of immigrants. *Population Studies*, v. 7, n. 2, 1953. <https://doi.org/10.2307/2172030>.

EMN. *Asylum and migration: glossary 6.0; a tool for better comparability produced by the European Migration Network*. 2018. https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emnglossary-6-0_en.pdf.

Fackler, T.; Giesing, Y.; Laurentsyeva, N. *Knowledge remittances: does emigration foster innovation?* 2018. (Working paper, 7420). http://ideas.repec.org/p/ces/ceswps/_7420.html/.

Fagan, L. Africa's 'climate refugees' are already here – and there. *Africa Times*, 24 Dec. 2019. <https://africatimes.com/2019/12/24/africas-climate-refugees-are-already-here-and-there/>.

- Fengler, S.; Bastian, M.; Brinkmann, J.; Zappe, A. C.; Tатаh, V.; Andindilile, M.; Assefa, E.; Chibita, M.; Mbaine, A.; Obonyo, L.; Quashigah, T.; Skleparis, D.; Splendore, S.; Tadesse, M.; Lengauer, M. *Covering Migration – in Africa and Europe*. Dortmund, 2020. (internal document).
- Ferreira, P. M. Guinea-Bissau between conflict and democracy. *African Security Review*, v. 13, n. 4, p. 45-57, 2004. <https://doi.org/10.1080/10246029.2004.9627317>.
- Flavell, A.; Milan, A.; Melde, S. *Migration, environment and climate change: literature review; first report in the “Migration, environment and climate change” series*. Berlin: Bundesumweltamt, 2020. (Migration, environment and climate change, 1). https://www.umweltbundesamt.de/sites/default/files/medien/1410/publikationen/2020-03-04_texte_42-2020_migrationliterature-review_1.pdf.
- Fleischer, A. *Family, obligations, and migration: the role of kinship in Cameroon*. Rostock, 2006. (MPIDR working paper, 2006-047). <https://www.demogr.mpg.de/papers/working/wp-2006-047.pdf>.
- Freeman, L. Environmental change, migration, and conflict in Africa. *Journal of Environment and Development*, v. 26, n. 4, 2017. <https://doi.org/10.1177/1070496517727325>.
- Giménez-Gómez, J. M.; Walle, Y. M.; Zewdu, Y. Trends in African migration to Europe: drivers beyond economic motivations. *Journal of Conflict Resolution*, v. 63, n. 8, p. 1797-1831, 2019. <https://doi.org/10.1177/0022002718823907>.
- Glazer, N.; Moynihan, D. P. *Behind the melting pot: the Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians, and Irish of New York City*. New York City: Massachusetts Institute of Technology, 1963.
- Gleick, P. H. Water, drought, climate change, and conflict in Syria. *Weather, Climate, and Society*, v. 6, n. 3, p. 331-340, 2014. <https://doi.org/10.1175/WCAS-D-13-00059.1>.
- Groth, H.; May, J. F.; Turbat, V. Policies needed to capture a demographic dividend in sub-Saharan Africa. *Canadian Studies in Population*, v. 46, n. 1, p. 61-72, 2019. <https://doi.org/10.1007/s42650-019-00005-8>.
- Hanlon, R. J. ; Christie, K. (Eds.). *Freedom from fear, freedom from want: an introduction to human security*. Toronto: University of Toronto Press, 2016. <https://utorontopress.com/us/freedomfrom-fear-freedom-from-want-4>.
- Hayes, S.; Lundy, B. D.; Hallward, M. C. Conflict-induced migration and the refugee crisis: global and local perspectives from peacebuilding and development. *Journal of Peacebuilding & Development*, v. 11, n. 3, p. 1-7, 2016. <https://doi.org/10.1080/15423166.2016.1239404>.
- Hoffmann-Nowotny, H.-J. *Migration: Ein Beitrag zu einer soziologischen Erklärung*. Stuttgart: Enke, 1970.
- Hooghe, M.; Trappers, A.; Meuleman, B.; Reeskens, T. Migration to European countries: a structural explanation of patterns, 1980-2004. *International Migration Review*, v. 42, n. 2, p. 476-504, 2008.
- IOM. *I am a migrant*. Geneva, 2017. <https://iamamigrant.org/stories>.
- IOM. *Glossary on migration*. Geneva, 2019a. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.
- IOM. *World migration report 2020*. Geneva, 2019b. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf.
- Ionesco, D.; Mokhnacheva, D.; Gemenne, F. *The atlas of environmental migration*. London, New York: Routledge, 2017.
- Jordan, M. Even when they lost their jobs, immigrants sent money home. *The New York Times*, 6 Oct. 2020. <https://www.nytimes.com/2020/09/24/us/coronavirus-immigrants-remittances.html>.
- Kaps, A.; Schewe, A.-K.; Klingholz, R. *Africa's demographic trailblazers: how falling fertility rates are accelerating development*. Berlin, 2019. https://www.berlin-institut.org/fileadmin/Redaktion/Englisch/Studien/Africa_s_Demographic_Trailblazers/Afrika_online_e.pdf.

- Kapur, D. *Remittances: the new development mantra?* New York, Geneva, 2004. https://unctad.org/en/Docs/gdsmdpbg2420045_en.pdf.
- Kirwin, M.; Anderson, J. *Identifying the factors driving West African migration*. Paris, 2018. (West African papers, 17). <http://www.oecd.org/swac/publications/2018-wap-17-identifying-the-factors-driving-west-african-migration.pdf>.
- Kleinfeld, P. In post-cyclone Mozambique, lots of aid but little reconstruction. *The New Humanitarian*, 16 Dec. 2019. <https://www.thenewhumanitarian.org/photo-feature/2019/12/16/Mozambique-cyclone-Idai-Kenneth-reconstruction-aid>.
- Klingholz, R.; Sütterlin, S.; Kaps, A.; Hinz, C. *Leapfrogging Africa: sustainable innovation in health, education and agriculture*. Berlin, 2020. https://www.berlin-institut.org/fileadmin/Redaktion/Englisch/Studien/Leapfrogging/BI_Leapfrogging_Africa_2020_online.pdf.
- Klopp, J. M.; Zuern, E. The politics of violence in democratization: lessons from Kenya and South Africa. *Comparative Politics*, v. 39, n. 2, p. 127-146, 2007. <https://doi.org/10.2307/20434030>.
- Kugelman, D. Refugees. *Oxford Public International Law*, p. 1-15, 2010. <http://opil.ouplaw.com/view/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e866>.
- Kuschminder, K.; Andersson, L.; Siegel, M. Profiling Ethiopian migration: a comparison of characteristics of Ethiopian migrants to Africa, the Middle East and the North. In: Udelsmann Rodrigues, C.; Tomàs, J. (Eds.). *Crossing African borders: migration and mobility*. Lisbon: Center of African Studies (CEA) ISCTE-IUL, University Institute of Lisbon, 2012. p. 39-43. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4366/3/crossing_african_borders_2012_v2-1.p.
- Kuschminder, K. Strong ties, weak ties: Exploring the role of networks in domestic worker migration from Ethiopia to the Middle East. *Asian and Pacific Migration Journal*, v. 25, n. 4, p. 401-421, 2016. <https://doi.org/10.1177/0117196816673641>.
- Lanati, M.; Thiele, R. *The impact of foreign aid on migration revisited*. 2017. (EUI working papers (MWP), 2017-05). <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.06.021>.
- Lee, E. S. A theory of migration. *Demography*, v. 3, n. 1, p. 45-57, 1966. <https://link.springer.com/article/10.2307/2060063>.
- Liddle, B. Urbanization and inequality/poverty. *Urban Science*, v. 35, n. 4, p. 1-7, 2017. <https://doi.org/10.3390/urbansci1040035>.
- Lynch, G. Democratization in Africa 1990-2010: an assessment. *Democratization*, n. 18, p. 275-310, 2011. <https://doi.org/10.1080/13510347.2011.554175>.
- Maastricht University; GMDAC. *The push and pull factors of asylum-related migration: a literature review*. 2016. <https://www.easo.europa.eu/sites/default/files/publications/The%20Push%20and%20Pull%20Factors%20of%20Asylum%20-%20Related%20Migration.pdf>.
- Mahabub, M. G. (Ed.). *The challenges of access to university education in Nigeria*: International Centre of Economics, Humanities and Management, 2014. <https://icehm.org/upload/5708ED1214104.pdf>.
- Malakooti, A. *Migration trends across the Mediterranean: connecting the dots*. 2015. https://publications.iom.int/system/files/altai_migration_trends_accross_the_mediterranean.pdf.
- Martin, P. L.; Taylor, J. E. The anatomy of the migration hump. In: Taylor, J. E. (Ed.). *Development strategy, employment and migration: insights from models*. Paris: OECD, 1996. p. 43-62.

- Mbuagbo, O. T.; Akoko, R. M. Roll-back: democratization and social fragmentation in Cameroon. *Nordic Journal of African Studies*, v. 13, n. 1, p. 1-12, 2004. <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.583.3293&rep=rep1&type=pdf>.
- Migration Data Portal. *Child and young migrants*. 2020a. <https://migrationdataportal.org/themes/child-and-young-migrants>.
- Migration Data Portal. *Diasporas*. 2020b. <https://migrationdataportal.org/themes/diasporas>.
- Migration Data Portal. *Types of migration: environmental migration*. 2020c. https://migrationdataportal.org/themes/environmental_migration.
- Migration Data Portal. *Migration Data Portal: the bigger picture*. 2020d. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019.
- Moscona, J.; Nunn, N.; Robinson, J. A. *Kinship and conflict: evidence from segmentary lineage societies in sub-Saharan Africa*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2018. <https://doi.org/10.3386/w24209>.
- Mountford, A.; Rapoport, H. *Migration policy, African population growth and global inequality*. Bonn: Institute for the Study of Labor (IZA), 2014. (DP, 8329). <http://ftp.iza.org/dp8329.pdf>.
- Musau, Z. Africa grapples with huge disparities in education: reducing inequalities; higher enrolment numbers mask exclusion and inefficiencies. *Africa Renewal*, 2017-2018. <https://www.un.org/africarenewal/magazine/december-2017-march-2018/africa-grapples-huge-disparities-education>.
- Naudé, W. *Conflict, disasters and no jobs: reasons for international migration from sub-Saharan Africa*. Helsinki, 2008. (Research paper, 8). <https://www.wider.unu.edu/publication/conflict-disasters-and-no-jobs>.
- Neto, F.; Mullet, E. Decision-making as regards migration: Wage differential, job opportunity, and the network effect. *Acta Psychologica*, v. 98, n. 1, p. 57-66, 1998. [https://doi.org/10.1016/S0001-6918\(97\)00035-8](https://doi.org/10.1016/S0001-6918(97)00035-8).
- News24. Teachers battling with simple maths. *News24*, 4 Apr. 2011. <https://www.news24.com/News24/Teachers-battling-with-simple-maths-20110404>.
- Noxolo, M. *The impact of remittances on poverty in Africa: a cross-country empirical analysis*. 2016. (Unpublished doctoral dissertation) – University of Cape Town, South Africa.
- Ottob, F. O. Ethnic identity and conflicts in Africa. In: Olorunjoba, S. O.; Falola, T. (Eds.). *The Palgrave handbook of African politics, governance and development*. New York: Palgrave Macmillan, 2018. p. 335-351
- Oucho, J. O.; Gould, W. T. S. Internal migration, urbanization, and population distribution. In: Foote, K.; Hill, K.; Martin, L. (Eds.). *Demographic change in Sub-Saharan Africa*. Washington, D.C.: National Academies Press, 1993. p. 256-296.
- Park, R. E. Human migration and the marginal man. *American Journal of Sociology*, v. 33, n. 6, p. 881-893, 1928.
- Piché, V. Contemporary migration theories as reflected in their founding texts. *Population*, v. 68, n. 1, p. 141-164, 2013. <https://doi.org/10.3917/popu.1301.0153>.
- Quayyum, S. N.; Kpodar, R. K. *Supporting migrants and remittances as COVID-19 rages on*. 11 Sep. 2020. <https://blogs.imf.org/2020/09/11/supporting-migrants-and-remittances-as-covid-19-rages-on/>.
- Raleigh, C. The search for safety: the effects of conflict, poverty and ecological influences on migration in the developing world. *Global Environmental Change*, n. 21, p. S82-S93, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.08.008>.

- Ravenstein, E. G. Census of the British Isles, 1871: birthplaces of the people and laws of migration. *Geographical Magazine*, n. 3, p. 173-177, 201-206, 229-233, 1876.
- Ravenstein, E. G. The laws of migration. *Journal of the Statistical Society of London*, v. 48, n. 2, p. 167-235, 1885. <https://doi.org/10.2307/2979181>.
- Ravenstein, E. G. The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 52, n. 2, p. 241, 1889. <https://doi.org/10.2307/2979333>.
- Rigaud, K. K.; de Sherbinin, A.; Jones, B.; Bergmann, J. *Groundswell: preparing for internal climate migration*. Washington, D.C., 2018. <http://hdl.handle.net/10986/29461>.
- Sassen, S. *A sociology of globalization: contemporary societies*. New York: Norton, 2007.
- Serajuddinada, U.; Hamadeh, N. *New World Bank country classifications by income level, 2020-2021*. 2020. <https://blogs.worldbank.org/opendata/new-world-bank-country-classifications-income-level-2020-2021>.
- Sifuna, D. N.; Sawamura, N. *Challenges of quality education in sub-Saharan African countries*. Hauppauge: Nova Science, 2010.
- Simpson, N. Demographic and economic determinants of migration. *IZA World of Labor*, 2017. <https://doi.org/10.15185/izawol.373>.
- Sippel, L.; Kiziak, T.; Woellert, F.; Klingholz, R. *Africa's demographic challenges: how a young population can make development possible*. Berlin: Institute for Population and Development in cooperation with Deutsche Stiftung Weltbevölkerung (DSW), 2011.
- Sjaastad, L. A. The costs and returns of human migration. *Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, p. 80-93, 1962. <https://www.jstor.org/stable/1829105>.
- Spaull, N. *The education problem: priorities for education in SA; input document for Treasury's Economic Colloquium*. Stellenbosch, 2019. <https://nicspaull.files.wordpress.com/2019/01/spaull-priorities-for-educ-reform-treasury-19-jan-2019.pdf>.
- Tankou, E. A. *President Buhari of Nigeria launches the AU theme of the year 2018 on fighting corruption in the continent*. 2018. <https://au.int/en/pressreleases/20180129/president-buhari-nigeria-launches-au-theme-year-2018-fighting-corruption>.
- Thorogood, J. Qatar 2022: FIFA admits violation of workers' standards. *Deutsche Welle*, 6 Jun. 2019. <https://www.dw.com/en/qatar-2022-fifa-admits-violation-of-workers-standards/a-49078052>.
- Tiemoko, R. Migration, return and socio-economic change in West Africa: the role of family. *Population, Space and Place*, v. 10, n. 2, p. 155-174, 2004. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/psp.320>.
- Transparency International. *Corruption perceptions index 2019*. s.p., 2019. <https://www.transparency.org/en/cpi/2019>.
- Transparency International. *How to win the fight against corruption in Africa* [Press release]. 11 Jul. 2018. https://www.transparency.org/news/feature/how_to_win_the_fight_against_corruption_in_africa.
- UIS. *Education in Africa*. 2020. <http://uis.unesco.org/en/topic/education-africa>.
- UNDESA. *Definition of regions*. s.d. <https://population.un.org/wpp/DefinitionOfRegions/>.
- UNDESA. *World economic situation and prospects 2005*. New York, 2005. <https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/PDFs/WESP/2005wesp.pdf>.

- UNDESA. *World economic situation and prospects 2010*. New York, 2010. (World Economic Situation and Prospects). https://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_archive/2010wesp.pdf.
- UNDESA. *World population prospects 2019: highlights*. New York, 2019a. https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf.
- UNDESA. *International migration 2019: report*. New York, 2019b. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/InternationalMigration2019_Report.pdf.
- UNDP. *Human development indicators*. New York, 2019b. <http://hdr.undp.org/en/content/statistical-data-tables-7-15>.
- UNDP. *Human development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today; inequalities in human development in the 21st century*. New York, 2019a. <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>.
- UNESCO. *Migration, displacement and education: building bridges, not walls; global education monitoring report 2019*. Paris, 2019. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265866>.
- UNHCR. *Climate change and disaster displacement*. 2020a. <https://www.unhcr.org/climate-change-and-disasters.html>.
- UNHCR. *Global Trends: Forced displacement in 2019*. Copenhagen, 2020b. <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>.
- UNHCR. *Glossary*. s.d. <http://www.issm.cnr.it/progetti/emigrazione/METADATA%20E%20GLOSSARI/UNHCR/GLOSSARY%20UNHCR.pdf>.
- UNHCR. *Resettlement*. 2020c. <https://www.unhcr.org/resettlement.html>.
- UNHCR. *Who is an internally displaced person?* 2020d. <https://www.unhcr.org/teaching-about-refugees>.
- United Nations. *Education during Covid-19 and beyond*. New York, 2020a. (Policy brief). https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/08/sg_policy_brief_covid-19_and_education_august_2020.pdf.
- United Nations. *Global Compact for Migration/Global Compact on Refugees*. New York, 2020b. <https://refugeesmigrants.un.org/>.
- United Nations. *Sustainable Development Goals: SDG 4: ensure inclusive and equitable quality education and promote lifelong learning opportunities for all*. New York, 2020c. <https://sdgs.un.org/goals/goal4>.
- United Nations. *Sustainable Development Goals: SDG 10: reduce inequality within and among countries*. s.d. [https://indicators.report/goals/goal-10/UNODC \(2018\)](https://indicators.report/goals/goal-10/UNODC (2018)).
- UNODC. *Global report on trafficking in persons 2018*. New York, 2018. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2018/GLOTIP_2018_BOOK_web_small.pdf.
- Vlavanou, G. An uncertain transition: security, violence, and neopatrimonialism in the Central African Republic. *Revue Tiers Monde*, v. 228, n. 4, p. 121-142, 2016.
- Vogler, M.; Rotte, R. The effects of development on migration: theoretical issues and new empirical evidence. *Journal of Population Economics*, v. 13, n. 3, p. 485-508, 2000. <https://doi.org/10.1007/s001480050148>.
- Wilhelm, J. P. *Africa: more poverty despite economic growth; fighting poverty*. 19 Mar. 2020. <https://www.dw.com/en/africa-more-poverty-despite-economic-growth/a-52840817>.
- World Bank. *Africa's pulse: special section: the region's infrastructure performance across sectors*. Washington, D.C., 2017. (Africa's pulse, 15). <http://documents.worldbank.org/curated/en/348741492463112162/Africas-pulse>.
- World Bank. *Africa's pulse: the World Bank's bi-annual analysis of the state of African economies, volume 1 to volume 20*. 2020a. <https://www.worldbank.org/en/region/afr/publication/africas-pulse>.

World Bank. *Covid-19 crisis through a migration lens*. 2020b. (Migration and development brief, 32). <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33634>.

World Bank. *Groundswell: preparing for internal climate migration; internal climate migration in sub-Saharan Africa*. Washington, D.C., 2018a. (Policy note, 1). <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/29461/GroundswellIPN1.pdf?sequence=6&isAllowed=y>.

World Bank. *Leveraging economic migration for development: a briefing for the World Bank Board*. Washington, D.C., 2019. https://www.knomad.org/sites/default/files/2019-08/World%20Bank%20Board%20Briefing%20Paper-LEVERAGING%20ECONOMIC%20MIGRATION%20FOR%20DEVELOPMENT_0.pdf.

World Bank. *Migration and remittances: recent developments and outlook; special topic, transit migration*. 2018b. <https://www.knomad.org/sites/default/files/2018-04/Migration%20and%20Development%20Brief%2029.pdf>.

World Bank. *Personal remittances received (% of GDP) – low & middle income, middle-income, low-income countries: data*. 2020c. <https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.DT.GD.ZS?locations=XO-XP-XM>.

World Bank. *Personal remittances received (current US\$) – low & middle income, middle-income, low-income countries: data*. 2020d. <https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.CD.DT?locations=XO-XP-XM>.

World Bank. *Private capital flows: data catalog*. 2020e. <https://datacatalog.worldbank.org/private-capital-flows-total-gdp>.

World Bank. *Migration and remittances data*. 2020f. <https://www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data>.

World Bank; UIS. *School enrollment, primary (% gross) – Sub-Saharan Africa: data*. 2020a. https://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.ENRR?locations=ZG&most_recent_value_desc=false.

World Bank; UIS. *School enrollment, secondary (% gross) – Sub-Saharan Africa: data*. 2020b. https://data.worldbank.org/indicator/SE.SEC.ENRR?locations=ZG&most_recent_value_desc=false.

World Bank; UIS. *School enrollment, tertiary (% gross) – Nigeria*. 2011. <https://data.worldbank.org/indicator/SE.TER.ENRR?locations=NG>.

World Bank; UIS. *School enrollment, tertiary (% gross) – Sub-Saharan Africa: data*. 2020c. https://data.worldbank.org/indicator/SE.TER.ENRR?locations=ZG&most_recent_value_desc=false.

Yameogo; Tidey, 2019. *School closures in West and Central Africa triple since 2017* [Press Release]. Dakar, Geneva, New York, 22 Aug. 2019. <https://www.unicef.org/press-releases/schoolclosures-west-and-central-africa-triple-2017>.

Zappe, A. C.; Bastian, M.; Leibner, L.; Henke, J.; Fengler, S. Perspektivwechsel. Migrationsberichterstattung in ausgewählten afrikanischen Ländern und Deutschland aus Migrant*innensicht. In: Gehrau, V.; Waldherr, A.; Scholl, A. (Eds.). *Jahrbuch der Deutschen Gesellschaft für Publizistik- und Kommunikationswissenschaft 2019*. Münster: Deutsche Gesellschaft für Publizistik und Kommunikationswissenschaft, 2019. p. 131-140.

Zeender, G. The Sustainable Development Goals and IDPs. *Forced Migration Review*, n. 59, p. 24-26, 2018. <https://www.fmreview.org/GuidingPrinciples20/zeender>.

Zelinsky, W. The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review*, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971. <https://doi.org/10.1177/030913259301700205>.



MÓDULO 4

A mídia e a história da migração – uma análise entre países

por Susanne Fengler



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Fornecer uma visão geral dos resultados de pesquisas sobre a cobertura de reportagens sobre questões de migração e refugiados.
- Incentivar os participantes a analisar diferentes perspectivas nas reportagens da mídia.
- Sensibilizar os participantes em relação aos estereótipos e aos “pontos cegos” na cobertura de reportagens sobre migrantes e refugiados.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

No final deste Módulo, os participantes devem ser capazes de:

- Discutir o impacto em potencial das deficiências na cobertura de reportagens sobre migrantes e refugiados.

→ RA Afetivo: Resposta

- Comparar a cobertura da mídia em diferentes culturas políticas e sistemas de mídia.

→ RA Cognitivo: Análise

- Identificar os principais desafios, especialmente para a cobertura de reportagens sobre assuntos de migração em um ambiente jornalístico em constante mudança.

→ RA Cognitivo: Análise

Visão geral

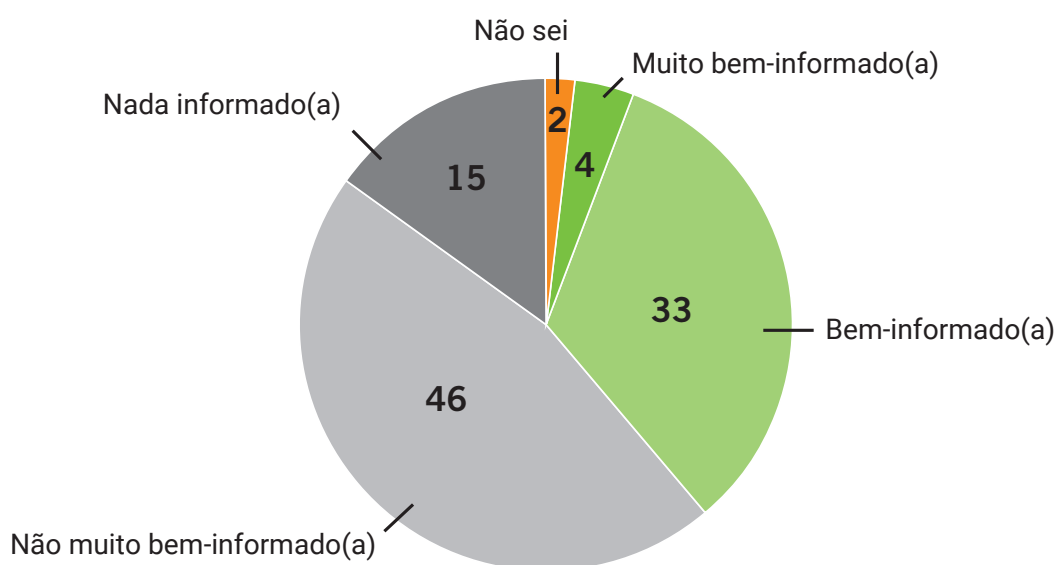
Atualmente, a mídia opera em um mundo de agitação política e social; uma época de crescente globalização e digitalização. Os movimentos migratórios atuais fazem parte deste mundo em mudança. Por meio de formas como as diversas mídias relatam sobre as questões de migração, os jornalistas podem moldar a percepção dos migrantes e refugiados nos países de origem, bem como nos países de destino. Mesmo que a mídia não cubra o tema, ou o faça apenas hesitantemente, isso pode ter um impacto no público e nos tomadores de decisão. As pessoas talvez não entendam todas as consequências a respeito das questões de migração para sua própria sociedade; assim, podem tomar decisões enganosas, exercer ou não pressão sobre os formuladores de políticas tomarem medidas ou se sentirem traídas pela mídia. Quanto à Europa, os estudiosos de mídia chegam a argumentar que a alta visibilidade na mídia da chamada “crise de refugiados” de 2015 promoveu o euroceticismo entre os cidadãos (Harteveld et al., 2018). Para a África, Eric Chinje, da African Media Initiative, argumenta que, enquanto a migração não for adequadamente coberta nos países africanos, não se poderá ver um eleitorado crítico que lute por políticas que lidem de forma eficaz com as questões da migração ilegal. Um migrante do Quênia, entrevistado para um de nossos projetos de pesquisa, observa que o campo de refugiados de Kakuma, que acomoda mais de 180 mil refugiados e requerentes de asilo, é simplesmente “uma história esquecida” na mídia queniana (Bastian et al., 2018).



SUGESTÃO PARA A SALA DE AULA (ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO):

Discutir sobre a maneira pela qual você percebe a cobertura da mídia sobre migrantes e refugiados em seu país. A seguir, você também poderá verificar os resultados da pesquisa para a Europa (ver Figura 14).

Figura 14: Satisfação dos europeus com a cobertura midiática sobre a migração



“Em geral, até que ponto você acha que está bem-informado(a) ou não sobre questões relacionadas à imigração e à integração?” (% – UE). Fonte: (European Commission, 2018, p. 4). Ilustração própria.

A fim de possibilitar reportagens sobre migrantes e refugiados mais “independentes, objetivas e de qualidade por parte dos meios de comunicação”, conforme solicitado pelo Pacto das Nações Unidas (2018), precisamos estudar o *status quo* da cobertura de reportagens sobre a migração e identificar conquistas e deficiências na forma como a mídia pode tratar o tema. Uma análise comparativa sobre essa cobertura nos permitirá entender melhor a maneira como a mídia nos países de origem, por um lado, e a mídia nos países de trânsito e destino, por outro, tratam a questão. Hafez argumenta que “os sistemas de mídia constroem eventos de acordo com suas preferências nacionais. Eventos aparentemente homogêneos [...] são relatados de maneiras muito diferentes simultaneamente em todo o mundo” (Hafez, 2011, p. 486). Isso ainda é verdade em os nossos tempos, quando as questões relativas a migrantes e refugiados se tornaram uma das principais questões da política mundial?¹

¹ Partes do texto deste módulo foram retiradas das publicações anteriores dos autores (Fengler et al., 2020a).

A noção de reportagem “objetiva” é muito contestada como um ideal difícil de ser alcançado e seu significado varia entre os discursos sobre jornalismo. O que parece claro, no entanto, é que a interpretação e a aplicação de padrões e normas profissionais de verificação e interesse público são ilustradas por narrativas relacionadas a questões econômicas, políticas, institucionais, demográficas, culturais e de identidade.

Estudos sobre a cobertura da migração: revisão de literatura

Várias fases da migração desencadearam estudos de comunicação de massa na cobertura da imigração, ao passo que a cobertura das minorias (às vezes relacionada às questões da migração) tem sido um assunto recorrente de análise da comunicação pelo menos desde a década de 1980. Os estudos fornecem uma base para avaliar o desenvolvimento e o *status quo* da cobertura da migração entre os países e buscam entender “os fatores que moldam a cobertura da mídia sobre migrantes e minorias, bem como o efeito dessa cobertura em atitudes públicas, resultados de políticas ou relações sociais” (Bleich et al., 2015, p. 857). É necessário notar que a grande maioria desses estudos se originou no Norte Global. Embora as causas e as consequências dos movimentos de migrantes e refugiados tenham dominado constantemente a agenda da mídia nas sociedades “ocidentais” desde 2015 (Fengler; Kreutler, 2020; Krüger; Zapf-Schramm, 2016), poucas histórias e manchetes na mídia africana se concentram nas pessoas que deixam o continente e se dirigem para o norte, de acordo com Eric Chinje, da African Media Initiative (Chinje, 2016). A pesquisa sobre a cobertura de migrantes e refugiados em países africanos é em grande parte restrita à África do Sul, que tem vivenciado incidentes recorrentes direcionados a migrantes de outros países africanos. Os autores que analisam a mídia impressa sul-africana incluem Danso e McDonald (2001), McDonald e Jacobs (2005), Fine e Bird (2002), que argumentam que a mídia sul-africana nos últimos anos forneceu uma imagem “incompleta” e “simplista” de incidentes xenofóbicos (Smith, 2009, p. 11). Além desses estudos, Assopgoum (2011) analisou a cobertura da mídia sobre migração do Senegal para a Alemanha, e White (2015) produziu uma visão geral das estruturas e condições para a cobertura da migração, que também inclui alguns países africanos. White (2015) argumenta em “Moving stories” que os jornalistas não conseguem contar a história completa e caem rotineiramente em armadilhas de propaganda colocadas por políticos. Nos países de origem de migrantes e refugiados, a censura ou a falta de recursos, ou uma combinação de ambos, são as principais culpadas pela má cobertura (ver Módulo 5; ver também Al-Mazahara, 2016).

Antes de revisar os estudos de comunicação de massa no Norte Global, é necessário notar que os países da Europa variam consideravelmente em seu histórico de migração: a imigração de longa data para o Reino Unido e a França devido ao passado colonial dos países e ao movimento “Gastarbeiter” de migrantes do sul da Europa, além de turcos para a Alemanha, desde a década de 1960, contrastam com a história recente da imigração na década de 2010 para a Espanha, a Itália e a Grécia, que anteriormente eram “países de onde saíam os migrantes” para o norte da Europa. Isso teve um impacto na forma como as mídias nacionais cobrem a questão da migração. Além disso, a maioria dos estudos analisa a cobertura da migração, (i)migrantes e refugiados em um único país, embora “esse domínio político esteja mudando cada vez mais para a tomada de

decisões supranacionais dentro da UE, o que significa que analisar o debate público relacionado à imigração de uma perspectiva europeizada se torna cada vez mais relevante” (Horsti, 2008, p. 42). No entanto, como Meltzer e outros resumem uma meta-análise, “há pouca pesquisa comparativa sobre a relevância de questões ou atores relacionados à imigração na mídia em diferentes países europeus” (Meltzer et al., 2018, p. 1).

Esses estudos mostram uma variação considerável de acordo com diferentes posições políticas em relação à migração dentro dos países europeus, mas também com diferentes rotinas jornalísticas, culturas midiáticas e acesso a fontes para cobrir a migração. Caviedes comparou a cobertura de migração na França, no Reino Unido e na Itália, com base na observação de que uma grande proporção das reportagens sobre a migração está “cada vez mais ligada a questões de crime e segurança e associada à ameaça à prosperidade econômica e à identidade cultural” (Caviedes, 2015, p. 898). Sua análise revela que os marcos econômico e de “securitização” são dominantes na cobertura da migração de 2009 a 2012. “[O]s debates sobre imigração variam em intensidade e proeminência entre os países, de modo que cada um deles pode sustentar suas próprias narrativas críticas específicas” (Caviedes, 2015, p. 912). Segundo Esses e outros, marcos regulatórios negativos e conflitos continuam a caracterizar a cobertura europeia relativa aos migrantes e aos refugiados (Esses et al., 2013, p. 520). Os migrantes de dentro da UE são mais frequentemente descritos pela mídia como uma “ameaça à economia e ao sistema de bem-estar”, enquanto os migrantes de fora da UE são retratados como uma “ameaça” à cultura dos países anfitriões (Meltzer et al., 2018, p. 6). Um estudo recente em sete países da UE confirma que a migração de fora da UE para dentro dela é enquadrada de forma mais negativa e tende a se concentrar em questões de segurança (Eberl et al., 2019).

Horsti (2008) oferece um dos poucos estudos que examinam os migrantes africanos na Europa, com foco na cobertura da mídia sobre a chegada de 30 mil migrantes africanos indocumentados nas Ilhas Canárias da Espanha, em 2006 (Fohrn, 2009). De acordo com seu estudo em um jornal finlandês e um sueco, a maioria das histórias não apresentava os africanos como atores soberanos que tomavam decisões racionais; além disso, o evento foi amplamente “domesticado” nos jornais, enfatizando atores e perspectivas de finlandeses e suecos sobre esse evento distante no sul da Europa. Outro estudo de Balabanova e Balch (2010) pesquisou a migração laboral no Reino Unido e na Bulgária após o alargamento da UE em 2007 e, assim, comparou a cobertura nos países de origem dos migrantes e nos seus países de acolhimento. Os autores esperavam diferentes tipos de cobertura nos países de acolhimento e de origem, devido a vários riscos na migração. No entanto, a agenda da mídia na Bulgária espelhou em grande parte a do Reino Unido, porque a mídia búlgara importou notícias do Reino Unido devido à falta de recursos da redação do jornal para realizar a cobertura original.

Com foco na chamada “crise europeia de refugiados” de 2015, Berry e seus colegas (2015) descobriram que a cobertura de migrantes e refugiados diferiu significativamente entre os países europeus: as questões humanitárias foram mais prevalentes na mídia italiana; as publicações suecas tiveram o teor mais positivo; as do Reino Unido permaneceram em grande parte negativas. De acordo com uma análise do Observatório Europeu do Jornalismo (EJO), os jornais da Europa

Ocidental eram geralmente mais compassivos com a situação dos migrantes e refugiados, em comparação com os países da Europa Central e Oriental (EJO, 2015). Georgiou e Zaborowski (2017) realizaram um projeto de pesquisa sobre a cobertura da mídia em oito países europeus e concluíram que a mídia prestou pouca e dispersa atenção ao contexto de migrantes e refugiados na Europa, e as histórias raramente estavam ligadas a reportagens de guerra ou a outras notícias internacionais vinculadas aos países de origem de migrantes e refugiados. Fotopoulos e Kaimaklioti (2016) compararam as maneiras pelas quais as imprensas grega, alemã e britânica abordaram a cobertura inicial da “crise dos refugiados” de 2015. Segundo eles, migrantes e refugiados foram retratados como vítimas indefesas e desesperadas da guerra civil na Síria, e os jornais prestaram muita atenção à tragédia. Como argumentado por Caviedes, a cobertura tende a enfatizar as consequências e os efeitos da migração do ponto de vista da economia e dos mercados de trabalho (Goedeke Tort et al., 2016). Além disso, estudos identificam uma escassez de reportagens sobre as histórias individuais dos migrantes (Georgiou; Zaborowski, 2017). Um estudo do ICMPD (2016) aponta para a falta de conhecimento sobre a complexa questão da migração entre os jornalistas dos países europeus e do MENA sobre os países de origem dos migrantes e a vulnerabilidade das redações à pressão dos populistas e das redes sociais.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

A revisão da literatura entre os países apontou diferenças notáveis na cobertura da mídia sobre migração. Juntamente com vários contextos políticos, os sistemas de mídia e as perspectivas culturais também podem ter um forte impacto em quantidade e qualidade da cobertura da mídia para as questões de migração e deslocamento forçado. Discutir o impacto potencial das seguintes questões em quantidade e qualidade da cobertura da migração nos países africanos e europeus: liberdade de imprensa, pluralismo no sistema de mídia, profissionalismo e educação jornalística, recursos de redação, tecnologia, mercados de publicidade (pode-se adicionar mais tópicos).

Estudos transnacionais de cobertura da migração I: África e Europa

A fim de analisar a cobertura da migração em sistemas políticos e culturas jornalísticas, o Instituto Erich Brost (EBI) de jornalismo internacional realizou dois estudos que compararam a cobertura de migrantes e refugiados na África e na Europa (estudo 1), bem como na Europa Ocidental e Oriental, nos EUA e na Rússia (estudo 2). Este manual apresenta os principais resultados dos dois estudos e oferece material de acompanhamento abrangente no *site* do projeto na esperança de incentivar outros pesquisadores e estudantes a realizar estudos semelhantes na África e em outros continentes, a fim de construir uma ampla base de conhecimento da cobertura midiática sobre a migração.

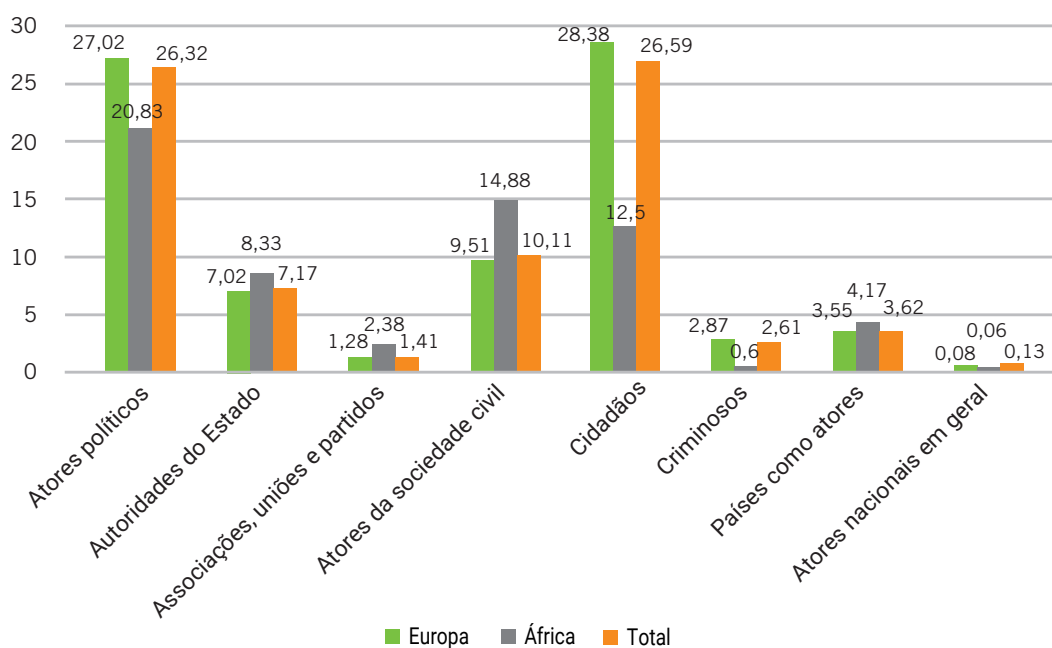
O primeiro estudo comparou o conteúdo de jornais em seis países europeus e cinco africanos (Fengler et al., 2020a). Um consórcio de universidades europeias e africanas analisou artigos relacionados à migração e ao deslocamento forçado publicados nas edições *online* de dois dos principais jornais diários da Alemanha (*Süddeutsche Zeitung* e *Frankfurter Allgemeine Zeitung*), Reino Unido (*The Independent* e *The Telegraph*), França (*Le Monde* e *Le Figaro*), Itália (*La Repubblica* e *Corriere della Sera*), Grécia (*Ta Nea* e *Kathimerini*), Espanha (*El País* e *ABC*) e Quênia (*The Daily Nation* e *The Standard*), Uganda (*The New Vision* e *Monitor*), Tanzânia (*Daily News* e *The Guardian*), Etiópia (*The Ethiopian Herald* e *Addis Zemen*) e Gana (*Ghanaian Times* e *Daily Graphic*). Por meio de uma busca por palavras-chave, foram listados e avaliados 1.512 artigos no prazo de um ano (1 de junho de 2015 a 31 de maio de 2016) que tratavam da migração da África para a Europa, utilizando uma análise quantitativa de conteúdo. O objetivo foi “desocidentalizar” a perspectiva da pesquisa (Waisbord; Mellado, 2014) e investigar o fenômeno da migração sob diferentes ângulos. Assim, os pesquisadores africanos e os europeus cooperaram estreitamente em todos os níveis da pesquisa: criação do livro de códigos, coleta e avaliação de dados, bem como análise final.

O estudo encontrou uma enorme lacuna em relação à quantidade de cobertura sobre a migração entre as mídias africanas e europeias. Mais de 88% dos artigos encontrados durante o período de estudo (de 2015 a 2016) são da mídia europeia e apenas 12% são da africana. Este é um desequilíbrio marcante, mesmo quando levamos em conta que os jornais africanos, em média, têm menos espaço para notícias em comparação com os jornais europeus, e o rádio é o meio dominante devido a restrições financeiras e tecnológicas, bem como à falta de alfabetização (African Media Barometer, 2018).

A cobertura midiática na Europa e na África foi dominada pela política cotidiana e carece muito de percepções mais profundas; menos de 9% da cobertura total é dedicada a informações básicas relevantes. Mais percepções ajudariam o público a entender as causas e o impacto reais da migração e do deslocamento forçado. Os principais temas das reportagens analisadas são a política (43%) e a migração em geral (48%), com foco em desastres espetaculares e catástrofes com barcos. Em ambos os continentes, a mídia ignorou amplamente outros assuntos, como economia (2%), mídia e jornalismo (1%), vida cotidiana (aprox. 0%), antecedentes históricos, étnicos ou culturais (1%) ou implicações estratégicas da migração (2%). Assim, o público da mídia na Europa e na África recebeu poucas informações básicas para avaliar as questões das pessoas migrantes e refugiadas ou para entender a relevância do tema.

Na Europa, a cobertura da migração da África foi fortemente eurocêntrica e girou em torno de questões de segurança europeias. Apenas um quarto (26%) dos artigos da mídia europeia se concentrou nos principais atores africanos (ver Figura 15). Ao mesmo tempo, a mídia europeia ignorou em grande parte os países de origem da África Subsaariana. A Líbia como um país importante de trânsito africano para a Europa recebeu certa atenção (5%). A Eritreia, com a maior porcentagem de migrantes para a Europa durante o estudo, atraiu menos de 1% da atenção. “África como continente” foi o “principal país” em 3% dos artigos. Pouco foi dito sobre quem são os migrantes e os refugiados africanos e por que eles realmente decidem partir.

Figura 15: Tipos de principais atores nacionais da cobertura midiática sobre migração



Fonte: Diagrama do próprio autor, dados recuperados de (Fengler et al., 2020b).

No entanto, os meios de comunicação africanos prestaram ainda menos atenção. Em vez disso, acidentes e desastres no Mar Mediterrâneo dominaram a cobertura da mídia africana. As reportagens sobre migração nos países africanos negligenciaram as pessoas: apenas 13% dos principais atores na cobertura africana eram cidadãos – autoridades e políticos dominavam as notícias. A cobertura teve seu foco nas autoridades e não tinha um rosto humano: os jornais africanos nomearam quase duas vezes mais atores internacionais (organizações de ajuda humanitária etc.) do que principais atores atuantes (mais de um terço de todos os atores da África). Dominaram os atores “elitistas”, como atores políticos (presidentes, representantes do governo ou políticos da oposição), autoridades estatais (judiciário, polícia, militares ou serviços de inteligência); e os atores “elitistas” internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). É necessário mencionar que o estudo encontra apoio para muitas das deficiências da cobertura estrangeira em geral, conforme descrito por Hafez (2002). Além do negativismo, da politização e do elitismo, a descontextualização era especialmente evidente. Os aspectos econômicos e culturais eram quase invisíveis, assim como os problemas estruturais da migração (ver também Módulo 3; Fengler et al., 2020a, 2018).

Para triangular a análise de conteúdo da cobertura da mídia na África e na Europa, a equipe de pesquisa do EBI também conduziu painéis de discussão qualitativos com migrantes africanos na Alemanha (Zappe et al., 2020). De acordo com esse estudo, os participantes concordaram que as questões de migração e deslocamento forçado dificilmente eram tratadas

na mídia em seus países de origem. Em particular, as informações específicas nessa área eram escassas; as poucas informações que eles tinham antes da decisão de migrar vinham quase que exclusivamente de fontes pessoais. Além disso, houve repetidas referências a *déficits* na veracidade dessas informações, tanto mediadas quanto interpessoais, como mostra a contribuição de um migrante senegalês:

“No Senegal, você não tem a verdade. Eles não te dizem a verdade. Você obtém a verdade quando está aqui” (citado em Zappe et al., 2020, p. 136).

Cabe ressaltar, no entanto, que os participantes apontaram que isso pode ter mudado lentamente para melhor nos últimos anos. Os participantes também destacaram um quadro distorcido da realidade de vida alemã na mídia africana e na sua sociedade, o que, entre outras coisas, insinuava repetidamente a ideia de que o sucesso financeiro era quase garantido. Os entrevistados exigiram que as mídias africanas desenhasssem uma imagem mais equilibrada da Europa:

“Os nossos jornalistas na África, por qualquer motivo, recusam-se a mostrar [...] também as partes negativas da Europa, como eu continuo a dizer às pessoas na África. [...] e é por isso que o jornalismo na África, eu acho, também desempenha um papel importante no fato de as pessoas migrarem” (disse um migrante ganense, citado em Zappe et al., 2020, p. 136).

De acordo com as experiências dos participantes na discussão, não apenas a migração da África para a Europa, mas também a migração pan-africana, é apenas esporadicamente abordada pelos meios de comunicação. Além disso, a comunicação interpessoal predomina na comunicação de informações. Para mais detalhes, consultar o documento de trabalho fornecido por Zappe e outros (2020), disponível para *download* no *site* do projeto.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Por que a mídia no Norte Global presta muito mais atenção à cobertura da migração? Comparar as implicações políticas e sociais da migração e do deslocamento forçado nos países de origem e nos de destino, bem como seus padrões culturais e suas normas éticas. Fornecer aos participantes as informações necessárias e permitir que eles descrevam o impacto potencial para a cobertura da mídia. Ter em mente o impacto potencial de diferentes sistemas de mídia e questões que afetam o jornalismo, bem como os potenciais obstáculos à cobertura midiática da migração.

Migração e fluxos internacionais de notícias

A análise da cobertura da migração também deve ser incorporada à discussão sobre fluxos de notícias e cobertura estrangeira, tanto no Sul quanto no Norte Global, conforme iniciado historicamente por vários estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (MacBride, 1980; Sreberny-Mohammadi et al., 1985; UNESCO, 1954) com impacto duradouro na agenda acadêmica. Hafez entende a cobertura estrangeira como qualquer sistema de informação jornalística, “no decurso do qual a informação e as notícias atravessam as fronteiras do Estado” (Hafez, 2002, p. 24). Ela possui estruturas e características básicas: a cobertura estrangeira frequentemente se concentra na política, e as elites políticas estão no centro das reportagens (Hafez, 2002). A cobertura estrangeira também se caracteriza pelo etnocentrismo (Meier, 1984), pelo regionalismo (Sreberny-Mohammadi et al., 1985) e pela domesticação (Kamps, 2008), por meio dos quais a mídia ancora eventos internacionais em um “mundo nacional da percepção”. Um aspecto estrutural igualmente característico das reportagens estrangeiras é um negativismo dominante, que pode ser encontrado sobretudo em questões de crise e conflito.

Devido aos déficits nos fluxos internacionais de notícias, fazer reportagens sobre a África continua a ser um desafio específico. Segev afirma que “no âmbito global, os países sub-representados eram principalmente os da África” (Segev, 2014, p. 425). Estudos sobre reportagens na mídia europeia a respeito da África identificam vários déficits, especialmente a ênfase em reportagens sobre conflitos em África e os enquadramentos ocidentais que dominam a cobertura (Mukke, 2009). Um viés negativo na cobertura da mídia ocidental sobre África é criado pelo foco em temas como guerra, crises, desastres, doenças, corrupção e crime (EL Zein; Cooper, 1992; Mengara, 2001). Enquanto alguns estudos atuais concluem que o continente africano continua a ser um “ponto cego” para reportagens estrangeiras (Franks, 2010; Serwornoo, 2018), outros apontam para um recente declínio do “afro-pessimismo” na imprensa ocidental (para a Austrália: Obijiofor; Hanusch, 2011; Obijiofor; MacKinnon, 2016; para os EUA e o Reino Unido: Scott, 2015), e colocam em perspectiva fortes críticas à cobertura ocidental a respeito da África (Nothias, 2016).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Deixar os participantes analisarem a cobertura estrangeira em seus países em uma discussão sobre as seguintes perguntas:

1. Como você avalia a cobertura estrangeira no seu país?
2. Como seu país está sendo mostrado no exterior?
3. Quais suposições estereotipadas você tem sobre os países no Norte Global/Sul Global, e de onde elas vêm?
4. Como as deficiências na cobertura estrangeira descritas anteriormente podem afetar a cobertura de migrações?
5. O que você, como jornalista, pode fazer para mudar isso?

Estudiosos africanos também abordaram a questão da representação da África na mídia “ocidental” (notavelmente Obijiofor; Hanusch, 2011; Serwornoo, 2018; Wa’Njogu, 2009). Oguh (2015) argumenta que a maioria dos meios de comunicação não consegue acompanhar os desenvolvimentos reais nos países africanos, por exemplo, com a urbanização em expansão que contrasta com a representação recorrente da África “rural”. De acordo com Wa’Njogu (2009), esse problema pode ser atribuído à realidade de que muitas das notícias globais sobre a África não são publicadas por organizações de mídia africanas, mas por europeias. Além de fatores endógenos, as notícias sobre a África também são moldadas por estruturas midiáticas. A falta de agências de notícias na África, um número cada vez menor de correspondentes estrangeiros no local e o conhecimento limitado sobre África entre os editores na Europa muitas vezes levam a uma seleção e uma adaptação de notícias muito estereotipadas (Hafez, 2005; Mükke, 2009; Stürmer, 2013). O negativismo e uma perspectiva de conflito também desempenham um papel na África, porque a imagem negativa do continente na mídia ocidental interage com a autopercepção dos atores africanos (ver Hall, 1997; Mengara, 2001).

Michael Yao Serwornoo PhD, professor de jornalismo em Gana, realizou um estudo piloto sobre a imagem da África na imprensa ganesa (Serwornoo, 2018). Sua análise conclui que a África é representada principalmente com os mesmos marcos utilizados pela mídia ocidental, já que a mídia africana depende de fontes do Norte Global, mesmo para a cobertura de países africanos vizinhos. Devido à falta de cobertura original, à má edição e à falta de espaço causada por políticas de publicidade e suposições sobre o interesse do público em assuntos políticos, a qualidade da cobertura estrangeira permanece extremamente baixa, e os problemas políticos e econômicos que desencadeiam as causas das crises migratórias na África permanecem praticamente invisíveis na mídia africana. Asante, Sun e Long concluem que “a África [...] é vitimada por sua fraqueza inerente de meios de comunicação” (Asante; Sun; Long, 2013). Além disso, poucas pesquisas foram realizadas sobre o problema premente de que a mídia africana tende

a marginalizar outros países africanos, frequentemente devido à falta de recursos das redações das agências de notícias, que pode ter um impacto grave, por exemplo, em opções potenciais de comércio bilateral (Turkson, 2012). Consequentemente, Ogunyemi (2011) pergunta se a internet poderia ser uma ferramenta valiosa para criar representações mais verdadeiras da África devido à participação por meio das redes sociais.

Estudos transnacionais de cobertura da migração II: Europa, Unidos da América (EUA) e Rússia

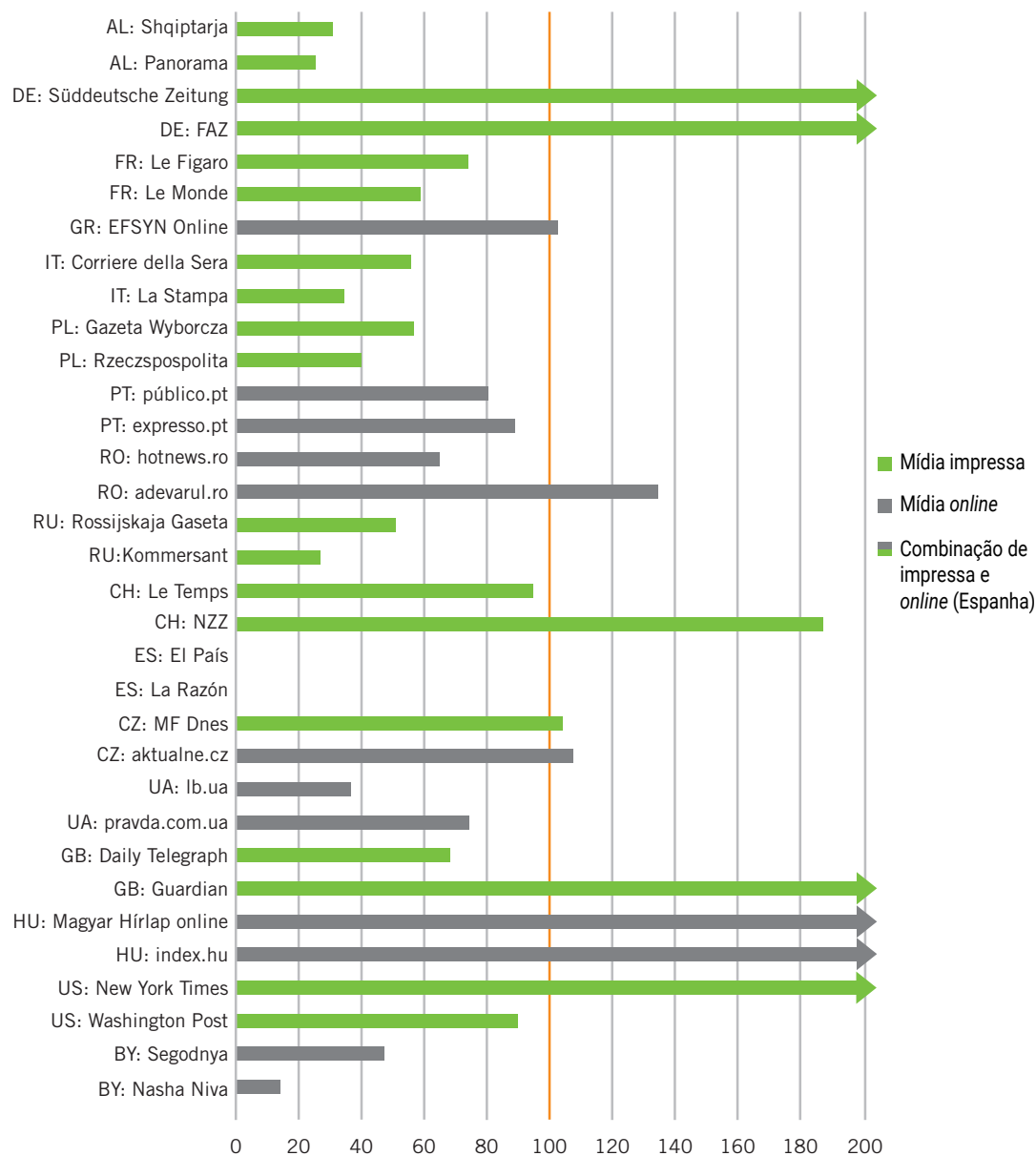
Um segundo estudo multinacional do EBI compara a cobertura da migração em 17 países da Europa Ocidental e Oriental, EUA e Rússia. O estudo analisa reportagens em seis semanas de amostragem entre agosto de 2015 e março de 2018 (Fengler; Kreutler, 2020).² Destacaremos alguns resultados importantes aqui, enquanto o texto completo está disponível *online* no *site* do projeto. O estudo recuperou um total de 2.417 artigos para as seis semanas de estudo selecionadas (ver Figura 16). Diferenças significativas na intensidade das reportagens sobre migração e deslocamento forçado entre os países foram evidentes durante as semanas de estudo. A cobertura na Alemanha e na Hungria destaca-se em termos de volume, estes são os dois países com maior número de requerentes de asilo pela primeira vez durante o ano de 2015. Em outros meios de comunicação europeus, o tema recebe muito menos atenção. Um grande número de matérias também foi encontrado nas principais mídias internacionais (*The New York Times* e *The Guardian*).

Além disso, muitas mídias europeias tratam as questões relativas aos migrantes e aos refugiados como um “tema estrangeiro”, ocorrendo longe do próprio país dos leitores. Um enfoque na migração como um assunto da sociedade local é aparente apenas na Itália, na Alemanha e na Grécia. A mídia francesa e britânica vê seu país envolvido em uma escala internacional, assim como a mídia húngara – esta última, certamente, uma consequência da perspectiva política colocada pelo governo do país nos supostos perigos e encargos da migração. Na mídia italiana, e em parte na mídia francesa, os imigrantes da África dominam a cobertura da mídia; as mídias em outros países da Europa se concentram em migrantes e refugiados do Oriente Próximo e do Oriente Médio. Na Rússia, os imigrantes do leste da Ucrânia são refletidos. Além disso, muitas vezes parece ser impossível para os jornalistas diferenciar entre refugiados com os respectivos direitos sob a Convenção de Genebra e outros migrantes. Os jornalistas também podem não estar familiarizados com as próprias definições, já que a maioria dos artigos (60%) menciona uma mistura de vários grupos de *status*, ou a questão do *status* não está clara. No entanto, observamos que a proporção de artigos que falam claramente de refugiados com os direitos relevantes diminuiu ao longo do período do estudo.

A mídia da Europa Ocidental, de esquerda ou liberal, concentra-se mais na situação e na ajuda de migrantes e refugiados, enquanto a mídia da Europa Central e Oriental, de direita ou conservadora, concentra-se em problemas e protestos. No entanto, em quase todos os países, o público tem

² As semanas de estudo foram selecionadas com base em um estudo preliminar em oito mídias, no qual foram identificadas as semanas com maior aumento no número de artigos em relação à semana anterior. Detalhes sobre a metodologia do estudo e uma visão geral dos artigos recuperados por país estão disponíveis online: Fengler e Kreutler (2020).

Figura 16: Número de artigos sobre migração publicados durante as seis semanas de estudo



Siglas dos países: AL – Alemanha; DE – Dinamarca; FR – França; GR – Grécia; IT – Itália; PL – Polónia; PT – Portugal; RO – Romênia; RU – Rússia; CH – China; ES – Espanha; CZ – República Tcheca; UA – Ucrânia; GB – Grã-Bretanha; HU – Hungria; US – Estados Unidos da América; BY – Belarus. Siglas dos veículos de mídia: FAZ – *Frankfurter Allgemeine Zeitung*; EFSYN – *Efimerida ton Syntakton*; NZZ – *Neue Zürcher Zeitung*. Para veículos com mais de 100 artigos, 100 artigos foram selecionados aleatoriamente. Períodos de análise: 31/08-06/09 de 2015, 09/11-15/11 de 2015, 04/01-10/01 de 2016, 09/10-15/10 de 2017, 11/12-17/12 de 2017, 19/02-25/02 de 2018. Fonte: (Fengler; Kreutler, 2020, p. 20). Ilustração própria.

uma escolha, já que as duas principais mídias estudadas ofereceram posições diferentes sobre o tema. A análise dos principais atores sublinha novamente o enfoque político nas reportagens sobre migração, especialmente no que diz respeito a pessoas e instituições atuantes. Trata-se, na verdade, de um panorama governamental. Em 37% das reportagens, o ator principal é o governo, ou um único órgão do governo ou o partido político no poder; e atores da oposição são descritos como atores principais em apenas 2% dos textos. Os migrantes representam um total de 26,6% dos atores principais das reportagens, mas eles são mais frequentemente representados por grupos grandes e anônimos e não por indivíduos ou pequenos grupos, como famílias, cujos membros ainda podem ser vistos como indivíduos. Por um fator de dez, os não migrantes são mais citados do que os migrantes, direta ou indiretamente. Esses resultados reforçam estudos anteriores sobre as especificidades das reportagens sobre migração, mas também mostram algumas diferenças entre os países estudados. Por exemplo, os dois jornais americanos pesquisados são os que mais retratam migrantes e refugiados de forma individual, possivelmente como resultado de um *ethos* profissional jornalístico que se alinha com o objetivo de dar “voz aos que não têm voz”.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Discutir os resultados deste estudo. Qual desses problemas pode ser visto nas diferentes mídias? Quais empecilhos e obstáculos podem ser enfrentados por jornalistas e redações de veículos de mídia? Qual é o impacto potencial das deficiências na cobertura da migração e do deslocamento forçado?



TAREFA SUGERIDA:

- Abordar as habilidades cognitivas de análise e as habilidades afetivas de resposta (A), ou
- Abordar as habilidades cognitivas de análise e criação (B):

(A) Deixar que os participantes selecionem um país de amostra e peça que preparem apresentações (ou produzam um *podcast* ou criem um cartaz) sobre os desafios para a cobertura da migração e do deslocamento forçado em um ambiente jornalístico em transformação.

(B) Baixar o livro de códigos disponível no *site* do projeto. Pedir aos estudantes que formem grupos e realizem uma análise de conteúdo para a mídia em seu país, por um período determinado (por exemplo, quatro semanas), com seus resultados sendo apresentados na última sessão. Pedir-lhes para comparar a cobertura da mídia em seu país com a cobertura da mídia nos países estudados na pesquisa de Fengler e Kreutler (2020).



LEITURA RECOMENDADA:

Jornalística:

Fengler, S.; Kreutler, M. *Migration coverage in Europe's media: a comparative analysis of coverage in 17 countries*. Frankfurt/Main: OBS, 2020a. (OBS working paper, 39).

Acadêmica:

Chinje, E. *Europe has to deal with the causes of migration from Africa*. 2016. <http://www.theafricancourier.de/europe/europe-ih-as-to-deal-with-the-causes-of-migration-from-africa-eric-chinje/>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Institucional:

White, A. (Ed.). *Moving stories: international review of how media cover migration*. London: Ethical Journalism Network, 2015. <https://ethicaljournalismnetwork.org/assets/docs/054/198/8feb836-108e6c6.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

Referências

African Media Barometer. *The African Media Barometer country report: Kenya 2012*. 2018. <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/africa-media/09404.pdf>.

Al-Mazahara, M. The Jordanian media coverage of the Syrian refugee crisis in Jordan: analytical study of daily newspapers. *Journal of Middle East Media*, n. 12, p. 1-20, 2016.

Asante, M. K.; Sun, J.; Long, H. The western media and the falsification of Africa: complications of Value and Evolution. *China Media Report Overseas*, v. 9, n. 4, p. 64-70, 2013.

Assopgoum, F. T. *Migration aus Afrika in die EU: eine analyse der berichterstattung in deutschen und senegalesischen Zeitungen*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2011.

Balabanova, E.; Balch, A. Sending and receiving: the ethical framing of intra-EU migration in the European press. *European Journal of Communication*, v. 25, n. 4, p. 382-397, 2010. <https://doi.org/10.1177/0267323110381005>.

Bastian, M.; Zappe, A.-C.; Wüllner, G.; Oppermann, L.; Leißner, L.; Henke, J.; Serwornoo, M. *Abschlussbericht Auswärtiges Amt: evaluationsprojekt zur qualität der aktuellen berichterstattung in afrikanischen schlüsselländern*. EBI working paper 2018. Internal Document, 2018.

Berry, M.; Garcia-Blanco, I.; Moore, K. *Press coverage of the refugee and migrant crisis in the EU: a content analysis of five European countries; report prepared for the United Nations High Commission for Refugees*. 2015. <https://www.unhcr.org/protection/operations/56bb369c9/press-coverage-refugee-migrant-crisis-eu-content-analysis-five-european.html>.

Bleich, E.; Bloemraad, I.; Graauw, E. de. Migrants, minorities and the media: Information, representations and participation in the public sphere. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 41, n. 6, p. 857-873, 2015. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2014.1002197>.

Caviedes, A. An emerging 'European' news portrayal of immigration? *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 41, n. 6, p. 897-917, 2015. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2014.1002199>.

Chinje, E. *Europe has to deal with the causes of migration from Africa*. 2016. <https://www.theafricancourier.de/europe/europe-has-to-deal-with-the-causes-of-migration-from-africa-eric-chinje/>.

Danso, R.; McDonald, D. A. Writing xenophobia: immigration and the print media in post-apartheid South Africa. *Africa Today*, v. 48, n. 3, p. 115-137, 2001. <https://doi.org/10.1353/at.2001.0050>.

Eberl, J.-M.; Galyga, S.; Lind, F.; Heidenreich, T.; Edie, R.; Boomgaarden, H. G.; Herrero, B.; Gómez Montero, E. L.; Berganza, R. *European media migration report: how media cover migration and intra-EU mobility in terms of salience, sentiment and framing; report*. 2019. <https://www.reminder-project.eu/wp-content/uploads/2019/08/REMINDER-D8.3.pdf>

EJO. *Wie zeitungen aus West- und Osteuropa über die flüchtlingskrise berichteten*. 2015. <https://de.ejo-online.eu/forschung/wie-zeitungen-in-europa-ueber-die-fluechtlingskrise-berichteten>

EL Zein, H. M.; Cooper, A. New York Times coverage of Africa. In: Hawk, B. G. (Ed.). *Africa's media image*. New York, London: Praeger, 1992. p. 133-146.

Esses, V. M.; Medianu, S.; Lawson, A. S. Uncertainty, threat, and the role of the media in promoting the dehumanization of immigrants and refugees. *Journal of Social Issues*, v. 69, n. 3, p. 518-536, 2013. <https://doi.org/10.1111/josi.12027>.

European Commission. *Special Eurobarometer 469: Integration of immigrants in the European Union. Summary*. 2018. https://ec.europa.eu/home-affairs/news/results-special-eurobarometer-integration-immigrants-european-union_en.

Fengler, S.; Bastian, M.; Brinkmann, J.; Zappe, A.-C. Die “flüchtlingskrise”: ethische herausforderungen für Medien in Europa und Afrika – Migrationsberichterstattung in 11 afrikanischen und europäischen Ländern. In: Köberer, N.; Prinzig, M.; Schröder, M. (Eds.). *Kommunikations- und medienethik*, v. 8: migration, integration, inklusion: medienethische herausforderungen und potenziale für die digitale mediengesellschaft. Baden-Baden: Nomos, 2018.

Fengler, S.; Bastian, M.; Brinkmann, J.; Zappe, A. C.; Tatah, V.; Andindilile, M.; Assefa, E.; Chibita, M.; Mbaine, A.; Obonyo, L.; Quashigah, T.; Skleparis, D.; Splendore, S.; Tadesse, M.; Lengauer, M. Covering migration – in Africa and Europe: results from a comparative analysis of 11 countries. *Journalism Practice*, 2020a. <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1792333>.

Fengler, S.; Kreutler, M. *Migration coverage in Europe's media: a comparative analysis of coverage in 17 countries*. Frankfurt/Main, 2020. (OBS working paper, 39). https://www.otto-brenner-stiftung.de/fileadmin/user_data/stiftung/O2_Wissenschaftsportal/O3_Publikationen/AP39_Migration_EN.pdf.

Fine, J.; Bird, W. *Shades of prejudice: an investigation into the South African media's coverage of racial violence and xenophobia; research conducted by the media monitoring project*. 2002. <https://www.csvr.org.za/docs/foreigners/shades.pdf>.

Fohrn, K. Nähe und bedrohung: medienberichterstattung über illegale einwanderung aus Afrika. In: Jäger, T. (Ed.). *Sicherheit und medien*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2009. p. 93-108.

Fotopoulos, S.; Kaimaklioti, M. Media discourse on the refugee crisis: on what have the Greek, German and British Press focused? *European View*, v. 15, n. 2, p. 265-279, 2016. <https://doi.org/10.1007/s12290-016-0407-5>.

Franks, S. The neglect of Africa and the power of aid. *International Communication Gazette*, v. 72, n. 1, p. 71-84, 2010. <https://doi.org/10.1177/1748048509350339>.

Georgiou, M.; Zaborowski, R. *Council of Europe report: media coverage of the “refugee crisis”; a cross-European perspective*. 2017. <https://rm.coe.int/1680706b00>.

- Goedeke Tort, M. N.; Guenther, L.; Ruhrmann, G. Von kriminell bis willkommen: wie die herkunft über das mediale framing von einwanderern entscheidet. *Medien & Kommunikationswissenschaft*, v. 64, n. 4, p. 497-517, 2016. <https://doi.org/10.5771/1615-634X-2016-4-497>.
- Hafez, K. *Die politische dimension der auslandsberichterstattung: theoretische Grundlagen*, v. 1. Baden-Baden: Nomos, 2002.
- Hafez, K. *Mythos globalisierung: warum die medien nicht grenzenlos sind*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2005.
- Hafez, K. Global journalism for global governance? Theoretical visions, practical constraints. *Journalism: Theory, Practice & Criticism*, v. 12, n. 4, p. 483-496, 2011. <https://doi.org/10.1177/1464884911398325>.
- Hall, S. *Representation – cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.
- Harteveld, E.; Schaper, J.; Lange, S. L. de; van der Brug, W. Blaming Brussels? The impact of (news about) the refugee crisis on attitudes towards the EU and national politics. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, v. 56, n. 1, p. 157-177, 2018. <https://doi.org/10.1111/jcms.12664>.
- Horsti, K. Europeanisation of public debate. *Javnost – The Public*, v. 15, n. 4, p. 41-53 2008. <https://doi.org/10.1080/13183222.2008.11008981>.
- ICMPD. *How does the media on both sides of the mediterranean report on migration?: preliminary findings, draft conclusions and draft recommendations*. 2016. http://media-diversity.org/additional-files/Media_Migration_17_country_chapters.pdf.
- Kamps, K. Nachrichtengeografie. In: Hahn, O.; Lönnendonker, J.; Schröder, R. (Eds.). *Deutsche auslandskorrespondenten: ein handbuch*. Konstanz: UVK, 2008. p. 80-98.
- Krüger, U. M.; Zapf-Schramm, T. Info-monitor 2015: Europa und Deutschland rücken ins Zentrum globaler krisen. *Media Perspektiven*, n. 2, p. 70-97, 2016.
- MacBride, S. *Many voices, one world: communication and society, today and tomorrow*. Paris: Rowman & Littlefield, 1980.
- McDonald, D. A.; Jacobs, S. (Re)writing xenophobia: understanding press coverage of cross-border migration in Southern Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, v. 23, n. 3, p. 295-325, 2005. <https://doi.org/10.1080/02589000500274050>.
- Meier, W. A. *Ungleicher nachrichtenaustausch und fragmentarische weltbilder: eine empirische studie über strukturmerkmale in der auslandsberichterstattung*. Bern; New York: P. Lang, 1984.
- Meltzer, C. E.; Eberl, J.-M.; Theorin, N.; Lind, F.; Schemer, C.; Boomgaarden, H. G.; Strömbäck, J.; Heidenreich, T. *Perceptions of the impact of immigration and attitudes towards free movement within the EU: a cross-national study; working paper as part of the REMINDER project*. 2018. https://www.reminder-project.eu/wp-content/uploads/2018/04/with-cover_D9.2.pdf.
- Mengara, D. Introduction: white eyes, dark reflections. In: Mengara, D. M. (Ed.). *Images of Africa: stereotypes & realities*. Trenton, N.J.: Africa World Press, 2001. p. 1-20.
- Mengara, D. M. (Ed.). *Images of Africa: stereotypes & realities*. Trenton, N.J.: Africa World Press, 2001.
- Mükke, L. *Journalisten der Finsternis: akteure, strukturen und potenzielle deutscher Afrika-Berichterstattung*. Köln: Halem, 2009.
- Nothias, T. How Western journalists actually write about Africa. *Journalism Studies*, v. 19, n. 8, p. 1138-1159, 2016. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1262748>.

- Obijiofor, L.; Hanusch, F. *Journalism across cultures: an introduction*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- Obijiofor, L.; MacKinnon, M. Africa in the Australian press: does distance matter? *African Journalism Studies*, v. 37, n. 3, p. 41-60, 2016. <https://doi.org/10.1080/23743670.2016.1210017>.
- Oguh, C. H. *The representation of Africa in western media: still a 21st century problem*. 2015. (PhD Dissertation) – Napier University, Edingurgh. https://www.researchgate.net/publication/292141961_The_Representation_of_Africa_in_Western_Media_still_a_21st_century_problem.
- Ogunyemi, O. Representation of Africa online: sourcing practice and frames of reference. *Journal of Black Studies*, v. 42, n. 3, p. 457-478, 2011. <https://doi.org/10.1177/0021934710378747>.
- Scott, M. The myth of representations of Africa: a comprehensive scoping review of the literature. *Journalism Studies*, v. 18, n. 2, p. 191-210, 2015. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1044557>.
- Segev, E. Visible and invisible countries: news flow theory revised. *Journalism: Theory, Practice & Criticism*, v. 16, n. 3, p. 412- 428, 2014. <https://doi.org/10.1177/1464884914521579>.
- Serwornoo, M. Y. W. *Africa's image in the Ghanaian press: the influence of international news agencies*. 2018. (PhD Dissertation) – Ruhr University Bochum. <https://hss-opus.ub.rub.de/opus4/frontdoor/index/index/docId/6140>.
- Smith, M. J. *The right to respond: a meta-review of the role of the South African media's coverage of xenophobia and the xenophobic violence prior to and including May 2008*. 2009. http://www.atlanticphilanthropies.org/wp-content/uploads/2010/07/14_Media_c.pdf.
- Sreberny-Mohammadi, A.; Nordenstreng, K.; Stevenson, R.; Ugboajah, F. O. *Foreign news in the media: International reporting in 29 countries; final report undertaken for UNESCO*. Paris: UNESCO, 1985.
- Stürmer, M. *Afrika! : ein plädoyer für eine differenzierte berichterstattung*. Konstanz; München: UVK, 2013.
- Turkson, F. E. *Trade agreements and bilateral trade in sub-Saharan Africa: estimating the trade effects of the EU-ACP PTA and RTAs*. 2012. (Research papers, 12/07). <https://www.nottingham.ac.uk/credit/documents/papers/12-07.pdf>.
- UNESCO. *Twisted images: how nations see each other*. Paris, 1954.
- United Nations. *Global compact for safe, orderly and regular migration: intergovernmentally negotiated and agreed outcome*. 2018. https://refugeemigrants.un.org/sites/default/files/180713_agreed_outcome_global_compact_for_migration.pdf.
- Waisbord, S.; Mellado, C. De-westernizing communication studies: a reassessment. *Communication Theory*, v. 24, n. 4, p. 361-372, 2014. <https://doi.org/10.1111/comt.12044>.
- Wa'Njogu, J. K. Representation of Africa in the western media: challenges and opportunities. In: Njogu, K.; Middleton, K. (Eds.). *Media and identity in Africa*. London: Oxford University Press, 2009. p. 76-83.
- White, A. *Moving stories: international review of how media cover migration*. 2015. <https://ethicaljournalismnetwork.org/assets/docs/054/198/8feb836-108e6c6.pdf>.
- Zappe, A.-C.; Bastian, M.; Leibner, L.; Henke, J.; Fengler, S. *Perspektivwechsel: migrationsberichterstattung in ausgewählten afrikanischen Ländern und Deutschland aus Migrant *innensicht*. 2020. <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/68126>.



MÓDULO 5

Cobrir as migrações – efeitos das mídias e desafios profissionais

por Anna-Carina Zappe



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Sensibilizar os participantes para a relevância dos efeitos das mídias ao informar sobre migrantes e refugiados.
- Abordar o impacto da cobertura da mídia sobre o público nacional e o público internacional.
- Destacar os desafios profissionais com os quais os jornalistas que cobrem o tema *migrantes e refugiados* são confrontados.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

No final deste Módulo, os participantes devem ser capazes de:

- Discutir a relevância dos efeitos dos principais modelos da mídia para a cobertura jornalística sobre a migração.

→ RA Afetivo: Resposta

- Analisar os fatores que desafiam a cobertura midiática profissional a respeito de migrantes e refugiados em diferentes países.

→ RA Cognitivo: Análise

- Avaliar com senso crítico as possíveis implicações éticas das histórias sobre migrantes e refugiados.

→ RA Cognitivo: Avaliação

Visão geral

Os jornalistas podem ser considerados “historiadores contemporâneos” (Feinstein et al., 2018, p. 1) ao registrar eventos de relevância nacional e mundial. A migração e o deslocamento forçado, conforme declarado nos módulos anteriores, são questões globais e locais verdadeiramente significativas, que precisam ser documentadas. A cobertura profissional e cuidadosa da migração exige mais do que habilidades profissionais e conhecimento factual, mas também sensibilidade em relação às repercussões das próprias reportagens. A mídia tem um impacto sobre migrantes ou refugiados (potenciais), bem como a respeito de as pessoas nos países de trânsito e de destino; a mídia pode impactar os tomadores de decisão política e os processos de tomada de decisão; a mídia pode moldar as percepções públicas sobre as questões e as imagens de pessoas¹. Isso confronta os jornalistas com uma série de desafios profissionais. Além disso, a cobertura midiática da migração e das questões relativas aos refugiados é, naturalmente, influenciada por muitos outros fatores.² Este Módulo também analisa as barreiras que os jornalistas enfrentam ao fazer reportagens sobre assuntos relacionados a migrantes e refugiados.

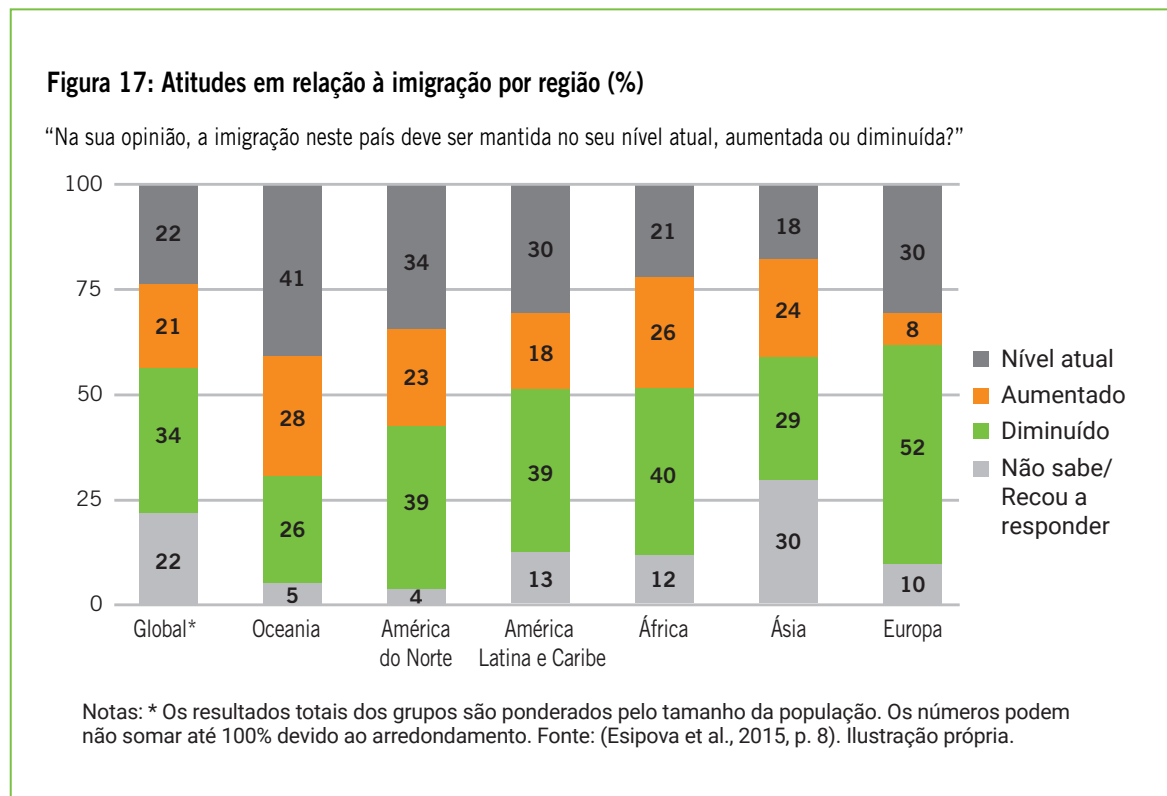
1 Há muito mais pesquisas sobre o impacto geral da mídia na opinião pública, nas campanhas eleitorais e na política e, além disso, sobre a discriminação e sobre a linguagem discriminatória da mídia contra os imigrantes ou a alteridade dos imigrantes na mídia – o que obviamente também pode ser discutido de forma crítica. Além disso, teorias da mídia como a “teoria dos usos e gratificações” ou a dos “estudos culturais” reconhecem ainda mais fortemente o papel ativo do público no fluxo de informações. A relevância do público é discutida no Módulo 13, que, por sua vez, pode influenciar o conteúdo da mídia por meio de seu uso. Como este Módulo tem como objetivo principal apresentar o assunto e fazer o convite à reflexão sobre os efeitos da mídia e a questão sobre migrantes e refugiados em uma primeira etapa, recebem atenção apenas os aspectos centrais selecionados e mencionados.

2 Ele inclui a “economia política” da cobertura migratória. Assim, as estruturas que permitem ou dificultam essa cobertura, como as estruturas econômicas, políticas, culturais ou tecnológicas e a ideologia relacionada, podem influenciar a mídia e fazer sua parte para moldar a narrativa sobre a migração em diferentes partes do mundo ou mesmo mundialmente.

A opinião pública sobre a migração

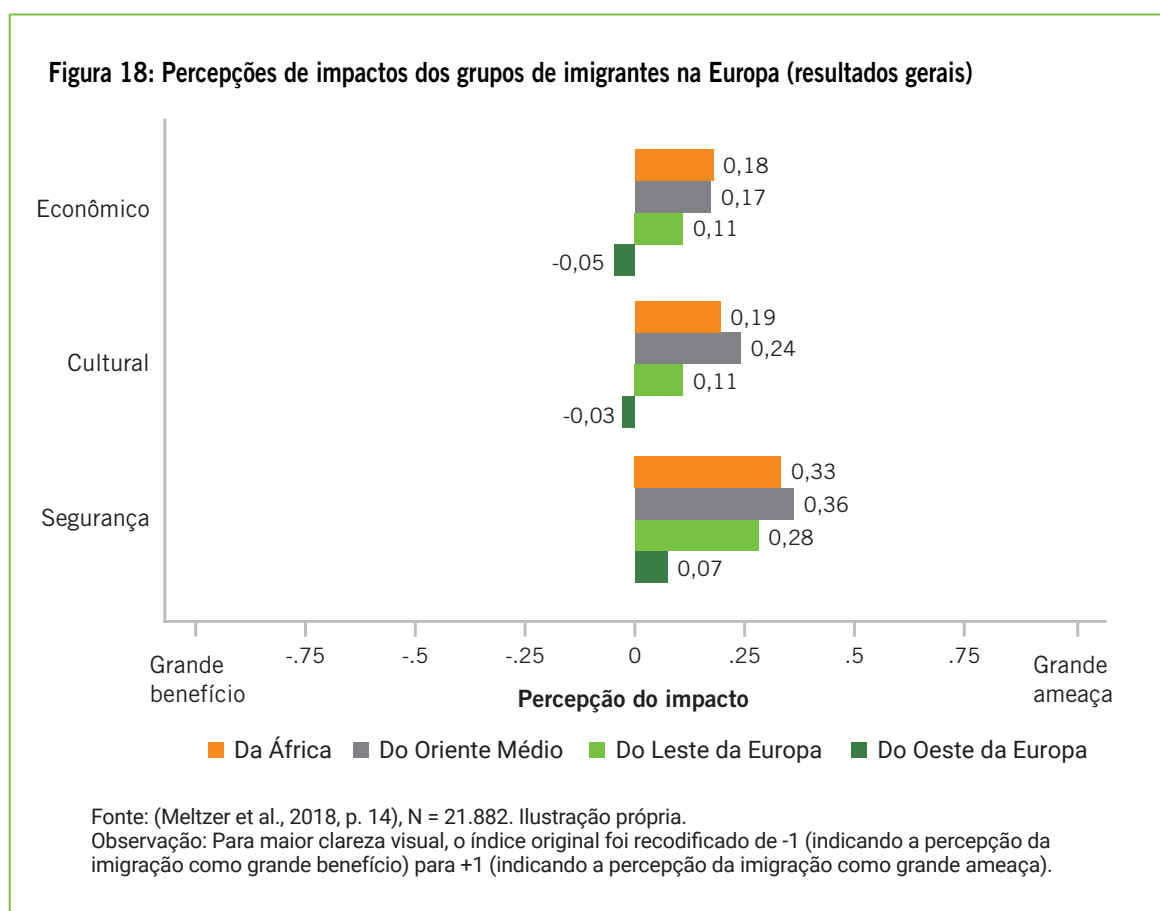
Um estudo da Organização Internacional para as Migrações (OIM), no qual 183 mil adultos em mais de 140 países foram entrevistados entre 2012 e 2014, revelou que 34% dos entrevistados em todo o mundo gostariam de ver a imigração diminuída, 21% de vê-la aumentada, 22% mantida em seu nível atual e outros 22% não deram opinião (Esipova et al., 2015). Isso foi em um momento em que a chamada “crise de refugiados” de 2015 ainda não tinha chegado à Europa e ao Norte Global (ver Figura 17).

No entanto, de acordo com o estudo da OIM, as pessoas na Europa pareciam ter opiniões mais negativas em relação à imigração, pois a maioria (52%) declarou que os níveis de imigração deveriam diminuir. Na África, 40% dos entrevistados queriam diminuir a imigração em seus países (Esipova et al., 2015).



Com o aumento de migrantes e refugiados que vieram para a Europa em 2015, a priorização do tema também mudou. A migração tornou-se o tema número um – um dos quais as pessoas são críticas. De acordo com um estudo do Eurobarometer realizado em novembro de 2016 com mais de 32 mil entrevistados europeus, a imigração foi considerada o problema número um, à frente do terrorismo e da economia (European Commission, 2016). Em agosto de 2015, quando a chanceler alemã, Angela Merkel, disse “Wir schaffen das” [“Nós conseguimos fazer isso”], e uma transformação na atmosfera política na Europa e em todo o mundo começou, as reações foram polarizadas (Thranhardt, 2019).

A avaliação da ameaça da chamada “crise de refugiados” de 2015 diversificou em toda a Europa (Poushter, 2016). Uma pesquisa de 2016 do Pew Research Center indicou que muitos europeus (uma média de 59% em 10 países europeus) estavam preocupados com o fato de que o fluxo de refugiados aumentaria a probabilidade de terrorismo e sobrecarregaria seus países. No entanto, essa percepção diferencia entre os países: 76% disseram isso na Hungria e 71% na Polônia, mas apenas 46% na França e 40% na Espanha (Poushter, 2016).



As variações de atitudes foram reveladas em uma pesquisa realizada pelo Pew Research Center em 2018, que envolveu 27 países nos cinco continentes: Europa (11), Ásia (6), América (5), África (4) e Oceania (1). A pesquisa (ver Figura 18) indica que as pessoas nos países que têm sido pontos de entrada na Europa para muitos migrantes e refugiados são mais críticas em relação à migração. Sobretudo os entrevistados da Grécia (82%), da Hungria (72%) e da Itália (71%) disseram que queriam menos ou nenhum imigrante em seus países. Entretanto, os entrevistados em quatro países africanos estudados foram mais positivos em relação aos imigrantes em seus países – Nigéria (50%), Quênia (60%) e África do Sul (65%); todos esses são países que receberam dezenas de milhares de migrantes e refugiados nos últimos anos. Na Tunísia, o quarto país do continente africano que foi pesquisado, menos da metade (42%) das pessoas pesquisadas era contra a imigração. Além disso, a porcentagem de pessoas que querem mais imigração também foi maior em todos os quatro países (Tunísia, 20%; Nigéria, 20%; Quênia, 15%; África do Sul, 11%)

do que a mediana europeia (10%) (Connor; Krogstad, 2018; Migration Data Portal, 2020).³ Outra pesquisa em sete países europeus (Reino Unido, Espanha, Alemanha, Suécia, Polônia, Hungria, Romênia) indica que a imigração foi percebida mais como uma ameaça do que um benefício em toda a Europa. Um benefício (econômico e cultural) foi associado apenas a migrantes de dentro da Europa, enquanto as ameaças à segurança foram particularmente associadas a migrantes da África e do Oriente Médio (Meltzer et al., 2018).

Os resultados de pesquisas recentes sugerem que as atitudes em relação à imigração no Norte Global não se tornaram positivas. Um estudo sobre narrativas de migração na Europa por meio de conversas em redes sociais públicas mostrou que essas conversas são dominadas “por uma postura retumbantemente anti-imigração” (Rinke, 2019, p. 5).⁴ Tais atitudes não ficam sem consequências e podem ser refletidas na política, na mídia e vice-versa.⁵

Campanhas eleitorais e migração

Nos últimos anos, muitos partidos populistas em toda a Europa exploraram receios e inseguranças generalizados sobre o impacto do aumento da migração e do deslocamento forçado nas sociedades europeias. Os debates sobre migrantes e refugiados têm influenciado muito as campanhas eleitorais em toda a Europa. No entanto, os debates sobre migração também tiveram impacto nas campanhas eleitorais da África. Aqui estão alguns exemplos recentes⁶:

- Quênia 2017 – Antes das eleições presidenciais de 2017 no Quênia, o governo anunciou que fecharia os campos de migrantes e refugiados somalis. Embora a Suprema Corte tenha bloqueado essa medida por considerá-la inconstitucional, ela sugeriu que o aumento do terrorismo tivesse motivado essa estratégia política (Warah, 2016; Whitaker, 2019). O presidente interino, Uhuru Muigai Kenyatta, venceu a eleição após um período eleitoral notável.⁷
- África do Sul 2019 – A questão da xenofobia desempenhou um papel importante na campanha eleitoral nacional e provincial. O cartaz da campanha do partido da Aliança Democrática dizia, por exemplo, “proteja nossas fronteiras”. Esse partido se tornou o segundo maior partido, com 20,77% dos votos, o que representa uma pequena redução em comparação com a eleição anterior. No entanto, o partido político de extrema-esquerda, Combatentes da Liberdade Econômica, foi um dos partidos que mais cresceu nas eleições de 2019, aumentando sua participação nos votos de 6% para 10% (Electoral Commission of South Africa, 2019; Sguazzin, 2019).

3 Ao mesmo tempo, mais de 60% das pessoas em cada um dos quatro países africanos temiam que as pessoas deixassem suas casas para trabalhar em outros países (Connor; Krogstad, 2018).

4 Outros estudos e dados atuais sobre a opinião pública a respeito da migração podem ser encontrados no Migration Data Portal (2020).

5 É claro que a opinião nas sociedades sobre as questões de migração e deslocamento forçado não é apenas influenciada pela mídia ou dependente apenas da mídia por si. Ideologias ou eventos econômicos, políticos, culturais e tecnológicos relacionados, assim como a crise econômico-financeira, também moldam partes do mundo ou também a compreensão global desses movimentos.

6 Os contextos são apresentados, mas não se diz necessariamente que há uma correlação causal no que diz respeito aos resultados eleitorais e às atitudes das pessoas em relação aos migrantes ou aos refugiados.

7 Para mais exemplos de sucesso eleitoral e atuação de partidos políticos anti-imigrantistas na África, ver Whitaker (2019).

- Reino Unido 2015 – A eleição foi considerada importante para toda a UE, uma vez que movimentos contra a UE haviam recebido apoio significativo nos últimos anos, assim como o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), que estava promovendo a saída do Reino Unido da UE. O UKIP subiu para ser o terceiro maior partido por votos. O tema da migração foi amplamente utilizado pelo UKIP para destacar as percebidas desvantagens da adesão à UE (Evans; Mellon, 2019).
- Áustria 2017 – O Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), um partido populista e nacional-conservador, recebeu 26% da participação dos eleitores e, portanto, tornou-se o terceiro partido mais forte do parlamento. A mídia refere-se ao partido como o “Partido da Liberdade Anti-imigração” (BBC, 2017).
- Alemanha 2017 – O partido Alternativa para a Alemanha (AfD), anteriormente não representado no parlamento alemão, mas tornou-se o terceiro partido mais forte do Bundestag, com cerca de 13% dos votos nas eleições federais. No estado da Saxônia, chegou a ser o partido mais forte nas eleições federais de 2017. A chamada “crise de refugiados” de 2015 mudou o cenário político na Alemanha. O AfD expressou (às vezes de forma agressiva) as preocupações generalizadas sobre a política de asilo da chanceler Angela Merkel (Decker, 2020; Hanewinkel, 2017).
- Itália 2018 – O partido Lega, um partido eurocético e populista, e sua campanha contra os refugiados e o *establishment* político receberam amplo apoio dos eleitores, com 18% dos votos (Dobbert, 2018; The Guardian, 2018).
- Parlamento Europeu 2019 – Os partidos de direita receberam 73 dos 751 assentos nas eleições parlamentares, que compreendem cerca de 10% (Europäisches Parlament, 2019). A mídia começou a escrever sobre “um recente *boom* no apoio dos eleitores a partidos de direita e populistas” (BBC, 2019).

Cobertura da migração e usuários de mídia: possíveis efeitos

Pode-se supor que a mídia e os jornalistas podem influenciar as atitudes do público em relação à migração e ao deslocamento forçado (Entman, 1993; Iyengar et al., 1984; McCombs; Shaw, 1972; Weaver, 2007). O nível de influência depende, em parte, de quais aspectos são visíveis e quais são invisíveis ao público na cobertura jornalística a respeito de migrantes e refugiados.

Os resultados de pesquisas relevantes atuais no contexto da cobertura sobre migrantes e refugiados com base na abordagem de definição de agenda, *priming* e/ou enquadramento mostram o quanto a mídia tem potencial para influenciar o público (European Migration Network, 2018; IOM, 2019; UNHCR, s.d.):

- Em um estudo das teorias de definição de agenda e de enquadramento, Sogelola (2018) constatou que, em 2016, antes do referendo do Brexit sobre a saída da União Europeia, o *Daily Mail* do Reino Unido aumentou a proeminência da imigração e a enquadrou de maneira negativa.

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS TEORIAS SOBRE O IMPACTO DA MÍDIA

Teoria da definição de agenda (*Agenda-setting*) – A imprensa “pode não ser bem-sucedida na maior parte do tempo em dizer às pessoas o que pensar, mas é incrivelmente bem-sucedida em dizer a seus leitores o que pensar a respeito” (Cohen, 1963; McCombs; Shaw, 1972, p. 177). Os meios de comunicação de massa moldam a percepção do público por meio da cobertura midiática, independentemente da frequência, de uma determinada questão e do posicionamento da questão como prioritária ou secundária na agenda de notícias, estabelecendo assim a prioridade dos assuntos (Purer, 2003).

Teoria de efeito (*Priming*) – *Priming* não é sobre um impacto cognitivo nos consumidores de mídia, mas um impacto afetivo. A agenda da mídia pode mudar atitudes, suposições, mentalidades e, em última análise, escolhas. Por exemplo, nas decisões eleitorais de um eleitor, ela pode chamar a atenção para algumas questões e ignorar outras (Iyengar et al., 1984).

Teoria de enquadramento (*Framing*) – Essa teoria também é conhecida como o segundo nível da definição de agenda, embora esses dois conceitos sejam diferentes (Weaver, 2007). Entman afirma que

enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (Entman, 1993, p. 52).

Exemplificação – Essas histórias da mídia têm um efeito diferente em comparação com as descrições abstratas (Fast et al., 2014). “Exemplos vívidos, comparados aos insípidos, tendem a promover uma acessibilidade superior” (Zillmann; Brosius, 2010, p. 48). Como consequência, descrições exemplares de indivíduos como estudos de caso podem influenciar o julgamento dos usuários da mídia (Brosius; Bathelt, 2016; Tversky; Kahneman, 1973). “É importante o fato de que uma notícia pode mudar a opinião sobre uma questão controversa com base nos exemplos escolhidos para ilustrar os pontos de debate, e não apenas nas informações” (Perry; Gonzenbach, 1997).⁸

- Goedeke Tort e seus colegas (2016) analisaram o enquadramento da mídia sobre os imigrantes na Alemanha em 2014. Dos cinco enquadramentos, o de “criminoso” foi considerado o mais dominante para os migrantes do Sudeste da Europa (44%), mas também enquadravam os migrantes africanos (mais de 20%). O viés de avaliação foi mais negativo nesse grupo do que em qualquer outro (94%).
- Nos Países Baixos, os pesquisadores se concentraram nas atitudes em relação aos migrantes e descobriram que o foco em questões multiculturais teve um efeito positivo nas atitudes em relação aos migrantes, enquanto os enquadramentos de vitimização causaram efeitos negativos (Bos et al., 2016).

⁸ Além das teorias mencionadas, há muitas mais. Além disso, fatores individuais e unidades de influência menores também entram em jogo. Mesmo palavras únicas podem ter algum efeito (ver também o Módulo 10). Por exemplo, às vezes, o uso pela mídia de termos com significados muito diferentes de forma intercambiável ou a mistura de migrantes, refugiados, migrantes irregulares, deslocados internos (PDIs), fluxos migratórios mistos etc. podem criar reações negativas no público. Para definições, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019; UNHCR, s.d.).

- Lawlor estudou o enquadramento da imigração na mídia canadense e britânica entre 1999 e 2013 por meio de uma análise comparativa. Suas descobertas sugerem que “permanece uma forte corrente de debate negativo nas notícias tradicionais que não pode ser simplesmente atribuída àqueles que são “anti-migração” (Lawlor, 2015, p. 351).
- Medianu (2014) descobriu que as representações da mídia sobre refugiados no Canadá podem causar uma desumanização (não intencional) dos refugiados, referindo-se ao efeito *priming* de Arendt (2013).

Além disso, os efeitos hostis da mídia podem ocorrer quando seus usuários percebem que a cobertura jornalística de um conflito ou de questão controversa é tendenciosa (Vallone et al., 1985). Na Alemanha, Merten e Dohle (2019) estudaram a percepção da cobertura da mídia sobre a chamada “crise de refugiados” de 2015 entre os alemães que aceitam os refugiados e os alemães críticos em relação aos refugiados.

Os resultados do estudo mostram que as percepções hostis da mídia ocorrem em ambos os grupos, especialmente entre os oponentes de uma cultura de recepção favorável aos refugiados. As percepções estão correlacionadas com uma menor confiança na mídia, uma pior avaliação da qualidade das reportagens específicas sobre o tema e maior raiva (Merten; Dohle, 2019, p. 274).

Esses resultados indicam que as reportagens das mídias de notícias sobre as questões a respeito da migração no Norte Global parecem colocá-las em um enquadramento predominantemente negativo, o que provavelmente resultará, até certo ponto, em uma influência negativa na opinião pública em relação aos migrantes e aos refugiados no Norte Global. Para os jornalistas que cobrem essas questões, é de particular interesse estudar o que impacta a percepção pública de maneira positiva. Os artigos que enquadram uma identidade coletiva (ao desafiar a noção de que os imigrantes conseguem emprego às custas dos trabalhadores da comunidade anfitriã) tendem a resultar em atitudes mais positivas em relação aos imigrantes.⁹ Além disso, a promoção de um grupo nacional comum que inclua tanto os imigrantes quanto os não imigrantes, por meio de temas que enfatizem origens étnicas comuns e uma identidade nacional comum, também pode levar a atitudes mais favoráveis em relação aos imigrantes (Esses et al., 2001, 2006; Meltzer et al., 2018). Um estudo realizado em 2006 na Suíça com foco em reportagens sobre a lei de asilo mostrou que a cobertura positiva de campanhas sobre minorias também tem um impacto no público a respeito das atitudes de grupos externos (Schemer, 2014).¹⁰ Embora não haja estudos disponíveis de países africanos que analisem a cobertura da migração usando os

⁹ Nesse contexto, veja, por exemplo, a pesquisa do *The Guardian*. De acordo com o jornal, “[o]s novos migrantes da UE não tiveram um impacto significativo nas perspectivas de emprego dos estudantes que abandonaram a escola britânica”, mas “quase metade dos eleitores britânicos acredita que o impacto da imigração no emprego é a base de sua sensação de insegurança econômica” (Howard, 2014).

¹⁰ Wojcieszak e Azrout mostraram “que a mera exposição aos membros do grupo externo nas notícias é suficiente para melhorar as atitudes” (Wojcieszak; Azrout, 2016, p. 1051). A quantidade do contato mediado com membros de grupos externos, bem como a qualidade do contato, diminuiu a distância social e a ameaça percebida. A exposição a um maior número de notícias positivas em detrimento das negativas sobre membros do grupo externo também tem o mesmo efeito (Wojcieszak; Azrout, 2016). “Assim, uma representação positiva ou pelo menos não ameaçadora dos migrantes” também pode ter esse impacto (Meltzer et al., 2018, p. 16).

modelos descritos¹¹, McDonald e Jacobs (2005) pesquisaram a cobertura midiática xenofóbica em países da África Austral e encontraram estereótipos negativos de (i)migrantes na imprensa sul-africana, uma forte divisão pró e anti-imigração na mídia do Zimbábue e cobertura xenofóbica na mídia de Botsuana.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE:

Organizar uma discussão (A) ou usar a técnica de quebra-cabeça (B).

(A) Estudiosos da mídia desenvolveram diferentes modelos para explicar como a mídia pode impactar seus usuários. Essas teorias também podem desempenhar um papel importante na cobertura sobre migrantes e refugiados. Embora as redes sociais ganhem mais relevância para os usuários de mídia em todo o mundo, os meios de comunicação tradicionais continuam a influenciar – também por meio das redes sociais – o que as pessoas sabem sobre migração. Rediscutir os modelos e teorias da comunicação de massa que os participantes conhecem de aulas anteriores à luz do desafio que envolve migrantes e refugiados. Os parágrafos na caixa de informações anterior (“Algumas das principais teorias sobre o impacto da mídia”) podem orientar a discussão.

(B) Fazer uma apresentação interativa dos efeitos da mídia no contexto que abrange migrantes e refugiados. Usar a técnica de quebra-cabeça, que consiste em um método de organização de atividades em sala de aula que faz com que os estudantes dependam uns dos outros para serem bem-sucedidos. Dividir a turma em grupos. Cada grupo deve preparar uma apresentação sobre um efeito da mídia. Os estudantes devem se reunir em grupos divididos por temas. Cada integrante apresenta o assunto e o grupo deve preparar um pôster para responder à seguinte pergunta: “De que maneira a mídia afeta a opinião e a política no contexto de questões relativas a migrantes e refugiados?”

SUGESTÃO ALTERNATIVA PARA ABORDAR AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA EM SALA DE AULA:

Construir situações de reportagem que exijam decisões. Por exemplo, apresentar a manchete “Um crime que foi cometido por um migrante”, e propor a seguinte pergunta: qual é a relevância de citar as nacionalidades do agressor e da vítima ao relatar sobre o crime? Perguntar aos participantes de que maneira eles procederiam. Em seguida, abordar qual seria a teoria de efeito de mídia associada (neste exemplo, o enquadramento).

¹¹ Onyebadi (2012) concentra-se nas agendas dos jornais e na opinião pública na eleição presidencial queniana de 2007 e demonstra que a teoria da definição de agenda pode ser encontrada além de sua origem geográfica nos EUA, assim como na Europa, na Ásia e na América Latina.

Efeito CNN e o caso “Alan Kurdi”

O efeito CNN descreve o impacto que a cobertura da mídia internacional tem sobre os formuladores de políticas em todo o mundo. O modelo implica que as redes globais de notícias, das quais a CNN foi um dos primeiros exemplos, bem como o ciclo de notícias 24 horas por dia, 7 dias por semana, têm um efeito considerável sobre o processo de tomada de decisão dos líderes políticos em todo o mundo, que podem se sentir pressionados pelo público a intervir em situações humanitárias e crises políticas nas quais, de outra forma, não teriam interesse (Robinson, 2002). “[É] comum argumentar que a intervenção durante a crise humanitária no norte do Iraque (1991) e na Somália (1992) foi sobretudo impulsionada pela cobertura da mídia de notícias a respeito do sofrimento das pessoas” (Robinson, 2002, p. 1).¹² Assim, no contexto dos atuais movimentos migratórios, em parte infligidos por crises e guerras, observam-se efeitos políticos semelhantes ao efeito CNN:

- Tanto o presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, quanto o ex-presidente Barack Obama, foram confrontados com imagens horríveis de ataques de gás na Síria que foram noticiados em todo o mundo (Doucet, 2018). Em abril de 2017, as imagens de crianças mortas e moribundas em um ataque de gás químico em Khan Sheikhoun, na Síria, tornaram-se virais. De acordo com um artigo do *Washington Post*, o presidente Donald Trump anunciou que as fotos tiveram um grande impacto sobre ele (Bahador, 2017). Ele reagiu com afirmações como “algo deveria acontecer” (Bash et al., 2017). Parece que isso criou uma mudança na política de Trump para a Síria (Bahador, 2017). “As observações das administrações de Trump e Obama destacam que a mídia foi uma parte fundamental da pressão constante sobre os formuladores de políticas por parte de políticos, especialistas e muitos outros atores poderosos envolvidos na crise da Síria” (Doucet, 2018, p. 154).

- Uma reportagem de 2017 da CNN revelou que os refugiados na Líbia foram mantidos em condições chocantemente desumanas. Essa reportagem mostrou que os migrantes estavam sendo vendidos por contrabandistas e que existia um mercado de escravos na Líbia (CNN, s.d.). A reportagem causou reações em todo o mundo e, pela primeira vez, também levou os políticos africanos a agirem a respeito da questão. Por exemplo, posteriormente, Ruanda “ofereceu refúgio a migrantes africanos escravizados que estavam presos na Líbia” (Said-Moorhouse, 2017). Além disso, os líderes políticos discutiram o tema na Cúpula União Africana-União Europeia (Smith-Spark, 2017). Curiosamente, a OIM já havia apontado a existência de migrantes que estavam sendo leiloados como escravos na Líbia antes da reportagem da CNN. Ainda assim, somente a alarmante reportagem da CNN finalmente produziu uma reação política importante por parte dos políticos ocidentais e africanos (Vollinger, 2017).

Em publicações recentes, autores sugerem uma interpretação diferenciada do impacto da mídia global na política internacional (Gilboa, 2005; Gilboa et al., 2016). No entanto, a mídia pode impactar as pessoas por meio da forma como cobre os assuntos relativos a migrantes e refugiados. Uma ilustração marcante é o exemplo da imagem de Alan Shenu (muitas vezes relatado como

¹² O efeito que a reportagem da Al Jazeera teve na política (o chamado efeito Al Jazeera, por exemplo) da Primavera Árabe, no Egito, foi citado como um exemplo de um desdobramento do efeito CNN. Para mais informações consultar, entre outros, Seib (2008), Zingarelli (2010) e Ricchiardi (2011).

“Aylan Kurdi”¹³), o menino sírio de três anos, que foi encontrado afogado em uma praia na Turquia enquanto tentava chegar à Europa com sua família. A imagem viralizou e se tornou um símbolo da crise de refugiados no mundo ocidental e da apatia internacional generalizada até aquele momento. Fotos de grandes dimensões do corpo do menino foram publicadas nas primeiras páginas dos jornais e foram mostradas nos noticiários da TV em todo o mundo. Os dados indicam que a imagem tornou a opinião pública mais receptiva aos refugiados (Sohlberg et al., 2018).¹⁴ Um estudo entre países mostrou que em Portugal, no Reino Unido, na Alemanha e na Itália as histórias humanitárias positivas sobre migrantes e refugiados triplicaram imediatamente após a publicação das fotografias (EJO, 2015). Slovic e outros (2017) referem-se a dados que ilustram o “efeito de vítima icônica”.¹⁵ Com relação às implicações políticas, Burns (2015) encontrou expressões de tristeza por parte de líderes políticos globais e atestou uma correlação entre a imagem e as respostas dos políticos; um resultado também confirmado por Vis e Goriunova (2015). O vice-presidente da Getty Images, Hugh Pinney, acrescenta outro ponto:

E a razão pela qual estamos falando sobre isso depois de publicado é porque isso quebra um tabu social que está em vigor na imprensa há décadas: uma foto de uma criança morta é uma das regras de ouro do que você nunca publica (Laurent, 2015).

A pergunta é: por que os jornalistas quebraram esse tabu? Uma possível explicação poderia ser uma tentativa dos jornalistas de chamar a atenção do público para suas reportagens (ver Módulo 13). Em um momento em que o público se depara com uma sobrecarga de imagens que mostram barcos superlotados com destino à Europa, ou de inúmeros migrantes presos em países de trânsito como a Líbia, eles rapidamente se acostumam com essas imagens horríveis. Essas imagens também contam uma história muito diferente – não de indivíduos, mas de grandes grupos de migrantes, o que facilita falar de “inundações de migrantes”. É impressionante observar que os migrantes africanos, em particular, frequentemente não são mostrados como migrantes individuais (ver Módulo 4). Além disso, eles não são descritos como migrantes que se deslocam predominantemente dentro de sua região, por exemplo, não deixando o continente (ver Módulo 9). As reportagens unidimensionais podem invocar temores no Norte Global contra a “inundação de migrantes” que chega à Europa, assim como mostram, de forma parcial, as estatísticas mencionadas no início deste Módulo. Imagens com barcos cheios de migrantes ou refugiados ou uma massa de pessoas chegando às praias parecem ter se tornado imagens icônicas do debate atual sobre a migração (McAuliffe; Kitimbo, 2018). Assim, uma foto com uma única criança morta pode garantir mais atenção e um tipo diferente de atenção. Em geral, histórias individualizadas podem impactar o público (Brosius; Bathelt, 1994; Fast et al., 2014; Zillmann; Brosius, 2010). A cobertura da mídia sobre Alan Shenu é um exemplo impressionante. A história de Oscar Alberto Martinez Ramirez, que morreu com sua filha de 2 anos, Valéria, enquanto tentavam atravessar a fronteira do México para os Estados Unidos da América, é outro exemplo (ver Módulo 11).

13 Diz-se que a família mudou de nome quando veio para a Turquia (Elgot, 2015).

14 O aumento do apoio às políticas liberais aos refugiados foi breve e as pessoas passaram a ver a imagem cada vez mais por meio de uma lente ideológica apenas um mês após a morte de Alan (Sohlberg et al., 2018).

15 “A fotografia de um único indivíduo identificado capturou a atenção das pessoas e as levou a se interessar e fornecer ajuda de maneiras que não foram motivadas por estatísticas de centenas de milhares de mortes” (Slovic et al., 2017).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE:

Apresentar o efeito CNN, o efeito de um indivíduo e seu escopo no campo das questões relativas a migrantes e refugiados e usar um dos vídeos para iniciar uma discussão:

- Documentário da Vpro sobre a imagem de Alan Shenu: <https://www.youtube.com/watch?v=VcliHwsf8jI>
- Reportagem da CNN sobre refugiados na Líbia: <https://edition.cnn.com/2017/11/14/africa/libya-migrant-auctions/index.html>

Quais são outros exemplos do efeito CNN ou do efeito de um indivíduo nas reportagens sobre migrantes e refugiados?

Para abordar as habilidades cognitivas de avaliação, deixar os participantes julgarem a qualidade e a possível implicação ética das reportagens que criam esse efeito de mídia, com base em seus respectivos conhecimentos a respeito desses efeitos.

Desafios profissionais

Os jornalistas que cobrem assuntos relacionados a migrantes e refugiados não são os únicos entre os profissionais do jornalismo que se deparam com uma série de desafios profissionais. Esses desafios vão desde a falta de recursos (por exemplo, tempo, dinheiro, recursos, pessoal, conhecimento e educação) e fontes que têm suas próprias agendas (que se propagam sobretudo em tempos de redes sociais) até a censura e a falta de liberdade de imprensa. Não é incomum que vários fatores se acumulem em um caso e é claro que isso também é evidente quando se trata de reportagens sobre questões de migrantes e refugiados.

Dusan Mladjenovic, jornalista sérvio e âncora de TV que cobre a migração, concede alguns exemplos do sul da Europa

“Ao longo dos anos, os jornalistas têm tido muitos problemas para cobrir a questão da migração. Em geral, os centros de migração estão fora dos limites para os jornalistas, e os jornalistas podem entrar apenas em centros específicos (aqueles que oferecem as melhores condições para os migrantes). Há também uma questão em que as autoridades da região (Croácia, Hungria e Sérvia) respondem com pouca ou nenhuma resposta a perguntas específicas sobre as condições e o tratamento dos migrantes. Os migrantes são frequentemente usados para tratar de temas políticos cotidianos. [...] Essas questões são favoráveis às atuais lideranças nacionalistas desses países”.



Fonte: Privado.



SUGESTÃO PARA SALA DE AULA (ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE):

Pedir aos participantes que pensem sobre os desafios que os jornalistas enfrentam ao fazer a cobertura midiática sobre migrantes e refugiados (1) e como esses desafios estão relacionados à situação de seus próprios países (2).

1. Realizar um exercício orientado por mapeamento mental. Nesse processo, os participantes pensam nos desafios que os jornalistas enfrentam ao fazer a cobertura de migrantes e refugiados. Com base no contexto nacional (sistema de mídia, modelos jornalísticos, cultura etc.), os participantes devem identificar desafios profissionais para seu contexto jornalístico específico.
2. Verificar a situação em um país de sua escolha, por exemplo: como estão as disponibilidades de recursos para os jornalistas? Como estão as condições em relação à liberdade de imprensa, à censura, à legislação midiática e à corrupção? Qual é o papel das redes sociais em relação às notícias no país?

Falta de recursos

Antes de mais nada, são necessários recursos. Já em 2015, foi relatado que:

As salas de redação estão vazias, têm sofrido reduções em grande escala nos últimos anos, e os jornais não conseguem produzir o tipo de reportagem diária que faziam há alguns anos. Há poucos repórteres especializados e certamente nenhum que tenha experiência na questão da migração, embora ela tenha sido um tema político e econômico importante (White, 2015, p. 96).

Em todo o mundo, as redações de jornais estão encolhendo e uma força de trabalho jornalística decrescente luta para lidar com as complexidades em um ecossistema de mídia digitalizado cada vez mais competitivo (Cision, 2019; Hanitzsch et al., 2019). Como o *The Guardian* do Reino Unido publicou a respeito do cenário da mídia africana: “A escassez de dinheiro e habilidades deixa os repórteres locais lutando para competir com as grandes mídias ocidentais” (Allison, 2013). Muitas vezes, os jornalistas africanos carecem de educação e recursos para fazer suas próprias pesquisas. Um escritor avalia que há um “aumento no número de qualificações em jornalismo e comunicação oferecidas por faculdades públicas e privadas de formação em jornalismo [...], mas a qualidade dos resultados ainda é fraca” (Manda, 2018, p. 35). Os jornalistas também carecem de uma ampla gama de agências de notícias profissionais (africanas) para acessar rapidamente o conteúdo internacional de uma perspectiva africana. Devido à sua fraqueza econômica, a mídia africana quase não tem correspondentes nos países vizinhos e, portanto, usa as informações das agências de notícias mundiais, que, por sua vez, quase não têm correspondentes na África (Mukke, 2009; Sturmer, 2013; Wittmann, 2006). A esmagadora maioria dos jornais em todo o continente africano usa fontes como a Reuters, a Associated Press (AP), a Agence France Presse e a BBC, bem como a Al-Jazeera e cada vez mais as fontes chinesas também. No campo da reportagem sobre migração, as consequências podem variar desde a propagação de estereótipos até a completa omissão de notícias ou aspectos migratórios (ver Módulo 10).

Além disso, mais ou menos em todo o mundo, os jornalistas e a mídia estão sob pressão financeira. Isso também pode ser um desafio para as reportagens relacionadas a migrantes e refugiados. Por um lado, os imigrantes raramente fazem parte do público-alvo (ver Módulo 13), e por outro, a mídia pode não sentir a necessidade de noticiar sobre eles devido ao alto gasto de recursos. O Módulo 4 já mostrou que apenas determinadas temáticas relacionadas a migrantes e refugiados atraem a atenção da mídia. Por exemplo, quando há violência xenofóbica, a cobertura da mídia é extensa e detalhada; caso contrário, os migrantes aparecem principalmente em reportagens sobre crimes ou não estão presentes na mídia (White, 2015). Uma pesquisa cara sobre um tema que pode ser simplesmente substituído por uma reportagem sobre desastres que produzem conteúdo de notícias, não parece caber no orçamento de muitas mídias. É claro que existem exceções, pesquisas complexas e plataformas digitais que possibilitam o *networking* (algumas podem ser encontradas como exemplos (de boas práticas) nos Módulos 10 a 13). No entanto, a situação financeira continua a ser um fator de influência e um grande desafio. Isso também inclui perguntas sobre a propriedade intelectual dos meios de comunicação e o que mais os proprietários possuem.

Em geral, a falta de recursos é um desafio particularmente importante em temas complexos como migração e deslocamento forçado. Quanto mais complexo é um tema, mais conhecimento os jornalistas devem trazer consigo, e são necessários mais tempo, dinheiro, recursos, pessoal e educação. Quando esses recursos são fundamentalmente escassos, isso representa um desafio especial. No que diz respeito à cobertura de questões relacionadas a migrantes e refugiados com foco na África, isso significa que as reportagens desse continente muitas vezes apenas abordam a questão superficialmente (Allison, 2013). E em outras partes do mundo, também são raros os artigos sobre esse assunto que sejam bem fundamentados, bem pesquisados e multifacetados (ver Módulo 4).

Estereótipos e preconceitos

O número muito pequeno de agências de notícias (africanas) e de correspondentes estrangeiros (da África e de países europeus estabelecidos na África), além da falta de conhecimento factual sobre os países (africanos) podem levar a uma seleção e a uma adaptação de conteúdo muito estereotipadas (Hafez, 2005; Mücke, 2009; Sturmer, 2013). Especialmente quando se trata da cobertura sobre migrantes e refugiados, é importante não se limitar a relatar estereótipos (ver Módulo 10). Os jornalistas devem ter em mente que, em geral, os migrantes são um grupo muito heterogêneo e diferenciado em subgrupos (mulheres, crianças, especialmente crianças desacompanhadas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+ etc.). O fato de que as redações de mídia e os próprios jornalistas poderiam ser mais multiculturais e ter um histórico de migração poderia incentivar reportagens mais diversificadas com menos estereótipos.

Além disso, talvez o conteúdo de notícias do Norte Global possa conter preconceitos implícitos ou explícitos (Bailey, 2018). Esse preconceito talvez possa então ser transmitido sem filtro para o público africano. Confiar em fontes de notícias de outros contextos políticos e midiáticos acelera o risco de as redações midiáticas africanas omitirem as suas próprias perspectivas regionais, nacionais ou continentais, que seriam estruturas necessárias para compreender plenamente

a relevância e o impacto dos movimentos migratórios nos países africanos (ver Módulo 9). Um desafio profissional relacionado – além da falta de habilidades e conhecimento, educação e formação dos jornalistas – é a ausência de redes intra-africanas para os profissionais de mídia se conectarem com colegas de países vizinhos (Zappe, 2015). Essas consequências devido à falta de recursos não se aplicam apenas à África e às reportagens nela e sobre ela, pois consequências semelhantes podem ocorrer em outras regiões do mundo nessas condições.

Liberdade de imprensa e fontes com agenda própria

Quando são baixos os padrões profissionais e éticos do jornalismo em um país, ou quando os jornalistas não têm chance de fazer seu trabalho com base em pesquisas profundas, a mídia perde credibilidade e confiança. Nesse contexto, as estruturas da mídia local, os sistemas de mídia e as condições políticas também desempenham um papel importante no trabalho jornalístico. O grau de liberdade da mídia em um país – medido por “pluralismo, independência da mídia, qualidade da estrutura legislativa e segurança dos jornalistas” como indicadores (Reporters Without Borders, 2019) – também pode ter um forte impacto sobre a liberdade dos jornalistas de publicar histórias centradas em migrantes e refugiados (Cottle et al., 2016). Organizações e associações como a Transparência Internacional (Transparency International, s.d.), a Repórteres sem Fronteiras (Reporters Without Borders, s.d.), a Freedom House (Freedom House, s.d.) e outras informam sobre a situação da imprensa em todo o mundo.

Além disso, os jornalistas devem estar cientes de que é muito provável que as fontes sigam sua própria agenda. Com o surgimento das redes sociais, “as linhas que antes eram claras entre jornalismo independente, relações públicas e publicidade, o ativismo ou a propaganda se tornaram indistintas, com novos atores corporativos e governamentais entrando em um espaço que antes era considerado a arena do jornalismo” (Wahl-Jorgensen et al., 2016, p. 810). O novo ecossistema midiático coloca em risco o papel dos jornalistas como “historiadores contemporâneos” (Feinstein et al., 2018, p. 1).

Esse desenvolvimento – uma combinação de falta de recursos, poder das redes sociais e influência de terceiros nas notícias – pode ser perigoso. Isso é especialmente importante em um tema tão sensível e controverso, como mostraram os números sobre as atitudes das pessoas no início deste Módulo. A seguir estão alguns exemplos relacionados à cobertura da mídia sobre migração e refugiados:

- O jornal britânico, *The Guardian*, entrevistou vários funcionários da rede de TV estatal húngara que acreditavam que as mensagens anti-migrantes na cobertura da mídia muitas vezes vinham diretamente de funcionários oficiais do governo (Noland; Walker, 2018).
- Em uma pesquisa europeia, vários jornalistas italianos que cobrem a migração “destacaram um alto grau de direção gerencial – às vezes até o ponto de interferência – e influência significativa de fontes internas (como proprietários de negócios) e externas (como partidos políticos, a igreja católica, órgãos comerciais e sindicatos). Isso pode afetar a autonomia dos jornalistas tanto em suas escolhas quanto na formação de suas histórias” (Karstens et al., 2018, p. 40).

- Pessoas da Gâmbia atravessam o Saara para a Líbia e depois continuam de barco para a Europa. Muitos já morreram no caminho, mas em 2015, as reportagens na Gâmbia sobre a migração de um grande número dessas pessoas foram descritas com limitações, e foram raras as histórias sobre as dificuldades enfrentadas pelos migrantes. “A censura ou a falta de recursos – ou uma combinação de ambas – são as principais culpadas pelas inadequações da cobertura da mídia. A autocensura, em que os repórteres não querem ofender seu empregador na mídia nem o governo, também é uma questão” (White, 2015, p. 6).
- Em fevereiro de 2019, Uganda acolhia mais de 1,2 milhão de refugiados, naquela época o maior número da história do país (UNHCR, 2019). Embora Uganda seja um dos maiores países de acolhimento do mundo, isso não se reflete na cobertura jornalística. Em vez disso, na época, “a mídia global não fez uma reportagem adequada sobre a situação de Uganda em comparação com a cobertura dada ao movimento de migração no Mar Mediterrâneo” (Media Challenge Expo, 2018, p. 8). Presume-se que as razões para essa falta de cobertura adequada são que a mídia africana não tem recursos para cobrir a história de dentro de Uganda e colocá-la na agenda global de notícias, e muitas vezes os profissionais da mídia formados de maneira precária têm de lidar com a pressão política e a manipulação (Media Challenge Expo, 2018).
- Na África, grande parte da mídia se concentra nas pessoas que se esforçam para deixar o continente, mas muitos migrantes também estão se mudando para a África do Sul, o que, por sua vez, é um desafio para as redações de mídia sul-africanas (ver Módulo 9).

É importante estar ciente desses desafios e saber como lidar com eles. Dos Módulos 10 ao 13, existem sugestões sobre como superar esses desafios.



TAREFA SUGERIDA PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO (A) BEM COMO AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA (B):

(A) Os participantes devem escolher um país estrangeiro ou deve ser oferecido a eles um meio de comunicação desconhecido de um país estrangeiro. Além disso, solicitar que os estudantes relacionem os desafios dos jornalistas de lá com as causas relevantes (liberdade de imprensa, situação financeira dos meios de comunicação etc.). De que maneira as características estruturais estão relacionadas aos desafios que os jornalistas enfrentam? Deixar que os participantes encontrem reportagens na mídia que possam ilustrar os desafios. Pedir-lhes que reflitam sobre as possíveis implicações éticas.

(B) Permitir que eles também incluam os efeitos da mídia como desafios enfrentados pelos jornalistas para cobrir o tema sobre migrantes e refugiados. Peça uma breve discussão por escrito sobre as conexões “efeitos da mídia”, “desafios profissionais” e “causas principais” com base no exemplo de um país selecionado.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Hanitzsch, T.; Hanusch, F.; Ramaprasad, J.; de Beer, A. S. *Worlds of journalism*. Nova York: Columbia University Press, 2019.

Jornalística:

Laurent, O. What the image of Aylan Kurdi says about the power of photography. *Time Magazine*, 4 Sep. 2015. <https://time.com/4022765/aylan-kurdi-photo/>.

Institucional:

Esipova, N.; Ray, J.; Pugliese, A.; Tsubutashvili, D. *How the world views migration?* IOM, 2015. https://publications.iom.int/system/files/how_the_world_gallup.pdf

Referências

Allison, S. African journalism is being stifled by a lack of resources: a shortage of money and skills leaves local reporters struggling to compete with big western media outlets. *The Guardian*, 1 Mar. 2013. <https://www.theguardian.com/world/2013/mar/01/african-journalism-stifled-lack-resources>.

Arendt, F. Dose-dependent media priming effects of stereotypic newspaper articles on implicit and explicit stereotypes. *Journal of Communication*, v. 63, n. 5, p. 830-851, 2013. <https://doi.org/10.1111/jcom.12056>.

Bahador, B. Did pictures in the news media just change U.S. policy in Syria? *The Washington Post*, 10 Apr. 2017. https://www.washingtonpost.com/gdpr-consent/?next_url=https%3a%2f%2fwww.washingtonpost.com%2fnews%2fmonkey-cage%2fwp%2f2017%2f04%2f10%2fdid-mediaimages-just-change-u-s-policy-in-syria-three-lessons-from-kosovo%2f%3fnoredirect%3don%26utm_term%3d.69c9a2166a38&noredirect=on.

Bailey, I. J. How implicit bias works in journalism. *Nieman Reports*, 13 Nov. 2018. <https://niemanreports.org/articles/how-implicit-bias-works-in-journalism/>

Bash, D.; Herb, J.; Starr, B.; Diamond, J. Trump on Syria's Assad: "something should happen". *CNN*. Apr. 2017. <https://edition.cnn.com/2017/04/06/politics/donald-trump-syria-options/index.html>.

BBC. Austria far right: freedom party wins key posts in new government. *BBC*, 16 Dec. 2017. <https://www.bbc.com/news/world-europe-42379985>.

BBC. Europe and right-wing nationalism: a country-by-country guide. *BBC*, 13 Nov. 2019. <https://www.bbc.com/news/world-europe-36130006>.

Bos, L.; Lecheler, S.; Mewafi, M.; Vliegthart, R. It's the frame that matters: immigrant integration and media framing effects in the Netherlands. *International Journal of Intercultural Relations*, n. 55, p. 97-108, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2016.10.002>.

Brosius, H.-B.; Barthelt, A. The utility of exemplars in persuasive communications. *Communication Research*, v. 21, n. 1, p. 48-78, 1994. <https://doi.org/10.1177/009365094021001004>.

Burns, A. Discussion and action: political and personal responses to the Aylan Kurdi images. In: Vis, F.; Goriunova, O. (Eds.). *The iconic image on social media: a rapid research response to the Death of Aylan Kurdi*. Sheffield: Visual Social Media Lab, 2015. <http://research.gold.ac.uk/14624/1/KURDI%20REPORT.pdf>.

Cision. *Cision's state of the media report 2019*. 2019. <https://www.cisionjobs.co.uk/article/cision-s-state-of-the-media-report-2019/>.

CNN. People for sale: exposing migrant slave auctions in Libya. *CNN*, s.d. <https://edition.cnn.com/specials/africa/libya-slave-auctions>.

Cohen, B. C. *The Press and foreign policy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1963.

Connor, P.; Krogstad, J. M. *Many worldwide oppose more migration: both into and out of their countries*. 2018. <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/12/10/many-worldwide-opposemore-migration-both-into-and-out-of-their-countries/>.

Cottle, S.; Sambrook, R.; Mosdell, N. *Reporting dangerously: journalist killings, intimidation and security*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2016.

Decker, F. Wahlergebnisse und Wählerschaft der AfD. *BpB*, 26 Oct. 2020. <http://www.bpb.de/politik/grundfragen/parteien-in-deutschland/afd/273131/wahlergebnisse-und-waehlerschaft>.

Dobbert, S. Sieg der Populisten. *Zeit Online*. 5 Mar. 2018. <https://www.zeit.de/politik/ausland/2018-03/italien-wahl-fuenf-sterne-bewegung-populisten-wahlentscheidung>.

Doucet, L. Syria & the CNN effect: what role does the media play in policymaking? *Daedalus*, v. 147, n. 1, p. 141-157, 2018. https://doi.org/10.1162/DAED_a_00480.

EJO. Wie Zeitungen aus West- und Osteuropa über die Flüchtlingskrise berichteten. *EJO*, 9 Nov. 2015. <https://de.ejo-online.eu/forschung/wie-zeitungen-in-europa-ueber-die-fluechtlingskriseberichteteten>.

Electoral Commission of South Africa. 2019 *National and provincial elections*. 2019. <https://www.elections.org.za/NPEDashboard/app/dashboard.html>.

Elgot, J. Father of drowned boy Aylan Kurdi plans to return to Syria. *The Guardian*, 2015. <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/03/father-drowned-boy-aylan-kurdi-return-syria>.

Entman, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>.

Esipova, N.; Ray, J.; Pugliese, A.; Tsubutashvili, D. *How the world views migration?* IOM. 2015. https://publications.iom.int/system/files/how_the_world_gallup.pdf.

Esses, V. M.; Dovidio, J. F.; Jackson, L. M.; Armstrong, T. L. The immigration dilemma: the role of perceived group competition, ethnic prejudice, and national identity. *Journal of Social Issues*, v. 57, n. 3, p. 389-412, 2001. <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00220>.

Esses, V. M.; Wagner, U.; Wolf, C.; Preiser, M.; Wilbur, C. J. Perceptions of national identity and attitudes toward immigrants and immigration in Canada and Germany. *International Journal of Intercultural Relations*, v. 30, n. 6, p. 653-669, 2006. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2006.07.002>.

Europäisches Parlament. *Ergebnisse der Europawahl 2019*, 2 Jul. 2019. <https://europawahlergebnis.eu/wahlergebnisse/2019-2024/>.

European Commission. *Autumn 2016 Standard Eurobarometer: immigration and terrorism continue to be seen as the most important issues facing the EU*. 22 Dec. 2016. http://europa.eu/rapid/press-release_IP-16-4493_en.htm.

European Migration Network. *Asylum and migration glossary 6.0: a tool for better comparability produced by the European Migration Network*. 2018. https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emn-glossary-6-0_en.pdf.

Evans, G.; Mellon, J. Immigration, euroscepticism, and the rise and fall of UKIP. *Party Politics*, v. 25, n. 1, p. 76-87, 2019. <https://doi.org/10.1177/1354068818816969>.

Fast, V.; Müller, P.; Scherr, S. Der kombinierte Einsatz von Daten und Fallbeispielen in den Medien: Wirkung und Glaubwürdigkeit. In: Loosen, W.; Dohle, M. (Eds.). *Journalismus und (sein) Publikum: Schnittstellen zwischen Journalismusforschung und Rezeptions- und Wirkungsforschung*. Wiesbaden: Springer VS, 2014. p. 317-334.

Feinstein, A.; Pavisian, B.; Storm, H. Journalists covering the refugee and migration crisis are affected by moral injury not PTSD. *Journal of the Royal Society of Medicine Open*, v. 9, n. 3, p. 1-7, 2018. <https://doi.org/10.1177/2054270418759010>.

Freedom House. *Publication archives*. s.d. <https://freedomhouse.org/reports/publication-archives>.

Gilboa, E. The CNN effect: the search for a communication theory of international relations. *Political Communication*, v. 22, n. 1, p. 27-44, 2005. <https://doi.org/10.1080/10584600590908429>.

Gilboa, E.; Jumbert, M. G.; Miklian, J.; Robinson, P. Moving media and conflict studies beyond the CNN effect. *Review of International Studies*, v. 42, n. 4, p. 654-672, 2016. <https://doi.org/10.1017/S026021051600005X>.

Goedeke Tort, M. N.; Guenther, L.; Ruhrmann, G. Von kriminell bis willkommen. Wie die Herkunft über das mediale Framing von Einwanderern entscheidet. *Medien & Kommunikationswissenschaft*, v. 64, n. 4, p. 497-517, 2016. <https://doi.org/10.5771/1615-634X-2016-4-497>.

Goriunova, O.; Vis, F. *The iconic image on social media: a rapid research response to the death of Aylan Kurdi*. Sheffield, United Kingdom: Visual Social Media Lab. 2015. <http://research.gold.ac.uk/14624/1/KURDI%20REPORT.pdf>.

The Guardian. Italian elections 2018: full results. *The Guardian*, 5 Mar. 2018. <https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2018/mar/05/italian-elections-2018-full-results-renzi-berlusconi>.

Hafez, K. *Mythos Globalisierung: warum die Medien nicht grenzenlos sind*. Wiesbaden: Springer VS, 2005.

Hanewinkel, V. Wie stehen die deutschen Parteien zu den Themen Migration, Integration, Flucht und Asyl? Ein Blick in die Programme zur Bundestagswahl 2017. *BpB*, 11 Nov. 2017. <http://www.bpb.de/gesellschaft/migration/laenderprofile/255670/parteien-zu-migration-integration-flucht-und-asyl>.

Hanitzsch, T.; Hanusch, F.; Ramaprasad, J.; de Beer, A. S. *Worlds of journalism*. New York: Columbia University Press, 2019.

Howard, E. Six real life stories of migration. *The Guardian*, 9 Jul. 2014. <https://www.theguardian.com/uk-news/2014/jul/09/six-real-life-stories-of-migration>.

IOM. *Glossary on migration*. International Organization for Migration, 2019. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.

Iyengar, S.; Kinder, D. R.; Peters, M. D.; Krosnick, J. A. The evening news and presidential evaluations. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 46, n. 4, p. 778-787, 1984. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.46.4.778>.

Karstens, E.; Kuznik, B.; McNeil, R. *Media practices related to migration and intra-EU mobility in the EU-15 Member States: working paper*. EU, 2018. https://www.reminder-project.eu/wp-content/uploads/2018/05/with-cover_D11.1.pdf.

Laurent, O. What the image of Aylan Kurdi says about the power of photography. *Time Magazine*, 4 Sep. 2015. <https://time.com/4022765/aylan-kurdi-photo/>.

Lawlor, A. Framing immigration in the Canadian and British news media. *Canadian Journal of Political Science*, v. 48, n. 2, p. 329–355, 2015. <https://doi.org/10.1017/S0008423915000499>.

Manda, L. Z. Journalism education and training in Malawi: a case for a national policy. *Journal of Development and Communication Studies*, v. 5, n. 2, p. 35-53, 2018. <https://doi.org/10.4314/jdcs.v5i2.3>.

McAuliffe, M.; Kitimbo, A. *Africa migration: what the numbers really tell us*. World Economic Forum, 2018. <https://www.weforum.org/agenda/2018/06/heres-the-truth-about-african-migration/>.

McCombs, M. E.; Shaw, D. L. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972. <https://doi.org/10.1086/267990>.

McDonald, D. A.; Jacobs, S. (Re)writing xenophobia: understanding press coverage of cross-border migration in Southern Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, v. 23, n. 3, p. 295-325, 2005. <https://doi.org/10.1080/02589000500274050>.

Media Challenge Initiative. *Refugee reporting edition*. Media Challenge Expo, 2018. <https://mciug.org/media-challenge-expo2018/>.

Medianu, S. *The role of the media in the automatic dehumanization of refugees*. 2014. (Master Thesis) – The University of Western Ontario, Canada. Western Libraries. (Publication, 2287).

Meltzer, C. E.; Eberl, J.-M.; Theorin, N.; Lind, F.; Schemer, C.; Boomgaarden, H. G.; Strömbäck, J.; Heidenreich, T. *Perceptions of the impact of immigration and attitudes towards free movement within the EU: a cross-national study*. Role of European mobility and its impacts in narratives, debates and EU reforms. 2. ed. rev. EU, 2018. https://www.reminder-project.eu/wp-content/uploads/2018/04/with-cover_D9.2.pdf.

Merten, M.; Dohle, M. Wie beurteilen unterschiedliche Meinungslager die Medienberichterstattung zur Flüchtlingskrise? Ergebnisse einer Untersuchung zu Hostile-Media-Wahrnehmungen. *Studies in Communication and Media*, v. 8, n. 2, p. 272-285, 2019. <https://doi.org/10.5771/2192-4007-2019-2-272>.

Migration Data Portal. *Migration data statistics*. [Data set] 2020. <https://migrationdataportal.org/data>.

Mükke, L. *Journalisten der Finsternis: Akteure, Strukturen und Potenziale deutscher Afrika-Berichterstattung*. Köln: Halem, 2009.

Noland, D.; Walker, S. Hungarian journalists admit role in forging anti-migrant “atmosphere of fear”. *The Guardian*, 13 Apr. 2018. <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/13/hungary-journalists-state-tv-network-migrants-viktor-orban-government>.

Onyebadi, U. Newspaper agendas and public opinion in the 2007 Kenyan presidential election. *Ecquid Novi: African Journalism Studies*, v. 33, n. 2, p. 36-53, 2012. <https://doi.org/10.1080/02560054.2012.711764>.

Perry, S. D.; Gonzenbach, W. J. (1997). Effects of news exemplification extended: Considerations of controversiality and perceived future opinion. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 41(2), 229-244. <https://doi.org/10.1080/08838159709364403>

Poushter, J. *European opinions of the refugee crisis in 5 charts*. Pew Research Center, 16 Sep. 2016. <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2016/09/16/european-opinions-of-the-refugee-crisis-in-5-charts/>.

Pürer, H. *Publizistik- und Kommunikationswissenschaft: Ein Handbuch*. Konstanz: UVK, 2003.

Reporters Without Borders. *Reporters Without Borders*. s.d. <https://rsf.org/en>.

- Reporters Without Borders. *2019 RSF Index: big changes for press freedom in sub-Saharan Africa*. 2019. <https://rsf.org/en/2019-rsf-index-big-changes-press-freedom-sub-saharan-africa>
- Ricchiardi, S. *The Al Jazeera effect*. 2011. <https://ajrarchive.org/article.asp?id=5077&id=5077>.
- Rinke, T. *Migration narratives in Europe: through conversations on public social media; a Bakamo Public Project for the Friedrich Ebert Stiftung*. 2019. <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/budapest/15374-20190510.pdf>.
- Robinson, P. *The CNN effect: The myth of news, foreign policy and intervention*. London, New York: Routledge, 2002.
- Said-Moorhouse, L. Rwanda offers refuge to “migrants held captive in Libya”. *CNN*, 24 Nov. 2017. <https://edition.cnn.com/2017/11/24/africa/rwanda-reaction-libya/index.html>.
- Schemer, C. Media effects on racial attitudes: evidence from a three-wave panel survey in a political campaign. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 26, n. 4, p. 531-542, 2014. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edt041>.
- Seib, P. *The Al Jazeera effect: how the new global media are reshaping world politics*. Washington, D.C.: Potomac Books, 2008.
- Sguazzin, A. Trump-like immigrant attacks adopted by S. Africa opposition. *Bloomberg*, 24 Apr. 2019. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-04-24/trump-style-immigrant-bashingclouds-south-african-election>.
- Slovic, P.; Västfjäll, D.; Erlandsson, A.; Gregory, R. Iconic photographs and the ebb and flow of empathic response to humanitarian disasters. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 114, n. 4, p. 640-644, 2017. <https://doi.org/10.1073/pnas.1613977114>.
- Smith-Spark, L. Slavery, security on agenda as Merkel and Macron meet African leaders. *CNN*, 29 Nov. 2017. <https://edition.cnn.com/2017/11/29/africa/au-eu-summit-ivory-coast/index.html>
- Sogelola, D. Brexit, agenda setting and framing of immigration in the media: the case of the Daily Mail. *LSE Undergraduate Political Review*, n. 1, p. 128-142, 2018. doi: 10.21953/lse.btysqags6o6g.
- Sohlberg, J.; Esaiasson, P.; Martinsson, J. The changing political impact of compassion-evoking pictures: the case of the drowned toddler Alan Kurdi. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 45, n. 13, p. 2275-2288, 2018. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1538773>.
- Sturmer, M. *Afrika! Ein Plädoyer für eine differenzierte Berichterstattung*. Konstanz, München: UVK, 2013.
- Thränhardt, D. Welcoming citizens, divided government, simplifying media: Germany’s refugee crisis, 2015-2017. In: Dell’Orto, G.; Wetzstein, I. (Eds.). *Refugee news, refugee politics: journalism, public opinion and policymaking in Europe*. New York: Routledge, 2019. p. 15-25.
- Transparency International. *Transparency International: The Global Anti-Corruption Coalition*. s.d. <https://www.transparency.org/>.
- Tversky, A.; Kahneman, D. Availability: a heuristic for judging frequency and probability. *Cognitive Psychology*, v. 5, n. 2, p. 207-232, 1973. [https://doi.org/10.1016/0010-0285\(73\)90033-9](https://doi.org/10.1016/0010-0285(73)90033-9).
- UNHCR. *Glossary*. s.d. <http://www.issm.cnr.it/progetti/emigrazione/METADATA%20E%20GLOSSARI/UNHCR/GLOSSARY%20UNHCR.pdf>.
- UNHCR. *Fact sheet: Uganda*. Feb. 2019. <http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/UNHCR%20Uganda%20Factsheet%20-%20February%202019.pdf>.

Vallone, R. P.; Ross, L.; Lepper, M. R. The hostile media phenomenon: biased perception and perceptions of media bias in coverage of the Beirut massacre. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 49, n. 3, p. 577-585, 1985. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.49.3.577>.

Völlinger, V. Ein Möglichkeitsfenster gegen Sklaverei. *Zeit Online*, 23 Nov. 2017. <https://www.zeit.de/politik/ausland/2017-11/fluechtlinge-libyen-cnn-sklavenhandel-eu-frederica-mogherini-afrikanische-union-un-sicherheitsrat>.

Wahl-Jorgensen, K.; Williams, A.; Sambrook, R.; Harris, J.; Garcia-Blanco, I.; Dencik, L.; Cushion, S.; Carter, C.; Allan, S. The future of journalism: risks, threats and opportunities. *Journalism Studies*, v. 17, n. 7, p. 801-807, 2016. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1199486>.

Warah, R. Somali refugees deserve better than being sent back to danger. *Nation*, 15 May 2016. <https://nation.africa/kenya/blogs-opinion/opinion/somali-refugees-deserve-better-thanbeing-sent-back-to-danger-1198970>.

Weaver, D. H. Thoughts on agenda setting, framing, and priming. *Journal of Communication*, v. 57, n. 1, p. 142-147, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00333.x>.

Whitaker, B. E. *Migration and the politics of exclusion in Africa*. Italian Institute for International Political Studies, 16 Jul. 2019. <https://www.ispionline.it/en/publication/migration-and-politics-exclusion-africa-23513>.

White, A. *Moving stories*: international review of how media cover migration. Ethical Journalism Network, 2015. <https://ethicaljournalismnetwork.org/assets/docs/054/198/8feb836-108e6c6.pdf>.

Wittmann, F. Ungleichheiten im globalen Kommunikationsfluss: Interventionen zum Uno-Weltgipfel zur Informationsgesellschaft im Kontext Westafrikas. In: Rehberg, K.-S. (Ed.). *Soziale Ungleichheit, kulturelle Unterschiede*: Verhandlungen des 32. Kongresses der Deutschen Gesellschaft für Soziologie in München 2004. Frankfurt am Main, New York: Campus, 2006. p. 4265-4271.

Wojcieszak, M.; Azrout, R. I saw you in the news: mediated and direct intergroup contact improve outgroup attitudes. *Journal of Communication*, v. 66, n. 6, p. 1032-1060, 2016. <https://doi.org/10.1111/jcom.12266>.

Zappe, A.-C. (2015, November 18). Medien und flüchtlinge: perspektiven aus Afrika. *EJO*, 18 Nov. 2015. <http://de.ejo-online.eu/ausbildung/medien-und-fluechtlinge-perspektiven-aus-afrika>.

Zillmann, D.; Brosius, H.-B. *Exemplification in communication*: the influence of case reports on the perception of issues. New York, Abingdon: Routledge, 2010.

Zingarelli, M. E. *The CNN effect and the Al Jazeera effect in global politics and society*. 2010. (Master Thesis) – Georgetown University, Washington, D.C. <https://repository.library.georgetown.edu/bitstream/handle/10822/553423/zingarelliMeganElizabeth.pdf>.



MÓDULO 6

Estudo de caso: Guiné-Bissau (África Ocidental)

por Monika Lengauer



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Compreender um estudo de caso de um país africano pouco noticiado.
- Apresentar fatores de atração e repulsão selecionados para um país com baixos indicadores de desenvolvimento humano.
- Sensibilizar os participantes para a história humana por trás dos números.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

No final deste Módulo, paralelamente aos estudos de caso anteriores e para que todos os estudos sejam comparáveis internacionalmente, os participantes devem ser capazes de:

- Discutir a complexidade das decisões tomadas por migrantes e refugiados.
- **RA Afetivo: Resposta**
- Explicar o que o público deve saber sobre migração para que eles tenham o poder de tomar decisões com base em informações fundamentadas.
- **RA Cognitivo: Compreensão**
- Usar conhecimentos e fontes para preparar um breve perfil de um país e um breve perfil sobre migração e deslocamento forçado.
- **RA Cognitivo: Aplicação**
- Analisar o estudo de caso de país da Guiné-Bissau a partir de uma perspectiva global.
- **RA Cognitivo: Análise**

Visão geral

A Guiné-Bissau está em uma posição única para incluir os países lusófonos no mapa em relação à pesquisa sobre as questões africanas a respeito de migrantes e refugiados, além dos estudos de caso da África anglófona e francófona que já são utilizados amplamente¹. A Guiné-Bissau é um país pouco pesquisado e pouco noticiado, não apenas na academia e no jornalismo, mas também em estudos globais. A Guiné-Bissau, no entanto, apresenta alguns fatores importantes do contexto da migração e do deslocamento forçado, por exemplo, a pobreza e o reconhecimento de apátridas. O país está confinado aos níveis mais baixos de desenvolvimento humano desde sua independência em 1974, e a população está presa em um ciclo de instabilidade política, corrupção, pobreza e falta de oportunidades.

Perfil do país

A Guiné-Bissau é um pequeno país costeiro da África Ocidental. É pequeno pelo tamanho de seu território (36.000 km²)² e pela população (2 milhões), sobretudo em comparação com os seus

1 Seis países africanos são lusófonos ou de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe (CPLP, 2020).

2 Os números e as casas decimais neste texto são arredondados para manter um bom equilíbrio entre precisão e legibilidade

vizinhos diretos, a Guiné (13 milhões de pessoas e 250.000 km²) e o Senegal (17 milhões de pessoas e 200.000 km²). Na Europa, a Guiné-Bissau se compara à Bélgica em termos de extensão e à Letônia em números populacionais, e todos esses países são costeiros (UNdata, 2019).

Estima-se que a população da Guiné-Bissau crescerá dos atuais 2 milhões para mais de 3,5 milhões até 2050 (UNDESA, 2019b, p. 24-25). A sua taxa de fertilidade diminuirá de 4,51 nascidos vivos por mulher (2015-2020) para 3 nascidos vivos por mulher (2045-2050; UNDESA, 2019b, p. 138-139), e a taxa média anual de crescimento populacional diminuirá de 2,5% (2015-2020) para 1,65% (2045-2050; UNDESA, 2019b, p. 59).³

A população da Guiné-Bissau é etnicamente diversa.⁴ O Islã é a religião dominante, o cristianismo é uma minoria e a prática de crenças animistas autóctones é generalizada. As pessoas falam muitas línguas distintas, o que obviamente afeta a prática e o impacto do jornalismo e da educação jornalística. A língua oficial é o português, mas as pessoas geralmente falam kriol (crioulo) ou uma variedade de idiomas africanos nativos (Ocrisse-Aka; Bossard, 2006).

As terras da Guiné-Bissau são exuberantes, verdes e férteis; a sua biodiversidade única compreende parques nacionais intocados, florestas tropicais densas, vastas terras agrícolas, rios, mangues e um arquipélago com dezenas de ilhas. Esse potencial econômico inativo de alto valor inclui a produção de madeira, extração de bauxita e fosfato, além de turismo internacional. A localização geográfica vantajosa favorece o transporte e o comércio marítimo e por vias navegáveis interiores. No entanto, essa riqueza não é aproveitada. Os produtos agrícolas, principalmente a castanha de caju, são vendidos sem processamento e grande parte da economia não é monetizada e baseia-se em trocas. A gestão do setor público tem o desafio de atender à sociedade além das elites políticas e militares. A Guiné-Bissau tem um desempenho inferior à maioria dos seus pares na África Ocidental⁵ que se reflete no IDH (UNDP, 2019c, p. 300-303). Em uma perspectiva otimista, houve desenvolvimento, pois o valor geral de desenvolvimento humano do país tem melhorado continuamente desde 2010 (UNDP, 2019a), apesar de ter perdido três posições entre 2013 e 2018 (UNDP, 2019c, p. 306). Desde o ano 2000, a expectativa de vida no país tem aumentado quase oito anos para as mulheres e nove para os homens, e agora está em 61 anos para as mulheres e 57 anos para os homens⁶ (UNDESA, 2019b, p. 188-189). A expectativa de vida nos outros dois estudos de caso deste manual é de 62 anos para mulheres e 59 anos para homens em Camarões, e na Alemanha é de 84 anos para mulheres e 80 anos para homens (UNDESA, 2019b, p. 180-215). Os bissau-guineenses têm uma expectativa de vida saudável⁷ de 52 anos, os camaroneses de 55 anos e o alemães de 70 anos (UNDP, 2019b, p. 6-9).

³ Os dados se referem a um período de cinco anos anterior ao ano de referência (UNdata, 2019).

⁴ Fula (25%), Balanta (25%), Mandingo (14%), Papel (9%), Manjaca (9%) e Mancanha, segundo UNIOGBIS (2020).

⁵ Os países membros que compõem a Comunidade Econômica dos Estados de África Ocidental (CEDEAO) são Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Libéria, Mali, Niger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo (CEDEAO, 2016; apenas Burkina Faso, Mali, Níger e Serra Leoa têm um IDH mais baixo que Guiné-Bissau) (UNDP, 2019c, p. 300-303).

⁶ Os dados se referem a um período de cinco anos anterior ao ano de referência (UNdata, 2019).

⁷ A expectativa de vida saudável ao nascer é definida como o número médio de anos que uma pessoa pode esperar viver com saúde plena, levando em conta os anos vividos com saúde inferior à plena devido a doenças e lesões (UNDP, 2019b, p. 9, notes).

A Guiné-Bissau destaca-se como a

primeira nação africana subsaariana [que] declarou unilateralmente a sua soberania do colonialismo europeu após uma luta armada prolongada. A maioria das nações africanas conquistou sua independência das potências coloniais por negociação e transferência pacífica de autoridade (Lobban, 1974, p. 15).

As grandes esperanças de independência foram substituídas por décadas de desilusão devido à instabilidade política crônica, a golpes de Estado e a assassinatos políticos. O ano de 2019 prometeu marcar uma virada histórica, pois pela primeira vez, um presidente havia completado um mandato ininterrupto de cinco anos, as eleições legislativas democráticas foram realizadas em março, um gabinete com equilíbrio de gênero foi apresentado em julho, e eleições presidenciais em novembro com segundo turno em dezembro. Por último, mas não menos importante, em 9 de março de 2019, na noite anterior às eleições legislativas, a polícia judiciária apreendeu a maior quantidade de cocaína de todos os tempos (quase 800 Kg), e seis meses depois mais 1,8 mil Kg. No entanto, um relatório subsequente avaliou que houve “uma reconstituição da antiga rede de empresários criminosos militares responsável pelo tráfico na Guiné-Bissau desde 2007” (Shaw; Gomes, 2020, p. 14). Em julho de 2020, os Estados Unidos da América, expressaram preocupação sobre “a existência ou não de vontade política para fazer o necessário para interromper os fluxos do tráfico de drogas nessa região” (US Department of State, 2020). Foi considerado problemático o fato de o presidente da Guiné-Bissau ter demitido duas figuras importantes – o ministro da justiça e o chefe da polícia judiciária – na luta contra o tráfico de drogas no país. A BBC relatou os desenvolvimentos com uma manchete otimista: “Cocaine and Guinea-Bissau: how Africa’s ‘narco-state’ is trying to kick its habit” (Shryock, 2020).

Perfil da migração

Sendo um dos países do IDH que estão na categoria de “baixo desenvolvimento humano” (UNDP, 2019a), os Bissau-guineenses apresentam mobilidade migratória de várias maneiras, e o país é o lar de pessoas de outras partes da África Ocidental.

Migração interna

Geralmente, o primeiro passo migratório é do ambiente rural para o urbano. A migração líquida nas regiões do país é considerável. Quase 44% da população vive nas poucas áreas urbanas, e a parcela está aumentando (UNdata, 2019). Nessas áreas, as pessoas encontram o máximo e o melhor dos serviços limitados do país e a menor incidência de pobreza em comparação com outras regiões do país como Oio, Bafata, Cacheu ou Gabú. Particularmente Bissau, Gabú e Oio tornaram-se o ponto de partida para “a migração irregular [...] um fenômeno generalizado recente” (IOM, 2018). Esses movimentos também são mostrados em um estudo de chegadas à Itália vindos de Guiné-Bissau pela rota do Mar Mediterrâneo: 37% de todos os entrevistados bissau-guineenses são da capital Bissau, seguidos por 23% de Gabú, a região mais oriental que faz fronteira com o Senegal e a Guiné; e 18% de Oio, a região norte que faz fronteira

com o Senegal (Scarabello, 2019, p. 44). Abreu (2012) descreve a emigração de dimensões marcantes na sua dissertação sobre migração e desenvolvimento na Guiné-Bissau em um estudo de caso sobre duas aldeias.

Pessoas deslocadas internamente (PDIs)

A magnitude de pessoas deslocadas internamente foi descrita anteriormente neste manual como um desafio cada vez maior para a África. Na Guiné-Bissau, o ACNUR relata incidentes apenas em 1998, época da guerra civil (travada de 7 de junho de 1998 a 10 de maio de 1999), quando quase 200 mil pessoas foram deslocadas internamente (UNHCR, 2020b); isso equivale a 17% da população total de cerca de 1,2 milhão de pessoas (UNDESA, 2019b, p. 24). O IDMC observa e relata o deslocamento resultante de conflitos, desastres e desenvolvimento, mas para a Guiné-Bissau, o relatório do IDMC presume incidências comparativamente baixas. Os números anuais de deslocamentos por conflitos e desastres não mostram nenhum deslocamento devido a conflitos no país, mas novos deslocamentos por desastres são registrados em 2008 (500 pessoas), 2010 (2 mil pessoas), 2018 (3,7 mil pessoas) e 2019 (410 pessoas). Os deslocamentos registrados são principalmente relacionados ao clima. A estação chuvosa de 2020 (de maio a outubro) destruiu centenas de casas e expôs os inquilinos à insegurança alimentar e à deterioração das condições de saúde, sobretudo em meio à Covid-19. Por mais infeliz e traumatizante que o deslocamento seja para essas pessoas, os números são administráveis para aqueles que têm a obrigação de apoiá-las. No futuro, o IDMC prevê que uma média de 770 pessoas talvez sejam deslocadas anualmente devido a desastres (IDMC, 2020), o que deverá ser exacerbado pela mudança climática (ver Módulo 3).

Migração intra-africana

A CEDEAO (*Economic Community of West African States – ECOWAS*) permite a livre circulação de pessoas, mas é mais do que a facilidade de logística e a proximidade geográfica que faz com que as pessoas se desloquem de uma região à outra. Os atuais Estados-nação da Guiné-Bissau e seus vizinhos, Guiné e Senegal, acolhem muitas pessoas das mesmas etnias, por exemplo, os Fulani vivem em número considerável na Guiné-Bissau, na Guiné e na Gâmbia; os Malinke vivem na Guiné-Bissau, na Guiné, na Gâmbia e em Senegal. É tangível nessa região da África Ocidental o “conceito de etnia, com seus três elementos básicos compartilhados, os atributos culturais, a consciência e as fronteiras culturais” (Young, 2017). As propriedades comuns compartilhadas incluem ancestralidade, linguagem, práticas sociais, convenções de nomenclatura, rituais etc. No entanto, a identidade subétnica é um elemento-chave no processo político que também é aparente nas competições eleitorais (Young, 2017). Temudo (2009) mostra a maneira pela qual o povo Balanta na Guiné-Bissau refinou claramente sua distinção, o que levou o seu Partido para a Renovação Social (PRS) à presidência nas eleições de 2000, provocando uma repreensão ao “tribalismo” Balanta (Temudo, 2019, p. 57) por partidos políticos concorrentes, como o PAIGC.⁸ Lundy descreve a fusão de etnia e política, tradição e contemporaneidade (Lundy, 2018, p. 13-14).

⁸ PAIGC, Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde, fundado por Amílcar Cabral. PAIGC levou o país à independência em 1974, depois de uma extensa guerra pela independência da potência colonial de Portugal na década de 1960.

Imigração e emigração internacional

A população de migrantes internacionais⁹ na Guiné-Bissau (27 mil pessoas em 2019) está representada principalmente por cidadãos do Senegal (13.600), da Guiné (5.400) e da Gâmbia (1.600); de forma recíproca, a maioria dos bissau-guineenses se muda para esses mesmos países da África: Senegal (30.600), Gâmbia (13.800) e Guiné (4.300). O país insular da África Ocidental, Cabo Verde¹⁰, é um dos principais destinos dos bissau-guineenses (5.300 pessoas em 2019), enquanto o número de cabo-verdianos que se deslocam para a Guiné-Bissau é insignificante (606 pessoas). O número de imigrantes da Europa e da América do Norte é insignificante, enquanto a migração para a Europa aumentou de 29% de todos os migrantes internacionais da Guiné-Bissau em 1990 para 42% em 2019. Ao mesmo tempo, a migração para países africanos diminuiu de 71% de todos os migrantes internacionais da Guiné-Bissau em 1990 para 57% em 2019 (UNDESA, 2019a). Essas tendências bissau-guineenses coincidem com as observadas para o continente africano em geral (ver Módulo 9). Um estudo recente confirma a mudança, pois o número de cidadãos bissau-guineenses que residem regularmente na Itália quintuplicou de 2012 a 2018, no início lentamente (com cerca de 100 residentes por ano), saltando para um aumento de mais de 600 pessoas por ano após 2015, sobretudo de 2017 a 2018; e o número de pedidos de asilo quadruplicou entre 2012 e 2018 (Scarabello, 2019, p. 39-40).

Normalmente, a migração ocorre predominantemente dentro da proximidade espacial ou cultural, por exemplo, os bissau-guineenses optam por países lusófonos e francófonos¹¹ da região, que são Senegal (30.600 imigrantes da Guiné-Bissau), Cabo Verde (5.300) e Guiné (4.300), além de países da Europa e das Américas, como Portugal (29 mil imigrantes da Guiné-Bissau em 2019), França (3.400) e Brasil (1.300) (dados de 2019; UNDESA, 2019a).

Migração internacional regular 1 – Destino: Portugal (Europa)

A imigração para Portugal segue a relação especial com a antiga potência colonial, não apenas por partilhar a língua oficial e as ligações institucionais por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas também por desfrutar de regras e regulamentos especiais de imigração. Todo cidadão da Guiné-Bissau que deseje viajar para Portugal de forma documentada (migração regular) deve solicitar um visto (o processo foi terceirizado para a empresa privada VFS Global). Os vistos são gratuitos para crianças até 6 anos), mas em geral custam € 60 em taxas e até € 75 para visto de estudante e visto de autorização de trabalho (VFS Global, 2020). Um jornalista da Guiné-Bissau tem um salário inferior a 100 € por mês, isso se ele for pago. Assim, as taxas de visto equivalem a um mês de salário, mas a expectativa é encontrar trabalho

⁹ As estatísticas referem-se a números internacionais de migrantes. Os estoques incluem todos os residentes nascidos no exterior em um país, independentemente de quando eles entraram no país. Para a definição de estoque de migrantes, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019a).

¹⁰ Cabo Verde é um dos países mais desenvolvidos da África Ocidental. O país está classificado em 126º lugar entre 189 países na categoria de desenvolvimento humano médio, conforme mostrado no IDH (UNDP, 2019c, p. 300-303).

¹¹ A Guiné-Bissau é membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da comunidade dos países de língua francesa (Organisation internationale de la Francophonie – OIF, La Francophonie).

em Portugal e amortizar rapidamente os custos com o visto e a viagem, no entanto, as chances são poucas. Capucha e outros (2016, p. 10) relatam taxas de desemprego em Portugal entre imigrantes de países africanos lusófonos que são muito superiores às dos imigrantes de outros países (40% entre os bissau-guineenses *versus* 15% entre os ucranianos). Os empregos que os africanos lusófonos garantem exigem menos habilidades do que os cargos que a população em geral ocupa (em 2011, 37% dos imigrantes africanos lusófonos trabalhavam em empregos menos qualificados em Portugal, contra 13% da população geral do país). Os salários que os imigrantes da África lusófona recebem são inferiores aos da população em geral (500 € contra 600 €). Abreu constatou que a maioria dos migrantes economicamente ativos das amostras do seu estudo de caso em Portugal trabalhava como operários da construção civil ou estava desempregada (Abreu, 2012, p. 222). Scarra-bello mostra que os migrantes da Guiné-Bissau são predominantemente homens jovens (com idades entre 19 e 30 anos) e com baixa escolaridade (30% não concluíram nenhum tipo de educação formal); a maioria declarou que trabalhava como autônomo (54% dos entrevistados¹²) – principalmente em construção, transporte, agricultura – ou estava desempregado (37% dos entrevistados) antes de deixar a Guiné-Bissau (Scarra-bello, 2019, p. 44-46). Quanto aos fatores que os levaram a migrar, a maioria indicou guerra ou conflito (34%) e economia (32%), seguido por violência pessoal (21%) e serviços humanitários limitados (10%). Vale ressaltar que os migrantes não necessariamente se dirigiam diretamente da Guiné-Bissau para a Europa, mas muitas vezes após estadias prolongadas na Líbia (Scarabello, 2019, p. 45-46).

A lei portuguesa prevê alguns tipos de vistos de residência para cidadãos da Guiné-Bissau para emprego, trabalho autônomo, estudos e reagrupamento familiar. Segundo um acordo entre os dois países, por razões médicas, os bissau-guineenses podem viajar para Portugal com um visto temporário. Posteriormente, alguns migrantes obtêm uma autorização de residência porque encontraram emprego ou porque sua condição médica os impede de voltar para seu país de origem. As instalações médicas na Guiné-Bissau são insuficientes para prestar os serviços necessários à população. A avaliação do progresso na concretização do ODS 3 (“Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”; UNDESA, s.d.) está “estagnada” e “grandes desafios continuam a existir” (Sachs et al., 2020, p. 45, fig. 19; p. 242-243).

Em 2020, os principais desenvolvimentos apoiaram os migrantes e os refugiados em Portugal – sob o impacto da Covid-19, o governo decidiu conceder-lhes temporariamente plenos direitos de cidadania. A medida foi tomada para permitir o acesso total aos cuidados de saúde e reduzir os riscos para a saúde pública (Schengen Visa Info, 2020). Um segundo desenvolvimento permite que os filhos de migrantes se tornem cidadãos portugueses para os casos em que seus pais possuam autorizações de residência há um ano. Antes, a lei nacional estabelecia o requisito de residência de dois anos, de acordo com a União Europeia (European Union; 2020).

¹² De acordo com Scarabello, as entrevistas foram realizadas nas pesquisas da DTM da OIM de grupos nacionais que chegaram pela rota do Mediterrâneo Central entre 2016 e 2018 (Scarabello, 2019, p. 42).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E AVALIAÇÃO, BEM COMO AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Chantal Beil, estudante sênior do Instituto de Jornalismo da TU Dortmund University e jornalista de TV, preparou alguns vídeos sobre migração e deslocamento forçado em relação a fatores contextuais de e para a Guiné-Bissau. Em parceria com as Nações Unidas, Chantal Beil também ofereceu capacitação para jornalistas bissau-guineenses sobre a melhor forma de contar uma história de migração como jornalista de TV.

Mostrar os vídeos em aula. As reportagens estão disponíveis no portal do projeto www.mediaandmigration.com.

Cada participante deve escrever uma crítica de mídia de uma página sobre o trabalho jornalístico, seguindo as seguintes perguntas:

- Quais são as mensagens transmitidas por Chantal Beil sobre questões relativas a migrantes e refugiados?
- De que maneira ela estrutura sua história?
- Quais são as técnicas jornalísticas de contar histórias que Beil aplica?
- A visão de Beil é eurocêntrica ou ela conta uma das histórias africanas ou bissau-guineenses de migrantes e refugiados?
- O trabalho de Beil reflete conhecimentos sobre a Guiné-Bissau?
- Os aspectos que o público deve saber sobre migração e deslocamento forçado são refletidos nas histórias de Beil de maneira que as pessoas possam tomar suas próprias decisões fundamentadas?
- O que Beil poderia ter feito melhor?

Migração irregular da Guiné-Bissau

De acordo com a OIM, a migração irregular, especialmente a partir das regiões bissau-guineenses de Gabú, Oio e Bafata, “tornou-se um fenômeno generalizado recente, com um número cada vez maior de jovens vítimas de contrabandistas sem escrúpulos [...]” (IOM, 2018). Nos piores casos, esses jovens falecem na tentativa de atravessar o deserto do Saara ou o Mar Mediterrâneo. A falta de conhecimento sobre os perigos da migração irregular muitas vezes desencadeia a partida. Durante a rota, muitos jovens acabam em condições terríveis e destituídos de seus direitos. Uma maneira de voltar para casa de forma segura e voluntária é por meio da iniciativa conjunta da União Europeia e da OIM (*EU-IOM Joint Initiative*) para proteger e reintegrar migrantes. A OIM auxilia os retornados voluntários a se sustentarem em seus países de origem, seja pelo financiamento de um plano de negócios ou pela ajuda com alguns projetos de trabalho remunerado (European Union; OIM, 2020; IOM, 2019b) – assistir ao vídeo de Chantal Beil citado anteriormente como sugestão de atividade em sala de aula.

As partes interessadas de diferentes instâncias relatam que a Guiné-Bissau está extremamente afetada pelo tráfico de pessoas, incluindo o tráfico de crianças para trabalho forçado e exploração sexual. A forma mais evidente e relatada é o tráfico de crianças (conhecidas como *talibés*) para o Senegal. Os pais confiam seus filhos a adultos que se passam por líderes religiosos que fornecem educação religiosa para crianças. Muitas vezes, as crianças acabam em trabalho forçado ou mendigando e sofrendo abusos graves (Gama, 2020). Einarsdóttir e Boiro descrevem as expectativas das famílias dessas crianças (Einarsdóttir; Boiro, 2016, p. 863).

Migração internacional regular 2 – Destino: Brasil

Como país de destino da migração, o Brasil ganhou relevância para os bissau-guineenses quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o cargo de presidente em 2003 e apresentou mudanças nas políticas.

O número de migrantes bissau-guineenses aumentou de nenhum dado em 2000 para 1.270 em 2019 (UNDESA, 2019a). Para o Brasil à época, a África se tornou uma das principais prioridades estrangeiras – a lógica incluiu abordagens estratégicas para fortalecer seu papel na cooperação Sul-Sul e como país membro do grupo BRICS¹³. A África foi importante como fonte de matérias-primas e como mercado para os produtos brasileiros; a história conectou os países à medida que milhões de africanos ocidentais foram levados à força para o Brasil no comércio transatlântico de pessoas escravizadas. A proximidade geográfica e cultural também facilitou a cooperação. O português é uma língua oficial comum e ambos os países são membros da CPLP. A Guiné-Bissau foi incluída na CPLP quando o Brasil cancelou cerca de 900 milhões de dólares em dívidas africanas (Abdenur; Neto, 2013). A história africana tornou-se parte integrante dos currículos escolares brasileiros, e foi criada uma universidade aberta a estudantes africanos, sobretudo a estudantes de países lusófonos (Abdenur; Neto, 2014, p. 56). Em 2020, entretanto, a situação do Brasil mudou. Antonio Brasil, jornalista de TV e professor de jornalismo da Universidade de Florianópolis, Brasil, explica que houve uma mudança de prioridades em relação às relações internacionais e às estratégias econômicas brasileiras (Brasil, 2020).

Mesmo assim, as pessoas da Guiné-Bissau e de outros países da África Ocidental têm a esperança de encontrar uma vida melhor no Brasil, trabalhar e enviar dinheiro para casa ou estudar gratuitamente, mas os migrantes descrevem como desafiadora a jornada de 3.000 km (Phillips, 2018).

Asilo

O número de refugiados, requerentes de asilo, refugiados regressados, apátridas e outros que procuraram abrigo e proteção na Guiné-Bissau mostra um quadro da migração induzida por conflitos na região. Ao longo dos anos, a maioria dos refugiados na Guiné-Bissau veio do prolongado conflito em Casamansa, Senegal (a Casamansa é uma região que faz fronteira com a Guiné-Bissau). Os refugiados de Serra Leoa aumentaram durante os anos de guerra civil no país, de 1991 a 2002 (UNHCR, 2020a).

¹³ BRICS é a sigla em inglês para cinco grandes economias nacionais: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O número de requerentes de asilo da Guiné-Bissau na Europa é muito baixo. Em 2019, foram registados 740 requerentes de asilo e requerentes de asilo pela primeira vez, o que é modesto em comparação com os países vizinhos: Guiné (13.590) e Senegal (6.695). Em 2019, os números caíram para o mesmo nível de meados da década de 2010 – quando eles atingiram o pico durante o auge da crise de refugiados, com 1.240 requerentes de asilo em 2015 e 1.315 em 2016. As chances de decisões positivas de pedidos de asilo são baixas. Em 2019, apenas 65 decisões de primeira instância foram positivas, das quais 30 foram baseadas na Convenção de Refugiados de 1951 e no seu Protocolo de 1967 (ver Módulo 2), 25 delas foram tomadas por razões humanitárias e 770 foram rejeitadas (Eurostat, 2020).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE, BEM COMO PARA ABORDAR AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Permitir que a turma adquira algum conhecimento sobre a Guiné-Bissau como um país de migrantes e refugiados antes de estudar os fatores de atração e repulsão do país.

Convidar os participantes a preparar um breve perfil do país e um breve perfil sobre migração e deslocamento forçado na Guiné-Bissau.

- Para compor esses dois perfis, os participantes devem selecionar seus dados a partir das fontes mostradas no Módulo 2, especificamente a página da Guiné-Bissau no Migration Data Portal (Migration Data Portal, 2020).
- Para ilustrar aos dados, os participantes devem procurar reportagens na mídia de ou sobre a Guiné-Bissau que consideram esclarecedoras e reveladoras.
- Apresentar os dois perfis em plenário e concluir com cinco destaques para identificar as principais características da Guiné-Bissau.

SUGESTÃO PARA SALA DE AULA (ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO):

Atribuir aos participantes a tarefa de descrever quais aspectos do perfil do país são relevantes para o público, sobretudo em relação aos aspectos que os capacitam a tomar decisões fundamentadas sobre migração e deslocamento forçado.

Fatores contextuais selecionados 1: pobreza

A pobreza afeta a maioria da população da Guiné-Bissau. O ODS 1 pede pelo fim da pobreza em todas as suas manifestações até 2030. O RDH admite que “a redução da pobreza pode não ser rápida o suficiente para acabar com a pobreza extrema até 2030 [...] depois de décadas de progresso, a redução da pobreza está diminuindo” (UNDP, 2019c, p. 67). A pobreza pode de fato ser erradicada, pois o progresso global mostrou que em comparação a 1990, um bilhão de pessoas a menos viviam em extrema pobreza em 2015. Em 1990, 36% da população mundial vivia em extrema pobreza, com uma renda de menos de US\$ 1,90 por dia, em comparação com 8,6% em 2018. O oposto é verdadeiro para a África Subsaariana, onde o número de pessoas que vivem em extrema pobreza cresceu de uma estimativa de 278 milhões em 1990 para 413 milhões em 2015. Se as tendências atuais continuarem até 2030, quase 90% das pessoas do mundo que vivem em extrema pobreza estarão em nações da África Subsaariana. A Guiné-Bissau pode ser uma delas (UNDP, 2019c, p. 67; World Bank, 2018a, p. 1-2).

O que significa ser pobre? A pobreza é multidimensional¹⁴ e a pobreza de renda é apenas uma de suas formas. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)¹⁵ aborda três dimensões da pobreza: saúde, educação e padrões de vida; com dez indicadores: nutrição, mortalidade infantil, anos de escolaridade, escola, combustível para cozinhar, saneamento, água potável, eletricidade, habitação e bens (OPHI, 2019, p. 1; OPHI; UNDP, 2018). Na capital Bissau, mais de 67%¹⁶ da população vive abaixo da linha de pobreza de renda de US\$ 1,90 por dia, o que é substancial mesmo no contexto da África Subsaariana, onde 45% da população vive abaixo da linha de pobreza de renda. Embora a pobreza extrema seja desenfreada na capital Bissau, ela é muito pior nas áreas rurais (OPHI, 2019; UNDP, 2019c, p. 67-70; 320).

Os serviços são mínimos, se é que existem (IMF; Government of Guinea-Bissau, 2011, p. 22-72). Apenas 53% da população rural tem acesso a água potável, em comparação com 84% da população urbana. Apenas 5% da população rural utiliza melhores instalações sanitárias, contra 35% nas áreas urbanas. Menos de 10% das mulheres nas áreas rurais são alfabetizadas, em oposição a 40% no âmbito nacional, e mais de 50% na capital Bissau (dados de 2010). A eletricidade nem sempre está disponível; e, em especial, as comunidades nas áreas rurais geralmente não têm acesso a ela. Em ambientes urbanos, a energia é cortada com frequência e não está disponível para todas as famílias. Os custos operacionais são elevados, assim como as perdas devido a furtos e baixas taxas de cobrança de contas de consumo de energia. Desde 2019, a cidade de Bissau recebe eletricidade de um navio atracado no porto de

¹⁴ Este manual considera duas abordagens: a publicada anualmente no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) e a publicada pelo Banco Mundial. Cada uma usa indicadores diferentes, mas ambas as abordagens são internacionalmente comparáveis. A medição da pobreza multidimensional global do Banco Mundial inclui a pobreza monetária – medida como tendo menos de US\$ 1,90 por dia – e privações na educação e em infraestruturas básicas, como água, saneamento e eletricidade (World Bank, 2018c, 2020a, 2020b).

¹⁵ A Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford (*Oxford Poverty and Human Development Initiative* – OPHI) prepara o Índice de Pobreza Multidimensional Global (MPI), e os Relatórios de Desenvolvimento Humano publicam o MPI desde 2010 (OPHI; UNDP, 2018).

¹⁶ De 2007 a 2017. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período especificado (UNDP, 2019c, p. 320-321, footnote c).

Bissau. A malha rodoviária nacional compreende 2.746 km dos quais apenas 770 km (28%) são pavimentados. O transporte rodoviário, no entanto, é o principal meio de acesso à maioria das cidades e comunidades rurais. Isso não apenas representa um risco para as pessoas chegarem a instalações médicas, por exemplo, como também dificulta o transporte oportuno de produtos agrícolas para os consumidores das áreas urbanas. A internet e as linhas telefônicas estão indisponíveis principalmente no interior do país. Nem mesmo 3% da população da Guiné-Bissau consegue usar a internet (Migration Data Portal, 2020).

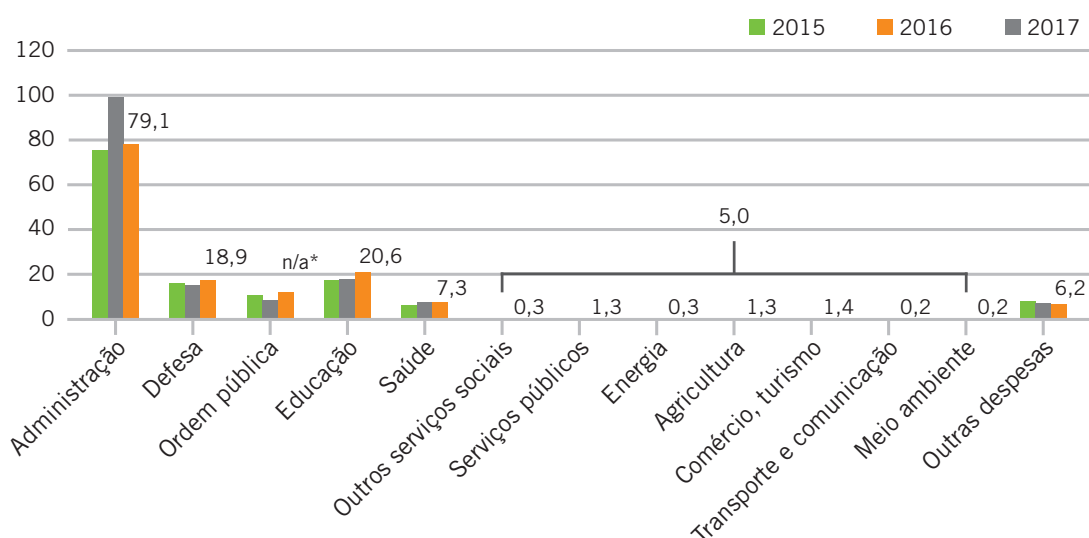
“Aproveitar o momento” é o título ambicioso de um relatório publicado em 2018 (World Bank, 2018b). Com dados de 2017, o relatório mostrou que o país tinha 4,7 funcionários de segurança por 1.000 habitantes na folha de pagamento, em comparação com menos de 1 por 1.000 para os profissionais de saúde da linha de frente (World Bank, 2018b, p. 4; p. 38, fig. 2.2; p. 40, tab. 2.2). A escassez de investimento em setores centrais do país é mostrada na visão geral dos gastos públicos por setores com dados do Ministério da Economia e Finanças do país (ver Figura 19).

A pobreza é uma desigualdade distributiva e “não apenas priva, como também oprime” (UNDP, 2019c, p. 89). Na Guiné-Bissau, os 10% mais ricos da sociedade detêm 42% do rendimento, enquanto apenas 12,8% da renda é detida pelos 40% mais pobres, segundos os dados de 2010 a 2017¹⁷ – esta é quase uma pirâmide invertida. O coeficiente de Gini¹⁸ de 50,7 é muito alto em comparação com os países vizinhos, Senegal (40,3) e Guiné (33,7), e está entre os mais altos do mundo. Os bissau-guineenses também sofrem com desigualdades mais elevadas do que os seus vizinhos na maioria das desigualdades medidas no Índice de Desenvolvimento Humano adaptado à desigualdade (UNDP, 2019c, p. 308-311). Os outros dois estudos de caso deste manual representam um coeficiente de Gini de 46,8 (Camarões) e 31,7 (Alemanha). Mundialmente, os melhores desempenhos de Gini são a Ucrânia, com 25,0; a Eslováquia, com 26,5; e a Finlândia, com 27,1. No continente africano, a África do Sul tem o maior coeficiente de Gini, com 63,0; seguida pela Namíbia, com 59,1; e a República Centro-Africana, com 56,2 (UNDP, 2019c, p. 308-311).

¹⁷ Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período especificado (UNDP, 2019c, p. 311, footnotes e).

¹⁸ Coeficiente de Gini: Medida do desvio da distribuição de renda entre indivíduos ou famílias em um país em relação a uma distribuição perfeitamente igualitária. Um valor de 0 representa igualdade absoluta, um valor de 100 desigualdade absoluta (UNDP, 2019c, p. 311, footnotes).

Figura 19: Guiné-Bissau – despesas por setor (US\$) de 2015 a 2017



O desenvolvimento na Guiné-Bissau ainda enfrenta desafios e os recursos são limitados. “O governo gastou pouco com os setores sociais, o que, combinado com a baixa eficiência, se traduziu em resultados inexpressivos. Em saúde e educação, o país não apenas despende menos do que a maioria dos países da África Subsaariana, como também alcança resultados ruins para cada dólar gasto” (World Bank, 2018b, p. 1). *Dados ausentes no documento de origem. Fonte: (World Bank, 2018b, p. 123, fig. 6.15). Ilustração própria.

Fatores contextuais selecionados 2: crescimento populacional e juventude

Conforme descrito anteriormente (ver Módulo 3), o crescimento populacional é um dos macro fatores que afetam a migração. A “protuberância juvenil” pode ser um “dividendo” se, por exemplo, os governos investirem na saúde, na educação e no empoderamento das mulheres; caso contrário, o crescimento populacional pode aumentar os desafios para alcançar os ODS. Em referência aos ODS, o crescimento populacional é “às vezes chamado de ‘elefante na sala’ [...], pois é considerado por muitos como um tema politicamente sensível” e não contextualizado “de maneira explícita” (Abel et al., 2016, p. 14298). Os ODS que abordam a mortalidade infantil, a mortalidade materna, as causas de morte e a saúde reprodutiva, e sobretudo a educação, estão relacionados, pois quanto mais escolarizadas as mulheres se tornam, menores são as taxas de natalidade e mortalidade infantil (Abel et al., 2016, p. 14298).

O crescimento populacional na Guiné-Bissau tem aumentado constantemente desde 1950 (1,47% ao ano) até a atualidade, cuja taxa é de 2,5% (2015 a 2020), e prevê-se que essa taxa diminua para 1,65% ao ano até 2050 (UNDESA, 2019b, p. 58-59). A fertilidade aumentou a partir da década de 1950, e a maior taxa foi registrada no início dos anos 1980 (1980 a 1985), com 6,7 filhos por mulher; após esse período, os números diminuíram progressivamente para (2015 a 2020) 4,51 filhos por mulher (UNDESA, 2019b, p. 138-139). Assim como em toda

a África, a população da Guiné-Bissau é jovem, pois a idade mediana da população total é de 18,8 anos – dados de 2020; África Subsaariana: 18,7 anos¹⁹ (UNDESA, 2020). Esses jovens necessitam de oportunidades de educação e desenvolvimento de carreira que o país mal oferece.

A UNESCO encontra palavras claras para um sistema educacional que “simplesmente necessita de uma revisão radical” (UNESCO, 2016, p. 1). O conhecimento de grande parte da população “é de nível tão limitado que as perspectivas de ascensão econômica do país [e de redução da pobreza] são sombrias” (UNESCO, 2016, p. 1). As famílias empobrecidas, assim como o MPI as descreve (já citado anteriormente), arcam com a maior parte dos gastos educacionais do país. Imagine uma mãe de três filhos que ganha algum dinheiro como serviços domésticos e não é remunerada regularmente, mas que paga (– ou acumula dívida quando não consegue pagar) as mensalidades, a alimentação escolar e o uniforme para as crianças em escolas particulares (assista ao vídeo de Chantal Beil, anteriormente mencionado). Segundo a UNESCO, a Guiné-Bissau apresenta um “nível muito baixo de oferta educacional completa, o qual é fora do comum” (UNESCO, 2016, p. 2).

Cerca de metade das crianças com até 6 anos de idade e quase um terço das crianças entre 6 e 11 anos “nunca frequentaram a escola” (World Bank, 2018b, p. 74; dados de 2014). Nas áreas rurais e nas famílias pobres, a situação é ainda mais agravante, pois entre aqueles que frequentam a escola, as taxas de abandono “aumentam gradualmente de 5 para 44% entre as idades de 12 e 24 anos” (World Bank, 2018b, p. 74). Quase 40% dos estudantes de 6 a 11 anos nas áreas rurais nunca frequentaram a escola – em comparação com 12% nas áreas urbanas (World Bank, 2018b, p. 74-75). As taxas brutas de frequência na educação secundária são inferiores a 25% em algumas regiões, em comparação com 115%²⁰ na capital Bissau (World Bank, 2018b, p. 73). Os três grupos mais desfavorecidos no sistema educacional são meninas, crianças em áreas rurais e os que estão na faixa de renda mais baixa, enquanto os gastos públicos “tendem a favorecer as famílias mais ricas” (World Bank, 2018b, p. 76).

Os próprios professores são privados de conhecimento e remuneração. Os funcionários públicos contratados em 2013 foram pagos por apenas seis meses, e isso não é uma exceção. Periodicamente, os professores fazem greve para reivindicar seus salários ou os estudantes fazem greve para protestar contra as greves dos professores (AfricaNews, 2019). Os resultados de aprendizagem são fracos também devido à baixa qualidade do conhecimento dos professores. O Programa de Análise de Sistemas Educacionais (PASEC) da região constatou que quase 94% dos professores da 5ª série não conseguiram responder a todas as perguntas em português – a língua de ensino – e 98% em matemática (World Bank, 2018b, p. 76).

Diante dessa falta de oportunidades, os jovens possuem sonhos de uma vida melhor em outro lugar, como revela Bordonaro (2009), que compartilha as esperanças dos jovens das ilhas de

¹⁹ Em comparação, a idade mediana da população total na Europa é de 42,5 anos, na América Latina e Caribe é de 31 anos (UNDESA, 2020).

²⁰ O Índice de Frequência Bruta “pode exceder 100% devido à inclusão de estudantes maiores e menores de idade. Os motivos incluem o ingresso precoce ou tardio e a reprovação de séries. Para o ensino superior, o Índice de Frequência Bruta pode exceder 100% devido à inclusão de estudantes fora da faixa etária de 5 anos a partir da idade oficial de graduação do ensino médio” (UNESCO-UIS, 2021).

Bijago que querem ser modernos, e modernidade é o “ideal em outro lugar” (Ramsey-Kurz; Ganapathy-Dore, 2011; ver Módulo 7). Quanto aos jovens de Bissau retratados por Vigh (2006), “a migração é uma – se não a mais fácil – ‘tática de navegação’ para escapar da exclusão social e da marginalização” (Bordonaro, 2009, p. 135). A Europa é o destino dos sonhos: “Os caminhos migratórios imaginados levam a Bissau, a Dakar, a Conacri, mas o sonho de todos ainda é a Europa [...] uma fonte idealizada de poder e riqueza” (Bordonaro, 2009, p. 135). Na Europa, segundo a idealização, há oportunidades de renda que seu país não oferece – com uma taxa de desemprego de 6% que dobra para 12% entre os jovens (Migration Data Portal, 2020). Espera-se que “lá”, na Europa, seja muito fácil ganhar um bom dinheiro, e a “única opção para se tornar um adulto socialmente reconhecido” (Bordonaro, 2009, p. 135). Bordonaro (2009) e Lundy (2018) sugerem que a migração talvez tenha se tornado a versão moderna das práticas tradicionais de iniciação para os homens jovens. Schrover e Moloney também descrevem um “desejo de aventura” que faz criar uma “cultura de migração” considerada como um estágio padrão da vida adulta (Schrover; Moloney, 2013, p. 17). A iniciação tradicional para os Balantas, por exemplo, compreende várias etapas, incluindo competições em danças de colheita, lutas em torneios, roubo de gado, circuncisão etc., antes que os idosos decidam que é hora de o jovem participar de uma honraria relativamente perigosa. Fisicamente, o jovem passa dois meses no mato, considerado como espiritualmente “vulnerável a ataques de feitiçaria” por inimigos (Lundy, 2018, p. 10). Lundy (2018) especula que a migração internacional talvez seja o novo espaço para expressar a masculinidade adulta, estreitamente alinhada com as ideias em torno da cidadania global. A migração na Guiné-Bissau, no entanto, é um luxo que apenas alguns podem pagar. Carling (2002) criou a expressão “imobilidade involuntária” que ainda não entrou nos glossários de migração.

Fatores contextuais selecionados 3: entrar em Bissau

Dada a “lacuna de implementação” encontrada na política da União Africana e na definição de refugiados (ver Módulo 9), é notável que a Guiné-Bissau esteja liderando a naturalização de pessoas apátridas na África. O representante do ACNUR em Bissau saudou a “decisão salutar [...] sem precedentes na África Ocidental, e eu diria até mesmo no mundo” (UNIOGBIS, 2018, p. 1, 6). Uma solução foi encontrada para os refugiados que viviam no país há até 20 anos. O pedido do ACNUR para conceder nacionalidade a todos os refugiados senegaleses foi aceito em 2018. Cerca de 7 mil senegaleses refugiados do conflito de Casamansa receberam documentos de identidade válidos, e refugiados da Libéria e de Serra Leoa também estão incluídos no acordo do ACNUR com o Governo da Guiné-Bissau (UNIOGBIS, 2018, p. 6).

Alguns fatores qualificam a Guiné-Bissau como destino ou ponto de trânsito para migrantes, refugiados e solicitantes de asilo da região, como, por exemplo, a relativa paz na ausência de conflitos acirrados. O maior surto de ebola da história passou ao largo de Bissau enquanto assolava a região da África Ocidental (Gamma et al., 2017) e até mesmo a Covid-19 não afetou a Guiné-Bissau tanto quanto afetou outros países da África (WHO, 2020). Por último, mas não menos importante, a livre circulação dentro da comunidade da CEDEAO facilita a migração (Adepoju et al., 2010).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE, BEM COMO AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Atribuir aos participantes a identificação e a descrição de dois fatores contextuais selecionados para Guiné-Bissau, pode ser dois fatores de repulsão ou dois de atração, ou uma combinação dos dois.

- Para identificar dois fatores contextuais, os participantes podem usar o Módulo 3 deste manual. Idealmente, os participantes também deverão apresentar novos fatores contextuais, pois a listagem do Módulo 3 não é inclusiva.
- Trazendo à vida as condições que levam os bissau-guineenses a deixarem suas casas e outros a se voltarem para a Guiné-Bissau, os participantes deverão procurar por reportagens ou depoimentos da mídia.
- Ao apresentar seus fatores contextuais selecionados em plenário, os participantes tentarão encontrar um equilíbrio entre a teoria e o elemento humano por trás da teoria.

Com sua iniciativa de naturalizar os apátridas, o país se tornou uma ótima notícia no Relatório Mundial sobre Migração 2020 e na mídia (IOM, 2019c, p. 41; Maclean, 2018).



TAREFA SUGERIDA PARA ABORDAR AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA E AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE:

Pedir aos participantes que defendam a migração ou a procura de refúgio na Guiné-Bissau.

- Consultar os recursos que foram introduzidos, por exemplo, o Migration Data Portal (Migration Data Portal, 2020), os Indicadores de Desenvolvimento Humano (UNDP, 2020b) ou as reportagens da mídia (The New Humanitarian, 2020).
- Considerar o caso de apátridas. Apresentar um breve perfil do país de origem dos migrantes ou das pessoas deslocadas à força, usando as fontes já citadas.
- Explicar as razões pelas quais Bissau é atraente como país de destino, usar fotos, vídeos ou outras mídias.

Talvez uma pessoa de Camarões aprecie a relativa paz? Uma pessoa do Mali aproveita a oportunidade de ganhar a vida como pescador? Uma pessoa de Portugal se mistura facilmente porque fala a mesma língua oficial? Mostrar que um país abalado pela turbulência política, pelo baixo desenvolvimento humano e com escassez de serviços, tem o poder de atrair pessoas de fora de suas fronteiras.



PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO PARA ABORDAR AS COMPETÊNCIAS COGNITIVAS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO PRECÁRIA E AVALIAR:

Encontrar reportagens sobre a Guiné-Bissau em mídias locais ou internacionais e fornecer um artigo aos colegas. Cada participante deve escrever uma matéria de uma página com críticas sobre o trabalho jornalístico, avaliando a qualidade.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Abreu, A. J. *Migration and development in contemporary Guinea-Bissau: a political economy approach*. 2012. Thesis (PhD). – SOAS, University of London.

Jornalística:

DW. DW reports regularly on developments in Guinea-Bissau in English and the official language of Guinea-Bissau, Portuguese. *DW*, 2020.

Institucional:

World Bank. *Guinea-Bissau: turning challenges into opportunities for poverty reduction and inclusive growth*. Systematic country diagnostic (SCD). Washington, D.C., 2016. (Report, 106725-GB). <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/24695/Guinea0Bissau00try0diagnostic0OSCD0.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Referências

Abdenur, A. E.; Neto, D. M. South-South cooperation and democracy in Africa: Brazil's role in Guinea-Bissau. *Africa Review*, v. 5, n. 2, p. 104-117, 2013. <https://doi.org/10.1080/09744053.2013.855356>.

Abdenur, A. E.; Neto, D. M. d. S. Brazil and African security. In: Tjønneland, E. N. (Ed.). *Rising powers and the African security landscape*. Oslo: Chr. Michelsen Institute (CMI), 2014. p. 49-77. <https://www.cmi.no/publications/file/5271-rising-powers-and-the-african-security-landscape.pdf>.

Abel, G. J.; Barakat, B.; Kc, S.; Lutz, W. Meeting the Sustainable Development Goals leads to lower world population growth. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 113, n. 50, p. 14294-14299, 2016. <https://doi.org/10.1073/pnas.1611386113>.

Abreu, A. J. *Migration and Development in contemporary Guinea-Bissau: a political economy approach*. 2012. Thesis (PhD) – SOAS, University of London.

Adepoju, A.; Boulton, A.; Levin, M. Promoting integration through mobility: free movement under ECOWAS. *Refugee Survey Quarterly*, v. 29, n. 3, p. 120-144, 2010. <https://doi.org/10.1093/rsq/hdq032>.

AfricaNews. Guinea-Bissau: students protest over threat by teachers to strike. *AfricaNews*, 2 Sep. 2019. [Television broadcast]. <https://www.africanews.com/2019/02/09/guinea-bissau-studentsprotest-over-threat-by-teachers-to-strike/>.

Bordonaro, L. Sai fora: youth, disconnectedness and aspiration to mobility in the Bijagó Islands (Guinea-Bissau). *Etnografica*, n. 13, p. 125-141, 2009. <https://doi.org/10.4000/etnografica.1253>.

Brasil, A. *Interview by M. Lengauer*: Bissau, Guinea-Bissau, and Dortmund, Germany. 25 Jan. 2020.

Capucha, L.; Calado, A.; Estêvão, P. *Migration, ethnicity and resilience*: Portuguese National Report. Instituto Universitário de Lisboa, 2016. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12303/1/other_WP10_Portuguese_National_Report.pdf.

- Carling, J. Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 28, n. 1, p. 5-42, 2002. <https://doi.org/10.1080/13691830120103912>.
- CPLP. *Community of Portuguese Speaking Countries*. 2020. <https://www.cplp.org/>.
- DW. *Guiné-Bissau*. 2020. <https://www.dw.com/pt-002/not%C3%ADcias/guin%C3%A9-bissau/s-30382>.
- ECOWAS. *Basic information*. 2016. <https://www.ecowas.int/about-ecowas/basic-information/>.
- Einarsdóttir, J.; Boiro, H. Becoming somebody: Bissau-Guinean talibés in Senegal. *The International Journal of Human Rights*, v. 20, n. 7, p. 857-874, 2016. <https://doi.org/10.1080/13642987.2016.1192532>.
- EMN. *Asylum and migration: glossary 6.0*. Brussels, 2018. https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emn-glossary-6-0_en.pdf.
- European Union. *Portugal: children of migrants now have easier access to citizenship*. 2020. <https://ec.europa.eu/migrant-integration/news/portugal-children-of-migrants-now-have-easieraccess-to-citizenship>.
- European Union; IOM. *EU-IOM Joint Initiative: Guinea Bissau*. 2020. <https://migrationjointinitiative.org/countries/sahel-and-lake-chad/guinea-bissau>.
- Eurostat. *Statistics: Asylum applicants*. 2020. https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/MIGR_ASYAPPCTZA__custom_215193/default/table?lang=en.
- Gama, W. *Bala Djamanca: the successful reintegration of a child in Guinea-Bissau*. UNICEF, 2020. <https://www.unicef.org/guineabissau/stories/bala-djamanca>.
- Gamma, A. E.; Slekiene, J.; Medeazza, G.; Asplund, F.; Cardoso, P.; Mosler, H.-J. Contextual and psychosocial factors predicting Ebola prevention behaviours using the RANAS approach to behaviour change in Guinea-Bissau. *BMC Public Health*, v. 17, n. 1, p. 446, 2017. <https://doi.org/10.1186/s12889-017-4360-2>.
- IDMC. *Country profile: Guinea-Bissau*. 2020. <http://www.internal-displacement.org/countries/guinea-bissau>.
- IMF; Government of Guinea-Bissau. *Second National Poverty Reduction Strategy Paper*. 2011. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11353.pdf>.
- IOM. *Guinea-Bissau: overview*. 2018. <https://www.iom.int/countries/guinea-bissau>.
- IOM. *Glossary on migration*. Geneva, 2019a. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.
- IOM. *Towards the sustainable reintegration of returned migrants: cash for work activities in Guinea Bissau*. 2019b. <https://www.iom.int/news/towards-sustainable-reintegration-returned-migrants-cashwork-activities-guinea-bissau>.
- IOM. *World migration report 2020*. 2019c. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf.
- Lobban, R. Guinea-Bissau: 24 September 1973 and beyond. *Africa Today*, v. 21, n. 1, p. 15-24, 1974.
- Lundy, B. D. Challenging adulthood: changing initiation rites among the Balanta of Guinea-Bissau. *African Studies*, v. 77, n. 4, p. 584-606, 2018. <https://doi.org/10.1080/00020184.2018.1496598>.
- Maclean, R. Complete equality: refugees find a home – and citizenship in Guinea-Bissau. *The Guardian*, 10 Oct. 2018. <https://www.theguardian.com/world/2018/oct/10/guinea-bissaurefugee-naturalisation-scheme>.
- Migration Data Portal. *Guinea-Bissau*. 2020. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019&cm49=624.

The New Humanitarian. *The global migrant & refugee crisis: migration*; an in-depth collection of global reporting on refugees, asylum seekers, migrants, and internally displaced people. 2020. <https://www.thenewhumanitarian.org/migration>.

Ocrisse-Aka, F.; Bossard, L. Languages. In: ECOWAS; SWAC; OECD (Eds.). *Atlas on regional integration in West Africa: population series*. 2006. <https://www.oecd.org/swac/publications/38409537.pdf>.

OPHI. *Country briefing: Guinea-Bissau*. Oxford, 2019. https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/CB_GNB_2019_2.pdf.

OPHI; UNDP. *Global multidimensional poverty index 2018: the most detailed picture to date of the world's poorest people*. Oxford, 2018. https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/G-MPI_2018_2ed_web.pdf.

Phillips, D. No food, no water: African migrants recount terrifying Atlantic crossing. *The Guardian*, 23 May 2018. <https://www.theguardian.com/world/2018/may/22/african-migrant-brazil-boat-rescueatlantic-crossing>.

Ramsey-Kurz, H.; Ganapathy-Doré, G. *Projections of paradise in migrant writing*. Amsterdam: Rodopi, 2011.

Sachs, J.; Schmidt-Traub, G.; Kroll, C.; Lafortune, G.; Fuller, G.; Woelm, F. *The Sustainable Development Report 2020: the Sustainable Development Goals and Covid-19*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2020/2020_sustainable_development_report.pdf.

Scarabello, S. *Diaspora mapping: profile of the Gambia, Guinea and Guinea-Bissau diasporas in Italy*. Rome: IOM, 2019. https://publications.iom.int/system/files/pdf/diaspora_mapping_italy_2019.pdf.

Schengen Visa Info. *Portugal grants migrants and asylum seekers full citizenship rights during Covid-19 outbreak*. 2020. <https://www.schengenvisa.info.com/news/portugal-grants-migrantsand-asylum-seekers-full-citizenship-rights-during-covid-19/>.

Schrover, M.; Moloney, D. M. Introduction: making a difference. In: Schrover, M.; Moloney, D. M. (Eds.). *Gender, migration and categorisation: making distinctions between migrants in Western countries, 1945-2010*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2013. p. 7-53.

Shaw, M.; Gomes, A. *Breaking the vicious cycle: cocaine politics in Guinea-Bissau*. Geneva, 2020. https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2020/05/Guinea-Bissau_Policy-Brief_Final2.pdf.

Shryock, R. Cocaine and Guinea-Bissau: how Africa's 'narco-state' is trying to kick its habit. *BBC News*, 28 May 2020. <https://www.bbc.com/news/world-africa-52569130>.

Temudo, M. P. From the margins of the state to the presidential palace: the Balanta case in Guinea-Bissau. *African Studies Review*, v. 52, n. 2, p. 47-67, 2009. <https://doi.org/10.1353/arw.0.0203>

UNdata. *Country profile: Guinea-Bissau*. 2019. <https://data.un.org/en/iso/gw.html>.

UNDESA. *Sustainable Development Goal 3*. s.d. <https://sdgs.un.org/goals/goal3>.

UNDESA. *Total migrant stock 2019: migrant stock at mid-year by sex and by major area, region, country or area, 1990-2019*. 2019a. <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates19.asp>

UNDESA. *World population prospects 2019, v. I: comprehensive tables*. New York. 2019b. https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Volume-I_Comprehensive-Tables.pdf

UNDESA. *World population prospects 2020: median age of the total population (years); Guinea-Bissau, sub-Saharan Africa, Europe, Latin America and the Caribbean*. 2020. <https://population.un.org/wpp/DataQuery/>.

UNDP. *Country profile Guinea-Bissau: human development indicators*. 2019a. <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/GNB>.

- UNDP. *Human development indicators*. 2019b. <http://hdr.undp.org/en/content/statistical-data-tables-7-15>.
- UNDP. *Human Development Report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century*. New York, 2019c. (Human Development Reports). <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>.
- UNESCO. *A major overhaul of the Guinea-Bissau education system is well overdue*. 2016. (Country note, 26). <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247043>.
- UNESCO-UIS. *Glossary: gross attendance ratio*. 2021. <http://uis.unesco.org/en/glossary-term/gross-attendance-ratio>.
- UNHCR. *Refugee data finder: asylum seekers in Guinea-Bissau from selected West African countries*. 2020a. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=6q5MOI>.
- UNHCR. *Refugee Data Finder: IDPs 1951-2020, country of origin Guinea-Bissau*. 2020b. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=yvT8w4>.
- UNIOGBIS. *Our mandate includes helping those who have no country: the UNHCR Representative in Guinea-Bissau, Mamadou Diop, explained the mandate of this UN agency*. Bissau, Guinea-Bissau, 2018. https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/i_kuma_eng.pdf.
- UNIOGBIS. *Guinea-Bissau: country profile*. 2020. <https://uniogbis.unmissions.org/en/country-profile>.
- US Department of State. *Telephonic press briefing on drug trafficking in Africa: Heather Merritt, Deputy Assistant Secretary of State for the Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs*. 2020. <https://2017-2021-translations.state.gov/2020/07/21/telephonic-press-briefing-ondrug-trafficking-in-africa/index.html>.
- Vigh, H. E. *Navigating terrains of war: youth and soldiering in Guinea-Bissau*. New York: Berghahn, 2006.
- VFS Global. *Bem-vindo à VFS GLOBAL: somos o parceiro oficial da Embaixada de Portugal em Bissau*. 2020. <https://visa.vfsglobal.com/gnb/pt/prt>.
- WHO. *COVID-19 in the WHO African region*. 2020. <https://who.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/0c9b3a8b68d0437a8cf28581e9c063a9>.
- World Bank. *Guinea-Bissau: turning challenges into opportunities for poverty reduction and inclusive growth: systematic country diagnostic (SCD)*. Washington, D.C., 2016. (Report, 106725-GB). <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/24695/Guinea0Bissau00try0diagnostic00SCD0.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- World Bank. *Piecing together the poverty puzzle: poverty and shared prosperity 2018*. Washington, D.C., 2018a. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30418/9781464813306.pdf>.
- World Bank. *Seizing the moment: managing public finance for development*. 2018b. <https://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/32004>.
- World Bank. *Does monetary poverty capture all aspects of poverty?* 2018c. <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/does-monetary-poverty-capture-all-aspects-poverty>.
- World Bank. *Poverty & equity data portal*. 2020a. <http://povertydata.worldbank.org/poverty/country/GNB>.
- World Bank. *Poverty: overview*. 2020b. <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>.
- Young, C. Ethnicity and politics. *Oxford Bibliographies*, 23 Jan. 2017. DOI: 10.1093/OBO/9780199846733-0152.



MÓDULO 7

Estudo de caso: Camarões (África Central)

por Monika Lengauer
e Johanna Mack



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Compreender um estudo de caso de um país africano oficialmente bilíngue.
- Apresentar fatores contextuais selecionados para um país afetado por dois conflitos violentos.
- Sensibilizar para a história humana por trás dos números.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

Ao final deste módulo, em paralelo aos estudos de caso anteriores para que todos sejam comparáveis internacionalmente, os participantes deverão ser capazes de:

- Debater cuidadosamente as escolhas dos migrantes e as conclusões dos refugiados.

→ RA Afetivo: Resposta

- Comunicar de forma eficaz o que o público precisa saber sobre migração e deslocamento forçado, para que eles tenham o poder de tomar decisões informadas.

→ RA Cognitivo: Compreensão

- Desenvolver e implementar um breve perfil do país e um breve perfil sobre migração e deslocamento forçado, usando conhecimento e bancos de dados.

→ RA Cognitivo: Aplicação

- Analisar – a partir de uma perspectiva global – o estudo de caso do país de Camarões.

→ RA Cognitivo: Análise

Visão geral

Camarões abrange de forma única a história africana anglófona e francófona. Devido à sua construção como uma ex-colônia britânica e uma ex-colônia francesa, atualmente Camarões não apenas é um país bilíngue, como tem dois sistemas jurídicos, dois sistemas educacionais e duas esferas de mídia distintas. Devido à sua diversidade étnica, cultural e geográfica – Camarões é o lar de mais de 200 grupos étnicos diferentes – o país é muitas vezes referido como *África em miniatura*. Sobrepondo-se à rica diversidade étnica de Camarões, há um legado da história colonial dividida do país (MRGI, 2020), que está ligado a deslocamentos internos maciços. Nyamnjuh (2010) relata que a mídia camaronesa promove regularmente as identidades étnicas que também desafiam a construção da nação. Camarões tem um histórico de imigração e exibe *fatores de atração*, assim como aparente estabilidade e prosperidade econômica, ocorridos pelo menos no passado (início dos anos 1950, final dos anos 1960 e 1970) e em relação aos países vizinhos (International Crisis Group, 2010). Tais circunstâncias atraíram trabalhadores migrantes e refugiados, principalmente da África Central e Ocidental. Nos últimos anos, as pessoas que têm fugido da insurgência do Boko Haram na Nigéria e das guerras e conflitos na República Centro-Africana, no Chade e na República Democrática do Congo foram e estão sendo acolhidas em Camarões (Udelsmann Rodrigues; Tomas, 2012).

O país apresenta fatores importantes que *impulsionam* as pessoas a migrar e/ou buscar refúgio em outro lugar, incluindo conflitos, terrorismo, política contestada e liberdade de imprensa limitada. Camarões também enfrenta injustiça de gênero, altas taxas de desemprego, população jovem em rápido crescimento com oportunidades limitadas, altas taxas de pobreza e uma rede significativa da diáspora (IOM, 2009, p. 27-35; p. 96). Dois conflitos principais precipitam os deslocamentos. No Extremo Norte – a região mais pobre do país – a insurgência armada do Boko Haram transbordou da Nigéria e vem conduzindo suas operações a partir de Camarões desde 2014. A chamada crise anglófona nas regiões Noroeste e Sudoeste do país representa uma segunda causa de grandes deslocamentos. Tudo começou em 2016, quando as autoridades reprimiram os manifestantes anglófonos, e em 2018, a situação se agravou ainda mais.

Perfil do país

Camarões está situado na África Central,¹ na fronteira com Nigéria, Chade, República Centro-Africana, Congo, Gabão e Guiné Equatorial e seu litoral é formado pelo Golfo da Guiné e pelo Oceano Atlântico. As regiões do país anteriormente colonizadas pela França conquistaram a independência em 1960. As duas atuais províncias ocidentais (Noroeste e Sudoeste) votaram para se tornarem independentes do Reino Unido um ano depois e formaram uma união federal com a região francófona de Camarões. O país tem uma população de mais de 26 milhões de habitantes e é o segundo país mais populoso entre os seus vizinhos diretos: a Nigéria, com 206 milhões de habitantes; e o Chade, com 16 milhões (UNDESA 2019a, p. 23-35). Como é o caso em toda a África, a população de Camarões é jovem, a idade mediana da população total é de 19 anos, em consonância com média da África Subsaariana² (UNDESA, 2020). O crescimento populacional de 2,61% ao ano (2015 a 2020) também está de acordo com a média subsaariana, excluindo países de alta renda (World Bank, 2020f; UNDESA, 2019a, p. 57). A taxa de fertilidade (número de nascimentos por mulher) era antes de 5,75 filhos por mulher (1995 a 2000) e reduziu para 4,6 filhos por mulher, ligeiramente inferior à média subsaariana (excluindo países de alta renda), que é de 4,72 filhos, e o dobro da taxa média global de 2,47 filhos por mulher (2015 a 2020) (UNDESA 2019a, p. 137; World Bank, 2020b). Em 2018, a expectativa de vida das mulheres era de 60 anos (em comparação com 63 anos na África Subsaariana, excluindo países de alta renda), e para os homens, era de 58 anos (em comparação com 59 anos na África Subsaariana, excluindo países de alta renda). Em 2000, essa expectativa era de acima de 53 anos para as mulheres e de 50 anos para os homens (UNDESA, 2019a, p. 186-187; World Bank, 2020c; World Bank, 2020d). Esses desenvolvimentos indicam um progresso importante, mas os desafios persistem: a “taxa de redução da pobreza do país está ficando para trás em relação ao crescimento populacional [...], o número total de pessoas pobres aumentou 12%, chegando a 8,1 milhões entre 2007 e 2014”, e a pobreza está cada vez mais concentrada nas regiões do norte, onde vivem 56% dos pobres do país (World Bank, 2019). O crescimento populacional e a protuberância juvenil devem ser traduzidos no “dividendo

1 Observe as diferentes definições da África Central (às vezes listada como *Middle Africa*): para o AfDB, a região compreende Camarões, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, República do Congo, Guiné Equatorial e Gabão, porém, as Nações Unidas também considera Angola e São Tomé e Príncipe com parte dessa região.

2 Em comparação, a idade mediana da população total na Europa é de 42,5 anos; na América Latina e no Caribe, essa média é de 31 anos (UNDESA, 2020).

demográfico” em Camarões (African Union, 2017) e os jovens têm suas próprias ideias de como fazer isso (Nyingi, 2019). Em 2015, o apresentador de rádio, Richard Onanena, jornalista da rádio Kalak FM em Yaoundé, disse ao Banco Mundial que “há uma necessidade real de uma reforma do sistema educacional público para lidar com o desemprego entre os jovens” (World Bank, 2015). Esses apelos para incluir os jovens no planejamento e na elaboração de políticas permanecem na agenda.

Com frequência, os jovens consideram suas oportunidades de vida como limitadas. A música “White Collar” da banda camaronesa Prolific Dream Revolution destaca o nível da dificuldade econômica e o difícil acesso ao mercado de trabalho, resultando em condições de vida precárias e baixa segurança social: “*Man get degree for law ooohh, but ei di push ei na truck! / Man get masters for medicine eh, but ei di sell na achombo!*”³ (Prolific Dream Revolution 237, 2018). Cerca de 6% dos jovens de Camarões (faixa etária de 15 a 24 anos) ficaram desempregados na última década, o que, no entanto, é melhor do que o contexto geral subsaariano, que apresenta uma taxa de desemprego juvenil de cerca de 12% desde 2010 (World Bank, 2020e).

O sistema político de Camarões é uma república unitária com um presidente executivo, cargo ocupado pela primeira vez por Ahmadou Ahidjo, de 1960 a 1982, e por Paul Biya nas últimas quase quatro décadas. Morse (2018) explica que Camarões é um “sistema presidencial dominante”, em consonância com a “resiliência do autoritarismo eleitoral africano” (Morse, 2018, p. 114-115). Camarões tem um baixo nível de democracia na comparação mundial (classificação 142 de 167 países), e em 2020, o país apresentou as pontuações mais baixas desde 2006 (EIU, 2020, p. 10-14, p. 21, p. 43; V-Dem Institute, 2020; Bertelsmann Stiftung, 2020, p. 5).

Os partidos políticos foram legalizados em 1990 após “persistente pressão popular e internacional” (Morse, 2018, p. 122). Em 2008, os limites do mandato presidencial foram abolidos (Bertelsmann Stiftung, 2020, p. 5), com isso, o então presidente pôde concorrer novamente e foi reeleito nas duas eleições presidenciais subseqüentes de 2011 e 2018. Os resultados da eleição presidencial de 2018 continuam sendo muito contestados, assim como as eleições parlamentares e municipais de 2020 tem sido uma fonte de conflito (International Crisis Group, 2020). Separatistas anglófonos pediram boicotes a essas eleições. A Bertelsmann Stiftung (2020, p. 3) observa uma taxa de participação de 10% nas regiões de língua inglesa, mas outros observadores observam essa taxa de apenas 5% (International Crisis Group, 2020, p. 9-10).

Camarões possui ricos recursos naturais, incluindo gás, petróleo, minérios, terras férteis e um clima hospitaleiro para o cultivo de uma grande variedade de culturas. No entanto, o país está classificado em 153º lugar entre 180 países no índice de corrupção da Transparência Internacional (2020). Sua posição é baixa na categoria *desenvolvimento humano médio* do IDH, com classificação de 150º lugar entre 189 países (UNDP, 2018, p. 300-303). Em relação ao

3 Tradução dos autores: “Alguém pode se formar em direito, mas acaba empurrando um caminhão. Outra pessoa faz mestrado em medicina, mas acaba vendendo achombo” (pães fritos comidos com feijão ou molho).

nexo migração-desenvolvimento, as remessas pessoais aumentaram visivelmente nas últimas duas décadas, de US \$15 milhões em 1999 e US \$ 185 milhões em 2009 para US \$334 milhões em 2019. Contudo, essas remessas diminuíram para cerca de US \$319 milhões em 2020 (World Bank, 2020g), presumivelmente por causa da pandemia de Covid-19 (World Bank, 2020a). As remessas representam menos de 1% do PIB – no contexto africano, este é um valor baixo (World Bank, 2020g) –, enquanto mais de um quarto dos entrevistados em um estudo recente relatou ser de alguma forma independentem dessas remessas (McMahon; Kalantaryan, 2020, p. 14). Camarões é um país de baixa renda média com diferenças regionais acentuadas. A pobreza, por exemplo, está se deteriorando nas regiões do Extremo Norte, do Noroeste e do Sudoeste.

Perfil da migração

O primeiro Relatório sobre Migração na África, publicado pela União Africana (UA) e pela OIM, não trata particularmente da migração de ou para Camarões. Refere-se apenas, de maneira geral, ao fato de que “[...] globalmente, mais de dois terços dos países africanos estavam entre os dez principais países com novos deslocamentos internos relacionados a conflitos”, incluindo Camarões (Adepoju et al., 2020, p. 54-55). O Afrobarometer, na sua análise intitulada “Updatating the narrative about African migration” (Appiah-Nyamekye Sanny; Rocca, 2018)⁴, conclui que, em média, mais de um terço dos africanos (37%) pelo menos considerou a possibilidade de emigrar para outro país, e quase um em cada cinco (18%), pensou “muito” sobre o assunto (ver Módulo 9; Appiah-Nyamekye Sanny; Rocca, 2018, p. 2). Menos entrevistados de Camarões (14%) do que da África subsaariana (37%) pensaram “muito” sobre a emigração (classificação 13 de 34 para Camarões), 26% consideraram a emigração “um pouco ou um tanto” e 59% “nem um pouco” (Appiah-Nyamekye Sanny; Rocca, 2018, p. 3; Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 5).

Em 2019, a população de migrantes⁵ em Camarões era de 506 mil pessoas, representando 2% da população, um pouco menos do que em 2017 (540 mil). A taxa líquida de migração – o número de imigrantes que entram em Camarões menos o de emigrantes que deixam o país – é de menos 24 mil pessoas (Migration Data Portal, 2021).

Imigração: um período de relativa estabilidade e potencial econômico na segunda metade do século XX atraiu migrantes trabalhadores, migrantes circulares⁶ e residentes permanentes. A situação se deteriorou na década de 2010, quando os conflitos (insurgência do Boko Haram; crise anglófona) começaram a enfraquecer a estabilidade interna. No entanto, uma pesquisa da

4 A análise é baseada em números oficiais e pesquisas realizadas entre 2016 e 2018, que perguntou a mais de 45 mil africanos em 34 países sobre o que eles pensam a respeito da migração (Appiah-Nyamekye Sann; Rocca, 2018, p. 2).

5 As estatísticas referem-se a números internacionais de migrantes. Os números incluem todos os residentes de um país nascidos no exterior, independentemente de quando eles entraram no país. Para países onde os dados sobre a população nascida no exterior não estão disponíveis, a UNDESA usa dados sobre cidadãos estrangeiros. Como tal, o número de migrantes internacionais pode não incluir migrantes de segunda geração, que nasceram no país, mas são filhos de pais que migraram. Esses dados não devem ser confundidos com os dados do fluxo migratório anual (ou seja, o número de migrantes que entraram ou saíram de um país dentro de um ano). Para definições, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019).

6 Para definição de *migração circular*, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019).

Gallup em 146 países realizada em 2011, mostrou que 84% dos entrevistados camaroneses acreditam que seu país é um bom lugar para os imigrantes viverem. Essa resposta excede as taxas de resposta da África Subsaariana (66%), mas a região ainda ocupa o terceiro lugar, depois das Américas e da Europa (Wu; Ray, 2012). Segundo o Índice Mundial de Felicidade, os camaroneses também são otimistas (classificação 98 de 153), assumindo uma classificação de 2 dígitos junto com Costa do Marfim, Benin, Congo e Gana (Helliwell et al., p. 20-22).

Refugiados e requerentes de asilo em Camarões: o ACNUR, em novembro de 2020, relatou que cerca de 2 milhões de pessoas estavam em situação de preocupação em Camarões, incluindo mais de 430 mil refugiados de três principais países de origem: República Centro-Africana (310 mil), Nigéria (117 mil) e Chade (2 mil) (UNHCR, 2020a). A maioria dos refugiados, no entanto, não procura asilo em Camarões (ver Módulos 3 e 9). A discrepância entre o elevado número de refugiados e o baixo número de requerentes de asilo é notável, pois em 2019, apenas 7.400 requerentes de asilo eram da República Centro-Africana, enquanto 293 mil refugiados da República Centro-Africana foram registrados sob o mandato do ACNUR no mesmo ano. Da mesma forma, da Nigéria, apenas 54 requerentes de asilo foram registrados, além de 111 mil refugiados (UNHCR, 2020c). A ONG Human Rights Watch lamenta o não cumprimento da Convenção de Refugiados da União Africana ao fazer referência ao retorno forçado de requerentes de asilo nigerianos desde 2015 (Human Rights Watch, 2019a, p. 118).

Pessoas deslocadas internamente (PDIs): segundo o ACNUR, estima-se que 710 mil pessoas tenham sido deslocadas devido a conflitos e violência nas regiões Noroeste e Sudoeste e 320 mil na região do Extremo Norte (UNHCR, 2020a). O IDMC (2020) também relata quase um milhão de PDIs devido a conflitos e violência até o final de 2019 e 80 mil novos deslocados no primeiro semestre de 2020. Contudo, muitas vezes, esses dados são apenas estimativas (ver Módulo 2). A coleta e a divulgação de dados são inadequadas, tanto em relação ao deslocamento interno quanto aos movimentos transfronteiriços, e há pouquíssimos dados disponíveis sobre o impacto dos conflitos. Em setembro de 2019, o IDMC “ainda não conseguia afirmar com certeza quantas pessoas haviam perdido suas casas, quantas crianças não estavam frequentando a escola ou quantas famílias haviam sido separadas” (André et al., p. 50).

Refugiados de Camarões: como o país era anteriormente conhecido por sua relativa estabilidade, o número de refugiados de Camarões tornou-se estável com cerca de 10 mil no início da década de 2010. Em 2018, o número de refugiados aumentou para 45 mil e, em 2019, para 66 mil. Os países de destino são principalmente a Nigéria (52 mil), seguida pelos Estados Unidos da América (5 mil) e pela Itália (2.200), enquanto os principais países de asilo estão na Europa e na América do Norte (UNHCR, 2020b).

Emigração: o Afrobarometer conclui de sua pesquisa que “[...] os africanos jovens e instruídos [são] mais propensos a considerar a possibilidade de se mudar para o exterior” (Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 1). Quase um quinto (18%) dos entrevistados camaroneses na faixa etária de 18 a 25 anos considera “muito” a possibilidade de emigrar, em comparação com 14% em todas as faixas etárias (Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 5, fig. 2; p. 7, fig. 5;

p. 27, tab. A.2). Em 2019, um total de 4% de todos os entrevistados camaroneses estavam se preparando para emigrar, 16% estavam pensando em emigrar no próximo ano ou nos dois anos seguintes, 20% não tinham planos atuais e 59% não pensavam em emigrar (Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 9, fig. 6; p. 10, fig. 7). Na pergunta “caso se mudassem para outro país”, 12% dos entrevistados camaroneses escolheriam um país da região, 8% iriam para outros lugares da África, 26% para a Europa, 33% para a América do Norte (Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 13, fig. 11). A maioria dos entrevistados camaroneses relataram o desejo de “encontrar trabalho” como sua principal razão para considerar a emigração (35%), seguido pelo desejo de “escapar da pobreza ou de dificuldades econômicas” (24%) e de buscar uma educação (10%). Apenas uma minoria dos entrevistados observou que deseja encontrar democracia ou liberdades (3%), paz ou segurança (6%) (Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 15, fig. 13; p. 16, tab. 1). Embora a maioria dos entrevistados deseje se deslocar dentro de sua região de origem e opte pela liberdade de movimentos entre fronteiras (56% dos entrevistados camaroneses), eles acham difícil ou muito difícil cruzar fronteiras internacionais (60%) (Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 20, fig. 17; p. 21, fig. 18). Os autores do estudo do Afrobarometer concluem que “muito menos pessoas realmente fazem planos para deixar o país “ (Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019, p. 2), mas alertam para o fato de que, se todos os que pensam em sair o fizessem, o país sofreria grandes perdas em sua população jovem (ver Módulo 9). Jobard (2019) mostra as dificuldades de um⁷ migrante em situação irregular (“clandestino”) em uma reportagem fotográfica.

7 Para definições de migração irregular, ilegal ou clandestina, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE E ABORDAR AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Permitir que a turma adquira algum conhecimento sobre Camarões como um país de migração e deslocamento forçado antes de estudar os fatores de atração e repulsão do país.

Convidar os participantes a preparar um breve perfil do país e um breve perfil sobre migração e deslocamento forçado de Camarões.

- Para compor esses dois perfis, os participantes selecionam seus dados a partir das fontes mostradas no Módulo 2, particularmente a página de Camarões no Migration Data Portal (Migration Data Portal, 2021).
- Para dar vida aos dados, os participantes devem procurar reportagens da mídia de ou sobre Camarões, que consideram esclarecedoras e reveladoras.
- Apresentar os dois perfis em plenário e concluir com destaques para identificar as cinco principais características de Camarões.

SUGESTÃO PARA SALA DE AULA (ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO):

Atribuir aos participantes a tarefa de descrever quais aspectos do perfil do país são relevantes para quais públicos, particularmente em relação aos aspectos que os capacitam a tomar decisões fundamentadas sobre migração e deslocamento forçado.

Fatores contextuais selecionados

Conflitos: conflitos são um dos principais fatores que levam as pessoas a migrar (ver Módulo 3). As mulheres são especialmente vulneráveis a situações de conflito (ver a seção Gênero deste manual e a parte sobre gênero neste Módulo), como Zenn e Pearson (2014) demonstram em relação à violência sistemática baseada em gênero do Boko Haram. Em Camarões, dois grandes conflitos precipitam o deslocamento, a crise anglófona e a insurgência do Boko Haram. As violações dos direitos humanos são generalizadas (Human Rights Watch, 2019a, 2019b).

Insurgência do Boko Haram: as palavras “boko haram”, traduzidas do *haucá* para o português, significam “a educação ocidental é pecaminosa” (Zenn; Pearson, 2014, p. 46). O grupo que atende por esse nome declarou como um de seus objetivos ideológicos introduzir a lei islâmica (Sharia) em todo o seu território. O grupo armado está sediado no nordeste da Nigéria e se espalhou para países vizinhos, incluindo Chade, Níger e Camarões. Desde 2014, o grupo insurgente realiza ataques na região do Extremo Norte de Camarões. O país é o segundo país mais afetado pela violência e insegurança ligadas ao Boko Haram, depois da Nigéria. Pelo menos 17 civis foram mortos em um ataque à cidade de Nguetechewe em agosto de 2020, quando o grupo islâmico

usou “crianças como homens-bomba para atacar pessoas deslocadas, [o que] é um crime de guerra extremamente repugnante” (Human Rights Watch, 2020, p. 175-176). Esse ataque seguiu-se a um grande aumento de incidentes violentos desde o início de 2020, com assassinatos quase diários, sequestros e destruição de propriedades atribuídos ao Boko Haram. Além disso, a região é afetada pela insegurança alimentar e pela falta de oportunidades econômicas. O conflito exacerba a insegurança humana generalizada com dificuldades econômicas, alimentares, de saúde, educacionais e ambientais (Abel et al., 2019; Lundy; Adebayo, 2016). Embora o conflito com o Boko Haram “tenha diminuído de forma significativa”, segundo Bertelsmann Stiftung, o grupo islâmico continua ativo, e “numerosos grupos de vigilantes [...] surgiram em autodefesa” contra o Boko Haram, à medida que o governo realocou forças militares dessas áreas para as regiões anglófonas (Bertelsmann Stiftung, 2020, p. 7-8).

Crise anglófona: o conflito anglófono é “uma das crises mais negligenciadas do mundo” (André et al., 2019, p. 14) que desencadeou 20 vezes mais deslocamentos do que a insurgência do Boko Haram, postula o IDMC. Essa crise é severamente subnotificada e, portanto, as intervenções humanitárias e de desenvolvimento são subfinanciadas (André et al., 2019, p. 8; IDMC, 2019). Tamfu (2018) descreve algumas das dificuldades.

A educação está no centro desse conflito, pois o francês é a língua de instrução nas escolas para as populações anglófonas. Sondo (2020) narra as dificuldades que enfrenta um estudante e jornalista de língua inglesa para estudar e pesquisar em instituições predominantemente francesas. Vários camaroneses anglófonos sentem-se sub-representados no país, sistematicamente negligenciados pelo governo central e economicamente desfavorecidos (IDMC, 2019; Manih, 2018). Ao lidar com a violência “sob pressão internacional cada vez maior” (International Crisis Group, 2020, p. 6), o governo iniciou um diálogo nacional no outono de 2019, mas fez apenas “pequenas concessões”, após os separatistas anglófonos terem boicotado o evento e “intensificado sua campanha de violência” (International Crisis Group, 2020, p. 7). O acesso à educação, aos cuidados médicos e aos serviços públicos é menor nas áreas anglófonas do que em outras partes do país. A Frente Unida do Consórcio Ambazônia do Sul de Camarões (*Southern Cameroon Ambazonia Consortium United Front – SCACUF*) declarou uma república independente em 2017, que foi reprimida pelo governo (Human Rights Watch, 2019a).

Liberdade de imprensa: a constituição garante a liberdade de imprensa, explica Ngangum (2020), mas “há um otimismo limitado em relação à liberdade de imprensa e ao papel da mídia na democratização” (Ngangum, 2020, p. 10). O *ranking* de liberdade de imprensa do país está em declínio, caindo para uma classificação de 134 de 180 países em 2020, de 131 em 2019 e 129 em 2018 (Reporters Without Borders, 2020a; Reporters Without Borders, 2020b; CPJ; ESCR-Net, s.d.).

Existem duas agências de notícias Camarões, a Cameroon News Agency, de língua inglesa, e a Agence Cameroun Presse, de língua francesa. A BBC compartilha uma seleção dos meios de comunicação mais influentes e aponta para “um ambiente de mídia movimentado” com a CRTV estatal, redes de rádio, “dezenas de estações de rádio e TV privadas e centenas de títulos de imprensa” (BBC, 2019). Tita e Wantchami apontam para um declínio nos padrões profissionais:

“Os princípios padrão de reportagem, como precisão e imparcialidade, integridade não são respeitados [...] os profissionais da mídia têm baixa integridade e são corruptos” (Tita; Wantchami, 2016, p. 3). Os baixos salários e as más condições de trabalho servem de explicação. Considera-se que a mídia camaronesa esteja sob estrito controle do governo (mídia estatal) ou sendo intimidada com frequência (mídia privada). Jornais foram banidos, jornalistas sancionados e processados por difamação ou por “insultar a presidência” (Bertelsmann Stiftung, 2020, p. 11). O projeto de lei antiterrorista de 2014 foi aplicado para restringir a cobertura jornalística das atividades governamentais durante a luta contra o Boko Haram e a crise anglófona (Bertelsmann Stiftung, 2020). À medida que as possibilidades de reportagens independentes na mídia diminuam, o uso das redes sociais aumentava – o governo e seus apoiadores também embarcaram nas redes sociais para espalhar suas mensagens. O uso de redes sociais tem aumentado, 23% da população já usava a internet em 2019 (World Bank, 2020h) e 59% usava *smartphones* para acessar a internet (International Crisis Group, 2020). O Facebook é a plataforma de rede social mais popular em Camarões (International Crisis Group, 2020, p. ii-iii; 23-26).

O assédio a jornalistas tem aumentado, de acordo com o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (*Committee to Protect Journalists*) (ver Figura 20). O âncora de notícias, Samuel Wazizi, preso desde 2 de agosto de 2019, foi acusado de colaborar com separatistas anglófonos e espalhar informações separatistas. Ele morreu em um hospital militar em Yaoundé em junho de 2020. A UNESCO solicitou investigações sobre sua morte e pediu “às autoridades que esclareçam os eventos que levaram à morte de Wazizi e garantam que qualquer violação de seus direitos como jornalista e como detento seja levada à justiça” (UNESCO, 2020).

A internet foi desligada nas regiões anglófonas por 240 dias em 2017 e 2018. Sempre que possível, as pessoas criavam maneiras de contornar a proibição e usavam redes privadas virtuais (VPNs) (Kenmogne, s.d., p. 2). Além disso, elas escreviam seus *e-mails* em seus celulares e os amigos os levavam para as partes francófonas do país, onde os *e-mails* podiam ser enviados (Kingsley, 2019). As pessoas criaram o “campo de refugiados da internet”, um espaço que tinha cobertura de internet e era onde elas entravam para se conectar (Kenmogne, s.d., p. 3). O governo justificou a proibição ao alegar que havia “uma propagação de informações falsas nas redes sociais capazes de incitar o ódio e a violência nas regiões atingidas pela crise” (Mukeredzi, 2017). O argumento da “desinformação”, afirmam os ativistas de direitos humanos em Camarões, começou como uma justificativa do governo para desligar a internet, mas se tornou um “problema real com o qual todos têm de lidar” (Marchant; Stremlau, 2020, p. 4332).

Desligar a internet não apenas “viola o direito internacional [e] [...] suprime o debate público, [...] como também priva os camaroneses do acesso a serviços essenciais e a recursos básicos”,⁸

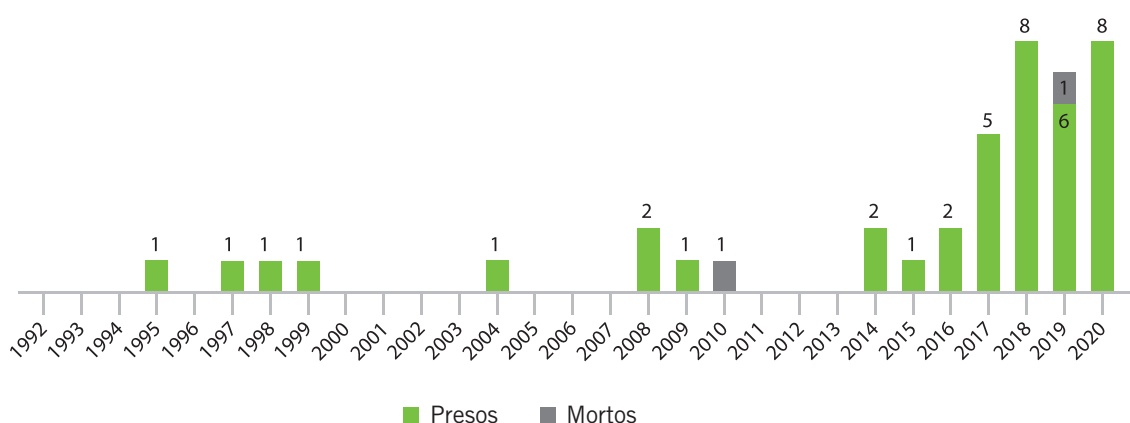
8 O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em sua Resolução aprovada em 5 de julho de 2018, “[c]ondena inequivocamente” as medidas que violam a lei internacional de direitos humanos que impeçam ou interrompam a capacidade de um indivíduo de buscar, receber ou transmitir informações *online*, e conclama todos os Estados a se absterem e a cessarem tais medidas” (UNGA, 2018, p. 3; p. 5, para. 13). A Resolução destaca que a internet precisa “permanecer global, aberta e interoperável”, que os estados devem abster-se de “restrição indevida da liberdade de opinião e expressão *online*”, incluindo os estados que “manipularam ou suprimiram a expressão *online* em violação do direito internacional”. O parágrafo 12 é um lembrete para fornecer “um ambiente *online* seguro e propício” que permita aos jornalistas “realizar seu trabalho de forma independente e sem interferência indevida ou ilegal” (UNGA, 2018, pp. 4-5).

afirmou em 2017 o Relator Especial das Nações Unidas sobre Liberdade de Expressão, David Kaye (CIPESA, 2017, p. 6). Além disso, esse desligamento impacta a economia de maneira significativa. A Colaboração sobre Política Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a África Oriental e Austral (*Collaboration on International ICT Policy in East and Southern Africa* – CIPESA) calcula que Camarões perdeu quase US\$ 40 milhões em 93 dias de paralisação em 2017 (CIPESA, 2017, p. 21-22). A perda impactou particularmente a Silicon Mountain, um centro de tecnologia da região sudoeste anglófona (Kenmogne, s.d.). As empresas com operação mundial não conseguiam conectar-se com seus parceiros e lamentavam que “[...] muito dinheiro estava sendo perdido” (Mukeredzi, 2017). Kenmogne (s.d.) narra os 93 dias de apagão em 2017 e compartilha as experiências de um professor de TIC que não conseguiu inscrever seus estudantes para os Technovision Challenges. Uma mãe residente no exterior foi desconectada de seus filhos e um pesquisador ficou sem acesso a seus estudos *online*. Eles dizem que o desligamento enfureceu as pessoas e aumentou as tensões. As ONGs de direitos digitais, Internet Sans Frontières e Access Now, processaram o governo camaronês por impor a paralisação nas duas regiões anglófonas (Access Now, 2018).

As ONGs de mídia alertaram o mundo para o caso do jornalista de rádio, Mancho Bibixy, que foi preso em 2017 por acusações de terrorismo depois de defender os direitos dos anglófonos e condenado a 15 anos de prisão (CPJ, 2020b).

O “Project Exile”, do *Global Journalist*, retrata a luta dos jornalistas camaroneses para sobreviver em seu país de origem e no exílio, por exemplo, o cartunista camaronês Ako Eyong, ou Charles Atangana, ex-repórter investigativo (Beaton, 2018; Ethiemere, 2017). A jornalista, Mimi

Figura 20: Jornalistas em risco em Camarões desde 1992



ONGs de mídia como Repórteres Sem Fronteiras e o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, bem como a UNESCO, alertam a comunidade internacional sobre os jornalistas em risco. Fonte: (CPJ, 2020a). Ilustração própria.

Mefo Takambou, recebeu o Prêmio Liberdade de Expressão na categoria jornalismo (Index on Censorship, 2019). Ela é repórter e a primeira mulher editora-chefe do serviço em inglês de um meio de comunicação privado em Camarões. Ela estabeleceu sua própria plataforma de notícias (Mimimefo, s.d.; English Pen, 2020).

Mimi Mefo, Paul Chouta e Boris Bertolt são três blogueiros políticos com mais de 100 mil seguidores cada em suas plataformas de rede social (dois vivem no exterior e um está preso em Camarões) (International Crisis Group, 2020, p. 16).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE E PARA ABORDAR AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Atribuir aos participantes a identificação e descrição de dois fatores contextuais selecionados para Camarões: dois fatores de repulsão ou dois fatores de atração, ou uma combinação de cada um.

- Para identificar dois fatores contextuais, os participantes deverão consultar o Módulo 3 deste manual. Seria ideal que os participantes apresentassem novos fatores contextuais, pois a listagem do Módulo 3 não é inclusiva.
- Apresentar as condições que levam alguns camaroneses a deixarem suas casas e outros a retornarem para Camarões, os participantes deverão encontrar reportagens ou depoimentos na mídia.
- Os participantes deverão apresentar seus fatores contextuais selecionados em plenário, tentando encontrar um equilíbrio entre a teoria e o elemento humano por trás da teoria.

Gênero

O gênero é um dos fatores mais importantes para determinar motivos, experiências, prioridades e condições de migração e deslocamento forçado (ver a seção Gênero deste manual). O ACNUR diz que as mulheres refugiadas “desacompanhadas, grávidas, chefes de família, com deficiência ou idosas são ainda mais vulneráveis” (UNHCR, 2020d). As mulheres que fogem das áreas de língua inglesa de Camarões para a Nigéria enfrentam a falta de trabalho nas instalações de acolhimento nigerianas e um risco maior de violência sexual e de gênero, bem como de violência doméstica, mas muitos incidentes não são relatados (UNHCR, 2018).

A igualdade de gênero está inscrita na constituição de Camarões (Nijkem, 2017) e faz parte da política governamental, com a Política Nacional de Gênero de Camarões (*National Gender Policy of Cameroon – NGPC*), como “um documento orientador e de referência fundamental [...] que pretende promover uma sociedade igualitária e equitativa” (Mefire et al., 2017, p. 37). A representação das mulheres no parlamento tem aumentado desde 1997 (World Bank,

2021), mas “permanece baixa em geral com diferenças significativas entre os âmbitos nacional e local” (UN Women, s.d.), e o trabalho das mulheres parlamentares é amplamente afetado pela “disciplina partidária e pelo sistema parlamentar” (Fokum; Fonjong, 2018, p. 754). A participação política das mulheres é essencial para o desenvolvimento sustentável e para reduzir a pobreza (Fokum; Fonjong, 2018, p. 755; Mefire et al., 2017, p. 37; ver Módulo 3), especialmente em um país onde 51% das mulheres vivem abaixo da linha da pobreza em comparação com 39% da população nacional; e apenas 53% das meninas estão matriculadas no ensino médio (comparados aos 65% dos meninos); além disso, 43% das mulheres com parceiros enfrentam violência doméstica (OCHA, 2019).

Em comparação com os países vizinhos do mesmo grupo de desenvolvimento humano médio,⁹ Camarões está relativamente bem, na posição 140 do Índice de Desigualdade de Gênero; o Congo ocupa a posição 145, e não há dados para a Guiné Equatorial (UNDP, 2019, p. 318). Ainda na comparação de seus dois vizinhos no grupo de desenvolvimento humano médio, Camarões apresenta uma taxa de natalidade adolescente mais baixa, mas são mais altas as taxas de mulheres no parlamento e as taxas de mulheres que participam da força de trabalho. Por outro lado, Camarões fica aquém em termos de mulheres e homens com pelo menos alguma educação secundária. De acordo com os dados de 2015, os indicadores relatam para Camarões quase 600 mortes por 100 mil nascidos vivos, em comparação com 440 mortes no Congo e 340 na Guiné Equatorial (UNDP, 2019, p. 318). A Mutilação Genital Feminina (MFG) é proibida na legislação nacional e essa prática é criminalizada (Thomson Reuters Foundation, 2018). A idade legal do casamento é de 18 anos para mulheres e homens. Alguns observadores consideram os esforços de Camarões como “avanços fundamentais para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres” (Njikem, 2017). Outros abordam os desafios na implementação da legislação existente que pretende alcançar a igualdade de gênero e prevenir a violência contra mulheres, meninas, homens e meninos, a fim de fornecer proteção e justiça às vítimas (UN Women, s.d.). Economicamente, também, a igualdade para as mulheres ainda está apenas na agenda. Embora as mulheres sejam, em muitos aspectos, a espinha dorsal da economia, elas ainda são amplamente marginalizadas e são até “mais dependentes economicamente dos homens do que nos tempos pré-coloniais ou tradicionais” (Nana-Fabu, 2006, p. 148).

Para 2019, a Organização das Nações Unidas relata que cerca de 194 mil mulheres e 189 mil homens migraram de Camarões, e mais mulheres do que homens migram de Camarões (Migration Data Portal, 2021). Desde 1990, ambos os grupos escolheram cada vez mais países de alta renda, regiões mais desenvolvidas e países de destino europeus em detrimento dos países de destino da África Subsaariana. O número de mulheres migrantes de Camarões aumentou quase 250% entre 1990 e 2019, com um aumento particularmente acentuado na década de 2000. Embora em 1990 a maioria das mulheres tenha migrado para regiões menos desenvolvidas (54%) em comparação com regiões mais desenvolvidas (46%), esse padrão agora se inverteu: 68% das mulheres migrantes de Camarões foram para regiões mais desenvolvidas (60% eram homens). Ao longo dos anos, eles preferiram países de renda alta a países de renda média ou baixa, mas a

⁹ Em 2019, o Congo assumiu a posição 138 no IDH; a Guiné Equatorial, a posição 144; e Camarões, a 150 (UNDP, 2019, p. 302).

proporção se tornou mais pronunciada. Em 1990, 45% das mulheres migraram para países de renda alta e 27% para países de rendas média e baixa, respectivamente; já em 2019, 68% das mulheres migraram para países de renda alta, 21% para países de renda média e apenas 11% para países de renda baixa. A região de destino preferida é a Europa. Em 2019, 50% de todas as mulheres que migraram de Camarões e 40% dos homens foram para a Europa, 32% delas migraram para outros países da África e 18% para a América do Norte. Essa tendência com uma preferência pela Europa se intensificou entre 1990 e 2019. Em 1990, 43% das mulheres migraram para a Europa, em comparação com 50% em 2019; além disso, em 1990, 54% das mulheres migraram outros países da África, em comparação com 32% em 2019. Na África, em 2019, a maioria das mulheres camaronesas migrou para o Gabão (21.000), para o Chade (18.577) e para a Nigéria (12.717) (UNDESA, 2019b, tab. 2 e 3).

Os países do Conselho de Cooperação do Golfo (*Gulf Cooperation Council – GCC*) são os principais destinos das mulheres migrantes das regiões da África Central e Ocidental, onde elas são frequentemente empregadas como trabalhadoras domésticas (IOM, 2018). Em busca de empregos e com o objetivo de trazer “orgulho e respeito” para a família por meio da migração internacional de mão de obra (Malit; Oliver, 2020, p. 130), as mulheres migrantes para os países do GCC relataram abusos (Chim'tom, 2015; Ebo'o; Oyono, 2019), o que levou a esforços para extinguir o tráfico (Kindzeka, 2016). Histórias das mulheres da região anglófona de Camarões se coincidem, como a de *Mirabel* – que foi para Dubai com um visto de turista e esperava trabalhar em sua profissão de professora, mas encontrou trabalho apenas como professora assistente – e a de *Susan* – que esperava trabalhar como enfermeira no Kuwait e acabou como trabalhadora doméstica (Chimtom, 2015; Malit; Oliver, 2020).

Na Europa, em 2019, as mulheres camaronesas migraram principalmente para os países de língua francesa – 57 mil para a França, 10 mil para a Bélgica, 5 mil para a Suíça –, além disso, foram destinos preferidos pelas mulheres migrantes: o Reino Unido (5.000), a Alemanha (7.700) e a Itália (6.500) (UNDESA, 2019b, tab. 3; ver Módulo 8). Na Alemanha, a proporção de mulheres migrantes de Camarões tem aumentado ao longo dos anos, e o *papel fundamental* da diáspora no processo de desenvolvimento de Camarões tem sido reconhecido há muito tempo (GTZ, 2007, p. 8-9).

Chegar à Europa não é uma tarefa fácil, como mostra Frias (2019). A autora apresenta “Mireille”, de Camarões, a primeira mulher africana a ultrapassar a cerca na fronteira entre Melilla (Espanha) e Marrocos, que compartilhou com a mídia as experiências de sua longa jornada de Camarões ao enclave espanhol. Durante sua jornada migratória pela África, ela não sofreu abuso ou assédio e decidiu seguir pelo desconhecido porque “[...] mesmo se formos para a escola e conseguirmos um diploma, não há nada o que fazer” (Frias, 2019, p. 172). A segunda mulher africana a ultrapassar a cerca em Melilla também era uma camaronesa, “Astan”, grávida de doze semanas. Tatiana Kanga, também de Camarões, navegou pela rota continental e atravessou o Mar Mediterrâneo, grávida de nove meses (Frias, 2019). Para muitas mulheres, a migração é uma forma de “aumentar o acesso a ativos produtivos”, explica a OIM (2020). Por que vão? Alpes (2017), com base em sua extensa pesquisa de campo etnográfica,

ênfatisa que “as aspirações migratórias [...] tocam os jovens camaroneses de famílias mais ricas e mais pobres de todas as esferas da vida e com diferentes níveis de educação. Tanto homens quanto mulheres conseguem obter apoio financeiro de suas famílias para tentar migrar” (Alpes, 2017, p. 306), e o mais forte, seja homem ou mulher, está “destinado a se tornar um migrante” (Alpes, 2017, p. 313). Assim como os jovens da Guiné-Bissau migram em busca do “ideal em outro lugar” (Ramsey-Kurz; Ganapathy- Doré, 2011; ver Módulo 6), este parece ser o caso quando Kanga exclama “É a Europa!” (Frías, 2018, p. 174). Entretanto, nem toda migração termina com o acesso desejado aos ativos produtivos. Aqueles que ficam desiludidos e desejam voltar para casa podem se beneficiar dos programas de retorno e reintegração, implementados pela OIM (2020). Em seus países, as mulheres que retornam, como “Rafiatou”, de Camarões, compartilham o conhecimento de suas experiências com possíveis migrantes, porque “mulheres jovens e meninas devem saber quais são os riscos ao longo do caminho” (IOM, 2020).

Como é geralmente o caso (ver Módulo 3), as mulheres camaronesas também são obrigadas a atender às expectativas dos investidores de seus lares – familiares e membros da comunidade – que “em geral organizam o contato inicial com ‘agentes de viagens ou contrabandistas’ [...] e pagam para essas pessoas” (Mixed Migration Center, 2018, p. 36). Em sua pesquisa de campo etnográfica realizada ao longo de seis anos, entre 2007 e 2013, Alpes (2017) descobriu as interdependências entre mulheres migrantes, suas famílias e “agentes de viagem” em Camarões, e é capaz de mostrar o quão complexas são as redes de decisão e a dependência dos migrantes.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES AFETIVAS PARA RESPONDER E AS COGNITIVAS PARA APLICAR:

Pedir aos participantes para delinear o deslocamento interno em Camarões.

- Consultar os recursos que foram apresentados, por exemplo, no Portal de Dados de Migração (Migration Data Portal, 2021), nos Indicadores de Desenvolvimento Humano (UNDP, 2019c) ou em reportagens nas mídias (The New Humanitarian, 2020).
- Apresentar os números e as causas do deslocamento interno, usando as fontes já citadas, incluindo as bases de dados fornecidas pelo IDMC, pelo ACNUR (UNHCR) e pela OIM (IOM) sobre as populações de pessoas deslocadas internamente (PDIs) em Camarões. Descreve os fatores que empurram as pessoas de suas casas para lugares mais seguros em Camarões – e descrever as razões pelas quais elas não atravessam as fronteiras internacionais.
- Torne as situações de deslocamento interno tangíveis - use fotos, vídeos ou outras mídias.

TAREFA SUGERIDA PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E ANÁLISE:

Fornecer um relatório sobre Camarões e deslocados internos (IDP), migrantes ou refugiados usando a mídia local ou internacional. Cada participante deve elaborar aspectos importantes para Camarões e identificar informações que capacitem o público a fazer declarações informadas sobre migração e deslocados internos.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Global Journalist. *Project Exile*. 2020. <https://globaljournalist.org/2018/01/8964/>.

Jornalística:

Jobard, O. *From Cameroon to France: travel journal of a clandestine immigrant (moving walls)*. New York: Open Society Foundation, 2019. <https://www.movingwalls.org/moving-walls/13/cameroon-france-travel-journal-clandestine-immigrant.html>.

Institucional:

Immigration and Refugee Board of Canada; UNHCR. *Cameroon: corruption of journalists; the falsification of newspaper articles for the purpose of refugee claims*. 2012. <https://www.refworld.org/docid/4f9e37342.html>.

Referências

- Abel, G. J.; Brottrager, M.; Crespo Cuaresma, J.; Muttarak, R. Climate, conflict and forced migration. *Global Environmental Change*, n. 54, p. 239-249, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2018.12.003>.
- Access Now. *Access Now & ISF file legal intervention against Cameroon shutdown*. 2018. <https://www.accessnow.org/access-now-isf-file-legal-intervention-cameroon-shutdown/>
- Adepoju, A.; Fumagalli, C.; Nyabola, N. *Africa migration report: challenging the narrative*. Addis Ababa, 2020. <https://publications.iom.int/books/africa-migration-report-challenging-narrative>.
- African Union. *Harnessing the demographic dividend through investments in youth*. 2017. <https://au.int/sites/default/files/documents/32665-doc-au-echo-magazine-2017-23june17-1.pdf>
- Alpes, M. J. Why aspiring migrants trust migration brokers: the moral economy of departure in Anglophone Cameroon. *Africa*, v. 87, n. 2, p. 304-321, 2017. <https://doi.org/10.1017/S0001972016000978>.
- André, C.; Anzellini, V.; Hajžmanová, I.; Leduc, C. *Africa Report on internal displacement*. IDMC. 2019. <https://www.internal-displacement.org/publications/africa-report-on-internal-displacement>.
- Appiah-Nyamekye Sanny, J.; Rocca, C. “Updata-ing” the narrative about African migration. *AfroBarometer*, 2018. <https://afrobarometer.org/publications/updata-ing-narrative-about-african-migration>.
- Appiah-Nyamekye Sanny, J.; Logan, C.; Gyimah-Boadi, E. In search of opportunity: young and educated Africans most likely to consider moving abroad. *AfroBarometer*, n. 288, 2019. http://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ab_r7_dispatchno288_looking_for_opportunity_africans_views_on_emigration1.pdf.
- BBC. *Cameroon: Profile Media. The BBC*, 2019. <https://www.bbc.com/news/world-africa-13146033>.
- Beaton, A. Tortured in Cameroon, a struggle for U.K. asylum [Charles Atangana]. *Global Journalist*, 22 Jan. 2018. <https://globaljournalist.org/author/abeaton/>
- Bertelsmann Stiftung. *BTI 2020 country report – Cameroon*. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2020. https://www.bti-project.org/content/en/downloads/reports/country_report_2020_CMR.pdf.
- Chimtom, N. K. In search of jobs, Cameroonian women may end up as slaves in Middle East. *Inter Press Service*, 15 Jul. 2015. <http://www.ipsnews.net/2015/07/in-search-of-jobs-cameroonianwomen-may-end-up-as-slaves-in-middle-east/>.
- CIPESA. *A Framework for calculating the economic impact of internet disruptions in sub-Saharan Africa*. Kampala: Collaboration on International ICT Policy in East and Southern Africa (CIPESA), 2017. https://cipesa.org/?wpfb_dl=252.
- CPJ. *Journalists attacked in Cameroon since 1992*. 2020a. <https://cpj.org/africa/cameroon/>.
- CPJ. Abakwa FM, Imprisoned in Cameroon, January 17, 2017. *Mancho Bibixy*, 2020b. <https://cpj.org/data/people/mancho-bibixy/>.
- CPJ; ESCR-Net. *Journalist Assistance Application*. s.d. <https://www.escr-net.org/resources/journalist-assistance-application>.
- Ebo’o, A.; Oyono, P. R. Human trafficking: young Cameroonians end up enslaved in the Gulf. *Enact*, 2019. <https://enactfrica.org/research/trend-reports/young-cameroonians-end-up-enslaved-in-the-gulf>.

- EIU. *Democracy index 2019: a year of democratic setbacks and popular protests; a report by the Economist Intelligence Unit*. 2020. <https://www.in.gr/wp-content/uploads/2020/01/Democracy-Index-2019.pdf>.
- EMN. *Asylum and migration: glossary 6.0*. Brussels: European Migration Network, 2018. https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emn-glossary-6-0_en.pdf.
- English Pen. *Mimi Mefo Takambou*. 2020. <https://www.englishpen.org/campaign/writers-in-residence/mimi-mefo-takambou/>
- Ethiemere, L. Cameroonian cartoonist [Ako Eyong] flees Biya repression. *Global Journalist*, 10 Jan. 2017. <https://globaljournalist.org/2017/01/project-exile-cameroon-cartoonist-flees-biya-repression/>.
- Fokum, V. Y.; Fonjong, L. N. Increasing women's representation in the Cameroon parliament: do numbers really matter? *Sociology International Journal*, v. 2, n. 6, p. 754-762, 2018. DOI: 10.15406/sij.2018.02.00134.
- Frías Rudolphi, M. Migrant womens' bodies in transit: from sub-Saharan Africa to Spain in real life and film. In: Luczak, E. B.; Pochmara, A.; Dayal, S. *New cosmopolitanisms, race, and ethnicity. Cultural perspectives*. Warsaw, Berlin: De Gryter, 2019. p. 162-191.
- Global Journalist. *Project Exile*. 2020. <https://globaljournalist.org/2018/01/8964/>.
- GTZ. *The Cameroonian diaspora in Germany: its contribution to development in Cameroon*. 2007. http://www.migration4development.org/sites/m4d.emakina-eu.net/files/The_Cameroonian_Diaspora_in_Germany.pdf
- Helliwell, J. F.; Layard, R.; Sachs, J.; de Neve, J.-E. *World happiness report 2020*. New York: Sustainable Development Solutions Network. 2020. <https://happiness-report.s3.amazonaws.com/2020/WHR20.pdf>
- Human Rights Watch. *Cameroon*. In: Human Rights Watch. *World report 2019*. 2019a. p. 105-110. https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/hrw_world_report_2019.pdf.
- Human Rights Watch. *World report 2020: rights trends in Cameroon*. 2019b. <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/cameroon>.
- Human Rights Watch. *Cameroon: Boko Haram suicide bombers strike displacement site*. 2020. <https://www.hrw.org/news/2020/08/25/cameroon-boko-haram-suicide-bombers-strikedisplacement-site>.
- IDMC. *Cameroon: a deepening but neglected crisis*. 2019. <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/2019-IDMC-GRID-spotlight-cameroon.pdf>.
- IDMC. *Cameroon*. 2020. <https://www.internal-displacement.org/countries/cameroon>.
- Ihonvbere, J. Where Is the third wave?: a critical evaluation of Africa's non-transition to democracy. *Africa Today*, v. 43, n. 4, p. 343-367, 1996. <http://www.jstor.org/stable/4187120>.
- Immigration and Refugee Board of Canada; UNHCR. *Cameroon: corruption of journalists; the falsification of newspaper articles for the purpose of refugee claims*. 2012. <https://www.refworld.org/docid/4f9e37342.html>.
- Index on Censorship. #IndexAwards2019: Mimi Mefo works without fear or favour in Cameroon's climate of repression and self-censorship. *Index on Censorship*, 28 Mar. 2019. <https://www.indexoncensorship.org/2019/03/index-awards-2019-mimi-mefo-works-without-fear-or-favour-in-camerouns-climate-of-repression-andself-censorship/>.
- International Crisis Group. *Cameroon: fragile state*. 2010. <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/cameroon/cameroon-fragile-state>.
- International Crisis Group. Easing Cameroon's ethno-political tensions, on and offline. *Africa Report*, n. 295, 3 Dec. 2020. <https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/295-easing-camerouns-ethno-political-tensions.pdf>.

- IOM. *Assistance to voluntary and humanitarian return 2017/2018: profiles of migrants assisted to return to their country of origin West and Central Africa*. Geneva, 2018. <https://migrationjointinitiative.org/sites/default/files/files/articles/avrr-20172018-iom-wcafina.pdf>.
- IOM. *Glossary on migration*. Geneva, 2019. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.
- IOM. *Migration au Cameroun: profil national 2009*. Geneva, 2009. https://publications.iom.int/system/files/pdf/cameroun_profile_2009.pdf
- IOM. *West and Central Africa: more women search for equality through migration*. Geneva, 2020. <https://www.iom.int/news/west-and-central-africa-more-women-search-equality-through-migration>
- Jobard, O. *From Cameroon to France: travel journal of a clandestine immigrant (Moving Walls)*. New York: Open Society Foundation, 2019. <https://www.movingwalls.org/moving-walls/13/cameroon-france-travel-journal-clandestine-immigrant.html>.
- Kenmogne, R. *NEW: Cameroon's 93 days of internet shutdown*. (s.d.). <https://trendingng.com/new-cameroons-93-days-of-internet-shutdown-by-rigobert-kenmogne/>
- Kindzeka, M. E. Cameroon aims to block trafficking of women to Middle East. *VOA*, 25 Apr. 2016. <https://www.voanews.com/africa/cameroon-aims-block-trafficking-women-middle-east>.
- Kingsley, P. Life in an internet shutdown: crossing borders for email and contraband SIM cards. *The New York Times*, 2 Sep. 2019. <https://www.nytimes.com/2019/09/02/world/africa/internet-shutdown-economy.html>.
- Lundy, B. D.; Adebayo, A. G. Sustainable livelihoods, conflicts and transformation. *Journal of Global Initiatives*, v. 10, n. 2, 2016. [Special issue]. <https://digitalcommons.kennesaw.edu/jgi/vol10/iss2/>.
- Malit, F. T.; Oliver, T. Labor migration and deskilling in the United Arab Emirates: impacts on Cameroonian labor migrants' labor market employment status and welfare. In: Gross, Z. (Ed.). *Migrants and comparative education: call to re/engagement*. Leiden: Brill Sense, 2020. p. 125-142.
- Manih, T. N. Why Anglophones continuously feel marginalized. *Cameroon Post*, 24 Apr. 2018. <https://cameroonpostline.com/why-anglophones-continuously-feel-marginalised>
- Marchant, E.; Stremlau, N. A spectrum of shutdowns: reframing internet shutdowns from Africa. *International Journal of Communication*, n 14, p. 4327-4342, 2020. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/15070/3188>.
- McMahon, S.; Kalantaryan, S. *Covid-19 and remittances in Africa*. Luxemburg: Joint Research Centre, 2020. https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/bitstream/JRC121055/remittances_in_the_context_of_covid_19_africa_12062020_final_online_clean.pdf.
- Mefire, L. M.; Vissandjée, B.; Bibeau, G. Cameroon and the gender issue. *Advances in Anthropology*, n. 7, p. 34-45, 2017. <https://doi.org/10.4236/aa.2017.71004>.
- Migration Data Portal. *Cameroon*. 2021. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019&cm49=120.
- Mimimefo. s.d. <https://mimimefoinfos.com/>.
- Mixed Migration Center. *Experiences of female refugees & migrants in origin, transit and destination countries: a comparative study of women on the move from Afghanistan, East and West Africa*. 2018. http://www.mixedmigration.org/wp-content/uploads/2018/09/050_experiences-of-female-refugees.pdf.
- Morse, Y. L. Electoral authoritarianism and weak states in Africa: the role of parties versus presidents in Tanzania and Cameroon. *International Political Science Review*, v. 39, n. 1, p. 114-129, 2018. <https://doi.org/10.1177/0192512117692322>.

- MRGI. *Cameroon: world directory of minorities and Indigenous people*. 2020. <https://minorityrights.org/country/cameroon/>
- Mukeredzi, T. Uproar over internet shutdowns: governments cite incitements to violence, exam cheating and hate speech. *Africa Renewal*, Aug./Nov. 2017. <https://www.un.org/africarenewal/magazine/august-november-2017/uproar-over-internet-shutdowns>.
- Nana-Fabu, S. An analysis of the economic status of women in Cameroon. *Journal of International Women's Studies*, v. 8, n. 1, p. 148-162, 2006. <https://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1355&context=jjws>.
- The New Humanitarian. *The global migrant & refugee crisis: an in-depth collection of global reporting on refugees, asylum seekers, migrants, and internally displaced people*. 2020. <http://newirin.irinnews.org/global-refugee-crisis>; <http://www.thenewhumanitarian.org/migration>.
- Ngangum, P. T. Media regulation in Cameroon. *African Journalism Studies*, v. 40, n. 3, p. 10-25, 2020. <https://doi.org/10.1080/23743670.2020.1725777>.
- Njikem, J. T. *Ending inequality against women in Cameroon*. United Nations Foundation, 2017. <https://unfoundation.org/blog/post/ending-inequality-women-cameroon/>
- Nyamnjoh, F. B. Racism, ethnicity and the media in Africa: reflections inspired by studies of xenophobia in Cameroon and South Africa. *Africa Spectrum*, v. 45, n. 1, p. 57-93, 2010. <https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/viewFile/248/248-249-1-PB.pdf>.
- Nyingi, J. (2019, October 1). Cameroon national dialogue and young people. *DW*, 1 Oct. 2019. <https://www.dw.com/en/cameroon-national-dialogue-and-young-people/av-50665836>.
- OCHA. *Data on gender equality in Cameroon*. 2019. <https://reliefweb.int/report/cameroon/data-gender-equality-cameroon>.
- Prolific Dream Revolution 237. *White Collar*. 2018. [video]. <https://www.youtube.com/watch?v=tddUcMauTdQ>.
- Ramsey-Kurz, H.; Ganapathy-Doré, G. *Projections of paradise in migrant writing*. Amsterdam: Rodopi, 2011.
- Reporters Without Borders. *2020 World Press Freedom Index*. 2020a. <https://rsf.org/en/ranking>.
- Reporters Without Borders. *Cameroon: journalism now a dangerous profession*. 2020b. <https://rsf.org/en/cameroon>.
- Sondo, G. Cameroon's language barriers: poor translation is hampering the response to the pandemic – and linguistic divides underpin conflict. *The Continent with Mail & Guardian*, n. 2, p. 9-10, 2020. <https://bucket.mg.co.za/wp-media/2020/10/5163bf18-thecontinentissue2.pdf>.
- Tamfu, A. *A vote without a say: Cameroon's displaced Anglophones wait for peace to return*. 5 Oct. 2018. <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2018/10/05/vote-without-saycameroon-s-displaced-anglophones-wait-peace-return>.
- Thomson Reuters Foundation. *Cameroon: the law and FGM*. 2018. [https://www.28toomany.org/static/media/uploads/Law%20Reports/cameroon_law_report_v1_\(july_2018\).pdf](https://www.28toomany.org/static/media/uploads/Law%20Reports/cameroon_law_report_v1_(july_2018).pdf).
- Tita, J.; Wantchami, L. N. Understanding Cameroon press freedom according to African Media Barometer from 2008-2014. *Journal of Mass Communication & Journalism*, v. 6, n. 6, p. 1-4, 2016. <https://doi.org/10.4172/2165-7912.1000314>.
- Transparency International. *Cameroon*. 2020. <https://www.transparency.org/en/countries/cameroon>.

- Udelsmann Rodrigues, C.; Tomàs, J. (Eds.). *Crossing African borders: migration and mobility*. Lisbon: Center of African Studies (CEA) ISCTE-IUL, University Institute of Lisbon, 2012. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4366/3/crossing_african_borders_2012_v2-1.pdf.
- UN Women. *Where we are: West and Central Africa; Cameroon*. New York, s.d. <https://africa.unwomen.org/en/where-we-are/west-and-central-africa/cameroon>.
- UNDESA. *Total international migrant stock 2019: migrant stock at mid-year by origin and by major area, region, country or area of destination, 1990-2019*. New York, 2019b. <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates19.asp>.
- UNDESA. *World population prospects 2019, v. I: comprehensive tables*. New York, 2019a. https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Volume-I_Comprehensive-Tables.pdf.
- UNDESA. *World population prospects 2020: median age of the total population (years); Cameroon*. New York, 2020. <https://population.un.org/wpp/DataQuery/>.
- UNDP. *Human development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century*. New York, 2019. <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>.
- UNPD. *World population prospects*. New York, 2019. <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/>.
- UNESCO. *UNESCO Director-General urges investigation into the death of journalist Samuel Wazizi in Cameroon*. Paris, 2020. <https://en.unesco.org/news/unesco-director-general-urgesinvestigation-death-journalist-samuel-wazizi-cameroon>.
- UNGA. *The promotion, protection and enjoyment of human rights on the internet*. New York, 2018. (Human Rights Council, Thirty-eighth session, A/HRC/RES/38/7). <https://digitallibrary.un.org/record/1639840?ln=en#record-files-collapse-header>.
- UNHCR. *Cameroon: operational portal; refugee situations*. New York, 2020a. <http://data2.unhcr.org/en/country/cmr>.
- UNHCR. *Concern grows for women and children fleeing Cameroon*. New York, 2018. <https://www.unhcr.org/news/briefing/2018/1/5a61b3bc4/concern-grows-women-children-fleeing-cameroon.html>.
- UNHCR. *Refugee Data Finder: Cameroon, country of origin, 2014-2019*. New York, 2020b. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=TbB8>
- UNHCR. *Refugee Data Finder: Cameroon, country of origin; country of asylum, refugees under UNHCR mandate; asylum seekers, 2018-2019*. New York, 2020e. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=Z20bV9>.
- UNHCR. *Refugee Data Finder: country of asylum, Cameroon; country of origin, all countries*. New York, 2020c. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=siO9>.
- UNHCR. *Women*. New York, 2020d. <https://www.unhcr.org/women.html>.
- V-Dem Institute. *Autocratization surges: resistance grows; democracy report 2020*. Gothenburg: University of Gothenburg, 2020. https://www.v-dem.net/media/filer_public/de/39/de39af54-0bc5-4421-89ae-fb20dcc53dba/democracy_report.pdf
- World Bank. *Cameroon: overview*. Washington, D.C., 2019. <https://www.worldbank.org/en/country/cameroon/overview>.
- World Bank. *Cameroonian youth on ending poverty: it's about bridging the skills gap*. Washington, D.C., 2015. <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2015/11/19/cameroonian-youth-on-ending-poverty-itsabout-bridging-the-skills-gap>.

World Bank. *Covid-19 crisis through a migration lens*. Washington, D.C., 2020a. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33634>

World Bank. *Data: life expectancy at birth, female (years): Sub-Saharan Africa (excluding high-income), Cameroon*. Washington, D.C., 2020c. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.FE.IN?locations=ZF-CM>.

World Bank. *Data: life expectancy at birth, male (years): Cameroon, Sub-Saharan Africa (excluding high-income)*. Washington, D.C., 2020d. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.MA.IN?locations=CM-ZF>.

World Bank. *Data: fertility rate, total (births per woman): Sub-Saharan Africa (excluding high-income), Cameroon, world*. Washington, D.C., 2020b. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.TFRT.IN?locations=ZF-CM-1W>.

World Bank. *Data: unemployment, youth total (% of total labor force ages 15-24): Cameroon, Sub-Saharan Africa (excluding high-income)*. Washington, D.C., 2020e. <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.1524.ZS?locations=CM-ZF>.

World Bank. *Individuals using the internet (% of population), 2019*. Washington, D.C., 2020h. <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?locations=CM>.

World Bank. *Migration and remittances data: annual remittances data as of October 2020*. Washington, D.C., 2020g. <https://www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data>.

World Bank. *Population growth (annual %): Sub-Saharan Africa (excluding high-income), Cameroon*. Washington, D.C., 2020f. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.GROW?locations=ZF-CM>.

World Bank. *Proportion of seats held by women in national parliaments (%): Cameroon, 1997-2020*. Washington, D.C., 2021. <https://data.worldbank.org/indicator/SG.GEN.PARL.ZS?locations=CM>.

Wu, M.-Y.; Ray, J. *Many worldwide see communities as good for immigrants: residents in Asia least likely to view communities as good places*. Washington, D.C.: Gallup, 2012. <https://news.gallup.com/poll/158438/worldwide-communities-good-immigrants.aspx>.

Zenn, J.; Pearson, E. Women, gender and the evolving tactics of Boko Haram. *Journal of Terrorism Research*, v. 5, n. 1, p. 46-57, 2014. <http://doi.org/10.15664/jtr.828>.



MÓDULO 8

Estudo de caso: Alemanha (Europa Ocidental)

por Monika Lengauer
e Johanna Mack



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Compreender o caso de um país de destino para migrantes e refugiados.
- Apresentar fatores contextuais selecionados que atraem números recordes de migrantes e refugiados.
- Sensibilizar para a história humana por trás dos números.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

Ao final deste módulo, em paralelo aos estudos de caso anteriores para que todos sejam comparáveis internacionalmente, os participantes deverão ser capazes de:

- Debater cuidadosamente as escolhas dos migrantes e as conclusões dos refugiados.

→ RA Afetivo: Resposta

- Comunicar de forma eficaz o que o público necessita saber sobre migração e deslocamento forçado para que tenham o poder de tomar decisões informadas.

→ RA Cognitivo: Compreensão

- Desenvolver e implementar um breve perfil do país e um breve perfil sobre migração e deslocamento forçado, usando conhecimento e bancos de dados.

→ RA Cognitivo: Aplicação

- Interpretar a Alemanha como um país de origem e de destino de migrantes e refugiados.

→ RA Cognitivo: Análise

Visão geral

A ideia de Europa, de acordo com a lenda, remonta à mitologia grega e à princesa Europa. A antiguidade grega desenvolveu concepções claras da Terra como sendo composta por três continentes: Europa, Ásia e Líbia (África). A ideia moderna de Europa mudou com o tempo. Inicialmente, ela foi identificada com três conceitos: liberdade, cristianismo e civilização. Mais tarde, foi associada à diversidade, à democracia e, depois, ao nacionalismo. Com o passar do tempo, surgiu a ideia de uma identidade comum que leva à integração (por exemplo, Schmale, 2010). A pesquisa europeia contemporânea (pós-Segunda Guerra Mundial) sobre migração e deslocamento forçado, com foco na Alemanha, compreende uma variedade de estruturas e focos teóricos, incluindo deslocamentos forçados por conflitos europeus (por exemplo, as guerras da Iugoslávia, de Kosovo, da Ucrânia, da Crimeia); a migração de alemães étnicos¹ de países da Europa Oriental, os chamados *Aussiedler*; a fuga ou a migração da Alemanha Oriental para

¹ O governo alemão ressalta que “reconhece sua responsabilidade para com todas as minorias alemãs na Europa Oriental que enfrentaram dificuldades especiais devido à Segunda Guerra Mundial, iniciada pela Alemanha nazista [...]. Os reassentados étnicos alemães no sentido da Lei Básica, são alemães que retornam ao país de seus ancestrais para viver lá permanentemente” (BMI, 2020).

a Alemanha Ocidental,² os chamados “refugiados de cota” (*Kontingentflüchtlinge*) da antiga União Soviética (120 mil refugiados judeus entre 1990 e 1999; Dietz, 2000); por exemplo, os *Gastarbeiter* (trabalhadores convidados), que eram trabalhadores migrantes contratados por um tempo limitado, particularmente nas décadas de 1950 e 1960 – o termo foi adaptado a vários contextos de países e diferentes línguas, mas ele não é mais usado em contextos institucionais internacionais (ENM, 2018; Fassmann; Münz, 1994; Glorius, 2010; Hoerder, 1999; IOM, 2019a; Münz; Weiner, 1997; Panagiotidis, 2015). O último ponto de referência nos assuntos atuais para discutir questões de migrantes e refugiados na Europa e na Alemanha foram os eventos dos anos de 2015 e 2016, quando um número sem precedentes de pessoas tentou chegar à Europa – o maior influxo em 70 anos (desde o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945). A Alemanha, que este Módulo tenta mostrar, é o caso de um país complexo no que diz respeito à migração e ao deslocamento forçado. O Módulo também traz à tona dois grupos que muitas vezes escapam aos olhos do público, os idosos e as crianças. Há um grande grupo de idosos na Alemanha que também é composto por um número significativo de migrantes internacionais (Migration Data Portal, 2021). Com frequência, as crianças migrantes chegam à Alemanha desacompanhadas.

Perfil do país

A Alemanha recebe nomes diferentes em diversos idiomas, como *l’Allemagne* em francês, *Germany* em inglês e *Deutschland* em alemão – isso deve ser considerado um convite para conhecer a história desse país. Ainda na atualidade, o regime nazista (1933 a 1945) e o Holocausto também determinam a Alemanha. Os alemães com mais de 80 anos se lembram da ditadura, da guerra, da destruição, da expulsão e da separação do país em dois Estados.³ Este manual não é o lugar para fazer justiça de forma hábil e responsável à dor que esses anos trouxeram ao mundo e à Alemanha, com ramificações sentidas até hoje para os indivíduos e o sistema global.

Os cidadãos alemães esperam que seus presidentes encontrem palavras e gestos adequados para abordar a magnitude, com base na neutralidade político-partidária dos presidentes e em sua esperada eminência como fonte de “esclarecimento, para desconstruir preconceitos, articular o que está na mente dos cidadãos, influenciar o debate público [...] [e] fazer propostas” (Der Bundespräsident, 2020). Nessa qualidade, alguns presidentes levaram o debate a novas fronteiras: Richard von Weizsäcker, durante a Cerimônia de Comemoração do 40º Aniversário do Fim da Guerra na Europa e da Tirania Nacional-Socialista, em 8 de maio de 1985, no Bundestag, em Bonn, disse ao parlamento alemão que “o dia 8 de maio [de 1945] foi um dia

2 Como a Alemanha foi dividida em dois Estados soberanos entre 1949 e 1990, os cidadãos da República Democrática Alemã (RDA, também conhecida como Alemanha Oriental) que fugiram para a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) são conhecidos como *Übersiedler*, destacando seu *status* especial como alemães. Após a reunificação do país, esses movimentos espaciais passaram a ser categorizados como migração interna.

3 O Multidimensional Remembrance Monitor (“MEMO”) monitora regularmente a situação da cultura de lembrança da Alemanha. Os pesquisadores do Instituto de Pesquisas Interdisciplinares sobre Conflito e Violência da Bielefeld University, Alemanha, investigam sobre “perseguição, deslocamento e aniquilação de pessoas e grupos de pessoas ocorridos durante a época do nacional-socialismo” (Zick et al., 2020, p. 3). Quando perguntados sobre qual é o evento que consideram como o mais importante da história alemã, quase 50% dos entrevistados mencionaram a reunificação alemã, e quase 39% mencionaram eventos do contexto do nacional-socialismo (Zick et al., 2020, p. 7).

de libertação. Libertou a todos nós” (von Weizsäcker, 1985, p. 2). O presidente Frank-Walter Steinmeier implorou o perdão do povo polonês pela “culpa histórica da Alemanha”: “Eu me curvo de tristeza diante da dor das vítimas [...] e reconheço nossa responsabilidade duradoura” (Steinmeier, 2019). A Alemanha nunca comemorou o Dia do Refugiado até que o Presidente Joachim Gauck o fez em 2015, rompendo o impasse em lembrar dos expulsos no pós-Segunda Guerra Mundial dos antigos assentamentos alemães na Europa Oriental (Süddeutsche Zeitung, 2015). Em 20 de junho de 2015, o presidente Gauck discursou no auge da crise dos refugiados. Ele iniciou seu discurso homenageando todos aqueles que foram desenraizados, “refugiados e expulsos, que foram forçados a emigrar”, no passado, no presente e no futuro. Ele mudou paradigmas quando começou a integrar os alemães refugiados e expulsos do passado:

“Pela primeira vez, a Alemanha está marcando um dia nacional oficial de lembrança para os milhões de alemães que foram expulsos de sua terra natal no final da Segunda Guerra Mundial. Pela primeira vez, portanto, o governo alemão está celebrando oficialmente o Dia Mundial do Refugiado, conforme aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas há quinze anos. Pois eles pertencem um ao outro de uma maneira extremamente essencial – o destino das pessoas naquela época e o destino das pessoas nos dias atuais, a tristeza e as expectativas naquela época e os medos e esperanças para o futuro de hoje. Gostaria que a memória daqueles que fugiram ou foram expulsos naquela época pudesse melhorar nossa compreensão para aqueles que fugiram ou foram deslocados na atualidade. E vice-versa: nossos encontros com aqueles que estão desenraizados hoje poderiam aumentar nossa empatia com aqueles que foram desenraizados naquela época” (Gauck, 2015).

O povo alemão e muitas organizações da sociedade civil, muitas vezes apoiados pela mídia, prepararam e implementaram o que é conhecido como a cultura de “Acolhimento aos Refugiados” (em alemão, *Willkommenskultur*). Na pesquisa global da Anistia Internacional, a Alemanha passou a ser reconhecida como tendo a segunda cultura mais forte de “Acolhimento aos Refugiados” em todo o mundo (Amnesty International, 2016a; Amnesty International, 2016b; ver Figura 21). Como isso repercutiu entre os migrantes e os refugiados é o foco de suas próprias reflexões (Welcome Democracy, s.d.) e das pesquisas (ver Módulo 4).

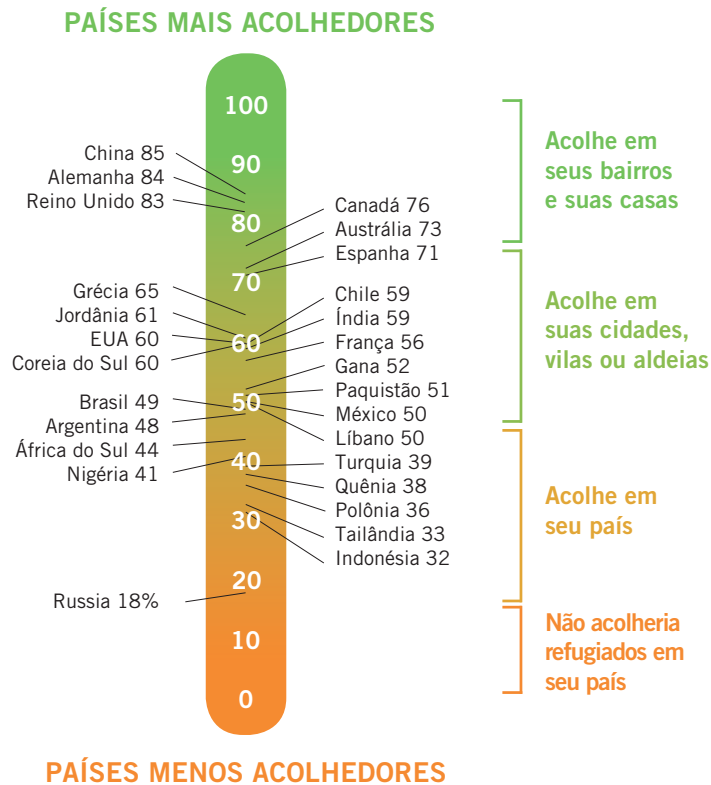
A reunificação em 1990 transformou a Alemanha em um dos maiores países da UE⁴ em relação à área territorial (cerca de 350.000 km²) e ao tamanho da população (83 milhões em 2020)⁵ (UNdata, 2020). A Alemanha assume a posição 4 na categoria “altíssimo desenvolvimento humano” do IDH, e tem mantido esse alto padrão ao longo dos anos de 2013 a 2018 (UNDP, 2019b, p. 304).

A Alemanha tem uma taxa de crescimento populacional anual negativa (-0,06%; 2020-2025), abaixo dos cerca de 0,5% registrados no intervalo de cinco anos anterior (UNDESA, 2019b, p. 65). Estatisticamente, a taxa de fecundidade do país vem aumentando ligeiramente há duas décadas, de 1,3 nascidos vivos por mulher (1990-1995) para 1,6 de 2020 a 2025 (UNDESA,

4 Dados para 2020 (população) e 2017 (área territorial): França: 550.000 km² com mais de 65 milhões de habitantes. Itália: 302.000 km² com mais de 60 milhões de habitantes; Espanha: 500.000 km² com 47 milhões de habitantes; Reino Unido: 243.000 km² com 68 milhões de habitantes (UNdata, 2020).

5 Números e casas decimais são arredondados neste texto, mantendo um bom equilíbrio entre precisão e legibilidade.

Figura 21: Anistia Internacional: Índice de Acolhimento de Refugiados de 2016



O Índice de Acolhimento de Refugiados de 2016 da Amnistia Internacional classifica 27 países em todos os continentes com base na vontade das pessoas de permitir que os refugiados vivam em seus países, cidades, bairros e casas. Fonte: (Amnesty International, 2016b). Ilustração própria.

2019b, p. 144-145). A expectativa de vida aumentou de forma constante, e agora está perto dos 80 anos para os homens e 84 para as mulheres (UNDESA, 2019b, p. 213). Isso traça o perfil de uma sociedade envelhecida com uma taxa de dependência dos idosos de 44⁶ projetada para 2030 (UNDP, 2019b, p. 343). A Alemanha gasta menos com saúde do que seus pares no grupo de desenvolvimento humano muito alto do IDH e da OCDE (11,1% do PIB da Alemanha contra mais de 12% dos dois grupos) (UNDP, 2019a, p. 6-9) e um pouco menos com educação (4,8% do PIB contra 4,9% do grupo de desenvolvimento humano muito alto do IDH e 5% da OCDE) (UNDP, 2019a, p. 10-13). A porcentagem de jovens em idade escolar matriculados na educação superior é 68%, claramente inferior à média em países de desenvolvimento humano muito alto (79%) e na OCDE (75%) (UNDP, 2019a, p. 10-13). No entanto, o nível de qualificação dos alemães é mais alto (5,79) em relação a 4,02 em países de desenvolvimento humano muito alto e 3,70 em países da OCDE (UNDP, 2019a, p. 18-21), o que pode indicar altos padrões

6 Definição de razão de dependência dos idosos: a proporção da população com 65 anos ou mais em relação à população em idade ativa (de 15 a 64 anos). O Japão lidera a lista com uma razão de dependência dos idosos de 53,2, seguido pela Itália, Lituânia, Portugal, Finlândia, Hong Kong (UNDP, 2019b, p. 343-347).

na educação profissional da Alemanha. O emprego se concentra, em grande parte, no setor de serviços na Alemanha, bem como em outros países com desenvolvimento humano muito alto e na OCDE (mais de 70% de todo o emprego) (UNDP, 2019a, p. 18-21). O comércio representa mais de 87% do PIB da Alemanha, o que é muito alto em comparação com os grupos de referência, que variam entre 56% e 62%. Segundo os dados de 2018, os investimentos estrangeiros diretos (IED) (2,6% do PIB) e os fluxos de capital privado (4,7%) são altos na Alemanha (os IED em países de desenvolvimento humano muito alto são de 1,2%; e nos países da OCDE, são de 0,9%; os fluxos de capital privado são de 0,1/0) (UNDP, 2019a, p. 26-29).

Em 2020, mais de 83 milhões de pessoas – um novo recorde – viviam na Alemanha (UNDESA, 2019b, p. 39). O Departamento Federal de Estatística resume que, desde a reunificação,

a população do país tem crescido muito [...] exclusivamente devido à imigração líquida. Sem o excedente migratório, a população teria caído desde 1972 porque mais pessoas morreram do que nasceram em cada ano desde então (Destatis, 2020d).

A sociedade que envelhece

Enquanto em 1990, 13% da população alemã tinha 67 anos de idade ou mais (19% em 2020), estima-se que a população nessa faixa etária mais que dobrará até 2050 e representará 27% da população alemã total (Destatis, 2020c).⁷ A tendência de envelhecimento das populações à medida que a expectativa de vida aumenta é mundial. Pela primeira vez, em 2018, havia mais pessoas com mais de 64 anos do que crianças com menos de cinco anos (Ritchie; Roser, 2019).

O envelhecimento da sociedade é um aspecto fundamental no nexo migração-demografia e vem sendo discutido como tal há décadas (Marois et al., 2020; UNDESA, 2001). Uma chave para avaliar o desafio e/ou o dividendo dos mais novos e dos idosos é a razão de dependência da idade, que mostra como a população que não trabalha se compara à força de trabalho, por exemplo, a proporção de pessoas mais novas ou mais velhas em relação à população em idade ativa (entre 15 e 64 anos). Na Alemanha, a razão de dependência dos mais novos caiu de 32% em 1960 para 20% em 2017, enquanto a razão de dependência dos idosos aumentou de 17% em 1960 para 33% em 2017 (Ritchie; Roser, 2019), quase uma pirâmide invertida.

Um total de 1,6 milhão de pessoas (9%) da geração com mais de 66 anos tinha origem migrante⁸ em 2014. Apenas uma minoria (23 mil ou 1,6% de todos os migrantes em 2014) migrou para a Alemanha na velhice, dos quais a maioria eram alemães que retornaram (6 mil), além de cidadãos da UE e idosos vindos da Turquia e da Síria (Destatis, 2016, p. 11-13). Estudiosos pesquisaram a migração de pessoas idosas, por exemplo, a partir das perspectivas de igualdade, justiça e inclusão social (Ciobanu et al., 2016; Westwood, 2019) e envelhecimento bem-sucedido (Jopp et al., 2015).

⁷ No contexto mundial, o número de pessoas com 65 anos ou mais está aumentando e ficou em torno de 9% da população mundial em 2019. A população mais velha do mundo é a do Japão, representando 28% de sua população, claramente acima da média dos países de renda alta e da OCDE (18%) (World Bank, 2020).

⁸ A origem migrante nesse contexto compreende pessoas que se mudaram para a Alemanha após 1950, são descendentes de migrantes ou possuem cidadania estrangeira (Destatis, 2019, p. 11).

Perfil de migração

As complexidades da história migratória da Alemanha se comparam a outros países, que ainda lutam com questões não resolvidas a respeito da Segunda Guerra Mundial, como a Coreia do Sul (República da Coreia) e a Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia). A Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi fundada para abordar a magnitude dos deslocamentos forçados após a Segunda Guerra Mundial. A Alemanha foi um cenário importante, com 7 milhões de pessoas deslocadas e 12 milhões de refugiados alemães. Os antigos trabalhadores forçados do regime nazista e os prisioneiros dos famosos campos de extermínio (campos de concentração) migraram para o Reino Unido, os Estados Unidos da América, Israel ou até mesmo permaneceram perto da terra natal, escolhendo a Alemanha Oriental ou a Ocidental (Mohring, 2015, p. 369-370). O ACNUR foi mandatado para atender às necessidades extraordinárias. A fase de ajuste da guerra (de 1945 a 1954) é a primeira de quatro fases que Schmidt e Zimmermann (1992) identificam na história recente da migração da Alemanha. As fases dois e três compreendem o início e o fim da contratação ativa de mão de obra (*Gastarbeiter*, de 1955 a 1974) com cerca de 14 milhões de trabalhadores estrangeiros, principalmente vindos de países como Grécia, Itália, Portugal, Espanha, Turquia e antiga Iugoslávia,⁹ dos quais, ao longo do tempo, 11 milhões voltaram para seus países de origem (Bauer et al., 2005, p. 199-200; Bertelsmann Stiftung, 2016, p. 3). Dois outros grupos étnicos fizeram a ponte entre as fases dois e três: Alemães étnicos repatriados de países da Europa Oriental para a Alemanha Ocidental (*Aussiedler*) e alemães orientais que conseguiram entrar na Alemanha Ocidental, muitas vezes arriscando suas vidas (*Ubersiedler*). A quarta fase da recente história da migração alemã compreendeu a dissolução de governos comunistas na Europa, com a extinção de um país, a Alemanha Oriental, e a reunificação das duas Alemanhas, em 1990.

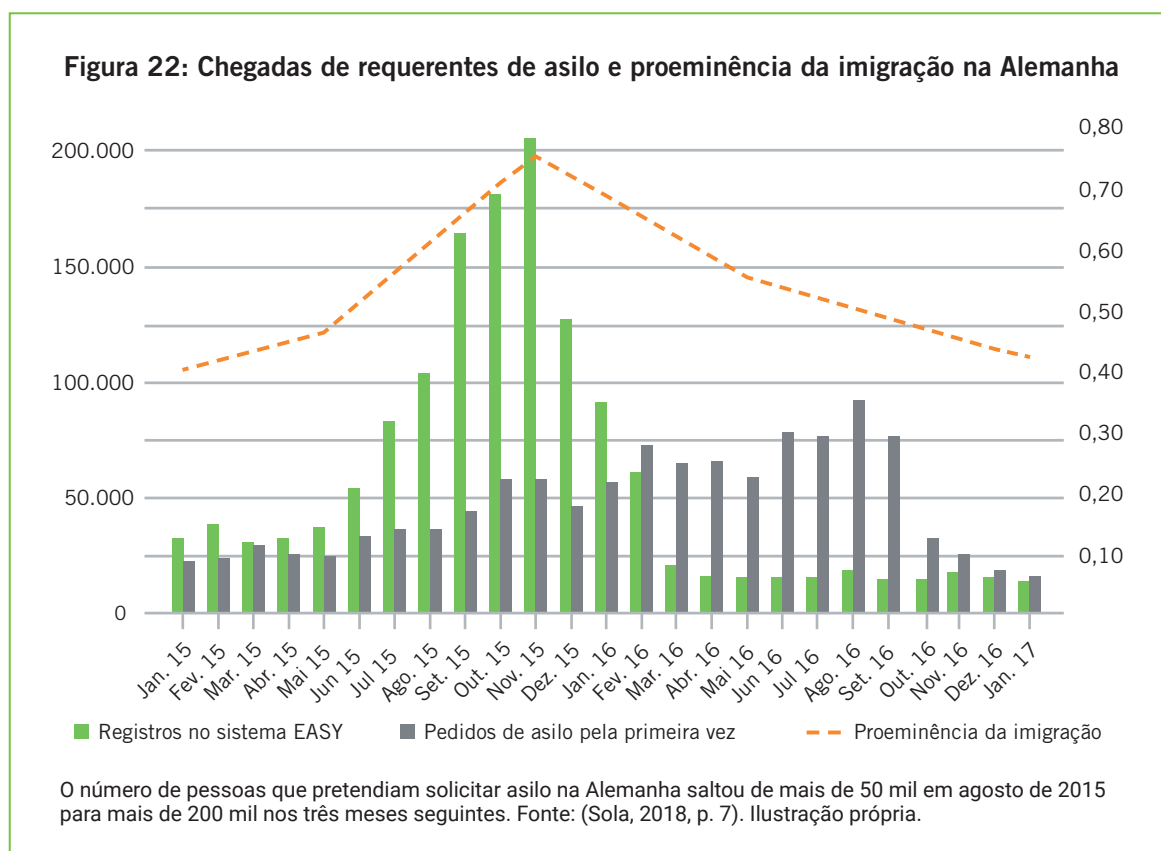
A partir de maio de 1989, a fuga em massa da antiga República Democrática Alemã (RDA ou Alemanha Oriental) socialista para a Alemanha Ocidental – via Hungria, antiga Tchecoslováquia e Áustria –, causada pela falta de liberdade, fraude eleitoral, baixo desempenho econômico etc., contribuiu para o fim da RDA. Apenas algumas semanas antes, quando Chris Gueffroy foi morto a tiros em sua tentativa de fuga da Alemanha Oriental para a Alemanha Ocidental, poucos previram que ele seria a última vítima de uma das fronteiras mais fortificadas do mundo durante a Guerra Fria (de 1945 a 1990), o Muro de Berlim (Lupke-Schwarz, 2014). Lembrando que os países comunistas durante a Guerra Fria restringiram severamente a emigração de seus cidadãos, apenas casos raros receberam permissão para viajar para lugares atrás da cortina de ferro, por exemplo, emigrando das repúblicas socialistas. A partida não autorizada era um crime punível nos termos do Artigo 213 do Código Penal, e o Conselho de Defesa Nacional ordenou que os guardas de fronteira atirassem naqueles considerados como desertores (Goodman, 1996, p. 733, 746). No entanto, durante a separação alemã em dois Estados, entre 1949 e 1990, cerca de 4 milhões de alemães orientais conseguiram migrar para o Ocidente (Ulrich, 1990,

⁹ Os acordos de contratação de mão de obra com Grécia, Itália, antiga Iugoslávia, Portugal, Espanha e Turquia, assinados entre 1955 (Itália) e 1968 (antiga Iugoslávia), foram interrompidos em 1973. O número de funcionários estrangeiros sujeitos a contribuições para a previdência social não está claro nas estatísticas oficiais alemãs (Destatis, 2020a), mas é dito que chegou a 14 milhões (Bertelsmann Stiftung, 2016).

p. 3). Ao contrário da RDA, a Alemanha Ocidental manteve a visão de uma cidadania alemã (Mohring, 2015, p. 398). Em 3 de outubro de 1990, as duas Alemanhas se reuniram em um único Estado após cerca de 40 anos de separação.

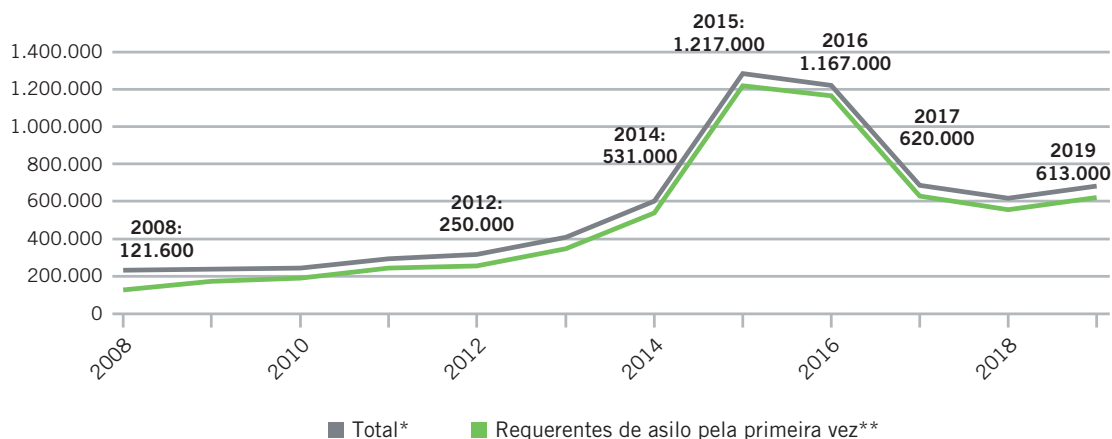
Uma nova fase foi anunciada na década de 2010, sem precedentes em muitos aspectos, apesar da abundante história recente de migração e deslocamento forçado da Alemanha. Em junho de 2015, aumentou o número de migrantes e refugiados na Europa e na Alemanha vindos de regiões vizinhas do mundo. Pela primeira vez, foram registradas mais de 50 mil pessoas que pretendiam solicitar asilo na Alemanha inscritas no sistema EASY,¹⁰ que se refere à distribuição inicial de requerentes de asilo na Alemanha. Em agosto de 2015, os números do EASY ultrapassaram a marca de 100 mil; em setembro do mesmo ano, 150 mil; e, em novembro, 200 mil (Sola, 2018, p. 7; ver Figura 22).

A maioria dos requerentes de asilo na UE foi registrada na Alemanha, em 2019, assim como nos anos anteriores. Com mais de 142 mil requerentes registrados em 2019, a Alemanha representou 23% de todos os requerentes pela primeira vez na UE – França, 20%; Espanha, 19%; Grécia, 12%; Itália, 6% (Eurostat, 2020a). Cada vez mais os migrantes escolhem como destino os países de renda alta (ver Módulos 6, 7/Gênero e 9) – a participação nesses países cresceu de 58% em 2000 para 64%



¹⁰ A sigla significa “distribuição inicial de requerentes de asilo”; em alemão, “Erstverteilung der Asylbegehrenden (EASY)”.

Figura 23: Número de requerentes de asilo pela primeira vez (cidadãos não pertencentes à UE-27) na UE, 2019-2008

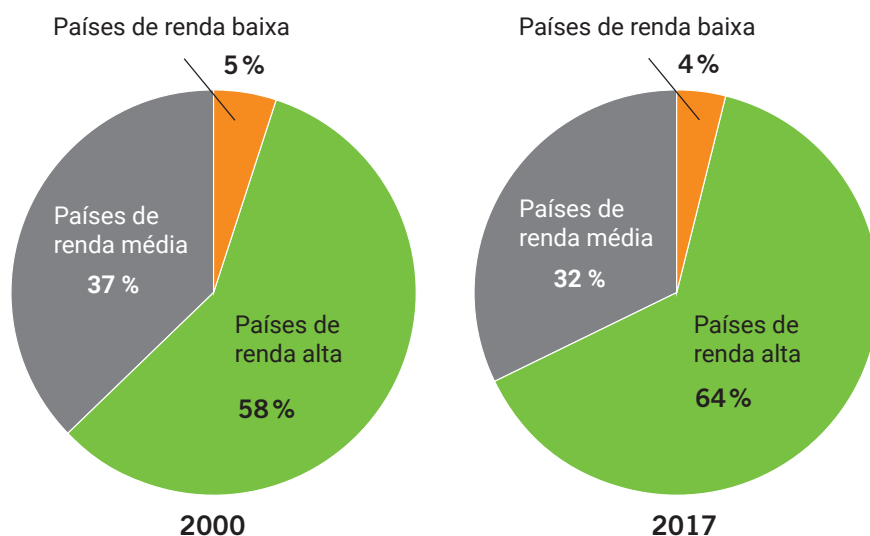


*2008-2014: Croácia não disponível. **2008: Bulgária, Grécia, Espanha, França, Croácia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Áustria, Romênia, Eslováquia e Finlândia não disponíveis. 2009: Bulgária, Grécia, Espanha, Croácia, Luxemburgo, Hungria, Áustria, Romênia, Eslováquia e Finlândia não disponíveis. 2010: Bulgária, Grécia, Croácia, Luxemburgo, Hungria, Áustria, Romênia e Finlândia não disponíveis. 2011: Croácia, Hungria, Áustria e Finlândia não disponíveis. 2012: Croácia, Hungria e Áustria não disponíveis. 2013: Áustria não disponível. O número de pedidos de asilo na Europa aumentou para um recorde em 2015. Observar que a Figura 23 usa o número de requerentes pela primeira vez (linha verde) e não o número total (linha cinza), a fim de presumivelmente refletir melhor o número de recém-chegados. Fonte: (Eurostat, 2020a). Ilustração própria.

em 2017; paralelamente, diminuiu a participação nos países de rendas média e baixa (UNDESA, 2017, p. 4; ver Figura 24). A Alemanha (classificação 4 de 189 países no IDH) é uma das principais escolhas e ocupa o terceiro lugar como país de destino depois dos Estados Unidos da América e da Arábia Saudita (UNDESA, 2017, p. 6, fig. 3). Esse desenvolvimento está de acordo com uma tendência observada na África, em que a proporção de migrantes que se deslocam para outros países africanos diminuiu entre 1990 e 2017, e a proporção de pessoas que deixam o continente aumentou (UNDESA, 2017, p. 11-12; Connor, 2018; ver Módulo 9).

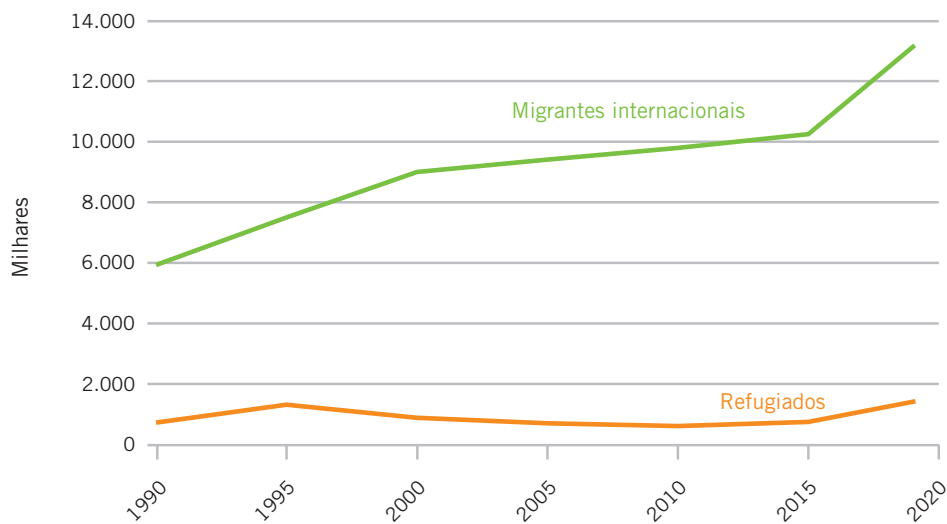
Lembrando que a definição estatística das Nações Unidas de migrantes internacionais, conforme refletida no gráfico das Nações Unidas acima, não diferencia entre migrantes e refugiados (Módulo 2), país de destino dos migrantes, de um lado, e dos refugiados, de outro, pode não coincidir necessariamente, e esse é de fato o caso. Enquanto os Estados Unidos da América, a Arábia Saudita e a Alemanha foram os três principais países de destino dos migrantes em 2000 e 2017 (UNDESA, 2017, p. 6, fig. 3), apenas a Alemanha também é um dos principais países que acolhem refugiados – juntamente com a Turquia, o Paquistão, a Uganda e o Sudão em 2017 e 2018 (UNHCR, 2018, p. 3; UNHCR, 2019, p. 3). Analisando a última década (de 2000 a 2019), apenas o Paquistão, a Alemanha e o Irã mantiveram posições entre os 10 principais países de acolhimento de refugiados, tanto no início quanto no final da década (UNHCR, 2020a, p. 22). Destes, a Alemanha representa um destino distante para a maioria dos refugiados, enquanto a proximidade geográfica é geralmente um fator importante para as pessoas que fogem de conflitos e perseguições. Os sírios fugiram principalmente para a Turquia, o Líbano

Figura 24: Percentual de migrantes internacionais por faixa de renda, 2000 e 2017



Observação: Para ambos os gráficos, as classificações de países e áreas por nível de renda são baseadas na renda nacional bruta (RNB) per capita de 2016, em dólares americanos, calculada pelo Banco Mundial. Fonte: (UNDESA, 2017, p. 4). Ilustração própria.

Figura 25: Número de migrantes internacional e de refugiados na Alemanha, 1990-2020



O número de migrantes e refugiados está aumentando na Alemanha, especialmente desde a crise dos refugiados em 2015 e 2016. Fonte: (UNDESA, 2019a, p.1). Ilustração própria.

ou a Jordânia; na África Subsaariana, o número de refugiados na região quase triplicou ao longo da década – situações que representam “uma necessidade urgente de compartilhar o fardo e a responsabilidade de acolher e cuidar dos refugiados de forma mais equitativa” (UNDESA, 2017, p. 7-8; ver Módulo 9). Para chegar às fronteiras alemãs, os refugiados e os migrantes precisam superar obstáculos naturais angustiantes, como o Deserto do Saara e o Mar Mediterrâneo, além de perigos como os traficantes de pessoas. O número de migrantes e refugiados na Alemanha tem aumentado consistentemente desde a década de 1990, como mostra a Figura 25.

O grande número de refugiados e migrantes entre 2015 e 2016 motivou o acordo entre a UE e a Turquia, que foi firmado em março de 2016. O objetivo era “extinguir a migração irregular da Turquia para a UE [...], que é necessário para pôr fim no sofrimento humano e restaurar a ordem pública” (European Council, 2016). Os parceiros concordaram em retornar da Europa para a Turquia todos os migrantes que não precisavam de proteção internacional e que estavam cruzando da Turquia para a Grécia, Estado-membro da UE, bem como em receber de volta todos os migrantes irregulares interceptados em águas turcas; as medidas contra os contrabandistas de migrantes seriam intensificadas. Para cada sírio devolvido pela Grécia à Turquia, também foi acordado que outro sírio seria reassentado da Turquia para a UE. A Turquia esperava acelerar a liberalização dos vistos da UE para seus cidadãos e revitalizar os compromissos com sua adesão à UE. A UE prometeu 6 bilhões de euros em apoio a projetos concretos para refugiados e suas comunidades de acolhimento na Turquia, nomeadamente nas áreas de saúde, educação, infraestruturas, alimentação e outros custos de vida (European Council, 2016). Dois anos depois, em abril de 2018, a UE celebrou o acordo com a Turquia como um “divisor de águas” com efeitos imediato. O número de mortes no Mar Egeu diminuiu de 1.175 nos 20 meses anteriores ao acordo para 130 até abril de 2018. O número de chegadas na UE diminuiu de uma média diária de 6.360 em outubro de 2015 para 80 entre março de 2016 e 2018 (European Council, 2018). Organizações de direitos humanos como a Anistia Internacional criticaram o acordo como “o ano da vergonha na Europa” (Gogou, 2017). Quatro anos após o Acordo, em 27 de fevereiro de 2020, a Turquia interrompeu os controles em suas fronteiras com a Grécia, e milhares de migrantes reiniciaram seus movimentos em direção à Europa. A decisão turca não foi uma surpresa, mas o gatilho naquele momento teria sido a morte de 36 soldados turcos em um ataque das forças do governo sírio na cidade síria de Idlib, a uma hora de carro da fronteira turca (Dagi, 2020; Mandiraci, 2020).

Embora a maioria dos requerentes de asilo pela primeira vez na Alemanha venha da Síria, do Iraque e do Afeganistão (Eurostat, 2020b), eles não estão sozinhos. Até o final de 2019, 11,2 milhões de estrangeiros viviam na Alemanha (um aumento de 313 mil pessoas, ou 2,9%, em relação a 2018). Em 2019, a maioria dos estrangeiros de países não pertencentes à UE era originária da Turquia (1,5 milhão de pessoas), da Síria (789 mil) e do Afeganistão (263 mil); e 43% de todos os estrangeiros registrados eram cidadãos da UE, principalmente da Polônia, da Romênia e da Itália (Destatis, 2020b). Os migrantes¹¹ da África Subsaariana superaram os migrantes da África Setentrional, e a porcentagem de migrantes da África está aumentando (de 57% em 2012 para 69% em 2019; Destatis, 2019, p. 23-24, tab. 3).

¹¹ Observar que os grupos de referência nessas estatísticas são estrangeiros (*Ausländerinnen und Ausländer*), e são definidos como “todas as pessoas que não possuem cidadania alemã” (Destatis, 2019, p. 7).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Permitir que a turma de estudantes adquira algum conhecimento sobre a Alemanha como um país de destino para migrantes e refugiados da atualidade e como um país de origem de refugiados no passado.

Convidar os participantes a preparar dois perfis curtos: um perfil do país e um perfil sobre migração e deslocamento forçado na Alemanha.

- Para compor esses dois perfis, os participantes devem selecionar seus dados a partir das fontes apresentadas no Módulo 2, particularmente da página sobre a Alemanha no Migration Data Portal (2020c).
- Para dar vida aos dados, os participantes devem explorar reportagens da mídia alemã, ou sobre a Alemanha, que consideram esclarecedoras e reveladoras.
- Apresentar os dois perfis em plenário e concluir com cinco destaques para identificar as principais características da Alemanha.

SUGESTÃO PARA SALA DE AULA (ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO):

Atribuir aos participantes a tarefa de descrever quais aspectos do perfil do país e do perfil sobre migração e deslocamento forçado são relevantes para seus públicos, para que o novo conhecimento do público os capacite a tomar decisões fundamentadas.

Naturalmente, a maior parte da migração irregular ocorre sob o radar daqueles que fazem as contagens de migrantes e refugiados, mas são as vidas desse grupo que estão em maior risco. Tentativas irregulares de entrar na Europa pelo deserto do Saara e do Mar Mediterrâneo são extremamente perigosas. No entanto, 93% dos migrantes africanos “fariam a perigosa jornada para a Europa novamente, apesar dos riscos” (UN News, 2019), uma conclusão extraída do relatório “Scaling fences” (UNDP, 2019c). Os entrevistados¹² nesse estudo destacaram a migração irregular como um investimento em um futuro melhor, e apenas 2% disseram que uma maior conscientização sobre os riscos da jornada de migração irregular os teria levado a permanecer em sua terra natal. A pesquisa confirma que os migrantes estão assumindo riscos calculados, comparando os potenciais ganhos e perdas da migração com os de ficar em casa (UNDP, 2019c, p. 5).

Como os dados sobre chegadas na Europa podem ser apenas parciais devido à grande escala de movimentos irregulares, os dados desagregados por sexo e idade para 2018 mostram que os homens geralmente chegam com um número considerável de crianças desacompanhadas (crianças desacompanhadas e separadas, UASC), especialmente na Itália (83%), na Espanha (81%) e na Bulgária (54%) (UNHCR; UNICEF; IOM, 2019, p. 2).

¹² A amostra primária foi composta por 1.970 migrantes irregulares de 39 países africanos que não viajaram por motivos relacionados a asilo ou à proteção e que citaram motivos econômicos ou outros como o propósito mais importante para vir à Europa (UNDP, 2019c, p. 16).

Os alemães em si não migram em grande número. Apenas 270 mil alemães deixaram o país em 2019, principalmente para a Suíça (16 mil), para a Áustria (12 mil) e para os EUA (10 mil) (Destatis, 2020e). Esses movimentos confirmam novamente que a migração flui rotineiramente em proximidade espacial ou cultural (ver Módulos 3 e 9).

Crianças desacompanhadas na UE: crianças invisíveis

As crianças são definidas principalmente pela faixa etária menor de 18 anos, segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). O número de crianças migrantes aumentou moderadamente, de cerca de 24 milhões em 1990 para 27 milhões em 2010; e depois, nitidamente, para 33 milhões em 2019 (Migration Data Portal, 2020a). Em todo o mundo, existem aproximadamente 13 milhões de crianças refugiadas, 936 mil crianças em busca de asilo, e 17 milhões de crianças que foram deslocadas à força dentro de seus próprios países (IOM, 2019b, p. 238). Em 2018, as crianças desacompanhadas que buscaram asilo na Europa vieram principalmente do Afeganistão (16%), da Eritreia (10%), da Síria, do Paquistão (7% cada), do Iraque, da Guiné (6% cada) e da Somália (5%) (UNHCR et al., 2019, p. 4). De todas as decisões de asilo tomadas em 2018, 56% foram positivas. Entre os que receberam decisões positivas, a porcentagem de crianças que recebeu o *status* de refugiado em 2018 (63%) foi maior do que em 2017 (50%). As crianças requerentes de asilo que receberam decisões negativas eram, em sua maioria, de países do norte da África (UNHCR et al., 2019, p. 4).

As crianças geralmente obtêm o *status* de imigração de seus pais. No entanto, crianças desacompanhadas de responsáveis migram em um número cada vez maior para a Europa e, sobretudo, para a Alemanha. Em 2015, estima-se que havia cinco vezes mais crianças migrando sozinhas do que entre 2010 e 2011. Conseqüentemente, aumentou o número de crianças não acompanhadas que solicitam asilo (Migration Data Portal, 2020a). Em 2018, quase um terço de todos os novos requerentes de asilo na Europa eram crianças (191 mil em um total de 603 mil), e mais de 20 mil eram crianças desacompanhadas; a maioria delas (78.270 em 2018) pediu asilo na Alemanha (UNHCR et al., 2019, p. 4).

Ferrara e outros (2016) escrevem sobre as “crianças invisíveis” cujos direitos humanos estão inscritos na CDC. Roudik (2017) pesquisou as leis de 20 jurisdições em todo o mundo que estão relacionadas ao tratamento de migrantes que chegaram não documentados e eram menores de idade. Ele pesquisou a elegibilidade desses menores para obter *status* legal, bem como seu acesso a benefícios sociais e suas possibilidades de se tornarem cidadãos. Embora se concentre nos filhos de migrantes não documentados (irregulares)¹³, o relatório também descreve leis relacionadas a crianças migrantes desacompanhadas. Na Itália, por exemplo,

a Lei nº 47 de 2017 foi promulgada para proteger os menores estrangeiros que entram na Itália sem um adulto, reconhecendo os mesmos direitos para eles que para os menores italianos e da UE [...]. Os menores estrangeiros desacompanhados nunca podem ser rejeitados na fronteira, sua repulsão e sua expulsão são proibidas (Roudik, 2017, p. 46-47).

¹³ Para definições, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019a).

Em 2020, a crise das crianças migrantes desacompanhadas atingiu seu pico quando elas viviam em centros de acolhimento superlotados nas ilhas gregas durante a pandemia de Covid-19 (Psaropoulos, 2020; Schmitz, 2020; UNHCR, 2020b).

Fator de atração: ímã de bem-estar

Os benefícios para refugiados na Alemanha são “bastante altos”, e a Alemanha aloca mais recursos do que outros membros da UE, disse o Ministro do Interior da Alemanha ao pedir um acordo em toda a UE sobre a quantidade de benefícios que os refugiados recebem (Staudenmaier, 2017). A Euronews e a Reuters (Trevelyan; Gareth, 2015) prepararam na época uma sinopse dos diversificados benefícios para os migrantes nos Estados-membros da UE. Na Alemanha, os serviços variam de estado para estado e até de cidade para cidade. O Escritório Federal Alemão para Migração e Refugiados (BAMF; BAMF, 2020) fornece informações aos migrantes e refugiados na Alemanha sobre questões relativas à residência, à integração, à proteção, ao retorno voluntário etc. O Portal de Imigração da UE fornece informações práticas sobre procedimentos em todos os Estados-membros da UE (European Commission, 2020a).

Com frequência, o ímã de bem-estar é considerado um grande fator de atração de países com sistemas de bem-estar menos desenvolvidos para países com sistemas de bem-estar refinados, como a Alemanha. As preocupações da sociedade com a migração de bem-estar estão sendo expressas, com a suposição de que os migrantes e os requerentes de asilo estejam se beneficiando de serviços sociais, assim como fornecimento gratuito de saúde, educação, alimentação (ou dinheiro para comprá-la), abrigo, acesso a intérpretes e advogados etc. Outros públicos da sociedade alemã argumentam que o processo de asilo deixa os requerentes em uma situação em que passam a depender de benefícios sociais. Essas questões estão sendo abordadas em pesquisas, relatórios institucionais e debates públicos. O filósofo de Oxford, David Miller, em seu livro “Strangers in our midst” (2016), analisa a questão a partir de um arcabouço normativo que busca identificar soluções políticas (para uma contextualização alemã da filosofia de Miller, ver [Bieber, 2017]). O jornal *The Economist* (2018) vê o “chauvinismo do bem-estar” em ascensão.

O nível de qualificação é pesquisado como um importante determinante da apreciação do bem-estar dos imigrantes, e estima-se que os imigrantes mais qualificados sejam menos dependentes do que seus pares menos qualificados (Giulietti; Wahba, 2012). Um generoso sistema de bem-estar social atrai a migração menos qualificada, enquanto a política de migração orientada pela demanda atrai migrantes mais qualificados, de acordo com Razin e Wahba (2011). Ponce (2018) contrastou o ímã do bem-estar com a hipótese da inclusão e descobriu que os migrantes são atraídos pela promessa de inclusão social e política e pelos lugares onde seus co-étnicos se tornaram cidadãos de pleno direito.

Fator de atração: porto seguro

A Alemanha, 75 anos após o fim da tirania nazista e 30 anos após sua reunificação, concluiu com sucesso sua transição para a democracia (ver a “Visão geral” deste Módulo). Uma pesquisa realizada em 2019 revelou que 99% dos entrevistados expressaram seu apreço pelo modelo

democrático de governança em detrimento da autocracia (Decker et al., 2020). O estudo também mostra que a maioria dos alemães está insatisfeita com a forma como o sistema procede, particularmente no que diz respeito às políticas sociais e econômicas. Talvez esteja de acordo com essas percepções o fato de a Alemanha ocupar apenas a posição 17 entre 156 países no Índice Mundial de Felicidade (Helliwell et al., 2020). O país tem o melhor desempenho em todos os *rankings* mundiais de liberdades. Além de sua alta classificação de 4 no IDH (ver páginas anteriores), a Alemanha mantém a posição 13 entre 167 países na categoria “democracia plena” do Índice de Democracia (EIU, 2020); a liberdade de imprensa faz com que a Alemanha ocupe a posição 11 entre 180 países (Reporters Without Borders, 2020); a penetração da corrupção é baixa, como indica a posição 9 entre 180 países (Transparency International, 2020); a segurança é alta, conforme a classificação 17 de 163 países no Índice Global da Paz (IEP, 2019), e em geral, os riscos são baixos, conforme revela a classificação 162 de 181 países no Índice de Risco Global, que leva em consideração o impacto da Covid-19 (Bündnis Entwicklung hilft; IFHV, 2020, p. 6-7, p. 25, p. 59-60).

O asilo é uma das poucas formas legais para se obter acesso à cidadania na Europa. Os Estados-membros da UE seguem diferentes tradições para conceder e retirar o *status* de refugiado. A UE vem trabalhando, desde 1999, para criar um sistema comum de asilo (*Common European Asylum System* – CEAS) com o objetivo de harmonizar os padrões de proteção e recepção. O “New pact on migration and asylum” (European Commission, 2020b) chega a conclusões sobre a crise de refugiados de 2015 e 2016 e busca “construir um novo sistema que crie e normalize a migração de longo prazo, bem como esteja totalmente alicerçado nos valores europeus e no direito internacional” (European Commission, 2020b, p. 1). A nova abordagem inclui políticas de migração, asilo, integração e gestão de fronteiras. O novo pacto pretende “reduzir rotas inseguras e irregulares e promover [...] vias legais seguras para a Europa para aqueles que precisam de proteção” (European Commission, 2020b, p. 2). A nova abordagem destina-se a gerir a interdependência entre várias políticas e decisões dos Estados-membros da UE no espírito de “solidariedade e compartilhamento de responsabilidades” (European Commission, 2020b, p. 5-6). As necessidades das crianças foram identificadas como uma prioridade. Os migrantes “que não têm o direito de permanecer no país” serão retornados “rapidamente” e “efetivamente”, e os retornos voluntários serão promovidos (ver Módulo 6). Atualmente, apenas um terço das pessoas obrigadas a regressar de um Estado-membro da UE realmente partem, o que “corrói a confiança dos cidadãos em todo o sistema de gestão de asilo e migração” (European Commission, 2020b, p. 7).

Na Alemanha, além da cultura de “Acolhimento aos Refugiados” (ver Visão geral deste Módulo), o apoio cada vez maior da população aos partidos de direita e a suposta desaprovação do público geral alemão aos migrantes foram manchetes internacionais (Al Jazeera, 2019; Bennhold; Eddy, 2020; Eddy, 2015; France24, 2017). Uma pesquisa representativa que mede o clima de integração na Alemanha, no entanto, revelou que as atitudes dos cidadãos alemães em relação aos refugiados são predominantemente positivas (SVR, 2018). Foram entrevistados os alemães com e sem antecedentes migratórios, incluindo os alemães étnicos reassentados (*Aussiedler*), as pessoas de ascendência turca e os migrantes da UE e do resto do mundo. A maioria dos entrevistados acredita que os refugiados enriquecem o país cultural e economicamente. Além disso, 60% das pessoas sem antecedentes

migratórios acreditam que a Alemanha deve continuar a receber refugiados, mesmo que seja o único Estado-membro da UE a fazê-lo. Os resultados variam entre os grupos de migrantes, com o maior nível de concordância registrado entre as pessoas de ascendência turca; os alemães étnicos reassentados são “notavelmente mais cautelosos” (SVR, 2018, p. 1). Sola (2017) conclui a partir de sua pesquisa realizada durante o auge da crise dos refugiados, de junho de 2015 até o final daquele ano, que as preocupações entre a população alemã aumentaram em 22% em comparação com o nível anterior à crise dos refugiados, o que ele avalia como um aumento “substancial” (Sola, 2018, p. 1). À luz de todos os itens já citados, a Alemanha é um dos países que mais aceita imigrantes, mantendo a classificação 24 de 140 países no Gallup Migrant Acceptance Index (Fleming et al., 2018). Os autores concluem que “de forma um tanto surpreendente, os países cujas eleições recentes foram marcadas por uma considerável retórica anti-imigrante – EUA, Reino Unido, Países Baixos, França e Alemanha – estão todos entre os que mais aceitam migrantes” (Fleming et al., 2018, p. 116).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Atribuir aos participantes a identificação e a descrição de dois fatores contextuais selecionados: - dois fatores de repulsão ou dois fatores de atração para Alemanha, ou uma combinação dos dois.

- Para identificar dois fatores contextuais, os participantes devem usar o Módulo 3 deste manual, mas o ideal é também apresentarem novos fatores contextuais, pois a listagem no Módulo 3 não é inclusiva.
- Os participantes devem buscar relatos ou depoimentos na mídia para dar vida às condições que levaram os alemães no passado a deixar suas casas, bem como as condições que prevalecem na vida de migrantes e refugiados na Alemanha atual.
- Os participantes devem tentar, ao apresentar seus fatores contextuais selecionados em plenário, encontrar um equilíbrio entre a teoria e o elemento humano por trás da teoria.



TAREFA SUGERIDA PARA ABORDAR AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA E AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO:

Pedir aos seus participantes que avaliem a Alemanha como um país de destino para migrantes e refugiados.

- Consultar os recursos que foram apresentados, por exemplo, o Migration Data Portal (Migration Data Portal, 2020b), os Indicadores de Desenvolvimento Humano (UNDP, 2019a) ou reportagens da mídia (The New Humanitarian, 2020).
- Apresentar os países de origem de refugiados e migrantes. Descrever os fatores que levam os refugiados a buscar refúgio e os migrantes a buscar melhores oportunidades de vida na Alemanha.
- Transformar as situações de refugiados e migrantes na Alemanha palpáveis para pessoas de outras regiões do mundo – usar fotos, vídeos ou outras mídias.

TAREFA SUGERIDA PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E ANÁLISE:

Fornecer uma reportagem sobre migração e deslocamento forçado na Alemanha, usando a mídia local e/ou internacional. Cada participante deve elaborar aspectos importantes nessas reportagens que sejam relevantes para o público, capacitando-os a tomar decisões fundamentadas por fontes confiáveis sobre migração e deslocamento forçado.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Geddes, A.; Scholten, P. *The politics of migration and immigration in Europe*. 2nd ed. London: Sage, 2018.

Jornalística:

Casey, R. The two contrasting sides of German refugee policy: 'they try to integrate some people while really try to get rid of others.' *The New Humanitarian*, 2019. <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2019/11/11/German-refugee-integration-policy>.

Institucional:

BAMF. *Putting people first: providing security, creating opportunities, embracing change*. 2020. https://www.bamf.de/EN/Startseite/startseite_node.html.

Referências

Al Jazeera. German far-right group planned to carry out attacks. *Al Jazeera*, 30 Sep. 2019. <https://www.aljazeera.com/news/2019/09/german-group-planned-carry-attacks-prosecutor-190930155253229.html>.

Amnesty International. 4 in 5 people worldwide say Yes, we welcome refugees! *Amnesty International*, 2016a. [Press release]. <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2016/05/survey-4-in-5-worldwide-welcome-refugees/>.

Amnesty International. *Refugees welcome survey 2016: the results*. 2016b. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/05/refugees-welcome-survey-results-2016/>.

BAMF. *Putting people first: providing security, creating opportunities, embracing change*. 2020. https://www.bamf.de/EN/Startseite/startseite_node.html.

Bauer, T.; Dietz, B.; Zimmermann, K. F.; Zwintz, E. German Migration: Development, assimilation, and labour market effects. In: Zimmermann, K. F. (Ed.). *European migration: what do we know?* Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 197-262.

Bennhold, K.; Eddy, M. 'Politics of hate' takes a toll in Germany well beyond immigrants. *The New York Times*, 21 Feb. 2020. <https://www.nytimes.com/2020/02/21/world/europe/germany-mayors-far-right.html>.

Bertelsmann Stiftung. *Einwanderungsland Deutschland*: factsheet. Gütersloh, 2016. https://www.bertelsmann-stiftung.de/fileadmin/files/Projekte/51_Religionsmonitor/BST_Factsheet_Einwanderungsland_Deutschland.pdf.

Bieber, F. Wo Einwanderung ihre legitimen Grenzen findet: Migrationskrise und Moral. *Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ)*, 4 Dec. 2017. <https://www.faz.net/aktuell/feuilleton/buecher/rezensionen/sachbuch/wo-einwanderung-ihre-legitimen-grenzen-findet-15306649.html>.

BMI. *Admission of ethnic German resettlers under the Federal Expellees Act*. Berlin, 2020. <https://www.bmi.bund.de/EN/topics/community-and-integration/ethnic-german-resettlers/ethnic-german-resettlers-node.html>.

Bündnis Entwicklung hilft; IFHV. *World risk report 2019*. Berlin, 2020. <https://weltrisikobericht.de/wp-content/uploads/2020/09/WorldRiskReport-2020.pdf>.

Casey, R. The two contrasting sides of German refugee policy: 'they try to integrate some people while really try to get rid of others.' *The New Humanitarian*, 2019. <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2019/11/11/German-refugee-integration-policy>.

Ciobanu, R. O.; Fokkema, T.; Nedelcu, M. Ageing as a migrant: vulnerabilities, agency and policy implications. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 43, n. 2, p. 164-181, 2016. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.1238903>.

Connor, P. *International migration from sub-Saharan Africa has grown dramatically since 2010*. Pew Research Center. Washington, D.C., 28 Feb. 2018. <https://www.pewresearch.org/facttank/2018/02/28/international-migration-from-sub-saharan-africa-has-grown-dramatically-since-2010/>.

Dagi, D. The EU-Turkey Migration Deal: performance and prospects. *European Foreign Affairs Review*, v. 25, n. 2, p. 197-216, 2020.

Decker, F.; Best, V.; Fischer, S.; Küppers, A. *Vertrauen in Demokratie: wie zufrieden sind die menschen in Deutschland mit regierung, Staat und Politik?* Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020. <http://library.fes.de/pdf-files/fes/15621-20190822.pdf>.

Der Bundespräsident. *Constitutional basis*. 2020. <https://www.bundespraesident.de/EN/Role-and-Functions/ConstitutionalBasis/ConstitutionalBasis-node.html>.

Destatis. *Ältere menschen in Deutschland und der EU*. Wiesbaden, 2016. <https://www.bmfsfj.de/blob/93214/95d5fc19e3791f90f8d582d61b13a95e/aeltere-menschen-deutschland-eudata.pdf>.

Destatis. *Ausländische bevölkerung, ergebnisse des Ausländerzentralregisters*. Wiesbaden, 2019. (Fachserie 1 Reihe 2). https://www.destatis.de/DE/Themen/Gesellschaft-Umwelt/Bevoelkerung/Migration-Integration/Publikationen/Downloads-Migration/auslaend-bevoelkerung-2010200197004.pdf?__blob=publicationFile.

Destatis. *Ausländerinnen und ausländer*. 2020a. <https://www.destatis.de/DE/Themen/Arbeit/Arbeitsmarkt/Glossar/auslaenderinnen-auslaender.html>.

Destatis. *Ausländerstatistik: 11,2 millionen ausländerinnen und ausländer zum Jahresende 2019*. 2020b. <https://www.destatis.de/DE/Themen/Gesellschaft-Umwelt/Bevoelkerung/Migration-Integration/auslaenderstatistik-stichtag.html>.

Destatis. *Population: current population*. 2020c. https://www.destatis.de/EN/Themes/Society-Environment/Population/Current-Population/_node.html.

Destatis. Population growth in 2019 expected to be lowest since 2012. *Destatis*, Wiesbaden, 17 Jan. 2020d. [Press release]. https://www.destatis.de/EN/Press/2020/01/PE20_022_12411.html.

Destatis. United States' popularity as a destination for emigration has declined: less Germans moving to the USA. *Destatis*, Wiesbaden, 26 Oct. 2020e. [Press release]. https://www.destatis.de/EN/Press/2020/10/PE20_N068_12411.html.

Dietz, B. German and Jewish migration from the former Soviet Union to Germany: background, trends and implications. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 26, n. 4, p. 635-652, 2000. DOI: 10.1080/713680499.

The Economist. Capitalism needs a welfare state to survive: but welfare must be reformed to cope with ageing and immigration. *The Economist*, 12 Jul. 2018. <https://www.economist.com/leaders/2018/07/12/capitalism-needs-a-welfare-state-to-survive>.

Eddy, M. Violent backlash against migrants in Germany as asylum-seekers pour in. *The New York Times*, 13 Aug. 2015. <https://www.nytimes.com/2015/08/14/world/europe/germany-migrants-attacks-asylum-seekers-backlash.html>.

EIU. Global democracy has another bad year. *The Economist*, 22 Jan. 2020. <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/01/22/global-democracy-has-another-bad-year>.

EMN. *Asylum and migration: Glossary 6.0*. European Migration Network. Brussels, 2018. https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emn-glossary-6-0_en.pdf.

European Commission. *EU-Turkey Statement: two years on*. Brussels, 2018. https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agendamigration/20180314_eu-turkey-two-years-on_en.pdf.

European Commission. *EU Immigration Portal*. 2020a. https://ec.europa.eu/immigration/node_en.

European Commission. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on a New Pact on Migration and Asylum*. Brussels. 2020b. https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/1_en_act_part1_v7_1.pdf.

European Council. EU-Turkey statement. *European Council*, Brussels, 18 Mar. 2016. [Press release]. <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement/>.

Eurostat. *Asylum statistics: number of asylum applicants (non-EU-27 citizens), EU-27, 2008-2019*. 2020a. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Asylum_statistics.

Eurostat. *Statistics explained: asylum quarterly report Q2/2020*. 2020b. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Asylum_quarterly_report

Fassmann, H.; Münz, R. European East-West migration, 1945–1992. *International Migration Review*, v. 28, n. 3, p. 520-538, 1994. <https://doi.org/10.1177/019791839402800305>.

Ferrara, P.; Corsello, G.; Sbordone, A.; Nigri, L.; Caporale, O.; Ehrich, J.; Pettoello-Mantovani, M. The “Invisible Children”: uncertain future of unaccompanied minor migrants in Europe. *The Journal of Pediatrics*, n. 169, p. 332-3.e1, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.jpeds.2015.10.060>.

Fleming, J. H.; Esipova, N.; Pugliese, A.; Ray, J.; Srinivasan, R. Migrant acceptance index: a global examination of the relationship between interpersonal contact and attitudes toward migrants. *Border Crossing*, v. 8, n. 1, p. 103-132, 2018. <https://doi.org/10.33182/bc.v8i1.576>.

France24. Nearly 10 anti-migrant attacks a day in Germany. 26 Feb. 2017. <https://www.france24.com/en/20170226-germany-10-anti-migrants-refugees-attacks-day-data-xenophobia-racism>.

Gauck, J. *Federal President Joachim Gauck to mark the first Day of Remembrance for Refugees and Expellees*. Berlin, 20 Jun. 2015. https://www.bundespraesident.de/SharedDocs/Downloads/DE/Reden/2015/06/150620-Gedenktag-Flucht-Vertreibung-englisch.pdf?__blob=publicationFile.

- Geddes, A.; Scholten, P. *The politics of migration and immigration in Europe* (2nd ed.) London: Sage, 2018.
- Giulietti, C.; Wahba, J. *Welfare Migration*. Bonn: Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit, 2012. <http://ftp.iza.org/dp6450.pdf>.
- Glorius, B. Go west: Internal migration in Germany after reunification. *Belgian Journal of Geography*, n. 3, p. 281-292, 2010. <https://doi.org/10.4000/belgeo.6470>.
- Gogou, K. The EU-Turkey deal: Europe's year of shame. *Amnesty International*, 20 Mar. 2017. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/03/the-eu-turkey-deal-europes-year-of-shame/>.
- Goodman, M. After the wall: the legal ramifications of the East German border guard trials in unified Germany. *Cornell International Law Journal*, v. 29, n. 3, 1996. <https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1391&context=cilj>.
- Helliwell, J. F.; Layard, R.; Sachs, J.; de Neve, J.-E. *World Happiness Report 2020*. 2020. <https://worldhappiness.report/ed/2020/>.
- Hoerder, D. Migration in Germany. *International History Review*, v. 21, n. 4, p. 953-964, 1999. <https://www.jstor.org/stable/pdf/40109170.pdf?refreqid=excelsior%3A4bdeda8c747510edceddb8cb2a9df9a3>.
- IEP. *Global Peace Index 2019: measuring peace in a complex world*. Sydney. 2019. <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2019/07/GPI-2019web.pdf>
- IOM. *Glossary on migration*. Geneva, 2019a. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.
- IOM. *World migration report 2020*. 2019b. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf.
- Jopp, D. S.; Wozniak, D.; Damarin, A. K.; Feo, M. de; Jung, S.; Jeswani, S. How could lay perspectives on successful aging complement scientific theory? Findings from a U.S. and a German life-span sample. *The Gerontologist*, v. 55, n. 1, p. 91-106, 2015. <https://doi.org/10.1093/geront/gnu059>.
- Lüpke-Schwarz, M. The last victim of the Berlin Wall. *DW*, 5 Feb. 2014. <https://www.dw.com/en/the-last-victim-of-the-berlin-wall/a-17408154>.
- Mandiraci, B. *Sharing the burden: revisiting the EU-Turkey migration deal*. Crisis Group, 2020. <https://www.crisisgroup.org/europe-central-asia/western-europemediterranean/turkey/sharing-burden-revisiting-eu-turkey-migration-deal>.
- Marois, G.; Bélanger, A.; Lutz, W. Population aging, migration, and productivity in Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 117, n. 14, 7690-7695, 2020. <https://doi.org/10.1073/pnas.1918988117>.
- Migration Data Portal. *Child and young migrants*. 2020a. <https://migrationdataportal.org/themes/child-and-young-migrants>.
- Migration Data Portal. *Germany*. 2020b. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019&cm49=276.
- Miller, D. *Strangers in our midst: the political philosophy of immigration*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- Möhring, M. Mobilität und Migration in und zwischen Ost und West. In: Bösch, F. (Ed.). *Geteilte Geschichte: Ost- und Westdeutschland 1970-2000*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2015. P. 369-410.
- Münz, R.; Weiner, M. (Eds.). *Migrants, refugees and foreign policy: U.S. and German policies toward countries of origin*. Providence: Berghahn, 1997.

- Panagiotidis, J. What is the German's fatherland? The GDR and the resettlement of ethnic Germans from socialist countries (1949-1989). *East European Politics and Societies and Cultures*, v. 29, n. 1, p. 120-146, 2015. <https://doi.org/10.1177/0888325414540934>.
- Ponce, A. Is welfare a magnet for migration? Examining universal welfare institutions and migration flows. *Social Forces*, v. 11, n. 5, p. 389, 2018. <https://doi.org/10.1093/sf/soy111>.
- Psaropoulos, J. Turkey-Greece refugee crisis: Germany willing to take children in. *Al Jazeera*, 10 Mar. 2020. <https://www.aljazeera.com/videos/2020/03/10/turkey-greece-refugee-crisis-germany-willing-to-take-children-in/>.
- Razin, A.; Wahba, J. Migration policy and the generosity of the Welfare State in Europe. *CESifo*, v. 9, n. 4, p. 28-31, 2011. <https://www.ifo.de/en/node/28288>.
- Reporters Without Borders. *2020 World Press Freedom Index*. 2020. <https://rsf.org/en/ranking>.
- Ritchie, H.; Roser, M. Age structure. *Our World in Data*, 2019. <https://ourworldindata.org/age-structure>.
- Roudik, P. *Laws concerning children of undocumented migrants in selected countries*. Washington, D.C.: Law Library of Congress, 2017. <https://www.loc.gov/law/help/undocumented-migrants/undocumented-migrant-children.pdf>.
- Schmale, W. Europe as a cultural reference and value system. *European History Online (EGO)*. 2010. <https://d-nb.info/1031276416/34>.
- Schmidt, C. M.; Zimmermann, K. F. Migration pressure in Germany: past and future. In Zimmermann, K. F. (Ed.). *Population Economics: migration and economic development*. Berlin, Heidelberg: Springer, 1992.
- Schmitz, F. Germany's evacuation of underage refugees from Greece seen as insufficient. *DW*, 18 Apr. 2020. <https://www.dw.com/en/germanys-evacuation-of-underage-refugees-from-greece-seen-as-insufficient-aid-groups/a-53176001>.
- Sola, A. *The 2015 refugee crisis in Germany: concerns about immigration and populism*. Berlin, Feb. 2018. (SOEPpaper, 966). <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3169243>.
- Staudenmaier, R. Refugee benefits in Germany are 'quite high,' Interior Minister de Maiziere says. *DW*, 9 Sep. 2017. <https://www.dw.com/en/refugee-benefits-in-germany-are-quite-high-interior-minister-de-maiziere-says/a-40426704>.
- Steinmeier, W. *Commemoration of Second World War at Warsaw*. Warsaw, 1 Sep. 2019. <https://www.bundespraesident.de/SharedDocs/Reden/EN/Frank-Walter-Steinmeier/Reden/2019/09/190901-Poland-Commemoration-Warsaw.html>.
- Süddeutsche Zeitung. *Denken wir heute nicht zu klein von uns? Gauck-Rede zu Flucht und Vertreibung*. 22 Jun. 2015. <https://www.sueddeutsche.de/politik/gauck-rede-zu-flucht-und-vertreibung-denken-wir-heute-nicht-zu-klein-von-uns-1.2530253>.
- SVR. *Integration barometer 2018*. 2018. https://www.svr-migration.de/wp-content/uploads/2018/09/SVR_Integration_Barometer_2018_Summary.pdf.
- Transparency International. *Corruption Perceptions Index: Germany*. 2020. <https://www.transparency.org/en/countries>.
- Trevelyan, M.; Gareth, J. Which European countries offer the most social benefits to migrants? *Euronews; Reuters*, 16 Sep. 2015. <https://www.euronews.com/2015/09/16/which-european-countries-offer-the-most-social-benefits-to-migrants>.
- Ulrich, R. *Die Übersiedlerbewegung in die Bundesrepublik und das Ende der DDR: Forschungsgruppe Internationale Beziehungen*. Berlin, 1990. <https://bibliothek.wzb.eu/pdf/1990/p90-302.pdf>.

UN News. More than 90 per cent of African migrants would make perilous Europe journey again, despite the risks. *UN News*, New York, 2019. [Press release]. <https://news.un.org/en/story/2019/10/1049641>.

UNdata. *Country profile: Germany*. 2020. <https://data.un.org/en/iso/de.html>.

UNDESA. *Country profile: Germany; international migrant stock*. 2019a. <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/countryprofiles.asp>.

UNDESA. *International Migration Report 2017: highlights*. New York, 2017. http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf.

UNDESA. *Replacement migration: is it a solution to declining and ageing populations?* New York: UNDESA, 2001. [Press release]. <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/ageing/replacement-migration.asp>.

UNDESA. *World population prospects 2019, v. I: comprehensive tables*. New York, 2019b. https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Volume-I_Comprehensive-Tables.pdf.

UNDP. *Human development indicators*. 2019a. <http://hdr.undp.org/en/content/statistical-data-tables-7-15>.

UNDP. *Human development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today; inequalities in human development in the 21st century*. New York, 2019b. from <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>.

UNDP. *Scaling fences: voices of irregular African migrants to Europe*. New York, 2019c. <https://www.africa.undp.org/content/rba/en/home/library/reports/ScalingFences.html>.

UNHCR. *Global Trends: forced displacement in 2017*. Geneva, 2018. <http://www.unhcr.org/globaltrends2017/>.

UNHCR. *Global Trends: forced displacement in 2018*. Geneva, 2019. <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>.

UNHCR. *Global Trends: forced displacement in 2019*. Geneva, 2020a. <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>.

UNHCR. *UN agencies welcome first relocation of unaccompanied children from Greece*. UNHCR, 2020b. [Press release]. <https://www.unhcr.org/news/press/2020/4/5e9707ed4/un-agencies-welcome-first-relocation-unaccompanied-children-greece.html>.

UNHCR; UNICEF; IOM. *Refugee and migrant children in Europe: factsheet; overview of trends, January-December 2018*. Geneva, 2019. <https://data2.unhcr.org/en/documents/download/69499>.

Von Weizsäcker, R. Speech during the Ceremony Commemorating the 40th Anniversary of the End of War in Europe and of National-Socialist Tyranny. *Deutscher Bundestag*, Bonn, 8 May 1985. https://www.bundespraesident.de/SharedDocs/Downloads/DE/Reden/2015/02/150202-RvW-Rede-8-Mai-1985-englisch.pdf?__blob=publicationFile.

Welcome Democracy. *Willkommenskultur und demokratie in Deutschland: flüchtlingspolitische initiativen als orte aktiver bürgerschaft, kollektiver konfliktaushandlung und demokratischen lernens*. s.d. <http://welcome-democracy.de/>.

Westwood, S. (Ed.). *Ageing, diversity and equality*. Abingdon: Routledge, 2019.

World Bank. *Population ages 65 and above (% of total population)*. 2020. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.65UP.TO.ZS>.

Zick, A.; Rees, J.; Papendick, M.; Wäschle, F. *MEMO: Multidimensional remembrance monitor: study III*. Institute for Interdisciplinary Research on Conflict and Violence at Bielefeld University. 2020. https://www.stiftung-evz.de/fileadmin/user_upload/EVZ_Uploads/Publikationen/Studien/EVZ_Studie_MEMO_2020_engl.pdf.



MÓDULO 9

**Movimentos africanos:
a partir do continente,
dentro do continente,
dentro do próprio país**

por Monika Lengauer



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Compreender os movimentos de migrantes e refugiados africanos intercontinentais (da África para outros países e continentes), regionais (entre países da África) e internos (nos próprios países da África).
- Compreender as complexidades da migração africana e do deslocamento forçado nos contextos específicos de cada país.
- Contar a “história africana” de migrantes e refugiados.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

No final deste Módulo, os participantes devem ser capazes de:

- Contar a sua versão da “história africana” de migrantes e refugiados.
- **RA Afetivo: Resposta**
 - Usar conhecimentos e fontes para preparar um breve perfil de um país e um breve perfil sobre a migração e o deslocamento forçado.
- **RA Cognitivo: Aplicação**
 - Relacionar os diferentes movimentos africanos intercontinentais (da África para outros países e continentes), regionais (entre países da África) e internos (nos próprios países da África).
- **RA Cognitivo: Aplicação**
 - Ser proficiente em contextualizar os movimentos africanos intercontinentais, regionais e internos a partir da perspectiva de um país de estudo de caso.
- **RA Cognitivo: Análise**

Visão geral

“Embora a maior parte do discurso sobre a migração africana¹ se concentre no Mediterrâneo, é importante salientar que a migração intra-africana geral representa 70% [de toda a migração africana]. Esta porcentagem aumenta para 80% para a África Subsaariana”, afirmou o vice-presidente sênior do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), Charles Boamah, no Fórum Africano de Resiliência (AfDB, 2019). Boamah recordou que, em 2017, os africanos representaram cerca de 10% da migração internacional (AfDB, 2019). Ao pensar assim, a UA e a sua coeditora, a OIM, em seu primeiro relatório sobre migração na África, o “Africa migration report”, querem contar a “história da migração africana pela perspectiva da África” (Adepoju et al., 2020, p. xiv). Essa ambição também é uma parte importante deste manual (ver a Introdução e o Módulo 1), além de seus estudos de caso (ver Módulos 6 e 7) e deste Módulo 9, o qual busca contextualizar as duas declarações institucionais do AfDB e da UA/OIM e apresenta três autores

¹ Observar as definições de migração e migrantes internacionais, conforme estabelecido no Módulo 2 e resumido nos glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019a; UNHCR, s.d.).

distintos – William Tayeebwa de Uganda, Levi Manda do Malawi e Levi Obonyo do Quênia – que contam histórias africanas de migrantes, refugiados e comunidades de acolhimento. Espera-se que os educadores de jornalismo que utilizarem este manual, incentivem seus estudantes a escrever as suas próprias histórias africanas sobre migrantes e refugiados africanos e sobre as comunidades de acolhimento com base no conhecimento acadêmico e experiencial, e as enviem para o portal do projeto www.mediaandmigration.com.

Os números que as instituições, os *think tanks* (laboratórios de ideias), a mídia e o público utilizam devem ser tratados com cautela (ver Módulo 2). Medir a migração e o deslocamento forçado de e para a África não é um esforço fácil, porque os dados permanecem escassos. O “Africa migration report” de 2020 aponta para o fato de que o continente não atualizou o número total de migrantes internacionais desde a edição de censos populacionais do ano 2000 (Adepoju et al., 2020, p. 15-16). Muitos países africanos também “carecem da capacidade de coletar dados de alta qualidade desagregados por sexo e idade” (Adepoju et al., 2020, p. 15), e são insuficientes as “estatísticas oficiais que não capturam o quadro completo da migração na África porque muita migração é irregular” (Adepoju et al., 2020, p. 20). A escassez de dados sobre migrantes e refugiados tem sido uma preocupação recorrente em quase todos os Módulos deste manual, abordada principalmente no Módulo 2, mas também nas seções sobre gênero (ver Módulos 3 e 7). Além disso, como apontado anteriormente, a questão das definições é essencial, por exemplo: A quem Boamah se refere quando ele menciona a migração internacional? A migrantes? A refugiados? Um lembrete sobre dados e definições a este respeito: as estatísticas a seguir estão conforme a definição estatística das Nações Unidas de um migrante internacional de longo prazo como “[...] uma pessoa que se muda para um país diferente do de sua residência habitual por um período de pelo menos um ano (12 meses)” (UNDESA, 1998, p. 10, box 10). Essa definição exclui movimentos que se devem a “recreação, férias, visitas a amigos e parentes, negócios, tratamento médico ou peregrinações religiosas” (UNDESA, 1998, p. 10, para. 37), mas inclui todas as outras pessoas em movimento ou em fuga e pessoas deslocadas à força, como refugiados, o que é particularmente importante para este manual (EMN, 2018; IOM, 2019a; UNHCR, s.d.).

Movimentos internacionais africanos, a partir do continente

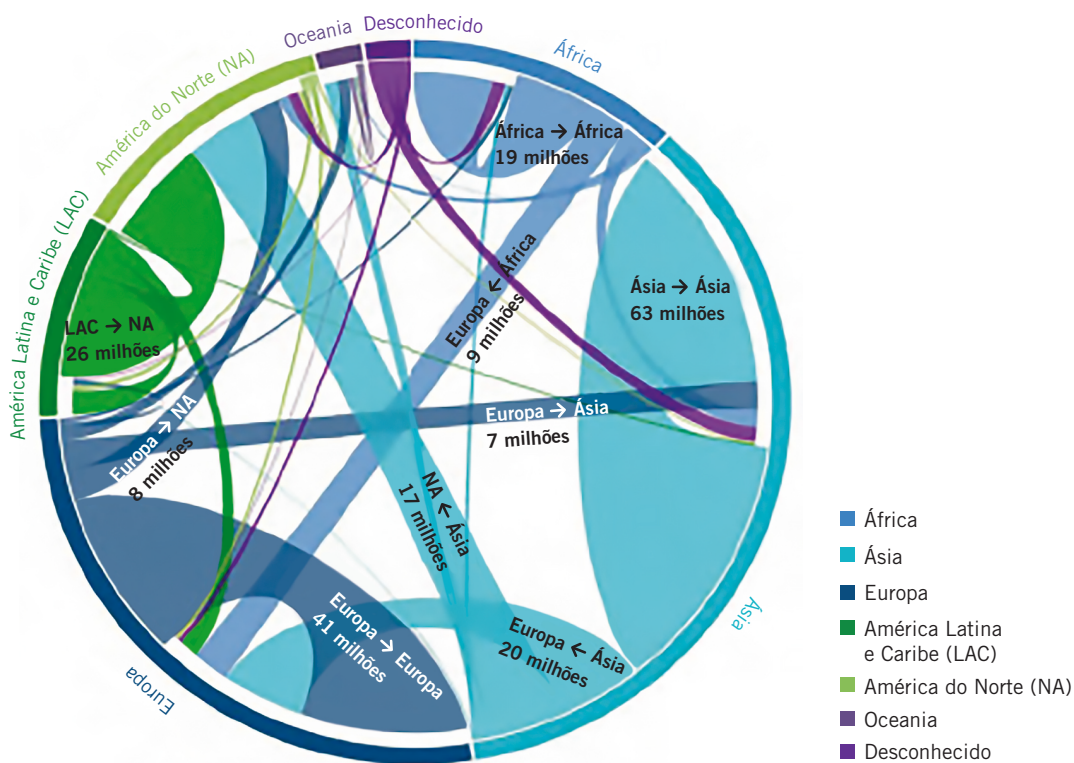
A maioria dos migrantes internacionais na África Subsaariana (89%) (UNDESA, 2019) é originária de outro país da mesma região². Migrar para países vizinhos é um movimento padrão (primeiro) na migração internacional. Mover-se entre países da região de origem parece fácil para muitos migrantes, assim como é muitas vezes para as comunidades anfitriãs. Na África, atravessar uma fronteira internacional, por exemplo, da Guiné-Bissau à Gâmbia, pode parecer um movimento dentro do mesmo território étnico tradicional (Knorr; Kohl, 2016). A Figura 26 mostra esses movimentos internacionais padrão, mas a tendência na África mudou. Para os migrantes nascidos na África, a “proporção daqueles que vivem em um país fora de sua região de nascimento aumentou” (UNDESA, 2017, p. 12). Por outro lado, entre 2000 e 2017, a proporção de migrantes internacionais que se mudaram dentro de sua região de nascimento aumentou na Ásia, na Europa, na América Latina e em outros lugares (UNDESA, 2017, p. 11-12, fig. 5).

² Números e casas decimais são arredondados neste texto, mantendo um bom equilíbrio entre precisão e legibilidade.

Em uma comparação internacional incomum, Connor (2018) também mostra essa tendência africana (Figura 27). Ao comparar os dados de 1990 e 2017, ele revela que a proporção de migrantes intra-africanos diminuiu sete pontos percentuais entre 1990 e 2017 (de 75% para 68%), e a proporção de africanos que saíram do continente aumentou – a migração para a Europa aumentou seis pontos percentuais, de 11% para 17%; e, para os EUA, quatro pontos percentuais, de 2% para 6%.

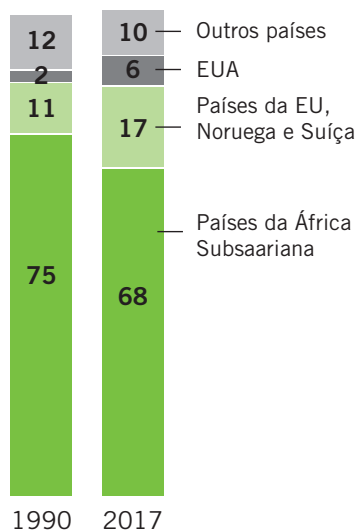
Em números absolutos, publicados pelas Nações Unidas e pela OIM, os migrantes africanos que vivem fora do continente “mais do que duplicaram [desde 1990], sendo mais pronunciado o crescimento para a Europa” (IOM, 2019b, p. 54). Em 2019, a maioria dos migrantes nascidos na África que viviam fora da região residia na Europa (11 milhões), na Ásia (5 milhões) e na América do Norte (3 milhões) (IOM, 2019b, p. 54). A Figura 28 demonstra a rapidez com que os movimentos internacionais de cidadãos africanos cresceram entre 1990 e 2019, tanto a partir de seu continente quanto dentro dele. O número de africanos que deixam seus países de

Figura 26: Número de migrantes internacionais classificados por região de origem e destino, 2017.



Observações: AN refere-se à América do Norte, LAC refere-se à América Latina e ao Caribe. Esta figura mostra que as pessoas se deslocam rotineiramente dentro de sua própria região de nascimento, mas esse fluxo padrão mudou na região da África. Para os migrantes nascidos na África, a proporção daqueles que vivem em um país fora da sua região de nascimento aumentou (UNDESA, 2017, p. 12-11).
 Fonte: (UNDESA, 2017, p. 11, fig. 5).

Figura 27: Os destinos dos emigrantes da África Subsaariana estão mudando (pessoas nascidas na África Subsaariana que vivem em outros países, por país/região de residência, %).



Em 1990, 75% dos emigrantes de países da África Subsaariana viviam em outros países subsaarianos; em 2017, essa porcentagem caiu para 68%. Também em 2017, aumentou a porcentagem de pessoas da África Subsaariana que viviam na Europa e nos EUA (Connor, 2018). Fonte: (Connor, 2018). Ilustração própria.

origem é muito alto em todas as perspectivas – um número recorde de pessoas se muda para um dos países do continente africano, um número recorde de pessoas deixa o continente africano completamente. Em contrapartida, o número de pessoas que migram de outros continentes para a África é muito baixo (IOM, 2019b, p. 55, fig. 1).

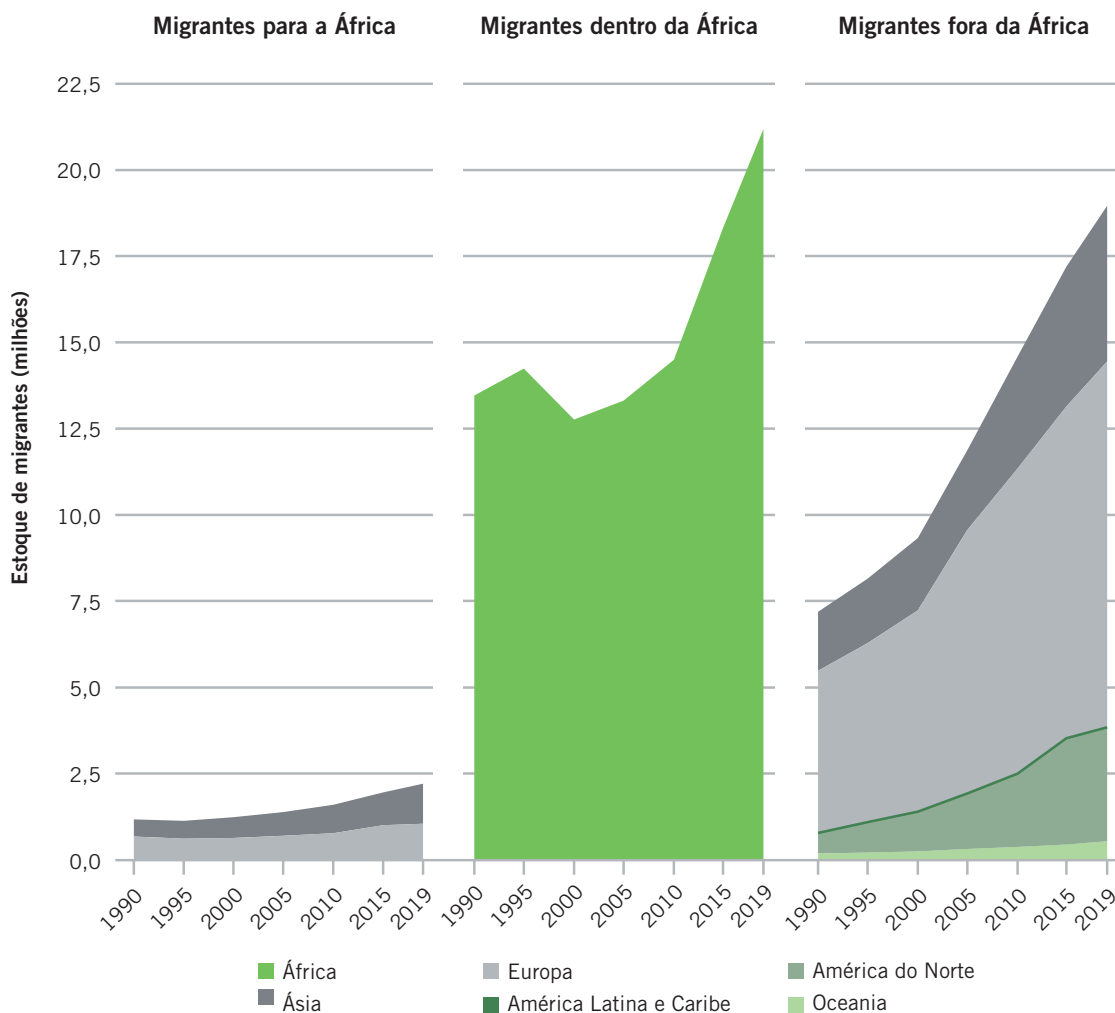


SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Permitir que os estudantes adquiram algum conhecimento sobre a Uganda como um país de migração e deslocamento forçado antes de estudar a perspectiva do país por William Tayeebwa. Convidar os participantes a preparar um breve *perfil do país* e um breve *perfil sobre migração e deslocamento forçado* em Uganda.

- Para compor esses dois perfis, os participantes devem selecionar seus dados a partir das fontes mostradas no Módulo 2.
- Para dar vida aos dados, os participantes exploram reportagens da mídia de Uganda ou sobre o país, que consideram esclarecedoras e reveladoras.
- Apresentar os dois perfis em plenário e concluir com cinco destaques para identificar as principais características de Uganda.

Figura 28: Movimentos para a África, dentro e fora dela, de 1990 a 2019



Os movimentos internacionais na África aumentaram acentuadamente após 2010, como mostrado na coluna do meio. Os movimentos internacionais da África para outras regiões do mundo aumentaram significativamente desde os anos 2000 (coluna à direita). Em contraste, o movimento para a África é muito baixo (coluna da esquerda).

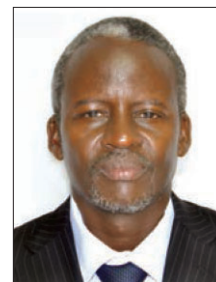
Observação: “Migrantes para a África” (coluna da esquerda) refere-se a migrantes residentes na África que nasceram em outra região do mundo (por exemplo, Europa). “Migrantes dentro da África” (coluna do meio) refere-se a migrantes nascidos na região (África) e residentes fora do seu país de nascimento, mas ainda dentro da região africana. “Migrantes fora da África” (coluna da direita) refere-se a pessoas nascidas na África que residem fora da região (por exemplo, na Europa). O “estoque de migrantes” é o número de pessoas que se deslocam de um lugar para outro, seja para trabalhar, estudar ou por outros motivos, e vivem em países diferentes de sua terra natal.

Fonte: (IOM, 2019b, p. 55, fig. 1). Ilustração própria.

Perspectivas de Uganda

por William Tayeebwa, PhD, professor sênior do Departamento de Jornalismo e Comunicação da Universidade Makerere, Uganda.

A importância de usar os conceitos de *migrante*, *refugiado*, *requerente de asilo* e outros termos relacionados na escrita acadêmica ou na jornalística, conforme a distinção feita pelo ACNUR e pela OIM (EMN, 2018; IOM, 2019a; UNHCR, s.d., UNHCR, 2018), é criticada por White (2015, p. 15). Na realidade, migrantes e refugiados muitas vezes seguem as mesmas rotas, os mesmos meios de transporte e as mesmas redes. Movimentos transfronteiriços que envolvem migrantes e refugiados são referidos como movimentos mistos.³ Os ugandenses que foram deslocados de suas áreas de origem por algum motivo – incluindo as áreas onde ocorreram deslocamentos internos devido à guerra civil de 1986 a 2006, entre as forças do governo e o Exército de Resistência do Senhor (*Lord's Resistance Army* – LRA) – mas permanecem dentro das fronteiras, não são considerados parte da narrativa da migração (Hovil; Okello, 2006). Mais ainda, a mídia ugandense é clara na diferenciação entre pessoas deslocadas internamente (PDIs) e refugiados. O que é menos claro nas reportagens da mídia, bem como em outros relatórios de políticas, é a diferenciação entre um refugiado e um imigrante.



Fonte: Privado.

Tanto o ACNUR quanto a OIM observaram que Uganda, com 1,4 milhão de refugiados em 2020, ainda abriga o maior número de refugiados no contexto de outros países anfitriões africanos. A maioria dos refugiados era da República Democrática do Congo (RDC), de Ruanda e do Sudão do Sul (Migration Data Portal, 2020c). De acordo com o “Uganda Comprehensive Refugee Response Portal” do ACNUR (UNHCR, 2020d), cerca de 80 mil refugiados vivem na capital Kampala, onde a maioria trabalha em empresas privadas; todos os outros refugiados no país estão abrigados em 12 distritos do país (Coggio, 2018). O ACNUR mostra os países de origem, 62% ou 888 mil pessoas, são do Sudão do Sul, seguido por 29%, ou 420 mil pessoas, que são da RDC. Outros em ordem numérica são pessoas vindas de Burundi, Somália, Ruanda, Eritreia, Sudão, Etiópia e outros (UNHCR, 2020d).

Paralelamente ao cenário descrito, a África do Sul abriga o maior número de migrantes econômicos do continente, muitos deles ugandenses. Isso tornou o país suscetível a ataques xenofóbicos, pois os cidadãos protestam contra os estrangeiros e os acusam de roubar seus empregos (Bekker, 2015; Worby et al., 2008).

Enquanto muitos países lidam com um problema tão grande de deslocamento humano e adotam políticas rígidas de entrada e assentamento, Uganda, ao contrário, há anos exibe uma política de portas abertas para migrantes e refugiados. Uganda acolhe

³ Para uma definição de movimentos mistos, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019a).

milhares de refugiados de vários países africanos e oferece a eles comodidades, tais como terras agrícolas, acesso a oportunidades de negócios e liberdade de locomoção para serviços sociais, como escolas e hospitais, que normalmente são destinados aos cidadãos. Essa política de abertura há anos tem tornado o país bem-visto pelas agências humanitárias, que frequentemente fazem referência às boas práticas do modelo ugandense (Goldstein, 2018; Patton, 2016; Strohlic; Lorec, 2019). Por exemplo, a International Refugee Rights Initiative (IRRI), em um relatório de 2018, afirma que:

Enquanto a Europa e os EUA tentam formas cada vez mais criativas de criar barreiras aos refugiados que chegam aos seus territórios, a abordagem de fronteiras abertas de Uganda envergonha muitos outros estados. Além disso, o governo tomou medidas significativas para permitir uma maior liberdade de circulação e acesso ao trabalho para os refugiados, mais uma vez indo contra a corrente global. Os aspectos positivos da abordagem de Uganda, portanto, devem ser inequivocamente aplaudidos (Hovil, 2018a, p. 3).

No que diz respeito à política institucionalizada, Hovil (2018a) traça os vários desenvolvimentos desde os tempos coloniais, começando com a “1955 Control of Refugees from the Sudan Ordinance”, até a pós-independência com o “Control of Alien Refugees Act (CARA) of 1960”, que alimentou a “Self-Reliance Strategy (SRS)” de 1999 e a “Development Assistance for Refugee-Hosting Areas (DAR) policy” de 2003 (Hovil, 2018a, p. 6). Hovil observa que, em todas as estruturas políticas passadas e presentes, o *status* legal dos refugiados que optam por viver em áreas urbanas permanece ambíguo, uma vez que permanecem com quase nenhuma assistência e “em grande parte fora do escopo das políticas formais de refugiados de Uganda” (Hovil, 2018a, p. 7). Embora uma estrutura política abrangente tenha sido implementada no “Refugee Act” de 2006, que levou em consideração a UN Refugee Convention de 1951 (UNHCR, 2010) e a OAU Refugee Convention de 1969 (OAU, 1969), os analistas observaram que a implementação foi inicialmente lenta até 2013, quando um novo conflito eclodiu no Sudão do Sul, forçando milhares a fugir para Uganda, trazendo assim renovado interesse e vigor na implementação da lei (Bernstein et al., 2005; Hovil, 2018a; Watera et al., 2017).

Embora existam deficiências na implementação das políticas estabelecidas para refugiados, o fascínio positivo do modelo de Uganda foi abalado quando, em 2016, as mídias locais e a internacional relataram que os funcionários do governo de Uganda, encarregados da gestão de refugiados, estavam envolvidos em práticas corruptas que incluíam inflar o número de solicitantes de asilo e refugiados em alguns campos para se beneficiar do financiamento internacional (Okiror, 2018; Patton, 2016). Com essa exposição, vários países e agências doadoras suspenderam o financiamento, uma situação que expôs os refugiados a condições mais difíceis e menos compromisso do governo ugandense em acolher mais pessoas no país (Green, 2018; Matengo, 2019). Embora as projeções do ACNUR e da OIM mostrem que mais refugiados continuarão a entrar em Uganda vindos da conturbada RDC e do Sudão do Sul, com certeza, o modelo ugandês continuará a receber

muito mais escrutínio nacional e internacional. No entanto, em uma nota mais sombria, Lucy Hovil, da IRRI, uma ávida crítica do modelo ugandense, escreveu em *Refugees Deeply* que, sem a comunidade internacional cumprindo sua promessa de apoio financeiro significativo, bem como reassentamento em países mais ricos em todo o mundo, o modelo ugandense “entrará em colapso como um castelo de cartas” (Hovil, 2018b).

As reportagens da mídia ugandense sobre a migração no interior da África seguem a mesma trajetória que em outros países africanos, conforme discutido habilmente por White (2015), Fengler e seus colegas (2020), bem como Pierigh (2017). Uma discussão mais específica sobre a questão é resumida por Nakitare (2018), que capta os resultados de um debate entre jornalistas na Media Challenge Expo de 2018, em Kampala, que reuniu “356 estudantes de jornalismo de várias universidades de Uganda, 45 agências de mídia, 22 organizações de refugiados, nove organizações de desenvolvimento de mídia e vários representantes governamentais” para discutir e partilhar durante três dias sobre o tema “reformular a cobertura midiática dos refugiados em Uganda”.

Nakitare (2018) relata que, durante o evento, a Ethical Journalism Network (EJN) organizou duas oficinas voltadas para fornecer habilidades práticas aos jovens jornalistas usando as diretrizes que eles desenvolveram a respeito de “reportagens sobre migração” e de como evitar “discursos de ódio” (EJN, s.d.). A autora observa que, nas apresentações e discussões, os pesquisadores e os profissionais da mídia notaram de que forma a caracterização dos refugiados – como “pessoas que vagam sem rumo e sem direção” – ajudaria a estruturar a narrativa pública sobre os refugiados. A partir do evento de três dias, ficou óbvio que o interesse em como a mídia está relatando (e deveria relatar) sobre refugiados e migrantes está crescendo no país (Turpin, 2018).

Movimentos africanos internacionais, no continente

No que diz respeito aos movimentos intracontinentais, o maior número de migrantes e refugiados africanos está no Norte da África, por exemplo, nos países de língua árabe que fazem fronteira com o Mar Mediterrâneo, particularmente em Marrocos, Tunísia, Argélia e Líbia (vulgarmente conhecidos como parte do Magrebe) e Egito. Os riscos de proteção em alguns desses países são consideráveis (UNHCR, 2020c). O Magrebe e o Egito tornaram-se países de destino por direito próprio ou países de trânsito para a Europa para migrantes e refugiados do continente. Mas o Norte da África não tem apenas recebido migrantes e refugiados da África Subsaariana, seu próprio povo também tem migrado ou fugido, em busca, principalmente, da Europa e dos estados do Golfo Árabe – em geral, os norte-africanos não migram ou fogem para outros países da África (IOM, 2019b, p. 66). As características do Norte de África como países de origem, trânsito e destino para migrantes e refugiados mostram simultaneamente os padrões complexos nesta parte do mundo (IOM, 2019b, p. 66-68; Migration Data Portal, 2020b). Knoll e Teevan (2020) analisaram esses padrões pela lente do Pacto Europeu de 2020 sobre migração e asilo

(European Commission, 2020) e com atenção à Covid-19. Eles concluíram que: “É claro que a Covid-19, ao acentuar as dificuldades socioeconômicas em toda a região, complicará ainda mais o processo de reforma dos sistemas de asilo e migração” (Knoll; Teevan, 2020, p. 2). Na África Subsaariana, a África do Sul continua a ser o destino mais significativo (Migration Data Portal, 2020a). Na África Oriental e do Sul, um elevado número de migrantes irregulares está em movimento, muitas vezes em fluxos mistos,⁴ e desenraizados por múltiplos fatores contextuais. O contrabando de migrantes é particularmente virulento (IOM, 2019b, p. 61-64). Na África Ocidental, as pessoas se deslocam principalmente em sua própria sub-região (IOM, 2019b, p. 64), mas o Afrobarometer revelou que as pessoas da África Central e Ocidental são “consideravelmente mais propensas a pensar em emigração do que os africanos do sul e do leste” (Appiah-Nyamekye Sanny; Rocca, 2018, p. 10). A migração regional na África Ocidental é possibilitada por muitos grupos étnicos espalhados pelas fronteiras nacionais, suas redes são fortes e os deslocamentos são isentos de visto como uma questão política para a comunidade regional da CEDEAO.⁵ As pessoas deslocam-se principalmente como trabalhadores migrantes em setores pouco qualificados, incluindo o comércio informal, a agricultura e o trabalho doméstico. Na África Central, a migração laboral é frequente para o Gabão, enquanto o conflito e a instabilidade desempenham um papel maior nos deslocamentos (IOM, 2019b, p. 61-68).

Entre os 20 principais países da África Subsaariana que recebem migrantes estão também a África do Sul, a Costa do Marfim e Uganda (IOM, 2019b, p. 57, fig. 3). William Tayeebwa revela na sua perspectiva de Uganda a maneira pela qual o país tem sido elogiado internacionalmente como um país modelo de acolhimento de migrantes e refugiados devido à sua política de portas abertas; e de que forma, posteriormente, o país também foi criticado por seu envolvimento em defraudar montantes substanciais em dinheiro de assistência humanitária para a sua política.

A migração intracontinental é uma questão política facilitada por comunidades regionais, como a Comunidade da África Oriental (CAO) e a CEDEAO. Em 2019, a CEDEAO celebrou o 40º aniversário do Protocolo de Livre Circulação da África Ocidental de 1979 que se relaciona com o direito de residência e pretende promover a integração e o desenvolvimento regional (CEDEAO, 2019). A UA também promove muito a migração intracontinental. Na sua Agenda 2063, um de seus 15 projetos emblemáticos prevê “O Passaporte Africano e a Livre Circulação de Pessoas”⁶ (UA, 2013; UA, s.d.). É dito que a UA admite que suas próprias políticas estão desatualizadas, o que permitiu que “a influência externa distorcesse a resposta” (Chutel, 2019). Assim, no seu primeiro relatório, “Africa migration report” (Adepoju et al., 2020), a UA e a OIM pretendem “desafiar a narrativa”, assim como alertam no subtítulo desse relatório. As instituições editoras sintetizam três ações para as

4 Para a definição de “fluxos mistos”, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019a).

5 Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) formada pelos seguintes Estados-membros: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo (CEDEAO, 2016).

6 O projeto Flagship 4 compreende o passaporte africano e a livre circulação de pessoas, conforme o seguinte: “Eliminar as restrições à capacidade dos africanos de viajar, trabalhar e viver em seu próprio continente. A iniciativa pretende transformar as leis da África, que, em geral, permanecem restritivas à circulação de pessoas, apesar dos compromissos políticos de derrubar as fronteiras, a fim de promover a emissão de vistos pelos Estados-membros para melhorar a livre circulação de todos os cidadãos africanos em todos os países da África” (UA, 2013; UA, s.d.).

distorções que caracterizam a narrativa atual sobre a migração africana: (a) a maioria dos migrantes africanos não está atravessando oceanos, mas sim fronteiras terrestres na África; (b) 94% da migração africana por meio dos oceanos assume uma forma regular; e (c) a maioria dos migrantes do mundo não são africanos. A África representa 14% da população migrante mundial, em comparação, por exemplo, com 41% da Ásia e 24% da Europa. Esses dados fortalecem a necessidade de se recontar a história que consiste em sua maioria na migração intra-africana, ao contrário da horrível impressão sensacionalista da migração irregular da África pelo Mediterrâneo (Adepoju et al., 2020, p. 1).

As instituições editoras do relatório oferecem diferentes interpretações dos dados, por exemplo, da pesquisa amplamente compartilhada pelo Afrobarometer (Appiah-Nyamekye Sanny; Rocca, 2018; Appiah-Nyamekye Sanny et al., 2019), que se baseia em 34 países africanos e 45 mil inquiridos africanos questionados sobre o que pensam a respeito da migração. Os autores concluíram que:

Em média, mais de um em cada três africanos (37%) considerou emigrar, incluindo quase um em cada cinco (18%) que pensaram muito nisso. Muito menos fazem planos reais para se mudar, é claro. Mas mesmo com apenas 3% da população, é esmagador o número de africanos que dizem estar seriamente envolvidos no planejamento e nos preparativos para se mudar com a obtenção de um visto. Outros 11% deles dizem que planejam se mudar no próximo ano ou dois, embora atualmente não estejam se preparando (Appiah-Nyamekye Sanny; Rocca, 2018, p. 2).

Ao “desafiar a narrativa”, a UA e a OIM, editoras do primeiro relatório sobre a migração na África, oferecem a sua interpretação alternativa dos dados enquanto “apenas uma porcentagem relativamente pequena de pessoas planeja ativamente e se prepara para migrar [...]. Na África Ocidental, em 2015, 10,3 milhões de pessoas relataram planejar migrar nos 12 meses próximos, mas apenas 2,7 milhões de fato haviam se preparado para tal mudança” (Adepoju et al., 2020, p. 19-20).

O Afrobarometer também relata que a maioria dos seus entrevistados preferiria, de fato, ficar mais perto de casa: 29% são a favor de outro país dentro de sua região e 7% de outro país no continente, em comparação com 27% dos entrevistados que expressaram sua preferência pela Europa e 22% pela América do Norte. Consequentemente, a maioria dos migrantes da África Subsaariana mudou-se para outros países do continente – o que consideraram “difícil” ou às vezes “muito difícil”, lamentando os requisitos de visto, a falta de reconhecimento e comparabilidade de competências e qualificações além-fronteiras. As principais razões para os africanos deixarem seu país de origem foram encontrar um emprego (44%) e escapar da pobreza (29%), de acordo com o Afrobarometer, que observou isso de forma consistente em todos os países pesquisados. Apenas 6% dos entrevistados querem estudar no exterior. “Em outras palavras”, resumem os autores, as pessoas procuram a “oportunidade que não conseguem encontrar em seus países” (Appiah-Nyamekye Sanny; Rocca, 2018, p. 7).

O relatório “Scaling fences” publicado pelo PNUD (2019b) revelou que, para dois terços dos entrevistados, trabalhar e receber salários competitivos em seus países de origem não os impedia de migrar. Além disso, o relatório ousou em afirmar que mais de 90% dos migrantes africanos fariam a perigosa jornada pela Europa novamente, apesar dos riscos.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Permitir que os participantes adquiram algum conhecimento do Malawi como um país de migração e deslocamento forçado antes de estudar a perspectiva do país fornecida pelo prof. Levi Manda.

Convidar os participantes a preparar um breve perfil do país e um breve perfil sobre migração e deslocamento forçado no Malawi.

- Para compor esses dois perfis, os participantes devem selecionar seus dados a partir das fontes apresentadas no Módulo 2.
- Para dar vida aos dados, os participantes devem procurar por reportagens da mídia do Malawi ou sobre o país que considerarem esclarecedoras e reveladoras.
- Apresentar os dois perfis em plenário e concluir com cinco destaques para identificar as principais características do Malawi.

Perspectivas do Malawi

por Levi Manda, PhD, mentor na Escola de Pós-Graduação em Mídia e Comunicação da Universidade Aga Khan, Malawi.

Malawi é um país geograficamente pequeno, no sudeste da África, mas densamente povoado, com uma população de 18 milhões de habitantes e uma área de 118.000 km², o que o torna um dos dez países mais densamente povoados da África. O Lago Malawi, as montanhas, os pântanos e os rios ocupam 30% da área do país (Migration Data Portal, 2019; UNdata, 2019).



Fonte: Privado.

No Malawi, as pessoas se identificam por seus distritos ou regiões e por suas origens étnicas. Normalmente, os malauianos se identificam como: Chewa ou Nyanja, que habitam principalmente a região central e partes da região sul do Malawi; como Tumbuka, que vivem principalmente nas partes ocidentais da região norte; como Tonga, que habitam principalmente a parte oriental do norte e centro do Malawi; e como Yao, que dominam a costa central e o sul do Malawi. Outras tribos importantes incluem os Ngonde, que são dominantes no nordeste do Malawi; e os Lhomwe, que são dominantes no sudeste do país (para mais detalhes sobre a composição étnica do país, ver Ingham et al., 2020). No distrito de Chitipa, existem mais de cinco grupos étnicos, cada um com sua língua, seus costumes e sua cultura (Centre for Language Studies [CLS], 2006). A afiliação étnica

se manifesta durante os funerais, quando uma pessoa é enterrada em sua casa, embora ela possa ter nascido, crescido e trabalhado toda a sua vida em uma cidade longe do local de sua origem étnica. A etnia é exibida até nas placas de identificação dos veículos. Atualmente, a política cultural do Malawi incentiva a formação de associações culturais e a celebração da cultura e das tradições (Government of Malawi, 2011).

A etnia não está em desacordo com o fato de que a sociedade malauiana está sempre em movimento. Ocorre muita migração interna. Isso pode ser intradistrital, intrarregional, mas também inter-regional e internacional. As principais razões para a migração interna incluem a busca por empregos, a pesca em acampamentos (ugowi) e a translocação devido ao casamento, ou seja, quando um homem ou uma mulher sai de seu lar étnico para começar uma nova vida com seu cônjuge (Beegle; Poulin, 2013). Como a sociedade malauiana é matrilinear (a herança passa pela mãe) ou patrilinear (herança pelo pai), a migração por motivos matrimoniais se manifesta de duas formas. Nas famílias matrilineares, o casamento tradicional é matrilocal, ou seja, o marido se muda para ficar com a esposa na aldeia materna, enquanto nas famílias patrilineares, o casamento é principalmente patrilocal, e a esposa se muda para viver com o marido na aldeia dele (Anglewicz, 2012). A migração por motivos econômicos também é responsável pelo grande número de malauianos nos países vizinhos, como Tanzânia, Moçambique, Zâmbia, Zimbábue e África do Sul. A OIM estima que cerca de 79% de todos os migrantes econômicos malauianos emigram para a África do Sul (IOM, 2015, p. 1).

O Banco Mundial estima que os malauianos na diáspora enviam dinheiro em quantias substanciais para suas famílias no Malawi, que, em 2020 (dados de outubro de 2020), totalizaram US\$ 189 milhões ou 2,3% do PIB do país – um aumento considerável em comparação com 2010 (US\$ 22 milhões; World Bank, 2020b). Devido à escassez de dados confiáveis e atuais, frequentemente, os migrantes econômicos em países estrangeiros são pouco noticiados, como admite a OIM (2015).

Callamard (1994) e Makhema (2009) observam que, embora o Malawi tenha começado a acolher refugiados e requerentes de asilo na década de 1970, o seu maior teste como país de acolhimento de refugiados foi entre 1986 e 1993, quando cerca de 1,2 milhões de moçambicanos se reuniram no Malawi. Os números eram tão grandes que o governo foi forçado a acomodá-los sem seguir sistematicamente os procedimentos de verificação, e a tal ponto que até mesmo suspeitava-se que os combatentes tivessem sido hospedados nos 12 campos de refugiados (Callamard, 1994). Antes deste período, os moçambicanos vinham como pequenas famílias a procurar refúgio em casa de parentes no Malawi ou individualmente em busca de proteção. Sobrecarregado pelo fluxo de refugiados, o Malawi teve de recorrer à assistência do ACNUR, assim, acampamentos foram estabelecidos em todos os 12 distritos que fazem fronteira com Moçambique (Dzimbiri, 1993).

Ao escrever sobre o impacto social e econômico dos refugiados moçambicanos, Dzimbiri (1993) observou que, embora a população do Malawi tenha se beneficiado do acolhimento dos refugiados em termos de empregos e negócios, os refugiados provaram ser um dreno nas finanças do Malawi e afetaram negativamente o meio ambiente natural. Gomez e Christensen (2010), ao citarem um relatório conjunto de 1990 do Governo do Malawi, Banco Mundial, PNUD e ACNUR, observaram que, devido ao afluxo de refugiados moçambicanos, o Malawi desviou fundos do orçamento de infraestrutura, desenvolvimento e serviços sociais no valor de US\$ 9,4 milhões e US\$ 8,4 milhões em 1988 e 1989, respectivamente, para gastar no apoio aos refugiados. Dzimbiri cita uma avaliação do Governo do Malawi de 1992 que indicou que “embora parcialmente financiada pelo ACNUR, uma planilha de despesas setoriais sobre pessoas deslocadas apenas para 1990 mostrou um custo adicional total líquido para o Governo do Malawi de US\$ 25,1 milhões” (Dzimbiri, 1993, p. 6). Esse aumento acentuado nos gastos é indicativo do número de refugiados no território malawiano à época e do compromisso do governo do Malawi. Os documentos revelam que, durante a crise dos refugiados moçambicanos, a atenção foi dada principalmente ao asilo, à subsistência e à saúde, e não à oferta de educação de qualidade para os refugiados. Pouco depois de os refugiados moçambicanos terem sido repatriados com sucesso após o fim da guerra civil em 1993 (Callamard, 1994), grande parte dos campos de refugiados foram encerrados. Posteriormente, o Malawi começou a receber requerentes de asilo da Região dos Grandes Lagos Africanos, do Burundi, de Ruanda e da RDC. Alguns desses refugiados viveram, tiveram filhos e até netos, morreram e foram enterrados no Malawi. Em comparação com a crise dos refugiados moçambicanos, é insignificante a situação dos refugiados pós-1993 no Malawi. Os refugiados atuais estão em um campo onde antes estavam alojados 2.852 refugiados moçambicanos, que foram repatriados voluntariamente (Chitsulo, 2018).

O ACNUR atualiza continuamente os números e outras informações sobre refugiados e requerentes de asilo no Malawi, oferecendo uma infinidade de dados por meio de seu Portal Operacional (UNHCR, 2020b): em dezembro de 2020, havia cerca de 77 mil refugiados e requerentes de asilo no Malawi, cerca de 30 mil da RDC; 11 mil do Burundi; 7 mil de Ruanda; e 29 mil de outros países (UNHCR, 2020b). Como a repatriação é voluntária, o Malawi não envia os refugiados de volta a seus países de origem, particularmente para RDC, Ruanda e Burundi, onde há paz relativa no momento. Como resultado, está crescendo o número de recém-chegados e de nascimentos de refugiados. De 2010 a 2014, o número de nascimentos no Campo de Refugiados de Dzaleka aumentou de 341 para 623 (WFP; UNHCR; Government of Malawi, 2014). Essas crianças nascidas em solo malawianos merecem registro de nascimento para evitar que se tornem apátridas. Internacionalmente, é contra os direitos humanos tornar apátrida qualquer pessoa, particularmente crianças (OHCHR, 1990).

Ao contrário de Uganda, cujas leis de gestão de refugiados permitem a livre circulação e o acesso a serviços sociais, como saúde, educação e emprego, aos refugiados e aos

requerentes de asilo (ver artigo de William Tayeebwa), a política de gestão de refugiados do Malawi é restritiva e não permite que os refugiados se desloquem e procurem emprego para a autossuficiência, embora o Malawi tenha se comprometido a implementar o Pacto Global para os Migrantes e o Pacto Global para os Refugiados (UNGA, 2018).

Os jornalistas devem entender que a migração e o deslocamento forçado são respostas a fatores como perseguição, conflitos, fundamentalismo religioso, economia, mudança climática, governança e outros fatores (ver Módulo 3). A compreensão profunda desses e de outros elementos ajudará os estudantes de jornalismo a entender completamente os fatores por trás da migração e do deslocamento forçado. Talvez devido à falta de compreensão da migração e do deslocamento forçado, os movimentos em massa de pessoas raramente são noticiados pela mídia em Malawi, a menos que ocorra algo relevante ou catastrófico, tais como o deslocamento devido a ciclones e enchentes, deportação ou evacuação de um país estrangeiro por diferentes motivos, inclusive xenofobia. Migrantes, refugiados e requerentes de asilo estão praticamente ausentes na mídia de Malawi, exceto quando há um evento significativamente sério, como o plano de realocá-los para uma área, região ou distrito diferente, como Karonga, na fronteira com a Tanzânia, um plano que foi veementemente combatido pelos habitantes locais (Kumwenda; Phimbi, 2016). Parece que a cobertura da mídia sobre a migração e o deslocamento forçado não é uma prioridade das redações no Malawi, pois a maioria das matérias sobre migrantes e refugiados é escrita, de uma forma ou de outra, com o patrocínio de agências internacionais de assistência e desenvolvimento.

Para que a história sobre migração e deslocamento forçado receba a atenção que merece, os jornalistas não devem ter medo de envolver seu público nos fatores que levam as pessoas a migrar e devem desafiar os valores tradicionais das notícias, que muitas vezes parecem restringir os jornalistas a seguir os “5Ws e H” (*who, what, where, when, why, and how*) das notícias e a pirâmide invertida da redação de notícias.

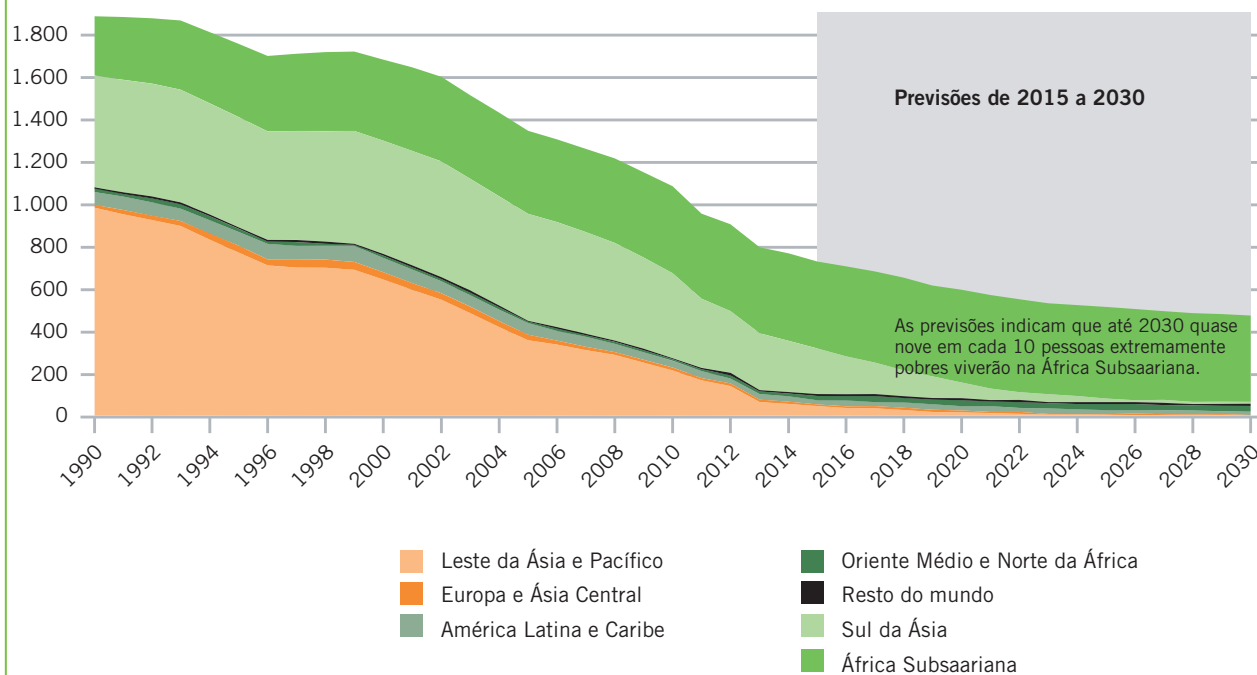
Deslocamento forçado devido a conflitos: pessoas refugiadas e pessoas deslocadas internamente (PDIs)

“Embora o deslocamento forçado seja um fenômeno mundial, ele é mais pronunciado na África”, escreveu o Comissário da UA para o relatório “Political affairs in the Africa report of the Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC)” (André et al., 2019, p. 7), e destacou que “a África abriga mais de um terço da população mundial de deslocamento forçado”. No final de 2018, cerca de 17 milhões de africanos viviam em deslocamentos internos, 7,4 milhões eram refugiados e 712 mil eram apátridas.⁷ Os números continuam a aumentar, apesar da declaração

⁷ Uma nota sobre dados que não são regularmente comparáveis entre as fontes: O ACNUR cita dados do IDMC para o número de PDIs (UNHCR, 2020a, p. 3, footnote 1).

da UA de 2019, “O ano dos refugiados, repatriados e PDIs: rumo a soluções duradouras para o deslocamento forçado”, considerando Uganda o país campeão (UA, 2019). Os deslocamentos ocorridos em 2019 devido a conflitos e desastres⁸ “provavelmente continuarão aumentando”, prevê o IDMC em seu relatório sobre a África (André et al., 2019, p. 8). A África é a região do mundo mais conturbada devido a guerras e conflitos (ver sugestão para sala de aula, Módulo 1). O SIPRI, um instituto internacional independente dedicado à pesquisa sobre conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento, com sede em Estocolmo, Suécia, relatou em seu Anuário de 2019:

Figura 29: O número de pessoas extremamente pobres continua a aumentar na África Subsaariana, enquanto cai rapidamente em todas as outras regiões (pessoas em extrema pobreza; milhões).



As estimativas sugerem que a “parcela dos pobres na África caiu de 56% em 1990 para 43% em 2012, mas devido ao crescimento populacional, em números absolutos, muito mais pessoas são pobres” (World Bank, 2016), e a tendência continua, mas apenas para a África. Em todo o mundo, a pobreza extrema – pessoas que vivem com US\$ 1,90 por dia ou menos – diminuiu. “As previsões indicam que até 2030, quase nove em cada 10 pessoas extremamente pobres viverão na África Subsaariana” (Wadhwa, 2018). Fonte: (Wadhwa, 2018). Ilustração própria.

⁸ O IDMC desagrega o desastre como geofísico (terremotos, erupções vulcânicas) e relacionado ao clima (tempestades, ciclones, furacões, tufões, outras tempestades, inundações, temperaturas extremas, deslizamentos de terra, secas, incêndios florestais) (IDMC, 2020, p. 33-34, fig. A.8).

Onze países tiveram conflitos armados ativos na África Subsaariana em 2018: Burkina Faso, Camarões, RCA, RDC, Etiópia, Mali, Níger, Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão. Muitos desses conflitos se sobrepõem entre Estados e regiões, principalmente na Bacia do Lago Chade e no Sahel, como resultado das atividades transnacionais de grupos islâmicos violentos, outros grupos armados e redes criminosas. Eles também estão ligados à extrema pobreza, à má governança, à fragilidade econômica e a baixos níveis de resiliência. Três questões transversais também moldaram a região em 2018: (a) a contínua internacionalização das atividades de contraterrorismo na África; (b) as mudanças em termos de escala e frequência da violência relacionada às eleições; e (c) escassez de água e o impacto da vez maior da mudança climática” (SIPRI, 2019, p. 3).

Um ano depois, o número de países com conflitos armados ativos havia aumentado de 11 para pelo menos 15 (SIPRI, 2020, p. 8).

Enquanto a Agenda 2063 da UA aspira a “silenciar as armas até 2020” (UA, 2013; UA, s.d.), o ACNUR concluiu em seu “Africa: global report 2017” com a avaliação de que “poucas ou novas soluções políticas estavam à vista” (UNHCR, 2017, pref.). Entretanto, as armas não foram silenciadas até o ano de 2021. Um estudo amplamente citado conclui que as guerras civis da África são devidas a altos níveis de pobreza⁹, instituições políticas fracassadas e dependência econômica dos recursos naturais, sendo que a melhor estratégia seria reformas democráticas e boa governança (Elbadawi; Sambanis, 2000). O SIPRI também postula que os conflitos na África também estão ligados à pobreza extrema (ver citação anterior). Mais de 40% dos “pobres do mundo vivem em economias afetadas pela fragilidade, pelo conflito e pela violência, e espera-se que esse número aumente para 67% na próxima década” (World Bank, 2020a). Estima-se que o número de pessoas pobres aumente ainda mais com a convergência de conflitos, desastres e a pandemia de Covid-19 (World Bank, 2020a).

A pobreza é generalizada entre refugiados e PDIs, incluindo a pobreza extrema. Um estudo do Banco Mundial (2019) sobre deslocamento interno revelou que conflitos armados, violência e insegurança são as principais causas de deslocamento na Nigéria, na Somália, no Sudão do Sul e no Sudão; o estudo inclui refugiados, PDIs e suas comunidades anfitriãs. A pesquisa mostra que quase nove em cada 10 famílias deslocadas no Sudão foram desalojadas devido a conflitos (World Bank, 2019, p. 12). Refugiados e PDIs são mais vulneráveis e mais pobres do que as populações residentes que já são muito pobres, especialmente nas populações rurais. Mais de oito em cada 10 PDIs nos quatro países vivem em extrema pobreza. Os refugiados são 38 pontos percentuais mais pobres do que as comunidades anfitriãs, enquanto as PDIs e as comunidades anfitriãs são quase igualmente pobres, especialmente nas áreas rurais (World Bank, 2019, p. vii). No Sudão do Sul, os refugiados e as PDIs são principalmente mulheres. Elas enfrentam riscos específicos, pois elas têm mais insegurança alimentar do que os homens deslocados e são mais propensas a ter piores resultados educacionais e trabalhistas do que os homens (World Bank, 2019, p. vii). Crianças com menos de 15 anos representam a maioria como refugiados (mais de 50%) e como PDIs (quase 50%), o que indica famílias grandes (World Bank, 2019, p. vi). Em geral, “o número de pessoas extremamente pobres continua a aumentar na África Subsaariana, enquanto cai rapidamente em todas as outras regiões” (Wadhwa, 2018; ver Figura 29).

⁹ Este manual considera duas abordagens para a pobreza; para obter detalhes, ver Módulo 2.

Pessoas deslocadas internamente (PDIs)

A migração interna nos países africanos tem sido tradicionalmente pesquisada como movimentos das regiões rurais para as urbanas e os enormes desafios relacionados à urbanização e à criação de megacidades (Awumbila, 2014; Migration Data Portal, 2020d). O deslocamento forçado exacerba os desafios das áreas urbanas, pois as PDIs vivem em bairros marginalizados e carentes ou assentamentos informais, entre os pobres urbanos, com acesso limitado a água potável, saneamento, educação, empregos etc., deixando-os muito expostos e vulneráveis. As PDIs deslocam-se cada vez mais para as áreas urbanas, que muitas vezes lhes oferecem acampamentos, mas a “urbanização rápida e não planejada nas áreas de acolhimento coloca uma pressão sobre os empregos, a infraestrutura e o acesso ao serviço” para todas as populações (ver artigo de Levi Manda sobre o Malawi) (World Bank, 2019, p. 9). “Os novos pobres” provavelmente residirão aqui, nos centros urbanos, envolvidos em serviços informais e nos setores mais afetados por bloqueios e restrições de mobilidade devido à Covid-19 (World Bank, 2020a).

A UA tem sido elogiada pela sua Convenção para a Proteção e Assistência às PDIs na África, mais conhecida como Convenção de Kampala, como o primeiro instrumento regional juridicamente vinculativo do mundo sobre deslocamento interno. A Convenção representa um esforço histórico para promover a responsabilidade do Estado pela proteção e pela assistência às PDIs. Uma década depois de entrar em vigor, no entanto, menos da metade dos 55 membros da UA a ratificaram, e os eventos em 2019 sobre conflitos e desastres sugerem que o número de deslocamentos provavelmente continuará aumentando (André et al., 2019; Dieng, 2017).

Até o final de 2018, cerca de 17 milhões de africanos viviam em deslocamento interno¹⁰ como resultado de conflitos, o maior número já registrado para o continente e cerca de 40% do total mundial, relata o IDMC (André et al., 2019, p. 11). Os desastres, particularmente aqueles associados a riscos hidrometeorológicos, como inundações, tempestades e secas, causaram 2,6 milhões de novos deslocamentos em 2018.¹¹

Embora em todo o mundo, muita atenção seja dada ao deslocamento interno induzido pela mudança climática, por exemplo, na Ásia-Pacífico, na África Subsaariana novos deslocamentos ocorreram principalmente como resultado de conflitos em 2018, com algumas exceções, como os ciclones Idai e Kenneth, em 2019, em Moçambique ou as secas da Somália¹². Em geral, as inundações representaram 83% do deslocamento induzido por desastres na África entre 2009 e 2018 (André et al., 2019, p. 19).

¹⁰ O ACNUR define essas PDIs sob a proteção ou a assistência do ACNUR como “pessoas ou grupos de indivíduos, que foram forçados a deixar suas casas ou locais de residência habitual, sobretudo como resultado de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos desastres naturais (ou provocados pelo ser humano) – ou para evitar os efeitos dessas ocorrências – e que não atravessaram uma fronteira internacional” (UNHCR, s.d.). Os números compartilhados são do IDMC.

¹¹ Não está claro quantas pessoas no total foram deslocadas por desastre até o final de 2018, tornando bastante difícil qualquer comparação entre deslocamento por conflito e deslocamento por desastre naquele ano. Um total de 21,2 milhões de pessoas foram deslocadas por desastre entre 2009 e 2018. A falta de dados ano a ano pode ser atribuída ao fato de que o IDMC está restrito às “melhores estimativas da escala de deslocamento na África, mas muitas lacunas de dados permanecem” (André et al., 2019, p. 12, p. 19).

¹² A seca é um fator de deslocamento subnotificado: o IDMC registrou 1,6 milhão de novos deslocamentos associados à seca entre 2009 e 2018, mas esses dados desagregados por seca estão disponíveis apenas a partir de 2017 e para alguns países (André et al., 2019, p. 19).

Observações do Quênia

pelo prof. Levi Obonyo, reitor da Escola de Comunicação da Universidade Daystar, Nairóbi, Quênia.

O Quênia tem uma longa história de acolhimento de refugiados. Muitos dos vizinhos do Quênia tiveram uma história turbulenta de guerra, desastres naturais e instabilidade política, forçando os cidadãos a buscar refúgio em outro lugar. No passado recente, no entanto, a maioria dos refugiados no Quênia veio predominantemente do Sudão do Sul e da Somália. Os refugiados do Sudão do Sul têm sido normalmente alojados no noroeste do país, em Kakuma, no condado de Turkana. Os refugiados da Somália foram, até recentemente, acolhidos na parte centro-oriental do país em um conjunto campos de refugiados que passaram a ser conhecidos como Daadab. Esses campos de refugiados estão longe do coração do país, a capital Nairóbi, e normalmente estão em terreno acidentado. A maioria dos refugiados permaneceu nesses campos por muito tempo e criou famílias lá.



Fonte: Privado.

A cobertura da mídia sobre os refugiados no país supõe enfoques tradicionais e prismas de processamento de notícias de jornalistas quenianos, um dos quais é a orientação étnica. O Quênia deve ser entendido como uma convergência de quatro etnias: os Bantu, que vieram para a área que atualmente é o Quênia pela rota do Sul; os Nilo-Hamitas, que vieram pela parte ocidental do país; e os povos da Somália e da Etiópia, que estão principalmente estabelecidos na parte norte do país. Um dos fatores que diferencia e, ao mesmo tempo, une esses grupos de pessoas da África Oriental é sua língua, além de outras práticas culturais. As pessoas de origem Bantu podem se entender, mesmo que venham de diferentes grupos étnicos. Esses diferentes subgrupos também possuem algumas características em comum.

Por exemplo, as pessoas Bantu tendem a ser parecidas, enquanto a pele dos Nilo-Hamitas é bem escura, uma característica que compartilham em comum, mas as práticas entre esses grandes grupos diferem amplamente. Ao mesmo tempo em que a língua os une, ela também é um instrumento de alteridade, separando aqueles que, embora pertençam, são simultaneamente vistos como não pertencentes. Nesse sentido, em geral, os somalis são vistos como diferentes dos de outros países, um fator que poderia influenciar a cobertura da mídia sobre os refugiados em Daadab, por exemplo.

Não é necessário muito esforço para perceber que o jornalismo queniano é influenciado, entre outros motivos, pela origem cultural dos jornalistas. Embora o país tenha alguns dos profissionais mais conhecidos do ramo, os estudos anteriores também demonstraram que os jornalistas quenianos exploram as tribos simultaneamente como uma ferramenta no processamento de notícias. As fontes de informações de comunidades específicas

preferem fornecer histórias aos jornalistas de suas próprias origens étnicas, enquanto os veículos de comunicação selecionam seus chefes das agências de mídia das comunidades locais, com exceção das principais cidades, Mombasa e Nairóbi. De fato, é um comentário interessante sobre o jornalismo queniano que, embora a mídia internacional atue de maneira diferente, a mídia nacional envia apenas correspondentes de comunidades locais para realizar a cobertura da mídia local. Nesse sentido, os refugiados em Daadab podem ser privilegiados na cobertura e na apresentação de notícias, pois as empresas de mídia empregam cada vez mais jornalistas dessas comunidades, que provavelmente se identificarão com eles por compartilharem uma orientação cultural comum.

Existem três principais locais de refugiados no país. O conjunto de campos de refugiados e requerentes de asilo, próximo à cidade de Daadab, já foi um dos maiores do mundo, abrigando mais de meio milhão de refugiados até que, recentemente, o governo ordenou seu fechamento. O segundo maior campo de refugiados do Quênia é o campo de Kakuma, no noroeste do país. Ele abriga cerca de 200 mil pessoas (UNHCR, 2020e). Kakuma fica próximo ao Sudão do Sul, mas está a uma distância muito longa de Nairóbi e apresenta desafios de acesso mesmo nas épocas mais propícias. Embora o terreno seja acidentado, ele não é muito diferente de onde os próprios refugiados vieram, e há uma afinidade comparativamente próxima entre os refugiados e a comunidade local. No entanto, dada a localização dos campos de refugiados, a cobertura de histórias sobre eles representa um desafio para os jornalistas quenianos. Grande parte das atividades da mídia queniana ocorre nos centros urbanos, ou em regiões densamente povoadas, muitas delas ao longo da linha ferroviária tradicional do Quênia. Tanto Kakuma quanto Daadab estão fora do que se pode considerar como o corredor de notícias do Quênia. Para começar, quer seja uma história sobre refugiados ou não, os eventos que se desenrolam nessas áreas raramente chegam à grande mídia e, quando chegam, geralmente são histórias sobre fome, inanição e desastre. Devido às limitações orçamentárias, as redações dificilmente enviam jornalistas para essas partes do país e, de qualquer forma, o espaço reservado para notícias sobre essas regiões é bastante pequeno. O foco do processamento de notícias do Quênia está no principal corredor de notícias. Consequentemente, não ajuda nada que – seja Kakuma ou Daadab – essas regiões distantes também sejam de difícil acesso devido à insegurança associada às rotas para esses lugares. Soma-se à complexidade da situação o fato de que os campos existem há muito tempo e, portanto, rouba-lhes uma sensação de “novidade” que, assim, chamaria a atenção dos jornalistas. Esses campos de refugiados acolhem famílias que estão lá há muito tempo ou que foram criadas nesses locais.

Contudo, a outra razão para o preconceito contra as notícias sobre refugiados é que os jornalistas seguem uma tradição de cobrir a minoria através do prisma da alteridade. As minorias no país são caracterizadas por sua falta de poder, por estarem distantes do centro do capitalismo (e daqueles que tradicionalmente possuem a mídia) e pela representação de uma visão de mundo alternativa. A este respeito, os refugiados são uma minoria. Em geral, a cobertura da mídia sobre os refugiados no Quênia é episódica. Ela aumenta quando há um

afluxo de refugiados após uma escalada de conflito em seu país de origem, devido a algum desastre natural ocorrido no país, ou uma escalada da fome devido à seca, por exemplo.

A cobertura da mídia queniana também pode ser desencadeada por alguns distúrbios nos campos de refugiados. Como a cobertura é episódica, ela tende a assumir uma abordagem de “paraquedas”, em que os jornalistas vão até a região para cobrir o episódio e depois retornam a Nairóbi. Predominantemente, o conteúdo da mídia relacionado aos refugiados tende a assumir três categorias: os artigos de opinião são de longe os mais predominantes, seguidos por notícias e outros editoriais. Em uma análise anedótica dos dois principais jornais do Quênia, *The Daily Nation* e *The Standard*, dificilmente há diferença em termos de como os dois jornais produziram matérias sobre os refugiados.

O governo do Quênia ao ordenar o fechamento do conjunto de campos de Daadab, mobilizou uma maior cobertura da mídia no local. Em termos de enfoque, a mídia supõe que o contexto predominante que surge é de um ângulo humanitário, seguido pela exploração da política governamental e sobre até que ponto ela se sincroniza com as políticas e os instrumentos normativos internacionais no que diz respeito ao tratamento dos refugiados. Essa situação se agrava pela redução do orçamento para as empresas de mídia, que tende a levar a um aumento do “jornalismo de poltrona”, que se caracteriza pelos jornalistas que confiam em qualquer informação que possam obter da internet para formar a base de sua história. Além da adoção de críticas políticas e da dimensão humanitária, o outro enfoque utilizado para os refugiados, particularmente dos campos de Daadab, é de insegurança nacional. Geralmente, é um enfoque negativo. Além disso, vale a pena notar que os jornalistas dão espaço e tempo de antena muito limitados à história sobre os refugiados. No seu auge, há um total de cerca de oito histórias por mês, dada uma média de meia página nas páginas internas do jornal. Isso significa que as matérias, que são predominantemente artigos de opinião, não estão necessariamente contando a história dos refugiados, mas representam a opinião das elites sociais sobre o assunto.

Após o fechamento de Daadab, não houve cobertura ativa das histórias de refugiados na mídia, mas em termos de uma apresentação positiva da mídia queniana sobre os refugiados, o campo de Kakuma tem sido visto na maioria das vezes como uma parte integrada da economia local. Em 2020, havia estações de rádio que cobriam a área e os serviços sociais eram prestados à comunidade. Os residentes do campo de Kakuma foram integrados na economia local. Os refugiados que foram associados ao campo de Kakuma, mas que chegaram à cidade de Nairóbi, tendem a obter uma representação da mídia mais dura do que aqueles que permanecem em Kakuma. Isso ocorre porque eles começam a competir por recursos com a elite de Nairóbi. Uma cobertura negativa recente foi de um sul-sudanês rico que vivia em Nairóbi e ostentava sua riqueza.

Este é apenas um trecho, o artigo completo se encontra no portal do projeto www.mediaandmigration.com.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Elbadawi, I.; Sambanis, N. Why are there so many civil wars in Africa? Understanding and preventing violent conflict. *Journal of African Economies*, v. 9, n. 3, p. 244-269, 2000. <https://doi.org/10.1093/jae/9.3.244>

Jornalística:

Gardner, T. Ethiopia's neglected crisis: no easy way home for doubly displaced Gedeos. *The New Humanitarian*, 28 Feb. 2019. <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2019/02/28/ethiopia-s-neglected-crisis-no-easy-way-home-doubly-displaced-gedeos>.

Institucional:

AU. *Agenda 2063, The Africa We Want*: a long-term 50-year development trajectory for Africa. 2013. <https://au.int/en/agenda2063/overview>.

Referências

- Adepoju, A.; Fumagalli, C.; Nyabola, N. *Africa migration report: challenging the narrative*. Addis Ababa, 2020. <https://publications.iom.int/system/files/pdf/africa-migration-report.pdf>.
- AfDB. *Migration takes centre stage at the third edition of the Africa Resilience Forum*. 2019. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/the-african-development-bank-calls-for-strong-responses-to-migration-at-the-3rd-africa-resilience-forum-19057>.
- André, C.; Anzellini, V.; Hajžmanová, I.; Leduc, C. *Africa report on internal displacement*. IDMC, 2019. <https://www.internal-displacement.org/publications/africa-report-on-internal-displacement>.
- Anglewicz, P. Migration, marital change, and HIV infection in Malawi. *Demography*, v. 49, n. 1, p. 239-265, 2012. <https://doi.org/10.1007/s13524-011-0072-x>.
- Appiah-Nyamekye Sanny, J.; Rocca, C. *“Updata-ing” the narrative about African migration*. 2018. <https://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Publications%20conjointes/partenaires/afrobarometer-moibrahim-updata-ing-the-narrative-about-african-migration.pdf>.
- Appiah-Nyamekye Sanny, J.; Logan, C.; Gyimah-Boadi, E. *In search of opportunity: young and educated Africans most likely to consider moving abroad*. 2019 http://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Dispatches/ab_r7_dispatchno288_looking_for_opportunity_africans_views_on_emigration1.pdf.
- AU. *Agenda 2063: the Africa we want; a long-term 50-year development trajectory for Africa*. 2013. <https://au.int/en/agenda2063/overview>.
- AU. *Flagship projects of Agenda 2063s*. s.d. <https://au.int/agenda2063/flagship-projects>
- AU. *Visit of the champion of the theme of the year 2019 to the Republic of Uganda*. 2019. <https://au.int/en/newsevents/20191214/visit-champion-theme-year-2019-republic-uganda>.
- Awimbula, M.; Owusu, G.; Teye, J. K. *Can rural-urban migration into slums reduce poverty? Evidence from Ghana*. Brighton: University of Sussex, 2014. <http://www.migratingoutofpoverty.org/files/file.php?name=wp-13--awumbula-owusu-teye-2014-can-rural-urban-migration-into-slums-reduce-povertyfinal.pdf&site=354>.
- Beegle, K.; Poulin, M. Migration and the transition to adulthood in contemporary Malawi: youth migration and transitions to adulthood in developing countries. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 64p. 38-51, Jul. 2013. doi:10.1177/0002716213481329.
- Bekker, S. Violent xenophobic episodes in South Africa, 2008 and 2015. *African Human Mobility Review*, p. 229-252, 2015. <https://www.sihma.org.za/journals/1.Simon-Bekker1.pdf>.
- Bernstein, J.; Clark, C.; Johnston, K. J.; Razia, S. *“A drop in the ocean”: assistance and protection for forced migrants in Kampala*; Refugee Law Project. Kampala, 2005. https://www.refugeelawproject.org/files/working_papers/RLP.WP16.pdf.
- Callamard, A. Malawian refugee policy, international politics and the one-party regime. *Journal of International Affairs*, v. 47, n. 2, p. 525-556, 1994. <https://www.jstor.org/stable/24357294>.
- Centre for Language Studies (CLS). *Language mapping survey for Northern Malawi*. Zomba: University of Malawi, 2006. <http://unima-cls.org/Docs/MappingNorthernMalawi/Im-northernmalawi.pdf>.

- Chitsulo, L. UNHCR to handover Luwani refugee camp to govt. *The Nation Online*, 3 Dec. 2018. <https://www.mwnation.com/unhcr-to-handover-luwani-refugee-camp-to-govt/>.
- Chutel, L. At least 80 % of African migrants never leave the continent, but the focus is on Europe. *Quartz Africa*, 15 Feb. 2019. <https://qz.com/africa/1550885/at-least-80-of-africanmigrants-never-leave-the-continent-but-the-focus-is-on-europe/>.
- Coggio, T. *Can Uganda's breakthrough refugee-hosting model be sustained?* Migration Policy Institute, 2018. <https://www.migrationpolicy.org/article/can-ugandas-breakthrough-refugee-hosting-model-be-sustained>.
- Connor, P. *International migration from sub-Saharan Africa has grown dramatically since 2010*. Pew Research Center, 2018. <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/02/28/international-migration-from-sub-saharan-africa-has-grown-dramatically-since-2010/>.
- Dieng, A. Protecting internally displaced persons: the value of the Kampala Convention as a regional example. *International Review of the Red Cross*, v. 99, n. 1, p. 263-282, 2017. <https://international-review.icrc.org/articles/protecting-internally-displaced-persons-value-kampala-convention-regional-example>.
- Dzimhiri, L. B. Political and economic impacts of refugees: some observations on Mozambican refugees in Malawi. *Refuge*, v. 13, n. 6, p. 4-6, 1993. <https://refuge.journals.yorku.ca/index.php/refuge/article/view/21752/20422>.
- ECOWAS. *Basic information*. 2016. <https://www.ecowas.int/about-ecowas/basic-information/>.
- ECOWAS. *40 years of free movement in ECOWAS*. 2019. <https://www.ecowas.int/40-years-of-free-movement-in-ecowas/>.
- EJN. *Ethical guidelines for migration reporting: five-point guide for migration reporting*. Ethical Journalism Network, s.d. https://cdn.ethicaljournalismnetwork.org/wp-content/uploads/2016/11/Migration-infographic_update-1.pdf.
- Elbadawi, I.; Sambanis, N. Why are there so many civil wars in Africa? Understanding and preventing violent conflict. *Journal of African Economies*, v. 9, n. 3, p. 244-269, 2000. <https://doi.org/10.1093/jae/9.3.244>.
- EMN. *Asylum and migration: glossary 6.0*. Brussels: European Migration Network, 2018. https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emn-glossary-6-0_en.pdf.
- European Commission. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on a New Pact on Migration and Asylum*. Brussels, 2020. https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/1_en_act_part1_v7_1.pdf.
- Fengler, S.; Bastian, M.; Brinkmann, J.; Zappe, A. C.; Tатаh, V.; Andindilile, M.; Assefa, E.; Chibita, M.; Mbaine, A.; Obonyo, L.; Quashigah, T.; Skleparis, D.; Splendore, S.; Tadesse, M.; Lengauer, M. Covering migration – in Africa and Europe: results from a comparative analysis of 11 countries. *Journalism Practice*, 2020a. <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1792333>.
- Gardner, T. Ethiopia's neglected crisis: No easy way home for doubly displaced Gedeos. *The New Humanitarian*, 28 Feb. 2019. <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2019/02/28/ethiopia-s-neglected-crisis-no-easy-way-home-doubly-displaced-gedeos>.
- Goldstein, J. As rich nations close the door on refugees, Uganda welcomes them. *The New York Times*, 18 Oct. 2018. <https://www.nytimes.com/2018/10/28/world/africa/uganda-refugees.html>.

- Gomez, P. M.; Christensen, A. *The impacts of refugees on neighboring countries: a development challenge*. World Bank, 2010. <http://documents.worldbank.org/curated/en/459601468337158089/pdf/620580WP0The010BOX0361475B00PUBLIC0.pdf>.
- Government of Malawi. *Malawi: national cultural policy*. s. p., 2011. https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/activities/conv2005_eu_docs_malawi_policy.pdf.
- Green, A. Uganda went from being a model of refugee response to a cautionary tale. *World Politics Review*, 2018. <https://www.worldpoliticsreview.com/insights/26946/with-its-open-doorpolicy-toward-refugees-uganda-has-gone-from-model-to-cautionary-tale>.
- Hovil, L.; Okello, M. *Only peace can restore the confidence of the displaced*. IDMC, 2006. <https://www.internal-displacement.org/publications/only-peace-can-restore-the-confidence-of-the-displaced>.
- Hovil, L. *Uganda's refugee policies: the history, the politics, the way forward*. Kampala: IRR1, 2018a. <http://refugee-rights.org/uganda-refugee-policies-the-history-the-politics-the-way-forward/>
- Hovil, L. We need a more honest discussion of Uganda's 'model' refugee policies: the idealization of Uganda's refugee model is unhelpful for Ugandans and refugees. *News Deeply*, 2018b. <https://www.newsdeeply.com/refugees/community/2018/10/22/we-need-a-more-honest-discussion-of-ugandas-model-refugee-policies>.
- IDMC. *Methodological annex: global report on internal displacement*. 2020. <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2020/downloads/2020-IDMC-GRID-methodology.pdf>.
- Ingham, K.; Phiri, K. M. G. P.; Kadzamira, Z. D.; Kalinga, O. J.; Mitchell, J. C. Malawi. *Britannica*, 2020. <https://www.britannica.com/place/Malawi/Malawi-since-1994>
- IOM. *Glossary on migration*. Geneva, 2019a. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.
- IOM. *Migration in Malawi*. Geneva, 2015. https://publications.iom.int/system/files/pdf/mp_malawi.pdf.
- IOM. *World migration report 2020*. Geneva, 2019b. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf
- Knoll, A.; Teevan, C. *Protecting migrants and refugees in North Africa: challenges and opportunities for reform*. ECDPM, 2020. <https://ecdpm.org/wp-content/uploads/Protecting-Migrants-Refugees-North-Africa-Challenges-Opportunities-Reform-Discussion-Paper-281-October-2020-ECDPM.pdf>.
- Knörr, J.; Kohl, C. (Eds.). *The upper Guinea Coast in global perspective*. New York: Berghahn, 2016. (Integration and conflict studies, 12).
- Kumwenda, T.; Phimbi, E. Malawi govt decision to relocate Dzaleka refugee to Karonga angers residents. *Nyuasa Times*, 31 Oct. 2016. <https://www.nyasatimes.com/malawi-govt-decision-relocate-dzaleka-refugee-karonga-angers-residents/>.
- Makhema, M. *Social protection for refugees and asylum seekers in the Southern Africa Development Community (SADC)*. World Bank, 2009. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/799011468104641822/pdf/491680NWPOAsyl10Box338943B01PUBLIC1.pdf>.
- Matengo, D. Uganda asks Rwandan, Burundian refugees to return home. *China General Television Network*, 29 Mar. 2019. <https://africa.cgtn.com/2019/03/29/uganda-asks-rwandan-burundian-refugees-to-return-home/>.
- Migration Data Portal. *Data: South Africa*. 2020a. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019&cm49=710.

- Migration Data Portal. *Malawi*. 2019. https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2019&cm49=454.
- Migration Data Portal. *Northern Africa Region*. 2020b. <https://migrationdataportal.org/regional-data-overview/northern-africa>.
- Migration Data Portal. *Uganda*. 2020c. <https://migrationdataportal.org/?i=groups&t=2019&cm49=800>.
- Migration Data Portal. *Urbanization and migration*. 2020d. <https://migrationdataportal.org/themes/urbanisation-et-migration>.
- Nakitare, R. *Reframing media coverage of refugees and migrants in Uganda*. Ethical Journalism Network, 2018. <https://ethicaljournalismnetwork.org/reframing-media-coverage-refugees-uganda>.
- OAU. *Convention governing the specific aspects of refugee problems in Africa*: adopted on 10 September 1969 by the Assembly of Heads of State and Government CAB/LEG/24.3. It entered into force on 20 June 1974. Addis Ababa, 1969. <https://www.unhcr.org/about-us/background/45dc1a682/oau-convention-governing-specific-aspects-refugee-problems-africa-adopted.html>.
- OHCHR. *Convention on the rights of the child*. 1990. <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/crc.aspx>.
- Okiror, S. Inquiry finds refugee numbers were exaggerated by 300,000 in Uganda. *The Guardian*, 30 Oct. 2018. <https://www.theguardian.com/global-development/2018/oct/30/inquiry-finds-refugee-numbers-exaggerated-in-uganda>.
- Patton, A. Is Uganda the best place to be a refugee? *The Guardian*, 20 Aug. 2016. <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2016/aug/20/is-uganda-the-best-place-to-be-a-refugee>.
- Pierigh, F. *Changing the narrative: media representation of refugees and migrants in Europe*. World Association for Christian Communication, 2017. https://www.refugeesreporting.eu/wp-content/uploads/2017/10/Changing_the_Narrative_Media_Representation_of_Refugees_and_Migrants_in_Europe.pdf.
- SIPRI. *SIPRI yearbook 2019: summary*. 2019. https://www.sipri.org/sites/default/files/2019-08/yb19_summary_eng_1.pdf.
- SIPRI. *SIPRI yearbook 2020: summary*. 2020. https://www.sipri.org/sites/default/files/2020-06/yb20_summary_en_v2.pdf.
- Strochlic, N.; Lorec, N. In Uganda, a unique urban experiment is under way: the world's second largest refugee camp is slowly but surely transforming into a permanent city. *National Geographic*, Apr. 2019. <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2019/04/how-bidibidi-uganda-refugee-campbecame-city/>.
- Turpin, S. *Media coverage on migration: a practical guide for journalists*. 2018. <https://rodakar.iom.int/sites/default/files/document/publications/Media%20Toolkit%202018%20-%20EN%20RO%20Dakar%20%281%29.pdf>.
- UNdata. *Country profile: Malawi*. 2019. <http://data.un.org/en/iso/mw.html>.
- UNDESA. *Recommendations on statistics of international migration: revision 1*. New York, 1998. https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_58rev1e.pdf.
- UNDESA. *International migration report 2017: highlights*. New York, 2017. http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf.

UNDESA. *International migration 2019*. 2019. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/wallchart/docs/MigrationStock2019_Wallchart.pdf.

UNDP. *Human development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century*. New York, 2019a. <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>.

UNDP. *Scaling fences*. New York, 2019b. <https://www.africa.undp.org/content/rba/en/home/library/reports/ScalingFences.html>.

UNGA. *Global compact for safe, orderly and regular migration: resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2018*. 2018. https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/73/195.

UNHCR. *Africa: global report 2017; regional summary Africa*. Geneva, 2017. <https://www.unhcr.org/publications/fundraising/5b30b9d07/unhcr-global-report-2017-africa-regional-summary.html>.

UNHCR. *Convention and protocol relating to the status of refugees*. Geneva, 2010. <https://www.unhcr.org/protection/basic/3b66c2aa10/convention-protocol-relating-status-refugees.html>.

UNHCR. *Global trends: forced displacement in 2019*. Copenhagen, 2020a. <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>

UNHCR. *Glossary*. Geneva, s.d. <http://www.issm.cnr.it/progetti/emigrazione/METADATA%20E%20GLOSSARI/UNHCR/GLOSSARY%20UNHCR.pdf>.

UNHCR. *Kakuma camp and Kalobeyei settlement: operational update 1-30 September 2020*. Geneva, 2020e. <https://www.unhcr.org/ke/monthly-kenya-operation-updates>.

UNHCR. *Migrant definition: emergency handbook*. Geneva, 2018. <https://emergency.unhcr.org/entry/250459/migrant-definition>.

UNHCR. *Operational portal: Malawi*. Geneva, 2020b. <https://data2.unhcr.org/en/country/mwi>.

UNHCR. *Subregion: North Africa: 2019 end-year-report (global focus)*. Geneva, 2020c. <https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/pdfsummaries/GR2019-NorthAfrica-eng.pdf>.

UNHCR. *Uganda comprehensive refugee response portal*. Geneva, 2020d. <https://data2.unhcr.org/en/country/uga>.

Wadhwa, D. *The number of extremely poor people continues to rise in Sub-Saharan Africa*. World Bank, 2018. <http://blogs.worldbank.org/opendata/number-extremely-poor-people-continues-rise-sub-saharan-africa>.

Watera, W.; Seremba, C.; Otim, I.; Ojok, D.; Mukhone, B. *Uganda's refugee management approach within the EAC policy framework: a study by youth4policy, a youth think-tank initiative of the Konrad-Adenauer-Stiftung, Uganda and South Sudan programme*. Kampala, 2017. https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=72aba01c-362f-bb7d-9285-2be31890913f&groupId=280229.

WFP; UNHCR; Government of Malawi. *Joint assessment mission report: Dzaleka refugee camp, Malawi*. Lilongwe, Malawi, 2014. <https://www.unhcr.org/5680f7d09.pdf>.

White, A. *Moving stories: international review of how media cover migration*. London: Ethical Journalism Network, 2015. <https://ethicaljournalismnetwork.org/assets/docs/054/198/8feb836-108e6c6.pdf>.

Worby, E.; Hassim, S.; Kupe, T. *Go home or die here: violence, xenophobia and the reinvention of difference in South Africa*. Johannesburg: Wits University Press, 2008.

World Bank. *Informing durable solutions for internal displacement in Nigeria, Somalia, South Sudan, and Sudan, v. A: overview*. Washington, D.C., 2019. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/761091557465113541/pdf/Volume-A-Executive-Summary.pdf>.

World Bank. *Migration and remittances data: annual remittances data as of October 2020*. Washington, D.C., 2020b. <https://www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data>.

World Bank. *Poverty: overview*. Washington, D.C., 2020a. <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>.

World Bank. *While poverty in Africa has declined, number of poor has increased*. Washington, D.C., 2016. <http://www.worldbank.org/en/region/afr/publication/poverty-rising-africa-poverty-report>.



MÓDULO 10

Cobertura profissional de migrações: melhores práticas e dimensões éticas

por Anna-Carina Zappe



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Alertar os participantes para a necessidade de acessar e avaliar criticamente as fontes de cobertura sobre migração.
- Sensibilizar os participantes para a redação e a perspectiva corretas.
- Oferecer conselhos para reportagens profissionais sobre migrantes e refugiados mediante casos de melhores práticas e conselhos de jornalistas experientes.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

No final deste Módulo, os participantes devem ser capazes de:

- reconhecer diferentes fatores (por exemplo, valores das notícias, relevância da escolha das fontes) no processo de produção de notícias sobre migrantes e refugiados.
- **RA Afetivo: Resposta**
 - usar normas de diretrizes para reportagens éticas sobre migração.
- **RA Afetivo: Recebimento**
 - selecionar fontes confiáveis e trabalhar para uma perspectiva ética na cobertura migratória.
- **RA cognitivo: Avaliação e Criação**

Visão geral

Estudiosos do jornalismo migratório argumentaram que a migração é difícil de cobrir porque é uma história que transborda, em vez de romper; portanto, a notícia de última hora de um navio de contrabando que afunda é mais fácil de fazer do que os enormes desafios sociopolíticos, demográficos e econômicos de todo esse fenômeno (Dell'Orto, s.d.).

As notícias de última hora sobre migração também podem ser mais fáceis para o consumo público e mais atraentes de publicar para os editores. No entanto, este Módulo pretende incentivar os participantes a abordar temáticas sobre migrantes e refugiados por uma perspectiva mais complexa e com nuances, porque muito é necessário para compreender o fenômeno.

Cobrir as questões relacionadas aos migrantes e refugiados requer habilidades específicas. Os jornalistas devem conhecer técnicas de pesquisa adequadas e avaliar quais fontes são confiáveis. Eles precisam ser sensíveis sobre a escolha de protagonistas, foco, enquadramentos, informações e formas de apresentação em geral. Conhecer as diretrizes éticas desenvolvidas especificamente para reportar sobre migrantes e refugiados¹ pode ajudar os jornalistas que enfrentam o frequente dilema ético na cobertura desses temas.

Portanto, este capítulo inclui declarações de jornalistas que informam sobre questões de migração em todo o mundo e se referem à sua experiência prática, listando o que é importante para uma cobertura responsável.

¹ Para definições, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019a; UNHCR, s.d.).

Migração como notícia

A pesquisa profunda começa com uma seleção profissional do tema a ser investigado. Limitados por tempo e espaço, os editores precisam decidir quais notícias e histórias podem interessar seu público. “A relevância é o principal impulsionador do consumo de notícias” (Schrøder, 2019). As pessoas valorizam essas histórias e as consideram como as mais relevantes por influenciarem suas vidas pessoais em âmbitos local, nacional e internacional; muitas vezes, juntamente com a possibilidade de compartilhar notícias. A seleção das notícias pelo público é discutida ao trabalhar no aspecto de “vender uma história” no Módulo 13. No entanto, deve-se ter em mente, atualmente, é que talvez haja uma lacuna entre o que os jornalistas e o público consideram interessante (Boczkowski; Mitchelstein, 2015; Chakraborty et al., 2019). Entretanto, os resultados da pesquisa também “indicam que os usuários nem sempre usam o que preferem, nem preferem o que usam” (Swart et al., 2017, p. 1343). A seleção das histórias é, portanto, decisiva, pois durante o processo de seleção já está decidido que algumas histórias sobre migrantes e refugiados nunca chegam aos destinatários.² Quando analisada, tal seleção pode ser vinculada a determinados valores das notícias³. Os valores das notícias indicam os conteúdos selecionados pelos jornalistas como de interesse jornalístico, e eles são utilizados para a crítica da mídia.

Em 1965, Galtung e Ruge (2016) desenvolveram seu sistema seminal de 12 fatores de valores das notícias, que por sua vez foi desenvolvido por outros estudiosos⁴. Harcup e O’Neill (2017) agregaram valores noticiosos relevantes para a era digital, tais como exclusividade, más notícias, conflito, surpresa, audiovisual, possível de ser compartilhada, entretenimento, drama, acompanhamento, elite do poder, relevância, magnitude, celebridade, boas notícias e agenda da organização de notícias. Galtung e Ruge (2016) argumentam que os valores das notícias não são universais e podem diferir entre as culturas. Para Conley e Lambie, os valores das notícias também são “fluidos e podem ser alterados por tendências sociais, econômicas e culturais” (Conley; Lambie, 2006, p. 56). Por um lado, Lee argumenta que “muitos ou qualquer um dos jornalistas que trabalham em jornais de língua inglesa na Ásia tendem a ser ocidental ou formado no Ocidente e podem ser mais propensos do que seus colegas nativos a integrar valores e normas de notícias ocidentais, incluindo padrões de redação de notícias” (Lee, 2010, p. 377). Por outro lado, Masterton estudou os valores do jornalismo nos países “ocidentais” e na Ásia e concluiu que “os jornalistas de todo o mundo aceitam que há um núcleo de três elementos de noticiabilidade sem o qual nenhuma informação pode se tornar notícia. São eles: interesse, pontualidade e clareza” (Masterton, 2005, p. 42).

- 2 O relatório “Moving stories: international review of how media cover migration”, publicado pela Ethical Journalism Network (EJN) lista algumas histórias sobre migração que muitas vezes não são cobertas (White, 2015).
- 3 Bednarek e Caple definem valores das notícias como “os aspectos ‘dignos de notícia’ de atores, acontecimentos e questões estabelecidos por um conjunto de valores reconhecidos como negatividade, proximidade e assim por diante” (Bednarek; Caple, 2017, p. 438) e relacionam o termo a objetivos de redação de notícias e fatores de seleção.
- 4 No entanto, pesquisas e discussões sobre valores das notícias estão sempre mudando e se atualizando. Alguns pesquisadores têm repensado o conceito, como Donsbach (2004), que descreve os valores das notícias como envolvendo julgamentos subjetivos. Outros como Harcup e O’Neill propõem que novos valores das notícias têm possibilidade de serem compartilhados, que se refere a “histórias que são pensadas para criar compartilhamento e comentários via Facebook, Twitter e outras formas de mídia social” (Harcup; O’Neill, 2017, p. 1482). Além disso, outros estudiosos se concentram em diferentes perspectivas, como Bednarek e Caple (2017), que propõem uma análise visual dos valores das notícias na fotografia de matérias.

Figura 30: Valores das notícias

<i>Exclusividade</i>	<i>Más notícias</i>	<i>Conflito</i>	<i>Surpresa</i>	<i>Audiovisuais</i>
<i>Possível de ser compartilhada</i>	<i>Entretenimento</i>	<i>Drama</i>	<i>Acompanhamento</i>	<i>Elite do poder</i>
<i>Relevância</i>	<i>Magnitude</i>	<i>Celebridade</i>	<i>Boas notícias</i>	<i>Agenda da organização de notícias</i>

Fonte: Com base em (Harcup; O'Neill, 2017). Ilustração própria.

Isso está em consonância com uma revisão da literatura, que mostra que há uma quantidade notável de coerência e congruência em relação aos valores das notícias (Cagle; Bednarek, 2013). Agunda argumenta que os valores das notícias no jornalismo africano podem ser semelhantes aos valores das notícias no “Ocidente”, porque são “apenas uma extensão do jornalismo ocidental” (Agunda, s.d., p. 4). Nos países da África Oriental, ele observa uma obsessão com as elites políticas, que são os principais tomadores de decisão. Além disso, os sistemas de mídia podem ter um forte impacto nos valores das notícias que afetam uma cultura de jornalismo específica. Agunda levanta o exemplo da Tanzânia:

A Tanzânia, com uma tradição relativamente nova nos meios de comunicação privados, na sequência da liberalização econômica desde a década de 1990, tendeu a ignorar essas novas celebridades, que têm muita influência entre os jovens, continuando assim a antiga tradição dos meios de comunicação estatais que cobrem os líderes e os enquadramentos partidários quase exclusivamente (Agunda, s.d., p. 4).

O fato de os valores das notícias serem críticos para selecionar e relatar, nos diz sobre o *status quo* na cobertura de assuntos de migração e refugiados? No Módulo 4, aprendemos que a reportagem sobre esse tema é frequentemente associada a conflitos e crises na mídia europeia e sub-representada na mídia em geral. Vários estudiosos se concentraram na relevância noticiosa da migração e do deslocamento forçado. Uma visão geral de Eberl e outros mostra que: “[...] eventos do mundo real, como eleições ou ataques terroristas, podem aumentar a relevância na mídia sobre questões relacionadas à imigração” (Eberl et al., 2018, p. 210). Isso indica um valor de notícia importante: más notícias, particularmente incidentes negativos e drama, assim como naufrágios. O modelo desenvolvido por Harcup e O'Neill (2017) oferece uma gama mais ampla de valores das notícias (ver Figura 30), que podem ser inerentes às notícias de migração.



SUGESTÃO DE DEBATE EM SALA DE AULA (ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBER OU RESPONDER):

Comparar notícias sobre migrantes e refugiados de diferentes países, por exemplo, do seu país de origem e de um país vizinho. Ver também exemplos de vários segmentos de mídia (*online*, radiodifusão, impressão etc.) para cada país. Quais valores das notícias de Harcup e O'Neill (2017) você detecta em quais mídias? Discutir seus resultados.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE EM SALA DE AULA QUE ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Os estudantes devem redigir notícias curtas de forma que contenham o maior número possível de valores das notícias. Ter em mente valores das notícias específicos a serem selecionados pelo líder da classe ou por meio de discussão em classe. Em seguida, os resultados devem ser discutidos na aula com foco nos múltiplos valores das notícias.

É importante estar ciente dos principais valores das notícias. Pode ser útil que os jornalistas se perguntem sobre os valores das notícias que seguem em sua própria cobertura ao selecioná-las. Claro, selecionar notícias é muito mais do que apenas um puro foco em valores. Também pode ser importante saber “quem está selecionando notícias, para quem, em que meio e por quais meios (e recursos disponíveis), [...] como quaisquer valores das notícias podem ou não ser inerentes a qualquer história em potencial” (Harcup; O'Neill, 2017, p. 1483). Além da decisão individual (que é consciente ou inconscientemente, orientada para valores das notícias inerentes a qualquer evento ou questão), o meio, os sistemas de mídia, as culturas de jornalismo etc., também podem desempenhar um papel no fato de uma história se tornar notícia.

Reportagens profissionais: critérios de melhores práticas

Shapiro e outros examinaram o que significa excelência em jornalismo. Essa análise de múltiplas fontes resultou em alguns dos seguintes critérios:

- fornecer um benefício para a sociedade em termos de impacto público, relevância ou serviço fornecido pela história;
- fornecer uma análise ponderada e lógica do material relatado, para trazer clareza a assuntos complicados e colocar os fatos no contexto de seus antecedentes e das perguntas “como” e “por que” por trás das notícias;
- demonstrar integridade (“isto é, comportar-se com justiça e independência de suas fontes”);
- ser transparente no método (ou seja, o público deve ser capaz de entender de onde vem a informação); e
- demonstrar técnica de storytelling exemplar (Shapiro et al., 2006, p. 431).

Como em qualquer tema, esses critérios de qualidade também se aplicam a jornalistas que cobrem assuntos de migrantes e refugiados – a relevância dessa reportagem para a sociedade é evidente, particularmente à luz do Módulo 5. Uma análise dos Módulos 1 a 3 confirma que essa questão é complexa e deve ser tratada com cuidado e reflexão. Também é importante trabalhar de forma independente e transparente sobre um tema tão diverso, pois os vários estudos de caso dos Módulos 6 a 9 mostram as distinções entre os países.

Ao informar sobre migração e questões relativas aos refugiados, os jornalistas devem garantir a precisão técnica, produzir histórias com uma boa estrutura e um arco de argumentos a surpreender o público, além de demonstrar criatividade com a escolha do tema e da produção. É claro que os princípios básicos do jornalismo ético – justiça, humanidade e responsabilidade – devem ser mantidos em mente (Ethical Journalism Network, s.d.c).

Jornalistas e organizações de notícias podem ser aconselhados a respeitar os códigos que descrevem as melhores práticas para reportagens sobre migrantes e refugiados. Existem muitos códigos internacionais, assim como a Carta de Idomeni da Grécia (Charter of Idomeni, s.d.) ou a Carta de Roma (Charter of Rome, s.d.), bem como as diretrizes éticas da EJM internacional a respeito de reportagens sobre migração (Ethical Journalism Network, s.d.a), o kit de recursos e-Media da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (European Union Agency for Fundamental Rights, 2020) e muitos mais para melhorar as habilidades de reportagem de jornalistas sobre migração (European Federation of Journalists, 2016). Trabalhar com os vários guias oferece aos jornalistas as regras valiosas para se produzir uma reportagem.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DO CONHECIMENTO:

Como introdução ao tema, os estudantes devem coletar e discutir critérios de qualidade importantes para reportagens profissionais. Objetivos provisórios para discussão podem ser encontrados no parágrafo anterior.

Escolha de fontes e entrevistados relevantes

Cobrir as histórias de migrantes e refugiados com profissionalismo e sensibilidade requer competências adicionais. Profissionais e pesquisadores concordam que os jornalistas devem se preparar bem para tais tarefas. Eles devem começar com uma preparação aprofundada para realizar uma pesquisa especial sobre uma história. Os jornalistas devem começar a rever a cobertura anterior de várias mídias para obter uma visão geral e conhecer o contexto político, cultural e social dos países envolvidos. Para fazer essa preparação com competência, os jornalistas devem identificar e ler reportagens e dados relevantes de organizações internacionais, nacionais e locais, além de instituições e organizações não governamentais (ONGs) envolvidas no assunto, bem como monitorar mídias sociais, políticos e funcionários e conversar com especialistas em migração (ver Abu-Fadil, s.d.; Terceros, 2018, entre outros autores).

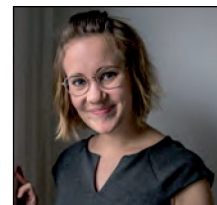
Essa pesquisa pode prosseguir de várias maneiras. Os jornalistas podem acessar informações de forma ativa e passiva. O uso de fontes de internet é dominante em muitas redações que informam sobre temas de migração. O Erich Brost Institute (EBI) de jornalismo internacional da TU Dortmund University realizou seminários de formação sobre reportagens que tratam de questões de migração na África e na Europa (ver Introdução). Na formação realizada em Dakar, Senegal, em 2018, os participantes indicaram que as fontes *online* parecem ser as mais utilizadas. Comunicados de imprensa, entrevistas (presenciais e por telefone), outras mídias e informações de governos e de outras autoridades são usados com bastante frequência. Coletivas de imprensa e mídias sociais são usadas com menos frequência. E raramente, no entanto, os jornalistas usam os blogs ou perguntam a seus colegas. Esses resultados estão de acordo com a observação acadêmica de que, com frequência, as redações de mídia são receptoras passivas de informações – elas usam comunicados de imprensa ou informações de agências de notícias (ver Machill; Beiler, 2009; Neuberger et al., 2009, entre outras fontes). Uma parte considerável da “atenção jornalística se concentrou em apenas algumas fontes disponíveis na internet” (Machill; Beiler, 2009, p.178). “Os mecanismos de busca, em particular o Google, dominam o processo de determinação da fonte e, assim, exerce uma influência decisiva em todo o curso da pesquisa dos jornalistas” (Machill; Beiler, 2009, p. 178).

Muitas vezes, a ampla gama de fontes é inexplorada – telefonemas, mídias sociais, reuniões presenciais e digitais, outros meios de comunicação, análise de (grandes) dados, pesquisa investigativa e assim por diante. Podem ser consultadas fontes estabelecidas por ONGs, governos, partidos políticos, autoridades judiciais, departamentos de polícia, governos locais, organizações empresariais, sindicatos, igrejas, atores internacionais e muitos mais. Entretanto, os jornalistas que relatam sobre migração e deslocamento forçado não devem apenas confiar em fontes oficiais e de elite, mas devem trabalhar com uma diversidade de fontes de informação – um aspecto muitas vezes ausente nos meios de comunicação europeus e norte-africanos (International Centre for Migration Policy Development, 2016).

Uma fonte primordial para relatar questões de migrantes e refugiados são as próprias pessoas afetadas. De fato, histórias que dão aos migrantes e refugiados e às comunidades locais a chance de explicar sua situação constituem uma opção favorável para os jornalistas (European Federation of Journalists, 2016). Há muitas vozes fora da política que são importantes, porque os políticos são desproporcionalmente representados na cobertura da mídia sobre esta questão (ver Módulo 4). A diretriz do Ethiopian Africa News Channel, “Editorial policy on migration reporting”, publicada em amárico, aconselha os jornalistas a investigar mais profundamente sobre as principais questões: De que maneira as pessoas são impactadas no terreno afetado? A diretriz sugere que os jornalistas encontrem maneiras de relatar os efeitos quase invisíveis, como as consequências de longo prazo dos danos psicológicos e traumas de migrantes e refugiados, talvez aumentando a probabilidade de que os afetados se tornem um perigo no futuro, seja contra outras pessoas ou, como um grupo, contra outros grupos ou outros países (Africa News Channel, 2019). Isso é importante, porque migrantes e refugiados são mais do que atores nas histórias; eles são humanos com histórias e sentimentos individuais, como discutido mais detalhadamente no Módulo 11.

Ulriikka Myöhänen, jornalista multimídia finlandesa

“Vá para o campo com a mente aberta, converse com diferentes tipos de pessoas, ouça o máximo de perspectivas possível e procure fortes provas factuais para sua história. Além disso, deixe claro desde o início em sua história, porque é importante falar sobre esses problemas. E o mais importante, evite cuidadosamente a armadilha dos estereótipos e mantenha o equilíbrio de gênero em mente!”



Fonte: Privado.

Gloria Laker Adiiki Aciro, jornalista ugandesa que coordena a Uganda Refugee Online News Network

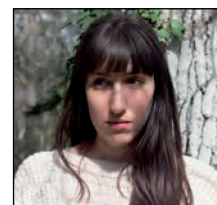
“Reportagens de refugiados, sobre refugiados e para os refugiados: contrate, treine e envolva jovens refugiados e jornalistas migrantes para contar suas próprias histórias. [...] Há uma grande necessidade de incorporar o Jornalismo para a Paz nas reportagens sobre refugiados e migrantes, dada a complexidade dos conflitos e a má situação econômica que afasta os africanos de suas casas. Além disso, incentivar relatos sobre a paz local, diálogos e esforços de reconciliação entre refugiados em assentamentos, a longo prazo, impulsionará os refugiados a contribuírem para a paz em casa”.



Fonte: Privado.

Jelena Prtoric, jornalista *freelancer* croata

“Quando se trata de reportar, passar mais tempo com os migrantes, no terreno, ainda é o mais importante. Precisamos passar tempo suficiente no campo para entender as complexidades de sua situação, suas histórias pessoais, a situação dos países pelos quais estão passando e o contexto em seus países de origem, para poder contar a história completa”.



Fonte: Privado.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE AVALIAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Assistir ao vídeo “Choosing credible resources for research” (Osinski, 2016) e discutir. Algumas características essenciais de bons dados e boas fontes são mencionadas neste Módulo e no vídeo. Deixar os participantes listarem essas características e discutirem se desejam adicionar ou omitir algo, com base em sua experiência e seu histórico cultural. Essa avaliação também pode ser realizada usando um exemplo jornalístico. Exemplos podem ser encontrados na seção “Cobrir as questões relacionadas aos migrantes e aos refugiados: exemplos práticos” neste Módulo (mais adiante).

Informações confiáveis e pesquisa confiável

Obviamente, a qualidade dos dados coletados também é relevante. Os jornalistas devem pesquisar dados e detalhes impecáveis (ver Módulo 2), para poderem preencher uma lacuna de informações de qualidade ao escrever sobre histórias humanas (European Federation of Journalists, 2016). Em geral, é importante verificar as informações.

Certamente, os jornalistas não são capazes de garantir a verdade em todos os casos, mas acertar os fatos é “o princípio cardeal do jornalismo” (Ethical Journalism Network, s.d.c). Por um lado, o ambiente cada vez mais tóxico e contestado que enquadra as reportagens sobre migrantes e refugiados em partes do mundo, onde os jornalistas devem estar cientes de que as fontes podem ter sua própria agenda (ver desafios profissionais no Módulo 5 para exemplos em reportagens sobre migração). Por outro lado, “ataques à mídia como fornecedores” de preconceito, desinformação ou informações falsas, devem ser argumentos mais do que suficientes para que os jornalistas verifiquem suas fontes minuciosamente (Abu-Fadil, s.d., p. 34). Isso não se aplica apenas a fontes oficiais, como governos com sua própria agenda política oculta, empresas privadas que podem ter interesses econômicos ao divulgar informações ou organizações e instituições com interesses próprios. Também se aplica, é claro, à sociedade civil e aos migrantes e aos refugiados como parte da sociedade, pois também podem seguir sua própria agenda com suas informações. Os jornalistas devem escolher suas fontes com cuidado e relatar com consciência de seus próprios preconceitos e subjetividade de forma objetiva e verdadeira. “O jornalismo [...] precisa detectar e descobrir proativamente novos casos e formas de desinformação” (Berger, 2018, p. 11). Pesquisas na internet podem levar a páginas da internet cujas informações são incompletas, obsoletas ou incorretas. É por isso que “é necessário ter cuidado ao usar informações *online*. Particularmente quando os algoritmos governam cada vez mais a rápida disseminação de informações *online*, compartilhando e curtindo informações em *sites* de notícias e mídias sociais” (Vergeer, 2018, p. 49). Um jornalista deve verificar se um *site* é confiável, se é transparente sobre a origem das informações e se a fonte é indicada, qual a idade das informações e se as informações fornecidas parecem plausíveis.

Esse rigor não se aplica apenas à internet. Em geral, os jornalistas devem verificar a relevância, a validade, a utilidade e a lógica da informação – *online* e *offline*. Nesse sentido, os jornalistas devem carregar a autoconsciência dos jornalistas investigativos cotidianos, que fazem pesquisas de fundo sobre todas as fontes e questões e fornecem “análise minuciosa do contexto em que a informação é entregue [...] tanto quanto possível no prazo” (Quinn, 2018, p. 6). *Sites* de verificação de fatos, diretrizes e manuais sobre desinformação estão, por exemplo, no “Jornalismo, *fake news* & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo” (Ireton; Posetti, 2018) ou no “Factfulness” (Rosling, 2018). O intercâmbio e a cooperação com outros jornalistas (ver Módulo 13) e fontes confiáveis (ver Módulo 2) são fatores essenciais para encontrar maneiras profissionais de verificar as informações.

Além da credibilidade das fontes, é necessário considerar uma compreensão exata a respeito das fontes para os jornalistas e a respeito do público. Primeiro, há o aspecto dessa compreensão por parte dos jornalistas: por exemplo, as estatísticas podem ser complicadas para os jornalistas lidarem. Dados e estatísticas de governos, ONGs e instituições internacionais, mas também de organizações da sociedade civil, podem fornecer informações inconsistentes. É importante fornecer o contexto e as fontes adequados (ver Módulos 2 e 3) ao relatar a história (Abu-Fadil, s.d.).

O exemplo de Sofia Papadopoulou, jornalista da Athens News Agency-Macedonian Press Agency (ANA-MPA), que relatou do campo de refugiados em Idomeni, na Grécia, exemplificou que a compreensão dos jornalistas sobre os entrevistados é tão relevante quanto a compreensão dos jornalistas sobre dados e estatísticas:

Um dia, um jovem veio segurando seu bebê recém-nascido nas mãos, sentou-se no centro dos trilhos e, com a ajuda de outro jovem refugiado que falava um pouco de inglês, começou a protestar sobre as condições de vida no campo. O bebê tinha obviamente apenas alguns dias de vida e um jornalista de TV fez a pergunta: A criança nasceu no campo? — Sim, respondeu o homem que traduzia. Quando o pai lhe disse, em árabe, que o bebê nasceu no hospital, mas foi trazido para o campo apenas alguns dias depois, ele disse ‘ma’leesh’ [está tudo bem/não importa] (Fronista; Papadopoulou, 2018, p. 138).

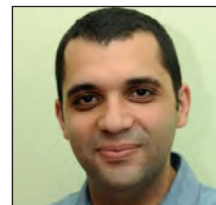
Erros ou mal-entendidos na tradução e na interpretação de declarações em língua estrangeira, bem como fontes confusas ou informações enganosas podem levar a erros ou a informações incorretas nas notícias. Portanto, como os entrevistados podem ser mal interpretados por vários motivos (por exemplo, ver Módulo 11), é importante que as informações sejam verificadas com muito cuidado. Além disso, é importante que o migrante não seja tratado da mesma forma que no caso citado pela jornalista grega da ANA-MPA, que apontou para alguns colegas um erro na tradução, e um deles disse: “— Contanto que ele diga isso e eu tenha gravado, não vou deixar sua verdade arruinar uma boa história!” (Fronista; Papadopoulou, 2018, p. 138).

Aida Alami e Salaheddine Lemaizi, jornalistas internacionais de Marrocos

“Fatos em primeiro lugar: seja exato e imparcial; aja de forma independente, justa e transparente.

Evite escrever o que você não pode verificar por si mesmo. Não deixe que as autoridades ou as organizações influenciem suas reportagens.

Viaje o máximo que puder para onde a história está acontecendo. Tente ver as coisas por si mesmo. [...] O jornalismo sobre migração é uma oportunidade porque é imperativo que os jornalistas voltem a campo. As produções de mídia sobre migração podem ter sucesso e alcançar profissionalismo apenas se conseguirem fazer o trabalho de campo por meio de investigação, reportagens e entrevistas, muitas entrevistas. [...] Como jornalista, você deve manter distância e manter o foco na questão e nos fatos. No entanto, trate seus assuntos com a ética certa, sempre tenha em mente o contexto maior e permita que suas histórias sejam ouvidas. Conecte-se com os migrantes que você entrevista, escreva sobre as histórias próximas e pessoais que explicam os problemas mais amplos. [...] Cuidado com insultos raciais e certifique-se de promover uma cobertura baseada em evidências. Desafie o discurso de ódio indo direto aos fatos e evitando estereótipos e clichês. Verifique os fatos e as evidências apresentados a você de forma independente. Tente sempre fazer com que seus entrevistados corroborem suas histórias tanto quanto puderem. [...] A violência e a discriminação baseadas em gênero fazem parte das histórias de migração. Seu olhar para essas questões através das lentes de gênero enriquecem a reportagem e aumentam as narrativas existentes”.



Fonte: Privado.

Em segundo lugar, uma compreensão correta das fontes também é importante para o público. Os jornalistas podem ajudar seu público a entender melhor a complexa questão da migração. Isso pode promover a transparência nas fontes para combater “fake news” ou propaganda (European Federation of Journalists, 2016). A responsabilidade pelo conteúdo noticioso também significa corrigir erros (White, 2015). Além disso, ser transparente com fontes e métodos de pesquisa é um aspecto relevante, mas outro fator igualmente importante é fornecer contexto e informações básicas para eventos de notícias (Abu-Fadil, s.d.). Ter em conta o panorama geral de uma história evita a vitimização, a simplificação excessiva e um enquadramento humanitário estreito da cobertura (Ethical Journalism Network, s.d.b).



SUGESTÃO DE ELEMENTO INTERATIVO PARA SALA DE AULA (ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA):

Depois de introduzir uma variedade de fontes e seu valor para a reportagem sobre migração e refugiados, faça o seguinte exercício, que é chamado de “linha de classificação”.

1. Formular declarações como “Os comunicados de imprensa são fontes importantes de informação para a cobertura jornalística da migração” ou “Nas reportagens sobre migração, costumo usar os comunicados de imprensa como fontes”.
2. Colocar dois cartazes na sala. Em um estão as palavras “Concordo plenamente” e no outro “Não concordo de forma alguma”.
3. Pedir aos participantes que se posicionem de acordo com a declaração e discutir com eles suas posições. Deixar os estudantes argumentarem porque eles usam uma fonte específica.
4. Contextualizar as atitudes com dicas sobre qual aspecto de cada fonte requer atenção concentrada.

Dessa forma, os participantes aprendem a argumentar e a refletir sobre seu próprio uso e atitude em relação às fontes.

Redação e perspectivas corretas

Certamente, nem todos os comunicados políticos publicados na imprensa sobre migrantes e refugiados devem ser acreditados, e nem todas as notícias na internet acerca de migração são verdadeiras; reportar sobre esses assuntos também deve significar desafiar mitos (European Federation of Journalists, 2016) e estereótipos. Lembrar que a redação (escrita) correta é um método de trabalho que pode ser usado pelos jornalistas para evitar mitos e estereótipos. Por exemplo, em vez de escrever “crise de migrantes ou refugiados”, que torna as pessoas um problema, é melhor escrever “crise da política de migrantes”; em vez de falar sobre os “valores da UE ou valores nacionais” ou “valores morais”, é melhor falar sobre os “valores universais que a Europa preza” (European Federation of Journalists, 2016). Em entrevistas com especialistas sobre cobertura de imigrantes e imigração, os jornalistas são aconselhados a evitar o uso de rótulos como “ilegal” ou “não documentado”. Em vez disso, os jornalistas devem descrever a situação ou a situação de uma pessoa com a maior exatidão possível e fornecer contexto. Por exemplo, nenhuma pessoa é ilegal – ele ou ela está apenas vivendo de forma ilegal no país. O mesmo acontece com a vitimização – migrantes ou refugiados não são “vítimas” e, portanto, apenas devem ser citados como tal se se descreverem dessa forma (Carcamo et al., 2014). Além disso, deve-se evitar a linguagem “vitimizadora”, como “destituído”, “devastado”, “indefeso”, “patético” e “tragédia”. Tal formulação enfraquece os migrantes e os refugiados,

além de limitar as opções de mudança (Africa News Channel, 2019). Contudo, por outro lado, também não é favorável qualquer uso impreciso de palavras emotivas para descrever o que aconteceu com as pessoas. Os migrantes não devem ser reportados como heróis. De acordo com as diretrizes do Ethiopian African News Channel, a cobertura noticiosa não deve retratar apenas o sucesso das jornadas de alguns migrantes, (Africa News Channel, 2019). O Five Point Guide desenvolvido pela EJA exige que os jornalistas conheçam o arcabouço legal, a fim de evitar redações falsas ao falar de migrantes e refugiados (Ethical Journalism Network, s.d.c). Além das palavras, os jornalistas também podem corrigir imagens enganosas. Quando os jornalistas pensam nas imagens que muitas pessoas têm em suas mentes a respeito de migrantes e refugiados, e sobre os medos que eles associam a eles, os jornalistas podem mostrar que “refugiados e migrantes não são jovens homens fortes que usam *smartphones* ou membros de famílias de turistas que viajam com bagagens caras [s/c]” (European Federation of Journalists, 2016). Muitos deles são crianças (desacompanhadas).⁵

Portanto, os jornalistas devem se ater a fatos salientes e específicos, em vez de trazer uma direção emocional exagerada para as histórias ou para as palavras. Esses padrões éticos são especialmente importantes para temas sensíveis, como a migração e os assuntos relacionados aos refugiados. Frequentemente, a mídia se concentra apenas em eventos específicos, dramatiza ocorrências e presta muita atenção às tragédias (ver Módulo 4). Uma abordagem alternativa também pode dar a uma história uma visão mais ampla – longe do conflito usado com frequência e do foco orientado para o problema até certo ponto. Jornalismo construtivo⁶ é sobre olhar para o futuro. Os jornalistas podem apontar soluções em vez de falar apenas sobre problemas e dramas. Isso inclui, por exemplo, se concentrar na resiliência e recuperação de pessoas sobreviventes do tráfico de pessoas no contexto da migração e do deslocamento forçado. As questões políticas, e como elas podem ser melhoradas, também devem ser analisadas (White, 2015).

Portanto, é importante refletir sobre o próprio papel como jornalista. Um jornalista deve explorar a história “com o mesmo cuidado, atenção aos detalhes e respeito” que desejaria “se os papéis fossem invertidos” (Nobel, 2018). Isso também significa que há mais do que uma perspectiva nacional. E, como já mencionado anteriormente, trata-se de mais de uma temática: além de naufrágios e adversidades de fronteira, habitação, religião, emprego, artistas de sucesso, profissionais e empreendedores, bem como informações básicas, podem ser ângulos e temas pertinentes a serem explorados (Triandafyllidou, 2017).

5 “As crianças desacompanhadas continuam sendo parte significativa dos fluxos migratórios irregulares” (IOM, 2019b, p. 105). O número de crianças entre os refugiados é “muito alto e flutuante”, entre 41% e 52% nos últimos anos (IOM, 2019b, p. 39).

6 Para mais informações sobre o jornalismo construtivo em geral, ver Constructive Institute (2020), McIntyre e Gyldensted (2018), Mast e colegas (2019), entre outros.

Dra. Lydia Ouma Radoli, jornalista queniana de radiodifusão e pesquisadora de mídia

“Uma abordagem construtiva ajudará a colocar a migração em uma nuance mais positiva. A migração é dinâmica e é provável que vejamos tendências de migração contínuas, provavelmente olhando para a maneira pela qual a migração pode ser aproveitada para a coesão internacional e regional, em vez de um fator que traz desintegração da comunidade e perda de identidade. Editores e jornalistas poderiam investir mais em conhecimento sobre migração, especialmente ao vincular a migração a outros assuntos como desenvolvimento, integração e exploração cultural, ao contrário do foco que sempre esteve atrelado a ameaças à segurança, às políticas de populismo global e à carnificina. Não estou dizendo que essas histórias não devem ser cobertas, mas sim que deve haver um equilíbrio na cobertura para mostrar que a história da migração não seja distorcida, mas exponha um fenômeno humano real”.



Fonte: Privado.

Cécile Debarge, jornalista freelancer com sede na Itália

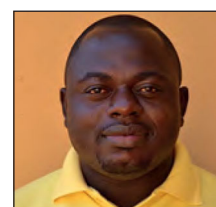
“A maioria das histórias sobre migração é sobre travessias. Atravessar uma fronteira, atravessar um rio, uma montanha, um deserto, atravessar o Mediterrâneo..., tudo, menos uma história sobre o que acontece após cruzar a fronteira. É um grande erro, porque a migração é um processo, uma jornada ao longo da vida. Os ângulos mais originais são aqueles que tentam se aprofundar na história antes ou depois da fronteira, quando as pessoas não são definidas apenas por seus movimentos. É aqui que há um espaço para uma narrativa universal com foco em humanos. Geralmente, aprimora uma narrativa empoderadora, em que os migrantes não apenas sofrem ou recebem, mas também são atores de sua própria mudança. Essas geralmente são características subnotificadas”.



Fonte: Privado.

Dennis Kwadwo Peprah, jornalista da agência de notícias ganesa

“Palavras e frases desumanas devem ser evitadas. [...] As histórias de migração devem ser sempre colocadas em um contexto global e com uma cobertura bem equilibrada. Elas devem incluir uma variedade de fontes: migrantes, grupos de refugiados, sociedade civil, organizações não governamentais, instituições públicas relevantes e ativistas de direitos humanos.



Fonte: Privado.

Os efeitos econômicos gerais da migração para os países de origem e de destino, a migração e a tecnologia (uso das TIC para facilitar a migração, principalmente a migração irregular que envolve contrabandistas) e as desigualdades de gênero ou de trabalho são bons ângulos de história que os jornalistas podem explorar e colocar em foco internacional”.

Tersoo Peter Zamber, jornalista de rádio nigeriano

- “1. Humanizar as histórias de migração por jornalistas.
2. Ser objetivo, declarando os dois lados, os lados negativos e positivos da migração.
3. Destacar os benefícios da migração para o indivíduo e para o país de origem, o de trânsito e o de destino”.



Fonte: Privado.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE CRIAR E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Este Módulo oferece uma ampla gama de melhores práticas em reportagens sobre migração e refugiados, com base nas quais os próprios participantes podem desenvolver bons critérios jornalísticos. Os objetivos provisórios são as dicas mencionadas anteriormente. Os participantes também podem discutir as diferentes avaliações da relevância dos critérios como referências jornalísticas.

Cobrir migrantes e refugiados: exemplos práticos

Existem excelentes casos de melhores práticas para a cobertura midiática sobre migração em todo o mundo. Os exemplos a seguir são sugeridos para estudar maneiras sensíveis e inovadoras de abordar o tema.

- “The war on my phone” é um filme que oferece uma visão íntima da vida na Síria em guerra e de quatro refugiados divididos entre a Síria e a Europa. O filme mostra aspectos além da política e conta histórias pessoais de refugiados. Ele aborda o tema de forma humana, mas mantém as emoções sob controle (The war on my phone, 2018).⁷

⁷ Existem versões *online* disponíveis em inglês, alemão e espanhol na Deutsche Welle (DW). Inglês: <https://www.dw.com/en/the-war-on-my-phone-lifeline-to-syria-1/av-46642884>, Alemão: <https://www.dw.com/de/the-war-on-my-phone-1/av-46642882>, Espanhol: <https://www.dw.com/es/la-guerra-en-mi-celular-noticias-de-siria-1/av-46642906>.

- “Workers in Spain’s strawberry fields speak out on abuse” é um artigo sobre um aspecto da migração que é parcialmente negligenciado: Em que condições vivem os migrantes nos países de acolhimento? O artigo abrange antecedentes políticos, culturais e pessoais em que os eventos ocorrem, oferece ideias pessoais baseadas em fatos e tenta fornecer uma visão multiperspectiva. Além disso, ele divulga ao público as fontes e explica a razão pela qual algumas das pessoas são anônimas. Particularmente relevante, tenta fornecer uma riqueza de informações básicas (Alami, 2019a, 2019b).
- “Assad’s victory: what comes after war in Syria?”, da revista alemã Der Spiegel, é sobre a situação na Síria depois que o regime venceu, em grande parte, a guerra contra os insurgentes. A migração é abordada neste artigo, e as histórias de fundo são contadas. Posições políticas são definidas, eventos e fatos são cobertos em um contexto mais amplo, também histórico, internacional e cultural. Os protagonistas são acompanhados, apresentados e citados. O jornalista segue uma abordagem multiperspectiva (Koelbl, 2017, 2018).
- O documentário da Deutsche Welle (DW), “The gatekeepers of Europe: outsourcing border controls to Africa”, se concentra na Europa, “que paga bilhões de euros aos Estados africanos para atuar como sua nova polícia de fronteira”, e na ajuda ao desenvolvimento usada “como moeda de troca para controlar a imigração” (Schäfer; Schlindwein, 2019). O documentário da DW mostra uma pesquisa de fundo baseada em fatos que também inclui pessoas afetadas; concentra-se nas experiências subnotificadas de migrantes e refugiados que arriscam suas vidas no deserto do Saara (Schäfer; Schlindwein, 2019).
- Com “Émigration irrégulière: à bord des zodiacs de la mort”, o *site* de notícias marroquino, *journal Les Inspirations éco*, fornece um exemplo de melhores práticas para reportagens convincentes e informativas sobre o tema. O artigo relata uma tragédia de barco da qual apenas 11 dos 56 migrantes sobreviveram. Por meio de entrevistas com sobreviventes e familiares das vítimas, os jornalistas desvendam as táticas dos contrabandistas. Também devido à falta de informação e conhecimento, os migrantes caíram nas promessas falsas e fatais dos contrabandistas. Fontes adicionais colocam a história em perspectiva e mostram sua relevância. Os artigos citam estatísticas oficiais, autoridades estatais, bem como ONGs nacionais, e mencionam as medidas apreendidas pelas Nações Unidas, pela União Europeia e por outros (Les Inspirations éco, 2019).



TAREFA SUGERIDA PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE CRIAÇÃO E AVALIAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO E RESPOSTA:

(A) Permitir que os participantes produzam um artigo que trata de algum evento atual sobre o tema da migração e do refugiado, no qual apliquem todos os critérios de qualidade (ética) discutidos neste Módulo.

(B) Deixar os participantes escreverem um artigo para refletir sobre diferentes fatores em seu próprio processo de produção de notícias sobre migração (por exemplo, valores das notícias ou valores das diretrizes para reportagens éticas).

(C) Permitir que os participantes troquem suas reportagens e identifiquem as fontes selecionadas. Deixar que os estudantes julguem se as fontes e a pesquisa são confiáveis.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Harcup, T.; O'Neill, D. What is news? News values revisited (again). *Journalism Studies*, v. 18, n. 12, p.1470-1488, 2017. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1150193>.

Jornalística:

Ruz, Camila. *The battle over the words used to describe migrants*. 2015. <https://www.bbc.com/news/magazine-34061097>.

Institucional:

Ethical Journalism Network. *Media and migration*. s.d. <https://ethicaljournalismnetwork.org/what-we-do/media-and-migration>.

Referências

Abu-Fadil, M. *Migration and media: a journalist's handbook*. Open Media Hub; EuroMed Migration; International Centre for Migration Policy Development. s.d. <https://openmediahub.com/wp-content/uploads/2019/06/Migration-and-Media-A-Journalists-Handbook.pdf>.

Agunda, J. *News values in east Africa*. s.d. http://archives.aefjn.org/index.php/africa/articles/journalists-news-values-in-east-africa.html?file=tl_files/aefjn-files/Africa/Africa%20news%20eng/Journalists%20news%20values%20in%20east%20africa.pdf.

Alami, A. Workers in Spain's Strawberry Fields speak out on abuse. *The New York Times*, 20 Jul. 2019a. <https://www.nytimes.com/2019/07/20/world/europe/spain-strawberry-fields-abuse.html>.

Alami, A. Trabajadoras de los campos de fresas de España denuncian abusos. *The New York Times*, 22 Jul. 2019b. <https://www.nytimes.com/es/2019/07/22/espanol/temporeras-fresasespana-marruecos.html>.

Africa News Channel. *Editorial policy on migration reporting*. [Internal document]. 2019.

Bednarek, M.; Caple, H. *The discourse of news values: how news organizations create newsworthiness*. New York: Oxford University Press, 2017.

Berger, G. Foreword. In: Ireton, C.; Posetti, J. (Eds.). *Journalism, "fake news" & disinformation: handbook for journalism education and training*. Paris: UNESCO, 2018. (UNESCO series on journalism education).

Boczkowski, P. J.; Mitchelstein, E. *The news gap: when the information preferences of the media and the public diverge*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2015.

Caple, H.; Bednarek, M. *Delving into the discourse: approaches to news values in journalism studies and beyond*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2013. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/delving-discourse-approaches-news-values-journalism-studies-andbeyond>.

Carcamo, C.; Matza, M.; Pierre-Pierre, G.; Sacchetti, M.; Ritchin, A. *Covering immigrants & immigration: tips from experts*. Dart Center, 6 Jan. 2014. <http://dartcenter.org/content/covering-immigrants-immigration-tips-from-experts>.

Chakraborty, A.; Ghosh, S.; Ganguly, N.; Gummadi, K. P. Editorial versus audience gatekeeping: analyzing news selection and consumption dynamics in online news media. *IEEE Transactions on Computational Social Systems*, v. 6, n. 4, p. 680-691, 2019. <https://doi.org/10.1109/TCSS.2019.2920000>.

Charter of Idomeni. s.d. <http://europeanjournalists.org/wp-content/uploads/2017/05/Charter-of-Idomeni-%CE%95%CE%9D.pdf>.

Charter of Rome. *Code of conduct regarding asylum seekers, refugees, victims of trafficking and migrants*. Federazione Nazionale della Stampa Italiana. s.d. <http://www.cartadiroma.org/wp-content/uploads/2014/10/CODE-AND-GLOSSARY-ENGLISH.pdf>.

Conley, D.; Lambie, S. *The daily miracle: an introduction to journalism*. 3.ed. Melbourne: Oxford University Press, 2006.

Constructive Institute. 2020. <https://constructiveinstitute.org/>.

Dell'Orto, G. The visible & invisible borders of migration: journalism challenged. [Blog post]. *Media Governance & Industries Lab blog at the University of Vienna*. s.d. <https://univienamedialab.wordpress.com/2017/01/11/the-visible-invisible-borders-of-migration-journalism-challenged/>.

Donsbach, W. Psychology of news decisions: Factors behind journalists' professional behavior. *Journalism: Theory, Practice & Criticism*, v. 5, n. 2, p. 131-157, 2004. <https://doi.org/10.1177/146488490452002>.

Eberl, J. M.; Meltzer, C. E.; Heidenreich, T.; Herrero, B.; Theorin, N.; Lind, F.; Berganza, R.; Boomgaarden, H.G.; Schemer, C.; Strömbäck, J. The European media discourse on immigration and its effects: a literature review. *Annals of the International Communication Association*, v. 42, n. 3, p. 207-223, 2018. <https://doi.org/10.1080/23808985.2018.1497452>.

European Federation of Journalists. 8 tips for migration coverage. [Blog post]. *European Federation of Journalists*, 28 Nov. 2016. <https://europeanjournalists.org/blog/2016/11/28/8-practical-tips-for-migration-coverage/>.

European Migration Network. *Asylum and migration: glossary 6.0; a tool for better comparability produced by the European Migration Network*. European Migration Network, 2018. (EMN Information leaflet). https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emn-glossary-6-0_en.pdf.

Ethical Journalism Network. *Ethical guidelines for migration reporting: five-point guide for migration reporting*. Ethical Journalism Network, s.d.a. <https://ethicaljournalismnetwork.org/resources/infographics/ethical-guidelines-on-migration-reporting>.

- Ethical Journalism Network. *Ethical guidelines on migration reporting*. Ethical Journalism Network, s.d.b. <https://ethicaljournalismnetwork.org/ethical-guidelines-on-migration-reporting>.
- Ethical Journalism Network. *The 5 principles of ethical journalism*. Ethical Journalism Network, s.d.c. <https://ethicaljournalismnetwork.org/who-we-are>.
- European Union Agency for Fundamental Rights. *E-media toolkit on migration: trainer's manual*. European Union Agency for Fundamental Rights, 2020. <https://fra.europa.eu/en/publication/2020/e-media-toolkit-migration-trainers-manual>.
- Fronista, P.; Papadopoulou, S. Down and out and wet and bedraggled: navigating the emotional and ethical maelstrom of reporting from the crisis flashpoint of Idomeni. In: Dell'Orto, G.; Wetzstein, I. (Eds.). *Refugee news, refugee politics: journalism, public opinion and policymaking in Europe*. New York: Routledge, 2018. p. 127-140.
- Galtung, J.; Ruge, M. H. The Structure of Foreign News: The presentation of the crises in Congo, Cuba, and Cyprus in four Norwegian newspapers. *Journal of International Peace Research*, v. 2, n. 1, p. 64-90, 2016. <https://doi.org/10.1177/002234336500200104>.
- Harcup, T.; O'Neill, D. What is news? News values revisited (again). *Journalism Studies*, v. 18, n. 12, p. 1470-1488, 2017. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1150193>.
- International Centre for Migration Policy Development. *How does the media on both sides of the mediterranean report on migration? Preliminary findings, draft conclusions and draft recommendations*. Ethical Journalism Network, 2016. https://cdn.ethicaljournalismnetwork.org/wp-content/uploads/2017/03/Draft_Migration_and_Media_Report.pdf.
- IOM. *Glossary on migration*. Geneva, 2019a. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.
- IOM. *World migration report 2020*. Geneva, 2019b. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf.
- Ireton, C.; Posetti, J. *Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo*. Paris, Brasília: UNESCO, 2018. (Série UNESCO sobre educação em jornalismo).
- Koelbl, S. What comes after war in Syria? *Der Spiegel*, 21 Jan. 2018. <https://www.spiegel.de/international/world/assad-s-victory-what-comes-after-war-in-syria-a-1188244.html>.
- Koelbl, S. Assad hat den Krieg gewonnen – und jetzt? *Der Spiegel*, 28 Dec. 2017. <https://www.spiegel.de/spiegel/syrien-das-assad-regime-hat-den-krieg-gewonnen-bis-zum-frieden-ist-es-noch-weit-a-1185131.html>.
- Lee, S. T. Peace journalism: Principles and structural limitations in the news coverage of three conflicts. *Mass Communication and Society*, v. 13, n. 4, p. 361-384, 2010. <https://doi.org/10.1080/15205430903348829>.
- Les Inspirations éco. Émigration irrégulière: á bord des zodiacs de la mort. *LesEco*, 4 Nov. 2019. <https://leseco.ma/decryptages/347-enquete/81936-emigration-irreguliere%3E%20-a-bor%3E%20d-des-zodiacs-de-la-mort.html>.
- Machill, M.; Beiler, M. The importance of the internet for journalistic research. *Journalism Studies*, v. 10, n. 2, p. 178-203, 2009. <https://doi.org/10.1080/14616700802337768>.
- Mast, J.; Coesemans, R.; Temmerman, M. Constructive journalism: concepts, practices, and discourses. *Journalism*, v. 20, n. 4, p. 492-503. <https://doi.org/10.1177/1464884918770885>.
- Masterton, M. Asian journalists seek values worth preserving. *Asia Pacific Media Educator*, n. 16, p. 41-48, 2005. <https://ro.uow.edu.au/apme/vol1/iss16/6>.
- McIntyre, K.; Gyldensted, C. Positive psychology as a theoretical foundation for constructive journalism. *Journalism Practice*, v. 12, n. 6, p. 662-678, 2018. <https://doi.org/10.1080/17512786.2018.1472527>.

Neuberger, C.; Nuernbergk, C.; Rischke, M. “Googleisierung” oder neue Quellen im Netz? In: Neuberger, C.; Nuernbergk, C.; Rischke, M. (Eds.). *Journalismus im internet: profession, partizipation, technisierung*. Wiesbaden: Springer VS, 2009. p. 295-334.

Nobel, C. 10 rules for reporting on war trauma survivors. *Journalist's Resource*, 9 Aug. 2018. <https://journalistsresource.org/tip-sheets/reporting/10-rules-interviewing-trauma-survivors/>.

Osinski, J. [osinskije]. *Choosing credible resources for research* [Video]. 9 Aug. 2016. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=VXHQ2y8FIUQ&t=308s>.

Quinn, A. *Virtue ethics and professional journalism*. Cham: Springer, 2018.

Rosling, H. *Factfulness: ten reasons we're wrong about the world and why things are better than you think*. London: Sceptre, 2018.

Schäfer, J. M.; Schlindwein, S. *Outsourcing border controls to Africa*. [Video]. DW, 3 Mar. 2019. <https://www.dw.com/en/outourcing-border-controls-to-africa/av-45599271>.

Schrøder, K. C. *What do news readers really want to read about? How relevance works for news audiences*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2019. <http://www.digitalnewsreport.org/publications/2019/news-readers-really-want-read-relevance-works-news-audiences/>.

Shapiro, I.; Albanese, P.; Doyle, L. What makes journalism “excellent”? Criteria identified by judges in two leading awards programs. *Canadian Journal of Communication*, v. 31, n. 2, p. 425-444, 2006. <https://doi.org/10.22230/cjc.2006v31n2a1743>.

Swart, J.; Peters, C.; Broersma, M. Navigating cross-media news use: media repertoires and the value of news in everyday life. *Journalism Studies*, v. 18, n. 11, p. 1343-1362, 2017. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1129285>.

Terceros, B. A. How can we tell migrants' stories better? Here are 10 ways. *Bright Magazine*, 6 Nov. 2018. <https://brighththemag.com/ways-to-tell-migrant-stories-better-journalism-caravanrefugees-immigration-journalism-c0d006dcaacd>.

The war on my phone. *The war on my phone*. 2018. <https://www.thewaronmyphone.com/>

Triandafyllidou, A. *Media coverage on migration: promoting a balanced reporting*. Geneva: IOM, 2017. https://publications.iom.int/system/files/pdf/media_coverage_on_migration.pdf.

UNHCR. *Glossary*. s.d. <http://www.issm.cnr.it/progetti/emigrazione/METADATA%20E%20GLOSSARI/UNHCR/GLOSSARY%20UNHCR.pdf>.

Vergeer, M. Incorrect, fake, and false. Journalists' perceived online source credibility and verification behavior. *Observatorio Journal*, v. 12, n. 1, p. 37-52, 2018. <https://doi.org/10.15847/obsOBS12120181126>.

White, A. *Moving stories: international review of how media cover migration*. Ethical Journalism Network, 2015. <https://ethicaljournalismnetwork.org/assets/docs/054/198/8feb836-108e6c6.pdf>.



MÓDULO 11

Reportagens sobre migrantes e refugiados: lidar com o trauma

por Anna-Carina Zappe



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Compreender as complexidades do trauma.
- Incentivar os participantes a trabalhar como jornalistas de forma sensível ao trauma.
- Ajudar os participantes a pensar sobre seu próprio envolvimento e saúde mental.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

No final deste Módulo, os participantes devem ser capazes de:

- Identificar de que maneira o trauma pode afetar migrantes e refugiados.
- **RA Afetivo: Recebimento**
- Reconhecer que um jornalista pode ser afetado por um envolvimento pessoal.
- **RA Afetivo: Recebimento**
- Explicar como o trauma e o envolvimento pessoal podem impactar a cobertura jornalística sobre migrantes e refugiados, referindo-se aos principais elementos do trauma psicológico.
- **RA Cognitivo: Compreensão**
- Trabalhar e realizar cobertura jornalística sobre migrantes e refugiados de forma sensível ao trauma, orientada para o modelo TIIM e medidas de autoproteção.
- **RA Cognitivo: Criação**

Visão geral

Os desafios e as abordagens na cobertura midiática sobre questões relacionadas a migrantes e refugiados, discutidos no capítulo anterior, agora se estendem para incluir perspectivas éticas, psicológicas e pessoais. Relatar sobre pessoas que fogem e migram¹, que passaram por eventos desesperadores, ou informar sobre pessoas que vivem em acampamentos, muitas vezes em situações abismais com escassez de alimentos, instalações sanitárias ou cuidados de saúde precários, traz novos desafios para os jornalistas. Entrevistas e reportagens sobre migrantes e refugiados desafiam tanto o envolvimento quanto a saúde dos repórteres. Ambos os aspectos exigem reflexão por parte dos jornalistas, pois as pessoas podem estar traumatizadas, o que pode dificultar as entrevistas, e especial atenção deve ser dada à cobertura sensível ao trauma. Além disso, os jornalistas devem pensar em seu próprio envolvimento e saúde mental.

Para entender os desafios que os jornalistas enfrentam no contexto de reportagens sensíveis ao trauma, primeiro, o termo *trauma* será introduzido e definido. Além disso, é importante lembrar de um conjunto de cursos de ações recomendadas ao produzir reportagens sobre migração e deslocamento forçado devido ao aspecto traumático. Ademais, as diretrizes sobre envolvimento pessoal e saúde mental podem ajudar os jornalistas a se protegerem no campo.

¹ Para definições, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; UNHCR, s.d.; IOM, 2019).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE LEMBRANÇA E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Usar os breves retratos do jornal *The Guardian* (Tondo, 2019) para uma discussão em sala de aula. Deixar os participantes refletirem sobre os desafios que os jornalistas enfrentam ao reportar sobre essas pessoas, conforme abordado no artigo. Coletar os aspectos e discutir sobre eles durante a sessão do seminário.

Trauma psicológico

Os títulos dos artigos de notícias sobre migrantes e refugiados estão estampados com a palavra trauma, como migrantes traumatizados, experiências traumáticas de refugiados, sobreviventes do trauma. Porém, a palavra *trauma* tem um significado específico. Os jornalistas devem usar a palavra com cuidado e precisão (European Union Agency for Fundamental Rights, 2020). Os jornalistas que conhecem o termo e seu significado também sabem de sua relevância no contexto de reportagens sobre migrantes e refugiados. O termo *trauma* vem originalmente da palavra grega que significa *ferida* e, como afirma Dass-Brailsford, “conota uma lesão física e se assemelha ao ferimento psíquico que possivelmente se segue de um episódio traumático” (Dass-Brailsford, 2007, p. 2-3). *Trauma fisiológico* significa uma doença ou uma lesão corporal, enquanto *trauma psicológico* refere-se a “experiências que colocam em risco a vida ou a integridade corporal de uma pessoa” (Ford, 2009, p. 6).

Com frequência, o termo *trauma* é usado de forma intercambiável e seus significados se confundem. Embora a palavra possa descrever um evento, ou seja, um evento traumático, também pode ser uma reação traumática a esse evento. O significado de *evento* inclui “a experiência do indivíduo durante a exposição ao(s) estressor(es)” (Ford; Courtois, 2009, p. 15). A palavra *trauma*, entendida como lesão mental, é causada por um ou mais eventos traumáticos, cujo processamento pela ansiedade extrema ou pelo sentimento de desamparo sobrecarregou o indivíduo (Seidler, 2013).

O trauma individual difere de pessoa para pessoa, mesmo que “as reações psicossociais ao trauma não tenham mudado drasticamente ao longo do tempo e da cultura” (Dass-Brailsford, 2007, p. 3). As pessoas reagem a eventos traumáticos semelhantes de múltiplas maneiras e com uma variedade de sintomas (Storr et al., 2007). Alguns indivíduos conseguem lidar com o trauma devido a fatores de proteção, outros são incapazes de lidar com isso, devido a fatores de risco (Ford, 2009). Além disso, há mais de um evento que pode levar a uma reação de trauma. Existem vários tipos de traumatização, como guerra ou conflito, violência física, eventos sexuais traumáticos (estupro, abuso infantil ou abuso sexual), acidentes, incêndios ou desastres naturais (Perkonig et al., 2001). Os psicólogos distinguem entre o Tipo I, um único incidente traumático; e o Tipo II, um trauma complexo ou repetitivo. Por exemplo, o Tipo I pode ser um acidente grave, um desastre natural ou um ataque terrorista; o Tipo II, pode ser abuso contínuo, violência doméstica, guerra ou genocídio (Terr, 1995). Além disso, há o conceito de *trauma sequencial*, que acarreta situações

estressantes recorrentes constantemente. Este tipo de trauma é discutido em mais detalhes no contexto sobre migração e deslocamento forçado. *Traumatização vicária*² é a traumatização daqueles que são indiretamente afetados pelo evento traumático, como prestadores de assistência ou jornalistas (Palm et al., 2004). Esse tipo de trauma é discutido com mais detalhes mais adiante neste módulo, no contexto sobre envolvimento e saúde mental do jornalista.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE LEMBRANÇA E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Usar o texto e as fontes citadas para criar uma breve palestra de 10 minutos. A palestra deve lidar com o termo *trauma*, seu significado e sua relação com um evento traumático em seu contexto cultural ou nacional. A ideia é explicar a compreensão psicológica do trauma em contraste com as reações agudas.

Criar um pequeno teste que pergunte algumas das características do trauma. Podem ser perguntas de múltipla escolha, perguntas de verdadeiro ou falso ou perguntas que exigem definições de termos.

Trauma, migrantes e refugiados

A migração e o deslocamento forçado podem ser traumáticos. A definição de trauma se aplica a muitas lesões mentais, que podem ser causadas por um possível evento traumático, como a migração ou o deslocamento forçado. Há evidências de que migrantes e refugiados têm uma prevalência maior de transtorno mental; entre refugiados e requerentes de asilo, o aumento dos sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é associado a um maior número de traumas (ver Carswell et al., 2011; Ford, 2009; Steel et al., 2009 entre outros autores). Breves exemplos de estatística descritiva ilustram essa prevalência:

- Em um estudo sobre comorbidade psiquiátrica e estado de saúde de refugiados bósnios, que fugiram da guerra na Bósnia e Herzegovina e vivem na Croácia, relataram ter sintomas que atendem aos critérios de depressão (39%) e TEPT (26%), 21% dos entrevistados também relataram sintomas de comorbidades para ambos os transtornos (Mollica et al., 1999).
- Um estudo sobre a experiência de trauma e condições de saúde mental entre migrantes da Coreia do Sul na China (“refugiados alimentares”), mostra que 56% apresentam sintomas de TEPT, além de pontuações acima do limite de ansiedade (90%) e depressão (81%). Os migrantes relataram uma média de 12 eventos traumáticos (Lee et al., 2001).
- Uma revisão sistemática de pesquisas sobre transtornos em populações de refugiados em geral em países ocidentais mostra taxas de TEPT (9%) e depressão aguda (5%), com alto grau de comorbidade (Fazel et al., 2005).

2 Existem mais de 20 termos em inglês para *traumatização vicária*, por exemplo, *traumatização secundária* (Lemke, 2013).

- Com base em listas de verificação de sintomas de autorrelato, migrantes da América Central, em particular de Honduras, El Salvador e Guatemala entrevistados na fronteira dos EUA, no Texas, atenderam aos critérios de diagnóstico para TEPT (32%), depressão (24%) e para uma mistura de TEPT e depressão (17%). As descobertas sugerem que os problemas de saúde mental são respostas à violência e à perseguição (Keller et al., 2017).

Portanto, embora as porcentagens de TEPT entre migrantes e refugiados variem, é muito provável que eles sofram de transtornos traumáticos. Um estudo que compara a saúde mental de vários grupos de imigrantes e residentes nativos na Suíça mostra que os entrevistados de cada grupo estudado preenchem os critérios para TEPT (por taxas de frequência): requerentes de asilo (54%); refugiados (41%); “migrantes ilegais” (6%), migrantes trabalhistas (17%); residentes suíços nativos (8%). Essas taxas podem levar à conclusão de que o *status* de residência e/ou o motivo da saída do país de origem já é um indicador de TEPT (Heeren et al., 2014). Uma equipe de pesquisa brasileira mostrou que “[...] a prevalência de TEPT entre migrantes é muito alta (47%), especialmente entre os refugiados, que sofrem dessa doença numa taxa quase duas vezes superior à de trabalhadores migrantes” (Bustamante, et al., 2018). A taxa de prevalência de TEPT em vítimas de tortura é de 50-70% (van Velsen et al., 1996).

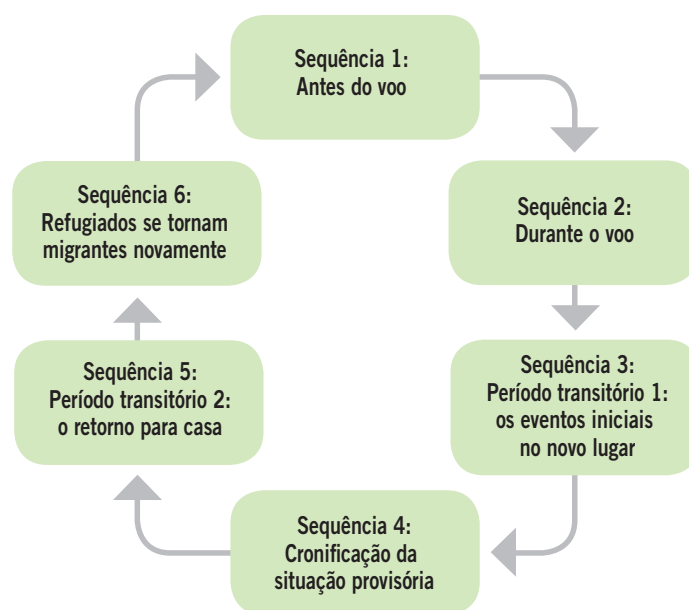
Um aspecto especial sobre a traumatização dos refugiados é que muitas vezes não se pode presumir que seja uma traumatização única, mas sequencial. No trauma sequencial, vários eventos traumáticos ocorrem em uma determinada sequência (Becker, 2014; Keilson, 1979; Zimmermann, 2012). Estudos (ver Marshall, 2005; Mollica et al., 1998; Mollica et al., 1999 entre outros) “mostraram que refugiados e indivíduos afetados por guerras e graves violações de direitos humanos vivenciam uma ampla gama e um número elevado de eventos traumáticos” (Carswell et al., 2011, p. 107). Migrantes e refugiados muitas vezes sofrem traumas sequenciais.

A Figura 31, com base em Zimmermann (2012), poderia ser aplicada aos desenvolvimentos atuais: na ocasião da edição deste Módulo (2020), as pessoas que fugiam da guerra e do conflito no Iraque, na Síria, no Sudão do Sul ou na RDC podem ter vivenciado muitos eventos extremamente estressantes, bem como outras pessoas que fugiam do terror, de perseguições ou de violações dos direitos humanos, como tortura; por exemplo, as pessoas da Nigéria brutalizadas pelo Boko Haram (ver Módulo 3). O que todas essas pessoas podem ter em comum é que o primeiro evento traumático ocorre antes de fugirem. Antes de serem forçadas a fugir, as pessoas podem perder amigos e parentes, ver a morte ao seu redor e experimentar prisão, tortura, perda de propriedade, fome, desnutrição, agressão física, medo extremo, estupro e perda de meios de subsistência. No estudo mencionado anteriormente, que analisou a exposição ao trauma pré-migração de famílias e indivíduos na fronteira dos EUA provenientes da América Central, 83% citaram a violência como motivo para fugir de seu país (Keller et al., 2017). Entretanto, isso não é um fenômeno novo. Em 1998, por exemplo, em um estudo australiano, requerentes de asilo, refugiados e imigrantes de origem tâmil relataram trauma pré-migração, como “exposição a problemas de saúde sem cuidados médicos, falta de abrigo, proximidade da morte, separação forçada de membros da família e assassinato ou morte não natural de outros” (Silove et al., 1998, p.179).

O próximo evento traumático é a fuga, que pode durar dias, meses ou até anos, e pode infligir traumas aos refugiados, mas também aos migrantes, viajando por muitos motivos adicionais. Durante esse período, as pessoas são frequentemente separadas de familiares ou amigos, roubadas, forçadas a infligir dor ou se matar, testemunhar tortura ou assassinato e/ou perder familiares ou amigos que viajavam com elas. Além disso, eles podem não saber onde estão por um tempo, perder a orientação ou suportar condições ambientais extremamente adversas. Por exemplo, um relatório do ACNUR e do Centro Misto de Migração do Conselho Dinamarquês para Refugiados (*Mixed Migration Center from the Danish Refugee Council*) mostra que milhares de refugiados e migrantes morrem e sofrem graves violações dos direitos humanos na sua viagem para a costa mediterrânea africana e da África Ocidental para a África Oriental (Breen, 2019).

Nos países de trânsito e destino, que podem não ser locais escolhidos pelo migrante ou pelo refugiado, as pessoas experimentam outro evento. Elas têm de se adaptar a um novo lugar, a uma nova língua e a novas condições de vida. Muitas vezes, sua situação permanece não resolvida, de modo que elas não têm certeza se terão ou não permissão para permanecer no país acolhedor. Durante esse período, sua situação incerta pode se tornar crônica: o caráter provisório da situação deixa migrantes e refugiados em estado de permanente insegurança. Um exemplo extremo na ocasião da edição deste Módulo é o campo de refugiados grego de Moria, onde os residentes transitórios esperavam há anos pela mudança de sua situação insegura sob condições particularmente difíceis. Estudos de décadas passadas mostram que as consequências de tais

Figura 31: Sequência de seis potenciais eventos traumáticos no contexto da migração e deslocamento forçado



Fonte: com base em (Zimmermann, 2012). Ilustração própria.

condições podem ser estressantes. Pesquisadores na Alemanha entrevistaram adolescentes em abrigos e descobriram que as condições de vida atuais (e passadas) dos jovens refugiados eram altamente estressantes. Para os adolescentes, os fardos incluíam mudanças nas estruturas familiares, bem como a inversão dos papéis tradicionais dentro da família, por exemplo, a questão de quais membros da família lidam com a correspondência oficial (Gavranidou et al., 2008).

Além disso, para alguns migrantes e refugiados, o trauma continua se tiverem de retornar ao seu país de origem. De acordo com o EUROSTAT (2019), de 2015 a 2019, aproximadamente 2 milhões de pedidos de asilo foram rejeitados pelos Estados-membros da União Europeia (UE). A jornada de retorno pode ser traumática. Desde algemas e a separação de novos amigos ou familiares próximos no país de acolhimento até o medo de como será o futuro no país de origem – há uma ampla gama de fatores que podem traumatizar.

Finalmente, migrantes e refugiados voltam a ser migrantes quando as pessoas em questão decidem repetir o ciclo migratório. Os migrantes ou os refugiados que retornam correm o risco de ter abandonado tudo em sua terra natal. Ao retornar, eles não têm qualquer base para sua existência, podendo também estar socialmente isolados de suas famílias e compatriotas (Zimmermann, 2012). Os que voltam para casa de mãos vazias podem se tornar fracassos aos olhos daqueles que ficaram em casa (Pujol-Mazzini, 2019). Esse trauma pode levar as pessoas a arriscar o ciclo migratório novamente.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Apresentar aos participantes os elementos fílmicos sugeridos, que mostram os migrantes ou os refugiados possivelmente traumatizados e diferentes causas de traumatização. Pedir aos participantes – antes de mostrar os elementos do filme – que prestem atenção ao que os migrantes ou os refugiados contam e ao que é dito sobre migração, deslocamento forçado e trauma nos filmes. Deixar que os estudantes também ponderem em que medida a experiência corresponde à definição de um evento traumático, que é uma ameaça existencial que pode exceder as habilidades de enfrentamento.

1. *Reshaping the Trauma of Refugee Children in Lesbos* (National Geographic, 2018)
Cena: 00:00 a 00:15.
2. *Refugees on Lesbos* (Sallet, 2017). Cena: 02:16 a 02:26.
3. *Outsourcing border controls to Africa* (Schäfer; Schlindwein, 2019). Cena: 20:10 a 21:20.

Usar o material do filme para uma discussão. Discutir os resultados e as impressões. Nesse contexto, apresentar a expressão *traumatização sequencial*.

Entrevistar migrantes e refugiados e ser sensível ao trauma

Como já discutido nos Módulos anteriores, é importante não apenas falar *sobre*, mas também conversar *com* migrantes e refugiados. Às vezes, as entrevistas com migrantes e refugiados são publicadas ou transmitidas na íntegra, ou às vezes as citações são publicadas no contexto de uma reportagem. Cada vez, no entanto, os jornalistas têm de se encontrar com migrantes e refugiados, conversar com eles e fazer perguntas. Uma análise das notícias na Europa desde 2015 revelou a realização de tais entrevistas e reportagens (ver Módulo 4). Vamos verificar outro caso: lembre-se da foto de Oscar Alberto Martinez Ramirez e sua filha, Valeria, que não tinha nem dois anos de idade. Eles se afogaram na fronteira entre os EUA e o México, conforme mencionado no Módulo 5. Muitos meios de comunicação publicaram um vídeo da mãe de Oscar, Rosa Ramirez, chorando desesperadamente e contando sobre o último contato com seu filho e sobre as bonecas de sua neta, enquanto luzes de *flash* acendiam e apagavam em todos os lugares. Em uma entrevista, Rosa Ramirez contou com lágrimas nos olhos como se sentiu quando seu filho e sua jovem filha partiram para a jornada, e como ela se sente agora em uma casa, sem seu filho e sua neta. Os jornalistas fizeram várias perguntas à Rosa, em parte assombrosas (ver Renteria, 2019; Thebault et al., 2019; BBC News, 2019 entre outras fontes). É bem sabido que as perguntas podem despertar lembranças traumáticas. Esse aspecto se aplica, é claro, não apenas à mãe de um migrante falecido e seu filho, mas a todos os migrantes e refugiados, por isso é importante considerar quais questões são adequadas para migrantes e refugiados possivelmente traumatizados e suas famílias (ver Hanaford et al., 2016; McMahon et al., 2014 entre outros autores).

O *Dart Center for Journalism and Trauma* (Dart Center), um centro de recursos e *think tank* para jornalistas que cobrem eventos potencialmente traumáticos em todo o mundo, publicou um filme *online* de ensino para jornalistas e estudantes que trabalham para aprender técnicas para uma reportagem ética, sensível e exata sobre vítimas e sobreviventes de trauma em geral. No vídeo, sete famílias, atingidas pela tragédia, falam sobre as melhores maneiras de tratar as pessoas de forma ética, que se tornam o foco da mídia. O filme está disponível em inglês e espanhol (Dart Center, 2014).³

Isso é mais do que apenas a escolha das perguntas que os jornalistas devem estar cientes em tais entrevistas pessoais, pois sua atitude, seu comportamento e sua conduta também são fatores significativos. A principal responsabilidade de um jornalista diz respeito à pessoa que está de frente para ele(a) – seja a pessoa migrante, refugiado, entrevistado –, que será a protagonista da matéria do repórter. Porém, alguns jornalistas agem mais como “turistas de desastres do que correspondentes de migração”, disse a editora pública do jornal italiano *La Stampa*, Anna Masera, em 2016 (Albeanu, 2016). Concentrar-se no sofrimento de migrantes e refugiados e entrevistá-los sem ter consciência de seus sentimentos e saúde mental, faz com que os repórteres pareçam mais abutres de desastres do que repórteres respeitáveis e profissionais. Para não agir como “turistas de desastres”, os jornalistas devem refletir sobre suas atitudes em cada encontro específico. A pessoa

³ Mais informações gerais sobre o tema da reportagem sobre trauma podem ser encontradas em, por exemplo, Healey (2019), que é um jornalista muito experiente da BBC, ou em Simpson e outros (2006). Roger Simpson trabalhou como jornalista para o *The Wall Street Journal* e o *Detroit Free Press* e foi o diretor fundador do *Dart Center*.

entrevistada é uma *vítima*, incapaz de mudar sua situação? Ou um *sobrevivente* que dominou uma situação difícil? As respostas a essas perguntas são relevantes para as entrevistas (Nobel, 2018). Contudo, eles também podem exigir mudanças no comportamento dos jornalistas, bem como em sua voz, sua técnica de questionamento e sua perspectiva sobre a história.

Além disso, os jornalistas devem considerar a questão de como podem evitar vitimizar novamente os indivíduos que já estão traumatizados. Por exemplo, durante uma entrevista, um pequeno detalhe pode desencadear *flashbacks* ou outras memórias intrusivas, e os jornalistas devem dar tempo aos entrevistados para se recuperarem (Hanaford et al., 2016). Em geral, os jornalistas não devem esquecer que os entrevistados não são profissionais que falam sobriamente sobre fatos, mas possivelmente são pessoas que estão traumatizadas.

Um jornalista deve fazer todos os esforços para oferecer algum controle à pessoa que está sendo entrevistada – os entrevistados devem entender que não precisam responder a perguntas que não desejarem e que podem encerrar a entrevista a qualquer momento. É importante reiterar isso, pois pode ser difícil para as pessoas traumatizadas confiarem nos outros (Hanaford et al., 2016).

Foi o que Katy Robjant, psicóloga clínica consultora, disse em entrevista ao Dart Center na reportagem sobre migrantes e refugiados (Hanaford et al., 2016). Pode ser importante que os jornalistas sejam específicos, em vez de fazer perguntas abertas. Assim, a pessoa migrante ou refugiada entrevistada pode compartilhar todas as informações que quiser, sem se sentir forçada a compartilhar detalhes sobre os quais a entrevistada não quer nem pensar (Hanaford et al., 2016). Uma lista de padrões a serem seguidos pelos jornalistas ao entrevistar sobreviventes de trauma do Journalist's Resource⁴ também aponta que “os jornalistas têm a responsabilidade de fazer tudo o que puderem para evitar que a pessoa entrevistada seja exposta a mais abusos, além de evitar minar a posição que um indivíduo entrevistado ocupa na comunidade” (Nobel, 2018). Portanto, os jornalistas devem estar cientes de que migrantes e refugiados talvez queiram responder a apenas partes da história (se possível) antes da divulgação da entrevista, pois isso pode reduzir o impacto e o possível trauma da exposição pública (Nobel, 2018).

Várias diretrizes e publicações⁵ para entrevistas sensíveis ao trauma informam aos jornalistas como agir e reagir nas entrevistas. Compilamos os seguintes padrões chamados *Trauma Informed Interviews with Migrants* (TIIM) para entrevistas com migrantes e refugiados, ver Figura 32 de diretrizes relevantes (Dart Center, 2011; Hanaford et al., 2016; Hight; Smyth, 2009; Nobel, 2018). As diretrizes promovem a conscientização de que uma pessoa migrante ou refugiada entrevistada pode estar traumatizada ou ter problemas de saúde mental semelhantes.

4 O *Journalist's Resource*, com base no Centro Shorenstein de Mídia, Política e Políticas Públicas (*Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy*) de Harvard, editou uma lista de padrões a serem seguidos pelos jornalistas ao entrevistar sobreviventes de trauma. A lista foi originalmente elaborada pela *The War Horse*, uma publicação de notícias sem fins lucrativos cujo foco é a cobertura jornalística de guerras, traumas e assuntos relacionados a veteranos (Nobel, 2018).

5 O *Journalist's Resource* (ver nota de rodapé 4) é um dos conjuntos de padrões, o outro foi criado pelo Dart Center para os jornalistas seguirem ao entrevistar sobreviventes de trauma (Hight; Smyth, 2009). Além disso, a entrevista do Dart Center “Reporting on refugees: tips on covering the crisis” (Hanaford et al., 2016) e o artigo “Working with victims and survivors” (Dart Center, 2011) também fornecem mais padrões para jornalistas.

TIIM – Entrevistas com Migrantes Fundamentadas sobre Traumas *(TIIM – Trauma Informed Interviews with Migrants)*

1. **Preparação – preparar as entrevistas minuciosamente.** Além de habilidades específicas (por exemplo, técnicas de entrevista), compreensão da lei de imigração, estatísticas sobre migrantes e refugiados, bem como antecedentes de migração, os jornalistas devem estar cientes dos aspectos do trauma. Se os jornalistas sabem sobre a possível presença de trauma e se informaram sobre isso, deram um passo importante na preparação; sendo assim, eles devem estar cientes dos possíveis fatores – de gênero, língua, classe, cultura ou nacionalidade – que podem influenciar o envolvimento de ambos os lados.
2. **Identificação – ser honesto e transparente desde o início.** Antes de fazer as primeiras perguntas, os jornalistas devem se apresentar e esclarecer seu papel: “Meu nome é fulano e gostaria de fazer uma reportagem sobre migração para a Daily Magazine.” Talvez, os jornalistas recebam uma reação abrupta e insensível, mas eles não devem responder de maneira semelhante e devem ter em mente que a reação pode ser devido a uma traumatização. Se um entrevistado em potencial não concordar com a entrevista, os jornalistas podem deixar um cartão de contato e sugerir conversar mais tarde.
3. **Explicação – ter em mente que seus entrevistados raramente são especialistas em mídia.** Os jornalistas devem saber que migrantes ou refugiados podem vir de uma cultura de mídia diferente da deles. Eles devem tentar explicar a mídia procede em sua região e de que maneiras sua história, sua foto e/ou sua filmagem provavelmente serão usadas. Os jornalistas também devem explicar que o material midiático pode ser editado antes ou depois de sua publicação; ele pode ser usado várias vezes ou pode não ser usado. Acima de tudo, os jornalistas devem abster-se de dar às pessoas abusadas o ônus adicional de um contrato (exclusivo). Os contratos de mídia são relativamente desconhecidos para a maioria das pessoas, e negociar tal contrato – com uma pessoa traumatizada - pode se tornar um fardo.
4. **Respeito – sempre tratar os entrevistados com dignidade.** Os jornalistas devem respeitar os direitos de migrantes e refugiados de não serem entrevistados, filmados e/ou fotografados – isso significa que as pessoas devem sempre ser perguntadas com antecedência. Assim, migrantes ou refugiados traumatizados talvez não consigam ser entrevistados, filmados ou fotografados – e incapazes de dar consentimento fundamentado (formal) para uma entrevista. Os jornalistas devem levar isso em consideração. Pessoas que sofrem de situações traumáticas podem não querer falar sobre suas experiências, mas o fazem sobre outras questões. Os jornalistas não devem pressionar as pessoas para uma entrevista, dizendo que ajudariam os outros.
5. **Ambiente – sentir-se responsável por um espaço seguro para a entrevista.** As pessoas traumatizadas têm necessidade de falar sobre seu(s) trauma(s) sem ouvintes indesejados ou perturbações. Além disso, os jornalistas devem se esforçar para oferecer algum controle aos entrevistados. Eles devem criar uma atmosfera na qual as pessoas migrantes ou refugiadas entendam que não precisam responder a todas as perguntas ou contar detalhes (traumáticos); e, caso não queiram mais conversar, que a entrevista pode ser encerrada a qualquer momento.

Figura 32: TIIM – principais pontos a serem lembrados



Fonte: compilação de diretrizes do Dart Center (2011), de Hanaford e outros (2016), de High e Smyth (2009) e de Nobel (2018). Ilustração própria.

6. **Palavras – prestar atenção à escolha de palavras.** Os jornalistas não devem fingir compaixão, mas usar termos que demonstre consideração; por exemplo, usar a frase de apoio “Sinto muito pelo que aconteceu com você” em vez do direto “Como você se sente?”. Os jornalistas também devem evitar dizer “Eu entendo como você se sente”. Não importa o quanto os jornalistas possam ter se preparado, eles não conseguirão “entender” completamente o que uma pessoa migrante ou refugiada traumatizada possa ter vivenciado. Além disso, os jornalistas devem preferir o termo *sobrevivente* em vez de *vítima*. Migrantes ou refugiados não são *vítimas*, a menos que se descrevam usando a palavra *vítima*. Além disso, os jornalistas devem evitar a linguagem da culpa; por exemplo, eles devem ter cuidado ao fazer perguntas do tipo “por que”, ou do tipo “advogado do diabo” ou até perguntas que possam surgir que a pessoa entrevistado poderia agir ou reagir de maneira indesejada, porque refugiados ou migrantes podem se sentir culpados, recriminados e envergonhados.
7. **Tempo – reservar um tempo suficiente para a entrevista.** Para migrantes ou refugiados, sua experiência (possivelmente traumática) é muito intensa e pessoal. Portanto, os jornalistas devem passar um tempo suficiente com eles. Assim, migrantes ou refugiados podem desenvolver um senso de confiança nos jornalistas. Isso significa que os jornalistas também precisam de tempo para ouvir, ativamente e sem julgamento. Com o tempo, a pessoa entrevistada pode estar mais propensa a revelar aspectos sobre os quais os jornalistas não teriam perguntado.

8. **Reação – preparar-se para reagir a incidentes emocionais.** Durante uma entrevista, os jornalistas podem mencionar inadvertidamente um detalhe que talvez desencadeie um *flashback* ou outras memórias estressantes. A pessoa entrevistada pode ficar desesperada, entrar em colapso emocional ou se distanciar. Se houver demonstração de alguma reação traumática, os jornalistas devem dar à pessoa migrante ou refugiada um tempo suficiente para ela se recuperar. Um conselho é “tentar manter a calma e manter suas ações previsíveis” (Hannaford et al., 2016). Os jornalistas devem oferecer ajuda, tranquilizar a pessoa migrante ou refugiada e garantir a ela que ela está em uma situação segura, em um local seguro e lembrá-la de quem são. Depois de um tempo, quando a pessoa entrevistada tiver se recomposto, os jornalistas podem perguntar se a pessoa está pronta para seguir em frente com a entrevista. Também é possível cancelar ou adiar a entrevista após um colapso.

Após uma entrevista com migrantes ou refugiados, os jornalistas devem considerar se algo mudou para os entrevistados simplesmente porque a entrevista ocorreu. Os jornalistas devem se perguntar quem pode cuidar dos entrevistados. Se a entrevista foi emocionalmente perturbadora, é importante não os deixar sozinhos. Ao mesmo tempo, surgem questões importantes: Como lidar com o desejo de contato pessoal? Como lidar com o desejo das pessoas migrantes ou refugiadas de serem ajudadas? A assistência deve ser fornecida para que as pessoas entrevistadas possam encontrar respostas pessoais para essas perguntas. Alguns desses aspectos de envolvimento e saúde dos jornalistas também serão discutidos posteriormente. Além disso, é importante permitir que as fontes – especialmente quando se trata de pessoas que vivem ilegalmente em um país – permaneçam anônimas, ou seja, tomem a decisão por si se desejam ou não que seu nome apareça na mídia. Ao escrever um artigo ou produzir uma história, os jornalistas devem respeitar os desejos dos entrevistados. Isso se aplica também se, antes da publicação, os migrantes ou refugiados decidirem não ser mais identificados ou noticiados (Carcamo et al., 2014).

Além disso, a reportagem ética sensível ao trauma, é claro, aplica as diretrizes que já foram discutidas no Módulo 10. A verificação de fontes e fatos, a redação e a perspectiva também devem ser equilibradas em uma reportagem sobre migrantes ou refugiados, para que a publicação não tenha um impacto negativo sobre essas pessoas já traumatizadas. Os jornalistas devem levar em consideração que, ao falar com uma pessoa migrante ou refugiada pela primeira vez, ela pode estar confusa ou com a mente distante. Verificar as informações duas vezes pode garantir a precisão (Hight; Smyth, 2009). As pessoas que sofreram traumas e que foram cobertas pela mídia depois posteriormente reclamaram de histórias com fatos distorcidos, por exemplo, nomes com erros ortográficos, idades ou cronologia de eventos e datas incorretas (Simpson et al., 2006).



SUGESTÃO DE UM EXERCÍCIO INTERATIVO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE CRIAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Para treinar os participantes a encontrarem e entrevistarem migrantes, usar os modelos de interpretação fornecidos. Depois, deixar os estudantes falarem sobre suas experiências pessoais durante a dramatização. Distribuir a lista de padrões para entrevistas com migrantes e refugiados (TIIM) e discutir as regras. Para abordar as habilidades afetivas de resposta, deixar os participantes repetirem a situação da entrevista – desta vez, eles devem seguir as novas regras.

Material para dramatização:

Regras: formar grupos com quatro a seis participantes em cada grupo. Um participante deve interpretar uma pessoa refugiada, os outros devem interpretar os jornalistas. Distribuir os papéis prescritos e dar aos participantes um curto espaço de tempo para ler seu papel. Dizer-lhes que terão 15 minutos para a dramatização real.

Papel de um jornalista: seu trabalho é fazer uma reportagem sobre a situação pessoal de uma pessoa refugiada no campo de refugiados. Por que essa pessoa deixou o país de origem? Quais foram as suas experiências? Qual foi a pior delas?

O resultado da entrevista deve incluir citações diretas e, claro, uma foto da pessoa.

Papel de um refugiado: verificar o Módulo 2 e encontrar inspiração nos testemunhos existentes (Infomigrants, 2020; IOM, 2017; Médecins Sans Frontières, 2019). Há descrições de histórias pessoais de migrantes e refugiados.

Sugerir que os dramatizadores elaborem uma história para seu personagem.



ALTERNATIVA PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Mostrar aos participantes o vídeo sugerido do Dart Center, “Trauma-informed interviewing: techniques from a clinician’s toolkit” (Porterfield, 2019) e discutir as diretrizes individuais para realizar entrevistas sensíveis posteriormente a algum trauma.

Saúde mental de jornalistas que realizam cobertura midiática sobre migrantes e refugiados

Os jornalistas também podem ficar traumatizados com suas reportagens (Feinstein; Storm, 2017). Traumatização indireta já pode ocorrer ainda quando um jornalista estiver se informando sobre os detalhes de um evento traumático – mesmo à distância, e sem impressões sensoriais diretas do incidente real (American Psychiatric Association, 2013). Assim, um trauma apresentado apenas verbalmente pode infligir aos ouvintes memórias intrusivas semelhantes às desenvolvidas após a experiência de um evento traumático (Krans et al., 2010). Como consequência, os sintomas de um trauma podem ser transferidos para ajudantes, parentes ou jornalistas. Os repórteres podem ficar traumatizados ao conversar com migrantes ou refugiados traumatizados. Uma análise de vários estudos sobre jornalismo e TEPT mostra que existem fatores de risco específicos do trabalho para jornalistas, por exemplo, experiências traumáticas na história pessoal, a gravidade da exposição traumática, um baixo nível de apoio social e profissional e falta de experiência de trabalho.⁶ A análise também mostra que existem estratégias de enfrentamento, por exemplo, apoio social e uma distância profissional para os eventos traumáticos – este último também pode ser entendido como um sintoma de dissociação (Weidmann, 2008). Um exemplo de como os jornalistas que fazem reportagens sobre migrantes e refugiados sentem o peso dos eventos é fornecido por Simon Shuster, repórter da *Time Magazine*, com sede em Nova York, que mencionou sua experiência no campo de refugiados de Idomeni, no norte da Grécia: “Foi bastante chocante para mim quando cheguei lá e vi as condições – havia inúmeras cenas que eram muito dolorosas de assistir” (Scott, 2016). Will Vassilopoulos, jornalista grego que trabalha para a Agence France-Presse, descreveu a situação em Lesbos (Grécia), em 2016, como *sinistra e horrível* (Feinstein; Storm, 2017, p. 21). Talvez, essas impressões não permaneçam sem consequências.

Além do TEPT ou depressão, os jornalistas que cobrem refugiados e migrantes também podem ser afetados por danos morais (Feinstein et al., 2018), definidos como a própria violação grosseira de padrões morais ou éticos. Também é possível que sejam afetados por danos morais por serem testemunha indireta de um comportamento inadequado (Stein et al., 2012).

O dano [...] moral em jornalistas que cobrem a crise de refugiados está associado a diversos fatos, como serem pais, trabalharem sozinhos, não terem sido expostos anteriormente à guerra, terem tido um aumento recente na carga de trabalho, acreditarem que falta apoio organizacional e terem pouco controle sobre os recursos necessários para fazer a reportagem (Feinstein et al., 2018, p. 4).

Uma associação significativa também pode ser encontrada entre culpa e dano moral. Jornalistas que fazem reportagens sobre migrantes e refugiados perto de casa, ou que decidiram ajudar migrantes – em vez de fazer reportagem sobre eles, mas permanecendo em seu papel de jornalista – se sentem mais culpados (Feinstein et al., 2018). Existem muitos conflitos morais, que podem fazer com que os jornalistas se sintam responsáveis pelo bem-estar de seus entrevistados ou pelos assuntos que cobrem e podem levá-los a um conflito de papéis, como o caso mencionado de Simon Shuster, que descreveu que ele mudou mais para um modo civil (saiu do modo

⁶ Mas também uma vida profissional mais longa acumula experiências mais traumáticas (Weidmann, 2008).

jornalista) e ajudou as pessoas. Ele chamou essa situação de “uma avaliação constante em que você tem de realmente parar e pensar sobre qual é a sua obrigação principal – fazer reportagem ou ações humanitárias” (Scott, 2016). Este também é o caso que envolveu um refugiado sírio, que estava implorando à jornalista, Jess Hurd, para ajudá-lo, dizendo: “— Atire em mim ou me coloque no seu porta-malas” (Hurd, 2015). Da mesma forma, o refugiado que se aproximou furiosamente da jornalista alemã, Raniah Salloum, e começou a culpá-la por ser incapaz de parar a violência policial contra os refugiados (Hanaford et al., 2016).

Isso também significa que os jornalistas devem sempre estar cientes de seu próprio papel no contexto dos eventos e se perguntar: O que eu sou, um ajudante ou um repórter? Quais tarefas que eu faço estão associadas a qual função? O que excede à minha alçada? Onde a ação humana e a ajuda são necessárias? “Os dados fornecem evidências preliminares de que é menos provável que o dano moral surja nos jornalistas, se eles entenderem qual é o seu papel profissional e não ultrapassarem os limites do que se espera que eles façam” (Feinstein; Storm, 2017). O caso do jornalista Fredrik Onnevall mostra qual dilema um repórter pode enfrentar: Onnevall, seu operador de câmera e seu intérprete contrabandearam uma criança refugiada da Grécia para a Suécia enquanto produziam um documentário de TV na Grécia, transmitido em 2015. Onnevall foi ao tribunal, onde testemunhou que, se não tivesse ajudado o menino, isso o teria assombrado para sempre (Crouch, 2017).⁷ O caso de Alice Petren, correspondente de migração da Rádio Sueca, é outro exemplo. Quando ela fez uma reportagem sobre uma família do Afeganistão no sul da Europa, ela deu a eles uma pequena quantia de dinheiro do próprio bolso, e fez isso três vezes, mas depois ela mudou de ideia. Ela explicou:

Ele tem me escrito e pedido mais dinheiro, mas eu disse a ele: ‘Sou jornalista, não ativista’. Eu não posso transpor aquela fronteira novamente. Fiz isso porque sentia muito pela família, mas depois percebi que não era uma boa ideia, porque isso aumenta as expectativas deles, e eu não posso corresponder a essas expectativas, então é melhor parar com isso (Feinstein; Storm, 2017, p. 27).

A jornalista, Sofia Papadopoulou, ofereceu-se para ajudar um casal no campo de Idomeni, na Grécia: “Foi então que entendi que é muito difícil cumprir as rígidas regras jornalísticas aprendidas na escola e que nenhuma experiência prática de campo pode ser comparada a uma aula teórica em sala de aula” (Fronista; Papadopoulou, 2018). Os jornalistas são bem aconselhados a pensar sobre seu papel no contexto da cobertura sobre migrantes e refugiados e talvez precisem redefini-lo repetidamente.

Em suma, os jornalistas devem estar cientes de que podem se envolver pessoalmente de muitas maneiras. Os jornalistas devem pensar em como lidar com a situação e como se proteger, antes de entrar nela. Eles devem estar cientes de que a realidade pode ser ainda mais desafiadora do que qualquer coisa que eles tenham considerado em teoria. Em uma folha de dicas da Columbia Journalism School, as estratégias de segurança e autocuidado são resumidas para os jornalistas, instando-os a cuidar de si mesmos em campo e a estarem preparados, conscientes e focados (Hylton, 2015).

⁷ Mais dicas sobre cuidados de saúde mental para jornalistas podem ser encontradas em Karki (2017) ou Hylton (2015).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E CRIAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Pedir aos estudantes que assistam à reportagem em vídeo de Simon Shuster no acampamento de Idomeni (Shuster, 2016). Pedir a eles que escrevam não apenas sobre como o trauma e o envolvimento pessoal podem afetar a cobertura jornalística de migrantes e refugiados, mas também sobre os possíveis conflitos que o repórter encontrou ao fazer a reportagem, e até que ponto esses conflitos podem influenciar a constituição mental do próprio repórter.

Se houver uma oportunidade de promover aos estudantes o contato com pessoas migrantes ou refugiadas (por meio de associações ou autoridades), pedir a eles que realizem uma entrevista com uma das pessoas migrantes ou refugiadas presentes. Caso contrário, deixar que os estudantes preparem tal entrevista por outros meios e desenvolvam uma agenda pessoal para tal entrevista, que também considerem possíveis complicações em relação às reações ao trauma e à própria saúde mental.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Fronista, P.; Papadopoulou, S. Down and out and wet and bedraggled: navigating the emotional and ethical maelstrom of reporting from the crisis flashpoint of Idomeni. In: Dell'Orto, G.; Wetzstein, I. (Eds.). *Refugee news, refugee politics: journalism, public opinion and policymaking in Europe*. New York: Routledge, 2018. p. 127-140.

Jornalística:

Shuster, S. *This 13-year-old girl stranded in a refugee camp is praying to get out*. [Vídeo]. Time Magazine, 24 Mar 2016. <https://time.com/4269714/syrian-refugee-girl/>.

Institucional:

Hanaford, A.; Hurd, J.; Parkinson, J.; Robjant, K.; Salloum, R.; Gering, J. Reporting on refugees: tips on covering the crisis. *Dart Center*, 26 Feb. 2016. <https://dartcenter.org/resources/reporting-refugees-tips-covering-crisis>.

Referências

- Albeanu, C. Journalists should not act like “disaster tourists” when covering the refugee crisis. *Journalism*, 21 Apr. 2016. <https://www.journalism.co.uk/news/journalists-should-not-act-likedisaster-tourists-when-covering-the-refugee-crisis/s2/a630816/>.
- American Psychiatric Association. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 5th ed. Washington, D.C.: American Psychiatric Association, 2013.
- BBC News. *Rio Grande drowning: “I knew it was the last time I would see my son”* – BBC News. [Video]. YouTube, 27 Jun. 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=osMi-Kx1Leg>.
- Becker, D. *Die Erfindung des traumas: verflochtene geschichten*. Gießen: Psychosozial-Verlag, 2014.
- Breen, D. “On this journey, no one cares if you live or die”: abuse, protection, and justice along routes between East and West Africa and Africa’s Mediterranean coast. UNHCR, 2019. <https://www.unhcr.org/protection/operations/5f2129fb4/journey-cares-live-die-abuse-protection-justice-alongroutes-east-west.html>.
- Bustamante, L. H. U.; Cerqueira, R. O.; Leclerc, E.; Brietzke, E. Stress, trauma, and posttraumatic stress disorder in migrants: a comprehensive review. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 40, n. 2, p. 220-225, 2018. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2017-2290>.
- Carcamo, C.; Matza, M.; Pierre-Pierre, G.; Sacchetti, M.; Ritchin, A. Covering immigrants & immigration: tips from experts. *Dart Center*, 6 Jan. 2014. <http://dartcenter.org/content/covering-immigrants-immigration-tips-from-experts>.
- Carswell, K.; Blackburn, P.; Barker, C. The relationship between trauma, post-migration problems and the psychological well-being of refugees and asylum seekers. *The International Journal of Social Psychiatry*, v. 57, n. 2, p. 107-119, 2011. <https://doi.org/10.1177/0020764009105699>.
- Crouch, D. “Do I regret it? Not for a second”: Swedish journalist goes on trial for helping refugees. *The Guardian*, 2017. <https://www.theguardian.com/world/2017/jan/25/swedish-journalist-on-trial-people-smuggling-refugees-fredrik-onnevall>.
- Dart Center. Working with victims and survivors. *Dart Center*, 22 Feb. 2011. <http://dartcenter.org/content/working-with-victims-and-survivors#.VUYw-kJhP39>.
- Dart Center. Ethical reporting on people affected by trauma. [Video]. *Dart Center*, 24 Mar. 2014. <https://dartcenter.org/media/ethical-reporting-people-affected-trauma>.
- Dass-Brailsford, P. *A practical approach to trauma: empowering interventions*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2007.
- European Union Agency for Fundamental Rights. *E-media toolkit on migration: trainer’s manual*. European Union Agency for Fundamental Rights, 2 Feb. 2020. <https://fra.europa.eu/en/publication/2020/e-media-toolkit-migration-trainers-manual>.
- European Migration Network (EMN). *Asylum and migration: glossary 6.0; a tool for better comparability* produced by the European Migration Network. European Migration Network, 2018. https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emn-glossary-6-0_en.pdf.
- EUROSTAT. *First instance decisions on applications by citizenship, age and sex: annual aggregated data (rounded)*. [Data set]. Statistical Office of the European Union (EUROSTAT), 2019. https://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=migr_asydcfsta&lang=en.
- Fazel, M.; Wheeler, J.; Danesh, J. Prevalence of serious mental disorder in 7000 refugees resettled in western countries: a systematic review. *The Lancet*, v. 365, n. 9467, p. 1309-1314, 2005. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)61027-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(05)61027-6).

Feinstein, A.; Pavisian, B.; Storm, H. Journalists covering the refugee and migration crisis are affected by moral injury not PTSD. *Journal of the Royal Society of Medicine Open*, v. 9, n. 3, p. 1-7, 2018. <https://doi.org/10.1177/2054270418759010>.

Feinstein, A.; Storm, H. *The emotional toll on journalists covering the refugee crisis*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2017. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2017-07/Storm%20and%20Feinstein%20-%20Emotional%20Toll.pdf>.

Ford, J. D.; Courtois, C. A. Defining and understanding complex trauma and complex traumatic stress disorders. In: Courtois, C. A.; Ford, J. D. (Eds.). *Treating complex traumatic stress disorders: an evidence-based guide*. New York: The Guilford Press, 2009. p. 13-30.

Ford, J. D. *Posttraumatic stress disorder: scientific and professional dimensions*. Burlington: Academic Press, 2009.

Fronista, P.; Papadopoulou, S. Down and out and wet and bedraggled: navigating the emotional and ethical maelstrom of reporting from the crisis flashpoint of Idomeni. In: Dell'Orto, G.; Wetzstein, I. (Eds.). *Refugee news, refugee politics: journalism, public opinion and policymaking in Europe*. New York: Routledge, 2018. p. 127-140.

Gavranidou, M.; Niemiec, B.; Magg, B.; Rosner, R. Traumatische Erfahrungen, aktuelle Lebensbedingungen im Exil und psychische Belastung junger Flüchtlinge. *Kindheit und Entwicklung*, n. 17, p. 224-231, 2008. <https://doi.org/10.1026/0942-5403.17.4.224>.

Hanaford, A.; Hurd, J.; Parkinson, J.; Robjant, K.; Salloum, R.; Gering, J. Reporting on refugees: tips on covering the crisis. *Dart Center*, 26 Feb. 2016. <https://dartcenter.org/resources/reporting-refugees-tips-covering-crisis>.

Healey, J. *Trauma reporting: a journalist's guide to covering sensitive stories*. London: Routledge, 2019.

Heeren, M.; Wittmann, L.; Ehlert, U.; Schnyder, U.; Maier, T.; Müller, J. Psychopathology and resident status: comparing asylum seekers, refugees, illegal migrants, labor migrants, and residents. *Comprehensive Psychiatry*, v. 55, n. 4, p. 818-825, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.comppsy.2014.02.003>.

Hight, J.; Smyth, F. Tragedies & journalists. *Dart Center*, 2009. <https://dartcenter.org/content/tragedies-journalists-6?section=all>.

Hurd, J. Calais: "Shoot me or put me in your trunk". [Blog post]. *Jess Hurd*, 24 Aug. 2015. <http://jesshurd.com/2015/08/24/calais-shoot-me-or-put-me-in-your-trunk/>.

Hylton, A. Safety & self-care strategies for every beat. *Dart Center*, 2015. <http://dartcenter.org/resources/panel-offers-strategies-on-safety-security-and-self-care>.

Infomigrants. *Stories about migrants*. 2020. <https://www.infomigrants.net/en/>.

IOM. *Glossary on migration*. Geneva, International Organization for Migration, 2019. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.

IOM. *I am a migrant*. Geneva, 2017. <https://iamamigrant.org/stories>.

Karki, A. 6 tips for protecting your mental health when reporting on trauma. [Blog post]. *International Journalists Network*, 1 Nov. 2017. <https://ijnet.org/en/story/6-tips-protecting-yourmental-health-when-reporting-trauma>.

Keilson, H. *Sequentielle traumatisierung bei kindern: deskriptiv-klinische und quantifizierend-statistische follow-up Untersuchung zum Schicksal der jüdischen Kriegswaisen in den Niederlanden*. Stuttgart: Enke, 1979.

Keller, A.; Joscelyne, A.; Granski, M.; Rosenfeld, B. Pre-migration trauma exposure and mental health functioning among Central American migrants arriving at the US border. *PloS One*, v. 12, n. 1, 2017. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0168692>.

Krans, J.; Näring, G.; Holmes, E. A.; Becker, E. S. "I see what you're saying": intrusive images from listening to a traumatic verbal report. *Journal of Anxiety Disorders*, v. 24, n. 1, p. 134-140, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2009.09.009>.

Lee, Y.; Lee, M. K.; Chun, K. H.; Lee, Y. K.; Yoon, S. J. Trauma experience of North Korean refugees in China. *American Journal of Preventive Medicine*, v. 20, n. 3, p. 225-229, 2001. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(00\)00282-8](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(00)00282-8).

Lemke, J. *Sekundäre traumatisierung: klärung von begriffen und konzepten der mittraumatisierung*. 3rd ed. Kröning: Asanger Verlag, 2013.

Marshall, G. N. Mental health of Cambodian refugees two decades after resettlement in the United States. *JAMA: Journal of the American Medical Association*, v. 294, n. 5, p. 571-579, 2005. <https://doi.org/10.1001/jama.294.5.571>.

McMahon, C.; Ricketson, M.; Tippet, G. Ethical reporting on traumatised people. *Dart Center*, 25 Mar. 2014. <https://dartcenter.org/content/dvd-launched-ethical-reporting-people-affected-by-trauma>.

Médecins Sans Frontières. *Refugees around the world: stories of survival*. 2019. <https://www.msf.org/refugees-around-world-stories-survival-world-refugee-day>.

Mollica, R. F.; McInnes K.; Sarajlic, N.; Lavelle, J.; Sarajlic I.; Massagli, M. P. Disability associated with psychiatric comorbidity and health status in Bosnian refugees living in Croatia. *JAMA: Journal of the American Medical Association*, n. 282, p. 433-439, 1999. <http://doi.org/10.1001/jama.282.5.433>.

Mollica, R. F.; McInnes, K.; Pool, C.; Tor, S. Dose-effect relationships of trauma to symptoms of depression and post-traumatic stress disorder among Cambodian survivors of mass violence. *British Journal of Psychiatry*, v. 173, n. 6, p. 482-488, 1998. <https://doi.org/10.1192/bjp.173.6.482>.

National Geographic. *Reshaping the trauma of refugee children in Lesbos*. National Geographic [Video]. YouTube, 24 Jun. 2018. <https://www.youtube.com/watch?v=V6IVZ569wsk>.

Nobel, C. 10 rules for reporting on war trauma survivors. *Journalist's Resource*, 9 Aug. 2018. <https://journalistsresource.org/tip-sheets/reporting/10-rules-interviewing-trauma-survivors/>.

Palm, K. M.; Polusny, M. A.; Follette, V. M. Vicarious traumatization: potential hazards and interventions for disaster and trauma workers. *Prehospital and Disaster Medicine*, v. 19, n. 1, p. 73-78, 2004. <https://doi.org/10.1017/S1049023X00001503>.

Perkonigg, A.; Kessler, R. C.; Storz, S.; Wittchen, H. U. Traumatic events and post-traumatic stress disorder in the community: prevalence, risk factors and comorbidity. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, v. 101, n. 1, p. 46-59, 2001. <https://doi.org/10.1034/j.1600-0447.2000.101001046.x>.

Porterfield, K. Trauma-informed interviewing: techniques from a clinician's toolkit. [Video]. *Dart Center*, 12 Nov. 2019. <https://dartcenter.org/resources/trauma-informed-interviewingtechniques-clinician%E2%80%99s-toolkit>.

Pujol-Mazzini, A. *When Returning Home is a Deadly Journey, "Shame is the Returnee's Worst Enemy"*. IOM, 2019. <https://www.iom.int/news/when-returning-home-deadly-journey-shame-returneesworst-enemy>.

Renteria, N. "I told him not to go", mother of drowned Salvadoran migrant laments. *Reuters*, 26 Jun. 2019. <https://www.reuters.com/article/us-usa-immigration-mexico-mother/i-told-him-not-to-go-mother-of-drowned-salvadoran-migrant-laments-idUSKCN1TR2PJ>.

- Sallet, O. Refugees on Lesbos. [Video]. *DW*, 16 Dec. 2017. <https://www.dw.com/en/refugees-on-lesbos/av-41822207>.
- Schäfer, J.M.; Schlindwein, S. Outsourcing border controls to Africa. [Video]. *DW*, 3 Mar. 2019. <https://www.dw.com/en/outsourcing-border-controls-to-africa/av-45599271>.
- Scott, C. A reporter's ethical dilemma while covering the refugee crisis. *Journalism*, 5 Apr. 2016. <https://www.journalism.co.uk/news/a-reporter-s-ethical-dilemma-while-covering-the-refugee-crisis/s2/a625814/>.
- Seidler, G. H. *Psychotraumatologie: das lehrbuch*. Stuttgart: Kohlhammer, 2013.
- Shuster, S. This 13-year-old girl stranded in a refugee camp is praying to get out. [Video]. *Time Magazine*, 24 Mar. 2016. <https://time.com/4269714/syrian-refugee-girl/>.
- Silove, D.; Steel, Z.; McGorry, P.; Mohan, P. Trauma exposure, postmigration stressors, and symptoms of anxiety, depression and post-traumatic stress in Tamil asylum-seekers: comparison with refugees and immigrants. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, v. 97, n. 3, p. 175-181, 1998. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1998.tb09984.x>.
- Simpson, R.; Coté, W.; Scherer, M. *Covering violence: a guide to ethical reporting about victims & trauma*. New York: Columbia University Press, 2006.
- Steel, Z.; Chey, T.; Silove, D.; Marnane, C.; Bryant, R. A.; van Ommeren, M. Association of torture and their potentially traumatic events with mental health outcomes among populations exposed to mass conflict and displacement. *JAMA: Journal of the American Medical Association*, v. 302, n. 5, p. 537-549, 2009. <https://doi.org/10.1001/jama.2009.1132>.
- Stein, N. R.; Mills, M. A.; Arditte, K.; Mendoza, C.; Borah, A. M.; Resick, P. A.; Litz, B. T. A scheme for categorizing traumatic military events. *Behavior Modification*, v. 36, n. 6, p. 787-807, 2012. <https://doi.org/10.1177/0145445512446945>.
- Storr, C. L.; Jalongo, N. S.; Anthony, J. C.; Breslau, N. Childhood antecedents of exposure to traumatic events and posttraumatic stress disorder. *American Journal of Psychiatry*, v. 164, n. 1, p. 119-125, 2007. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.164.1.119>.
- Terr, L. *Schreckliches Vergessen, heilsames Erinnern: traumatische erfahrungen drängen ans Licht*. München: Kindler, 1995.
- Thebault, R.; Velarde, L.; Hauslohner, A. The father and daughter who drowned at the border were desperate for a better life, family says. *The Washington Post*, 26 Jun. 2019. <https://www.washingtonpost.com/world/2019/06/26/father-daughter-who-drowned-border-dove-into-river-desperation/>.
- Tondo, L. I'm like a mouse in a trap': trauma of Europe's refugees – in pictures. *The Guardian*, 2 Sep. 2019. <https://www.theguardian.com/global-development/gallery/2019/sep/02/im-like-a-mouse-in-a-trap-trauma-of-europes-refugees-in-pictures>.
- UNHCR. *Glossary*. s.d. <http://www.issm.cnr.it/progetti/emigrazione/METADATA%20E%20GLOSSARI/UNHCR/GLOSSARY%20UNHCR.pdf>.
- Van Velsen, C.; Gorst-Unsworth, C.; Turner, S. Survivors of torture and organized violence: demography and diagnosis. *Journal of Traumatic Stress*, v. 9, n. 2, p. 181-193, 1996. <https://doi.org/10.1007/BF02110654>.
- Weidmann, A. Primäre und sekundäre traumatisierung: ein berufsrisiko für journalisten? *Trauma & Gewalt*, v. 2, n. 3, p. 234-245, 2008. <https://elibrary.klett-cotta.de/article/99.120130/tg-2-3-234>.
- Zimmermann, D. *Migration und trauma: pädagogisches verstehen und handeln in der arbeit mit jungen flüchtlingen*. Gießen: Psychosozial-Verlag, 2012.



MÓDULO 12

Rumo a uma cobertura colaborativa sobre migração

por Tina Bettels-Schwabbauer
e Nadia Leih



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Demonstrar diferentes formas de jornalismo colaborativo e exemplos de melhores práticas.
- Dotar os participantes de conhecimentos sobre trabalho em equipe e comunicação intercultural.
- Apontar benefícios do jornalismo colaborativo, especialmente para a cobertura da migração.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

No final deste módulo, os participantes devem ser capazes de:

- Reconhecer a importância de incorporar várias perspectivas em suas reportagens.
- **RA Cognitivo: Análise**
- Colaborar com jornalistas de diversas origens geográficas e com o público na produção de reportagens sobre migrantes e refugiados.
- **RA Afetivo: Resposta**
- Saber o que é necessário para poder trabalhar em equipes (interculturais).
- **RA Cognitivo: Análise**

Visão geral

Os capítulos anteriores mostraram que existem disponíveis muitos dados sobre migração e deslocamento forçado – apenas para citar alguns, o Portal de Migração da Organização Internacional de Migração (OIM), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA). Essas instituições oferecem material rico para comparar questões de migração e deslocamento forçado entre países e continentes. Combinados com dados do Banco Mundial, do Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) ou da Iniciativa do Mecanismo de Monitoramento de Migração Mista (4Mi), esses dados possibilitam que os jornalistas criem histórias que transcendem as fronteiras e relacionem a situação nos países de origem com a situação nos países de destino. Quais são os fatos e fatores contextuais nos países de origem e de trânsito de migrantes e refugiados, e quais são as estatísticas relevantes para os países de destino? Embora os capítulos anteriores também tenham servido como uma introdução sobre como fazer o melhor uso dos dados disponíveis, este capítulo se concentra em uma perspectiva promissora para contar a história por trás dos fatos. Portanto, o jornalismo colaborativo pode ampliar substancialmente o escopo das reportagens sobre migração e deslocamento forçado, combinando os esforços de jornalistas de países de origem, trânsito e destino. Em um esforço colaborativo, eles podem conseguir muito mais do que apenas um jornalista solitário consegue. Certamente, os projetos colaborativos em jornalismo exigem um investimento substancial de tempo e energia e, portanto, podem ser realizados apenas de vez em quando, quando o tema realmente merece o esforço. No entanto, a verdadeira história da migração e do deslocamento forçado apenas pode ser contada de mais de um lugar. Com uma rede cada vez menor de correspondentes estrangeiros, mesmo na mídia “ocidental”, e recursos extremamente escassos em muitas redações para relatar até mesmo a partir de países vizinhos,

os projetos colaborativos podem surgir como uma solução viável para contextualizar a cobertura. Os jornalistas também podem se unir em redes intercontinentais ou transcontinentais para analisar conjuntamente os dados de migração e desenvolver ideias de narrativas. Além disso, os projetos colaborativos podem incluir migrantes e refugiados e, finalmente, torná-los mais visíveis na mídia.

Colaboração entre profissionais de mídia

As colaborações entre jornalistas e organizações de notícias tornaram-se cada vez mais importantes, especialmente para os meios de comunicação preocupados com o jornalismo investigativo. A colaboração permite que eles juntem recursos e conhecimentos para investigar questões de relevância pública, por exemplo, nas áreas de política, negócios, comércio e crime – tanto em âmbito pan-nacional quanto transfronteiriço (Alfter, 2016; Sambrook, 2018). Especialmente com questões como “sistemas muito desenvolvidos de tecnologia financeira ou crimes pela internet”, a colaboração jornalística torna-se uma necessidade urgente (Sambrook, 2018, p. 95). Quando há grandes quantidades de dados envolvidos, há uma necessidade particular de os jornalistas colaborarem e se apoiarem mutuamente (Sambrook, 2018, p. 94). A tendência do jornalismo orientado por dados, em particular, força os jornalistas a se unirem a desenvolvedores de *software*, *designers* e acadêmicos para investigar e interpretar os dados corretamente e apresentá-los de maneira atraente para seu público.

Uma força motriz dessa nova tendência no jornalismo tem sido a digitalização. Embora ela tenha permitido que os jornalistas se comuniquem e colaborem mais facilmente entre as redações e as fronteiras nacionais e tornado a comunicação remota rápida, fácil e barata, a digitalização também tem deixado como legado à mídia o enfrentamento da diminuição do número de audiências e das receitas advindas de publicidade (Pew Research Center, 2014, p. 2). A colaboração tornou-se uma forma de “esticar recursos limitados” em um momento em que os custos tiveram de ser cortados, a equipe precisou ser reduzida, além disso, o público aprendeu a pesquisar informações *online* e, na maioria das vezes, decidiram parar de pagar por notícias e entretenimento (Stonbely, 2017, p. 9). Embora as principais agências de notícias ainda possam ter “um peso institucional e um amplo alcance de público que os recém-chegados não têm”, elas decidem cada vez mais unir forças com novas equipes jornalísticas *online*, pois apresentam novas ideias inovadoras que podem atrair um público mais jovem com novas habilidades técnicas (Sambrook, 2017). Em outros casos, as agências de mídia tradicionais colaboram com antigos concorrentes para construir tecnologia compartilhada, como sistemas de gerenciamento de conteúdo, métricas de público ou *paywalls*, na tentativa de lidar com as dificuldades econômicas que enfrentam (Collaborative Journalism, 2020a).

Os “Panama Papers”, elaborados em 2016, têm sido um excelente exemplo de jornalismo transfronteiriço. Liderado pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) e pelo jornal alemão *Süddeutsche Zeitung* (SZ), tem sido o maior projeto de jornalismo colaborativo mundial da história. Mais de 400 jornalistas – entre eles repórteres, editores, programadores de computador e verificadores de fatos – de quase 80 países, trabalhando em 25 línguas, colaboraram nos “Panama Papers”. Eles expuseram empresas *offshore* ligadas a mais de 140 políticos em mais de 50 países (ICIJ, 2017; ICIJ, 2018).

No jornalismo colaborativo, colegas jornalistas e redações não se veem como concorrentes – em vez disso, se unem “para melhorar suas organizações, seus produtos e seu público” (Stonbely, 2017, p. 17). Além disso, Howe e seus colegas veem “o início de uma espécie de mudança radical, de um setor de notícias que era competitivo e isolado para um mais inclinado ao compartilhamento, à cooperação e à transparência” (Howe et al., 2017, p. 2). Howe e seus colegas também observam que, em inovadores nos veículos de mídia, a “produção tradicional de redação balcanizada em departamentos – *design*, foto, pesquisa, cidade, esportes, aulas – será substituída por ambientes colaborativos que permitirão que equipes ágeis e multifacetadas se auto-organizem” (Howe et al., 2017, p. 3). Os pioneiros do jornalismo colaborativo são aqueles que se envolveram na comunidade de desenvolvedores de *software* e adotaram o *ethos* altruísta amplamente difundido de normas e práticas de código aberto (Howe et al., 2017, p. 2). No entanto, os jornalistas ainda competem sobre as melhores ideias e meios de acesso à informação, além disso, eles podem se ver confinados por seus empregadores no futuro.



SUGESTÃO PARA SALA DE AULA (ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA):

Discutir as vantagens e os desafios dos projetos colaborativos em jornalismo. Usar a tabela abaixo para estruturar o resultado do debate.

Benefícios:	Obstáculos:
Equipes interdisciplinares criam inovações jornalísticas com mais facilidade.	As organizações de mídia devem construir ambientes colaborativos para permitir o trabalho em equipe.
Desenvolvimento de novos formatos de reportagem (por exemplo, jornalismo de dados, <i>storytelling</i> multimídia).	A colaboração transfronteiriça necessita de um acordo sobre uma linguagem comum e deve considerar diferentes fusos horários.
Desenvolvimento de novos modelos de negócio.	Equipes multiquilificadas podem ter dificuldades com diferentes filosofias de trabalho.
A rede internacional pode proteger contra interferências externas de forças nacionais.	Os parceiros podem violar acordos, por exemplo, publicar antes dos prazos combinados, não entregar resultados, perder prazos, roubar histórias.
Melhorar a posição de jornalistas exclusivos ao negociar com editores e gerentes de redação.	Nem todos os parceiros podem ter acesso a fontes com declarações oficiais.
Combinação de jornalistas com especialistas altamente especializados, por exemplo, para analisar <i>big data</i> .	Os parceiros podem ser prejudicados por restrições estruturais ou financeiras.
O alcance e a qualidade das reportagens podem ser aprimorados.	A comunicação digital talvez esteja sob vigilância.

Koch também considera organizações não governamentais (ONGs), como a Transparency International, como parceiros de cooperação valiosos (Koch, 2018, p. 64-77). Alfter acredita que “qualquer equipe cooperativa de caráter diferente, como jornalistas e acadêmicos, pode participar do jornalismo colaborativo” (Alfter, 2018, p. 42). De acordo com Alfter, o jornalismo transfronteiriço inclui quatro características:

Jornalistas de **diferentes países** [...] colaboram para pesquisar um **tema ou história compartilhada**. Eles **compilam, cruzam e mesclam mutualmente suas descobertas** para [...] verificar os fatos e **informar essas descobertas aos seus grupos-alvo individuais** em âmbito regional, nacional ou local (Alfter, 2016, p. 300).

Embora haja um consenso de que o pensamento competitivo é contraproducente para o jornalismo colaborativo, as dimensões de uma possível cooperação variam enormemente. Stonbely vê o jornalismo colaborativo apenas como “um arranjo cooperativo [formal ou informal] entre duas ou mais agências de notícias e informações” (Stonbely, 2017, p. 14). A autora distingue seis tipos de jornalismo colaborativo ao longo das características de temporário ou contínuo, e em termos de produção de conteúdo pelos parceiros colaboradores em equipes de trabalho separadas, cocriadoras ou integradas (Collaborative Journalism, 2020a; Stonbely, 2017, p. 20-50).¹



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Pedir aos participantes que leiam a entrevista com Tabea Grzeszyk, jornalista alemã e cofundadora da Hostwriter, uma rede inclusiva que visa conectar jornalistas e permitir que seus membros facilmente compartilhem ideias de reportagens e encontrem parceiros de vários países para trabalhar de forma colaborativa em investigações jornalísticas (Hostwriter, 2020).

Pedir aos seus estudantes que discutam em pequenos grupos se o Hostwriter é uma forma adequada de conectar jornalistas de todo o mundo, e quais seriam as outras possibilidades para entrar em contato com jornalistas de outros países.

Jornalismo transfronteiriço e cobertura migratória

Três perguntas para a jornalista e uma das fundadoras da Hostwriter, Tabea Grzeszyk.

Quais são as vantagens do jornalismo transfronteiriço?

Tabea Grzeszyk: Acredito que em algum momento no futuro haverá certos temas onde esta questão não será mais levantada, porque será óbvio que DEVEMOS colaborar para podermos investigar esses assuntos. Quer seja a migração, o crime transfronteiriço ou a cobertura da mudança climática, como seria possível fazer reportagens sobre



Fonte:
fotostudioneukoelln.de

¹ Ver também a folha de dicas *online* (Collaborative Journalism, 2020b).

essas questões com apenas um jornalista? Para poder fazer jus à alegação de ser um cão de guarda e aspirar a um jornalismo de qualidade, acredito que os jornalistas não têm outra escolha a não ser trabalhar além das fronteiras. Afinal, é um fato que vivemos em um mundo globalizado, e muitos tópicos principais do século XXI muitas vezes têm essa faceta transfronteiriça. Não quero negar que também existem problemas locais, por isso nem sempre é necessário fazer reportagem de tudo *per se* através das fronteiras, onde não faz sentido. Porém, se houver necessidade de incluir experiência local do exterior na matéria, se há línguas estrangeiras envolvidas, então os jornalistas passam depender de colegas que estão em outros países e que têm acesso a fontes locais.

O que você recomendaria a jornalistas que nunca trabalharam além das fronteiras?

Eu sempre recomendo conversar com pessoas que já tenham experiência com isso. Há várias redes organizadas, seja a Investigate Europe (2020), o Organized Crime and Corruption Reporting Project (2020) ou o International Consortium of Investigative Journalists (ICIJ, 2020). Frequentemente, seus membros podem ser encontrados em conferências; eles são muito acessíveis e gostam de falar sobre suas investigações jornalísticas internacionais. Também fundamos o Hostwriter exatamente com esse objetivo, motivados pelo fato de acharmos que o jornalismo transfronteiriço não deveria estar disponível apenas para os melhores jornalistas investigativos do mundo, mas que, na verdade, é um ofício de que todos os jornalistas do mundo precisarão no futuro, por isso também nos vemos como uma rede muito inclusiva que orienta os jornalistas a darem os primeiros passos, e ela também está aberta a estudantes de jornalismo. Portanto, mesmo como estudante, é possível se registrar e procurar outros jornalistas e participar de discussões. Queremos ajudar a garantir que o jornalismo internacional se torne cada vez mais popular e, acima de tudo, mais acessível, mesmo para pessoas de regiões menos privilegiadas em termos de acesso, recursos financeiros e contatos. Nosso objetivo com o Hostwriter é ter um membro em cada país do mundo. Já temos membros em 150 países e estamos confiantes de que, no final, conseguiremos conectar jornalistas de todos os países do mundo. Obviamente, a confiança é muito importante nas colaborações internacionais. A confiança se desenvolve com o tempo – é por isso que eu não recomendaria começar com uma pesquisa investigativa gigantesca a princípio. Os iniciantes devem começar a trabalhar com uma equipe pequena em um projeto que não exija elevados níveis de confiança e segurança. Provavelmente, uma pessoa da equipe já conhece alguém que também se juntará à equipe, e assim por diante. Esses jornalistas devem primeiro passar por alguns processos bastante lentos de construção de confiança antes de poderem pensar em uma publicação em grande escala. Deve-se também sempre tentar se encontrar pessoalmente, tendo em mente que restrições de visto podem se aplicar a jornalistas internacionais ao escolher o local mais acessível para o encontro.

Por que o tema da migração está predestinado a ser abordado de forma transfronteiriça?

As pessoas fogem pelas fronteiras. Esse fato, por si, já faz com que essa seja uma reportagem transfronteiriça. Não vale a pena relatar apenas que os refugiados chegaram à Alemanha, por exemplo, mas em todos os países pelos quais eles transitaram. Há muitas histórias que valem a pena ser relatadas para se ter uma visão mais ampla. É importante trabalhar de forma colaborativa com jornalistas do país de origem do migrante, dos países de trânsito e do país de destino. Os jornalistas locais têm melhores percepções sobre a respectiva situação no local e podem ir além da abordagem superficial. Acrescentar as perspectivas de jornalistas de países em transição também pode ajudar a superar uma narrativa reducionista da migração – por exemplo, incluir de que maneira os acordos comerciais da União Europeia (UE) contribuíram para que as pessoas fugissem de seus países. Afinal de contas, a Europa não é apenas um destino para os refugiados; o continente também tem contribuído para os problemas que causam a migração.

Colaboração com os cidadãos

Embora ainda não haja consenso na profissão ou na comunidade científica sobre entender a integração do público, também conhecida como *crowdsourcing*, como parte do jornalismo colaborativo, alguns estudiosos consideram a participação do público como uma parte possível, se não essencial, do jornalismo colaborativo. Stonbely, por exemplo, vê isso como “um elemento de engajamento” (Stonbely, 2017, p. 4). Bradshaw propõe que o jornalismo colaborativo seja “uma maneira de buscar histórias que envolvam pessoas fora da redação tradicional” (Bradshaw, 2013, p. 4), por exemplo, o *crowdsourcing* com a ajuda de redes sociais e comunidades *online*.

Os limites da expressão *jornalismo cidadão* são pouco nítidos. As expressões *jornalismo participativo* e *jornalismo cidadão* são frequentemente usadas de forma intercambiável para descrever o uso de conteúdo produzido por profissionais não midiáticos nas reportagens da grande mídia. Outra terminologia refere-se a conteúdo criado pelo usuário, como *jornalismo recíproco*, *mídia cidadã*, *jornalismo em rede*, *jornalismo cocriativo* ou *notícias sociais*. Normalmente, o jornalismo participativo se refere à produção de conteúdo jornalístico profissional que envolve membros do público geral. Isso implica um processo de cocriação de conteúdo, com ambas as partes (cidadãos e jornalistas profissionais) contribuindo, por exemplo, com conteúdo original ou comentários.

A quantidade de conteúdo produzido pelos cidadãos tem aumentado, seja por serem coincidentemente testemunhas oculares de um evento ou por produzirem deliberadamente textos, fotos ou vídeos para aumentar a conscientização sobre um tópico. No entanto, o conteúdo produzido por jornalistas cidadãos, em geral, apenas é visto por um público de massa quando as principais agências de mídia decidem circulá-lo (Usher, 2016, p. 248), embora isso pareça

estar mudando em relação a conteúdos nas mídias sociais. Quando confrontados com situações de crise, como ataques terroristas em ambientes urbanos, desastres naturais ou guerra civil, os meios de comunicação de massa estão cada vez mais dependentes do uso de conteúdo produzido por não profissionais. Em um momento de polarização política cada vez maior, a necessidade de verificar qualquer conteúdo das mídias sociais é primordial (Stearns, 2016; Wardle, 2016). Outros pontos importantes ao integrar o conteúdo criado pelo usuário são: pedir permissão, educar os contribuintes cidadãos sobre os padrões jornalísticos básicos e garantir sua segurança física, psicológica e digital.

Uma forma específica de colaboração com o público é o *crowdsourcing*, um neologismo que combina os termos *crowd* (público) e *outsourcing* (fornecimento), que foi popularizado por Howe (2006). A distribuição de trabalhos menores para os membros do público pode ser usada para uma ampla gama de tarefas, como o reconhecimento de texto e imagens ou para verificar, analisar e categorizar diferentes formas de conteúdo, como documentos de texto, arquivos de áudio ou vídeo ou compartilhar experiências pessoais e coletar dados (Aitamurto, 2015; Onuoha et al., 2015). Exemplos bem conhecidos do mundo jornalístico são o chamado do jornal *The Guardian* para investigar documentos sobre as despesas de membros do parlamento britânico (Rogers, 2009) e o *CrowdNewsroom* pelo centro de investigação alemão Correctiv (2020).

Reportagens colaborativas – com migrantes e refugiados

O jornalismo colaborativo pode permitir que as redações incluam uma perspectiva muito mais ampla sobre migração e deslocamento forçado em suas reportagens, seja em parceria com jornalistas do exterior, com o público ou com os principais personagens da cobertura – migrantes e refugiados. O Refugee Journalism Project, com sede em Londres, afirma que os jornalistas devem repensar suas reportagens, já que “as pessoas refugiadas [...] têm sido frequentemente espectadoras passivas na construção de suas narrativas” (Abidi, 2018). Ele apoia jornalistas refugiados e exilados a reiniciarem as suas carreiras no Reino Unido. Os participantes recebem uma série de *workshops*, mentoria e estágios. Os principais objetivos do projeto são ajudar a preparar jornalistas refugiados para trabalhar na indústria de mídia do Reino Unido e criar oportunidades para publicar seu trabalho e construir uma rede mais ampla. Uma história resultante de uma investigação jornalística sobre a migração reversa para a Síria como um fenômeno crescente é o artigo, “Road back to Damascus”, publicado pela primeira vez em árabe no *Irish Times* (Hayden; Ghandour, 2017). Ele foi produzido pela jornalista britânica Sally Hayden, uma jornalista e fotógrafa premiada que se dedica a conteúdos sobre migrações, conflitos e crises humanitárias; e por Ziad Ghandour, pesquisador árabe e jornalista *freelancer* da British Broadcasting Cooperation (BBC) que escapou da Síria em 2015 (The Refugee Journalism Project, 2020).

Federico Tarditi, estrategista de Inovação e Engajamento do Público da agência de notícias Fusion e um dos organizadores do 19 Million Project (2015a), descreve a questão da migração como “muito complexa para apenas um único ponto de vista” (apud Gupta, 2017, p. 6). Os participantes desses projetos fazem campanha para dar voz aos migrantes e aos refugiados na cobertura jornalística sobre migração e deslocamento forçado. Quase 150 jornalistas,

programadores, *designers* e cidadãos de todo o mundo formaram equipes, debateram ideias, conversaram e trabalharam com migrantes e refugiados e criaram projetos colaborativos de mídia e tecnologia dedicados à migração, com foco na chamada “crise de refugiados” de 2015. De acordo com a sua declaração de missão, eles estavam empenhados em encontrar formas inovadoras de avançar a narrativa em torno da crise dos refugiados e explorar de que forma a mais recente tecnologia e os métodos de narrativa digital podem melhorar as reportagens e impulsionar a ação global para abordar esse tema. Um dos projetos resultantes foi o Moving Voices, um programa de mentoria que associou jornalistas e contadores de histórias a migrantes e refugiados para ajudá-los a compartilhar e publicar suas histórias. O objetivo era “capacitar os migrantes a contar suas próprias histórias com suas próprias vozes – diretas, não filtradas e reais. O projeto teve como base a premissa de que a empatia deriva de histórias humanas contadas a partir da experiência em primeira mão” (19 Million Project, 2015b).

Durante um ano e meio, os jornais *El Pais* (Espanha), *The Guardian* (Reino Unido), *Le Monde* (França) e *Der Spiegel* (Alemanha) acompanharam de perto as comunidades de pessoas migrantes e refugiados recém-chegadas à Europa para demonstrar os seus desafios de integração, a sua situação humanitária, as suas ambições profissionais e o impacto da sua chegada tanto no destino como nos países de origem. De acordo com as próprias declarações da mídia, o projeto segue de perto o foco em migrantes e refugiados para fundamentar suas reportagens em suas realidades (The New Arrivals, 2020).

Durante o auge da chamada “crise de refugiados” de 2015, a organização internacional de desenvolvimento de mídia sem fins lucrativos, Internews, fez uma parceria com a organização voluntária, Standby Task Force (SBTF), para coletar e publicar informações para fornecê-las às pessoas na rota dos Bálcãs. A Internews havia notado que muitos refugiados que chegavam da Turquia careciam de informações essenciais, como a localização e a extensão das organizações de apoio aos refugiados na Europa (Norris, 2016, p. 229). Como a SBTF já possuía uma ampla rede de voluntários com experiência em coleta e verificação de dados, a Internews colaborou com a organização para coletar informações de fontes públicas, reportagens da mídia e conteúdo criado por usuários da internet e das mídias sociais, durante uma semana, em setembro de 2015 (SBTF, 2015). A Internews publicou as informações em vários canais *online* e em diversos formatos, como postagens em *blogs*, planilhas, mapas e visualizações. No mês seguinte, com base na experiência de colaboração com a SBTF, a Internews iniciou o serviço de notícias “News on the Move” para publicar informações relevantes para as pessoas nas rotas de migração para a Europa.²

² A página não está mais *online*, mas o antigo canal Twitter, que foi ativado em outubro de 2015 e funcionou até maio de 2017, fornece uma visão sobre o tipo de informação publicada: <https://twitter.com/newsthatmoves>.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Selecionar um dos projetos descritos anteriormente e estudar as histórias com seus participantes. Discutir o resultado e o valor agregado fornecido pelas técnicas colaborativas. Discutir se, e como, tais projetos podem ser realizados dentro das restrições das redações em seu país.

Colaboração transfronteiriça

Nos últimos anos, os projetos de jornalismo colaborativo transfronteiriço têm atraído muita atenção devido às suas investigações mutuamente compartilhadas de histórias muito relevantes em uma ampla gama de países, apesar de suas línguas e culturas de jornalismo serem distintas e seu direcionamento simultâneo de públicos serem regionais, nacionais e internacionais (Alfter, 2018). Uma grande vantagem de se juntar a outros repórteres do exterior é que a crônica pode ser lançada para uma gama mais ampla de plataformas de mídia e audiências. Além disso, fazer parte de uma comunidade jornalística internacional pode conceder algum grau de proteção, especialmente aos jornalistas que trabalham em um ambiente repressivo. Para poder cooperar em equipes internacionais, as habilidades interculturais e a confiança mútua são importantes (Alfter, 2019, p. 64-78).

O modelo emissor-receptor funciona apenas parcialmente na comunicação intercultural, ou seja, apenas se a intenção e o conteúdo das mensagens forem entendidos por ambas as partes da mesma maneira [...]. Muitas vezes, uma comunicação intercultural bem-sucedida pode ser alcançada apenas dentro de um processo. A comunicação intercultural pode funcionar apenas se alguém estiver disposto a se envolver com uma cultura estrangeira, isto é, aceitá-la como estranha à sua própria cultura. É importante adquirir conhecimentos – línguas, símbolos importantes da linguagem corporal, peculiaridades culturais – e ter a capacidade de procurar pacientemente por diferentes formas de comunicação (Broszinsky-Schwabe, 2011, p. 40).

Em geral, pode-se notar que os fundamentos de toda comunicação intercultural são o respeito e a paciência. Quando há discordâncias e mal-entendidos, a paciência consigo mesmo e com os outros ajuda a eliminá-los. Também são benéficas algumas regras básicas desenvolvidas de forma colaborativa pelo grupo sobre pontualidade, reuniões, comunicação, desentendimentos etc. Fazer perguntas quando algo não está claro é melhor do que fazer suposições. Também é importante verificar se todas as partes estão “lendo a mesma página” para evitar mal-entendidos (Commisceo Global, 2016).

Alfter diferencia três níveis de intensidade da colaboração transfronteiriça: a *rede flexível*, a *colaboração limitada* e a *colaboração estreita* (Alfter, 2019, p. 49-54).

- Em uma *rede flexível*, há colegas com assuntos semelhantes que relatam as mesmas grandes corporações internacionais ou usam os mesmos métodos. Essa rede pode ser vista como uma rede não vinculativa, o que facilita as coisas, pois ela pode dar acesso a outros contatos, histórias ou áreas temáticas dos membros da rede. Portanto, pode ser vista como um possível ponto de partida para encontrar uma equipe de investigação transfronteiriça real. Em geral, os contatos surgem por meio de encontros em um evento de imprensa, um *workshop* ou uma conferência.
- Em uma *colaboração limitada*, os membros da rede trocam informações restritas, mas claramente definidas, sobre empresas em um país estrangeiro ou uma solicitação por meio da Lei de Liberdade de Informação ou equivalente. Os membros não devem se esquecer de que a colaboração deve ser uma situação em que todos saem ganhando. Não se deve apenas pedir as experiências e *insights* dos colegas, mas também oferecer as próprias informações. Uma colaboração limitada pode se dissolver quando as informações são compartilhadas.
- A *colaboração estreita* é a forma mais intensiva de colaboração transfronteiriça, com equipes de investigação em vários países. A rede lida com uma tarefa que jornalistas únicos teriam sido incapazes de realizar. Todos os membros da equipe podem acessar os materiais e usar as informações relevantes para seus grupos-alvo nacionais ou regionais. Especialmente aqui, a confiança é um pré-requisito importante, e é fundamental falar de forma aberta e construtiva sobre métodos de trabalho e diferenças culturais. Como a confiança aumenta com o tempo, grande parte dos jornalistas que trabalham em colaborações estreitas se conhecem há vários meses ou anos. Muitas vezes, eles fizeram investigações menores e mais fáceis antes de se envolverem em investigações mais difíceis.



SUGESTÃO DE TAREFA PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

- 1) Pedir aos seus participantes para utilizarem a sessão de *e-learning* sobre “Implementing a collaborative project – intercultural communication”, desenvolvida no âmbito do projeto da UE “New skills for the next generation of journalists” (NEWSREEL), para se prepararem para uma discussão em sala de aula sobre competências interculturais.
- 2) Pedir aos seus participantes que usem a sessão de *e-learning* sobre “Planning a collaborative project”, desenvolvida dentro do projeto da UE (NEWSREEL), para preparar um *pitch* para um editor em uma redação ou para financiamento por uma fundação, e pedir-lhes para apresentá-lo em sala de aula e obter *feedback* de seus colegas. As duas sessões estão disponíveis no seguinte link: https://newsreel.pt.e.hu/e_learning/collaborative_journalism.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Heft, A. *Conditions to strengthen future cross-border journalism*. Weizenbaum Series #5 Short Paper. Berlin: Weizenbaum Institute for the Networked Society - Them German Internet Institute, 2020. https://www.weizenbaum-institut.de/media/Publikationen/Weizenbaum_Series/Weizenbaum_Series_5_Heft_080420.pdf.

Jornalística:

Alfter, B. *Cross-border collaborative journalism: a step-by-step guide*. London: Routledge, 2019. <https://lostineurope.org/>.

Institucional:

Hostwriter. *Cross-border journalism as a mindset*. <https://blog.hostwriter.org/wp-content/uploads/2018/12/crossborder-journalism-mindset-final.pdf>.

n-ost. *Cross-border playbook: a compilation of projects, tips and experiences*. 2020. <https://playbook.n-ost.org/>.

Referências

19 Million Project. *About*. 2015a. <http://the19millionproject.com/>.

19 Million Project. *Check out the final projects*. 2015b. <http://the19millionproject.com/2015/12/18/check-out-the-final-projects-19-million-project-hackathon-launches-13-innovative-storytelling-and-technology-projects-to-address-the-european-migration-crisis/>.

Abidi, A. *Rethinking our reporting of the refugee crisis: how collaborative journalism can improve how we cover migration*. 2018. <https://magazine.journalismfestival.com/rethinking-our-reporting-of-the-refugee-crisis-how-collaborative-journalism-can-improve-how-we-cover-migration/>.

Aitamurto, T. Crowdsourcing as a knowledge-search method in digital journalism. *Digital Journalism*, v. 4, n. 2, p. 280-297, 2015. <https://doi.org/10.1080/21670811.2015.1034807>.

Alfter, B. Cross-border collaborative journalism: why journalists and scholars should talk about an emerging method. *Journal of Applied Journalism & Media Studies*, v. 5, n. 2, p. 297-311, 2016. https://doi.org/10.1386/ajms.5.2.297_1.

Alfter, B. New method, new skill, new position? Editorial coordinators in cross-border collaborative teams. In: Sambrook, R. (Ed.). *Global teamwork: the rise of collaboration in investigative journalism*. Oxford: Reuters Institute, 2018. p. 41-58. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2018-03/sambrook_e-ISBN_1802.pdf.

Alfter, B. *Cross-border collaborative journalism: a step-by-step guide*. London: Routledge, 2019.

Bradshaw, P. *Stories and streams: teaching collaborative journalism with peer-to-peer learning*. 2013. <https://onlinejournalismblog.com/2013/01/15/free-ebook-on-teaching-collaborative-journalism-and-peer-to-peer-learning/>.

- Broszinsky-Schwabe, E. *Interkulturelle Kommunikation: missverständnisse – verständigung*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2011.
- Collaborative Journalism. *What is collaborative journalism?* 2020a. <https://collaborativejournalism.org/what-is-collaborative-journalism/>.
- Collaborative Journalism. *Best practices and guides*. 2020b. <https://collaborativejournalism.org/guides/>.
- Commisceo Global. *Intercultural communication tips*. 2016. <https://www.commisceo-global.com/blog/intercultural-communication-tips>.
- Correctiv. *CrowdNewsroom*. 2020. <https://correctiv.org/en/crowdnewsroom/>.
- Gupta, A. Bringing collaborative journalism to the issue of international migration: an interview about the 19 Million hackathon. *Media Fields Journal*, v. 12, n. 2007, p. 1-19, 2017. <http://static1.1.sqspcdn.com/static/f/707453/27402858/1483737599450/Gupta.pdf?token=dz6Kwt8DOahp%2Fc1XHwJ%2BPaR9TKw%3D>.
- Hayden, S.; Ghandour, Z. *Road to Damascus: the Syrian refugees who want to go home*. 2017. <https://www.irishtimes.com/news/world/middle-east/road-to-damascus-the-syrian-refugees-whowant-to-go-home-1.3309941>.
- Hostwriter. *About hostwriter*. 2020. <https://hostwriter.org/about>.
- Howe, J. *Crowdsourcing: the book*. 2006. https://crowdsourcing.typepad.com/cs/2007/01/crowdsourcing_t.html.
- Howe, J.; Bajak, A.; Kraft, D.; Wihbey, J. *Collaborative, open, mobile: a thematic exploration of best practices at the forefront of digital journalism*. 2017. (Northeastern University School of Journalism working paper). <http://www.storybench.org/docs/collaborative-open-mobile-whitepaper.pdf>.
- ICIJ. *About*. 2020. <https://www.icij.org/about/>.
- ICIJ. *The Panama Papers: exposing the rogue offshore finance*. 2018. <https://www.icij.org/investigations/panama-papers/>.
- ICIJ. *Panama Papers wins Pulitzer Prize*. 2017. <https://www.icij.org/blog/2017/04/panama-papers-wins-pulitzer-prize/>.
- Investigate Europe. *Europäische Recherchen*. 2020. <https://www.investigate-europe.eu/en>.
- Koch, A. Investigative journalism and advocacy: Natural allies? In: Sambrook, R. (Ed.). *Global teamwork: the rise of collaboration in investigative journalism*. Oxford: Reuters Institute, 2018. p. 64-77. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2018-03/sambrook_e-ISBN_1802.pdf.
- The New Arrivals. *About*. 2020. <https://thenewarrivals.eu/index.html>.
- Norris, W. Digital humanitarians. *Journalism Practice*, v. 11, n. 2-3, p. 213-228, 2016. <https://doi.org/10.1080/17512786.2016.1228471>.
- Onuoha, M.; Pinder, J.; Schaffer, J. *Guide to crowdsourcing*. 2015. https://www.cjr.org/tow_center_reports/guide_to_crowdsourcing.php#crowdsourcing-in-newsrooms.
- Organized Crime and Corruption Reporting Project. *About*. 2020. <https://www.occrp.org/en/about-us>.
- Pew Research Center. *Journalism partnerships: a new era of interest*; Pew Research Center report. 2014. https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/8/2014/12/PJ_JournalismPartnerships_120414.pdf.
- The Refugee Journalism Project. *About us*. 2020. <https://www.refugeejournalismproject.org/about-us-2/>.

Rogers, S. *How to crowdsource MPs' expenses*. 2009. <https://www.theguardian.com/news/datablog/2009/jun/18/mps-expenses-houseofcommons>.

Sambrook, R. *Paradise papers yet another example of the power of collaboration in investigative journalism*. The Conversation. 2017. <http://theconversation.com/paradise-papers-yet-another-example-of-the-power-of-collaboration-in-investigative-journalism-87376>.

Sambrook, R. (Ed.). *Global teamwork: the rise of collaboration in investigative journalism*. Oxford: Reuters Institute, 2018. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2018-03/sambrook_e-ISBN_1802.pdf.

SBTF. *Online European refugee response assessment: humanitarian data exchange*. 2015. <https://data.humdata.org/dataset/european-mediterranean-refugee-response>.

Stearns, J. *Lessons from the New York Times super Tuesday hoax: five ways to spot fake news*. <https://firstdraftnews.org/latest/lessons-from-the-new-york-times-super-tuesday-hoax-five-ways-to-spot-fake-news-bernie-sanders-elizabeth-warren/>.

Stonbely, S. *Comparing models of collaborative journalism*. 2017. (Montclair State University working paper). <https://collaborativejournalism.org/wp-content/uploads/sites/8/2017/09/Models-for-Collaborative-Journalism-research-paper.pdf>.

Usher, N. The appropriation/amplification model of citizen journalism: an account of structural limitations and the political economy of participatory content creation. *Journalism Practice*, v. 11, n. 2-3, p. 247-265, 2016. <https://doi.org/10.1080/17512786.2016.1223552>.

Wardle, C. *6 types of misinformation circulated this election season*. Columbia Journalism Review Website, 2016. https://www.cjr.org/tow_center/6_types_election_fake_news.php.



MÓDULO 13

Melhorar o impacto: estratégias jornalísticas e mercado editorial

por Anna-Carina Zappe
e Gordon Wüllner-Adomak



OBJETIVOS DO MÓDULO

- Determinar quem é o público para as reportagens sobre migração e deslocamento forçado.
- Equipar os participantes com estratégias para aumentar a conscientização sobre tópicos relacionados à migração.
- Incentivar os participantes a pensar de forma inovadora a respeito das reportagens sobre migração e refugiados.



RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

No final deste módulo, os participantes devem ser capazes de:

- Contar de que forma os jornalistas podem melhorar o impacto das notícias sobre migração e refugiados.
- **RA Afetivo: Resposta**
 - Ser capaz de lembrar padrões de uso de mídia.
- **RA Cognitivo: Lembrança**
 - Usar estratégias (por exemplo, o modelo SOI) para tornar a história de migração relevante para o público.
- **RA Cognitivo: Aplicação**
 - Demonstrar as habilidades de “vender” uma narrativa relacionada à migração.
- **RA Cognitivo: Aplicação**

Visão geral

Ao se referir aos milhões de pessoas fugindo da guerra civil na Síria, Jan Egeland, diplomata norueguês, cientista político, líder humanitário e ex-político, afirmou que a “atenção da mídia, com algumas notáveis exceções, caiu em ouvidos surdos com uma aparente falta de interesse por parte da grande maioria das empresas de televisão e rádio e dos principais jornais” (Egeland, 2015, p. 1).

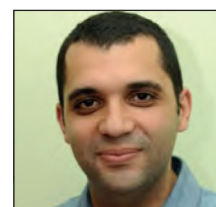
Infelizmente, as reportagens sobre migrantes ou refugiados¹ que são bem pesquisadas (ver Módulo 10) e eticamente reflexivas (ver Módulo 11) não atingem necessariamente um grande público. Por outro lado, as notícias que evitam a escandalização, a simplificação e a sofisticação geralmente tendem a ficar abaixo do radar da atenção do público. Na verdade, uma grande parte da história sobre migrantes e refugiados acontece além do radar da mídia. Na cobertura de Aidan White “Moving stories: international review of how media cover migration”, publicada pela Ethical Journalism Network, são enumeradas algumas dessas histórias que muitas vezes não são cobertas (White, 2015). Egeland argumenta que a sub-representação de fatos como esses ocorre porque “não há fotógrafo ou jornalista no local para contar a história” (Egeland, 2015, p. 1);

¹ Para definições de migrantes, refugiados e outros termos-chave, consultar os glossários recomendados no Módulo 2 (EMN, 2018; IOM, 2019; UNHCR, s.d.).

os motivos para a ausência de jornalistas são refletidos no Módulo 5. No entanto, há mais fatores do que a mera presença de jornalistas nos locais de desdobramento dos eventos, que serão discutidos neste Módulo. Os jornalistas devem conhecer o uso de mídia de seu público para que saibam quais grupos-alvo podem alcançar com suas reportagens ou onde podem encontrar esses grupos-alvo. Além disso, os jornalistas precisam navegar por meios de comunicação e editores que podem não acreditar em suas histórias – e a história deve encontrar uma audiência. Estudos de caso com redações *online* gregas, em 2015, mostram que o público estava apático às histórias publicadas sobre os refugiados, mas também a mídia não usou novas práticas para atrair a atenção do público (Panagopoulos, 2019). Quando o público não presta atenção nas notícias, é hora de repensar estratégias e buscar inovações.

Aida Alami e Salaheddine Lemaizi, jornalistas marroquinos

“O jornalismo sobre migração é uma oportunidade **porque exige que inovemos** não apenas em termos de conteúdo, mas também em termos de formato. Não podemos mais contar histórias sobre migração da mesma forma que temos feito há anos. O público se cansou das histórias miseráveis sobre ‘migrantes’. Os próprios migrantes também querem informações. Isso envolve novas formas de redação jornalística, jornalismo de dados, verificação de informações, formatos longos e curtos que devem ser multiplicados”.



Fonte: Privado.

“O jornalismo de excelência não deve ser apenas *original* no conteúdo (notícias de última hora ou fornecimento de ângulos exclusivos sobre as notícias), mas deve ser inovador e engajado na técnica usada para contar essas histórias” (Shapiro et al., 2006, p. 431).

De fato, no que diz respeito a reportagens sobre migração e deslocamento forçado, os jornalistas devem ser inovadores na produção e na “venda” de histórias. Além de oferecer informações úteis sobre o público e sobre como tornar uma história de migração relevante para o público e os editores, este Módulo fornece histórias bem-sucedidas e inovadoras sobre migrantes e refugiados para inspirar os participantes deste curso.

Uso de mídia na África e na Europa

Antes de fornecer informações sobre migrantes e refugiados ao público em geral, os jornalistas devem responder claramente às seguintes perguntas: Quem é a audiência deles? Em geral, os públicos são uma gama de pessoas nos países de origem e nos países de destino. Isso inclui pessoas que estão pensando em deixar seu país, pessoas cujos familiares fugiram ou emigraram, além de residentes de países de destino, nos quais migrantes e refugiados chegaram. Um olhar sobre o consumo de mídia mostra de que maneira alguns meios de comunicação são relevantes para esses grupos e porque é importante que os jornalistas alcancem as pessoas por meio desses

canais. Também são fundamentais as audiências que moldam e/ou respondem à opinião pública e às políticas públicas. As notícias, portanto, não buscam alcançar apenas o público em geral, mas também os líderes de opinião e os formuladores de políticas em parlamentos e governos.

Apesar da enorme diversidade do ambiente midiático africano (Paterson, 2013, p. 80), em geral, os consumidores de mídia na África são “possuidores” ou “não possuidores”, ou seja, aqueles que vivem em áreas urbanas têm acesso a opções de mídia analógica e digital (os possuidores), enquanto suas contrapartes rurais não têm acesso a mídia digital e acesso limitado a mídia analógica eletrônica, como poucas escolhas de estações de rádio e de TV (Balancing Act, 2014, p. 5). Na África, descrita como o “continente do rádio” (Bergstresser, 2009, p. 4), 70% a 80% da população possui um rádio. Desde a virada do milênio, aumentou significativamente a quantidade de estações de rádio privadas, bem como de rádios comunitárias sem fins lucrativos e de propriedade coletiva, em parte devido à “sede por alternativas à mídia controlada pelo governo” (Myers, 2008, p. 12). As rádios comunitárias, devido ao seu acesso e disseminação no meio rural, também são de grande importância para os “não possuidores” (Paterson, 2013, p. 81). Apesar dessa desigualdade óbvia no que diz respeito ao acesso às notícias, Wangari argumenta que os *millennials* africanos “que usam as mídias sociais como sua principal fonte de informação são mais de 60%” (Wangari, 2017). Em particular, o Facebook “cresceu e se tornou a plataforma de mídia social mais amplamente utilizada, com quase 20 milhões de usuários apenas na Nigéria e no Quênia” (The Nielsen Company, 2015, p. 22). Além disso, os funcionários da AU recorrem com frequência às redes sociais e aos *sites online* como sua principal fonte de notícias (Bronsther et al., 2016, p. 15).

Da mesma forma, na Europa, “a internet e as redes sociais *online* são os meios de comunicação de crescimento mais rápido utilizados pelos cidadãos europeus” (European Commission, 2017). Outro relatório da Comissão Europeia de 2019 confirma que a penetração digital continua a aumentar: 80% usam a internet pelo menos uma vez por semana, o que representa um aumento de dois pontos percentuais desde o outono de 2018 (European Commission, 2019). Em muitos países europeus, no entanto, “o crescimento do uso das mídias sociais para notícias [...] parou ou se inverteu” (Newman et al., 2018a, p. 10). Tomando o Reino Unido como exemplo, o uso cresceu de 20% em 2013 para 41% em 2017 antes de cair para 39% em 2018. Conforme explicado no “2018 Reuters Institute digital news report”, que mostra dados de 24 países europeus, as mudanças de algoritmo na priorização de informações privadas em relação às notícias que o Facebook ofereceu em 2018 levaram a essa nova situação (Newman et al., 2018a, p. 11). No entanto, a Europa ainda é um terreno muito fértil para a distribuição de mídias sociais – o que também impulsionou o surgimento de *sites* alternativos, populistas ou partidários (Newman et al., 2018a, p. 20). Outras características do consumo europeu de notícias digitais incluem a alta proporção de jovens com menos de 25 anos que usam as mídias sociais como porta de entrada para as notícias (Newman et al., 2018a, p. 15), a importância dos *smartphones* como veículo para o uso de mídias sociais e a popularidade do conteúdo de vídeo *online* (Newman et al., 2018a, p. 27). Na Europa, a tendência de queda do uso da imprensa que começou há muito tempo agora parece ter parado, e 26% afirmam que leem a imprensa todos ou quase todos os dias. No entanto, é significativamente menos relevante em comparação

com os 80% que assistem televisão (TV terrestre e digital) e os 47% que ouvem rádio (European Commission, 2019). “O áudio está [...] atraindo um interesse renovado das editoras à medida que a escuta móvel cresce e a tecnologia sob demanda no carro interrompe a escuta linear de rádio” (Newman et al., 2018b, p. 54). Isso levou a um novo mercado para *podcasts*, que gozam de popularidade cada vez maior em vários Estados europeus (Newman et al., 2018b, p. 54). É claro que, ao analisar o número de usuários, não se deve esquecer que a “mídia impressa”, mesmo *online*, ainda desempenha um papel de liderança na definição de agendas, especialmente para cidadãos, líderes de opinião e formuladores de políticas.

Como migrantes e refugiados usam a mídia

Em um estudo de painel de discussão realizado com migrantes e refugiados africanos na Alemanha (Zappe et al., 2020), os participantes afirmaram ter encontrado apenas poucas informações sobre migração e deslocamento forçado na mídia de seus países de origem. As informações que os motivaram a tomar a decisão de migrar vieram principalmente da comunicação interpessoal, sobretudo apoiada por imagens positivas da Europa compartilhadas nas mídias sociais. De acordo com este estudo, as informações da internet pública – em contraste com a mídia tradicional – desempenharam um papel bastante subordinado para os migrantes em seus países de origem. Os contatos pessoais – como a comunicação por meio das mídias sociais – são importantes para os migrantes africanos (Fiedler, 2017). Outros estudos destacaram a importância da conectividade móvel e das mídias sociais para os refugiados. Em um estudo, nove em cada dez refugiados usavam o Facebook (UNHCR, 2016, p. 17), para muitos deles a conectividade móvel é ainda mais importante do que educação, vestuário ou cuidados de saúde (UNHCR, 2016, p. 19).

Uma pesquisa realizada em dois campos de refugiados ugandeses (Nakivale e Kakuma) relevou que apenas uma pequena porcentagem de refugiados (menos de 20%) não tem acesso a um dispositivo móvel. De acordo com esse estudo, “Facebook, WhatsApp e Google forneciam a maioria das plataformas de comunicação usadas por refugiados e eram frequentemente citadas como canais confiáveis, compreendendo cerca de 40% de todas as atividades baseadas na internet” (Hounsell; Owuor, 2018, p. 31). Além disso, o WhatsApp, o Facebook, o Viber ou o Telegram – segundo uma pesquisa da Alemanha – são importantes para os refugiados vindos da Síria, do Iraque e da Ásia Central. A preferência difere dependendo do país de origem. Pesquisas sugerem que informações da televisão e da internet não são muito confiáveis (Emmer et al., 2016, p. 9). Isso mostra que as mídias sociais são uma “fonte indispensável de informações para os refugiados da atualidade” (Dekker et al., 2018, p. 9), apesar de haver muitas fontes não verificadas e muitos rumores difundidos nas principais plataformas de mídia social. Aqui, os jornalistas podem desempenhar um papel fundamental ao combater a desinformação e a má informação. As plataformas, como a Infomigrants.net – um esforço colaborativo da emissora internacional alemã DW –, a EU e outros meios de comunicação europeus, podem servir de exemplo.



SUGESTÃO DE UM EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE LEMBRAR:

Implementar um elemento informativo na aula usando o texto e as fontes citadas e criar uma pequena palestra de 10 minutos sobre o público e seu uso de mídia. É possível também se concentrar particularmente em seu país ou em mídia ou meios de comunicação selecionados, expandir a apresentação com aspectos locais e fazer um questionário.

Fornecer material adicional e deixar os participantes desempenharem o papel de diferentes usuários de mídia para contarem uns aos outros sobre seus hábitos de consumo de mídia.

Audiências e interesses da mídia

Conforme já mencionado no Módulo 10, as audiências consomem notícias, o que é relevante para elas nos âmbitos local, nacional e internacional (Schrøder, 2019). A relevância depende da audiência, como enfatiza Lee (2010) em seu estudo, “o consumo de notícias pode ser motivado por informações, motivado por entretenimento, opinião ou socialmente. Todas as pessoas têm seus próprios tipos distintos de motivações para consumir notícias (Lee, 2010).² Além disso, o que é relevante para o público nem sempre precisa ser o que os editores consideram uma notícia relevante. Uma análise, por exemplo, da seleção e do consumo de notícias editoriais *versus* notícias do público nos meios de comunicação *online* concluiu que, enquanto os meios de comunicação destacam notícias mais difíceis (por exemplo, tópicos políticos e financeiros) em suas seleções, o público tende a favorecer notícias mais leves (por exemplo, estilo de vida mais suave ou outras histórias de interesse humano) (Chakraborty et al., 2019). Outro estudo que compara as seleções de tópicos entre os *rankings* de usuários e a seleção de notícias jornalísticas indica que os jornalistas têm uma preferência maior por questões políticas do que o público mais amplo. Enquanto o público da internet em geral é menos interessado em política e preferem tópicos de serviço, os jornalistas negligenciam as questões de serviço (Wendelin et al., 2017), mas os resultados das análises de notícias sobre migrantes e refugiados mostram que isso é particularmente centrado em política (ver Módulo 4). Portanto, é lógico que as reportagens sobre migrantes e refugiados podem não ser consistentemente interessantes e relevantes da perspectiva do público em geral (Panagopoulos, 2018). As declarações das jornalistas Lydia Ouma Radoli, Ulriikka Myohanen e Cécile Debarge, que já fizeram muitas reportagens sobre questões relativas a migrantes e refugiados, mostram que elas recomendam ampliar o foco (político) para as pessoas e histórias pessoais. Ao mesmo tempo, é necessário evitar a generalização em relação a tempo e local, pois as dimensões políticas relevantes para a migração podem ser de grande interesse para uma ampla gama de públicos.

2 Há uma infinidade de tipologias, diferenciações e resultados de pesquisas sobre motivações e demandas da audiência, que podem ser conhecidas pelos participantes de outros cursos que eles fizeram. Para citar apenas dois: O “Digital news report” (Newman et al., 2019) e a pesquisa sobre tipologia (Schrøder; Kobbernagel, 2010).

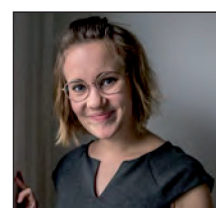
Lydia Ouma Radoli, jornalista queniana de radiodifusão e pesquisadora de mídia

Fonte: Privado.

“Eu recomendaria que o foco fosse em migrantes como pessoas, em suas experiências humanas, lutas e triunfos, e aprimorado nas matérias publicadas, de modo que a migração não fosse reduzida a estatísticas ou a indicadores de problemas no Norte global, mas que os jornalistas expusessem os **rostos por trás das estatísticas**. Além disso, questionassem as suposições e os estereótipos existentes na construção social da migração”.

Ulriikka Myöhänen, jornalista finlandesa de multimídia

“Meu melhor conselho para os colegas jornalistas é encontrar **um protagonista perfeito** para sua história. Isso significa conhecer as pessoas sobre as quais você está produzindo uma matéria e tentar encontrar algo que facilite a **identificação** do público com elas”.



Fonte: Privado.

Cécile Debarge, jornalista *freelancer* com sede na Itália

Fonte: Privado.

“Vender **histórias** sobre migrantes e refugiados **como algo fora da caixa**, fora de um contexto de crise, é muito difícil porque a migração é considerada sobretudo como uma consequência de uma crise ou de uma situação crítica. A migração pode ser muito mais. Por exemplo, muitas histórias se concentram nos países que enviam refugiados de volta a seus países de origem, mas apenas algumas reportagens entrevistam os migrantes que estão de volta. A mídia cobriu excessivamente a caravana de migrantes na América Central e a política americana da administração de Donald Trump, mas quando estive na Guatemala para conhecer alguns deportados, percebi, enquanto investigava, que ninguém havia contado suas histórias antes. Alguns deles não cresceram na Guatemala e foram mandados de volta para a Cidade da Guatemala, sem saber falar uma única palavra em espanhol. Nesse caso, cobrir a migração se torna mais como uma cobertura pós-crise”.

Obviamente, as questões relativas a migrantes e refugiados não são fundamentalmente desinteressantes para o público em geral. Por exemplo, a cobertura do trágico caso de Alan Shenu (muitas vezes relatado como “Aylan Kurdi”), conforme discutido no Módulo 5, comoveu a mídia e o público. As pessoas estavam interessadas no tema, que originalmente não era um evento político. As questões de migração podem atrair grandes audiências quando a mídia conta histórias como a rota de barcos contrabandistas da Líbia e os naufrágios no Mediterrâneo; ou sobre a situação em Calais, onde as polícias francesa e britânica lidaram com migrantes

irregulares que tentavam atravessar o Canal; ou sobre a travessias de barcos da Turquia para a Grécia ou “as cenas de pessoas se movendo pelos Bálcãs” (Trilling, 2019).

No entanto, os exemplos da Europa mencionados aqui se concentram em picos de desastres e períodos de campanha eleitoral. A migração teve uma parcela considerável de cobertura política na radiodifusão pública alemã durante a campanha eleitoral de 2017 (Liesching; Hooffacker, 2019). No entanto, esse foco na política pode nem sempre ser o favorito da audiência (*online*) mais ampla. Os jornalistas são, portanto, confrontados com uma tarefa complicada, pois em todo o mundo, eles frequentemente têm de lidar com editores relutantes em divulgar histórias sobre migração sem que tenha um foco político – ainda mais em muitos países africanos, onde o tema ainda não está firmemente estabelecido na agenda de notícias da grande mídia, como mostrado no Módulo 4. Escândalos e simplificações possuem maior probabilidade de produzir “cliques” e “vendas” do que reportagens complexas e baseadas em fatos, e essas últimas são particularmente caras para as empresas de mídia. Isso representa um desafio considerável para os jornalistas encontrarem maneiras de alcançar ampla audiência.

Uma opção para contar os aspectos trágicos da história pode ser ampliar o campo de visão. O papel da reportagem construtiva ou positiva já foi abordado no Módulo 10 e, segundo o jornalista da AFP, Will Vassilopoulos, ela atrai a audiência.

Will Vassilopoulos, jornalista grego da AFP



Fonte: Angelos Tzortzinis.

“A história sobre migrantes e refugiados está associada à miséria e deve ser contada, mas também há **histórias edificantes** igualmente importantes. Aqueles que demonstram coragem, dignidade, amor e perseverança do espírito humano nas mais terríveis circunstâncias. Essa é a história que acho atraente de ler, essa é a história que quero filmar”.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE COMPREENSÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Usar uma das citações mencionadas, de Lydia Ouma Radoli, Ulriikka Myohanen, Cécile Debarge ou Will Vassilopoulos, como ponto de partida para uma discussão com os participantes. Deixar que reflitam sobre quais notícias sobre migração e deslocamento forçado eles preferem consumir e quais eles não gostam.

Completar a discussão com os resultados dos estudos mencionados anteriormente. Dados locais e regionais também podem ser adicionados.

História de interesse

Os jornalistas podem considerar e destacar argumentos que tornam a história sobre migrantes e refugiados uma reportagem de interesse. Aqui estão alguns exemplos de argumentos fornecidos pelo modelo de História de Interesse (*Story of Interest* – SOI) (ver Figura 33):

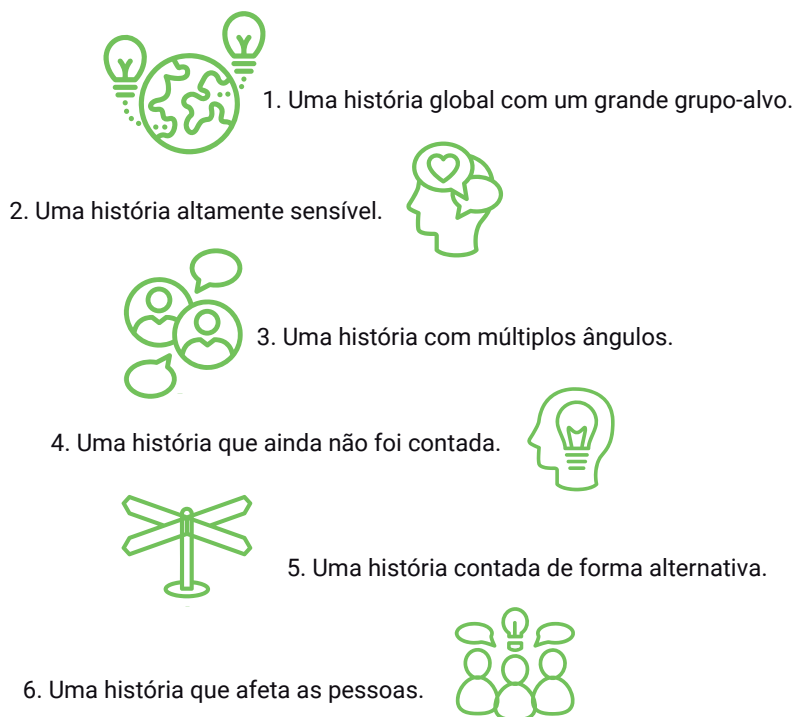
1. É uma história global com um grande grupo-alvo.

Exemplo: Os emigrantes eritreus devem pagar 2% de imposto de renda se quiserem contratar os serviços das autoridades eritreias (Wullner et al., 2016). Deixar de pagar significa que os eritreus podem ter dificuldades no mercado de trabalho do seu país de destino³ – o que torna a legislação fiscal na Eritreia relevante para os meios de comunicação alemães, italianos ou suecos.

2. É uma história altamente sensível.

Exemplo: A situação desastrosa dos refugiados que permanecem em centros de detenção gerais na Líbia constitui uma violação tão severa da dignidade humana, que desperta compaixão muito além das identidades nacionais (Hayden, 2019).

Figura 33: Modelo de História de Interesse



Fonte: Ilustração própria.

³ Por exemplo, o eritreu do relatório de Wullner et al. (2016) não recebeu seu diploma universitário. Certidões de nascimento, etc., que podem ser documentos usados como uma indicação de qualificação de trabalho, estão faltando e podem levar a dificuldades.

3. É uma história com múltiplos ângulos.

Exemplo: O caráter multidisciplinar dos estudos sobre migração também se relaciona com a cobertura jornalística sobre esse tema. Pesquisas sobre as causas da saída dos camaroneses de seu país podem resultar em reportagens sobre o conflito anglófono-francófono, a taxa de fertilidade doméstica, os déficits no mercado de trabalho, o encorajamento da diáspora camaronesa, a imagem pública dos países de destino favorecidos ou os efeitos da mudança climática em todo o golfo da Guiné, entre outros tópicos.

4. É uma história que ainda não foi contada.

Exemplo: Em vez de perseguir as mesmas narrativas, encontrar histórias novas ou criar um novo caminho. “As crises de deslocamento mais negligenciadas do mundo”, em 2019, dá uma ideia de novas histórias e ângulos nessa reportagem sobre pessoas em movimento na RDC, porque “a atenção da mídia internacional ao longo do ano se concentrou principalmente no resultado das eleições presidenciais atrasadas e nos surtos de Ebola” (Skarstein, 2019).

5. É uma história contada de forma alternativa.

Exemplo: Se as pessoas recebem diariamente dezenas de notícias sobre desastres e naufrágios no Mediterrâneo e sempre veem fotos de centenas de refugiados com medo ou morrendo, elas são surpreendidas por outra perspectiva, como aconteceu com a imagem de Alan Shenu, muitas vezes divulgado como “Aylan Kurdi”.

6. É uma história que afeta as pessoas.

Exemplo: Se as pessoas precisarem de notícias que possam usar, isso também deve ser levado em consideração ao fazer reportagem sobre migração e o deslocamento forçado. Por exemplo, ela pode ajudar a apontar fontes de mais informações e ações.

Certamente, a colaboração com outros jornalistas pode ajudar a alcançar alguns desses objetivos ao apresentar uma história de forma atraente para a audiência (Egwu, 2020). O Módulo 12 oferece uma ampla gama de dicas sobre como colaborar em reportagens sobre migrantes e refugiados.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEBIMENTO:

Antes da apresentação do modelo SOI, fazer um exercício de mapeamento mental com os participantes e pedir que eles reflitam sobre os vários argumentos que especificamente podem transformar as questões relacionadas à migração em uma história de interesse (ideias no texto anterior). Após a apresentação do modelo SOI, fazer um exercício de mapeamento mental com os participantes e pedir que eles pensem em ideias concretas para histórias que poderiam implementar.

Histórias de sucesso sobre migração e deslocamento forçado: uma visão geral das melhores práticas

As histórias devem se destacar da multidão e abrir novos caminhos. Essas reportagens devem abordar os interesses das pessoas na origem, bem como nos países de destino. Elas devem ser atraentes para os membros das comunidades convidadas e das anfitriãs. Certamente, o modelo SOI pode ajudar a mudar a direção de uma notícia para torná-la atraente. Os jornalistas podem tornar as informações sobre questões relacionadas a migrantes e refugiados mais notáveis e apresentá-las de maneira exclusiva – enquanto ainda cumprem os critérios de qualidade, conforme discutido nos Módulos 10 e 11. Os seguintes casos de boas práticas podem servir de inspiração para jornalistas que buscam novas perspectivas sobre o tema:

- Qual é a sensação de ser uma pessoa refugiada ou migrante, que enfrenta confusão e medo durante uma viagem de barco? A BBC Media Action (instituição de caridade de desenvolvimento internacional da BBC) criou um filme impressionante (“Your phone is now a refugee’s phone”), que foi projetado para ser visto em um telefone celular em formato vertical. A composição surpreendentemente inovadora das informações, assim como as soluções técnicas, proporcionam novas possibilidades de vivenciar as experiências de refugiados. No filme, os usuários veem mensagens de texto frenéticas chegando, se comunicando por meio de redes móveis e mídias sociais, sem sinal, ficando sem bateria. Sua apresentação incomum torna o conteúdo mais atraente para um público amplo. Com base em pesquisas realizadas pela BBC Media Action, o filme também é distribuído em mídias sociais como o Facebook. Uma abordagem semelhante foi adotada nos vídeos “Jafor is calling...”, “Aisha is calling...” e “Nani is calling...”. Em cada um desses filmes, após um telefonema simulado, um personagem conta sua história do maior campo de refugiados do mundo em Cox’s Bazar, Bangladesh (BBC Media Action, 2016).⁴
- O projeto Migration Trail utiliza mapas, dados e áudio. O projeto imersivo de documentário *online* de Alison Killing permite que o público acompanhe em tempo real de que maneira dois personagens fictícios fazem uma perigosa jornada de dez dias para a Europa. O objetivo é contar uma versão mais profunda e surpreendente de um problema que muitas pessoas sentem que já conhecem bem por meio da cobertura da mídia. Os usuários lerão as mensagens de texto dos migrantes, os seguirão em mapas e os ouvirão em gravações de áudio; assim, os estereótipos desaparecem e migrantes e refugiados aparecem como indivíduos. A técnica em tempo real torna a história urgente e imediata, enquanto o uso de mapas e dados traz uma nova abordagem e permite uma melhor compreensão de fatos e estatísticas. Embora os personagens sejam fictícios, eles são inspirados em histórias verdadeiras. Além disso, há um *podcast*, que é inteiramente factual (Migration Trail, 2017).

4 Para acessar informações e o link do filme (ver Hannides et al., 2016). Para acessar o link para os filmes no Facebook (ver BBC Media Action, 2019b; 2019c, 2019a).

- Os artigos “Stories of migrants risking everything for a better life”, da revista *Time*, são uma combinação de fotos de migrantes e refugiados, inclui um vídeo que mostra desenhos de migrantes e refugiados e sobre sua casa e sua jornada, além de comentários, um histórico político aprofundado e um relato descritivo. Elas são reportagens transfronteiriças produzidas por jornalistas de vários países, e os diversos personagens e aspectos oferecem vários ângulos (Edwards, 2019).
- #FindAzam recebeu atenção internacional em várias plataformas de mídia (social). O jornalista John Sweeney conheceu brevemente o menino refugiado “Azam, na Sérvia, em setembro, enquanto fazia um documentário para o programa Panorama, da BBC, sobre a trilha dos refugiados pela Europa”. O documentário desencadeou a campanha #FindAzam nas mídias sociais. Assim, em 2015, Sweeney decidiu procurá-lo e “refez os passos de Azam na trilha de refugiados” (Sweeney, 2015). Ele documentou a jornada de Azam nas mídias sociais, usando Twitter, Facebook, YouTube e Snapchat e fez um *blog* sobre isso ao longo do caminho. A reportagem foi traduzida para árabe e turco e a busca por Azam individualizou a rota de muitos migrantes e refugiados, além de ter facilitado o acesso a um tema complexo. Como o desenvolvimento dos eventos poderia ser acompanhado ao vivo e nas mídias sociais, a história era acessível a um público particularmente amplo e internacional (Sweeney, 2015).
- “Refugee bedtime stories” escolheu um aspecto cotidiano como ponto de partida para relatar a situação dos refugiados com os quais muitos destinatários podem se relacionar: histórias de ninar contadas para as crianças refugiadas (Epp et al., 2018; Nastasa et al., 2016).



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RECEPÇÃO:

Mostrar alguns dos exemplos de boas práticas e discutir sobre eles com os participantes. Quais são os aspectos previamente tematizados, que compõem uma boa história e atraem o público, que podem ser encontrados nesses exemplos?

- “A refugee’s Christmas carol” foi publicado no Reino Unido no jornal *The Telegraph*. Antes do Natal de 2015, um jornalista visitou um centro de migração de Roma e conversou com duas crianças sobre como elas costumavam comemorar o Natal em casa, o que faziam naquele ano, e quais eram suas esperanças para o futuro. Além disso, as duas reportagens são ilustradas com desenhos em preto e branco (Rowley, 2015).
- A reportagem na internet, “The smuggling game”, da Thomson Reuters Foundation News, é narrada por meio de um pacote gráfico interativo. Vídeo, áudio, imagens e animação gráfica em combinação com texto fornecem vários incentivos e visualizam um tópico complexo de forma acessível; as histórias pessoais das pessoas são combinadas com figuras e números (Taylor; Cardi, 2017).

- A CBC produziu a história “I am a refugee”, na qual, em suas próprias palavras e linguagem, “seis novos canadenses” compartilham suas histórias. O público pode ler as declarações manuscritas, assistir a vídeos em diferentes línguas com legendas em inglês, bem como imagens e gráficos com números e textos. Ela é uma reportagem transfronteiriça, produzida por jornalistas de vários países (Haleem, s.d.).
- Também pode valer a pena inspirar-se no trabalho de ONGs relacionadas. A Anistia Internacional produziu o projeto “Upworthy”, que conecta refugiados e pessoas de países anfitriões na Europa. A realização emocional das histórias incentiva uma melhor compreensão (Amnesty International Vlaanderen, 2018; Upworthy, 2016). O projeto Migrants as Messengers, criado na África Ocidental pela OIM, usa tecnologia de *smartphone* para que os migrantes compartilhem relatos autênticos de suas experiências de migração e os divulguem por meio de diferentes plataformas de mídia e redes sociais, por exemplo, o Facebook. Os migrantes compartilham suas experiências e falam diretamente com os grupos-alvo (Migrants as Messengers, s.d.).

“Vender” reportagens sobre migração e deslocamento forçado

Mesmo que os jornalistas saibam quem são seus públicos e por meio de quais canais e apresentações temáticas eles o alcançam, é igualmente importante que eles também possam “vender” essas histórias personalizadas aos editores-chefes e aos editores-gerentes.

Anthony Akaeze, jornalista nigeriano

“Os jornalistas precisam ter a habilidade de articular suas ideias de reportagens de forma breve, mas poderosa, começando pela **manchete** e mostrando por que essas histórias são importantes, é o que poderia levar seus argumentos de venda a serem facilmente analisados por editores”.



Fonte: Privado.

A citação do experiente repórter de migração, Anthony Akaeze, mostra que é importante ter uma boa noção da história, em vez de uma ideia mal elaborada, ao apresentar informações e dados sobre questões de migrantes e refugiados, mas há alguns conselhos mais básicos que podem ser úteis ao vender reportagens sobre migrantes e refugiados. Os jornalistas podem seguir as recomendações fornecidas por *freelancers*, como a de Kira Cochrane (2016), que visa aos leitores do *The Guardian Opinion*; a de Abigail Edge (2016), que resume os conselhos de outros jornalistas *freelancers*; e a de Mattia Peretti (2015), que perguntou a vários jornalistas sobre o *pitch* perfeito.⁵ Essas dicas também podem ajudar a equipe de redatores a preparar melhor suas ideias para um bom texto antes de tentarem convencer seus superiores a aceitá-las. Os jornalistas

⁵ Também pode ser útil levar em consideração a AJ Labs (2016) “How to pitch to Al Jazeera.com”.

freelancers devem pensar na linha editorial dos meios de comunicação e, em seguida, segmentar a mídia certa. Não faz sentido oferecer um conteúdo longo e bem pesquisado sobre o histórico de migração para uma revista de *boulevard*.

Pode ser recomendado lançar a ideia de uma história completa em algumas frases. Imaginar a suposta quintessência da história. Os jornalistas devem ser precisos, responder às perguntas mais importantes (por que é importante, o que torna a notícia oportuna, qual é o seu ângulo e quem se planeja entrevistar?) e explicar por que essa matéria deve ser reportada agora. Isso requer conhecimento no campo de reportagens sobre migração e deslocamento forçado, o que pode significar um extenso trabalho preparatório com estatísticas, fundamentos legais, política e história, bem como pesquisa sobre os atores (ver Módulo 10) para resistir a críticas robustas de editores. Além do conteúdo, pode ser útil ter clareza sobre o formato. Como já mencionado neste Módulo, nem todas as formas são igualmente atraentes. Além disso, uma tática para convencer os editores pode ser enfatizar a especialização ou o acesso especial no campo de reportagens sobre migrantes, refugiados e suas comunidades acolhedoras, o que qualifica os jornalistas para produzirem uma determinada história. E mesmo que os jornalistas não recebam uma resposta, eles não devem hesitar em formular um lembrete e investir tempo em um telefonema ou se encontrar pessoalmente com os editores.

Tendo em mente a crescente importância das mídias sociais como fonte primária de notícias, os jornalistas também podem agregar valor específico ao *marketing online*. As mídias sociais também oferecem maneiras de os jornalistas se apresentarem como especialistas na área de migração e deslocamento forçado.



SUGESTÃO DE EXERCÍCIO PARA ABORDAR AS HABILIDADES COGNITIVAS DE ANÁLISE E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA (A) E AS HABILIDADES COGNITIVAS DE APLICAÇÃO E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA (B):

(A) Pedir aos participantes que leiam as orientações de Cochrane (2016), Edge (2016) e Peretti (2015) e produzam uma reflexão escrita. Pedir que eles considerem o interesse particular em vender histórias sobre migração e deslocamento forçado.

(B) Deixar os participantes escolherem um dos exemplos de boas práticas mencionados e deixar que eles assumam o papel dos autores. Deixar os estudantes criarem uma estratégia promocional fictícia sobre: De que maneira eles “venderam” a história para seus editores? De que forma se referiram à audiência?



SUGESTÃO DE TAREFA DESTINADA AS HABILIDADES COGNITIVAS E AS HABILIDADES AFETIVAS DE RESPOSTA:

Simular uma apresentação. Pedir aos participantes que escrevam um *e-mail* para um editor que desejam “vender” uma história sobre migração e deslocamento forçado. No e-mail, os participantes também devem explicar por que a história é de interesse exatamente do público desse meio de comunicação ou plataforma de mídia. Além disso, eles devem refletir no texto sobre seus termos de referência para melhorar o impacto das matérias sobre migrantes e refugiados.



LEITURA RECOMENDADA:

Acadêmica:

Panagopoulos, A. M. Why refugee crisis don't get clicks: from indifferent audiences to passive *online* gatekeepers. In: Drok, N.; Veglis, A. (Eds.). *Crisis reporting. European Journalism Training Association (EJTA) Conference 2018*. Greece: Aristotle University of Thessaloniki, Tessalônica, 2019. p. 73-93. https://www.academia.edu/38644820/Crisis_Reporting.

Jornalística:

Hannides, T.; Bailey, N.; Kaoukji, D. *Research report: voices of refugees*. BBC Media Action, 2016. <https://www.bbc.co.uk/mediaaction/publications-and-resources/research/reports/voices-of-refugees>.

Institucional:

Egwu, P. 5 tips for reporting on migration in Africa – and round the world. [Blog spot]. *International Journalists Network*, 20 Jan. 2020. <https://ijnet.org/en/story/5-tips-reporting-migration-africa-%E2%80%94-and-around-world>.

Referências

AJ Labs. How to pitch to AlJazeera.com. *AJ Labs*, 20 Oct. 2016. <https://medium.com/@ajlabs/how-to-pitch-to-al-jazeera-com-da2f9fe45489>.

Amnesty International Vlaanderen. *Through the eyes of a refugee – a project by Amnesty International* [Video]. YouTube, 25 Jan. 2018. <https://www.youtube.com/watch?v=ryCOPhOVUWw>.

Balancing Act. *The sub-Saharan African media landscape: then, now and in the future*. 2014. www.balancingact-africa.com/docs/reports/SSA-Media-Landscape.pdf.

BBC Media Action. *Your phone is now a refugee's phone*. [Facebook post]. 18 Jul. 2016. <https://de-de.facebook.com/bbcmmediaaction/videos/your-phone-is-now-a-refugees-phone/1239359716098412/>.

BBC Media Action. *Aisha is calling...* [Facebook post]. 22 Aug. 2019a. https://de-de.facebook.com/335464599821266/videos/754386238327016/?__so__=watchlist&__rv__=video_home_www_playlist_video_list.

BBC Media Action. *Jafor is calling...* [Facebook post]. 21 Aug. 2019b. https://de-de.facebook.com/335464599821266/videos/1401149903371715/?__so__=watchlist&__rv__=video_home_www_playlist_video_list.

BBC Media Action. *Nani is calling...* [Facebook post]. 22 Aug. 2019c. https://de-de.facebook.com/335464599821266/videos/2767520129945922/?__so__=watchlist&__rv__=video_home_www_playlist_video_list.

Bergstresser, H. Afrikas Medien: im Spannungsfeld von Meinungsfreiheit, boulevardisierung und repression. *GIGA Focus*, n. 7, 2009. <https://www.giga-hamburg.de/de/publication/afrikas-medien-im-spannungsfeld-von-meinungsfreiheit-boulevardisierung-und-repression>.

Bronsther, C.; Erike, A. A.; Homan, C.; Stanton, R. *Media consumption trends of the African Union*. School of International and Public Affairs. Columbia University, 2016. <https://sipa.columbia.edu/file/3341/download?token=1OtXYOzR>.

Chakraborty, A.; Ghosh, S.; Ganguly, N.; Gummadi, K. P. Editorial versus audience gatekeeping: analyzing news selection and consumption dynamics in online news media. *IEEE Transactions on Computational Social Systems*, v. 6, n. 4, p. 680-691, 2019. <https://doi.org/10.1109/TCSS.2019.2920000>.

Cochrane, K. How to pitch an article to Guardian Opinion. *The Guardian*, 14 Mar. 2016. www.theguardian.com/commentisfree/2016/mar/14/how-to-pitch-article-guardian-opinion.

Dekker, R.; Engbersen, G.; Klaver, J.; Vonk, H. Smart refugees: how Syrian asylum migrants use social media information in migration decision-making. *Social Media + Society*, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2018. <https://doi.org/10.1177/2056305118764439>.

Edge, A. How to write the perfect pitch. *Journalism*, 26 May 2016. www.journalism.co.uk/news/how-to-write-the-perfect-pitch/s2/a640607/.

Edwards, H. S. The stories of migrants risking everything for a better life. *Time Magazine*, 24 Jan. 2019. <https://time.com/longform/migrants/>.

Egeland, J. Beyond the headlines. In: White, A. (Ed.). *Moving stories: international review of how media cover migration*. Ethical Journalism Network, 2015. p. 1-4. <https://ethicaljournalismnetwork.org/assets/docs/054/198/8feb836-108e6c6.pdf>.

Egwu, P. 5 tips for reporting on migration in Africa – and round the world. [Blog post]. *International Journalists Network*, 20 Jan. 2020. <https://ijn.net.org/en/story/5-tips-reporting-migrationafrica-%E2%80%94-and-around-world>.

Emmer, M.; Richter, C.; Kunst, M. *Mediennutzung durch Flüchtlinge vor, während und nach der Flucht*. Berlin: Freie Universität Berlin, 2016. https://www.polsoz.fu-berlin.de/kommwiss/arbeitsstellen/mediennutzung/forschung/Flucht-2_0/index.html.

European Migration Network (EMN). *Asylum and migration: glossary 6.0; a tool for better comparability* produced by the European Migration Network. European Migration Network, 2018. (EMN Information leaflet). https://www.emn.at/wp-content/uploads/2018/06/emn-glossary-6-0_en.pdf.

Epp, A.; Nastasa, B.; Riedmann, B.; Stieren, A.; Said, Y. *Refugee bedtime stories: a long, long time ago, Syria was beautiful, my son*. *Der Spiegel*, 14 Mar. 2018. <https://www.spiegel.de/international/refugee-bedtime-stories-helping-syrian-children-cope-with-change-a-1198020.html>.

European Commission. *Standard Eurobarometer 88 Autumn 2017: media use in the European Union*. European Commission, 2017. <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/82786>.

European Commission. *Media use in the European Union: standard Eurobarometer 92*. European Commission, 2019. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/c2fb9fad-db78-11eaadf7-01aa75ed71a1/language-en>.

Fiedler, A. *Migration von Subsahara-Afrika nach Europa: motive, informationsquellen und wahrnehmung deutschen engagements*. Stuttgart: ifa (Institut für Auslandsbeziehungen), 2017. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-55105-4>.

- Haleem, A. *I am a refugee*. CBC, s.d. https://www.cbc.ca/news2/interactives/windsor_refugee/.
- Hannides, T.; Bailey, N.; Kaoukji, D. *Research report: voices of refugees*. BBC Media Action, 2016. <https://www.bbc.co.uk/mediaaction/publications-and-resources/research/reports/voices-of-refugees>.
- Hayden, S. The EU's deal with Libya is sentencing refugees to death. *The Guardian*, 5 Feb. 2019. www.theguardian.com/commentisfree/2019/feb/05/eu-deal-libya-refugees-libyandetention-centres?CMP=share_btn_tw.
- Hounsell, B.; Owuor, J. *Innovating mobile solutions for refugees in East Africa: opportunities and barrier to using mobile technology and the internet in Kakuma refugee camp and Nakivale refugee settlement*. 2018. https://www.elrha.org/wp-content/uploads/2018/02/Innovating_mobile_solutions_Report.pdf
- International Organization for Migration (IOM). *Glossary on migration*. Geneva, 2019. https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf.
- Lee, S. T. Peace journalism: principles and structural limitations in the news coverage of three conflicts. *Mass Communication and Society*, v. 13, n. 4, p. 361-384, 2010. <https://doi.org/10.1080/15205430903348829>.
- Liesching, M.; Hooffacker, G. *Agenda-Setting bei ARD und ZDF? Analyse politischer Sendungen vor der Bundestagswahl 2017*. Frankfurt/Main: OBS Arbeitspapier 35, 2019. <https://www.otto-brenner-stiftung.de/wissenschaftsportal/informationsseiten-zu-studien/agenda-setting-bei-ard-und-zdf/>.
- Migrants as Messengers. *Migrants as messengers*. s.d. <https://www.migrantsasmessengers.org/>.
- Migration Trail. *Migration trail*. 2017. <https://www.migrationtrail.com>.
- Myers, M. *Radio and development in Africa: a concept paper; prepared for the international development research centre (IDRC) of Canada*. 2008. <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/41180/129100.pdf?sequence=1>.
- Nastasa, B.; Stieren, A.; Said, Y. Plötzlich erschien ein sehr guter Mann. *Der Spiegel*, 2016. <https://www.spiegel.de/panorama/leute/gute-nacht-geschichten-von-fluechtlingen-die-grosse-reise-a-1127028.html>.
- Newman, N. Executive summary and key findings. In: Newman, N.; Fletcher, R.; Kalogeropoulos, A.; Levy, D.; Nielsen, R. K. (Eds.). *Reuters Institute Digital News Report 2018*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018a. p. 8-31. <http://media.digitalnewsreport.org/wp-content/uploads/2018/06/digital-news-report-2018.pdf>.
- Newman, N. Podcasts and new audio strategies. In: Newman, N.; Fletcher, R.; Kalogeropoulos, A.; Levy, D.; Nielsen, R. K. (Eds.). *Reuters Institute digital news report 2018*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018b. p. 54-57. <http://media.digitalnewsreport.org/wp-content/uploads/2018/06/digital-news-report-2018.pdf>.
- Newman, N.; Fletcher, R.; Kalogeropoulos, A.; Nielsen, R. K. (Eds.). *Reuters Institute digital news report 2019*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2019. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/inline-files/DNR_2019_FINAL.pdf.
- Panagopoulos, A. M. Empathy toward refugees, apathy toward journalism: hundreds of thousands of refugees in Greece, thousands of stories, just a few hundred clicks. In: Dell'Orto, G.; Wetzstein, I. (Eds.). *Refugee news, refugee politics: journalism, public opinion and policymaking in Europe*. New York: Routledge, 2018. p. 68-81.
- Panagopoulos, A. M. Why refugee crisis don't get clicks. From indifferent audiences to passive online gatekeepers. In: Drok, N.; Veglis, A. (Eds.). *Crisis Reporting. European Journalism Training Association (EJTA) Conference 2018*. Thessaloniki, Greece: Aristotle University of Thessaloniki, 2019. p. 73-93. https://www.academia.edu/38644820/Crisis_Reporting.
- Paterson, C. Information flows in sub-Saharan Africa. *Sur le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo*, v. 2, n. 1, p. 80-87, 2013. <https://core.ac.uk/download/pdf/46167109.pdf>.

Peretti, M. *How to pitch your development story?* Journalism Grants, 2015. <https://innovation.journalismgrants.org/news/2015/how-to-pitch-your-development-story>.

Rowley, T. A refugee's Christmas carol. *The Telegraph*, 2015. <http://s.telegraph.co.uk/graphics/projects/Christmas-Carol-refugees/index.html>.

Schrøder, K. C. *What do news readers really want to read about?* How relevance works for news audiences. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2019. <http://www.digitalnewsreport.org/publications/2019/news-readers-really-want-read-relevance-works-news-audiences/>.

Schrøder, K. C.; Kobbernagel, C. Towards a typology of cross-media news consumption: a qualitative-quantitative synthesis. *Northern Lights*, v. 8 n. 1, p. 115-137, 2010. https://doi.org/10.1386/nl.8.115_1.

Shapiro, I.; Albanese, P.; Doyle, L. What makes journalism "excellent"? Criteria identified by judges in two leading awards programs. *Canadian Journal of Communication*, v. 31, n. 2, p. 425-445, 2006. <https://doi.org/10.22230/cjc.2006v31n2a1743>.

Skarstein, T. *The world's most neglected displacement crises*. Norwegian Refugee Council, 4 Ju. 2019. <https://www.nrc.no/resources/reports/nrcs-list-of-the-worlds-most-neglected-displacement-crisis/>.

Sweeney, J. How we found Azam – the "lost" Syrian refugee boy. *BBC*, 29 Oct. 2015. <https://www.bbc.com/news/world-34668146>.

Taylor, L.; Cardi, V. The smuggling game: playing with life and death to reach Europe. *Thomson Reuters Foundation*, 28 Mar. 2017. <http://news.trust.org/shorthand/the-smuggling-game/>.

The Nielsen Company. *Africa's prospect: macro environment, business, consumer and retail outlook indicators*. The Nielsen Company, 16 Sep. 2015. <https://www.nielsen.com/sa/en/insights/report/2015/africas-prospects-macro-environment-business-consumer-and-retail-outlook/>.

Trilling, D. How the media contributed to the migrant crisis. *The Guardian*, 1 Aug. 2019. <https://www.theguardian.com/news/2019/aug/01/media-framed-migrant-crisis-disaster-reporting>.

UNHCR. *Glossary*. s.d. <http://www.issm.cnr.it/progetti/emigrazione/METADATA%20E%20GLOSSARI/UNHCR/GLOSSARY%20UNHCR.pdf>.

UNHCR. *Connecting refugees: how internet and mobile connectivity can improve refugee well-being and transform humanitarian action*. New York, 2016. <http://www.unhcr.org/5770d43c4.pdf>.

Upworthy. *How would you react after looking in the eyes of a war refugee?* [Video]. YouTube, 26 May 2016. https://www.youtube.com/watch?v=By_BHbskg_E.

Wangari, N. African millennials: mobile usage and media consumption. *GeoPoll*, 27 Feb. 2017. www.geopoll.com/blog/african-millennials-mobile-usage-and-media-consumption/.

Wendelin, M.; Engelmann, I.; Neubarth, J. User rankings and journalistic news selection. *Journalism Studies*, v. 18, n. 2, p. 135-153, 2017. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1040892>.

White, A. *Moving stories: international review of how media cover migration*. Ethical Journalism Network, 2015. <https://ethicaljournalismnetwork.org/assets/docs/054/198/8feb836-108e6c6.pdf>.

Wüllner, G.; Damiani, A.; Hoffman, M.; Marchese, G. The long arm of the Eritrean tax law. *Journalism in a Global Context*, 25 Nov. 2016. <https://jigc.media/projects/this-is-africa/samuel-from-eritrea/>.

Zappe, A.-C.; Bastian, M.; Leibner, L.; Henke, J.; Fengler, S. Perspektivwechsel: migrationsberichterstattung in ausgewählten afrikanischen Ländern und Deutschland aus Migrant*innensicht. In: Gehrau, V.; Waldherr, A.; Scholl, A. (Eds.). *Integration durch Kommunikation: Jahrbuch der Publizistik- und Kommunikationswissenschaft 2019*. Münster, 2020. p. 131-140.

FIGURAS

Figura 1	Taxonomia de Bloom dos processos cognitivos frequentemente solicitados aos estudantes em ambientes educacionais	7
Figura 2	Migrantes internacionais, por região de origem (milhões).....	14
Figura 3	20 melhores países de destino (esquerda) e países de origem (direita) de migrantes internacionais em 2019 (milhões).....	15
Figura 4	Nuvem da palavra “Migration” em artigos acadêmicos	23
Figura 5	Nuvem de palavras desenvolvida por jornalistas da Costa do Marfim	23
Figura 6	79,5 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo no final de 2019.....	36
Figura 7	Principais tópicos selecionados de cobertura jornalística sobre migração por porcentagem (%) nas agências de mídia africanas e europeias	65
Figura 8	Motivações para partir.....	76
Figura 9	Fluxos de remessas para países de baixa e média renda em comparação com a AOD e o IED	78
Figura 10	Um quadro misto para os fluxos de remessas (média móvel de 3 meses, dezembro de 2019 = 100)	79
Figura 11	Os mais escolarizados são mais propensos a migrar (taxa de intensidade migratória por educação, países selecionados, intervalos de cinco anos, de 1999 a 2010).....	84
Figura 12	Números totais projetados e parcelas de migrantes climáticos internos na África Subsaariana em três cenários até 2050	86
Figura 13	Porcentagens de vítimas detectadas de tráfico de pessoas em sub-regiões que registram padrões diversos, 2016 (ou mais recente)	93
Figura 14	Satisfação dos europeus com a cobertura midiática sobre migração.....	109
Figura 15	Tipos de principais atores nacionais da cobertura midiática sobre migração	114
Figura 16	Número de artigos sobre migração publicados durante as seis semanas de estudo.....	119
Figura 17	Atitudes em relação à imigração por região (%)	127
Figura 18:	Percepções de impactos dos grupos de imigrantes na Europa	128
Figura 19:	Guiné-Bissau: despesas por setor (US\$) de 2015 a 2017	159
Figura 20:	Jornalistas em risco em Camarões desde 1992.....	177
Figura 21:	Anistia Internacional: Índice de Acolhimento de Refugiados 2016	193
Figura 22:	Chegadas de requerentes de asilo e importância da imigração na Alemanha	196

Figura 23	Número de requerentes de asilo pela primeira vez (cidadãos não pertencentes à UE-27) na União Europeia, de 2008 a 2019	197
Figura 24	Porcentagem de migrantes internacionais por grupo de renda, de 2000 a 2017	198
Figura 25:	Número de migrantes internacionais e refugiados na Alemanha, de 1990 a 2019	198
Figura 26	Número de migrantes internacionais classificados por região de origem e destino, 2017	214
Figura 27	Destinos do emigrantes da África Subsaariana estão mudando (pessoas nascidas na África Subsaariana que vivem em outros países, por país/região de residência, %)	215
Figura 28	Movimentos para, dentro e da África, de 1990 a 2019	216
Figura 29	Número de pessoas extremamente pobre continua a aumentar na África Subsaariana, enquanto esse número diminui rapidamente em todas as outras regiões (pessoas em pobreza extrema; milhões)	226
Figura 30	Valores das notícias	242
Figura 31	Sequência de seis eventos potencialmente traumáticos em contexto de migração e descolamento forçado.....	264
Figura 32	TIIM – pontos principais para lembrar	269
Figura 33	Modelo de história de interesse	301

IMAGENS

Título:

Mais de 272 milhões de pessoas em todo o mundo em 2020 eram migrantes e refugiados. Esse número vem aumentando ao longo de décadas e ainda continua a crescer. Alguns migrantes saem de casa voluntariamente, em busca de melhores oportunidades de vida. Outros são forçados a fugir da perseguição ou da guerra. Alguns se movem legalmente, outros usam formas irregulares. A jornada irregular é difícil e muitas vezes ameaça a vida – no entanto, muitos migrantes tentam repetidamente chegar ao seu país de destino preferido. A mídia nos países de origem, de trânsito e de destino tem o desafio de produzir reportagens de forma competente, responsável e compassiva sobre esse tópico complexo. Por um lado, isso requer um conhecimento considerável; e, por outro, uma grande compreensão intercultural. *Fonte:* Fishman64 (Shutterstock.com)

Módulo 1: Questões sobre migrantes e refugiados – desafios do século XXI

Uma família síria – agora em movimento, e não mais em fuga. Como refugiados da Síria, no momento em que a foto foi tirada, eles chegavam à Suécia depois de serem aceitos para reassentamento. A família fugiu para o Egito, mas disse que enfrentou discriminação. *Fonte:* J. Bavman (UNHCR).

Módulo 2: Principais fontes, principais fatos, principais termos e números

O papel mostrado nesta foto representa um duplo desafio: as pessoas que estão registradas com este documento não são apenas refugiados, como também apátridas. O ACNUR explica o caso dos refugiados curdos da Síria no Iraque que foram forçados a fugir da Síria antes de poderem solicitar a nacionalidade. *Fonte:* A. Sen (UNHCR).

Módulo 3: Fatores contextuais para a migração e o deslocamento forçado

Uma mulher encontrou segurança em Bamako, Mali. Ela foi sequestrada por homens armados e estuprada perto de sua casa na região de Timbuktu, Mali. O estupro é apenas uma arma de guerra traumatizante, não apenas no Mali. E a guerra é apenas um dos fatores contextuais para a migração. *Fonte:* H. Caux (UNHCR).

Módulo 4: A mídia e a história da migração – uma análise entre países

O trabalho do fotógrafo de Mianmar, Minzayar Oo, detido pelas autoridades de Bangladesh no mês passado enquanto cobria a crise dos refugiados Rohingya, foi um dos tópicos mais comentados no *Rory Peck Awards* de 2017, em Londres, onde ele se tornou o primeiro fotógrafo a receber o Prêmio Martin Adler. O prêmio homenageia um *freelancer* local que tenha contribuído de maneira significativa para a coleta de notícias. *Fonte:* M. O'Shea.

Módulo 5: Cobertura sobre migração – efeitos da mídia e desafios profissionais

Uma mulher lê o jornal local em casa, em Khartsyzsk, região de Donetsk, em 2015. A partir de 2014, separatistas pró-Rússia assumiram o controle de várias cidades na região de Donetsk. Khartsyzk foi declarada parte da chamada República Popular de Donetsk. Desde então, a cidade é controlada por esse Estado não reconhecido. Os jornais e a TV servem como a principal fonte de informação para as pessoas de ambos os lados da linha de frente. *Fonte: S. Korovainyi.*

Módulo 6: Estudo de caso – Guiné-Bissau (África Ocidental)

A população jovem da Guiné-Bissau enfrenta os desafios de um país de baixo desenvolvimento humano. Seus caminhos não pavimentados em direção à vida adulta incluem a falta de serviços em todos os setores, incluindo educação, saúde e empregos. Essas dificuldades são exacerbadas para mulheres e meninas. É um longo caminho em direção ao desenvolvimento para o país e seu povo. *Fonte: C. ten Brink.*

Módulo 7: Estudo de caso – Camarões (África Central)

Os jornalistas de Camarões são expressivos e exigem liberdade de imprensa. A profissão está cada vez mais sob ataque, afirmam as ONGs de mídia, o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF). Os *rankings* de liberdade de imprensa mostram valores decrescentes. *Fonte: C. K. Arnaud.*

Módulo 8: Estudo de caso – Alemanha (Europa Ocidental)

Numerosos refugiados e migrantes chegaram à Alemanha em 2015. A imagem mostra voluntários prontos para receber refugiados da Síria em Frankfurt/Main, Alemanha, em setembro de 2015. *Fonte: S. Dinges.*

Módulo 9: Movimentos africanos – a partir do continente, dentro do continente, dentro do próprio país

A migração no interior da África tem muitas faces. A jovem chamada Nyakong é do Sudão do Sul, devastado pela guerra. Ela está escondida há meses em uma aldeia insegura com sua família e suas vacas. Por causa das enchentes, ela não conseguiu levar seus três filhos pequenos para um campo de refugiados na Etiópia. *Fonte: C. Tijerina (UNHCR).*

Módulo 10: Cobertura profissional sobre a migração – melhores práticas e dimensões éticas

Will Vassilopoulos, um jornalista grego que trabalha na cidade de Patras, Grécia, em uma fábrica abandonada onde vivem migrantes. De madrugada, eles tentam se esgueirar em caminhões que embarcam no navio para a Itália. *Fonte: A. Tzortzinis.*

Módulo 11: Reportagens sobre migrantes e refugiados – lidar com o trauma

Para migrantes e refugiados, as experiências traumáticas podem fazer parte de sua história. Esta mulher sofreu ataques do Exército de Resistência do Senhor (LRA) na sua aldeia no nordeste da República Democrática do Congo (RDC). Ela havia sido prisioneira do brutal grupo rebelde ugandense por quase dois anos. *Fonte: M. Hofer (UNHCR).*

Módulo 12: Rumo a uma cobertura colaborativa sobre a migração

Esta placa em uma rodovia dos Estados Unidos da América mostra um grupo de migrantes que correm pela rua e os motoristas são alertados para tomar cuidado. A placa foi encontrada ao norte da fronteira mexicano-americana de Tijuana, na rodovia 5. *Fonte: J. McIntosh (flickr).*

Módulo 13: Melhorar o impacto – estratégias jornalísticas e marketing editorial

Durante uma formação de jornalistas organizada pelo Instituto Erich Brost e seus parceiros, jornalistas visitam uma ONG em Dakar, Senegal, em 2018. Durante a formação, os jornalistas conheceram uma ampla variedade de maneiras pelas quais podem aumentar o impacto de seu trabalho sobre migrantes e refugiados. *Fonte: W. Vassilopoulos.*

EDITORES

Prof. Dra. Susanne Fengler é professora de Jornalismo Internacional na Technical University Dortmund e diretora científica do Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional na TU Dortmund University, Alemanha. Ela gerenciou vários projetos internacionais nas áreas de pesquisa jornalística e educação jornalística em colaboração com a Volkswagen Stiftung, a Robert Bosch Stiftung, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, a UE e muitos outros patrocinadores. Seus focos de pesquisa incluem responsabilidade da mídia, mídia e migração e reportagem de assuntos externos. Uma visão geral dos projetos do Instituto Erich Brost pode ser encontrada em www.brost.org.



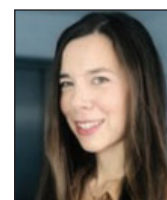
Fonte:
TU Dortmund..

Monika Lengauer é membro do Instituto de Jornalismo e do Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional (EBI) da TU Dortmund University, na Alemanha. Ela contribui como pesquisadora sênior para o ensino e a pesquisa e está particularmente envolvida no jornalismo global com foco no Oriente Médio e Norte da África (MENA) e na África Subsaariana, pesquisando as reportagens sobre deslocamento forçado e migração, educação em jornalismo e responsabilidade da mídia. Na mesma Universidade, ela também cursa o seu Ph.D. em educação jornalística no MENA. Cientista política de formação, jornalista de profissão, sua experiência é baseada em mais de 30 anos de comunicação, trabalho de desenvolvimento e representação, incluindo o estabelecimento de programas de jornalismo na Jordânia e em Mianmar, além de comunicação política no governo alemão e em organizações internacionais.



Fonte:
Leon Pollock.

Anna-Carina Zappe é pesquisadora sênior do Instituto de Jornalismo e do Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional (EBI) da TU Dortmund University, Alemanha, além de jornalista de TV e Ph.D. na TU Dortmund University, Alemanha. Como pesquisadora, ela está particularmente envolvida na compreensão dos papéis dos jornalistas – como eles fazem reportagens em circunstâncias excepcionais, cobrem desastres e experienciam seus próprios traumas. Ela está empenhada em aumentar a qualidade dos relatórios sobre migrantes e refugiados com foco na África Subsaariana. Ela é professora de jornalismo global, ética e técnicas de reportagem. Como formadora de jornalistas em meio de carreira, supervisionou projetos de pesquisa e reportagem colaborativa intercontinental. Sua experiência é baseada em mais de 15 anos de experiência prática como jornalista. Ela é fundadora e codiretora de uma produtora de TV. Possui mestrado em Jornalismo pela TU Dortmund University.



Fonte:
privado.

AUTORES COLABORADORES

Ghadeer Ahmed Ali é assistente de pesquisa. Seus interesses de pesquisa estão concentrados em políticas de mídia e sua afiliação com políticas públicas e administração. Ghadeer atualmente trabalha como oficial sênior de comunicação no programa de políticas públicas da School of Global Affairs and Public Policy (GAPP) da American University of Cairo, Egito.*



Aida Alami é uma jornalista *freelancer* residente no Marrocos que faz reportagens do norte da África, França e, mais recentemente, Caribe. Ela contribui regularmente para o *New York Times*, e seu trabalho também foi publicado em várias revistas, como *New York Review of Books*, *Middle East Eye*, *Al Jazeera English* e *Foreign Policy*.



Dr. Michael Andindilile é o reitor da School of Journalism and Mass Communication da University of Dar es Salaam, na Tanzânia. Anteriormente, Michael trabalhou como subeditor-chefe do *Tanzania Daily News*. Ele também trabalhou como repórter para o *Times of Zambia*.



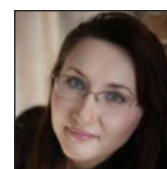
Prof. Abdellatif Bensfia é doutor em Sociologia da Informação e Comunicação pela University Paris VII. É Diretor do Higher Institute of Information and Communication (ISIC) em Rabat, Marrocos. Ele também é diretor executivo do Center for Research and Media Education da Rabat University.



Tina Bettels-Schwabbauer é pesquisadora sênior do Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional da TU Dortmund University, Alemanha, e editora-chefe do *site* alemão do Observatório Europeu de Jornalismo (EJO) (www.ejo-online.eu).



Prof. Svetlana S. Bodrunova, Dra. hab. em Ciência Política, é professora na School of Journalism and Mass Communications, St. Petersburg State University, Rússia. Ela lidera o SPbU Center for International Media Research e organiza a CMSTW, uma conferência anual sobre estudos comparativos em mídia.*



Prof. Monica B. Chibita é reitora da Faculty of Journalism, Media and Communication e coordenadora do projeto NORHED *Building Capacity for a Changing Media Environment* em Uganda Christian University (UCU). Ela é doutora em Literatura e Filosofia em Comunicação (University of South Africa), mestre em Jornalismo (University of Iowa) e bacharel em Educação (Makerere University).



Eric Chinje é o presidente executivo da empresa de comunicação global “Kory Africa” e diretor sênior da Greystone Global Strategies (GSS), com sede em Washington, D.C. Foi diretor executivo da African Media Initiative (AMI) e diretor de Comunicação Estratégica na Fundação Mo Ibrahim e professor visitante na George Mason University em Fairfax, Virgínia. Antes disso, trabalhou no World Bank e no World Bank Institute (WBI). Chinje estudou na University of Yaoundé (Camarões), Syracuse University (New York), Harvard University (Cambridge, Massachusetts) e lecionou na Yaoundé University School of Mass Communication em Camarões.



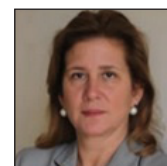
Layire Diop é jornalista de TV com vasta experiência na Companhia Nacional de Rádio e Televisão do Senegal. Formou-se em línguas estrangeiras, comunicação e jornalismo na Cheikh Anta Diop University (Senegal). Em 2016, Layire Diop foi admitida na School of Journalism and Communication da University of Oregon para um Ph.D.*



AHM Abdul Hai trabalhou como repórter e editor na agência nacional de notícias de Bangladesh BSS, Bangladesh Television BTV e Deutsche Welle nas últimas duas décadas. Atualmente, Hai está fazendo seu Ph.D. em educação jornalística e cooperação internacional para o desenvolvimento da mídia em Mianmar e na University of Bonn, na Alemanha.*



Prof. Naila Hamdy é professora associada e reitora associada de Pós-Graduação e Pesquisa da Escola de Assuntos Globais e Políticas Públicas da American University no Cairo. A Dr. Hamdy é uma ex-jornalista e tem interesses de pesquisa atuais na profissão de jornalismo árabe. Ela faz parte do Conselho da Associação Árabe-EUA para Educadores de Comunicação (AUSACE), da Associação de Educadores de Radiodifusão (BEA) e é conselheira da Rede de Jornalismo Ético (EJN).*



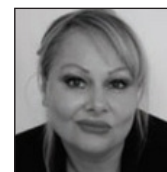
Dr. Sher Baz Khan tem pós-doutorado pelo Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional da TU Dortmund University, Alemanha. Anteriormente, foi professor assistente no Media Studies Department da Bahria University Islamabad, Paquistão.*



Marcus Kreutler é pesquisador sênior do Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional da TU Dortmund University, Alemanha. Ele participou de vários projetos de pesquisa internacionais e é coordenador de um estudo sobre a cobertura de questões sobre migração e refugiados na mídia em 17 países.*



Isabella Kurkowski é especialista em desenvolvimento de mídia internacional e professora do Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional da TU Dortmund University, Alemanha. Ela apoiou a implementação de instituições autorreguladoras de mídia em vários países como especialista de longo prazo.*



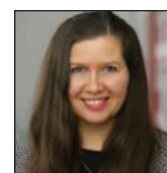
Nadia Leihns é pesquisadora do Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional da TU Dortmund University, Alemanha. Além disso, trabalha como jornalista *freelancer* e é candidata a Ph.D. na University of Erfurt e na Freie Universität Berlin.



Salaheddine Lemaizi é um jornalista de Marrocos, especializado em reportagens sobre migração e refugiados há dez anos. Com outros colegas de Marrocos, em 2018, criou a Rede Marroquina de Jornalistas sobre Migrações.*



Anna Litvinenko, Ph.D., é pesquisadora do Instituto de Digitalização e Participação do Instituto de Estudos de Mídia e Comunicação, Freie Universität Berlin. Entre 2007 e 2015, trabalhou como professora associada na Saint Petersburg State University, onde obteve o seu Ph.D. em 2007.*



Johanna Mack é bolsista de Ph.D. em Pesquisa de Assistência ao Desenvolvimento de Mídia na Graduate School Medas-21 do Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional. Ela apoiou muitos projetos internacionais do Instituto Erich Brost e contribuiu para o EJO.



Prof. Scott R. Maier é professor de Jornalismo na University of Oregon, Estados Unidos da América. Ele trabalhou como jornalista por quase 20 anos depois de obter um Ph.D. da University of North Carolina em Chapel Hill.*



Juanita Malagón é jornalista e editora *freelancer*. Ela se formou na Universidad de la Sabana, na Colômbia, e possui mestrado em Antropologia e Desenvolvimento pela University of Nairobi, no Quênia.*



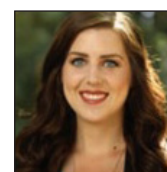
Levi Zeleza Manda, Ph.D., é um investigador de comunicações e mídia do Malawi, instrutor, estrategista de advocacia, especialista em sensibilização pública e colunista de jornal. Manda lecionou jornalismo no Malawi Institute of Journalism na University of Malawi e na Blantyre International University.



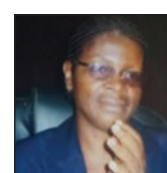
Dr. Adolf E. Mbaine obteve um doutorado em Jornalismo pela University of Johannesburg, África do Sul, em 2019. Ele trabalhou como jornalista da mídia impressa por três anos, principalmente como editor da *National Analyst Magazine*. É professor do Departamento de Jornalismo e Comunicação da Makerere University, Uganda.



Kaitlin Miller é professora assistente de Jornalismo e Mídia Criativa na University of Alabama, Estados Unidos da América. Ela é ex-repórter de TV e ministra uma variedade de cursos de jornalismo de radiodifusão.*



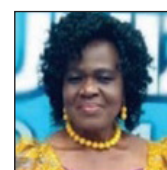
Prof. Alice Nga Minkala é professora titular e vice-diretora encarregada de Estudos de Mídia na Yaoundé II University, School of Information and Communication Sciences and Techniques, em Camarões.



Prof. Levi Obonyo é professor associado de Comunicação e Estudos de Mídia e reitor da School of Communication da Daystar University. Anteriormente, atuou como presidente do Conselho de Mídia do Quênia e, posteriormente, como membro do Conselho da Autoridade de Comunicações do Quênia.



Prof. Chinyere Stella Okunna é professora de Comunicação de Massa na Nnamdi Azikiwe University (UNIZIK), Nigéria, onde lecionou e atuou em vários cargos administrativos. Ela é a primeira professora de comunicação de massa na Nigéria.



Lekhanath Pandey é professor assistente de Jornalismo na Tribhuvan University, Nepal. Ele ensina pesquisa de mídia e teorias de comunicação e atua como editor do *Nepal Youth Journal*.*



Timothy Quashigah é professor sênior da Faculty of Journalism, Ghana Institute of Journalism, Acra, Gana. Tim tem Mestrado em Liderança Global e Mestrado em Jornalismo pelo Reino Unido. Ele é um candidato a Ph.D. avançado na University of Ghana.



Rajeev Ravisankar é estudante de Ph.D. em Estudos de Mídia na University of Oregon. Ele recebeu um B.A. em Ciência Política e Estudos Internacionais e um Mestrado em Administração Pública pela Ohio State University e completou um diploma de Pós-Graduação em Jornalismo no Asian College of Journalism em Chennai, Índia.*



Dr. Michael Yao Wodui Serwornoo é professor do Department of Communication Studies, University of Cape Coast, Gana. Ele é membro da International Communication Association, da International Association for Media and Communication Research e da Communication Educators Association of Ghana.



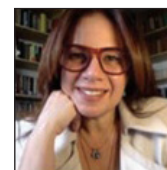
Mathewos Tadesse formou-se na Addis Ababa University, em 1982, no bacharelado em Geografia e obteve um M.A. em 2006 em Jornalismo e Comunicação pela mesma universidade. Atua como instrutor universitário, conferencista e professor assistente.



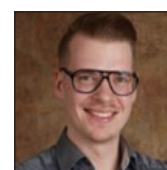
Dr. William Tayeebwa é professor sênior do Department of Journalism and Communication da Makerere University, em Uganda. Ele já foi bolsista de pós-doutorado na University of Cambridge, no Reino Unido (2014), e no Interdisciplinary Center for the Study of Global Change (ICGC) da University of Minnesota, Estados Unidos da América (2019).



Prof. Cilene Victor é professora titular do Programa de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Brasil e da Faculdade Paulus de Comunicação (FAPCOM). Ela é Representante Honorária da América Latina do Centro Internacional para o Desenvolvimento da Paz, Cultura e Racionalidade, com sede no Irã. É Ph.D. em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e mestre em Ciências e Comunicação Tecnológica. Desenvolveu pesquisa de pós-doutorado no Programa de Gestão e Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC (UFABC) em Santo André, Brasil. Como jornalista há 30 anos, ela tem se concentrado em questões humanitárias.*



Gordon Wüllner-Adomako é editor de política e colunista do maior jornal regional da Alemanha, o *Westdeutsche Allgemeine Zeitung*. É bacharel em Jornalismo pela TU Dortmund University.



* Colaboradores para o recurso *online* "Global perspectives on media and migration".

AGRADECIMENTOS

Este manual foi concebido durante os primeiros *workshops* em reportagens sobre migrantes e refugiados que realizamos na África. Facilitada pelo generoso financiamento de nossos parceiros, a riqueza de ideias de nossos colegas pesquisadores, jornalistas praticantes, representantes de ONGs de mídia e defensores de migrantes, refugiados e suas comunidades anfitriãs reverberam aqui. Esses *workshops* revelaram a falta de conhecimento a respeito da melhor forma qualitativa de elaborar reportagens sobre migrantes, refugiados e suas comunidades anfitriãs, e sobre migração e deslocamento forçado. Esses desafios foram apresentados como questões urgentes na agenda global.

O entusiasmo, a determinação, o conhecimento e o *know-how* de autores, revisores, generosos parceiros de financiamento e muitos apoiadores ajudaram a responder às necessidades e a criar a natureza especial deste manual. A colaboração entre continentes apresenta novas perspectivas. Esperamos que este trabalho reforce o diálogo entre os parceiros em redações, salas de aula, salas de estudo, salas de diretoria e escritórios (em casa). Agradecemos muito a colaboração no espírito de grande respeito mútuo e, muitas vezes, amizade profissional nova ou renovada.

Os parceiros de financiamento têm sido comprometidos e leais à causa mútua ao longo dos anos. Em primeiro lugar, a Robert Bosch Stiftung e Christiane Käsgen são parceiras inestimáveis que não apenas desbloquearam fundos para tornar possíveis projetos inovadores, mas também compartilham a alegria em desenvolver e implementar conteúdo. O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha tem sido um parceiro ativo e solidário, fornecendo fundos que nos permitem realizar oficinas de lançamento para discutir desafios e deficiências da cobertura migratória de uma perspectiva intercontinental.

Agradecimentos especiais a Eric Chinje e Veye Tatah. Eric Chinje, no momento presidente da African Media Initiative (AMI), é o presidente executivo da empresa de comunicação global Kory Africa e diretor sênior da Greystone Global Strategies (GSS), com sede em Washington, D.C. Veye Tatah é fundador da ONG Africa Positive, editor-chefe da revista *Africa Positive* e fundador da ONG Africa Institute for Media, Migration and Development (AIMMAD).

Como autores, nossos colegas pesquisadores africanos descreveram graficamente o abismo entre a migração dentro e fora da África, bem como a falta de conhecimento sobre o tema nas redações. Eles tornaram possível o esforço ambicioso de desenvolver a capacidade dos futuros jornalistas por meio de suas contribuições neste manual. Michael Yao Serwonoo, que recebeu seu Ph.D. da Escola de Pós-Graduação em Comunicação Internacional e Intercultural da TU Dortmund University, discutiu sobre este projeto conosco em muitas ocasiões. A nossa gratidão pelas suas ideias também vai para Levi Manda (Malawi), Chinyere Stella Okunna (Nigéria), Levi Obonyo (Quênia) e William Tayeebwa (Uganda). Jornalistas praticantes deixaram suas marcas ao longo do manual, e elas são particularmente visíveis nos Módulos 10 e 13.

As percepções exclusivas dos revisores deixaram um impacto duradouro no manual. Somos gratos aos estudiosos da África, MENA e Europa que lançaram seus profundos conhecimentos e

experiências em suas revisões, o que é fundamental para o padrão do manual como se apresenta agora. Agradecimentos sinceros vão particularmente para: prof. Abeer Al-Najjar, professor associado de Estudos de Mídia e Jornalismo da American University de Sharjah, Emirados Árabes Unidos, cuja revisão incluiu até mesmo uma visão para uma segunda edição mais extensa deste manual. A profa. Monica Chibita, que atua como professora e reitora da Faculty of Journalism, Media and Communication da Uganda Christian University, baseia a sua análise em um extenso trabalho sobre mídia e migração. O prof. Nico Drok, presidente de longa data da EJTA, com seu foco na mídia e na sociedade civil na Windesheim University of Applied Sciences, em Zwolle, Países Baixos, incentivou a equipe a ir além para apreciar os resultados da aprendizagem. O dr. Reiner Klingholz, Alemanha, ex-diretor do Berlin Institute for Population and Development, enfatizou a necessidade de dar vida aos números. A prof. Tena Perisin, da Faculty of Political Science da Zagreb University, não apenas contribuiu com a visão da Europa Central e Oriental, mas também com o conhecimento de jornalistas praticantes que fazem malabarismos com as terminologias complexas no campo da migração e do deslocamento forçado. Seus pensamentos sobre o rascunho do manual fizeram diferenças significativas.

Nossa gratidão também vai para Hanna Fiskesjo, Kaori Kawakami, Camille Lailheugue, Jennifer Pye, Konstantinos Tararas e Nevin Yildiz. Esses revisores da UNESCO examinaram a versão preliminar do manual e destacaram várias perspectivas críticas, inclusive a integração de gênero.

A Faculty of Statistics da TU Dortmund University foi particularmente útil na discussão do uso de bancos de dados internacionais e na apresentação dos dados. O prof. dr. Carsten Jentsch apoiou imediatamente a recomendação de membros de sua equipe acadêmica. M.Sc. Jonas Rieger e M.Sc. Julia Steinmetz eram parceiros excepcionais – sempre presentes com uma resposta incentivadora.

O Instituto de Jornalismo da TU Dortmund University financiou generosamente o *layout* e a impressão da versão original deste volume.

A pesquisa não teria sido possível sem o compromisso e o desempenho de excelentes membros da equipe. Alice Pesavento trabalhou incansavelmente durante meses, comprometida com soluções, emanando suas vibrações positivas – e ela superou qualquer *software*. Roman Winkelhahn juntou-se com confiança à equipe para acelerar a finalização do manual. Alice e Roman são estudantes do Institute of Journalism, TU Dortmund University.

Os muitos indivíduos que ajudaram com seu incentivo, uma ideia e uma mão amiga aqui e ali sempre permanecerão uma referência de amizade e apoio.

Todos os parceiros foram membros integrais do projeto, cada um com um lugar único e uma parte substancial do sucesso.

Este manual permite que educadores de jornalismo em todo o mundo abordem um dos desafios do século XXI – migração e deslocamento forçado. Em um conjunto de treze módulos, os educadores de jornalismo recebem um currículo abrangente. Ele cobre todos os aspectos necessários para treinar análise, pesquisa, apresentação, *marketing* e ética da cobertura jornalística sobre migração.

O manual é exclusivo, pois compreende resultados de estudos de comunicação, bem como ciências políticas e sociais. Foi desenvolvido por um grupo internacional e transcultural de pesquisadores, educadores e profissionais de mídia.

Os educadores de jornalismo poderão iniciar um novo currículo. Os estudantes de jornalismo aprenderão que as questões de migração e deslocamento forçado dizem respeito a seres humanos e, portanto, exigem conhecimento e conscientização sobre fatos precisos, fontes confiáveis, reportagens éticas e boas práticas. Jornalistas experientes se beneficiarão do uso do volume como uma ferramenta de autoaprendizagem, e as organizações de desenvolvimento de mídia podem adaptar o currículo aos seus planos de treinamento.

O projeto terá impacto em uma cobertura mais abrangente das questões relativas aos migrantes e aos refugiados, principalmente no que diz respeito aos países de origem, de trânsito e de destino, e a um debate público mais equilibrado e informado entre países e culturas.

Pesquisa e edição



Erich-Brost Institute
for International Journalism

www.brost.org

ISBN: 978-65-86603-43-9



Com o apoio de

